



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "B" AO Nº 176 QUARTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA
ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 30ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2015	4
Ata da 31ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2015	48
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de setembro de 2015	68

1.2 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de julho de 2015	90
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de julho de 2015	111
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de agosto de 2015	143
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de agosto de 2015	170
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de agosto de 2015	195

1.3 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Ata da 3ª Reunião, realizada em 1º de setembro de 2015	219
--	-----

ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2015, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e um minutos do dia quinze de setembro ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência dos senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, presidente e vice-presidente da comissão, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Benedito de Lira, José Pimentel, Humberto Costa, Gladson Cameli, Waldemir Moka, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Valdir Raupp, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, José Serra, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Douglas Cintra, Marcelo Crivella, Wellington Fagundes, Eduardo Amorim e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Reguffe, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Roberto Requião e Wilder Moraes. O presidente declara aberta a reunião, submetendo à comissão a dispensa da leitura das atas da 27ª, 28ª e 29ª reuniões, que são dadas como aprovadas, e comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 56 de 2015 (Aviso nº 940-GP/TCU), de 26 de agosto de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 014.499/2015-0, na Sessão de 22/7/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam; Aviso nº 647-Seses-TCU-Plenário, de 27 de agosto de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 011.182/2015-6, na Sessão Ordinária de 26/8/2015, acompanhado do relatório e da proposta de deliberação que o fundamentam; Aviso nº 55 de 2015 (Aviso nº 211/MF), de 18 de junho de 2015, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior; Aviso nº 57 de 2015 (Aviso nº 94/2015-BCB), de 28 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de julho de 2015, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas; Ofício PR/DL 272/2015, de 26 de maio de 2015, da Câmara Municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, encaminhando cópia da moção nº 196 de apelo para que acompanhem processo que envolve os quase 20 mil trabalhadores do HSBC; e Ofício nº 619/2015, de 27 de maio de 2015, da Câmara Municipal de Barretos, Estado de São Paulo, informando que aquela Casa Legislativa aprovou requerimento que requer moção de repúdio aos financiamentos do Governo Federal efetuados através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES. Em seguida, a presidência dá início aos trabalhos, esclarecendo que a reunião tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária; possíveis avanços na regulação do mercado de câmbio e as recentes denúncias de formação de cartel para manipulação da taxa de câmbio no Brasil; e a mudança de orientação da política econômica ocorrida neste início de mandato da presidente Dilma Rousseff e suas repercussões para sociedade, em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal e aos Requerimentos da Comissão de Assuntos Econômicos nºs 22 e 23 de 2015, de iniciativa do senador Ricardo Ferraço, e tendo como expositores os senhores Alexandre Tombini, presidente do Banco Central do Brasil; e Aldo Luiz Mendes, diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os senadores Ricardo Ferraço, Ataídes Oliveira, Telmário Mota, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Lindbergh Farias, Alvaro Dias, José Medeiros, Eduardo Amorim, Tasso Jereissati, Walter Pinheiro, Marta Suplicy, Dalirio Beber, José Serra e Marcelo Crivella. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quatorze minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente da comissão, senador Delcídio do Amaral, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Senador RAIMUNDO LIRA
Vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas de nºs 27, 28 e 29. Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)* As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para seu conhecimento:

Do Tribunal de Contas da União: Aviso nº 56 de 2015 (Aviso nº 940-GP/TCU), de 26 de agosto de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 014.499/2015-0, na Sessão de 22/7/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam; Aviso nº 647-Seses-TCU-Plenário, de 27 de agosto de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 011.182/2015-6, na Sessão Ordinária de 26/8/2015, acompanhado do relatório e da proposta de deliberação que o fundamentam.

Do Ministério da Fazenda: Aviso nº 55 de 2015 (Aviso nº 211/MF), de 18 de junho de 2015, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.

Do Banco Central do Brasil: Aviso nº 57 de 2015 (Aviso nº 94/2015-BCB), de 28 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de julho de 2015, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas.

Correspondências:

– Ofício PR/DL 272/2015, de 26 de maio de 2015, da Câmara Municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, encaminhando cópia da moção nº 196 de apelo para que acompanhem processo que envolve os quase 20 mil trabalhadores do HSBC.

– Ofício nº 619/2015, de 27 de maio de 2015, da Câmara Municipal de Barretos, Estado de São Paulo, informando que aquela Casa Legislativa aprovou requerimento que requer moção de repúdio aos financiamentos do Governo Federal efetuados através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Passaremos à audiência pública.

O Senador Pinheiro, com *new look* hoje: sem barba, com uma gravata diferente.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Delcídio, sobrou para mim o nº 13.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É isso aí. Isso dá sorte.

O assunto/finalidade da audiência pública é discutir os seguintes temas:

1. Em atendimento aos §§1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária;

2. Em atendimento ao Requerimento nº 22, de 2015, possíveis avanços na regulação do mercado de câmbio e as recentes denúncias de formação de cartel para manipulação da taxa de câmbio no Brasil;

3. Em atendimento ao Requerimento nº 23, de 2015, a mudança de orientação da política econômica ocorrida neste início de mandato da Presidenta Dilma Rousseff e suas repercussões para a sociedade.

Os dois requerimentos, 22 e 23, são de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

Convidados: Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil; e Aldo Luiz Mendes, Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil

Esta reunião será realizada – é importante registrar isso – em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Os convidados já se encontram na secretaria da Comissão.

Peço ao Senador liberal Lindbergh Farias e ao Senador Humberto Costa que conduzam os convidados ao plenário da Comissão – o liberal Lindbergh e o autêntico Humberto Costa.

Comunico também que se encontram presentes ainda o Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração (Dirad), e o Sr. Luiz Awazu Pereira da Silva, Diretor de Política Econômica (Dipec).

A Presidência adotará as seguintes normas: os convidados terão vinte minutos para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores inscritos.

Nós vamos seguir a ordem de chegada. Nós não vamos seguir aquilo que está no Regimento da CAE, que alterna um partido e outro, porque aí muita gente que chegou cedo fica para de tarde e quem chega tarde fala cedo. Portanto, quem chegou primeiro fala primeiro.

O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado. O prazo máximo para a réplica é de dois minutos, concedendo-se ao Ministro e ao Diretor o mesmo tempo para a tréplica.

Eu quero – até porque existem muitos inscritos – fazer blocos, normalmente, de quatro Senadores, para dar celeridade aos trabalhos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – O protocolo não está funcionando bem. O Ministro de Estado, que é Presidente do Banco Central, deveria estar a sua direita.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Mas é que ele está muito bem assessorado. Eu não teria condição de assessorá-lo em absolutamente nada. E, nessa disposição, o Dr. Altamir Lopes e o Dr. Aldo Mendes têm todas as condições de passar as informações devidas. O Presidente aqui é árido nesse sentido e ao meu lado ele não tem condição de agregar nenhuma informação.

Eu vou fazer blocos de quatro Senadores e Senadoras.

Com a palavra, o Dr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, para fazer sua exposição, por 20 minutos.

Depois disso, o Dr. Aldo Luiz Mendes, Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil para fazer a sua exposição. A palavra começa com o primeiro orador, que é o Senador Ferraço, autor dos requerimentos, e, depois, nós entramos na lista – não é a Lista de Schindler – dentro dessa regra de cinco minutos para cada um, em blocos de quatro.

Com a palavra, o Presidente do Banco Central, Ministro Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral; Exmº Sr. Vice-Presidente desta Comissão, Senador Raimundo Lira; Exmªs Senadoras e Exmºs Srs. Senadores; é sempre uma grande honra retornar ao Senado e a esta Comissão para prestar os esclarecimentos a V. Exªs e à sociedade brasileira, em atendimento ao contido nos §§1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno desta Casa, para discorrer sobre as diretrizes, a implementação e as perspectivas da política monetária, assim como para atender aos Requerimentos-CAE nºs 22 e 23, de 2015, ambos de autoria do Exmº Senador Ricardo Ferraço.

Antes de abordar os aspectos que considero relevantes sobre o cenário externo, a economia brasileira e a condução da política monetária, informo que, em relação ao Requerimento nº 22, de 2015, após o meu pronunciamento inicial, o Diretor Aldo Mendes, conforme convite desta Comissão, estará à disposição para debater com V. Exª os assuntos de câmbio aos quais esse requerimento faz referência. Quanto ao Requerimento nº 23, de 2015, sobre política econômica e suas repercussões para a sociedade, o meu pronunciamento versará sobre as políticas econômicas que estão sendo conduzidas no âmbito do corrente ajuste macroeconômico, em especial, sobre a política monetária. Penso que este pronunciamento inicial já abordará em grande medida o tema objeto do requerimento. Nada obstante, ao final, estarei à disposição para debater em maior profundidade as questões que V. Exªs considerarem pertinentes.

Para começar, tratarei do contexto internacional em que o corrente ajuste macroeconômico no País vem ocorrendo.

A economia global deve expandir-se a um ritmo pouco acima dos 3% em 2015, não muito diferente do desempenho observado em 2013 e em 2014. As perspectivas continuam indicando recuperação da atividade em algumas economias maduras, enquanto as maiores economias emergentes passam por processos de ajustes que levam à moderação da atividade econômica.

Nos Estados Unidos, discute-se o momento em que o processo de normalização das condições monetárias resultará em aumento da taxa básica de juros, que pode ocorrer em função da avaliação do Estado da recuperação em curso na economia americana. Há mais vigor no mercado de trabalho, mas a inflação permanece abaixo do patamar de 2% ao ano. Esse quadro, juntamente com as recentes turbulências dos mercados internacionais, tem alimentado incertezas quanto ao momento de início do processo de aumento das taxas de juros. De qualquer forma, a autoridade monetária norte-americana tem enfatizado que os aumentos nas taxas de juros, quando ocorrerem, vão se dar de forma gradual e cautelosa. No entanto, como tenho enfatizado, esse processo é complexo, e é natural que venha a ser acompanhado por certa dose de volatilidade dos mercados internacionais.

Na Europa, as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto nos dois primeiros trimestres de 2015 são sinais de que os estímulos monetário e financeiro adotados em um cenário com risco de deflação, junto com o baixo nível de preço do petróleo, foram fatores determinantes para sustentar a recuperação econômica...

(Soa a campanha.)

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – ... a despeito das incertezas causadas pela crise grega. Porém, há preocupações em relação à continuidade da recuperação diante dos desenvolvimentos externos mais recentes.

Na Ásia, prossegue a transformação do modelo econômico chinês em meio a uma série de desafios. Desdobramentos recentes ilustram esses desafios e contribuíram para ampliar a volatilidade dos mercados internacionais. No entanto, as autoridades daquele país seguem mostrando disposição em levar adiante a transição para um modelo econômico mais equilibrado entre investimento e consumo.

A conjunção das incertezas em relação à China e ao processo de normalização das condições monetárias nos Estados Unidos, combinada com a queda dos preços das *commodities*, cria um ambiente especialmente desafiador para as economias emergentes. Esse contexto se reflete na deterioração dos termos de troca, na

depreciação nos preços de ativos e em condições de financiamento mais rígidas para a maioria das economias emergentes.

Nesse contexto, o momento atual demanda determinação para a economia brasileira continuar seu processo de ajuste.

Nos últimos anos, utilizamos parte do nosso espaço de política fiscal para mitigar os efeitos adversos da crise financeira internacional em nossa economia. Agora, precisamos recompô-lo para enfrentar o ambiente global desfavorável que acabo de descrever.

Quero ressaltar que o fortalecimento de nossos fundamentos econômicos será crucial para o desempenho de nossa economia, especialmente em momentos de aumento da aversão a risco nos mercados internacionais.

A situação tornou-se mais desafiadora após a retirada do grau de investimento nos títulos soberanos brasileiros por uma das grandes agências de avaliação de risco. Por isso, reforço a necessidade de prosseguir com determinação e perseverança no processo de ajustes e de fortalecimento da resiliência de nossa economia.

Para enfrentar esse ambiente, o Brasil tem seguido a receita padrão ao reforçar o arcabouço de política econômica no sentido de consolidar fundamentos macroeconômicos sólidos. O tripé formado por regime de câmbio flutuante, disciplina fiscal e sistema de metas para a inflação já se mostrou eficaz, inclusive, em outros momentos mais críticos.

Exm^{as} Sr^{as} Senadoras e Exm^{os} Srs. Senadores, passarei agora a tecer algumas considerações sobre o estado atual da economia brasileira, com destaque para os necessários ajustes em curso nas áreas externa, fiscal e monetária, nos quais já notamos algum progresso.

O mais esperado em qualquer processo de ajuste macroeconômico em países avançados ou países emergentes, os custos e os resultados desses ajustes se materializam de forma descasada ao longo do tempo, sendo que o ônus associado aos ajustes aparece de forma mais rápida que os respectivos benefícios.

Na verdade, trata-se de um problema clássico de política econômica. A geração de benefícios de médio e longo prazo passa pela assunção de custos no curto prazo. Nesse processo, a percepção negativa no período inicial do ajuste frequentemente distorce a visão de médio e longo prazos dos agentes, seja em relação à retomada do crescimento econômico, seja quanto à convergência da inflação para a meta.

Começo tratando do ajuste no setor externo. A queda do preço internacional das *commodities* tem impactado adversamente o valor das exportações brasileiras. Entretanto, o mecanismo de ajuste clássico em situações de deterioração nos termos de troca, representado pela depreciação cambial em termos reais, tem atuado em nossa economia. Quando medido em moeda nacional, verifica-se que o preço das *commodities* tem aumentado recentemente.

Outro efeito da depreciação cambial é tornar a economia doméstica mais competitiva, portanto mais atrativa a investidores nacionais e estrangeiros.

A depreciação cambial, ainda que de forma defasada, também deve favorecer o setor manufatureiro, aumentando sua competitividade internacional.

Os custos domésticos das empresas, quando medidos em dólares, apresentam trajetória descendente. Assim, as exportações devem assumir papel crescente como fator de dinamismo econômico neste e nos próximos anos.

Por sua vez, as importações respondem às atuais condições de atividade econômica doméstica e à depreciação da moeda nacional. O processo de substituição de produtos importados por bens produzidos no País favorece tanto o saldo comercial quanto a atividade econômica.

O comportamento das chamadas exportações líquidas tem melhorado, apesar da deterioração dos termos de troca. Desde março, o saldo mensal da balança comercial tem sido sistematicamente positivo. As outras duas principais contas que compõem as transações correntes – as contas de serviços e de renda primária – também têm reagido favoravelmente. Como resultado, o saldo das transações correntes apresenta trajetória ascendente ao longo do ano.

Diante disso, nossas projeções indicam que o déficit em transações correntes recuará mais de US\$30 bilhões em 2015, o que representa quase um terço de redução sobre o montante de 2014 e continuará a ser majoritariamente financiado por investimento direto no País.

Do ponto de vista das contas nacionais, pela primeira vez, desde 2005, o setor externo está contribuindo de forma positiva para o crescimento do Produto Interno Bruto. Quero ressaltar que, diferentemente de episódios anteriores, a significativa depreciação da moeda nacional não tem sido fator de geração de desequilíbrios e de instabilidade financeira. Essa situação contrasta com a vivenciada em outros momentos da história brasileira ou em outros países, quando a depreciação cambial gerou desequilíbrios patrimoniais consideráveis nos setores público e privado, que, por sua vez, se transformaram em importantes desequilíbrios macroeconômicos. Em outras palavras, a economia brasileira está bem menos exposta a riscos cambiais do que esteve no passado.

Desde 2007, o setor público é credor em moeda estrangeira. Essa mudança não foi ao acaso, mas decorreu de um conjunto de políticas implantadas para aumentar a resiliência da economia em momentos de turbulência.

Destaco aqui a acumulação de reservas internacionais, cuja contribuição para a economia brasileira ocorre de diferentes maneiras e em diferentes momentos. Depois de ter funcionado como um pilar fundamental para o enfrentamento da crise financeira global, as reservas têm permitido mitigar os efeitos da expectativa do processo de normalização das condições monetárias nos Estados Unidos e os efeitos iniciais da mencionada revisão da nota dos títulos soberanos brasileiros.

Além de representarem um colchão de proteção cuja importância tem sido reiteradamente reconhecida, inclusive pelas agências de avaliação de risco em particular, as reservas internacionais permitiram a implantação do programa de *swap* cambial, que tem sido fundamental para preservar a estabilidade financeira ao oferecer proteção aos agentes econômicos contra a depreciação cambial do real.

O instrumento do *swap* cambial possui característica que torna a atuação do Banco Central diferenciada quando comparada à maioria dos outros bancos centrais, ao nos permitir prover proteção cambial aos agentes econômicos, com liquidação nas transações de nossa própria moeda, sem perda de reservas internacionais.

No entanto, para podermos fazer isso confortavelmente, é necessário que o balanço do Banco Central seja beneficiado liquidamente pela depreciação na taxa de câmbio, e é o que ocorre atualmente, pois o valor das reservas internacionais é mais de três vezes superior ao valor nominal dos contratos de *swaps*. Ou seja, a depreciação cambial traz resultado positivo para o setor público consolidado.

Portanto, o País tem instrumentos que, combinados com uma regulação e uma supervisão financeira rigorosas, estão permitindo atravessar este período complexo sem aumento significativo de riscos no sistema financeiro e na economia real.

No que se refere ao comportamento de preços, além dos ajustes dos preços domésticos em relação aos internacionais, a economia brasileira também está passando por um intenso ajuste de alguns preços regulados em relação aos preços livres da economia, em particular os preços da energia elétrica subiram quase 50%, em 2015, refletindo os custos incorridos no setor. A correção desses preços teve, como efeito, forte alta da inflação no ano corrente, mas, por outro lado, reduziu as incertezas quanto ao aumento em que os referidos ajustes seriam feitos, o que vinha comprometendo as expectativas de inflação num horizonte de mais longo prazo.

Outro ajuste fundamental pelo qual passa a economia brasileira é o processo de recomposição do colchão fiscal. A atual agenda da política fiscal tem enfrentando esse desafio por meio de uma série de medidas que incluem, entre outras, cortes de gastos, redução de subsídios, aumento de tarifas públicas e recomposição de impostos regulatórios.

Tendo em conta que o processo de recuperação dos resultados fiscais têm ocorrido em velocidade inferior à inicialmente prevista, é fundamental que seja mantida a determinação para retomada de resultados primários positivos.

Considerando que o ajuste fiscal também possui suas próprias defasagens entre a discussão e a adoção das medidas e seus resultados, quanto mais tempestiva for a implantação do processo em curso, mais rápida será a retomada de uma trajetória favorável para a dívida pública e para a confiança de famílias e empresários.

Uma trajetória de geração de superávits primários que fortaleça a percepção de maior sustentabilidade do balanço do setor público é fundamental para o ambiente macroeconômico e, portanto, para o crescimento sustentável à frente.

Trajetórias fiscais que afetem de forma negativa as expectativas dos agentes econômicos e, consequentemente, o preço de ativos, contribuem para criar uma percepção menos positiva sobre o ambiente macroeconômico de médio e longo prazo. Por outro lado, o momento deve ser aproveitado para repensar as estruturas de tributos e de gastos públicos numa perspectiva tanto de melhora dos resultados fiscais, no curto, médio e longo prazo quanto de melhora na eficiência econômica e de impactos para o crescimento do produto no longo prazo.

Vemos esse conjunto de medidas como condição necessária para fortalecer nossos fundamentos macroeconômicos, contudo a construção de um futuro mais próspero requer ações em outras frentes, de forma a superar gargalos estruturais à produção, acelerar a taxa de crescimento da produtividade e ampliar a oferta da economia.

Exm^{as} Sr^{as} Senadoras, Exm^{os} Srs. Senadores, vou me ater agora às questões atinentes à condução da política monetária.

Como destaquei anteriormente, os ajustes de preços relativos, representados pelo fortalecimento do dólar e pelo aumento dos preços administrados, têm colocado importantes desafios à condução da política monetária. Esses ajustes de preços relativos fazem com que a inflação se eleve no curto prazo. A inflação acumulada em doze meses está atingindo seu pico neste trimestre e deve permanecer elevada até o final de 2015, requerendo

determinação e perseverança para impedir sua transmissão para prazos mais longos. Nesse sentido, a política monetária pode, deve e está contendo os efeitos de segunda ordem decorrentes desses ajustes de preços.

O comportamento de indicadores de expectativas de médio e longo prazo mostram que a estratégia de política monetária está na direção correta. No início do ano, as medianas das expectativas para a inflação, no período de 2017 a 2019, encontravam-se muito acima do nível de 4,5% ao ano. Atualmente, verifica-se convergência das expectativas para esse patamar em todo esse intervalo. Para 2016, a mediana das expectativas recuou nesse período a despeito do crescimento significativo da inflação observada e das expectativas para o ano corrente de 2015.

Em 2016, os números da inflação, impactados pelo realinhamento de preços relativos, cederão lugar a valores que refletirão melhor o estado corrente das condições monetárias, levando à forte queda na inflação anual já nos primeiros meses do próximo ano. Por exemplo, o realinhamento dos preços de energia elétrica ocorreu no primeiro semestre do ano corrente e seus efeitos deixarão de impactar a inflação acumulada em doze meses ao longo do primeiro semestre de 2016. Além disso, o processo de ajuste macroeconômico em curso, intensificado por eventos não econômicos, contribuirá para uma dinâmica mais favorável da inflação.

Nesse contexto, a manutenção do atual patamar da taxa básica de juros por um período suficientemente prolongado é condição necessária para a convergência da inflação para a meta ao final de 2016.

O cenário de convergência da inflação para 4,5% no final de 2016 tem se mantido, apesar de certa deterioração no balanço de riscos recentemente.

Os avanços alcançados no combate à inflação, a exemplo dos sinais benignos vindos de indicadores e expectativas de médio e longo prazo, mostram que estamos na direção correta. Nessa ótica, certos riscos remanescentes para as projeções de inflação no Copom atinjam com segurança o objetivo de 4,5% no final de 2016 são condizentes com o efeito defasado e cumulativo da ação de política monetária.

De outro lado, elevações recentes de prêmios de risco que se refletem nos preços de ativos exigem que a política monetária se mantenha vigilante em caso de desvios significativos das projeções de inflação em relação à meta.

Ressalto que a melhor maneira de proteger consistentemente o poder de compra dos salários é trazer a inflação para a meta de 4,5% no final de 2016, que é o compromisso do Banco Central do Brasil.

A história brasileira nos ensinou reiteradamente que níveis elevados de inflação corroem o poder de compra dos salários e desorganizam o funcionamento da economia. Na fase que estamos atravessando, quando ocorrem simultaneamente queda da atividade econômica e aumento da inflação, a percepção imediata dos agentes econômicos é naturalmente afetada pelos custos inerentes do processo de ajustamento, por serem correntes e mais palpáveis. Entretanto, à medida que a inflação arrefecer e um ambiente de estabilidade macroeconômica se consolidar, a percepção tenderá a mudar, melhorando o estado de confiança dos agentes econômicos.

Os ajustes em curso são fundamentais para estabelecer bases sólidas para a retomada sustentável do crescimento, eliminando distorções e vulnerabilidades, que poderiam adiar a recuperação econômica.

À medida que esses ajustes se materializem, alguns fatores de dinamismo tenderão a ganhar tração. Como mencionado anteriormente, as exportações líquidas devem ser um importante componente para a atividade econômica. Além disso, o processo de convergência da inflação para a meta ajuda a reduzir as incertezas e amplia o horizonte de planejamento dos agentes, melhorando o ambiente macroeconômico e, com isso, estimulando o investimento privado.

Devemos lembrar ainda que o próprio processo de ajuste de preços relativos, a despeito de seus efeitos de curto prazo sobre a inflação, aumenta a eficiência da alocação de recursos, condição necessária para a recuperação da produtividade e do crescimento sustentável.

No curso desses ajustes, a contribuição do Banco Central do Brasil se dá não somente pela condução da política monetária, mas também por sua ação para assegurar a solidez e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional.

O sistema continua bem capitalizado e líquido, com índices relativamente baixos de inadimplência e composto por instituições bem provisionadas e pouco dependentes de recursos externos.

Numa análise prospectiva, a solidez do nosso sistema financeiro será um fator que contribuirá para a recuperação de níveis sustentáveis de crescimento à frente.

Exm^{as} Sras Senadoras e Exm^{os} Srs. Senadores, a consolidação do processo de transformação econômica ora em curso requer determinação e perseverança de todos. Os mencionados ajustes, presentes e futuros, têm grande potencial para estabelecer as bases para a retomada de um crescimento econômico sustentável, com resultados melhores para o Produto Interno Bruto já em 2016, o que permitirá a continuidade do progresso social brasileiro, um benefício de longo prazo para esta e para as futuras gerações.

No contexto atual de maior incerteza e volatilidade nos mercados, a principal contribuição do Banco Central é continuar trabalhando para proteger o poder de compra da moeda, condição indispensável para a estabilidade econômica.

Para isso, a manutenção do atual patamar da taxa básica de juros por um período suficientemente prolongado é condição necessária para a convergência da inflação para a meta no final de 2016.

Por outro lado, o Banco Central também contribuirá, cumprindo sua missão institucional de assegurar um sistema financeiro sólido e eficiente, que apoia o crescimento do lado real da economia e promova a cidadania e a estabilidade financeira.

Sr. Presidente, Ex^{mos} Senadores e Senadoras, essas foram as minhas colocações iniciais e me coloco agora à inteira disposição de V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Sr. Aldo Luiz Mendes, Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil, para fazer a sua exposição.

O SR. ALDO LUIZ MENDES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

Agradeço ao Senador Ferraço o convite e a oportunidade de estar aqui hoje, para trazer ao conhecimento desta Comissão algo que eu reputo bastante importante, um trabalho está sendo feito pelo Banco Central, em colaboração com o Cade.

Existe em curso uma investigação sobre práticas não competitivas no mercado de câmbio no exterior. Então, desde o início, eu gostaria de pontuar que nós estamos falando de práticas que ocorreram fora das fronteiras nacionais, fora do Brasil, que foram e estão sendo investigadas por autoridades fora do Brasil, principalmente por autoridades norte-americanas.

Uma das instituições alvo dessa investigação resolveu trazer documentos ao Cade aqui no Brasil e colaborar, trazendo informações do que ela tem sobre essa investigação, que ocorre lá fora. O Cade nos convidou e nos franqueou esses documentos. Estamos trabalhando em perfeita harmonia.

Então, eu gostaria de falar um pouco do que nós achamos até agora nesses documentos e do que nós não achamos e provavelmente não acharemos nesses documentos.

Em primeiro lugar, gostaria de salientar também que o trabalho não está concluído, esse trabalho está em pleno andamento, mas já há indícios, e eu gostaria de trazer essas informações aqui, Senador Ferraço.

Muito bem. O que nós achamos? Nós achamos que existem indícios muito fortes de operação em conluio entre operadores de câmbio fora do País, bancos e corretoras estrangeiros – não há qualquer banco brasileiro ou nacional envolvido nessa investigação, são todos estrangeiros –, atuando fora daqui. Há pessoas físicas de nacionalidade brasileira? Sim, há operadores brasileiros trabalhando para essas casas estrangeiras e operando a moeda real no Brasil contra a moeda real no exterior.

O que nós não achamos, e explicarei depois com detalhes? Qualquer tentativa de manipulação da taxa de câmbio, até porque, para eles, isso é, por definição, impossível, porque eles não estão no Brasil, eles estão operando lá fora. O real não é uma moeda conversível, portanto a formação de preço do real se dá toda aqui dentro, principalmente a sua taxa de referência, que é a PTAX.

Então, há, de fato, indícios de atuação em conluio de tentativa de fixação do chamado *spread*, não da taxa de câmbio, mas do *spread*. Se me permitirem, eu abriria aqui um parêntese, para tentar explicar um pouco melhor o que é o *spread*, já que é um termo técnico e um pouco mais difícil de entendimento geral. Se me permitirem também os senhores, usaria de um exemplo simples para, depois, ir para um exemplo um pouco mais completo do mercado internacional. No mercado doméstico, se nós entrarmos em qualquer agência bancária e quisermos vender dólar – por exemplo, voltei dos Estados Unidos da minha última viagem, tenho alguns dólares no bolso e quero vender esses dólares –, chegaria a um banco, e o banco terá uma taxa de compra e uma taxa de venda. Eu posso vender meus dólares para um banco qualquer, ele me cobraria, hipoteticamente, R\$3,80. Se eu estivesse querendo sair para uma viagem, eu iria lá para comprar os dólares para levar para essa viagem. Então, eu quero chegar lá e comprar dólares, não vender, e o banco tem uma taxa de venda de dólar para mim, que seria R\$4, hipoteticamente. Então, nós vamos encontrar na parede do banco, afixado lá, compra R\$3,80, venda R\$4. O ganho do banco com operação em dólar está exatamente nessa diferença, como qualquer comerciante: ele compra uma mercadoria, nesse caso uma mercadoria bem específica, bem particular, o dólar, ele compra por R\$3,80 e vende por R\$4, com essa diferença, ele cobre os custos e sua margem de lucro.

Esses operadores internacionais – fecho aqui o parêntese didático e passo agora para os operadores internacionais – faziam exatamente coisa muito semelhante, a lógica é a mesma. No *spread* entre compra e venda, a única diferença é que se dá uma perna de compra ou venda no exterior, e a outra se dá no Brasil. Contudo, a taxa de câmbio para eles está dada, a taxa de câmbio do real está formada aqui dentro, não há nada que eles

possam fazer para afetá-la. Então, eles tentaram combinar, ou atuar em conluio – há indícios disso nos documentos – para tentar exatamente moldar esse *spread*.

Vamos pensar em dois bancos. Entrei nesse banco, que me comprava a R\$3,80 e me vendia a R\$4,00. Se houver um banco ao lado querendo concorrer com esse, ele poderia fazer o seguinte: “Sr. Aldo, eu lhe compro a R\$3,90 e lhe vendo a R\$3,95”. O *spread* fechou. O *spread* do banco A, que era R\$3,80 para R\$4,00, no banco B veio para R\$3,90/R\$3,95. Isso é concorrência, porque ele quer, evidentemente, fazer mais negócios; ele ganha exatamente nessa diferença.

Então, a concorrência leva naturalmente ao estreitamento dos *spreads*. Onde não há concorrência, o *spread* tende a ser maior; onde há maior concorrência, isso que a gente chama de *spread*, no jargão técnico, tende a ser menor. Como a concorrência estava levando naturalmente ao encurtamento desses *spreads* entre a compra e venda no exterior contra o Brasil, esses operadores começaram a conversar e, entre eles, resolveram tentar tabelar ou atuar em conluio para impedir exatamente a compressão do *spread*. Há indícios disso.

O Cade concorda conosco. O Dr. Eduardo Fraga estará aqui também e certamente ele dará o mesmo testemunho. E certamente o Cade saberá lidar muito bem com essa questão concorrencial, que é o principal conhecimento deles, a principal área de atuação deles.

Com relação à taxa de câmbio, a taxa de câmbio no Brasil, principalmente a taxa de referência, que é usada para liquidar essas operações, é uma taxa feita 100% dentro do Brasil. Como não existe convertibilidade do real, o grande mercado de real contra dólar está aqui dentro. Nos momentos em que o Brasil está fechado, não há mercado de dólar contra real: o Brasil está fechado, então não ocorrem transações, não há liquidez.

(Soa a campainha.)

O SR. ALDO LUIZ MENDES – A PTAX é toda definida dentro do Brasil.

Portanto, eu diria que, quase por definição, não há como esses operadores hoje sob investigação, de bancos estrangeiros – muitos deles sequer têm filiais no Brasil – não têm como chegar aqui e fazer qualquer movimento de fora para dentro tentando impactar, ou fazer qualquer tipo de movimento com a nossa taxa de câmbio.

Contudo, há evidência, sim, Senador Ferraço, pelos documentos, de que eles tentaram montar um conluio para definição desses *spreads* e um tabelamento desses *spreads*.

Essa seria a explicação que eu teria e fico inteiramente à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Dr. Aldo Mendes. Passo a palavra já para o primeiro orador, autor dos Requerimentos nºs 22 e 23, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Quero só registrar: cinco minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, V. Exª deu ao Presidente do Banco Central 40 minutos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Quarenta minutos? Não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Deu ao Diretor Aldo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Foram 20, e ele falou em muito menos tempo, também; os dois.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Aldo Luiz Mendes, 20 minutos. Eu queria pedir...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – V. Exª gostaria de quanto?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... um deságio a V. Exª, de pelo menos dez minutos, para que eu pudesse elaborar as minhas considerações.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Fecha o acordo, que é bom para você, Presidente: dez minutos para o Ferraço...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Como V. Exª é Relator, eu concordo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Relator não, autor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Aliás, autor do requerimento. Perdão.

Aos demais, cinco minutos, como manda o Regimento.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

Acho que o assunto é de extrema relevância neste momento econômico que estamos vivendo no País. Nesta oportunidade de ter aqui os guardiões da nossa moeda, cinco minutos para a gente debater é muito pouco, Sr. Presidente. Vamos pelo menos deixar os dez que o nosso autor... Cinco minutos é muito pouco!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Ataídes, uma das coisas importantes na Comissão de Assuntos Econômicos é que gente segue o Regimento, e a Comissão funciona de uma forma muito bem organizada, tanto na aprovação de requerimentos, na discussão de matérias.

Eu vou cumprir o Regimento. Se V. Exª não se sentir atendido, V. Exª se inscreve novamente e V. Exª pode voltar a falar outra vez – duas, três vezes, quatro vezes, quantas vezes V. Exª desejar. Mas vou seguir o Regimento: cinco minutos cada um.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – O.k., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Ataídes. Senador Ricardo Ferraço com a palavra, por dez minutos, incontornáveis.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, cumprimentando o Presidente Tombini, eu cumprimento o conjunto dos Srs. Diretores do Banco Central que, mais uma vez, comparecem à Comissão de Assuntos Econômicos, para que possamos, enfim, fazer um sobrevoo sobre a nossa conjuntura.

O Presidente Tombini está há cinco anos à frente do Banco Central, e eu estou aqui há quatro anos e meio. Portanto, já participamos aqui de um conjunto de reuniões e audiências públicas dessa natureza.

Mas, com todo respeito, eu fico imaginando se o mundo em que estou vivendo e que a sociedade brasileira está vivendo é o mundo em que V. Exªs estão vivendo, porque, assistindo à apresentação que foi feita, me vem à cabeça aquela cena do Titanic afundando e o violonista, com todo respeito, continuando a praticar a sua sinfonia enquanto o Titanic afunda.

V. Exª é parte de uma equipe econômica que produziu uma desorganização em nosso País sem precedentes. V. Exª é a autoridade monetária de nosso País ao longo desses cinco anos e V. Exª, de certa forma, conviveu com determinada omissão, assistindo ao desmonte fiscal que foi praticado pelo Governo da Presidente Dilma, que, com o propósito de manter o seu projeto de poder, arrombou as contas públicas do nosso País.

Quando nós fazemos aqui um cotejamento sobre falas anteriores de V. Exª, V. Exª esteve aqui em 2014 e afirmou o seguinte... Eu mostrei ainda há pouco que nós estamos caminhando no Brasil para um fenômeno em que nós temos três, possivelmente quatro meses seguidos, de deflação nos índices gerais de preços. Não é por outra razão que o Banco Central neste momento não subiu a taxa de juros. Tem havido progressos, sim, na parte da inflação. Nós estamos longe do que seria, pelo menos na parte da inflação, do seu conceito levantado de “estagflação”, que foi um questionamento que fiz naquela oportunidade em que V. Exª esteve aqui.

Mais adiante V. Exª afirma e pergunta: mas que crise é esta em que estamos no menor nível de desemprego na economia brasileira de todos os tempos? Que crise é esta em que a inflação está sob controle? Pergunta V. Exª, respondendo a uma indagação que fiz.

Também em dezembro de 2014, mais precisamente no dia 09 de dezembro de 2014, afirmou V. Exª, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos: “Em relação à atividade econômica doméstica, espera-se um ritmo de recuperação gradual ao longo de 2015, com a melhora progressiva dos níveis de confiança dos consumidores e dos empregados. O consumo tende a continuar em expansão, embora em menor ritmo do que o observado em anos recentes. Os investimentos devem ganhar impulso em resposta à recuperação da confiança e aos impactos das concessões de serviços públicos e à ampliação das áreas de exploração de petróleo, entre outros”.

Foi mais além V. Exª: “Relativamente à oferta, emergem condições mais favoráveis à competitividade da indústria e da agropecuária, ao crescimento da produção agropecuária e à manutenção de investimentos nos setores de petróleo e gás, com expectativa positiva para o desempenho da indústria brasileira. É preciso mencionar que as condições do mercado de trabalho continuam favoráveis, com geração de emprego, continuidade do processo de formalização e manutenção da trajetória de expansão da renda real do trabalhador. A taxa de desemprego encontra-se em níveis historicamente baixos, sinalizando que estamos próximos ao pleno-emprego.”

Mais uma vez, V. Exª apontou um cenário, a meu juízo – e não apenas a meu juízo, à luz dos fatos da vida real –, fantasioso. Nós estamos falando de dezembro de 2014, quando debatemos política monetária, política econômica e política fiscal aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Apesar de todos os indicativos de elevação inflacionária no ano passado, o Banco Central manteve inalterada a taxa de juros em 11% ao ano, de abril de 2014 até as eleições. Assim que passaram as eleições, a política monetária parece que deu um cavalo de pau e promoveu um tarifaço de juros, que já subiram mais de três pontos percentuais, para 14,25% ao ano, mesmo sob cenário de forte recessão econômica e aumento de desemprego. Sabemos que, quando o Banco Central – e V. Exªs sabem muito mais do que eu – não atua no momento apropriado, de maneira cirúrgica, o custo de controle da inflação se torna excessivamente caro para a sociedade brasileira, que está pagando um preço muito caro por isso.

Em relação à política cambial, o Banco Central elevou sua exposição ao câmbio em mais de US\$100 bilhões em *swaps* antes das eleições, para segurar o câmbio e controlar artificialmente a inflação. O problema é

que esse “populismo cambial”, para dizer o mesmo, tem custos. Em um ano o Banco Central já perdeu mais de R\$100 bilhões nas operações de *swap*. Só para darmos uma ideia, com esses valores seria possível pagarmos o programa Bolsa Família por quase quatro anos ou triplicar os gastos do PAC.

Atuando dessa forma, o Banco Central contribuiu de fato para o agravamento da situação das contas públicas neste ano por meio de forte elevação das despesas com juros. O déficit nominal acumulado em 12 meses atingiu 8,8% do Produto Interno Bruto, tornando-se um dos maiores do mundo, ficando menor apenas que déficits projetados para países como Argélia, Egito, Líbia, Omã, Arábia Saudita, Venezuela e Mongólia.

O Governo, a todo momento, alega que nossos problemas são frutos da crise internacional; se nós passarmos um olhar sobre os nossos vizinhos da América do Sul, países como o nosso dependentes de *commodities*, nós vamos ver que o México, a Colômbia, o Chile e o Peru crescem mais do que o Brasil, com inflação menor e com taxa de juros controlada. Os erros acumulados nos últimos anos, pelo menos a meu juízo e em minha convicção, e a falta de senso de urgência do Governo – não apenas urgência, mas urgência, coordenação, convicção, diálogo efetivo entre as políticas fiscal e cambial – agravaram os problemas econômicos que o nosso País está enfrentando.

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Os nossos problemas não são importados; eles são *made in Brazil*.

O envio da proposta de orçamento deficitário para 2016, sem propostas de ajustes, fez e produziu como coroamento a perda do grau de investimento. O ajuste fiscal anunciado ontem pelo Governo é de baixa qualidade, concentrado mais uma vez na elevação da carga tributária. Assim eleva-se a percepção de risco da economia, pressionando os preços dos ativos, e dificulta-se a convergência da inflação, seu retorno ao centro da meta.

Diante dessas considerações e com base nessa conjuntura, qual é a perspectiva de nós acreditarmos nesse mar de rosas ou nesse mar de almirante de que V. Ex^a tenta nos convencer? Nós precisamos olhar para a autoridade monetária e ter confiança de que as coisas vão acontecer, porque até aqui não aconteceram.

Por muito tempo – já caminho para encerrar, Sr. Presidente –, o Governo parece que quis dirigir o carro ora pisando no acelerador, ora no freio ao mesmo tempo.

Do lado fiscal, a política era expansionista, gastava-se como um novo rico, sem previdência, sem planejamento e sem preocupação com poupança, endividando-se e permitindo que os demais entes federados se endividassem de igual forma, mesmo sabendo que essa situação seria insustentável.

Do lado monetário, mais recentemente o Banco Central atuou de forma contracionista, iniciando um processo de elevação das taxas de juros. O carro não saiu do lugar, e a única coisa que se mexeu foi a dívida que subiu pelo gasto e pelos juros. Essa falta de coordenação política e econômica causou um custo imenso ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Concluindo, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vou concluir, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a.

Quando a dívida de um país é percebida pelos agentes como sendo insustentável, a efetividade da política monetária deixa de funcionar. Os economistas chamam esse fenômeno de dominância fiscal e a cada momento nós estamos percebendo que estamos a um passo da dominância fiscal clássica em nosso País, com os efeitos das medidas monetárias, em face da desorganização fiscal, não produzindo os resultados necessários para controle ou a retomada da meta da inflação que, nos últimos cinco anos, não foi uma verdade, na medida em que o piso da inflação ou o centro da meta se transformou no seu teto.

V. Ex^a acha que o anúncio das medidas fiscais do Governo ontem são suficientes para melhorar a coordenação com a política monetária e a efetividade da política econômica como um todo?

O Brasil se encontra próximo da situação de dominância fiscal?

Qual é o tamanho do ajuste fiscal necessário para o País não entrar nessa armadilha? Até fazendo menção, evidentemente, ao §25º da última Ata do Copom, em que o Banco Central produz uma peça de contorcionismo dizendo que segue esperando o que já ninguém espera, que a administração fiscal possa colaborar no combate à inflação.

Por ora, Sr. Presidente, são essas as manifestações que eu gostaria de, respeitosamente, em que pesem as divergências frontais, dirigir ao Presidente do Banco Central.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço. Passo a palavra agora ao Senador Ataídes Oliveira.

Esse é o primeiro bloco de quatro: Senador Ferraço, Senador Ataídes, Senador Telmário e Senadora Vanessa Grazziotin.

Aí os diretores do Banco Central respondem e nós passamos para o bloco seguinte. E assim *la nave va*.

Com a palavra, o Senador Ataídes Oliveira, por cinco minutos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Pelo meu tempo exíguo, peço ao Senador Ferraço que possa fazer minhas parte dessas afirmativas tão corretas que S. Exª fez. Eu gostaria, então, de pedir autorização para que possa fazer parte das minhas palavras as suas afirmações tão corretas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Autorização concedida.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muito obrigado, Senador.

Presidente Tombini, 14,25% de taxa de juro; inflação na casa dos 10%; retração do PIB algo em torno de 3% até o final do ano; desemprego na casa dos 28,35% e não 8,35%, conforme diz o Governo; dívida pública algo em torno de R\$4 trilhões, se incluirmos as dívidas das estatais; pagamento de juro, só este ano, R\$235 bilhões, devemos chegar, ao final do ano, em torno de R\$500 bilhões; *swap* cambial, este ano até 4 de setembro, o Brasil teve um prejuízo de R\$89,51 bilhões.

Em relação à poupança, tivemos uma perda de R\$48,5 bilhões neste ano.

Sr. Presidente, tinha muito a falar, mas o tempo é curto. Então, vou diretamente às perguntas. No entanto, quero me ater um pouco mais ao *swap* cambial, que o Senador Ferraço colocou. Nós temos um estoque, hoje, em contratos em torno de R\$100 bilhões ou um pouco mais. Perdemos, então, R\$90 bilhões neste ano. E devemos chegar ao final do ano com algo acima de R\$100 bilhões de perda. Isso vai representar algo em torno de 8,5% do nosso PIB. Devemos chegar, então, a uma dívida pública bruta em torno de 70%.

Pergunto, Sr. Ministro Alexandre Tombini, se o País adota de fato um regime de câmbio flutuante. Caso a resposta seja positiva, qual é a razão dessa intervenção na dinâmica dos mercados? V. Exª poderia explicar o porquê da insistência em manter essas operações com enorme custo para o Brasil? O nosso rebaixamento, Ministro... Eu falei há 12 ou 14 dias, quando o Governo mandou esse desastroso orçamento ao Congresso Nacional, com esse déficit primário de R\$30,5 bilhões, que uma das três agências iria rebaixar a nota do País. Oito dias depois, a S&P rebaixou, como é sabido por todo mundo, o nosso grau de investimento para especulativo. Acredito que a Moody's vem logo agora, porque o nosso risco está Baa3. Se essa agência rebaixar, vamos entrar em colapso total. Queria fazer esses registros.

E pergunto ainda se V. Exª acredita que o rebaixamento foi injusto ou reconhece que a política fiscal expansionista, principalmente no eleitoral, foi decisiva para essa derrota histórica do País e do povo brasileiro.

Com relação a essa perda de poupança, pergunto também, Sr. Ministro, na visão de V. Exª qual é a principal razão da fuga maciça desses recursos?

Estou concluindo, Sr. Presidente, não quero ultrapassar o meu limite.

As nossas reservas cambiais, Sr. Ministro, estão em torno de R\$370 bilhões. Pergunto: há pretensão do Banco Central em botar a mão nessa nossa reserva cambial? Esta é uma pergunta que gostaria que V. Exª nos respondesse. Em relação à nossa reserva, que está na ordem de R\$370 bilhões, há intenção de o Banco Central botar a mão nesse dinheiro para valorizar a nossa moeda e desvalorizar o dólar? Ou usar esse dinheiro para cobrir o rombo orçamentário?

Sr. Presidente, só concluindo: o que este Governo deveria ter feito há longa data, conforme já falamos aqui, é equilibrar as contas e diminuir, cortar, extinguir, extirpar pelo menos 17 Ministérios que estão aí apenas para dar cargos a políticos. Há 24 mil cargos comissionados e terceirizados. Tinha que haver um corte de pelo menos seis mil cargos comissionados. Tinha que baixar esse custo operacional, esse custo discricionário, como diz a contabilidade urbana, e aí incentivar a produção.

Ontem, vimos... Eu inclusive colaborei com a história do Sistema S. Fui até o Ministro Levy e disse: Ministro, são R\$36 bilhões de arrecadação e R\$17,6 bilhões especulados no mercado financeiro. Vamos usar esse dinheiro na saúde. E o Ministro, então, tomou aquela decisão tão bem acertada ontem, decisão esta que me deixou muito contente.

Agora, aumentar impostos não será a saída para o País, pois vai aumentar o desemprego.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de ter as respostas do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Ataídes, pela obediência ao tempo.

Passo a palavra agora ao Senador Telmário Mota, por cinco minutos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Só porque eu sou do menor Estado tenho cinco minutos, os outros tiveram mais, Sr. Presidente, mas V. Exª vai ter complacência e vai ampliar.

Quero aqui saudar o Ministro Alexandre e todos os demais, que compõem a Mesa, especialmente o Senador Raimundo Lira, por quem tenho todo o carinho e apreço.

Causava-me muita preocupação esse possível cartel de câmbios, mas aqui foi muito bem explicado pelo diretor Aldo, no sentido de que o nosso câmbio estaria protegido, então já fico contente.

Vou direto às perguntas, Sr. Presidente.

Primeira pergunta, que serve ao Presidente Ministro Alexandre e ao Aldo: as demonstrações financeiras do Banco Central relativas aos primeiros semestres indicaram despesas líquidas com juros, *swaps* e equalizações cambiais, cobertas por receita de avaliação a valor justo das reservas internacionais, perfazendo resultado final positivo. O que os senhores podem comentar sobre as operações deficitárias e superavitárias do período?

Segunda pergunta: consequência do resultado final positivo do Banco Central no primeiro semestre de 2015. Organismo transferiu cerca de R\$81 bilhões ao Tesouro para aplicação direta aos serviços da dívida pública. Quais os efeitos para as contas nacionais dessa medida? Depois vou passar as perguntas para facilitar, porque elas são um pouco compridas.

Terceira, sobre o *swap* cambial, o senhor poderia nos informar o quanto foi gasto no ano em curso e no acumulado dos últimos 12 meses, agosto inclusive, com o pagamento de ajuste da BM&F?

Quarta, dado que o Banco Central apresentou resultado positivo no primeiro semestre deste ano, o que foi feito para compensar as perdas para o *swap* nesse mesmo período?

Quinta pergunta: qual a base legal que suporta esse tipo de contabilização em que valorização de ativo vira receita? O Tesouro Nacional efetuou o mesmo procedimento relativamente à dívida externa do setor público brasileiro?

Sexta pergunta: o Banco Central, em decorrência das restrições orçamentárias, cancelou 60% das atividades, que requeriam viagens de fiscalização programadas para os últimos quatro meses de 2015. Essa decisão não implica elevação de risco e segurança do Sistema Financeiro Nacional? Indo mais além, o País não estaria deixando de cumprir seus compromissos com organismos internacionais como o Comitê de Basileia? Como fica a imagem da instituição, perante a opinião pública, ao ser divulgado que o Banco Central está deixando de cumprir seu papel de órgão fiscalizador em função do corte orçamentário?

Última pergunta: segundo as mais diversas fontes, o Brasil tem, atualmente, a maior taxa básica de juros reais do Planeta. O que, segundo esse critério, nos coloca em situação pior do que países como a Grécia, Venezuela, Rússia, considerando-se que os países, há dois trimestres, crescem negativamente. O que caracteriza, tecnicamente, uma recessão, com aumento do desemprego, redução da renda, dos salários e, consequentemente, da demanda interna, sendo essa última objetivo maior da atual escala de juros. O senhor não acha que o atual nível da Selic é compatível com a situação econômica do País?

Por outro lado, há todo um esforço fiscal do Governo, promovendo ajuste nas contas públicas por meio da elevação dos tributos.

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Já concluindo, Sr. Presidente, e redução de despesas não financeiras. Todo o ganho de receita prevista, por um lado, e a redução de gastos, por outro, serão insuficientes para cobrir as despesas financeiras, causadas pela alta recente da Selic. O senhor concorda com isso? São muitas as afirmações acerca do impacto da elevação da Selic no custo da dívida pública. As opiniões variam de R\$12 a R\$30 bilhões por ano, para cada ponto percentual de elevação da taxa. Como Presidente do Banco Central, o senhor poderia nos dizer qual a repercussão da despesa financeira anual da dívida pública quando a Selic passou de 13,75% para 14,25% na penúltima reunião do Copom, realizada no final de julho último?

O senhor poderia ainda nos dizer qual o valor da despesa financeira acumulada nos primeiros oito meses deste ano e quanto importa nominalmente essa despesa nos últimos 12 meses?

Por último, o senhor poderia citar outras medidas que o Banco Central tem adotado para combater a inflação, que não seja o simples aumento da Selic?

Já concluindo, Sr. Presidente, eu só queria aqui dizer que, sem nenhuma dúvida, a economia não cresce, apesar de o Banco Central passar volumes, pelo menos para o BNDES emprestar às empresas de forma subsidiada. Então, não há nenhuma dúvida de que nós estamos num modelo de política monetária falida. Esse modelo, desde 1999, é submetido ao tripé meta de inflação, superávit primário e câmbio flutuante. Aí vai a pergunta final: o atual modelo está falido; não estaria na hora de o Banco Central sair desse tripé e buscar um outro, que seja o desenvolvimento, o equilíbrio e o crescimento do País?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Concluindo, Senador.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, queria fazer essa pergunta, e como as perguntas são grandes, eu queria passar para o Presidente Alexandre.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É uma metralhadora giratória de perguntas.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. *Fora do microfone.*) – É para poder concluir em cinco minutos. Restrito ao tempo que V. Ex^a me concedeu.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Telmário. Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin, por cinco minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, além de metralhadora giratória, ele fez todas as perguntas, absolutamente todas, eu tinha exatamente...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, respeitando a Vanessa aqui, só um pouquinho, só um pouquinho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É que ele copiou de você.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É, eu copieei, porque ela estava ao meu lado.

Mas eu queria só concluir e fazer uma pergunta ao Presidente Alexandre. E não quero interferir nessa parte, que é muito administrativa sua. Mas hoje nós temos uma... A Presidência do Banco, não estaria na hora de conversar com o Sinal, que é o Sindicato dos Funcionários do Banco Central? Porque há uma desmotivação,...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Há uma série de restrições...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – E queríamos também fazer essa colocação. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senadora Vanessa Grazziotin, com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu fui chamar a atenção que faltava, e ele ainda puxou agora no final.

Sr. Presidente, quero cumprimentar também aqui os representantes do Banco Central e dizer que nós, primeiro, temos muito claro o momento de dificuldade por que passa o País. E muito claro que este momento de dificuldade que a gente vive não é só uma dificuldade econômica; é também uma dificuldade política, que cresce a cada dia e que, sem dúvida nenhuma, reflete-se na questão econômica. Porque é óbvio: quanto mais tempo demoramos para encontrar as saídas econômicas, pior fica a situação da economia do nosso País.

Entretanto, Presidente Tombini, queria perguntar a V. Exª, porque eu prestei muita atenção à sua fala, e V. Exª, quando distribui para todos nós aqui uma apresentação que nem foi feita aqui no painel, deixa muito clara, primeiro, uma análise que faz da situação econômica, fiscal de países importantes no mundo inteiro, e países que têm uma interface direta com o nosso. Ou seja, suas economias falam com a nossa. Então, mostrando o reflexo desse problema da economia internacional na economia brasileira.

Por outro lado, o que a gente viu – achei que foi extremamente simbólico, muito bom, porque isso é um resumo, aqui nós tivemos um resumo do grande debate nacional hoje, Presidente Delcídio –, o primeiro orador que falou usou de forma muito delicada, muito eloquente, bem colocada, mas foi extremamente duro, falando em desmonte fiscal, em “arrombou”, “fantasiosos”, ou seja, extremamente dura, apesar da forma ter sido delicada. Mas é isso o que a gente ouve todos os dias.

E ao final, não sei se todos repararam, veio uma frase, aliás numa língua que eles gostam muito de falar, que se eles pudessem, eu acho que eles trocariam o português por essa língua, que é a língua que falam os americanos, dizendo o seguinte: que a crise brasileira não é uma crise internacional, é uma crise *made in Brazil*. Eu ouvi o Governador de São Paulo, o Alckmin, falar isso há alguns dias. Eles gostam muito dessa língua, porque aliás, eles nunca foram a favor das medidas anticíclicas que o Brasil adotou, para que nós não tivéssemos sofrido essa crise anteriormente.

E aqui ficou claro, nas palavras do primeiro orador: “Não, até 2013 estava indo tudo bem, mas 2014 veio tudo para quê? Para ganhar a eleição.” O que estamos vivendo aqui não é um debate econômico não. Nós estamos vivendo aqui um debate político, de quem não aceita que a Presidenta Dilma ganhou as eleições e se reelegeu com o apoio do povo e em cima de um debate político muito importante.

Então, para mim, isso está muito claro, Sr. Presidente. Porque os que falam agora criticando são exatamente os que sempre defenderam os juros altos. Aliás, eles passaram boa parte do primeiro mandato da Presidenta Dilma criticando a interferência no Banco Central porque os juros estavam baixando. E na avaliação deles baixando demais.

Acho que o que nos cabe agora, obviamente, eu sou do PCdoB e temos uma opinião muito clara – e tenho sempre que possível procurado mostrar isso aqui nos nossos debates – em relação a esse receituário ortodoxo para sair da crise. Mas essa não é uma opinião conjuntural de meu Partido. Essa é uma opinião sólida e não conjuntural, repito. E essa talvez seja a nossa diferença em relação àqueles que criticam agora nesse momento. Porque eu não entendo, Presidente Tombini, como que taxas de juro elevadas, se por um lado funcionam para baixar a inflação, por outro lado, até mesmo do ponto de vista fiscal, trazem um problema a curto, médio

e longo prazo, que é o crescimento da nossa dívida, do endividamento público. E o crescimento do endividamento leva à falta de confiança.

Para concluir, Sr. Presidente, não abusando do tempo, eu faço apenas uma pergunta.

A Standard & Poor's nós sabemos quem é. Sabemos também que foi obrigado pelas autoridades americanas a pagar multas, e multas pesadas. Acho que o Senador Delcídio falou isso rapidamente na última sessão da quarta-feira no plenário. Multa pesada porque aos Estados Unidos falindo, quebrando, deram nota lá em cima.

Então, só pergunto para o senhor em relação a essa avaliação que nos pegou a todos de surpresa da Standard & Poor's: qual a sua opinião em relação a isso e o que explica esse fato?

Era isso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Terminamos esse primeiro bloco de quatro Senadores com a Senadora Vanessa.

Passo, agora, a palavra para o Presidente Alexandre Tombini. E evidente que os diretores que quiserem também se posicionar com relação às interpelações fiquem absolutamente à vontade.

Os próximos quatro inscritos são o Senador José Medeiros, o liberal Senador Lindbergh Farias, o Senador Eduardo Amorim e o Senador Raimundo Lira.

Com a palavra, o Presidente Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, agradeço as perguntas, o debate. Acho que este fórum é uma oportunidade fundamental para discutirmos questões de tamanho interesse e importância para o País.

O setor público brasileiro tem, desde 2007, uma posição credora líquida em moeda estrangeira. O que quer dizer isso? Quer dizer que, diferentemente do passado, quando há uma desvalorização da moeda nacional, uma valorização da moeda estrangeira, neste caso o dólar norte-americano, a situação financeira, a equação financeira do setor público consolidado fica mais favorável e não menos favorável.

Isso permitiu, entre outras coisas, após a crise financeira global de 2008, 2009, que o Brasil, pela primeira vez, adotasse uma política anticíclica. Ou seja, já que a restrição financeira estava melhorando e não piorando, foi possível adotar essa política contracíclica como outros países do G20 fizeram.

Foi concertado internacionalmente e o que nós vimos naquele momento é que as economias emergentes saíram rapidamente daquela crise, utilizando essas políticas utilizando essas políticas anticíclicas – lógica que não poderia ser adotada anteriormente porque, quando éramos devedores em moeda estrangeira, uma desvalorização, sim, causava digamos uma piora da situação financeira do setor público consolidado. Então, este é o primeiro conceito importante que os Senadores aqui nesta privilegiada Comissão do Senado Federal em matéria econômico-financeira, tem que ter em mente: o Brasil tem uma posição credora em moeda estrangeira.

Em segundo lugar, o nosso câmbio é flutuante. Nós, ao longo do tempo, acumulamos reservas, graduamos de um programa do Fundo Monetário Internacional, que foi estabelecido lá atrás. E essas reservas representaram um colchão de segurança, para justamente conseguirmos transitar em momentos de maior dificuldade, além de ser maior do que a dívida do setor público, fazendo com que essa posição credora hoje seja na faixa de R\$1 trilhão.

Então, isso permitiu lá atrás fazer o uso de políticas anticíclicas e hoje permite, já desde 2013... Por que 2013? Porque 2013, V. Ex^a se recorda, houve a mudança no tom da política monetária norte-americana, com as primeiras falas a respeito – isso no início do ano, em março de 2013, abril de 2013 –, que coincidiu quando Banco Central começa a subir os juros, o Banco Central sobe os juros desde abril de 2013. Coincidiu que o Banco Central norte-americano começa a falar de desmontar os estímulos não convencionais de políticas monetárias, começa a reduzir e deixar de injetar estímulos não convencionais de política monetária.

Nós, naturalmente, com a nossa posição credora e também sendo responsáveis por administrar um ativo de US\$370 bilhões *plus*, mais, nós lançamos mão desse dispositivo. Por que lançamos mão desse dispositivo? Porque toda pressão no mercado cambial – e aí não é para segurar taxa de câmbio. O Banco Central nunca falou em segurar taxa de câmbio. O Banco Central falou em assegurar estabilidade e permitir que os mercados funcionassem em reduzir volatilidade. Então, nós lançamos mão desse programa também pelo fato de que, hoje, no Brasil, nós temos um mercado de futuros de câmbio e de juros, mas sobretudo de câmbio, nesse caso, que é bastante líquido. Ao longo do tempo, foi adquirindo essa condição.

Então, ali estava a pressão. Qual era a pressão? A pressão era, justamente para se manter exposto ao Brasil, porque havia interesse e há ainda interesse, do começo do ano para cá entraram US\$11 bilhões no Brasil, esse interesse continua também em função das proteções que nós montamos, mas havia o interesse de permanecer no Brasil, mas não estar sujeito aos sobressaltos desse preço importante, desse preço relativo que é o câmbio.

Então, nós lançamos esse programa com muita previsibilidade e foi importante para o País, porque precisava de previsibilidade. Nós tínhamos instrumento e nós continuamos... Se o setor público consolidado tem uma posição credora em dólares hoje, o Banco Central, naturalmente tem. Ele tem R\$370 bilhões, um pouco mais do que isso, numa iniciativa chamada reservas internacionais. E tem uma posição em torno de R\$100, R\$104, R\$103 bilhões de *swap*.

Do ponto de vista do Banco Central, como administrador da reserva, faz sentido ter uma parte delas protegida, na direção contrária. Ou seja, tudo o que foi dito aqui em termos de resultado da posição de *swap*, o resultado três vezes maior na valorização das reservas internacionais. Depois eu vou atacar suas considerações, há questões específicas a respeito disso.

Então, quando você olha a nossa capacidade de fazer esse tipo de política, é perfeitamente... Primeiro, para distribuir proteção cambial para a economia como um todo. De nada adianta o Banco Central estar sentado em R\$370 bilhões de reservas e ter o setor produtivo – estou vendo aqui o setor privativo, não financeiro, sentado aqui – sem proteção em relação ao câmbio. Não é para segurar, tanto é que a taxa variou, a taxa de câmbio variou. Sempre o nosso objetivo foi assegurar a estabilidade financeira num sentido amplo da economia, principalmente o setor privado não financeiro, que tem dívidas em dólares também, em moeda estrangeira, ter alguma proteção para não acontecer o que aconteceu no passado, que foi o primeiro choque de câmbio.

O câmbio andou de R\$2,20 ou R\$1,80, para R\$3,90, R\$3,80 hoje. Imagina esse tipo de variação sem a proteção? Seria muito interessante, quer dizer, a nossa reserva valorizaria, mas e a economia? Então, este é um ponto fundamental da nossa política: distribuir proteção cambial num momento em que nós sabíamos, preventivamente, que a direção era uma direção de dólar forte no mundo. Por quê? Porque a autoridade monetária norte-americana já dava indicações, em abril de 2013, de que faria, digamos, uma mudança na sua política. Agora, estamos às vésperas de uma nova mudança, e não na política não convencional, mas na política convencional de subida de juros, enfim.

Então, isso proporcionou essa proteção para a economia. Que proteção é essa? Para onde vai isso? Essa proteção é reciclada na economia, os *dealers* estendem essa proteção para a sociedade como um todo. Nesse caso, nas nossas análises internas: 80% da produção vão para o setor privado não financeiro e investidores internacionais. Então, geram-se duas coisas: primeiro, que as empresas não saem quebrando numa variação de preço relativo como tivemos no País, e podemos ter essa variação de preço relativo e ter os impactos positivos da variação de preço relativo tanto nas exportações líquidas, na economia, num processo incipiente de substituição de exportações, que está ocorrendo hoje no País, sem um grande choque financeiro.

Então, é isso. Temos capacidade de fazer isso, porque, do outro lado, nas reservas internacionais, estão sendo valorizados em reais, então V. Ex^a imagine um estoque de R\$370 bilhões, estamos falando de R\$1,2 trilhão de estoque, então há uma variação de 10%, e isso vai para resultado.

Então, olhando de forma segregada esses componentes no impacto do câmbio sobre o setor público, sobre o Banco Central, certamente você verá prejuízo aqui, mas e o lucro do outro lado, e a compensação? Então, tudo que acontece desse lado é como um *hedge*, nesse caso um *hedge* parcial das reservas internacionais, porque nós estamos uma posição, em *swap* cambial, que é 28% do valor total da reserva. Então, é perfeitamente factível. É claro que, se olhar só esse pedaço, vai olhar uma coisa; se olhar o outro pedaço, vai olhar uma outra realidade, que, nesse ambiente, gerou um resultado positivo enorme. Descontados todos os custos com o *swap*, com o carregamento das reservas, nós tivemos um resultado, no primeiro semestre, de R\$35 bilhões, que foram transferidos para o Tesouro Nacional. Além dos R\$35 bilhões, houve uma valorização das reservas, no primeiro semestre, da ordem de R\$46 bilhões, mais alguma remuneração. Nós transferimos, na última sexta-feira, R\$83,5 bilhões ao Tesouro Nacional, por conta da operação do Banco Central, incluindo *swap* cambial, reservas internacionais e tudo mais. Então, essa, que foi depositada na Conta Única, é uma receita financeira.

Então, eu acho que aqui, no Banco, nós temos que ter consciência de que...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, milhões ou bilhões?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Bilhões.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Bilhões.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Bilhões.

Nós temos que ter consciência, primeiro, de que estoque é muito grande, segundo, de que tem havido uma variação do dólar no mundo inteiro e, no Brasil, em particular, de grande proporção.

Então, nós temos, dependendo, nesse papel que eu passei para os senhores, uma ideia da variação do câmbio bilateral em relação ao dólar. Então, esse é um aspecto que eu acho que nós não podemos esquecer. Nós não temos vulnerabilidade e nenhuma agência aponta essa vulnerabilidade, inclusive se pegarmos essa agência Standard & Poor's, que foi mencionada aqui, ela usa lá o critério dela de dívida líquida, que é basicamente a dívida bruta do governo geral, menos as disponibilidades do Tesouro no Banco Central, que inclui o

quê? Inclui esses R\$81 bilhões que nós transferimos sexta-feira passada, abatendo a dívida. Então, isso não é fragilidade do País, ao contrário, esse é um instrumento que nós temos, nós temos capacidade de utilizá-lo, nós temos um sistema de derivativos no Brasil bastante robusto, transparente, e essa ferramenta é utilizada para conferir essa proteção cambial e permitir que a transite num ambiente de grande mudança da taxa de câmbio ou do fortalecimento do dólar no País.

Quanto à questão que V. Ex^a coloca, da dominância fiscal, eu acho que é um outro assunto bastante relevante que vem sendo objeto de debate.

Eu diria o seguinte: do ponto de vista da... Em primeiro lugar, das condições iniciais, quando tivemos dominância no passado... O que é dominância fiscal? Dominância fiscal, basicamente, é você não poder usar um instrumento de política monetária porque, ao usar o instrumento de política monetária, aumenta a suspeição sobre a dinâmica do endividamento. Logo, os prêmios de risco aumentam, há mais desvalorização da moeda. Logo, há mais pressão para subir juros, então fica um círculo vicioso, de onde não há uma saída fácil, certamente.

Nesse caso, primeiro que nós temos uma situação de credor externo líquido em moeda estrangeira; isso já afasta. Segundo, os valores iniciais da nossa dívida são diferentes do passado. Terceiro, temos hoje – V. Ex^a mencionou, e outros aqui mencionaram – uma inflação média na faixa de nove, nove e pouco. Este ano vai ser mais ou menos isso, em função desse ajuste para eles administrarem, em função desse grande ajuste no valor do dólar. Mas estamos conseguindo manter lá a expectativa na frente mais bem ancorada, e no médio e longo prazo ancoradas.

Então, se nós olharmos o que pesa, por exemplo, para a receita tributária, a despeito de a economia estar contraindo... O mercado fala em 2%, alguma coisa relacionada a esse número. Contração 2%, com um preço médio de nove, nove e meio, abstraindo a tecnicidade, deflator *vis-à-vis* preço ao consumidor, estamos falando de um PIB nominal que se expande a 7%. A arrecadação vem em cima do PIB nominal. A arrecadação está boa? Não, não está – mas aí é outra questão, é questão de confiança.

Enfim, a arrecadação caiu muito mais do que o ciclo indicaria neste momento. A arrecadação caiu na frente. O que quer dizer isso? Na hora em que a confiança voltar, enfim, a arrecadação pode, digamos, recuperar mais rapidamente do que recupera a economia. Só para ilustrar que as condições de uma dominância fiscal em que você não possa ajustar o seu instrumento de política monetária porque a dinâmica da dívida fica, digamos, explosiva, não é o nosso caso.

Não temos um problema fiscal? Sim, temos, e o estamos atacando. O Governo está atacando, há essa proposta nova anunciada ontem. É suficiente isso? Acho que vai na direção correta. Eu sempre falei aqui, nas 26 vezes, ou vinte e tantas vezes em que vim a esta Comissão: quanto mais fiscal, melhor para o Banco Central. Isso sempre foi dito.

Eu não vou entrar naquelas questões que V. Ex^a colocou, mas, certamente, nas suas perguntas eu gostaria de dizer isso, inicialmente, ou seja: posição credora líquida...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Não, não temos medo de flutuar. A flutuação não é ruim para o setor público consolidado, ela é positiva do ponto de vista da restrição financeira. Segundo, não há um cenário hoje de dominância fiscal, ou seja, a política monetária tem de atuar para fazer com que... Eu até gostaria, nesse sentido... Ali nós temos... Só para ilustrar, eu passei um conjunto de gráficos...

Vai uma ou volta uma. A nominal.

O que eu estava falando era desse ajuste do câmbio nominal. Se pegarmos aí meados de 2011, quando chegou a 1.60 e hoje, sendo 14 de setembro, nós temos um expressivo ajuste do câmbio. Quer dizer, esse ajuste se dá também com esses mecanismos de proteção, para permitir que a economia consiga transitar minimamente num quadro como esse, naturalmente.

Eu gostaria só de fazer uma... Essa era a curva de juros. O que é a curva de juros? Lá na ponta, mais à esquerda, são os juros definidos pelo Banco Central, e ao longo do gráfico, um ano, dois anos, três anos, cinco anos, sete anos, e por aí vai, acho que até oito anos. Então, quando estávamos lá em 30 de julho, Senador Ferreira, a taxa de curto prazo está lá em 14.25, e a curva toda indicava uma redução, ao longo do tempo, da taxa de juros *overnight* básica para 13% ao longo desse período. Depois desse 30 de julho não houve mais ajuste na taxa básica de juros.

Para ilustrar, também, que não é... As taxas nas quais o Governo, o setor público se financia não são as taxas que definem o Banco Central. É uma curva de juros, que depende do Banco Central mas depende de várias condicionantes, como por exemplo... Aqui nós tivemos, em 31 de agosto, o orçamento em déficit.

Você vê que a taxa já saiu de 13, lá na frente, para 14.25 ao longo da curva, está certo?

Há mais outras questões, a perda do grau de investimento. Temos aí esse quadro. Vejam só: ao longo dos três, quatro, cinco anos, a taxa, que estava já em 13, pula para mais de 15%. Ou seja, subiu 200 pontos sem o Banco Central fazer nada. Isso para ilustrar – V. Ex^{as} bem conhecem isso – e não há voluntarismo de o Banco Central abaixar a taxa de juros no mercado. A taxa de juros no mercado, por definição, é quanto o mercado está disposto a financiar, por exemplo, à União. Aqui só para ilustrar que, a despeito de a taxa de juros não ter se mexido desde o dia 29 de julho, ela estava demonstrando uma queda na taxa ao longo da curva, ela sobe com essa incerteza de que nós estamos lidando hoje em relação, por exemplo, à política fiscal.

Então, isso também já atacando um pouco algumas questões que foram ponderadas em que, na realidade – viu, Senador Telmário, se nós decidirmos agora reduzir a taxa de 14 para 7, como está a inflação, como estão as expectativas, possivelmente aquela curva explodiria e o custo de financiamento do setor público aumentaria e não diminuiria.

Então, a taxa reflete uma circunstância: estamos passando por dois choques de preços relativos de grandes dimensões na economia brasileira. O primeiro deles, essa valorização do dólar e a desvalorização do real, pouco à frente inclusive de outras moedas – cerca de 40% do começo do ano para cá –, o que gera uma pressão inflacionária no momento, e também a mudança dos preços relativos dos administrados – energia elétrica, etc. –, essa recomposição de preços que gerou essa inflação, que, na média, está 9,5, como mencionamos, demandando uma reação de política para certamente fazermos com que as expectativas de médio e longo prazo não descolassem e se reancorassem.

Aqui V. Ex^{as} podem ver em relação aos efeitos da política monetária hoje. O que temos? Quando começou o ano, incidentalmente, Senador Ferraço, os mercados esperavam uma expansão da economia de quase 2% este ano. Certamente fomos surpreendidos pelos acontecimentos e essas revisões foram feitas de forma bastante significativa.

Mas olhe para lá. O que diz ali? A barra azul é como estava a expectativa de inflação para o ano de 2015 na primeira barra, no início do ano, dois de janeiro. Como ficou hoje? Ela foi de 6.56 para 9.28 em função desses dois grandes choques de preço relativo, fazendo com que a inflação, no curto prazo, subisse.

Voltando às minhas palavras iniciais, nós estamos sentindo agora todo o custo do ajuste, mas não estamos sentindo ainda os benefícios palpáveis.

Mas as expectativas de inflação para 2016 – isso é mercado – caíram ligeiramente a despeito da grande revisão na expectativa para o ano corrente e, nos anos subsequentes – 2017, 2018 e 2019 –, basicamente convergiram para o que seria hoje a meta de inflação de 4,5%.

Então, isso está sendo possível em função das políticas macro, dessas necessidades do ajuste. Quer dizer, a taxa está lá porque é necessária para fazer essa convergência. E, como nós vimos há pouco, o que move as taxas de mercado não necessariamente é a política monetária. A política monetária é um componente importante, mas há outros componentes que têm a ver com os prêmios de risco pelos prazos, pela inflação, pela incerteza em relação ao futuro. Então, isso faz com que as taxas as quais o Governo financia sejam determinadas no mercado.

Bem, eu ia passar para a pergunta do Senador Ataídes. Em relação aos fatos, é isto: se nós temos um ajuste de 100 bilhões, nós vamos ter um ajuste do outro lado de 300 bilhões no sentido contrário. Então, quanto ao resultado do Banco Central eu já mencionei anteriormente, respondendo ao Senador Ferraço, nós tivemos um resultado líquido, no primeiro semestre deste ano, de R\$35 bilhões do Banco Central, tirando as operações de câmbio.

Quando colocamos as operações de câmbio, reserva e *swap*, esse resultado aumenta de 35 para 83 bilhões e 500 milhões. Esses 83 bilhões e 500 milhões são depositados na conta única do Tesouro. Para quê? Para resgate de dívida.

Naturalmente, como vinha mencionando, aquela agência de risco considera, para efeito do seu indicador fiscal, onde deteriora ou não a capacidade, enfim, de estabilizar e colocar em declínio, considera o quê? Considera a dívida bruta do Governo geral menos as disponibilidades do Tesouro, conta única, depositada no Banco Central.

Então, o efeito do câmbio sobre o agregado fiscal, digamos, é positivo, de novo voltando ao primeiro princípio: o setor público consolidado é credor em moeda estrangeira. Uma depreciação na moeda melhora e não piora a condição financeira do setor público.

Então, o Banco Central nem se fala, porque o Banco Central não tem a dívida externa, tem a reserva e tem *swap*, isso dá esses números.

Olhando o começo do ano e entrando na questão do Senador Telmário, do início do ano foram, liquidamente... as operações cambiais geraram, até agosto... além dos 81 tem mais julho e agosto fechados. Geraram um resultado líquido de 143 bilhões e 127 milhões. Tem uma tabela, tabela 4, sessão 4, tabela nº 30, dos indi-

cadadores econômicos. No Banco Central está à disposição todo o dia, a página do Banco Central é atualizada periodicamente.

Então, a história das operações cambiais do Banco Central é extremamente superavitária, diante de uma depreciação cambial. *Swap* e reserva estão nas posições contrárias. Ou seja, nós estamos credores na reserva e no polo passivo do dólar, no *swap*, de maneira que são esses os resultados. Isso não é fantasia, é resultado concreto, que é transferido e abate da dívida bruta do Governo e gera, digamos, uma situação fiscal, financeira nesse caso, mais confortável quando há uma depreciação do real.

Obviamente que a depreciação do real gera pressão inflacionária, temos que manter a taxa de juros alta para fazer a ancoragem das expectativas, ou seja, nada vem grátis, mas o câmbio é flutuante, como V. Exª falava anteriormente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª me permite?

Se não tivéssemos gastado esses 100 bilhões com *swap* e tivéssemos tido a remuneração para o Tesouro Nacional em relação à valorização do dólar, seria um ganho muito melhor para o Tesouro brasileiro.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Bom, o que eu falei a zero de jogo é o seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Já considero a palavra de V. Exª como a sua réplica.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não, não.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – O que foi feito. Qual o objetivo? O objetivo é estabilidade financeira. Poderíamos ter uma quebradeira no setor privado não financeiro por, digamos assim, aproveitando taxas de juros, as mais baixas de todos os tempos, inclusive taxas de juros negativas no mercado internacional, e tomar recursos lá, porque aqui dentro naturalmente as taxas estariam muito mais elevadas. A tentação de fazer isso é enorme. Nós já vimos isso, vimos isso em 2008, vimos isso em outras crises onde houve um descasamento enorme de moeda estrangeira, passivos e ativos. O Roberto, aqui, certamente se lembra de vários episódios. Nesse caso, não vimos isso ainda. Por quê? Porque 80% desse volume foi justamente para proteger, para permitir que o setor privado não financeiro conseguisse atuar num ambiente que nós, do Banco Central, sabíamos.

Provavelmente todos aqui sabiam, quando vimos o início, digamos, da retirada dos estímulos extraordinários, que foram colocados na grande crise financeira internacional de 2008. Quando eles começaram a tirar, claro que iriam mudar as condições financeiras internacionais.

Ainda continuam favoráveis, tanto que, ao longo de 2013, 2014, muitas empresas do setor privado não financeiro tomaram recursos lá fora. Agora, tinham também uma proteção. Só o Banco Central oferece? Não, outros podem oferecer também, mas o Banco Central ofereceu. De que vale, certamente, essa acumulação de reservas se você não pode usar? Nós usamos e não demonstramos fragilidade, tanto é que o conjunto das operações cambiais em nenhum momento é utilizado por agência a, b ou c, para, digamos assim, dizer que é uma fragilidade na economia brasileira. Esse não é um flanco da economia.

Nós temos uma posição credora no setor público, o Banco Central altamente credor em moeda estrangeira, e o mercado de derivativos no Brasil é altamente desenvolvido, de maneira a poder fazer um programa previsível que deu proteção para o setor privado, não financeiro, além de evitar o que já vimos várias vezes no passado, que, na primeira situação mais adversa, há uma saída de recursos enorme do País. Para de entrar e, depois, começa a sair. O que nós vimos no País? Vimos de novo, do início do ano até hoje, com toda essa incerteza na visão dos agentes, que o Brasil atraiu US\$11 bilhões nessa primeira parte do ano.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Em termos líquidos. Quer dizer, atraímos muito mais, saiu bastante. No líquido, entraram US\$11 bilhões na balança de pagamento. O que nós queríamos? Queríamos o setor privado quebrado por uma desvalorização daquele montante, queríamos uma fuga de capitais. Nada disso tivemos. Obviamente que o contrafactual sempre não dá para saber, mas, certamente, posso lhes assegurar que teríamos uma situação dramática, caso não utilizássemos essa que é uma fortaleza nossa. Somos criadores em moeda estrangeira. Temos uma reserva, temos um mercado de derivativos transparente e robusto. Utilizamos isso. Temos uma posição de 100 bilhões, que é uma posição confortável em relação ao administrador das reservas.

Em termos de volume, já falei isto lá trás, quando paramos de injetar, que 100 bilhões é um número grande para uma economia de US\$2 trilhões, de US\$2,5 trilhões, que é o Brasil. Isso não é, digamos, 100% da proteção, mas é uma ajuda para proteger o setor privado; para o setor privado conseguir transitar num ambiente onde a depreciação cambial ou o fortalecimento do dólar se deu nos mercados internacionais, e a depreciação do real se deu de forma bastante pronunciada.

V. Exª, Senador Ataídes, fez uma sequência de perguntas. Acho que, “por que insistir nisso”, não. O câmbio é flutuante, tanto é que flutuou. V. Exª nunca vai pegar uma frase do Presidente do Banco Central nem dos

diretores dizendo que os nossos programas foram desenhados para atingir alguma taxa de câmbio específica. Ao contrário, o que nós sempre falamos é que a primeira linha de defesa do Brasil é o câmbio flutuante. Nós já vimos isso em vários episódios. O câmbio tem que andar. Estamos vendo agora que um ajuste já está se processando. O balanço de pagamento, deficitário. Tivemos um déficit de US\$100 bilhões no ano passado. Este ano estamos caminhando para US\$70, ou seja, US\$30 bilhões de encolhimento. Nesse momento, é bom ou ruim? Acho que é bom ter esse tipo de resultado. Então, essa parte do ajuste está sendo processada.

Além do ponto de vista da contabilidade nacional, já há uma contribuição positiva da exportação líquida. O que é exportação líquida? É a exportação menos importação de bens e serviços. Tudo junto. Conceito pouco diferente da balança de pagamento. É um conceito contábil, mas nós já estamos vendo anedotas de empresas brasileiras procurando fornecedores no País, em vez de fornecedores estrangeiros, porque o preço relativo mudou. Então, esse tipo de coisa vai abater no crescimento e acaba segurando um pouco essa queda de PIB que estamos tendo neste ano de transição.

Além disso, obviamente, nós temos visto um ingresso de recursos, como já falei, da ordem de 11 bilhões, do começo do ano até agora, no Brasil, muito em função do fato de que nós não temos essas grandes vulnerabilidades. Temos que consertar, sim, para crescer de forma sustentável. Agora, as nossas defesas estão sendo acionadas e estão resultando num ajuste necessário, que não é simples, não é cor-de-rosa, como contração de PIB, inflação 9%, 9,5% agora, mas o próprio mercado está vendo uma convergência da inflação bastante forte nos primeiros seis meses do ano que vem. A inflação corrente está em níveis adequados para a sazonalidade. Tivemos 0,22% em agosto; em setembro vamos ter uma inflação baixa também, em relação ao que foi no ano passado. Portanto, está havendo progresso, mas, certamente, ali na frente, nós teremos que ver uma convergência muito mais forte da inflação. Isso ajuda a proteger a renda real.

Também, além da exportação líquida, além do que foi dito aqui em relação à retomada da confiança, teremos um impacto sobre, digamos, renda real.

Em relação às suas outras perguntas, Senador Ataídes, acho que a questão de justiça ou injustiça, em relação às agências, já falei com várias delas, nós estamos num período de ajustes. Nós temos que olhar para além do ajuste.

Então, você olha uma taxa de juros de 14,25%, nós vimos ali; quando a coisa estava mais ou menos acertada, o mercado já estava com uma redução de juros para 13%. Nós vimos que essa redução foi transformada num aumento para quinze, houve uma variação de dois pontos percentuais em função dessa incerteza na percepção dos agentes.

Mas eu tenho conversado com eles, e a ideia é a seguinte: nós estamos num período de transição e essa taxa de 14,25 é uma taxa necessária agora. Certamente, a taxa de juro real no Brasil não é de longo prazo. Não deve ficar ali.

Como vai sair dali a taxa Selic? Quando a inflação começar a cair de fato e nós tivermos uma coragem mais forte das projeções de inflação em relação à nossa meta.

Isso estava bem encomendado, houve essa nova volta de prêmio de risco. Estamos avaliando a situação, mas essa taxa de juro é uma taxa de passagem, não vai prevalecer. Então, para fazer uma conta de sustentabilidade da dívida, usando 14,25 nos próximos dez anos, é um exagero. O que essas agências olham não é tanto isso, não fazem esse tipo de extrapolação que às vezes há tentação de se fazer, mas entendem, sim... Imagino que estejam olhando por médio prazo e vendo se vai haver uma resposta do País – não estou falando do Governo, mas do País –, em relação a esses desafios que nós temos. Se entendem que sim, acho que gera um reflexo sobre a avaliação de risco. Acho que não vale a pena gastar muito tempo na justiça ou na injustiça. “Erraram no passado.” “Chegam mais tarde.” “Estão sempre atrás do mercado.” Mas têm que estar atrás do mercado. Elas têm que ver, primeiro, o mercado funciona muito no curto prazo. Elas têm que lançar esse olhar de quatro, cinco, dez anos, para fazer as suas previsões sobre sustentabilidade fiscal, sustentabilidade do setor externo. Eu acho que aqui é um risco. Acho que, em parte, o mercado antecipa esse tipo de movimento. Nós temos que nos mobilizar para evitar um rebaixamento do grau de risco com mais de uma agência, o que teria implicações sobre capacidade de alguns investidores institucionais de investir no País; até que ponto isso já está apreçado nos mercados, é sempre bom não testar isso.

Poupança: os recursos não estão saindo do sistema financeiro, estão no sistema financeiro, saindo numa aplicação. Aplicação na poupança gera 0,70%, aproximadamente, ao mês; agora com a volta da inflação para níveis mais baixos, mais compatíveis com a nossa meta de inflação, você vai ter ganho real numa aplicação que tem toda a segurança, é uma aplicação homogênea do Oiapoque ao Chuí, é a mesma aplicação, seja você um pequeno poupador ou um grande investidor vai levar a mesma taxa. Então, essa é uma aplicação de que o povo brasileiro gosta, os investidores gostam, enfim, sem o risco, de maneira que nós já estamos com o retor-

no líquido positivo nessa modalidade nos dias de hoje. Nós vemos sempre com muito carinho essa aplicação, que é uma aplicação que esteve, está e estará na preferência do investidor nacional.

Reservas internacionais: nós estamos dentro desse conjunto de políticas para assegurar estabilidade financeira e econômica da economia brasileira como um todo, nós lançamos mão do programa de *swap*, que dá essa proteção, que permite a flexibilidade cambial sem os grandes impactos financeiros, quando os movimentos são bruscos, como estão sendo agora. Nós temos feito reservas internacionais ao longo dos últimos anos – V. Exª deve se recordar. No final do ano, há um problema de menor liquidez nos mercados, então, nós emprestamos reservas internacionais, depois pegamos de volta em períodos, em prazos relativamente curtos, para permitir essa passagem de ano. Então, nós temos um arsenal de medidas. Nós não temos preconceito. Naturalmente, fazemos isso com muita cautela na utilização desses instrumentos.

Agora passo às questões do Senador Telmário, e acho que ataquei várias delas.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – E da Senadora Vanessa também. Só pediria, Presidente, para que nós abreviássemos um pouquinho as falas porque existem vários Senadores e Senadoras inscritos. Senão, nós estenderemos esta reunião muito além do tempo.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Pois não.

Sr. Presidente, a primeira pergunta foi sobre as demonstrações financeiras. De fato, foram R\$81 bilhões transferidos ao Tesouro Nacional na última sexta-feira. Esses recursos, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, são para amortização de dívida. Naturalmente, permite um lastro ao Tesouro administrar a sua dívida pública de forma confortável. E, como eu disse anteriormente, aquela agência de classificação de risco considera, por exemplo, dívida bruta menos a disponibilidade do Tesouro no Banco Central. Então, esse é o agregado fiscal de dívida que aquela agência está olhando.

Sobre *swap* cambial, já falei esses números. O líquido tem sido, do começo do ano até agosto, de R\$143 bilhões de resultado líquido nas operações de *swap* mais reservas. A contabilidade do Banco Central segue o padrão internacional, o IFRS (International Financial Reporting Standards), e essa contabilização é feita assim: os ativos vão para resultado. Numa contabilização qualquer, tem-se um ativo, esse ativo valoriza-se; há também uma dívida, que também mexe; a dívida mexeu, o ativo vai mexer. A situação patrimonial movimenta-se em função do preço desses ativos – no caso, a moeda estrangeira tem gerado esse resultado que eu mencionei há pouco para V. Exªs.

Restrições orçamentárias. Nós temos procurado preservar todas as ações de fiscalização; certamente não estamos em dívida com instituições como o Banco de Compensações Internacionais que V. Exª mencionou, o Comitê de Basileia. E diria que nós, da administração do Banco Central, estamos sempre abertos para conversar com o sindicato.

Vamos às questões da Senadora Vanessa Grazziotin.

A Senadora mencionava a opinião em relação à agência de classificação de risco. Há todas aquelas questões que ela mencionou: chegam depois, houve erros; mas, enfim, eu acho que se tem que olhar para frente e ver qual é a implicação disso para o Brasil e o que nós temos que evitar, olhando para frente.

Sr. Presidente, são esses os comentários.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – De 15 anos atrás, no passado, que ela falou?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, agora é a réplica?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Ricardo Ferraço, também estou querendo falar, cheguei cedo. V. Exª falou 15 minutos, Senador, com todo o respeito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª vai falar!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mas eu vou ter que sair às 13h!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O Senador Lindbergh está com mania de querer... em toda situação. Não dá! Há o direito a réplica!

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos dar o direito regimental do Senador Ferraço de três minutos para a réplica.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª precisa ter um pouco de controle, Senador. O direito a réplica é meu e de V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Isso não foi acordado, Senador Ferraço!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª vai fazer a réplica na hora de V. Exª!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Isso não foi acordado! V. Exª não está pensando em todos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Ferraço, com a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Presidente Tombini, na linha do que V. Exª falou, “quanto mais fiscal, melhor para os resultados e os instrumentos de política monetária”, gostaria de conhecer a avaliação de V. Exª da política fiscal do Governo da Presidente Dilma, do Ministro Guido Mantega, da chamada nova matriz econômica das últimas medidas que foram adotadas pelo Governo Federal – que, a meu juízo, insiste na mentira à medida que, tentando ressuscitar a CPMF como contribuição provisória, direcionando a CPMF para tapar o rombo da Previdência, em vez de encarar esse assunto estruturalmente, está, de novo, colocando por debaixo do tapete o problema previdenciário.

Eu pergunto a V. Exª: qual a avaliação de V. Exª, como autoridade monetária – considerando que, quanto mais fiscal, melhor para o monetário –, da política fiscal do Governo da Presidente Dilma, no 1º e no 2º mandatos?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Excelência, em relação à questão fiscal, o que eu tenho repisado, primeiro: as políticas macro – a política monetária e a política fiscal – têm que ser manejadas de forma independente. Eu ouvi falar aqui em coordenação. Naturalmente, no nível de administração de dívida, há toda uma interação entre os órgãos, mas muitas vezes se fala que o Banco Central tem que ser autônomo, independente, enfim, várias economias têm esse tipo de arranjo institucional. No caso do Brasil, o que sempre falei também é que não dá para operar o Banco Central do Brasil um dia sem autonomia operacional *de facto*. Então, nossas políticas têm que ser definidas dentro dos objetivos de cada instituição. No caso do Banco Central, há um sistema de meta de inflação, há a estabilidade financeira, que está sob a nossa guarda, e vamos usar nossos instrumentos para atingir esses objetivos.

Falei, de fato, isto: quanto mais fiscal, mais facilitada fica a vida do Banco Central. Então, em relação à política, a outras políticas macroeconômicas, basta lembrar que o Banco Central vinha subindo juros desde abril de 2013, o Banco Central via a necessidade de subida dos juros para trazer a inflação para a meta; houve uma estabilidade, por exemplo, do câmbio, ficou em 2,20 por muito tempo, desde abril até mais ou menos setembro, outubro do ano passado. E dissemos, naquele momento: a nossa política era de manutenção da taxa de juros, com uma estratégia mais adequada para a convergência. O cenário mudou e, enfim, nós continuamos o processo de aperto das condições monetárias.

Então, creio que não é desconhecer os impactos, tanto é que falei: quanto mais forte a política fiscal, tanto mais facilitada a vida do Banco Central. O Banco Central tem que tomar a política fiscal e tem que fazer a sua fixação dos seus instrumentos para atingir os objetivos que são de incumbência do Banco Central.

Basicamente, é isso que eu gostaria de comentar sobre o aspecto fiscal.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Presidente, permite-me a réplica? Vou ser muito breve também para não tomar o tempo dos nossos Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A réplica regimental são dois minutos. Estou permitindo até três minutos para réplica, Sr. Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pois bem, Presidente, obrigado.

Ministro, V. Exª colocou essa relação do *swap*, a nossa reserva cambial, com o resultado que nós temos; o resultado que nós temos lá fora, com a valorização do dólar, com a nossa perda aqui na intervenção do dólar. V. Exª disse que teve um resultado de R\$85 bilhões. É 85 bilhões ou milhões? É bi?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Não é 85, é 83,5 bilhões.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Bilhões. V. Exª já informou o Ministro Levy? Por que se já informou o Ministro Levy, está resolvido nosso problema do Orçamento de 2016. Porque isso é receita. Eu desconhecia.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Financeiro. Para abater dívida.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ah, para abater dívida. Não é receita.

E eu vejo aqui, Ministro, veja só: nós temos uma reserva em torno de 370 bi, mas, em contrapartida, nós temos uma dívida pública externa de US\$343 bilhões, incluindo a dívida de Estados, não é? Ou seja, quando V. Exª faz essa compensação, ela não é real, no meu entendimento, porque nós temos uma dívida em dólar muito alta.

Ministro, eu percebi que V. Exª não está preocupado também com essa retirada maciça da nossa caderneta de poupança hoje, somente neste ano de 48,5 bi. Isso afeta diretamente a construção civil, o mercado imobiliário. Isso muito me preocupa.

E também eu perguntei a V. Exª se tem pretensão de mexer nas nossas reservas cambiais.

Eu só queria fazer essa colocação, Sr. Presidente, estes três fatores: os 85 bi, sobre os quais o Ministro contou uma vantagem enorme, que eu achei que fossem receitas, e se fossem receitas estaria resolvido o problema do nosso Orçamento; a perda de poupança e se o Governo pretende mexer nas nossas reservas cambiais.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Ministro Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Eu mencionava que o setor público tem uma posição credora em moeda estrangeira de um trilhão, e a posição global da dívida líquida do País também tem uma posição de US\$40 bilhões. São os dados do Banco Central.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Não. Geral, total.

Vou passar para V. Ex^a, depois, ao final da audiência, esses números.

Em relação à poupança, sim, há um acompanhamento do Banco Central. Eu disse que esses recursos estão no sistema, primeiro; segundo, com a remuneração agora superando, e muito, no mês passado, neste mês corrente, a inflação, você tem um ganho líquido na poupança. Ou seja, isso também, talvez, tenha sido, em parte, o que, digamos, deu suporte a essas retiradas no começo do ano, quando houve essa inflação alta, concentrada naquele primeiro semestre.

Enfim, estamos acompanhando isso, acompanhando também alguns segmentos. V. Ex^a mencionou um segmento que é afetado diretamente por isso. Há outras fontes de financiamento. As taxas são diferentes, mas há outras fontes, V. Ex^a bem conhece. As letras, enfim, que estão sendo utilizadas de maneira mais pronunciada nos últimos meses.

Com relação à reserva internacional, acho que respondi. Temos vários instrumentos. Não descartamos nenhum instrumento, mas nossa ação tem se dado, de um lado, no Suap, esse estoque que está aí, e, de outro, na questão das linhas de venda com compromisso de recompra. Temos feito algumas dessas linhas, ou seja, emprestar reserva por um período para passar o momento de liquidez.

Então, é basicamente isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Eu não disse. Tudo é possível. Eu não falei que vamos sacar reservas.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Telmário Mota para a réplica.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Ministro, eu ouvi a resposta de V. Ex^a com relação às minhas perguntas. Entendi que V. Ex^a foi extremamente superficial, embora elas tenham sido profundas, mas entendo que é um direito de V. Ex^a responder ou não.

Mas eu queria insistir num item: esse modelo da política monetária nosso está falido. É um modelo que drena a riqueza da sociedade para, com certeza, o capital financeiro, que são exatamente as metas de inflação, o superávit primário e o câmbio flutuante.

V. Ex^a ainda entende que esse é o melhor modelo para o Brasil ou V. Ex^a acha que o Banco Central tem que buscar um outro modelo para desenvolver o Brasil, para tirar o Brasil dessa crise, para achar uma economia mais sólida para o País?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Rapidamente, por questão de tempo, acho que esse é o modelo ideal para o Brasil no momento.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos passar agora para o segundo bloco, composto pelos Senadores José Medeiros, Lindbergh Farias, Eduardo Amorim, Raimundo Lira. Vou ceder minha posição para o Senador Tasso Jereissati.

Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – O outro bloco, Presidente, só para conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Questão de ordem, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – No outro bloco, quais seriam os Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – No próximo bloco, Senador Fernando Bezerra, Senador Walter Pinheiro, Senador Waldemir Moka e Raimundo Lira, se eu não estiver na Presidência. Se eu estiver, será o Senador Alvaro Dias. Mas cedo também a posição a V. Ex^a.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O seguinte: Senador Hélio José, Senador Blairo Maggi, Senador Douglas Cintra, Senadora Marta Suplicy.

Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Ministro, vou direto às perguntas porque o tempo é exíguo.

Sr. Ministro, o quadro de pessoal do Banco Central é composto de especialistas, analistas e técnicos, responsáveis pela missão da autarquia, e procuradores, cuja função é cuidar da defesa jurídica do órgão. Anteriormente, inclusive no texto da Lei nº 9.650, de maio de 1998, consolidou-se a passagem dos servidores do Bacen para o regime jurídico. Os cargos de analista e procurador eram equiparados, e eles percebiam os mesmos vencimentos. Hoje, os subsídios dos analistas são inferiores, apesar de repousar sobre seus ombros a responsabilidade pela manutenção do poder de compra da moeda e para assegurar a manutenção de um sistema financeiro sólido e eficiente. São inúmeras as atribuições desses profissionais.

Dito isso, eu gostaria de saber quais as providências que a direção do Banco Central tem adotado junto aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, visando a restabelecer um clima organizacional interno saudável e favorável à consecução da relevante missão da instituição para a sociedade?

Gostaria, por fim, de antecipar a nossa disposição para contribuir com a direção do Bacen, para encontrar saída.

Digo isso, Sr. Presidente, porque eu noto que, no momento de arrochar cintos, vejo que o cinto mesmo que está sendo arrochado é o dos brasileiros e, principalmente, sendo jogado o ônus nas costas dos servidores. E como estamos tratando do Bacen...

Outra pergunta: as taxas de juro Selic vão continuar aumentando, como consequência da perda do grau de investimento pelo Brasil?

A outra – quando a população pode esperar uma inflação de 4,5 no ano civil? –, creio que essa V. Exª já respondeu.

O Banco Central atuará no mercado de câmbio para manter uma determinada faixa de valor para o dólar? Atualmente se trabalha com algum teto ou faixa? A partir de qual o Banco Central atuará fortemente para conter a volatilidade e valorização da moeda norte americana?

Outra pergunta, Sr. Presidente, que acho que é de muita importância: a *Folha de S. Paulo* noticiou que o senhor estaria demissionário porque se estaria trocando o *status* de ministério do Banco Central do Brasil. Gostaria que V. Exª também nos dissesse se está pretendendo deixar o cargo e qual a importância do *status* de ministério para o Bacen.

Outra pergunta: recentemente, no final de agosto, a Presidente Dilma disse aos jornalistas que somente percebeu a gravidade da crise em novembro ou dezembro passado, depois de reeleita. Sabemos que o Banco Central coleta previsões de diversos indicadores macroeconômicos junto ao mercado e que reflete essa deterioração do quadro econômico. Em janeiro de 2014, a mediana das expectativas do mercado para o crescimento do PIB em 2015 era de 2,5%. Em 18 de agosto de 2014, véspera do início da propaganda eleitoral gratuita, as expectativas já haviam caído para 1,2% e, no início do segundo turno, já estava em 1%. Além disso, sabemos que o Banco Central se reúne regularmente com analistas do setor privado para discutir a situação da economia. Gostaria de saber do Ministro e Presidente do Banco Central, Sr. Alexandre Tombini, se essa evidente deterioração das expectativas do mercado não lhe acendeu pelo menos um sinal amarelo. O senhor também foi pego de surpresa como a Presidente Dilma? Caso o senhor já previsse dificuldade de crescimento para 2015, houve o alerta ou, se não houve, por que não foi alertada a Presidente? Ou o senhor alertou e ela não concordou com a sua avaliação?

Em julho último, a imprensa anunciou que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade, havia aberto investigação de formação de cartel no mercado de câmbio. Cerca de 15 bancos... O senhor já falou aqui sobre isso, então, passo para a pergunta: gostaria de saber se o Banco Central já suspeitou que tais práticas já estivessem ocorrendo...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – ...e, em caso afirmativo, que providências foram tomadas.

O §2º do art. 18 da Lei do Sistema Financeiro Nacional prevê que o Banco Central deverá regular as condições de concorrência entre as instituições financeiras e coibir abusos. Claramente, quem está cuidando dessa atribuição é o Cade e não o Banco Central. O Banco Central está sendo capaz de cumprir essa atribuição?

Uma pergunta sobre a defasagem de funcionários que está tendo o Banco. Agora, com esses cortes do Governo, o Banco Central vai chamar esses novos concursados, que já estão prontos, que já fizeram curso de formação, ou não?

E mais, Sr. Presidente: desde que o senhor assumiu a Presidência do Banco Central, o Copom vem trabalhando com a mesma narrativa – “no ano seguinte, a meta será atingida” –, e consistentemente a inflação se manteve mais próxima do limite superior do intervalo de tolerância do que do centro da meta. Para 2015, fazendo uma analogia tão cara à nossa Presidente, o Banco Central irá dobrar a meta. E mais uma vez, vocês

dizem que, no próximo ano, a meta será atingida. O mercado há muito não acredita no Banco Central, as expectativas para a inflação no próximo ano estão subindo e já estão em 5,6%, mais próximo, portanto, do teto do intervalo do que da meta. O mais grave: a inflação tem sempre vindo acima das projeções de mercado e, obviamente, muitíssimo acima das projeções do Banco Central. Gostaria de saber, em primeiro lugar, por que, desde que o senhor assumiu a Presidência do Banco, a inflação tem sido sempre maior do que o valor prometido? De onde o Copom retira esse otimismo?

Em segundo lugar, na última ata, no cenário de referência, a inflação projetada de 4,5% para 2016 foi feita com previsão da Taxa Selic constante em 14,25% a.a., inflação dos administrados em 5,6%, e taxa de câmbio de R\$3/US\$ a R\$3,55/US\$; desde então, o real se desvalorizou; diante disso, o que o Banco Central pretende fazer? Irá ajustar a política monetária para fazer frente ao novo cenário cambial? Ou irá, como tem acontecido, deixar a inflação subir acima da meta?

Na última vez em que o senhor esteve aqui, o senhor disse que, quando do não alcance da meta, seria feita uma carta ao Ministro da Fazenda, informando isso; pergunto se isso será feito.

Agradeço, Sr. Presidente, Sr. Ministro. São essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, V. Exª sabe que eu aqui, em vários momentos, inscrevi-me para defender o Banco Central, para defender V. Exª, a política monetária do Banco Central, principalmente naquele momento do começo do Governo da Presidenta Dilma, quando o Banco Central viu a desaceleração da economia, antecipou-se e baixou a taxa de juros. Mas, como V. Exª agora está vestindo o figurino de falcão, duro em relação à política monetária, eu quero aqui, neste momento, levantar minhas preocupações sobre essa política monetária, nessa conjuntura de ajuste fiscal, Ministro Tombini.

Se formos ver nos números, nós estamos enxugando gelo. Estamos fazendo um aperto, por um lado, e a nossa dívida está crescendo, pela política monetária! Eu quero entrar aqui nos grande itens do Orçamento. Eu estou comparando o ano passado com os números anualizados até julho deste ano. Por exemplo, gasto com a Previdência: de R\$431, subiu para R\$438 – abaixo da inflação; Pessoal: de R\$241 caiu para R\$239; transferências de Estados e Municípios: caiu de R\$230 para R\$225; Custeio: R\$254 para R\$257. Investimento – isto aqui é criminoso: caímos de R\$85 para R\$66. Seguro-desemprego e Abono: R\$59 a \$60. Ou seja, está tudo aqui abaixo da inflação. Qual foi o problema?

E eu vou citar a nota do Banco Central – não estou citando outros dados. Nota do Banco Central de 28 de agosto de 2015: “No acumulado no ano, os juros nominais [deste ano até julho] somam R\$288,6 bilhões...” Vamos comparar com o mesmo período do ano passado – está aqui na nota do Banco Central: no mesmo período do ano passado, nós gastamos R\$148 bilhões! Ou seja, um acréscimo de R\$140 bilhões! Como é que esse ajuste fiscal vai dar certo?

O que aconteceu com nosso déficit? Nosso déficit nominal era de 6,7% (do PIB) no ano passado; passou, no acumulado até julho, para 8,81% (do PIB)! E aí continua a nota do Banco Central. O Banco Central dá os números do déficit nominal. Diz o seguinte: “o déficit nominal no acumulado até julho deste ano foi de R\$282 bilhões”. O déficit nominal, no mesmo período do ano passado, R\$123 bilhões! Aqui no déficit nominal há uma diferença de R\$159 bilhões; desses R\$159 bilhões, Senador Blairo, R\$140 bilhões foram da política monetária; R\$19 bilhões devem ter sido provenientes de diminuição de arrecadação.

Agora eu me impressiono porque parece que esse debate é blindado! Ninguém fala sobre isso! Discute-se aperto, discute-se ajuste, e ninguém mostra o motivo! Há uma blindagem do sistema financeiro e dessa política que beneficia poucos rentistas aqui no País.

Então, eu queria que V. Exª falasse sobre esses números. A verdade nua e crua é a seguinte: a política monetária do Banco Central destruiu qualquer esforço fiscal sério neste País! Não, é sério isso! é um desencontro total! V. Exª é Ministro. Eu sei que o Banco Central tem autoridade operacional; mas V. Exª é Ministro; o esforço fiscal tem que estar articulado com o esforço monetário. E eu entendi a resposta de V. Exª sobre a questão dos *swaps* cambiais; eu sei que houve a desvalorização da nossa moeda, melhorou a situação das nossas reservas.

Vale dizer que isso é uma receita financeira que vai lá para abater a dívida. Isso não exclui a minha pergunta: valeu a pena gastar 84 bi em *swaps* cambiais?

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Ministro Tombini, a discussão do ajuste é a seguinte: é 1 bilhão de abono permanência, 2 bilhões ali, nós estamos falando de 84 bi. Eu falo das dificuldades desse ajuste porque existe um ponto lá que é o seguinte: reajuste de servidor público. Adiaram o reajuste para economizar 7 bi. Então, eu faço uma pergunta a V. Exª, porque inclusive esse é um debate que existe aqui. Muita

gente fala que cada um ponto de taxa Selic significa 15 bi de impacto fiscal. Outros falam 20 bi. Eu queria que V. Ex^a me dissesse quanto é isso, porque, pelos meus cálculos, menos de 0,5 ponto da taxa Selic e nós resolvíamos o problema do funcionalismo. Eu sei que aí entra o debate: e a inflação, como está a situação da inflação?

Aqui novamente, Ministro, vamos olhar mês a mês. No mês de janeiro, a primeira causa de inflação: alimentos – batata inglesa, feijão, tomate; segunda: energia elétrica; terceira: tarifa de ônibus urbano intermunicipal. Todo mundo sabe que a taxa Selic não interfere diretamente em preços administrados em alimentos. Essa inflação de demanda está lá embaixo.

Eu pego o mês de fevereiro também. Primeira causa de inflação: transporte, gasolina, diesel; segunda: alimentação; terceira: habitação e energia elétrica.

Março. Causa primeira de inflação: habitação. Foi mais de 80%. Alimentos, cebola e outros. E por aí vai, Sr. Presidente.

Eu pergunto a V. S^a, nesse caso, se valeu tudo isso. Porque que destruiu qualquer tentativa de ajuste fiscal, isso é um fato. Impactou na economia. Nós estamos vivendo uma recessão deste ano, que alguns falam que está acima de 2,5%, e uma recessão da recessão comprada no próximo ano. Nós estamos tendo aumento de desemprego, diminuição da massa salarial do nosso País, e é aqui onde entro em outro ponto, porque, sinceramente, eu fui autor de um projeto que já foi aprovado nesta Comissão de Assuntos Econômicos e que eu inclusive protocolei para ser discutido na Agenda Brasil: é que me parece que esse mandato do Banco Central apenas sobre estabilidade monetária é um equívoco. O FED norte-americano tem um duplo mandato, e o que quero com meu projeto é colocar um duplo mandato, que é estabilidade monetária, mas também outro olhar na questão do crescimento e da geração de empregos, porque a sensação que eu tenho daqui é que os senhores conversam muito com os analistas do mercado, mas não estão sentindo a vida real desse nosso povo, que está sendo desempregado. Então, vou voltar a defender com toda a carga esse nosso projeto de dupla função do Banco Central.

Por fim, só para encerrar. Impressiona-me aqui alguns Senadores de oposição que falam de frouxidão do Banco Central no ano passado, que falam numa política como se esse ajuste fosse insuficiente, como se quisessem mais cortes. Eu concluo dizendo: não vejo saída para o Brasil nem para retomar o crescimento, nem para resolver o problema fiscal do Brasil sem mudar a política monetária. E quero dizer que, no debate que vamos ter aqui até o final do ano, sobre saídas para esse déficit, nós estamos trabalhando muito a lógica de que tem de haver uma tributação maior para os mais ricos. Estamos martelando muito no projeto que é tributar a distribuição de lucros e dividendos no nosso País. Eu não sei por que o Governo ainda não abraçou essa proposta. Teria um impacto fiscal de 50 bilhões.

Agora, Ministro, depois da vinda ao Brasil de Thomas Piketty, autor do *O Capital: no século XXI*, reclamando da ausência de dados disponíveis pela Receita Federal, a Receita Federal disponibilizou esses dados, e o que a gente vê no Brasil é o seguinte: os 10% mais pobres pagam 32% dos seus rendimentos com impostos; os 10% mais ricos, 22%. Agora, o problema está no 0,5% muito rico, que paga apenas 6%. E essas pessoas, Sr. Ministro... Quando o funcionário público ganha R\$5 mil, ele paga uma tabela de Imposto de Renda de 27,5%. Quando um empresário que recebe R\$300 mil recebe a título de distribuição de lucros e dividendos, não paga nada. Paga zero.

Então, esse é um projeto que queremos colocar nesta discussão, no momento em que estamos procurando alternativas para o Orçamento.

Eu peço, Sr. Ministro, desculpas se fui duro, mas quem está falando é um Senador preocupado com a situação deste País, preocupado com a recessão deste e do próximo ano. Parece-me que falta essa visão mais coordenada por parte do Banco Central tanto em relação ao crescimento econômico quanto em relação à situação fiscal do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, Ministro, Diretores do Banco Central, serei rápido nos meus questionamentos, até para oportunizar mais aos demais colegas pelo adiantado da hora.

Presidente, o Brasil vive – sem querer ser repetitivo – uma crise fiscal, econômica, cambial e agora até orçamentária, uma crise inflacionária. Infelizmente, vivemos também uma crise moral no trato, no respeito com a coisa pública.

Constantemente, frequentemente o povo brasileiro é chamado a pagar diversas contas. Por que chegamos a tudo isso, Ministro? Há tanto tempo este Governo aí está. Faltou planejamento? O que foi que deu errado? O que foi que deu errado para estarmos na direção do fundo do poço? Creio que ainda não chegamos, mas o sentimento é de que estamos na direção. A cada dia que passa, o Governo perde a confiança, perde o

crédito. Nenhuma projeção do Governo, por mais sacrifício que se peça ao povo brasileiro, acontece, se realiza. Essa é minha primeira pergunta, meu primeiro questionamento.

Segundo questionamento, Ministro Presidente, é que temos uma das maiores taxas de juros do Planeta, do mundo, do universo. Falando em uma linguagem médica – eu, que sou médico, não sou economista, como milhões e brasileiros também não são economistas –, a dose não está excessiva? O senhor não tem receio, medo de que venha a piorar o combalido já paciente que é a economia brasileira e o povo brasileiro? Não está pedindo sacrifícios demais diante de tantas falhas, de tantos equívocos? Só há esse remédio? Há muito tempo eu escuto: “A inflação vai aumentar.” Lá vai o Copom se reunir, lá vai o Banco Central se reunir, lá vem aumento de taxas de juros. E, conseqüentemente, isso é um rolo, isso é um círculo vicioso: aumenta taxa de juros, aumenta a dívida pública brasileira e aumenta o desemprego, aumenta o sacrifício do povo brasileiro. O efeito colateral não está prevalecendo sobre o benefício que possa trazer? Só há esse remédio mesmo? Esse é o principal? Porque o que a gente escuta, se a inflação vai aumentar, se o fantasma da inflação pode reaparecer, a solução é aumentar a taxa de juros. Para pessoas que não são economistas, como eu e tantos outros, fica difícil. O remédio é extremamente amargo – perdoe-me a expressão –, perverso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Pela ordem. Só para encaixar minha pergunta, que é a pergunta do Senador Amorim.

Só há este recurso: subir juros para combater a inflação? Quero já deixar minha pergunta e retirar minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senador Delcídio do Amaral, Senador Raimundo Lira. Primeiramente, gostaria de agradecer ao Senador Raimundo Lira pela gentileza e generosidade em me fazer ocupar o seu lugar, pois era sua vez de fazer o seu questionamento. Queria agradecer.

Em retribuição, vou tentar ser o mais breve possível para atender a outros colegas que querem também falar com o Presidente do Banco Central.

A minha grande preocupação é só uma. Claro que as outras já foram perguntadas, questionadas, e eu não queria ser repetitivo. Minha preocupação já é com o ano que vem. Nós estamos vendo que o Copom se reuniu e reafirmou que a taxa de inflação para o ano que vem convergia para o centro da meta. No entanto, o Boletim Focus já aponta para uma inflação do ano que vem bem acima do centro da meta de 5,64%.

Nós temos dois fatos novos aí pela frente que devem não só confirmar e até agravar essa posição do Boletim Focus. O primeiro é a perda do grau de investimento do Brasil e o segundo é a possibilidade iminente da alta de taxa de juros no mercado americano. Esses dois acontecimentos não vão influenciar fortemente a perspectiva de inflação para o ano que vem? E qual é a estratégia do Banco Central para que isso não aconteça? Acho que a minha retribuição foi feita à sua gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Passo a palavra ao Ministro Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente.

Pela ordem, o Senador José Medeiros fez um rol de questionamentos, eu registrei aqui dez ou onze, vou tentar responder de uma forma rápida e atender à demanda do Senador.

Bem, em relação ao Banco Central, estamos trabalhando, sim, o sindicato tem conversado conosco, está aqui presente. Eu creio que é fundamental a harmonia entre as carreiras dentro de uma mesma instituição. Então, nós vamos continuar trabalhando para que isso seja a realidade que sempre foi do Banco Central.

Nós temos a carreira de especialista, analista e técnico, como V. Ex^a mencionava, e também a carreira de Procurador, que tem uma vinculação funcional com a Advocacia-Geral da União, mas que atende, aí, ao Banco Central, no caso. Então, eu creio que a harmonia é muito importante, certamente não só dentro da instituição, entre as carreiras de Estado; enfim, a nossa preocupação é sempre externada em relação a eventuais diferenciais salariais.

Bem, em relação à taxa de juros, se vai continuar aumentando, nós temos uma reunião dia 20 de outubro, eu vou explorar um pouco mais essa questão também, numa pergunta feita agora há pouco pelo Senador Tasso Jereissati, mas, enfim, este é o nosso instrumento, nós temos sinalizado que a manutenção da taxa de juros por um período suficientemente prolongado é a estratégia, digamos, hoje, para trazer a inflação para a meta em dezembro de 2016, como falei também nas minhas palavras iniciais.

Atuar no mercado de câmbio para defender o dólar, nós atuamos, dentro daquilo que eu mencionava, para assegurar a estabilidade financeira, reduzir a volatilidade no mercado de câmbio, enfim é dessa forma que vimos atuando nesse mercado, nessa administração. O câmbio é flutuante, portanto, nós não temos qualquer objetivo em relação à taxa em si.

Em relação à política, a política monetária do Banco Central é transparente, nós temos nossos instrumentos, temos comunicado a decisão, temos uma ata das decisões, temos um relatório de inflação, e todas as nossas visões, inclusive a visão do presidente, estão ali externadas, em relação ao ambiente econômico, em relação às perspectivas da política monetária.

Em relação ao assunto dos bancos, o Diretor Aldo mencionava, já na introdução, sobre esse trabalho que está sendo feito, certamente nós monitoramos todos os agentes que operam nesse sistema no País, porque nós temos um sistema bastante robusto de fixação da taxa de câmbio oficial, a PTAX é que tem vários freios e contrapesos, e qualquer saída da razoabilidade seria observada, e nós atuaríamos em cima.

Mas, nesse caso específico, acho que o diretor já mencionou o trabalho que vem sendo feito pelo Cade e com o qual nós temos colaborado. Certamente, ele não está encerrado. Ele falava das primeiras impressões em relação a esse trabalho que está sendo feito e que diz respeito a agentes no mercado de câmbio que operam fora do País.

Em relação ao funcionalismo, o Banco Central é uma instituição enxuta. Isso é sempre importante colocar aqui para V. Ex^{as}. Nós temos hoje 4,2 mil funcionários e a nossa fixação é de 6.470. É um banco central com várias atribuições, entre elas a condução da política monetária, mas, também, a fiscalização e a regulação do Sistema Financeiro Nacional.

Enfim, comparativamente, em termos internacionais, é um Banco Central bastante enxuto. E essa questão do número da fixação do Banco Central está sempre na minha preocupação e na preocupação do Diretor de Administração, o Diretor Altamir, de termos aí os funcionários à disposição do Banco.

Em 2015, nós, de acordo com o Decreto nº 3.088, de junho de 1999, em caso de descumprimento da meta, coisa que não ocorreu nos primeiros quatro anos, caso haja o descumprimento, ou seja, a inflação fique abaixo ou acima das margens de tolerância, o Presidente do Banco Central escreverá uma carta aberta ao Ministro da Fazenda expondo as razões, as medidas que estão sendo tomadas e o horizonte temporal no qual o Banco Central espera que a inflação volte para o centro da meta. Certamente se isso ocorrer, ou seja, de a inflação ficar acima da demanda de tolerância do sistema de metas, o Presidente do Banco Central escreverá essa carta.

Senador Lindbergh, obrigado pelas palavras. As suas considerações são, como sempre, muito bem colocadas, específicas. Anteriormente, não sei se V. Ex^a estava aqui, eu illustrei aqui uma situação em que o Banco Central não mexe na taxa de juros, no entanto, as taxas sobem duzentos pontos.

Eu queria ilustrar com aquele exemplo, que está no material de V. Ex^{as}, dizendo que, sim, o Banco Central tem um impacto sobre, digamos, o custo financeiro da dívida, mas, naturalmente, não há espaço para voluntarismo no sentido de, digamos, artificialmente colocar essa taxa onde achamos que poderia ser interessante do ponto de vista do financiamento do Tesouro, porque, ao fim e ao cabo, o Tesouro vai se financiar ao longo de um período mais largo do que uma taxa de *overnight* e esse financiamento se dará a taxas de mercado.

Se o mercado entender que uma política monetária aumenta o risco na economia, ele vai cobrar a taxa de juros. O Tesouro pode não sancionar essa taxa de juros, mas aí vai sobrar um tanto de liquidez na economia, que vai bater no dólar, vai bater na inflação; enfim, nós sabemos como isso opera.

Mas, sem dúvida, eu mencionava anteriormente que as taxas que nós praticamos hoje não sei para que lado vão no curto prazo. Não vou aqui...O Copom se reúne em fins de outubro; depois, se reúne no final de novembro, enfim. Mas eu queria dizer que essas não são taxas de médio e longo prazo para o Brasil. Essas são taxas desse momento. E, de novo, nós não estamos aqui preocupados com a inflação de um item específico.

V. Ex^a mencionava alguns itens, uma proliferação de itens. Mas, desde o início dessa retomada do ciclo de aperto, o que nós estamos buscando fazer é evitar os efeitos ou mitigar os efeitos de segunda hora, da segunda rodada desse aumento de preço.

É fato que uma grande parte tem a ver com preço administrado. Mas, obviamente, se o Banco Central – o Governo como um todo, mas o Banco Central – não tomar conta dessas possíveis repercussões, nós teremos essa inflação se propagando no tempo e quem mais vai perder é o assalariado, vendo o seu poder de compra erodido.

Então, o que nós estamos fazendo é fixar o nosso ponto de convergência da inflação não neste ano, que seria uma política realmente extremamente agressiva para trazer a inflação para o centro da meta neste ano. Desde que nós aceitamos esse desafio em novembro do ano passado, o Banco Central mencionou que queria trazer a inflação para a meta em dezembro de 2016, ou seja, um período de 24 meses de convergência. Bom,

houve um ajuste de preços administrados significativo. Houve uma depreciação da moeda expressiva. Então, esses choques estão sendo – digamos – mitigados com o efeito da política monetária.

Mas queria dizer também que quanto às condições monetárias, por outro lado, essa depreciação da moeda nacional é um aspecto de expansão da política macroeconômica. O resultado é de expansão. Ou seja, o comércio nacional realmente não está crescendo como já cresceu no passado, mas é um resultado que impacta favoravelmente às exportações e – digamos – inibe as importações. Ou seja, do ponto de vista da demanda global da economia, ele tem expansão. Mas, para isso ser possível, essa mudança de preço relativo tem que ser duradoura e, para ser duradoura depois de uma depreciação pronunciada da taxa de câmbio nominal, nós temos que segurar a inflação. Se não o fizermos, vai ficar o câmbio correndo atrás da inflação. Então, o que está sendo feito hoje é mitigar os efeitos de segunda ordem, esses grandes choque num processo de ajustamento num período dilatado – 24 meses, e não 12 meses, como reza a cartilha. Porém naturalmente nós vamos seguir a cartilha, respondendo ao Senador José Medeiros. Isso está sendo considerado.

Quanto à questão da receita e despesa financeira, é sempre um número interessante. Comparando – não diria alhos com bugalhos – receita financeira com despesa primária, seria totalmente imprudente se nós começássemos a misturar esses canais. Seria realmente uma criatividade. Ou seja, nós estaríamos usando uma receita financeira para cobrir uma despesa obrigatória ou que se perpetua ao longo do tempo. O que aconteceria se o preço do ativo virasse contra nós? Nós teríamos que fazer um brutal ajuste. Então, receita financeira é para abater dívida, para cuidar da parte financeira.

Mas o que eu queria dizer é que, de fato, aqueles números que V. Ex^a citou são números precisos – não vou questioná-los; são nossos números. Do ponto de vista da validade do ajuste primário... Ajuste primário é porque você tem mais controle sobre receita e despesa primárias do que você teria, por exemplo, para controlar taxa de câmbio, de juros, prêmio de risco. Isso não tem controle. Por mais que você pense que às vezes você tem controle, você não tem. Isso é definido pelo mercado, nem no mercado local, mas internacional, que tem condições de afetar isso.

Então, o instrumento de ajuste é o que tem mais controlabilidade por parte do Governo. Agora, em relação ao agregado que você escolhe para ajustar esses instrumentos para dar sustentabilidade, para pôr em trajetória declinante esse agregado fiscal, a pessoa usou, por muito tempo, a dívida líquida, que nem mexeu muito. Geraram questionamentos sobre os ativos que eram usados para abater da dívida bruta. Então, passa para o extrema, usa só a dívida bruta. Mas eu queria lembrar que o conceito que essa agência usa é dívida bruta menos a disponibilidade do Tesouro no Banco Central, por exemplo, onde entram todas essas valorizações. Por exemplo, reservas internacionais são um ativo que todo o mundo conhece, têm transparência, todo o mundo sabe como é que aplica, têm segurança, liquidez e lucratividade.

Então, obviamente que esse primário é importante para estabilizar esse agregado, não necessariamente a dívida bruta, que está sofrendo influência de variáveis que estão mexendo muito no curto prazo, mas também nosso ativo está mexendo muito em função dessas variáveis. Portanto, primeiro, não dá para amarrar despesa primária com receita financeira. Seria um desastre. É muito bom hoje. Amanhã pode ser um desastre.

Segundo, nós temos que escolher os nossos instrumentos de política fiscal, aqueles que nós conseguimos minimamente controlar e, terceiro, o agregado que deve ser utilizado é um agregado que faça sentido para os mercados, para aqueles que financiam a dívida do Governo. Qual é um agregado faz sentido? Por exemplo, esse que é utilizado por essas agências. Pega a dívida bruta e retira um ativo que todo mundo sabe que tem liquidez. Por exemplo, a disponibilidade do Tesouro no Banco Central, a disponibilidade em caixa do Tesouro, onde entram os resultados da reserva, os resultados *swap*. Enfim, ou dívida bruta menos reservas internacionais, que é um ativo que todo mundo conhece, sabe medir. Enfim, tem transparência total.

Então, eu queria dizer que as suas colocações são, certamente, importantes. Nós temos preocupação, sim. Acho que isso vai refletir na inflação; nós vamos abrir um espaço lá na frente para retomar níveis mais de médio e longo prazo dessa variável, que é o nosso instrumento, e acho que esse é um instrumento para o Banco Central, um instrumento que nós utilizamos para a estabilidade monetária e financeira.

Bem, o Senador Eduardo Amorim mencionava, também, o que deu errado, perda de credibilidade. Acho que nós estamos fazendo os ajustes necessários. Enfim, tem aquilo que nós mencionávamos, que como todo ajuste macroeconômico clássico, seja em países emergentes, em economia avançada, primeiro vêm os custos para, depois, virem os benefícios. Então nós temos que ter capacidade de explicar isso para a sociedade, sinalizar isso, naturalmente; e, mais importante que isso é fazer os ajustes necessários para chegar aos benefícios. Esse é o remédio; também é uma taxa que está aí. Por conta das circunstâncias, não é uma taxa de médio e longo prazo, hoje, a taxa de juros Selic.

Por último, então, aqui no meu registro, o Senador Tasso Jereissati mencionou a convergência da inflação. Quer dizer, o nosso objetivo de fazer a inflação convergir para 4,5% no final de 2016. V. Ex^a mencionou dois

fatos novos. Quer dizer, um fato e outro que está na iminência de ocorrer. Certamente, na última reunião do Banco Central, nós mencionamos que desenvolvimentos recentes tinham afetado prêmio de risco da economia brasileira, impactado alguns ativos importantes, como as taxas de juros que nós vimos ali. A despeito de não ter mexido a taxa do Banco Central, a curva de juros subiu dois pontos desde a última subida. Então, isso é reflexo de uma percepção de um prêmio de risco maior.

Aquele aumento dos juros faz o serviço de Banco Central, por exemplo, é uma questão a ser debatida. Até que ponto aquilo é só expectativa de inflação para cima ou tem um aperto real nas condições monetárias. Mas o fato é que são eventos muito recentes. Em relação ao Banco Central Norte-Americano, eu falava, na minha introdução, que há uma divisão em relação aos participantes de mercado sobre o tempo em que esse ajuste será dado. O que nós temos ouvido é que, quando ocorrer, vai ser gradual e vai ser um processo a implementar de forma cautelosa, mas, naturalmente, o mercado não se depara com o aumento da taxa básica de juros naquela economia desde 2006, ou seja, há nove anos.

Mais importante do que fazer a previsão do que vai acontecer é estar preparado para acompanhar os desdobramentos quando eles ocorrerem. Se for por comunicação, acho que está indo bem comunicado esse processo lá pelas autoridades, mas tem o mercado, e nós temos que avaliar as primeiras respostas a um eventual movimento. Então, são questões recentes, militam no sentido – como V. Ex^a mencionava – de maior fortalecimento do dólar em relação ao Real, como tem ocorrido recentemente. Por outro lado, nós temos também um hiato, ou seja, um hiato na economia, que está grande, uma retração da demanda doméstica – só não é maior porque a demanda externa, exportação líquida, vem ajudando de uma forma mais pronunciada recentemente.

Então essas duas forças vão se contrapor aí para, digamos, influenciar as nossas projeções

Na semana que vem, dia 24 ou dia 25, o Banco Central divulgará o relatório de inflação, onde faz uma avaliação. Espero que tenhamos mais elementos, porque está recente, para fazermos uma avaliação mais precisa de como vemos a trajetória futura da inflação em função desses dois desenvolvimentos que V. Ex^a mencionava.

Por hora, como falei inicialmente, a estratégia que penso ser a mais adequada, neste momento, é a manutenção, por um período suficientemente prolongado, da taxa de juros para levar essa inflação para a meta no final de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Presidente Tombini. Os dois últimos inscritos: Senador Walter Pinheiro e Senador Dalirio Beber.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, quero fazer uma réplica, porque ficou questão com dúvida aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Pois não.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Presidente, acho que faltou responder a pergunta sobre se a Presidente foi avisada, se ela sabia como estava a economia, e também aquela matéria da *Folha* dizendo que o senhor estaria demissionário.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Como V. Ex^a sabe, não tenho mandato fixo no Banco Central. Certamente essas matérias não têm qualquer sentimento de minha parte.

Em relação à outra questão, acho que procurei atacar dizendo que as posições do Banco Central têm sido expressadas ao longo de todo esse período nos nossos documentos, nos nossos relatórios de inflação. Enfim, o Banco Central sempre externou suas posições. Naturalmente, há diálogo dentro do Governo. Enfim, acho que é isso que eu teria a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra o Senador Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador Delcídio, a minha reclamação é porque V. Ex^a acorda 10 horas. Eu, no dia de hoje, acordei 4 horas da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Mandei comprar pão de queijo para V. Ex^a.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Tem que trazer acarajé. Sou baiano, não sou mineiro.

Presidente, quero dizer a V. Ex^a ou V. S^a que a nossa preocupação é que primeiro o Banco Central já tenha operado nessa dupla face, nessa dupla ação, de que o Lindbergh tanto falou aqui, porque, na minha opinião, isso até funciona, só que funciona na questão fiscal e na questão monetária. Na realidade, na minha opinião, a última intervenção tem sido exatamente uma intervenção na monetária para ir ao encontro de uma ação fiscal que, no nosso modo de ver, não tem trazido resposta.

O senhor esteve aqui, inclusive nesta comissão, logo no início, quando fizemos essa conversa com o Ministro Joaquim Levy. Tínhamos duas medidas provisórias que tratavam da questão fiscal, segundo ele, e que continuamos insistindo que essas matérias não tratam dessa maneira, até porque as duas medidas provisórias buscavam pegar aposentadoria segundo alguém fazia o cálculo de que o Brasil tinha um número expressivo

de mulheres casando com senhores em idade avançada ou vice-versa. Não acho que isso seja objeto para essa intervenção. Na outra medida era tratada a questão do seguro-defeso. Portanto, um ato de corrupção isolada no Ministério da Pesca, transformada em alternativa para resolver o problema de caixa.

Tanto é vero que isso não se configurou. Portanto, mesmo com aprovação por parte do Congresso Nacional, o resultado está aí: todo dia termos o anúncio de uma nova medida, para tentar dar resposta aos problemas com que estamos convivendo. Então, o primeiro questionamento que faço ao Banco Central é esse. Como o Banco Central contribui, por exemplo, nessa expectativa que o senhor terminou falando agora, numa das respostas ao Senador Tasso e ao Senador Lindbergh, sobre essa questão de como essa intervenção monetária pode se traduzir inclusive numa medida para crescimento.

Lendo o material, manuseando o material enviado pelo Banco Central, por exemplo, quando a gente pegar a questão que trata da exportação, ou seja, a entrada de dólares, a partir da nossa política de exportação, a minha dúvida é se esse valor positivo não é somente a variação cambial. Portanto, não encontro resposta do outro lado senão essa. Vamos ver o crescimento do material apresentado aqui. Vocês chegam a colocar que há um processo de expansão, de crescimento. A minha pergunta é se isso não é exclusivamente cambial. Não encontro, por outro lado, nenhum tipo de resposta no que o Senhor, inclusive, acabou de falar aí. No período de expansão, de macroeconomia, era óbvio, natural, que a gente tivesse, a partir das medidas, inclusive, que o próprio Banco Central adotou em 2011 e 2012, medidas, em minha opinião, até corretas, do ponto de vista da macroeconomia... Como isso se relaciona, por exemplo, com essa política de exportação?

Estamos num cenário agora em que deveria ser muito favorável ir ao encontro deste momento de juros altos nos Estados Unidos, momento de queda de produção inclusive industrial na China. Consequentemente, nós que exportamos pouco, se relacionarmos o que a gente exporta para os Estados Unidos e para a China, talvez a diferença de um para o outro seja de 1/3 do que a gente exporta para a China. Mas, se há uma queda, se o Banco Central festeja como positivo ou se relaciona como negativa essa queda na produção industrial, como a gente pode obter, do nosso lado, ganhos em relação a essa política de exportação aqui no Brasil?

Outra questão que eu queria chamar à reflexão são exatamente os períodos em que o Banco Central adotou uma postura em relação à nossa taxa Selic. Se pegarmos, na minha atividade e na atividade do Senador Delcídio, até mais na dele do que na minha, nós vamos encontrar, Senador Delcídio, o que na nossa profissão é o correto, a senoide velha. Só que, no caso do Banco Central, a gente vai encontrar, do período de janeiro de 2012 a janeiro de 2013, a mesma variação, só que agora em descendência, a mesma variação que está ocorrendo de janeiro até esse período, só que numa elevação ascendente, a elevação da taxa Selic. O Senhor pode dizer que eram períodos diferentes. É óbvio que eram períodos diferentes. Aí nós adotamos um remédio, eu diria que na mesma proporção, ou seja, na dosagem, referindo-me aqui inclusive a essa variação, a situações completamente díspares, díspares, inclusive, em relação ao mercado internacional. Eu não tenho uma realidade hoje, de taxas de juros, nos Estados Unidos, que eu tinha em janeiro de 2012. Não tem uma situação de produção industrial na China, em janeiro de 2012, igual a que eu tenho agora, em setembro de 2015. Portanto, será que a dosagem do Banco Central, nessa elevação da taxa Selic, não foi desproporcional ao que está acontecendo exatamente no resto do mundo e, portanto, isso inibe, freia qualquer possibilidade de ânimo interno?

Outra questão para a qual queria chamar a atenção, nos dados do Banco Central, é a questão do crédito e da inadimplência. Aí nós vamos encontrar também os comparativos em relação a esses períodos. Se a gente pegar a expansão do saldo do crédito em julho de 2014, e aí a gente vai pegar o resultado da inadimplência em julho de 2014 ou o crescimento na inadimplência, em julho de 2015, vamos ver que essas coisas acontecem de forma, inclusive, inibidora de qualquer tipo de expansão de crédito. Então, o crescimento na inadimplência em julho de 2015 é exatamente associado a esse período, primeiro, a retração do crédito, obviamente o aumento da taxa de juros e, consequentemente, um certo nível de descrédito.

É mesma desconfiança ou a confiança, que é o termo mais correto aqui, utilizado num material que o Banco Central disponibiliza para a gente, que é exatamente quando a gente começa a perceber a queda acentuada da confiança do consumidor nesse mesmo período, o período de julho de 2014, a julho de 2015. Quer dizer, não são coincidentes, Presidente. Não é negócio de coincidência. Não é um processo que acontece só por mera geração.

Será possível que esses parâmetros não poderiam ser observados? Aí, na minha opinião, não para entrar com a dupla face que Lindbergh coloca, mas até para entrar com um tripé, ou seja, o Banco Central não teria a tarefa nesse período de, usando esses parâmetros, tentar enxergar um caminho que pudesse estimular a política de crescimento e com medidas nessas três áreas?

E refiro-me aqui, à taxa Selic, refiro-me aqui à questão do crédito e à questão da confiança para a gente tentar estimular o crescimento. Aí eu poderia estimular a exportação. Aí eu poderia, efetivamente, ter a capacidade de apostar em determinados setores. E outro erro dessa análise, que eu queria que o senhor pudesse

comentar: Não dá para eu achar que também, num período desse, todo mundo no Brasil se tornará apto e até disposto a exportar da noite para o dia. Portanto, a combinação desses fatores, numa relação direta com o Ministério de Indústria e Comércio, não seria importante a eleição de determinados setores?

Eu não estou propondo privilegiar setores. Mas eleger setores que podem, num momento de alta de energia, num momento de desconfiança de crédito, num momento de queda acentuada inclusive de oferta de crédito, num momento inclusive de elevação de custos... E aí, meu caro Presidente, é uma coisa que é natural, se eleva o juro nos Estados Unidos e eleva aqui também, o investidor vai optar por quem? Onde é que está a segurança jurídica? Aqui ou lá? Portanto, nessa ausência, eu diria até, eu vou chamar de “falta de sintonia” entre os diversos atores do Governo, será que isso é a principal causa?

Por exemplo, me causa espanto eu não ver nenhum trabalho conjunto, num período tão rigoroso como esse de dificuldades, entre a Receita e o Banco Central. Eu não vejo essa interação, e talvez isso explique a pergunta de Medeiros aí em relação à questão, por exemplo, do corpo de pessoal. Quer dizer, o Banco Central, e até o senhor admitiu aí que o Banco Central passa por um problema sério. Se a meta são 6 mil e o Banco Central tem 3 mil, isso significa dizer que a nossa capacidade até de interagir com a Receita, de interagir com os outros órgãos e operar adiante ela está completamente debilitada. O Banco Central não tem pernas para andar.

Eu participei, Presidente, de um debate, ainda como Deputado Federal, quando fizeram a reestruturação do Banco Central e fiquei perplexo quando foi apontado que há gente do Banco Central, Senadora Marta, para tocar o Acre a partir de Belo Horizonte.

Alguém pode até dizer: Não, mas como o Acre é muito pequenininho e como nós estamos na era de utilização de tecnologia, talvez a gente pudesse instituir ali o Tele Banco Central, lá de Belo Horizonte, e a gente acompanhar o Acre à distância. Mas como Banda Larga e até rádio tropodifusão não existem mais no Acre e banda larga não chega, eu acho que aí só deslocando o servidor.

Portanto essa falta de estruturação. Até quando o Banco Central, por exemplo, vai ficar nessa expectativa do aguardo, em que o seu limite de pessoal tem que ser coberto pelo Planejamento? E aí não é uma questão de ocupar, de só chamar porque está num concurso. O concurso não foi feito só por beleza, tampouco para dar satisfação à sociedade, é por necessidade do Banco Central. Então volto a dizer: Assim como ele tem que eleger setores num momento de exportação, num momento de contratação, é muito melhor inclusive que o Governo reeleja setores. Eu acho que esse é um dos setores onde o corte não deveria se estabelecer. Aí eu tenho inclusive uma porta ajustada.

Concluindo, já que nós estamos falando da Receita não dá para o Banco Central também, meu caro Presidente, importar para o Banco Central uma coisa que tenha acontecido em diversos órgãos, uma verdadeira disputa interna entre os seus próprios servidores por conta de uma atitude não só salarial, mas, inclusive, organizacional, de estruturação de órgão. Então, esse é um debate que não pode mais esperar. E aí, não é para atender a corporação, e a corporação que se defende está correta. É lícito que as corporações defendam, queiram salário, quem fez concurso quer entrar.

Agora, o meu chamamento é a estruturação do Banco Central. Eu não estou tratando de um órgão qualquer. Esse órgão estruturado é decisivo para a política monetária, ele é base essencial, ele é pedra angular para a política fiscal. E ele é, na minha opinião, o fator determinante para a combinação desses dois fatores e para a gente ter a capacidade de ir para uma política de crescimento.

Atração de investimento, ganho da confiança, aumento da credibilidade e, claro, a possibilidade de a gente ter crédito. Então, o Banco Central tem essa tarefa, Presidente. O crédito não acontece por acaso. Eu não conheço nenhum banco aí que saia anunciando: “Vou dar dinheiro à toa”. É preciso, inclusive, que tenha uma política adotada no Brasil para esse estímulo. E ninguém vai emprestar dinheiro também, volto a dizer, quem empresta dinheiro... Ora, nem empresta dinheiro, quem empresta caridade é a Irmã Dulce.

Então, ninguém vai fazer caridade conosco. Então, o Banco Central é peça decisiva. Tanto, Presidente, que concordei em transformar o Banco Central em ministério por entender que isso tinha que tratar, inclusive, de política, além de regulação monetária. Por isso, ajustei, por isso concordei em votar essa matéria, por entender que isso tem que trabalhar exatamente no ano de um programa, e não só em números.

Por isso, eu acho que era importante que o senhor pudesse, inclusive, mais do cobrar isso, abraçar. Por diversas vezes, nós já participamos desse debate. Tentamos chamar o Banco Central e o Ministério do Planejamento para essa conversa. Esse não é um órgão qualquer.

E eu vou assistindo a cada ano a essa história do esvaziamento do Banco Central. Isso é ruim, isso é péssimo, isso é deletério para uma economia como a nossa. Um Banco Central que vai se esvaindo, perdendo os seus técnicos e, ao mesmo tempo, convivendo com uma confusão interna com a falta de estruturação.

Portanto, isso urge, Presidente. Essa é a minha opinião. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro. Com a palavra, a Senadora Marta Suplicy. Depois, Senador Serra; depois, Senador Dalirio. Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Obrigada, Senador Delcídio, Presidente da Comissão. Várias das perguntas que eu tinha já foram feitas. Eu vou fazer uma pergunta. Não é especificamente da responsabilidade do Banco Central, Presidente Tombini, mas eu gostaria da sua reflexão porque como disse, acho que o Senador Walter ressaltou, também se trata de uma questão política mais ampla que o Banco Central, se não participa, tem que participar.

É a questão do que nós fomos brindados ontem à tarde, no começo da noite, que está chegando ao Congresso, que são as medidas de cortes e o aumento de imposto. Quando se olha o que foi cortado, o espanto é bastante grande porque foi muito pouco o que foi cortado. Foi feito um rearranjo de despesa.

Quando a gente vê que o Minha Casa, Minha Vida agora é o fundo de garantia que vai ser todo dedicado ao Minha Casa, Minha Vida. Ai, vê-se que as emendas parlamentares vão para infraestrutura e saúde, não para o que os Parlamentares acham que elas devam ir. Os aposentados que voltam ao trabalho não vão poder mais voltar ao trabalho.

Eu fui ministra da Cultura, eu vi que tem certas fundações no Brasil – Rui Barbosa, a própria Biblioteca Nacional – que não têm condição de fazer, por falta de concurso, de existir se isso for feito. Então, tudo me parece feito sem estudo, sem planejamento. Corta-se. Agora, onde tem que cortar corta-se muito pouco.

E aí, vem o imposto. O imposto, que é mais da metade do que os tais cortes que não são cortes, são R\$32 bilhões, que é o imposto. Presidente Tombini, eu acho que não tem a mais leve possibilidade, nesta Casa, de passar esse imposto. Mas não tem hipótese. Além disso, essas medidas e medidas mais planejadas deveriam ter sido feitas antes de nós sofrermos a perda do *investment grade*. E agora, não fazendo o que está sendo proposto, que é realmente alguma coisa feita de forma atabalhoada, nós temos uma possibilidade de ter outro rebaixamento, e, nesse caso, nós vamos realmente ter uma situação muito séria.

Eu gostaria que V. Exª pudesse fazer algumas considerações a respeito desse momento econômico que estamos vivendo, essa questão dos juros sendo usados para controlar a inflação, mas acabam também onerando a dívida, tudo isso, parte disso, o senhor colocou. Mesmo não estando aqui todo o tempo, a gente fica no Gabinete fazendo outras coisas, fica vendo pela televisão, vai acompanhando, mas uma reflexão sua nesse sentido eu gostaria também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Cumprimentando o Senador Delcídio que estava aí, o Presidente Raimundo, cumprimentando os demais Senadores e a Senadora Marta, cumprimentando o Presidente do Banco Central e demais Diretores, manifestar algumas preocupações e, ao mesmo tempo, buscar, digamos, alguns esclarecimentos, em função exatamente desse estado de deterioração que vive a economia do Brasil neste momento.

Há menos de um ano, todas as autoridades do Governo procuravam vender a ideia de que o Brasil estava, digamos, bem, divulgando números extremamente favoráveis, e, de repente, digamos, já, a partir de janeiro deste ano, tudo mudou. Passamos a viver essa crise profunda. Quais as principais causas dessa mudança em menos de um ano na economia brasileira?

A elevação dos juros sufoca a atividade econômica e a atividade econômica é que gera empregos. Hoje, nós estamos já vivendo índices de desemprego elevados. Se o Banco Central não tivesse elevado a taxa de juros neste ano, quais teriam sido as consequências mais graves se tivesse mantido a taxa Selic que existia no começo de 2015?

Os custos para fazer frente ao pagamento dessa elevação das taxas de juros, que, com certeza, compromete considerável parcela da receita do Governo Federal, não são menores do que os benefícios que se poderia obter?

Que medidas o Governo brasileiro deveria ter tomado para que o Banco Central não fosse obrigado a elevar as taxas de juros aos patamares de hoje? Era possível ter feito alguma coisa?

Essas são as minhas perguntas ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, encerrando o último bloco, o Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Meu caro Senador Raimundo Lira, Sr. Presidente e Diretores do Banco Central, eu creio que a política monetária neste ano e a partir do final do ano passado constituiu um elemento pró-cíclico do ponto de vista dos problemas da economia brasileira. Ou seja, ela serviu ao aprofundamento dos desequilíbrios existentes mais do que a sua correção.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o Banco Central foi conivente, de certo modo, com a política de repressão de preços e de contenção da taxa de câmbio prévia à eleição do ano passado. Era evidente que os preços de energia elétrica, que combustíveis e outras tarifas de natureza pública, os chamados preços administrados, estavam sendo arrochados e que era uma situação insustentável a médio prazo, mas o Banco Central ajustou a sua política de juros e de metas a essa inflação reprimida, digamos, como se ela fosse uma inflação processada normalmente, sem grandes repressões dentro do sistema de preços. Portanto, era uma inflação irrealista, e, de alguma maneira, a política do Banco Central sancionou essa política de contenção de preços públicos, que tinha, nós sabemos todos, um viés evidentemente eleitoral. Esta é uma primeira questão.

Com relação ao período posterior, a meu ver, o Banco Central fez uma política errada, contrária até aos manuais mais conhecidos sobre metas de inflação. Aliás, no Brasil, acredito que temos estes problemas: é uma aplicação de um lado dos manuais e a desconsideração de outros problemas que são postos dentro do funcionamento dessa política, já que basicamente a política de metas de inflação visa coordenar as expectativas dos agentes econômicos em relação ao aumento de preços. Sempre fui a favor da política de metas de inflação e dentro daquele famoso tripé; e, se não me engano, posso até ter sido um dos autores dessa expressão na época da sua implementação e na campanha eleitoral do ano seguinte.

Agora, qual é a questão básica do erro da política do Banco Central? É que vivemos uma situação mal chamada de dominância fiscal. E digo mal chamada porque, intuitivamente, não reflete aquilo que é. Dominância fiscal é como se a situação fiscal dominasse, digamos, o debate e a discussão. Quando, na verdade, dominância fiscal é quando há um problema fiscal de natureza grave e a política do Banco Central ignora e até vem a agravar esse problema.

Eu anotei até uma frase de um professor de Columbia, Woodford, que argumenta que em uma situação de dominância fiscal, ou seja, de desequilíbrio fiscal grande, a dívida pública segue numa trajetória explosiva se a taxa de juros real se eleva no esforço para atingir a meta.

Há também um estudo de um professor conhecido, francês, mas radicalizado nos Estados Unidos, Olivier Blanchard, que conhece bem a economia brasileira. Aliás, os economistas do Fundo Monetário sempre foram bons economistas e era melhor no passado. O Brasil está dependente muito mais das ações do Fundo Monetário do que das agências de risco, porque o Fundo Monetário tinha bons economistas e era um órgão intergovernamental que procurava não ser procíclico diante das dificuldades dos diferentes países com quem ele tratava.

Mas o Prof. Blanchard mostrou com clareza, num artigo sobre a experiência brasileira, inclusive o acerto da política do Banco Central em 2002, quando, diante do quadro de dominância fiscal e de desestabilização do câmbio, não aplicou uma política monetária dura de aumento de juros proporcional, exatamente o oposto do que foi feito no período recente. O aumento dos juros foi marginal de dezembro de 2002, mesmo até depois de começado o novo Governo, passaram de 22% para 26% ao ano, entre final de 2002 e começo de 2003.

Mas o que aconteceu aqui? O aumento dos juros, para tomar um período desde a reeleição da Presidente Dilma até o período recente, teve, do ponto de vista fiscal, um custo de quase 50 bilhões anualizados, mais precisamente 48,8. Quero dizer que um ponto de taxa de juros tem um curso fiscal de R\$15 bilhões por ano.

E mais ainda, o Banco Central levou a cabo uma política, a meu ver, absurda de Swaps cambiais, que expôs o setor público no montante de quase um terço das reservas cambiais, com custos em reais para o Tesouro de R\$112 bilhões.

Argumenta-se que isso, na verdade, tem como contrapartida a valorização das reservas. É verdade. Existe valorização das reservas. Mas não havia por que proteger setores da sociedade, pequenos, com ganhos dessa natureza, especulando sobre o dólar em circunstâncias que temos reserva R\$370 bilhões. O mínimo de profissionalismo e de boa análise econômica levaria a utilizar isso para segurar as expectativas e não a dispêndio de recursos fiscais. Na conjuntura de 2014, lembro, os *swaps* distorceram o preço do dólar, foram retardando o necessário ajuste do balanço de pagamentos. É preciso lembrar também que, dentro das despesas de juros, que explicam o déficit agregado brasileiro, o déficit nominal, os *swaps* são contabilizados como despesas de juros dentro do total. As despesas de juros têm chegado, no período recente, projetando para o final deste ano, a 8,9% do PIB, ou seja, R\$491 bilhões.

Então, o que acontece? O Banco Central tem como um dos seus objetivos principais – não é, Presidente Tombini? – a estabilização da relação dívida/PIB, mas tudo o que o Banco tem feito no período recente conduz à desestabilização da relação dívida bruta/PIB. Basta dizer que essa relação, que era da ordem de 55% digamos, no final de 2012, passou a 59%, em dezembro de 2014, 65,5%, em dezembro de 2015, e 70%, em dezembro de 2016, é a nossa projeção. Ou seja, tudo o que o Banco está fazendo é desestabilizar a relação dívida/PIB, fragilizando a economia brasileira, piorando as expectativas a respeito da economia e mantendo as pressões sobre a taxa de câmbio, desestabilizando, enfim, todo o processo que se pretende estabilizar. Ou seja, é o tipo da política que procura curar a doença matando o doente ou pôr fogo na casa para assar o leitão.

Estou dizendo de maneira simples, esta poderia ser uma discussão mais complexa, mas o fato é que a economia brasileira aumentou seu desajuste ao longo deste ano. Não foi só por causa da política do Banco Central, teve também o equívoco da política fiscal. Não consigo realmente entender por que as autoridades do Planejamento e da Fazenda fizeram uma projeção tão irrealista a respeito do superávit primário desejado. Cometeram dois equívocos sérios.

Primeiro, não sabiam dos resultados de 2014, ou seja, fixaram metas sem ter os resultados corretos a respeito de 2014. A resultante disso foi que o esforço fiscal para obter a meta que pretendiam deveria ter sido ou seria 50% maior, porque supuseram 0,6% de superávit no ano passado, quando houve déficit primário de 0,2%. Numa meta de 1,2% do PIB, é óbvio que isso implicou um esforço, que não foi possível fazer, 50% superior.

Segundo, pela previsão absolutamente irrealista das receitas. Supuseram um crescimento de receita grande em termos reais, quando nada indicava isso, diante dos cortes de gastos, diante dos aumentos de juros. Quer dizer, o que acontece com os aumentos de juros? Eles aumentam o déficit e aumentam a dívida. Por quê? Porque comprometem, por um lado, o gasto, aumentam o gasto; segundo, diminuem a receita, porque a recessão provoca queda de receita.

Então, mexem no numerador e no denominador dos coeficientes que desejamos sempre para o lado pior.

Esta é a situação e a minha apreensão: o comportamento futuro do Banco, embora o prejuízo, a inconveniência, o equívoco dessa política para trás já tenha cobrado um preço muito alto. Quando vamos comparar, por exemplo, o que acontece no Brasil com outros países em matéria de risco, vemos que os riscos no Brasil só têm piorado. Se comparamos com o Chile, a situação é até vexaminosa. Isso é evidente que, em grande medida, se deve à organização, ao populismo fiscal do Governo Dilma. Mas teve, infelizmente, a sua colaboração ativa no caso da *performance* do Banco Central no último ano, digamos assim, em termos mais amplos.

Deixo aqui essas observações. Naturalmente, isso poderia dar lugar a um debate bastante mais demorado, mas me parece o essencial para ser levado em conta agora. Inclusive, olhando o que pode acontecer no resto deste ano e no ano seguinte.

Houve, claramente, um *overshooting* de juros. Fazendo uma análise mais econômica, menos apegada às fórmulas de metas de impressão. Não que essas fórmulas não devam ser levadas em consideração, aplicadas e tudo o mais. E essas distorções, como eu disse, estão previstas em alguns dos principais teóricos da teoria ou da prática das metas de inflação.

Mas, olhando como economista, sem levar em consideração esse outro lado da análise, que como eu disse, previu e advertiu a respeito da gravidade dessas decisões, basta dizer o seguinte: o Banco Central sobe os juros com a atividade econômica em queda.

Sobem-se juros em geral quando a economia está muito aquecida; quando há crise de demanda e quando há crise de balanço de pagamentos. Esses aumentos têm sido feitos na ausência desses três fatores, é a contrapartida do fato de o banco não ter seguido os aspectos de detalhe, mas muito importantes, de manuais de autores que até que são bastante respeitados, porque estudam a experiência latino-americana, brasileira e mundial nessa matéria.

Essas são, Presidente Raimundo Lira, as minhas observações, e creio mesmo que nós estamos aqui tratando de um aspecto crítico da política econômica no Brasil, que não tem merecido a importância devida nos debates que vêm acontecendo.

Muito obrigado.

Com a palavra o Ministro Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Sr. Presidente, começando pelos questionamentos do Senador Walter Pinheiro, sobre como o Banco Central poderia e deveria contribuir nesse momento para, digamos, a expansão da economia, a retomada da confiança, a retomada do crédito.

Inicialmente, hoje, eu mencionava três ajustes por que passa a economia, lembrando que, sempre sói acontecer, em um ajuste macroeconômico típico, os custos vêm à frente dos benefícios, mas que já poderíamos apontar algum impacto desses ajustes na área externa, na área monetária e, por último, a questão fiscal.

Com relação à área externa, o que eu mencionava é que tem havido uma depreciação forte da moeda brasileira. Não é um caso isolado. O Brasil, talvez em alguns momentos, têm andado mais forte do que outras moedas. Mas tem havido um fortalecimento do dólar nos mercados financeiros internacionais e isso tem ocorrido já de algum tempo.

O Banco Central vem sinalizando que a sua política não visa, digamos, estabelecer um teto, um valor para o dólar. E também não visa, digamos, contra-arrestar de imediato os impactos inflacionários desse câmbio que flutua, o nosso regime de câmbio é flexível. Mas nós temos comunicado que temos usado a política monetária para limitar os efeitos de segunda ordem, as consequências desses ajustes de preços relativos.

Esse é um. O outro é o forte ajuste de preços administrados.

Vou voltar a essa questão, depois, respondendo ao Senador José Serra, que levantou esse ponto também em relação ao passado.

Bem, diante disso, nós temos adotado uma política que não visa trazer a inflação para o centro da meta no próprio ano, mas em um horizonte de dois anos, estamos falando de dezembro de 2016. Esse é o compromisso reafirmado hoje nessa discussão como primeiro ajuste a ter impactado o lado externo da economia. Não é a taxa de câmbio *per se*, mas é a taxa real de câmbio, ou seja, de nada vale haver um movimento no câmbio, se o Banco Central não cuidar dos efeitos, das consequências, desse movimento, transformar-se em inflação doméstica e tirar todo, digamos, o ganho de competitividade que a taxa de câmbio deu no primeiro momento.

Então, controlar a inflação vai certamente nos ajudar a ter uma variação duradoura desse importante preço relativo, que não é algo voluntarista do Brasil, mas é reflexo das mudanças nas condições financeiras e monetárias globais.

Então, sendo um ajuste de preço relativo, sendo um ajuste duradouro desse preço importante, isso vai ter um reflexo, sim, no setor externo – já estamos vendo isso. O que eu mostrei aqui nesses dados que eu distribuí, e também na minha fala inicial, é que nós já antevemos uma redução no déficit em conta corrente da ordem de US\$30 bilhões, entre 2015 e 2014.

Isso é importante do ponto de vista de reduzir as vulnerabilidades brasileiras em um momento de dificuldade internacional, é importante também pelo impacto que isso tem na economia. As chamadas exportações líquidas, que são a diferença entre exportações e importações de bens e serviços, no seu conceito de contas nacionais de crescimento, já têm promovido uma contribuição positiva para o crescimento.

Naturalmente a demanda interna tem caído, e a demanda, digamos, a exportação líquida tem contribuindo positivamente para o crescimento. Ainda no líquido é negativo, isso nós temos visto nos dados de PIB. Mas espera-se que este ano, em função desse ajuste de preços relativos – aí não é só o câmbio, é o câmbio com controle de inflação, e, também, não são só as exportações, mas o fato também de que nós já temos, cada vez mais, anedotas de empresas brasileiras que substituem fornecedores externos por fornecedores locais, em função dessa mudança de preço relativo –...

Nós temos, inclusive, empresas multinacionais brasileiras que têm dito que hoje as plantas, as fábricas no Brasil, estão mais competitivas que fábricas em outros países, conhecidos por grande competitividade, por exemplo, a China – já vimos alguns relatos nesse sentido.

Então, é um preço relativo importante, que tem se movido de forma bastante significativa. É importante que controlemos a inflação para que a inflação não corra a competitividade por dentro e o campo fique correndo atrás da inflação, como já vimos em vários outros episódios no Brasil.

Em relação ao crédito, ele tem desacelerado, de fato, como V. Ex^a mencionou. O crescimento nominal, este ano, está na ordem de 9%. Isso faz parte também desse processo que tem ocorrido já há alguns anos de redução da alavancagem no sistema. A inadimplência está relativamente bem controlada no sistema.

Agora, neste momento o sistema está bem capitalizado, está bem provisionado. Por que é importante ter isso? Porque, em um segundo momento, quando a confiança voltar, quando economia começar a recuperar, nós teremos um sistema que estará mais preparado para apoiar o crescimento da economia.

Então, a curto prazo, ainda há esse processo de contenção, há algumas linhas de crédito que crescem, mas o sistema, digamos assim, está gozando de boa saúde, o que vai ajudar no processo de retomada.

Bom, em relação à questão da política monetária, que foi adotada justamente para conter os impactos de segunda ordem desses efeitos – e eu vejo que a política monetária tem, sim, um papel de fazer isso, independentemente da origem do choque. Se for um choque de demanda agregada, possivelmente a reação terá que ser mais forte. Se for um choque pelo lado da oferta, o que é política monetária pode e deve fazer será conter a propagação desse impacto para que isso não vire, digamos assim, inflação resiliente, encarecendo ainda mais a política monetária no futuro.

Então, é esse o papel da política neste momento. Ela tem algum impacto sobre juro, câmbio real, com um desdobramento sobre o setor externo, já estamos vendo isso acontecer no momento.

Em relação ao Banco Central, V. Ex^a mencionou alguns aspectos importantes. O Banco Central está estruturado, o Banco Central tem se desincumbido de suas atribuições, está certo? Nós temos trabalhado, sim, para ressurgimento de pessoal, inclusive já enviei avisos ao Ministério Competente sobre essa questão. Para nós, naturalmente somos parte interessada e queremos ter ainda mais fortalecida essa área. Enfim, vamos continuar trabalhando – isso não se encerra aqui – para que o Banco Central esteja estruturado e suprido de servidores para atender as nossas necessidades, que, como V. Ex^a mencionou, não são poucas, e dar estabilidade monetária, estabilidade financeira são, realmente, duas missões de grande responsabilidade.

A Senadora Marta Suplicy mencionava parte dos ajustes, e acho que a pergunta pontual é em relação às agências de classificação, o que aconteceu. Eu creio que esse é um assunto importante. Nós vimos aqui, no

debate inicial, hoje, que essas agências tiveram seus erros, enfim, em relação a chegarem atrasadas, a serem pró-cíclicas eventualmente, no passado. Mas, de qualquer maneira, olhando para a frente, essa classificação tem repercussão. Nós vimos o que aconteceu com os prêmios de risco, e nós temos que procurar não por elas, mas certamente para fazer o reequilíbrio macroeconômico do País, de maneira que nós evitemos apenas o grau de investimento por duas agências, o que tem implicações.

Há sempre um debate. Eu falava ainda há pouco sobre até que ponto os mercados já têm isso no preço, até que ponto não têm. Enfim, certamente temos que fazer o nosso ajuste para não ter que lidar com esse acontecimento lá na frente.

Bem, em relação aos questionamentos do Senador José Serra, em relação à questão dos preços administrados, acho que, olhando para trás, o que seria, então? Obviamente, com os preços administrados, o que aconteceu? Em 2013, 2014 nem tanto, mas em 2014 houve um ajuste aí na faixa de 5,5% dos preços administrados – não é isso? – em relação ao IPCA. Mas, enfim, o contra factual seria, então, quer dizer, fazer um ajuste da política monetária, tendo em vista que os preços administrados não variavam.

Na realidade, parece-me que essa percepção de que os preços administrados poderiam sofrer um ajuste maior no passado, isso se refletia, sim, nas expectativas de inflação – está certo? – quando nós olhávamos mais à frente, não no ano corrente. O ano corrente estava ali, enfim, atendendo ao intervalo da meta, mas acho que levava a uma resistência mais forte das expectativas de inflação no horizonte de médio e longo prazo.

O que aconteceu agora é que esse ajuste se deu de uma forma significativa nesse primeiro semestre do ano. Nós viemos, nessa tabela, distribuir, no material, Senador. Ali, no azul, era a expectativa de inflação no IPCA, no começo do ano, para 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, em 2 de janeiro. Vamos pegar 2 de janeiro, o azul, e 11 de setembro, a última expectativa de inflação que nós temos no 11 de setembro. Então, o que nós vemos ali é que esse ajuste de preços administrados e mais o outro preço relativo, a depreciação do Real, subiu muito a inflação corrente e a expectativa para o corrente ano. A expectativa saiu de 6,50 para 9,30, está certo? O que aconteceu com o ano seguinte? No ano seguinte, houve uma ligeira queda nesse período, que aconteceu para os anos subsequentes, médio e longo prazo, 17 e 19, uma convergência da inflação para a meta.

Então, o propósito da política monetária é justamente segurar os efeitos de segunda ordem desse choque de preços relativos e reancorar as expectativas de inflação, que, até certo ponto, nós temos visto um progresso grande. Isso se reflete em várias questões já no presente. Mas, o que eu queria dizer é que, com esse ajuste em preços relativos nos preços administrados, isso ajuda, digamos, a tirar uma expectativa do mercado de que qualquer redução de inflação na frente vai ser preenchida com tarifas públicas. Então, você tem um custo agora, mas você tira uma incerteza que pairou em alguns anos. Agora, a política monetária reagir à inflação corrente afetada pelos preços administrados eu não sei como seria feito isso; não houve sancionamento de política, a política foi ajustada para isso. Se V. Exª se recorda, em 2013, já a partir de abril, nós iniciamos o ajuste da política monetária.

Bom, outra questão que V. Exª colocou é com relação à repressão da taxa de câmbio em 2014. Eu queria dizer que em 2014 houve uma depreciação do real em linha com outras moedas emergentes. Se nós olharmos a depreciação do real em 2014, houve uma depreciação, o mundo andou relativamente... Se olharmos aquele índice do dólar, a gente vai ver que, por muito tempo, em 2014, eu acho que de abril a setembro, esse índice do dólar, que é o dólar contra várias moedas, esteve relativamente estabilizado, está certo, refletindo condições internacionais. A partir de setembro há uma mudança nessas condições e as moedas começam a andar mais fortemente em relação ao dólar, inclusive o real. Então não houve um represamento, andamos... Não, com o swaps; o swaps vem desde abril de 2013, eu vou falar, desde abril ou maio de 2013. Por quê? Porque, naquele momento, V. Exª se recorda que em março, ou abril, de 2013 houve uma mudança na postura da política monetária norte-americana com aquela primeira indicação de que os estímulos não convencionais começariam a ser, digamos, não retirados, mas a reserva federal deixaria de injetar novos estímulos não monetários, ou seja, compra de ativos no mercado. Com isso, houve toda aquela volatilidade e nós decidimos prover a swap cambial não para – de novo, já tive a oportunidade de discutir aqui hoje e na última vez – atingir qualquer objetivo com relação à taxa de câmbio, porque nós sempre dissemos e trabalhamos nesse sentido. O câmbio flutuante é a primeira linha de defesa da economia brasileira, então ele vai refletir as condições de financiamento do balanço de pagamentos, não só da conta corrente, mas também do ingresso e saída de capitais. Então, aconteceu isso.

Mas eu acho que aqui o ponto importante para ressaltar nesse ambiente, nesta Comissão é que o setor público é credor em moeda estrangeira desde o final de 2007; continua sendo credor em moeda estrangeira, com swap ou sem swap. Ele continua credor na ordem aí de R\$1 trilhão aproximadamente, e esses dados nós podemos checar.

Então, uma depreciação da moeda nacional distensionaria, digamos assim, a restrição financeira do setor público. A forma como nós vamos medir, V. Exª tem razão, os juros, o swap entra na conta de juros, a valoriza-

ção da reserva entra no resultado do banco e é transferida para a Conta Única do Tesouro Nacional. Se V. Ex^a examinar, por exemplo, a metodologia que essa agência de classificação de risco utiliza para medir a evolução da dívida do setor público brasileiro, ela considera o quê? Ela considera a dívida bruta do Governo geral menos as disponibilidades do Tesouro Nacional, disponibilidades essas que são compostas, essencialmente, pela Conta Única, conta do Tesouro no Banco Central onde se deposita o resultado, por exemplo, das reservas internacionais, a variação em reais da reserva internacional.

Eu falava agora há pouco aqui que, em relação ao primeiro semestre do ano de 2015, o Banco Central teve um resultado positivo de R\$35 bilhões, mais a valorização das reservas no primeiro semestre de R\$46 milhões, já *swaps* incluídos. Então, nós transferimos para a conta única do Tesouro 83,5 bilhões, na sexta-feira última. Esse é um recurso financeiro. V. Ex^a bem sabe que o recurso financeiro não se mistura com o primário. Ou seja, se pegarmos a valorização de um ativo e fizermos despesa, quando o ativo desvalorizar, o que vamos fazer com a despesa? Então, receita primária cobre despesa primária.

Agora, o que tive oportunidade de discutir, debater com os colegas, com os Senadores aqui, anteriormente, é a questão de que o setor público tem essa condição de credor líquido em moeda estrangeira. Então, a variação cambial não causa embaraço, não há medo de flutuação. A flutuação está lá, não é porque tem *swap*. *Swap* é um colchão, inclusive, para as nossas reservas. Na hora em que começar a valorizar, perde nas reservas, ganha no *swap*. Então, está na condição contrária, do ponto de vista do administrador do ativo, faz sentido. Já estivemos, no passado, com as posições na mesma direção. Comprávamos dólares e comprávamos dólares no futuro. Hoje em dia, a posição é contrária, serve também de proteção para o administrador de reserva, em relação ao balanço do Banco Central. Mas, com tudo isso contado, esses movimentos fortes da taxa de câmbio, em relação ao dólar, fazem com que esse resultado expressivo seja registrado.

Em relação ao que utilizar como instrumento, naturalmente, o setor público tem que utilizar aquela variável fiscal que está mais próxima do seu controle. Obviamente, a gente sabe como é o controle. Depende não só do Executivo, depende do Legislativo, mas são as despesas e receitas primárias que estão ali no seu controle, as variáveis juros, câmbio. E os juros não são do Banco Central, mostrei aqui um gráfico que distribuí hoje, que, depois que o Banco Central parou de subir, na reunião de julho, o que nós tínhamos? Tínhamos a taxa Selic a 14,25 e tínhamos a curva de juros mostrando uma queda dessa taxa de juros para 13%, ali ela estabilizava por um bom tempo. De 29 ou de 30 de julho, essa taxa que começava em 14,25, caía para 13% rapidamente e ali ficava, essa mesma curva, entre 31 de julho e 10 de setembro, está aí no material, sobe e estaciona em 15. Ou seja, tivemos 200 pontos de aumento nas taxa de juros de mercado, que nada tem a ver com a política monetária, tem a ver com prêmio de risco, reflexo de muita coisa, inclusive, do cenário internacional, também das dificuldades em relação à questão fiscal, que agora estão sendo trabalhadas. Isso para dizer que o Banco Central não pode, não deve se arvorar por uma política monetária que não seja sustentável. Por quê? Se ele mirar, por exemplo, no custo do financiamento do Tesouro, vai fazer um desserviço. Posso pegar essa taxa Selic e baixar isso para 7%, mas a curva explodirá, e o Tesouro vai se financiar na curva, vai pagar mais do que pagaria se a política monetária tivesse calibrada para fazer aquilo, evitar que as expectativas de inflação despeguem no médio e longo prazo.

Só passar, só para mostrar para o Senador. Então, essa curva de baixo, azul, é de 30 de julho. O que ela mostra? Mostra taxa de política monetária, ou seja, curtíssimo prazo, é 14,25, e mostra uma convergência para 13. Podemos achar que 13 é uma taxa muito alta, mas não é essa a questão. O mercado já estava incorporando, nas suas projeções, uma redução da taxa de juros de curtíssimo prazo, que é a taxa que controlamos no Banco Central. O que aconteceu até o dia 10 de setembro é aquela curva lá de cima. Então, Senador Serra, sem a política monetária mudar, a taxa, a estrutura mudou de 13% para 15%. Ou seja, subiu 200 pontos de porcentagem, independentemente da política fiscal.

V. Ex^a mencionava outro ponto que tem sido debatido pelos economistas, pelos especialistas, que é a questão da dominância fiscal. É uma questão que nos deparamos em 2002, e V. Ex^a mencionava, que é aquela desagradável aritmética monetarista, que diz basicamente o seguinte, só para confirmar o que V. Ex^a disse anteriormente, que a dívida em relação à solvência do setor público é tamanha que um ajuste do instrumento de política monetária que suba as taxas de mercado não era o caso ali. Você viu que a gente viu, e a taxa caiu. Agora, sem mexer, a taxa está subindo, independente da política monetária neste caso. Mas, enfim, se a política monetária ajustar a taxa... O questionamento em relação à solvência do setor público aumenta e não diminui. E aumentar, aumenta o prêmio de risco. Logo, aumentam as taxas. E o prêmio de risco é embutido também na taxa de câmbio, que aumenta, e a taxa de câmbio aumenta o endividamento.

Uma diferença, nós somos credores líquidos...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas vocês fizeram exatamente isso que o senhor está falando, no período recente.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Não, olhe esse gráfico aqui na tela. Esse gráfico mostra um aumento na taxa de juros do mercado, sem mudança na política monetária. A política monetária quando fixou em 14,25 disse que a estratégia seria mantê-la por um prazo suficientemente prolongado para trazer a inflação para o centro da meta em dezembro de 2016. Qual foi a reação do mercado? Baixou as taxas à estrutura termo.

Bem, sem fazer nada em relação à política monetária, o que aconteceu com as taxas? Subiram, porque a incerteza aumentou, enfim.

Voltando à dominância fiscal, primeiro aquela questão de o câmbio desvalorizar e, então, criar mais um. Não. Hoje estamos numa situação onde o setor público é credor em moeda estrangeira, independentemente como se registra. De novo, pega dívida bruta do Governo geral, tira a disponibilidade do Tesouro, a apreciação do ativo reserva internacional em reais vai estar no denominador, vai estar lá retirando na dívida bruta. As agências utilizam esse tipo de métrica para avaliar a solvência do setor público.

Obviamente há outros aspectos, nós não estamos discutindo aqui porque não há um problema a ser endereçado. Há um problema sim, mas não é dessa magnitude. Nós não podemos ter medo de flutuar. A flutuação não é ruim para a situação financeira do setor público.

Há outro aspecto, Senador Serra, que nós temos que levar em consideração, penso eu. É que a inflação média em 2015 está na faixa de nove ou nove e pouco. Então, quando nós olhamos para a evolução da receita tributária – a receita acompanha, em condições normais de temperatura e pressão, acompanha a evolução do PIB nominal, não do PIB real, do PIB nominal. Então, uma inflação média de 9%, com uma contração de 2, dá um crescimento nominal do PIB em torno de 7%. Estou fazendo uma conta aqui só para ilustrar o ponto. Ou seja, não é um ambiente de dominância fiscal. Mas V. Exª bem apontou que as receitas caíram mais. As receitas caíram à frente do círculo. A economia desacelera, as receitas caem muito mais porque é uma questão também de restabelecer confiança, e tem outros aspectos, V. Exª sabe melhor do que eu. Então, a receita caiu de uma forma *(Ininteligível.)*

que caiu a economia. Mas o que eu queria dizer é que, num ambiente onde o PIB nominal expande 7%, não é um ambiente, digamos, típico de dominância fiscal, onde a economia contrai, o PIB nominal cresce muito pouco. Nós estamos crescendo a 7 pelas minhas contas no PIB nominal.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Réplica de V. Exª, Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Algumas observações breves. Questão dos *swaps*. O que eu me pergunto é se tem sentido, com reservas da ordem de 370 bilhões, deixar de utilizar uma parte dessas reservas para punir especulação. Eu creio que não há fundamento numa taxa de câmbio tão alta no Brasil, fundamento econômico. Não há problema de balança de pagamentos, não há fuga de capitais. Não vejo realmente fatores econômicos, chamemos assim. São fatores de natureza psicológica ou especulativa, para ganhar dinheiro. Psicológica, insegurança quanto ao quadro fiscal, ao futuro, à possibilidade de o Governo continuar, tudo isso está pesando, sem dúvida nenhuma. Mas eu me pergunto se isso não pode ser enfrentado com uma operação do Banco Central. Não há, necessariamente, não é a única política possível para deter ondas especulativas – eu chamo de especulativas porque não há um determinante econômico claro.

V. Exª tem razão, a situação do balanço de pagamentos brasileiro...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... é tranquila. E, inclusive, a melhora do saldo comercial é visível, embora ela tenha sido provocada pela recessão e não por alguma alquimia excepcional em matéria de política econômica.

Agora, veja que o Banco Central, o meu ponto é esse, a política monetária é um fator também de desestabilização futura pelas implicações fiscais das suas ações. Eu sempre implico com a ignorância ou com o pouco caso que se faz para os efeitos fiscais da política monetária. E tenho aqui até um dado, evidentemente é um período curto, mas quando os juros, na última subida de juros, de 13,75% para 14,25%, em 29 de julho, desde então, apesar do aumento forte de juros, o câmbio se depreciou em 15%, apesar das operações de *swaps* e tudo, e o que é mais grave, as expectativas de inflação futura pioraram. Por quê? Porque o aumento dos juros aumenta a relação dívida x PIB, o déficit público, pelo lado das despesas – eu sempre sou insatisfeito com a generalização do uso do conceito de déficit e de superávit primário e a ignorância, ou o descaso, com relação ao que é o verdadeiro déficit que a gente estuda em Economia, que é receita menos despesa, a dívida nominal, a dívida agregada.

Esta insegurança, causada, em parte, pelo aumento dos juros desproporcional, é que gera a deterioração de expectativas. O Banco Central está tendo um papel proativo nessa direção – eu não estou dizendo que é a intenção de V. Exª, que eu considero um técnico qualificado e honesto, não vejo nesses equívocos nenhum propósito de outra natureza, V. Exª pode imaginar que está acertando, mas, de fato, em um período recente

não acertou com a sua diretoria –, agora, há uma outra coisa que eu estava olhando aqui que é interessante e é um fenômeno brasileiro, que é a questão do nível da taxa de juros. É realmente uma tabela impressionante da OCDE, *Economic Outlook* 2015, e do Worldwide Central Bank Rates, que não são compatíveis com a Focus, por exemplo, mas vale para o mundo inteiro. Pelo critério da OCDE, a expectativa da inflação, a inflação futura seria da ordem, no ponto da comparação, de 5,2%. Os juros reais, quer dizer, descontada a inflação futura, são da ordem de 8,6%; é o maior juro real do mundo, não há quem chegue à metade disso. E aí entra Rússia, entram países fragilizados, África do Sul, o que se quiser; é realmente impressionante, Raimundo Lira. Nós somos recordistas, mas, olha, recordistas estilo Alemanha no futebol, 7 x 1 contra o Brasil. Nós ganhamos do resto do mundo aqui disparado.

Eu sempre fico abismado de entender as razões de fundo disso, mas o fato é que nós deslizamos em um piso de taxas de juros infinitamente maior do que o resto do mundo em lugares – não é que eu esteja apontando esses lugares como exemplos de política econômica – como a Rússia, que tem uma expectativa maior, Turquia, África do Sul. E se se pegam outros países com inflação prevista mais baixa, como é o caso do Chile, então a taxa de juros real está praticamente no chão. Não há aqui, é muito difícil de se definir uma proporcionalidade, é uma anomalia, é um ponto fora da curva no mundo e, a meu ver, essa circunstância não é independente de toda a ação do Banco Central e da cultura que se criou no Brasil com relação à economia, com relação aos juros já há muitos anos, não nasceu neste Governo não, nem no anterior, nem no anterior, é uma coisa mais antiga, mas que tem se reforçado muito no período recente.

Finalmente eu creio que, para o ano que vem, efetivamente, as condições, a dívida x PIB deverá continuar aumentando, pela nossa projeção, chegando àquele nível obscuro de 70%. Mas, no ano que vem, dada a desvalorização cambial que já houve, dado o *overshooting*, quer dizer, o exagero no aumento de juros, é de se esperar “uma certa melhora”, entre aspas, das condições. Tanto que nós prevíamos que o déficit nominal agregado, com proporção do PIB, que no final deste ano vai tender a 9%, 8,9%, possa recuar para 7,2%. Tudo mais constante, na minha opinião, se houver algum governo no Brasil que receba confiança, porque, sem a confiança não adianta nada, e também não adianta a política de aumentar juros desproporcionalmente para combater as expectativas adversas causadas pela fragilidade política. Isso acaba não acontecendo. Acaba passando a ideia de que o Banco Central também está com medo da instabilidade política, o que piora as expectativas. Para o ano que vem, acho que é de se esperar uma redução do déficit nominal agregado de 8,9% para 7,2% do PIB. São números aproximados, para se ter uma ideia de tamanho. Inclusive, um déficit nominal agregado em reais também menor, pelos menos uns 80 bilhões menor, exatamente devido ao *overshooting* deste ano.

Enfim, era isso. Creio que continuaríamos dando volta. Eu poderia me alongar muito mais, mas o Winston Churchill dizia que há três coisas difíceis na vida: beijar uma mulher que se inclina na direção oposta, subir uma parede que se inclina na nossa direção e falar muito na hora de almoçar ou de jantar. E a minha Bancada está lá reunida me dando bronca porque não estou aparecendo, preciso chegar pelo menos no final.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Presidente Raimundo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a Ex.^a já gastou os dois minutos da réplica.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu sei. O pior, Presidente Raimundo, é que tenho aqui um requerimento que, aparentemente, tenho que ler na íntegra. Na verdade, não precisaria, é só...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – No final da reunião, vou ler o requerimento de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está bom. Eu não sabia que há direito a uma exposição, à réplica...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Réplica é dois minutos. V. Ex^a falou os dois minutos.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está certo, há uma réplica, uma tréplica...

A SR^a MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Eu gostaria de fazer um aparte. A minha pergunta, na primeira parte, não foi respondida. V. Ex^a só respondeu sobre *downgrade*, *investment grade*, foi rápido, porque já tinha explicado isso antes. Mas eu perguntei sua opinião sobre o pacote de ontem. Como o Senador Serra colocou muito bem, a situação em que a gente se encontra, o Banco Central teve uma importância.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito bem, então, rapidamente, o Senador Serra, mencionando as implicações fiscais da política monetária, eu queria dizer que essa taxa de juros real, nos níveis em que está, hoje, não é uma taxa de médio e longo prazo, naturalmente. Estamos em um período de ajustes e essa taxa está onde está, justamente, para evitar aquele repasse da inflação para os horizontes de mais longo prazo. Então, é óbvio,

o nosso diálogo, por exemplo, com avaliadores de risco, o que temos que mostrar é que essa é uma taxa de passagem, que diz respeito a esse ajuste macroeconômico, mas, quando se olha um horizonte de cinco a dez anos, certamente, não é esse o parâmetro para fazer, digamos assim, simulações de solvência fiscal do Governo.

Em relação à utilização, temos usado as nossas ferramentas, de fato, não para, necessariamente... V. Ex^a mencionava o *overshooting*, podemos concordar ou não, mas vimos uma avaliação muito abrupta da taxa de câmbio nominal, não restrita ao País, talvez mais intensa, nesse último período, ao Brasil, sim. Naturalmente, temos uma posição de *swap*, que V. Ex^a mencionava, que não vai sair, inclusive, é uma parte de proteção para o próprio ativo, de maneira que, se vai e volta, isso vai voltar também no *swap*. Não sabemos, porque o câmbio é flutuante, temos que ter humildade em relação a esse aspecto, mas podemos concordar que talvez haja exageros, aqui e acolá, em relação a esse ponto importante. Então, utilizar reservas, temos feito operações de empréstimo, venda com compromisso de recompra, o que é uma forma de dar liquidez, principalmente, na virada do ano. Mas, enfim, temos um arsenal de medidas. A ideia é que o câmbio seja a primeira linha de defesa, mas sempre olharemos para essa questão do ponto de vista da estabilidade financeira. Não estou falando da instituição financeira, mas da economia como um todo. Inclusive, eu falava aqui que o objetivo disso é permitir que o setor privado, não financeiro, consiga transitar num mundo onde o Dólar saia de US\$ 2,25 para US\$ 3,90, e não saia havendo um choque financeiro, como já vimos no passado. Então, esse é o objetivo, mas podemos usar outros instrumentos. A ideia é não financiar a saída, quando as coisas estão mais incertas.

Em relação à primeira parte da pergunta da Senadora Marta Suplicy, eu queria dizer que, nas nossas contas, a política fiscal, obviamente, é muito importante para o nosso trabalho. São políticas manejadas de forma mais independente, mas que têm impacto uma sobre a outra, como o Senador mencionava, na monetária, indo para o lado fiscal. Mas, temos trabalhado. No dia 31 de agosto, quando foi enviado o Orçamento com aquele hiato, continuamos trabalhando nas nossas estimativas, de um resultado primário de 0,7% do PIB para 2016. Então, as nossas projeções de inflação, que usamos no relatório, nas nossas deliberações, contemplam isso. Quer dizer, a iniciativa que V. Ex^a mencionava, no sentido de entregar esse resultado. A forma como é feita, naturalmente, diz respeito à autoridade fiscal, ao Governo, mas nós temos utilizado, nas nossas projeções, não deixamos de usar essa projeção de 0,7% de primário para o ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Crivella, nós já tínhamos encerrado o último bloco, mas, com a chegada de V. Ex^a, passo a palavra para que V. Ex^a possa fazer as indagações que achar convenientes.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Serei breve, Sr. Presidente. Posso esperar se o Presidente do Banco Central quiser ir ao banheiro, pois aqui não há um concurso de próstata. Se V. Ex^a quiser ir ao banheiro, nós o esperamos. Tudo tranquilo? Sem problemas? Presidente, há alguns anos, têm sido feitas críticas à utilização do *swap* cambial como instrumento não ortodoxo da atuação do Banco Central do Brasil. Tais operações, num passado recente, foram responsáveis por prejuízos monumentais em empresas como a Sadia, a Votorantim, a Aracruz e outras. Eu queria saber de V. Ex^a quem é a contraparte nas operações de *swap* cambial do nosso Banco Central? São os bancos? São os fundos de pensão? São as indústrias? Estariam alguns desses participantes sujeitos a riscos excessivos, ocasionados pela atuação do nosso Banco Central do Brasil, como, no passado, as empresas que eu citei? Presidente, qual o custo das nossas operações de *swap* cambial, considerando também o custo fiscal, com os juros, para se retirar o excesso de liquidez devido ao pagamento, que é feito em reais, ocasionado em decorrência dos ajustes diários do *swap*? E aí aquela pergunta de sempre: para que termos reservas internacionais tão vultosas e caras, se o câmbio deve ser flutuante? É verdade que a venda a termos de dólares, isso de que o Serra estava falando, evitaria a emissão de dívida via operações compromissadas, porque ela tiraria o excesso de liquidez do mercado monetário? Presidente, nós temos o *swap*, nós emitimos reais e colocamos no mercado e nós somos obrigados a aumentar a taxa de juros para não ter uma liquidez excessiva, por razões de inflação. Não seria melhor, Presidente, vender dólares? Não evitaria a gente ter esses efeitos colaterais? V. Ex^a pode dizer que o Banco Central mudou a sua forma de operar recentemente. É verdade. Nós estamos adotando leilões de linha. Mas, Presidente, nós adotamos isso só depois de termos um prejuízo de R\$100 bilhões, o que não é pouco.

Presidente, embora haja estudos que digam que o *swap* não tem efeito sobre a volatilidade do câmbio, se o Banco Central acredita que pode afetar essa volatilidade, operando com *swap* cambial, esse efeito também não ocorreria com a venda a termos de dólares?

Faço aqui uma remissão: o Presidente do Banco Central anterior, Presidente Henrique Meirelles, quando se deparou com os contratos de *swap* cambial em aberto, ele ordenou desfazimento daquelas posições.

Quando V. Ex^a assumiu seu mandato no Banco Central, as posições estavam completamente zeradas. Presidente Tombini, por que na gestão de V. Ex^a o Banco Central voltou a operar com instrumentos tão controversos...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – e com potencial de causar prejuízos tão volumosos em questão de semanas?

O senhor pode dizer: “Mas o *swap* que eu estou fazendo não é igual ao do Meirelles.” Mas eu lembro o senhor de que ele também operou tanto com o *swap* tradicional quanto com o *swap* reverso.

Uma coisa que me preocupa, Presidente Tombini: qual é o embasamento jurídico das operações de *swap* cambial? Talvez V. Exª diga: “Crivella, é operação de câmbio. E a Constituição diz que o Banco Central é responsável por operação de câmbio.” Mas é operação de câmbio, Presidente? Não é derivativo? Nós não estamos falando de operação de derivativo? Os ajustes não são pagos em reais, nossa moeda corrente, e os valores dos ajustes, calculados, exatamente, sobre a diferença da taxa de câmbio com a taxa de juros?

Presidente, se o Banco Central realiza as operações de *swap*, considerando como operações cambiais, por que elas são feitas no Departamento de Operações de Mercado Aberto, ao invés de serem no Departamento das Reservas Internacionais?

Já estou concluindo, Presidente.

Presidente, uma preocupação nossa: o Banco Central alterou a forma de cálculo da PTAX para uma metodologia que já havia produzido um escândalo no mercado europeu. Esse escândalo, vocês lembram, foi denominado de Libor Rate.

Como disse o Serra, nós todos aqui temos a maior admiração por V. Exª e sabemos das suas boas intenções, mas, Presidente, uma coisa é a gente ver o problema assim, outra coisa é a gente ver o problema assim.

Essas preocupações e essa sabatina são exatamente para que o senhor tenha, na alma, as preocupações que todos temos, as angústias pelas quais passamos, embora nós saibamos as circunstâncias que envolvem cada uma das suas decisões.

Nessa questão do PTAX, é bem capaz que o senhor diga o seguinte: “Olha, nós tivemos a intenção de aumentar o número de instituições participantes na amostra, porque estatisticamente não era adequado.” Mas eu quero lembrar a V. Exª que foram esses os mesmos argumentos que Associação dos Bancos Britânicos, responsável pelo cálculo diário da Libor, tomou.

Após o escândalo, a recomendação internacional da International Organization of Securities Commissions foi de privilegiar as informações geradas por transações, em detrimento das obtidas por consultas. Presidente, o nosso Banco Central andou para trás. Se as instituições manipulam a PTAX e ela entra no cálculo do ajuste *swap* cambial, qual a garantia de que não há manipulação de mercado no *swap*?

Por último, Presidente, eu, da última vez que estivemos aqui reunidos, ouvi de V. Exª o mesmo argumento, com o qual não sei se justificamos, nos consolamos ou, apenas contabilmente, nos ajeitamos nessa dificuldade que é viver diante das tantas instabilidades, das desigualdades, das disparidades, do dilúvio de ódio e de paixões que é a vida pública do nosso País.

Quando nós dizemos: “Nós tivemos um prejuízo no *swap* cambial, mas nós tivemos uma valorização nas reservas cambiais”, esse argumento não vale para o Tesouro. O Tesouro Nacional não considera nossos argumentos em relação à nossa dívida pública internacional. De tal maneira que, no fundo, no fundo da alma, Presidente, eu não queria estar na sua pele, porque as controvérsias são grandes e eu não sei se V. Exª – espero que sim – consiga encontrar, realmente, o rumo do equilíbrio da nossa economia, defesa da nossa moeda e no futuro não ser questionado por decisões que as circunstâncias o obrigaram a tomar.

Mas desejo a V. Exª toda a sorte do mundo e peço a Deus que o ilumine e ajude.

Se puder responder às perguntas, ficaria muito honrado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Ministro Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Crivella.

Bom, primeiramente a nossa avaliação sobre os contrapartes, nós temos cerca de 80% entre setor privado não financeiro e investidores internacionais; os outros, pouco menos de 20%, nos fundos aqui no País. Os bancos não ficam com isso, quer dizer, na realidade, a regulação para descasamento de moeda no sistema financeiro é bastante penalizadora. De modo que uma posição aberta, especulativa, em dólar, cobra muito capital e não é economicamente viável. Então, o banco, na realidade, faz intermediação, então ele vai ser o *dealer*, talvez contraparte inicial, mas transforma essa proteção em um produto para, digamos, proteger terceiros, fundos, mas, principalmente, 80%, empresas privadas não financeiras e investidores internacionais.

Então, qual que é o objetivo dessa política? É assegurar a estabilidade financeira no País, é esse o objetivo. O nosso câmbio é flutuante, nós não temos qualquer objetivo em relação à taxa. Então – principalmente setor privado não financeiro. V. Exª, nas suas perguntas bastante específicas, um episódio de *swap* lá de 2008, onde havia uma série de opções complexas que estavam sendo vendidas para empresários, inclusive, que já,

enfim, depois de terem desistido em pedir um câmbio mais depreciado, entraram nesses contratos, digamos, para reduzir o custo financeiro. Só que os contratos tinham uma cláusula em letra pequena que dizia que, se a variação do câmbio fosse na outra direção – ou seja, estavam apreciando o real, mas se houvesse uma desvalorização de tanto –, a dívida multiplicava por x vezes. Então, muita gente quebrou na esteira desses produtos, está certo?, e, assim, o que era risco de mercado virou risco de crédito, não é? Então, naquele momento, de fato... Não, esse *swap* que o Banco Central coloca, transparentemente, no mercado é um *swap* onde basicamente se troca, o Banco Central recebe a taxa Selic e paga a variação cambial mais um cupom cambial, que é uma remuneração em dólar, uma aplicação no País, registrado na Bolsa de Valores, enfim, tudo transparente. O outro, aquele do episódio de 2008, que era entre contrapartes privadas era, em geral, o mercado de balcão com pouca transparência. Enfim, mas essas coisas todas foram lições da crise também que ocorreram em outros países, não só no Brasil.

Então, as operações de *swap*, em outros momentos, até distribuíam um material aqui que as operações em *swap* chegaram a ser quase 100% das reservas em outras ocasiões. Naturalmente, que esse instrumento – que é um instrumento dentro da política cambial – só funciona se houver um ativo subjacente que dê força a ele. Então, esses acordos de *swap*, contratos de *swap* no Brasil, só são demandados a título também de proteção e principalmente disso, porque há um lastro de US\$370 milhões.

V. Ex^a deve saber também que o mercado de câmbio brasileiro, como é denominado pelos participantes hoje, é várias vezes maior no derivativo do que no mercado *spot*. Não deixa de ser definido como mercado de câmbio. Então, não tenho o número aqui, talvez o Diretor Aldo, mas é coisa de um bilhão de operações no mercado a vista, dez milhões no mercado derivativo.

Então, a liquidez no mercado de câmbio brasileiro – gostemos ou não – está hoje no mercado de derivativos e não no mercado *spot*. Isso é câmbio, isso mexe com o preço da economia. Isso vai afetar a vida dos exportadores. Isso vai afetar a vida dos importadores. Então, não adianta achar que câmbio é só o bilhete ou *traveller check* que nem existe mais, enfim, é isso.

Então, no Brasil o mercado de câmbio brasileiro compreende – e aí acho que muitos analistas consideram o primeiro vencimento quase como um mercado à vista – o primeiro vencimento do mercado cambial como mercado a vista, eles colocam isso, esses dez, onze milhões tudo junto como mercado de câmbio brasileiro e aí que está a liquidez desse preço importante da economia. Então, nós vemos isso.

De novo, nós temos um balanço que tem um ativo e tem esse contrato, esse ativo, os contratos hoje estão na faixa de 28% do ativo, então, três vezes o tamanho do *swap*. Então, no nosso balanço, no resultado do Banco Central, vai a variação.

No passado, nós já tivemos as duas posições: o dólar pronto e o dólar futuro no balanço. Hoje nós temos, digamos, um contingente em dólar passivo e o dólar ativo, que é a reserva internacional. Então, variam do ponto de vista de diversificação de portfólio. Aí o Banco Central não como condutor da política cambial, mas como o administrador das reservas internacionais faz sentido ter uma parte delas protegida, na forma desses contratos.

Então, hoje, a conta é essa, amanhã pode ser totalmente diferente, mas, enfim, tem que usar esse conjunto na sua integralidade. Então, a despeito dessas variações, a despeito dos ajustes que V. Ex^a mencionava, no primeiro semestre, que o resultado do Banco Central de janeiro a junho de 2015 foi de R\$35 bilhões de resultado positivo, somados a isso os R\$46 bilhões somados a título de valorização do ativo e o Tesouro faz sem essa valorização na dívida. Tanto é que a dívida externa aumenta quando o Real deprecia. O ativo externo que o Banco Central tem no seu balanço aumenta à medida que o Real deprecia.

Mas acho que o importante, já tive a oportunidade de discutir hoje de manhã aqui é que o setor público brasileiro é credor líquido em moeda estrangeira, então, nós não precisamos ter medo de flutuar. Na realidade, esse programa foi feito para assegurar a estabilidade financeira e evitar os tipos de problemas que nós tivemos em 2008, em que havia um descasamento e aqueles que achavam que estavam casados, estavam digamos num contrato exótico que gerava um custo impagável, digamos assim, quando o preço do ativo ia na direção contrária. Nesse caso, é bem simples, o contrato é sem cláusula de multiplicação, enfim.

Em relação às operações de venda com recompra, de novo, voltando ao mercado de câmbio brasileiro. A ação acontece na parte maior do mercado, que é a parte de derivativos. Em alguns momentos, temos escassez do dólar pronto. Isso, em geral, reflete nessa taxa chamada cupom cambial, que é a remuneração em dólar no País. Nos vimos, ao longo desse processo, de mudanças nas condições onde oferecemos esse colchão de proteção que não havia escassez do dólar pronto. A taxa de cupom cambial sempre foi muito bem comportada, tanto é que não só estamos protegendo o setor privado no financeiro, como estamos evitando que com toda essa turbulência, primeiro, pare de entrar e depois fuja o dinheiro, o que gera implicações para a economia real, para emprego, enfim, para tudo isso que V. Ex^a bem sabe.

Nós tivemos, do começo do ano até aqui, o ingresso de US\$11 bilhões aproximadamente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Desculpe-me, Presidente. O jornal *Valor Econômico* dá só 3 bilhões. Ele acha que investimento, os recursos que entram para investimento só podem ser considerados se forem para abrir fábricas, fusões, ampliações. Então, a taxa seria em torno de 3 bilhões.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Não estava falando disso, perdoe-me...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Investimentos diretos aplicados aqui.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Não, estava falando de fluxos, estava considerando conta corrente e ingresso na conta de capitais 11 bilhões.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Entendi. Agora, se V. Ex^a olhar hoje o jornal *Valor Econômico* – é até bom discutir isso aqui, para que V. Ex^a possa esclarecer – está aqui. Investimento de capital, em bilhões. O Brasil tinha, no primeiro semestre de 2014, 13 bi e, no primeiro semestre de 2015, 4 bi.

Agora, V. Ex^a está certo. Se formos ver o fluxo de todos os capitais, são onze, mas aqui para o mercado o que eles consideram é exatamente esse que vem para o produtivo, novas fábricas...

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Vou ver esse dado. Estava me referindo à balança de pagamentos como um todo, mas certamente esses investimentos são importantes.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – São fundamentais. O Banco Central continua fazendo leilão? V. Ex^a tem ideia?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – O Banco Central, enfim, V. Ex^a mencionava os contratos de venda com compromisso de recompra. Então, em alguns momentos, vemos que há esse mau funcionamento do mercado à vista, por exemplo, em geral, nos finais de ano, há uma redução da liquidez. Temos feito essas operações a que V. Ex^a se referiu. Por que não fizemos mais agora? Porque não houve necessidade, não havia – digamos – essa desfuncionalidade do mercado, Fizemos uma operação, sim, podemos fazer outra, sim, mas são empréstimos em moeda estrangeira de 2, 3, 6 meses e essas reserva retorna para o Banco Central.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – A ideia não é subir os juros. A ideia era segurar um pouco a expansão monetária, porque no *swap*, cada vez que o senhor...

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Essa de fato tem o enxugamento monetário, Mas, enfim, tem que usar se for preciso. Não vou usar para efeito de política monetária, mas V. Ex^a tem razão sim.

Enfim, o Tesouro Nacional aplica e temos embasamento da 4595, o art. 164 da Constituição Federal, a Lei nº 11.803, enfim, resoluções do Conselho Monetário Nacional que dão respaldo para o Banco Central operar neste campo do mercado de câmbio.

Vou pedir ao diretor que brevemente fale da questão da PTAX, que o diretor veio para responder questões relacionadas à PTAX.

O SR. ALDO LUIZ MENDES – Rapidamente. Houve uma questão sobre por que os *swaps* são feitos na mesa do Demap e não na Depin. A questão é meramente operacional. Como o *swap*, na essência, não é uma operação de câmbio, porque a moeda trocada é o real, o sistema com o qual o Demap opera é o chamado Ofpub, que é o mesmo que ele usa para fazer, por exemplo, leilões de títulos do Tesouro Nacional e que serve perfeitamente para forçar essas operações. Então, é operacional, poderia ser feito aqui, sem... Desde que eu trouxesse também uma cópia do sistema e instalasse aqui em Brasília, não haveria problema nenhum. Então, é meramente operacional.

Sobre a PTAX, eu posso assegurá-lo, Senador, de que é extremamente robusta a formação da nossa PTAX. Diferentemente do que ocorre em outros *fixings*, essa fixação de taxa referência no resto do mundo, nós temos... O Banco Central tem o escrutínio total da formação da PTAX. Nós sabemos exatamente como ela está sendo formada e a cada momento, e podemos comparar com a realidade de mercado. Qualquer *dealer* que mande uma informação errada será descredenciado de imediato.

Diferentemente de outros locais no mundo, e o senhor mesmo citou a Libor. A Libor é formada por uma associação dos próprios bancos. Aqui não, é o Banco Central que faz, não são os bancos. Provedores de informação, posso citar, por exemplo, a Reuters. Ela tem *fixing* de taxa de câmbio onde não há interferência de qualquer banco central, ele entrega ao próprio mercado. O próprio mercado faz a taxa. E, às vezes, podem acontecer, digamos assim, imprecisões nessa formação.

No caso do Banco Central, eu asseguro que não. As janelas são... São quatro janelas. O horário de abertura da janela é randômico, o Banco não sabe quando ela vai acontecer. Tem que ser automático, tem que ser por sistema, não pode ser manual. E o Banco Central tem parâmetros estatísticos, a gente poda os extremos dessa distribuição. E a distribuição tem que ter aderência àquilo que a gente vê no mercado. Se não houver, o *dealer* é de imediato descredenciado, podendo sofrer inclusive sanções piores.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Esses *dealers* que estão sendo acusados na Lava Jato o Banco Central não afastou ainda.

O SR. ALDO LUIZ MENDES – Não, não conheço essa questão. Os *dealers* que a gente... São, são, são...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Tem *dealers* aí que foram...

O SR. ALDO LUIZ MENDES – ...são corretoras de câmbio não são *dealers* do Banco Central.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Pediria a V. S^a que pudesse, depois, dar uma olhada nisso. O senhor também tem a mesma segurança com relação ao DI e à taxa de juros?

O SR. ALDO LUIZ MENDES – A questão do DI não é formada no Banco Central, é formada na Cetip. A gente sabe que o número de operações caiu muito, mas a Cetip desenvolveu um mecanismo muito inteligente de aferição dessas taxas. Inclusive, fez com que a taxa se aproximasse mais da Taxa Selic, o que transformou a formação de preço no mercado mais justa e muito mais tranquila, com menos volatilidade.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Presidente, só para agradecer e dizer aos Srs. Diretores que nós ficamos muito honrados com a visita dos senhores aqui. Podem ter certeza de que todos os Senadores torcem muito pela política monetária do Banco Central. E as perguntas que fazemos e a sabatina que fazemos são com as melhores intenções.

O Serra foi muito feliz quando disse isso. A gente quer dar sugestão, mostrar um novo caminho, de um horizonte diferente, exatamente porque a gente imagina que quem está ali mergulhado sob as pressões enormes do mercado, da política econômica, das circunstâncias, da volatilidade, dessas notícias que vêm do exterior, sobretudo do Tesouro americano, de repente vir ao Senado e poder reafirmar suas convicções e vê-las debatidas.

Mas, com certeza, eu acompanhei, quando eu estava aqui do lado de fora, nós ficamos muito honrados e acho que o Brasil se engrandece com o nosso debate. E, acima de tudo, confiamos na honradez dos membros do Banco Central.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Antes de encerrar a presente reunião de audiência pública, vou ler aqui um requerimento que está aqui na Mesa da CAE.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, item II, da Constituição Federal, e do art. 93, item II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater “os efeitos fiscais das políticas monetária e cambial”. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1) Antônio Delfim Netto, professor emérito da Faculdade de Economia; 2) Ibrahim Eris, doutor em economia pela Universidade Vanderbilt, Estados Unidos; 3) José Roberto Rodrigues Afonso, doutor em economia pela Unicamp.

E as justificativas estão aqui e esse requerimento será colocado em votação na próxima reunião.

Quero encerrar a presente reunião agradecendo a presença do Sr. Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central; os Srs. Diretores Aldo Luiz Mendes, Altamir Lopes, Luiz Pereira. Agradecer também a presença dos assessores técnicos do Banco Central, dos assessores e funcionários da CAE e registrar a presença do Deputado Alfredo Kaefer, do PSDB do Paraná.

Declaro, portanto, encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 14 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia vinte e dois de setembro do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Raimundo Lira, vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, reúne-se a comissão com a presença dos(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Reguffe, Telmário Mota, Benedito de Lira, José Pimentel, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Hélio José, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Douglas Cintra, Eduardo Amorim, Elmano Férrer e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Sandra Braga, Roberto Requião, José Agripino, Wilder Moraes, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes. O presidente declara aberta a reunião, submetendo à comissão a dispensa da leitura da ata da 30ª reunião, que é dada como aprovada. A presidência inicia a apreciação dos itens constantes da pauta. **Item 1** - Projeto de Lei nº 50 de 2013, não terminativo, de autoria do senador Paulo Davim, que “altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para aumentar a segurança de produtos de puericultura e para vedar a produção, a importação, a distribuição e a doação de andador infantil”, tendo como relatora a senadora Sandra Braga, que oferece relatório contrário ao projeto. O presidente da comissão designa o senador Telmário Mota relator “ad hoc” da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. **Item 2** - Projeto de Lei do Senado nº 125 de 2010, não terminativo, de autoria do senador Flexa Ribeiro, que “acrescenta art. 32-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fabricante ou o importador de automóvel a inserir, no manual de manutenção do veículo, relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo”, tendo como relator o senador Reguffe, que oferece relatório favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta. O presidente da comissão designa o senador Benedito de Lira relator “ad hoc” da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE (substitutivo). A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa. **Item 3** - Projeto de Lei do Senado nº 124 de 2014, não terminativo, de autoria do senador Alfredo Nascimento, que “acrescenta parágrafo único ao art. 579 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para isentar da contribuição sindical os servidores públicos”, tendo como relator o senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Telmário Mota, Reguffe, Ataídes de Oliveira, Paulo Paim e Hélio José. O vice-presidente no exercício da presidência da comissão, senador Raimundo Lira, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 4** - Projeto de Lei do Senado nº 262 de 2008, terminativo, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares, que “altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro 2005, para autorizar o INSS e os Municípios, no âmbito da sistemática do parcelamento de débitos previdenciários dos municípios, modificar a forma de corrigir monetariamente o montante das dívidas dos Municípios”, tendo como relator o senador José Pimentel, que oferece relatório pela prejudicialidade do projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5** - Projeto de Lei do Senado nº 552 de 2013, terminativo, de autoria do senador Cícero Lucena, que “altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica”, tendo como relator o senador Douglas Cintra, que oferece relatório pela prejudicialidade do projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir parecer preliminar da CAE, pela prejudicialidade do projeto. A matéria vai ao Plenário, para as providências previstas no art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 6** - Projeto de Lei do Senado nº 518 de 2011, terminativo, de autoria do senador Benedito de Lira, que “altera o art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para destinar ao Ministério da Pesca e Aquicultura parte dos royalties decorrentes da produção do petróleo”, tendo como relator o senador Alvaro Dias, que oferece relatório pela rejeição do projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7** - Projeto de Lei do Senado nº 280 de 2013, terminativo, de autoria do senador Ricardo Ferraço e outros, que “dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal”, tendo como relator “ad hoc” o senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do projeto

e da Emenda nº 2-CAS, acatando a Emenda nº 1-CI e as Subemendas nºs 1-CE, 2-CAS, 3-CAS e 4-CAS na forma da emenda que apresenta. O presidente da comissão designa o senador Reguffe relator “ad hoc” da matéria. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Ricardo Ferraço, Cristovam Buarque e Gleisi Hoffmann. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8** - Projeto de Lei do Senado nº 110 de 2012, terminativo, de autoria da senadora Vanessa Grazziotin, que “altera os arts. 4º e 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, em dobro, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, de encargo por dependente acometido das doenças que especifica”, tendo como relator o senador Elmano Férrer, que oferece relatório pela rejeição do projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9** - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 33 de 2015, de autoria do senador Ronaldo Caiado, que “requer seja convidado a comparecer perante o Plenário desta comissão o ministro de Estado de Minas e Energia, Carlos Eduardo de Souza Braga, para explicar a venda da Celg Distribuição S.A.”. A apreciação do requerimento é adiada. **Item 10** - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 34 de 2015, de autoria do senador Flexa Ribeiro, que “requer, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a debater a crise na construção civil, principalmente no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal”. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 34 de 2015-CAE. **Item 11** - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 35 de 2015, de autoria do senador José Medeiros, que “requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Serviços de Infraestrutura para que sejam discutidas as consequências econômicas e sociais, resultantes do incêndio que atingiu a empresa Ultra Cargo, localizada no terminal portuário de Santos, Estado de São Paulo, e para que sejam apresentadas as propostas para solucionar o problema de infraestrutura do terminal portuário causado pelo acidente”. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 35 de 2015-CAE. **Item 12** - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 36 de 2015, de autoria da senadora Lúcia Vânia, que “requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja incluído o senhor Marconi Ferreira Perillo Júnior, governador do Estado de Goiás, como convidado na audiência pública objeto do RQE nº 33/2015”. A apreciação do requerimento é adiada. **Item 13** - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 37 de 2015, de autoria do senador José Serra, que “requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater “os efeitos fiscais das políticas monetária e cambial”, com a presença de Antônio Delfim Netto, professor emérito da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP; Ibrahim Eris, doutor em economia pela Universidade Vanderbilt – EUA; e José Roberto Rodrigues Afonso, doutor em economia pela Unicamp. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 37 de 2015-CAE. É apreciado, ainda, o seguinte item extrapauta: **Item 14** - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 38 de 2015, de autoria do senador Alvaro Dias, que “requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a atual estrutura da dívida pública, o pagamento de juros, encargos, amortização e refinanciamento dessa dívida e propostas para sua melhor gestão”, com a presença de Paulo Rabello de Castro, coordenador do Movimento Brasil Eficiente; e Thiago Biscuola, economista pela FEA-USP. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 38 de 2015-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo vice-presidente no exercício da presidência e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senador RAIMUNDO LIRA

Vice-presidente no exercício da presidência
da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 30ª Reunião. As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos Srs. Senadores que, tendo em vista o processo de modernização das comissões e o compromisso da CAE com a economia de papel, a Secretaria da Comissão não mais irá anexar, ao processado do

Ofício S/nº 7, de 2011, as notas taquigráficas das audiências conjuntas realizadas com o Banco Central. Esses documentos continuam à disposição de todos por meio eletrônico.

O processado do Ofício S nº7/2011 deverá ser encaminhado ao Arquivo do Senado Federal.

Pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2013

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para aumentar a segurança de produtos de puericultura e para vedar a produção, a importação, a distribuição e a doação de andador infantil.

Autoria: Senador Paulo Davim

Relatoria: Senadora Sandra Braga

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CMA;

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

Eu gostaria que o Senador Telmário Mota, na condição de Relator *ad hoc*, lesse o relatório. Pode ler integralmente ou de forma resumida, Senador. Fica a seu critério.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente; Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2013, do Senador Paulo Davim, que altera a Lei 11.265, de 03 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para aumentar a segurança de produtos de puericultura e para vedar a produção, a importação, a distribuição e a doação de andador infantil.

Sr. Presidente, li a parte introdutória e vou fazer uma análise rápida, no seguinte sentido.

Análise.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 50, de 2013, de autoria do Senador Paulo Davim, que tem por objetivo alterar a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para aumentar a segurança de produtos de puericultura e para vedar a produção, a importação, a distribuição e a doação de andador infantil.

Compete à CAE, nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o exame dos aspectos econômicos e financeiros das matérias que lhe sejam submetidas.

Considerando que o Senador Cyro Miranda, que nos antecedeu na relatoria da matéria – e também o novo Relator – analisou de forma abrangente o PLS nº 50, de 2013, e por concordar com os argumentos por ele apresentados, tomamos a liberdade de transcrever seu relatório.

É a favor. Seu relato transcreve toda posição e, ao final, Sr. Presidente, tendo em conta as ponderações e os argumentos do Senador Cyro Miranda, acompanhamos a relatoria anterior no sentido de desaconselhar a aprovação do projeto em análise por esta Comissão.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em função de não haver ainda um quórum presencial, no painel, de 14 Srs. Senadores, não podemos ainda colocar em votação esse PLS.

Vamos passar para o item 2.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Fica lido.

Ele é terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) –

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, de 2010
- Não terminativo -

Acrescenta art. 32-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fabricante ou o importador de automóvel a inserir, no manual de manutenção do veículo, relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Reguffe

Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer favorável ao projeto;

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

Como o Relator, o Senador Reguffe, ainda não está presente, eu solicitaria ao Senador Benedito de Lira, para, na condição de Relator *ad hoc*, fazer a leitura do relatório.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2010, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que tem por objetivo obrigar o fabricante e o importador de veículo automotor a inserir no manual de manutenção do veículo uma relação de informações que contenha “denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo, na forma do Regulamento”.

A proposição veio a exame desta Comissão a requerimento do Senador Armando Monteiro, que argumentou acerca da necessidade de avaliar os custos para as empresas do setor decorrente da obrigatoriedade imposta pelo projeto de lei em análise.

No que tange ao mérito do projeto em tela, estamos de acordo com as análises já realizadas na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). É fato que o consumidor brasileiro, muitas vezes, tem dificuldade de encontrar peças de reposição fora da rede de concessionárias autorizadas, que praticam preços mais caros que as lojas de autopeças.

Essa prática é conhecida como “abuso de dependência econômica”, isto é, o fabricante do automóvel, ao não informar o código da peça, abusa de seu poder, derivado que é da “dependência econômica” de que o consumidor, proprietário do veículo, padece diante do fabricante ou importador. Essa dependência se dá porque o automóvel é fabricado para ser utilizado por pelo menos quinze anos e, nesse período, é necessário adquirir peças de reposição para manutenção do veículo em estado de conservação adequado às regras de circulação.

As montadoras de veículos já confeccionam catálogo de peças, que, inclusive, podem ser facilmente adquiridos no mercado ou, em alguns casos, ser encontrados para consulta gratuita na internet. Portanto, não haveria custos novos oriundos da confecção de material específico para atender à obrigatoriedade que se pretende impor.

Embora concordemos com o mérito da proposição, entendemos que não é desejável regulamentar a forma como o catálogo de peças será disponibilizado ou distribuído, se impresso, por meio eletrônico ou por meio da internet, o que também tem o intuito de desburocratizar e de minimizar o custo de distribuição.

Também manifestamos concordância com a ampliação do escopo da proposição, conforme proposta no parecer apresentado na Comissão de Infraestrutura.

Como o projeto originalmente visa a alterar o Código de Defesa do Consumidor, poder-se-ia criar margem para se argumentar que os veículos vendidos a pessoas jurídicas – e, portanto, fora do alcance da Lei do Consumidor – não deveriam obedecer ao comando aqui analisado. Dessa maneira, a ampliação do alcance das categorias dos veículos exige a transformação da proposição em projeto de lei esparsa, embora utilizando, caso caracterizada a relação de consumo, o sistema de sanções administrativas e penalidades estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor, no caso de descumprimento do dever previsto no projeto. Se não ficar caracterizada a relação de consumo, a responsabilidade deverá ser apurada nos termos da lei civil.

Assim, julgamos oportuno e pertinente o PLS nº 125, de 2010, com as alterações propostas neste parecer e na emenda substitutiva constante do relatório do Senador Walter Pinheiro apresentado na Comissão de Infraestrutura.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 125, de 2010, na forma do seguinte substitutivo:

Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2010, (substitutivo)

Obriga o fabricante e o importador de veículo distribuir ou disponibilizar relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O fabricante e o importador de veículo deverão distribuir ou disponibilizar, por meio conveniente, relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo, na forma do Regulamento.

Parágrafo único. O descumprimento do *caput* implica a atribuição das sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Proteção e Defesa do Consumidor, sempre que o negócio jurídico caracterizar relação de consumo, do contrário, a responsabilidade será apurada nos termos da lei civil.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o parecer e a emenda substitutiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O parecer é contrário, não é, Senador?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Não, o parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Favorável?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para discutir, o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu acompanho o Relator, mas eu queria aproveitar e pedir de V. Exª vista do item 3, o próximo que vamos analisar. Eu gostaria de pedir vista dele.

E, no item 6, há duas relatorias, uma pela aprovação e outra pela não aprovação, sobre um projeto brilhante do Senador Benedito, que favorece os nossos abandonados pescadores, na questão de distribuição de *royalties* do pré-sal. Eu conversei com o Senador Osmar Dias, que relatou pela reprovação, e fiz um voto em separado. Nós vamos debater um pouquinho mais. Nós queríamos solicitar da Mesa para fazermos um debate mais aprofundado, no sentido de trazer unificado um só voto para esta Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o item 2...

Para discutir, Senadora Gleisi Hoffmann?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Apenas para que fique esclarecido o assunto, porque alguns dos Srs. Senadores não estavam presentes, eu vou ler novamente apenas a ementa do item 2.

Acrescenta art. 32-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fabricante ou o importador de automóvel a inserir, no manual de manutenção do veículo, relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo.

De autoria do Senador Flexa Ribeiro.

A relatoria é do Senador Reguffe, cujo relatório foi lido agora pelo Relator *ad hoc*, Senador Benedito de Lira. Não havendo mais quem queira discutir, passamos à votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

Passamos agora...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura em decisão terminativa.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Apenas para registrar que eu estava agora relatando um projeto na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor. Assim que acabei, vim para cá correndo, mas duas Comissões funcionando concomitantemente não é algo fácil.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Isso mostra o prestígio de V. Exª, porque o seu projeto foi aprovado, Senador.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Voltamos ao item 1 da pauta.

Esse item 1 tem como Relatora a Senadora Sandra Braga, e o Senador Telmário Mota, na condição de Relator *ad hoc*, leu o relatório.

Vou novamente ler aqui a ementa para que possamos abrir a discussão:

Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para aumentar a segurança de produtos de puericultura e para vedar a produção, a importação, a distribuição e a doação de andador infantil.

Autoria: Senador Paulo Davim

Relatoria: Senadora Sandra Braga

Relator *ad hoc*: Senador Telmário Mota, que já leu o relatório.

Está aberta a discussão.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, só para esclarecer. Como fui *ad hoc*, quero esclarecer na presença dos outros Senadores que chegaram.

Esse projeto permite a utilização do andador, que, segundo informações de pessoas que cuidam de crianças, é um instrumento perigosíssimo. Portanto, é por isso que o Relator vai pela rejeição do projeto.

Eu queria só dar esse esclarecimento. O relatório é pela rejeição, porque ele pretende a utilização de andador, que é um instrumento que coloca em risco a vida das crianças.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Principalmente, Senador, quando o fabricante não é confiável.

Continua em discussão o relatório do Senador *ad hoc* Telmário Mota, que é pela rejeição do projeto. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Aprovada a rejeição.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em decisão terminativa.

Item 3:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, de 2014

- Não terminativo -

Acrescenta parágrafo único ao art. 579 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para isentar da contribuição sindical os servidores públicos.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senadora Raimundo Lira, Sras Senadoras, Srs. Senadores, em exame nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 124, de 2014, que isenta os servidores públicos, ligados por vínculo estatutário às administrações públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da contribuição sindical prevista no art. 579 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Ao justificar sua proposta, o autor, Senador Alfredo Nascimento, afirma:

Trata-se de tributo com específica função, qual seja, permitir aos sindicatos das categorias profissionais a superação da natural desigualdade econômica existente entre empregado e empregador. Por isso, na sua disciplina, utilizam-se os termos categoria econômica e categoria profissional. A extensão da referida contribuição aos servidores públicos, por decisões judiciais, assim, não se afigura compatível com o desígnio para o qual ela foi criada. Inexiste, no serviço público, o desempenho de atividade econômica por parte do Estado. Não há, então, qualquer categoria econômica que justifique o reconhecimento de uma categoria profissional correlata.

Após análise desta Comissão, a proposta seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que deliberará, terminativamente, sobre a matéria.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise, Sr. Presidente.

A Constituição Federal, em seu artigo 37, VI, garante a liberdade de associação sindical ao servidor público e, em seu artigo 8º, IV, determina a possibilidade de coexistência de duas contribuições em benefício dos sindicatos: uma fixada em assembleia geral, mensal, e outra, prevista em lei.

A contribuição sindical possui natureza tributária, portanto, compulsória, e seu recolhimento anual é devido por todos aqueles que integram uma determinada categoria econômica ou profissional, em favor do sindicato do qual participam as categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais.

Ressalte-se que, hoje, a contribuição sindical é instituto previsto somente na Consolidação das Leis do Trabalho. Portanto, sua obrigatoriedade, nos termos da legislação trabalhista, só poderia alcançar os trabalhadores definidos pelo referido diploma legal, pelo que dispõe seu art. 7º:

Art. 7º Os preceitos constantes da presente Consolidação salvo quando for em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam :

.....
c) aos funcionários públicos da União, dos Estados e dos Municípios e aos respectivos extranumerários em serviço nas próprias repartições;

E nem poderia ser diferente, pois os servidores públicos têm regime de trabalho e regime jurídico próprios. Assim, se a contribuição sindical estiver disposta em estatuto ou legislação específica, no caso a CLT, sua compulsoriedade é indiscutível, mas não se pode imaginar que se empreste qualquer obrigação de um desses regimes jurídicos para incluí-lo em outro, uma vez que os diplomas legais não se comunicam.

A contribuição sindical cobrada pelos sindicatos diz respeito às “contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas”, que estão previstas no art. 149 da Constituição Federal. Esse dispositivo é de extrema clareza, inclusive nas remissões: compete exclusivamente à União instituir contribuições [...] de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III e 150, I e III [...].

As remissões reforçam a vontade do constituinte: a determinação de se observar o art. 146, III, o que significa que a contribuição sindical está sujeita às normas gerais do Código Tributário Nacional. No que se refere à observância do art. 150, significa que a contribuição deve ser fixada por lei e que a cobrança da contribuição não pode alcançar períodos anteriores à lei.

Não há, atualmente, lei que determine o pagamento da referida contribuição pelos servidores públicos.

Todavia, alguns precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça são favoráveis ao recolhimento pelos servidores públicos. Ressalte-se, por outro lado, que também são encontrados no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, bem assim nos Tribunais Regionais Federais, precedentes contrários.

Com a aprovação do PLS nº 124, de 2014, pretende-se afastar, de vez, a obrigatoriedade do recolhimento compulsório da contribuição sindical pelos servidores públicos da União, Estados e Municípios, tendo como base jurídica o disposto nos arts. 578 a 610 da CLT.

Portanto, o projeto é meritório e tem inteira pertinência, pois tem a finalidade de fazer retornar à legalidade constitucional a não cobrança da contribuição sindical ante a inexistência de sua instituição e fixação por lei material.

Voto

Pelas razões acima, opinamos pela aprovação do PLS nº 124, de 2014, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A matéria está em discussão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Senador Telmário pediu a palavra para uma questão de ordem antes.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Peço vista deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Antes de aprovar o pedido de vista, eu gostaria também de ouvir o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, vai ser pedido vista, então, não será votado hoje, mas eu queria apenas registrar minha posição sobre o assunto.

Eu não considero correto, não só para os estatutários, mas também para os celetistas, essas contribuições sindicais obrigatórias. Eu penso que o trabalhador deve contribuir se ele acreditar naquilo, se ele achar que aquilo o representa, se ele tiver vontade de contribuir. Eu não gosto dessas contribuições obrigatórias, de a pessoa ser obrigada a contribuir independentemente de se sentir representada ou não por determinada entidade.

A minha posição vai ser pelo voto favorável, pela liberdade de o trabalhador decidir se quer ou não contribuir. Na minha opinião, inclusive, isso deveria valer para todas as áreas.

É a minha posição, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, pela ordem, na mesma linha. Permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Ataídes Oliveira e, sem seguida, Senador Paulo Paim.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Presidente Raimundo Lira, o nosso Senador Telmário já pediu vista e vejo, com toda a vênica, que a relatoria do nosso amigo Flexa é de bom alvitre. Este é um assunto, até certo ponto, muito delicado.

Eu não cheguei a fazer um estudo sobre este projeto, mas é sabido que o art. 8º da Constituição Federal é que determina a criação desses sindicatos. Uma vez que esta Casa, este Congresso isente esses trabalhadores da obrigatoriedade compulsória desse pagamento da contribuição sindical, abrirá, diretamente, um precedente, comprometendo todos os 50 mil sindicatos Brasil afora.

Então, eu acho que vale a pena pedir vista coletiva para podermos nos debruçar um pouco mais sobre a questão, ratificando o meu carinho e o meu respeito ao Relator Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, de pronto, deixo clara a minha posição, que vai na mesma linha do Senador Ataídes, de que é um risco enorme que nós cometeremos aprovando este projeto.

Se ele for aprovado, nós vamos dizer o seguinte também: não há mais contribuição compulsória para o Sistema S. E eu defendo o Sistema S. Eu sou do Sistema S. Eu sou, a bem dizer, um apaixonado pelo Sistema S.

Então, não tem que haver contribuição compulsória também para partidos políticos. Por que pode haver contribuição compulsória para partido político? Não tem que haver contribuição compulsória nem mais para a OAB. E vá querer ser advogado se você não pagar compulsoriamente para a OAB! Não vai ser advogado, não!

Este tema, Sr. Presidente, merece muito cuidado, muito carinho.

Outra coisa, quando um sindicato faz um acordo, ele não faz somente para quem é associado, não. Ele faz para toda a categoria. Se ele faz para toda a categoria, por que apenas o sócio é punido? Ele é punido porque tem que pagar como sócio e dá também a contribuição chamada de assistencial.

É tão delicado o tema – e eu nem sou da Comissão – que eu acho, se assim os Senadores entenderem, que devemos fazer aqui uma audiência pública. Vamos chamar empregados, empregadores, representantes do Governo, porque, no debate, na transparência, vai aparecer o que é melhor para a sociedade.

Então, como já houve pedido vista, eu tomaria a liberdade de, após conversar com os outros Senadores, solicitar uma audiência pública para debatermos o tema, porque simplesmente dizer que de hoje em diante só o trabalhador não pode contribuir para suas entidades e que todos os outros podem eu acho que é um problema e que nós temos que aprofundar o debate. É por isso que eu me somo aos Senadores.

Entendo o relatório apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, mas há momentos da vida em que a gente tem que discordar. Aqui não é uma questão de situação ou de oposição. E também do Senador Reguffe. É um tema que interessa, sim, a todos os trabalhadores brasileiros e também aos empregadores, que também arrecadam, inclusive no sistema confederativo. É por isso que no momento do debate e de uma audiência pública nós poderemos, talvez, construir uma alternativa que não seja essa da proibição de o trabalhador contribuir para sua entidade por meio de contribuição sindical ou assistencial.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Raimundo Lira, há pedido de vista. Nós vamos debater o projeto. Eu respeito o Senador Paim, sua posição. O projeto do Senador Alfredo Nascimento não trata dos trabalhadores em geral, mas dos servidores públicos da União, dos Estados e dos Municípios, e, como ele bem diz, inexistente no serviço público desempenho de atividade econômica. Então, não há como fazer com que esses servidores tenham a contribuição sindical. É só em relação a esses servidores. Para os demais profissionais, trabalhadores, é mantida a contribuição sindical. Nem se toca no assunto no projeto.

Então, o Senador Paim está levantando uma questão geral que não existe. A questão aqui é especificamente para os servidores públicos. Nós vamos discutir a matéria. Inclusive, o Senador Reguffe tem uma posição, mais radical ainda, de suspender toda e qualquer contribuição sindical, de deixar que ela seja optativa, não compulsória, mas vamos deixar para discutir a questão na próxima reunião da CAE, já que houve pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Flexa, esse projeto que V. Exª relatou é tão importante que, apesar do pedido de vista imediatamente após a leitura do relatório pelo Senador Telmário Mota, em seguida, pedido de vista que foi acompanhado pelo Senador Ataídes, o que fez com que eu concedesse vista coletiva, eu o considero tão importante que já liberei uma pré-discussão aqui na Co-

missão de Assuntos Econômicos, porque, no meu entendimento, esse é o projeto mais importante da pauta de hoje. Portanto, essa discussão prévia teve o objetivo inclusive de prestigiar e valorizar o relatório de V. Ex^a.

Então, concedida a vista coletiva.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Lira, eu queria só fazer uma consideração. Senador Lira, posso fazer uma consideração?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu gostaria de falar em seguida.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente, eu apresentei um requerimento hoje, mas desconhecia a existência de um requerimento, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que propõe uma audiência pública convidando o Sr. Paulo Rabello de Castro, coordenador do Movimento Brasil Eficiente, para debater a questão das dificuldades fiscais enfrentadas pelo Estado brasileiro em suas três esferas. E o meu requerimento propõe convite ao Paulo Rabello de Castro para discutir a dívida pública, alternativas de gestão mais moderna e eficiente da dívida pública, reduzindo o impacto dos gastos, que chegam a 7% do PIB, para a rolagem, amortização, pagamento de juros e serviços.

Portanto, Sr. Presidente, eu solicito a V. Ex^a, se possível, o apensamento dos dois requerimentos; em vez de duas audiências públicas, nós teríamos apenas uma. Os assuntos são correlatos, e nós debateríamos também a questão da dívida pública nesta audiência proposta pelo Senador Fernando Bezerra.

Era a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Terminou a questão de ordem?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sim, Sr. Presidente.

Eu gostaria, então, que os dois requerimentos fossem apreciados conjuntamente; fossem apensados e apreciados conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ao final da reunião, nós vamos ler o requerimento para ser apensado ao requerimento que já foi aprovado e solicitar dos presentes uma aprovação em caráter excepcional, para que os dois requerimentos sejam apensados.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – É uma questão de pragmatismo, eficiência e celeridade.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Até porque já está marcada audiência pública para a próxima semana.

Com a palavra, para uma questão de ordem, o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – A minha questão de ordem, Excelência, é no sentido de atender o que colocou aqui o nosso companheiro Senador Paulo Paim. Então, se possível, eu gostaria de apresentar, extrapauta, o pedido de audiência pública, já que foi uma questão coletiva do debate do PLS nº 124. Portanto, eu o redigira imediatamente, se V. Ex^a assim permitir, como extrapauta, e apresentaria o pedido de requerimento de audiência pública, porque o assunto é tão importante, e como houve vista coletiva do projeto, seria interessante a gente intercalar com essa audiência pública.

Então, se V. Ex^a permitir, eu redigirei o requerimento e o apresentarei ainda hoje. V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com certeza, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Então, eu farei o requerimento, Telmário.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nós faremos a leitura do requerimento no final da reunião.

Quanto ao item 4, o autor pede o seu adiamento, o que não é usual. Também como não está presente o Relator, o Senador José Pimentel, portanto, vamos concordar com o adiamento do item 4.

É o seguinte o item adiado:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, de 2008

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro 2005, para autorizar o INSS e os Municípios, no âmbito da sistemática do parcelamento de débitos previdenciários dos municípios, modificar a forma de corrigir monetariamente o montante das dívidas dos Municípios.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto;

2. A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.)

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, de 2013

- Terminativo -

Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria: Senador Douglas Cintra

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao projeto;

2. A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

Tem a palavra o Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, vou direto à análise.

Não há vício de competência nem de legitimidade na proposição.

No concernente à iniciativa, o objeto da proposição não se encontra entre aqueles reservados (arts. 61, §1º, da CF), de maneira que qualquer membro do Congresso Nacional pode apresentar projeto de lei referente ao tema.

Em relação aos demais aspectos formais, a espécie normativa proposta é compatível com o Texto Constitucional, e o projeto atende à exigência de lei específica para a concessão de isenção tributária, conforme previsto no §6º do art. 150 da CF.

Superada a análise formal da proposição, passa-se ao exame do seu conteúdo, que se encontra na competência desta Comissão, na forma do art. 99 do RISF.

Em relação à necessidade da medida – sob o enfoque restrito à lei –, não há mais interesse na proposta, uma vez que o sistema normativo federal em vigor já foi alterado pela Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014. Essa lei alterou justamente o referido §3º do art. 1º da MPV nº 2.199/14, de 2001, conferindo-lhe redação idêntica à proposta no presente projeto de lei. Assim, a matéria está prejudicada em função da perda de seu objeto. SF/15338.55539-18

Voto.

Diante do exposto, nosso voto é pela sugestão de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Este projeto é terminativo, mas, conforme o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 2015, da Secretaria-Geral da Mesa, a apreciação da prejudicialidade da matéria será tomada pelo processo simbólico, por se tratar de questão preliminar ao mérito.

Então, a matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer preliminar da CAE pela prejudicialidade do projeto, a matéria vai ao Plenário para as providências previstas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos ao item 7.

Senador Ferraço, o item 7, de V. Exª, é terminativo. Então, como não há o quórum presencial de 14 Srs. Senadores, podemos ler o relatório, ficando a votação adiada para a próxima reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª concorda?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Concordo plenamente.

Se houver quórum ao final...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente...

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra a Senador Gleisi Hoffmann, pela ordem.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, entra agora o item 6 ou vai entrar a leitura do item 7?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu queria me posicionar com relação ao item 6.

O item 6 é um projeto do Senador Benedito de Lira, cujo Relator é o Senador Alvaro Dias, que acaba de sair. E eu fiz um relatório à parte. Como o Senador Benedito de Lira teve de sair agora para ir ao Supremo, e S. Exª quer participar desse debate, eu entrei em acordo com o Senador Alvaro para que a gente coloque em pauta a matéria na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É por isso que eu pulei o item 6.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O item 6 fica para a próxima reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Por isso que estamos passando ao item 7.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu queria ponderar sobre o item 7, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada.

Sr. Presidente, eu era Relatora do item 7, mas foi designado, como Relator *ad hoc*, o Senador Walter Pinheiro, uma vez que eu estava na relatoria da MP nº 675. Que eu saiba – e eu não estava aqui na reunião – o Senador Walter Pinheiro não concordou com o relatório que eu fiz e reapresentou um relatório como Relator *ad hoc*.

Eu quero fazer um recurso a V. Exª no sentido de que eu possa ler o meu relatório, que não foi lido – ele começou a ler e não terminou... Então, que eu possa ler o meu relatório, possa defender o meu relatório, e, no caso do Senador Walter Pinheiro, que ele apresente um relatório contrário à matéria, e, assim, que nós façamos o debate.

Faço essas considerações porque eu não tive condições de defender o parecer que eu dei a essa matéria nem de colocar, além do que está no relatório, as questões que eu reputo importantes para que a gente não mexa nessa matéria, que já é uma matéria decidida pelo Congresso Nacional.

Então, eu queria poder ler o meu relatório, e que o relatório do Senador Walter Pinheiro seja apresentado como relatório contrário, e, com isso, nós façamos a discussão, aí sim, de maneira correta.

O correto seria que o Relator *ad hoc* tivesse lido o meu relatório; porém, como ele apresentou outro relatório e sequer leu o relatório por mim apresentado, eu quero ponderar a V. Exª que o meu relatório seja lido.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senadora Gleisi, regimentalmente, o relatório de V. Exª será considerado como voto em separado.

Então, vamos autorizar que o Senador Reguffe, agora na condição de Relator *ad hoc* do Senador Walter Pinheiro, leia o relatório principal e, em seguida, V. Exª lerá o seu relatório na condição de voto em separado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Mas mesmo já tendo sido ele *ad hoc*? Nós vamos ter um outro relator *ad hoc*?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O relator *ad hoc* é um relator designado no momento da reunião. Então, independe de já haver sido nomeado um relator *ad hoc* anteriormente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu quero fazer um esclarecimento, e, aí, é regimental mesmo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Exatamente, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu era Relatora dessa matéria. Solicitei inclusive ao Presidente Delcídio que pudesse adiá-la, o que não foi feito, sendo designado um relator *ad hoc* para dar o relatório...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu gostaria que a assessoria prestasse atenção à minha questão para, depois, dar as orientações.

Foi designado o Senador Walter Pinheiro como Relator *ad hoc*. Ele começou a ler o relatório, chegou na metade e disse: “não concordo com este relatório”. Ele era o Relator *ad hoc* e disse: “não concordo com este relatório”. Ele não exarou um relatório naquele momento. Então, a matéria não teve discussão e não foi lida. Suponho eu que ela tenha sido suspensa. E ele apresentou um outro relatório, como Relator *ad hoc*, para ser lido na reunião.

Como o relatório não foi lido naquela reunião, quero perguntar à Mesa, perguntar ao pessoal: por que não pode ser lido o meu relatório original e ser lido o relatório do Senador Walter Pinheiro como voto em separado? Inclusive, devemos considerar que o Senador Walter Pinheiro não está na reunião. Então, vamos ter um *ad hoc* do *ad hoc*.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não. Para contrapor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Questão de ordem, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Na linha da decisão de V. Exª, a Senadora Gleisi foi designada Relatora. Por motivos de atividades profissionais no mesmo dia, ela não pôde estar aqui. Foi, portanto, designado, como Relator *ad hoc*, o Senador Walter Pinheiro, que passa a ser o novo Relator da matéria. Há um novo Relator para essa matéria, que não V. Exª. O novo Relator chama-se Senador Walter Pinheiro, que apresentou um novo relatório.

Com a concordância da parte do Senador Reguffe com o conteúdo do relatório do Senador Walter Pinheiro, me parece adequada a orientação da Mesa e adequada inclusive em relação ao Regimento Interno. V. Exª pode e deve, se desejar, apresentar um voto em separado. E, aí, vamos, sim, fazer o debate entre o conteúdo de V. Exª e o conteúdo do relatório do Senador Walter Pinheiro, que foi designado novo Relator da matéria. De modo que a Senadora Gleisi Hoffmann deixou de ser Relatora em razão disso.

A meu juízo, está correta a interpretação da Mesa. V. Exª pode apresentar o voto em separado, que tem o mesmo efeito e o mesmo resultado. Ou seja, teremos dois relatórios: o do Relator e o voto em separado de V. Exª, para que, no debate, façamos o cotejamento entre o que avalia V. Exª e o que avalia o Senador Walter Pinheiro.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Só uma informação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Uma informação: na realidade, o que o Senador Walter Pinheiro apresentou foi um voto em separado e não um relatório *ad hoc*. E eu gostaria, Sr. Presidente, já que a concepção de Relator *ad hoc* é o Relator que concorda com o parecer externado, novamente temos que reconsiderar que, quando o Senador Walter Pinheiro começou a ler o meu relatório, ele não considerou e não concordou com o meu relatório. Suspendeu-se, então, a discussão.

Por isso, quero que se volte ao *status quo* de antes, que eu possa ler o meu relatório, que se apresente o relatório do Senador Walter Pinheiro como voto em separado. Aí, o Senador Reguffe pode apresentá-lo, mas questiono um relatório *ad hoc* do relatório *ad hoc*, sendo que, no primeiro momento esse relatório *ad hoc* era contrário ao relatório que apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senadora, no momento em que o Senador Walter Pinheiro, na condição de Relator *ad hoc* do projeto, não concordou com o relatório de V. Exª e apresentou novo relatório, esse passou a ser o relatório principal. Agora o relatório de V. Exª será denominado de voto em separado. Tem o mesmo efeito, tem a mesma condição de ser discutido e votado. Poder ser aprovado o relatório do Senador Walter Pinheiro, tendo como *ad hoc* o Senador Reguffe e o de V. Exª. Só que o do Senador Walter Pinheiro passou a ser o relatório principal por não ter concordado com o relatório de V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pergunto a V. Exª: por ter sido a Relatora da matéria, não sou eu que teria que ser a Relatora *ad hoc* aqui e, da mesma maneira, reapresentar um relatório em cima do apresentado pelo Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Se V. Exª tivesse solicitado isso antes. Recebi antes a solicitação do Senador Ferraço em nome do Senador Walter Pinheiro. Aí, fiz a designação do Senador Reguffe. Eu não sabia qual a posição...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone.*) – Ficaria muito deslegante V. Exª revogar.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não sabia qual era a posição de V. Exª, poderia ter sido designado V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... a designação do Senador Reguffe.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu não estou revogando a designação. Deselegância por deselegância...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não é V. Ex^a, é o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Apenas para uma questão prática – há o regimental e há a prática –, como nós não temos aqui um quórum presencial de 14 Senadores para que seja votado um projeto terminativo, poderemos ouvir o relatório *ad hoc* do Senador Reguffe. Se V. Ex^a quiser, pode ler também o seu relatório ou não, pois ele não vai ser votado hoje. Pode deixar o seu relatório para ser votado na próxima reunião, quando houver o quórum presencial de 14 Senadores.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu gostaria, Senador, de solicitar – já que não vamos votar – que também a leitura ficasse para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O de V. Ex^a pode ficar para a próxima reunião, a seu pedido. Mas tenho que também ouvir se o Senador Reguffe quer ler o relatório como Relator *ad hoc* agora ou se quer deixar para a próxima reunião.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, de minha parte – fui designado Relator *ad hoc* nesta reunião –, estou à vontade para ler neste momento. Eu não gosto muito da prática de ser designado Relator *ad hoc*, mas, neste caso específico, tenho total concordância com o mérito deste relatório, com o que foi colocado neste relatório e estou disposto agora a lê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Reguffe, com a palavra V. Ex^a para ler o relatório.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2013, de autoria dos Senadores Ricardo Ferraço e Cristovam Buarque.

A proposição visa a promover alterações à Lei nº 12.351, em seus art. 47, 49 e 51, para destinar os recursos do Fundo Social para o desenvolvimento da educação básica e da saúde pública infantil e destinar a esse fundo a totalidade dos recursos obtidos a partir do pagamento do bônus de assinatura dos contratos de exploração do petróleo em áreas do pré-sal sob o regime de partilha. Visa também a estabelecer que, no caso de aplicação de recursos do principal do Fundo Social nas atividades elencadas no art. 47, as ações de desenvolvimento na saúde infantil e educação básica percebam no mínimo proporção equivalente à participação relativa dos bônus de assinatura nos aportes totais ao Fundo.

Assim, a alteração ao art. 47, que enumera as áreas possíveis de atuação do Fundo Social, dá nova redação aos incisos I e IV do *caput* para dizer que os recursos serão gastos em programas e projetos de desenvolvimento da educação básica e da saúde pública infantil, respectivamente. Em sua atual redação, os respectivos incisos preveem a destinação, sem especificação ou delimitação, à “educação” e à “saúde pública”, respectivamente.

Quanto ao art. 49, o PLS propõe que o Fundo Social passe a contar com a integralidade do valor do bônus de assinatura definidos nos contratos de partilha de produção. Em sua forma vigente, a Lei nº 12.351, de 2010, prevê que “parcela” desse bônus irá compor o Fundo Social. A não especificação, em lei, dessa “parcela”, remete à Lei Orçamentária a definição do montante a ser apropriado pelo Fundo Social.

Finalmente, a nova redação oferecida ao parágrafo único do art. 51 estabelece que, constituído o Fundo Social e garantida a sua sustentabilidade econômica e financeira, o Poder Executivo, na forma da lei, poderá propor o uso de percentual de recursos do principal para a aplicação nas finalidades previstas no art. 47, na etapa inicial de formação de poupança do fundo, desde que observe a destinação às finalidades propostas (educação básica e saúde infantil) em proporção equivalente à participação relativa dos bônus de assinatura nos aportes totais do Fundo Social.

Em sua justificção, os autores argumentam que os recursos do petróleo têm de ser direcionados para atividades que “asseguem a construção do futuro do país”, de forma autônoma e independente da existência futura desses recursos finitos.

Assim, o investimento em capital humano, como fator de desenvolvimento das nações, por meio da melhoria da saúde e educação, seria a forma de “construir instituições inclusivas para o País” e gerar condições para o crescimento econômico sustentado.

Em sua tramitação, a proposição foi objeto de análise e deliberação pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, Comissão de Educação, Cultura e Esporte e Comissão de Assuntos Sociais. Essas Comissões manifestaram-se pela aprovação da matéria, com a aprovação de emendas propostas pelos respectivos relatores.

A CI aprovou o projeto com emenda para aprimorar a técnica legislativa e a redação do projeto. Sobre a técnica legislativa, introduziu linha pontilhada após as alterações propostas para os arts. 47 e 49, com o objetivo de indicar que os dispositivos atualmente vigentes e que estão situados após os dispositivos que se pretendem alterar não serão revogados. Em relação ao art. 51, desmembrou a proposta de redação para o parágrafo único em dois parágrafos, mantendo o seu conteúdo.

A CE aprovou o PLS com subemenda à Emenda nº 1-CI, para acrescentar o termo “pública” após a expressão “educação básica”. Dessa forma, os recursos do Fundo Social passariam a ser aplicados somente em educação básica pública, e não somente em educação básica, como previsto originalmente pelo PLS.

Na CAS o PLS recebeu uma emenda e três subemendas. A Emenda alterou a ementa do PLS, para torná-lo mais consistente com o objetivo do projeto. Nas subemendas (à Emenda da CI): a) foi mantida a proposta da CE de restringir o uso dos recursos do Fundo Social à educação básica pública; b) foi suprimida a palavra “infantil” após a expressão “saúde pública”, mantendo-se, assim, o texto atual da Lei nº 12.351, de 2010, que faz referência somente à saúde pública; c) acrescentou-se parágrafo ao atual art. 47 da Lei nº 12.351, de 2010, para especificar que os recursos provenientes do Fundo Social não serão computados para efeitos do montante mínimo a ser aplicado pela União em ações e serviços públicos de saúde, conforme dispõe o art. 5º da Lei Complementar nº 141, de 2012.

Análise, Sr. Presidente.

Conforme o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos analisar as proposições quanto ao aspecto econômico e financeiro e manifestar-se sobre tributos, tarifas, empréstimos compulsórios, finanças públicas, normas gerais sobre direito tributário, financeiro e econômico, entre outras.

Por se tratar de proposição que trata da destinação de receitas patrimoniais do Estado, oriundas da exploração do petróleo, e suas repercussões econômicas, nosso exame dar-se-á nesse contexto.

Sob essa perspectiva, nossa conclusão é de que os propósitos buscados pela proposição são inteiramente compatíveis com aqueles que, durante a discussão nessa Casa das proposições que se consolidaram na Lei nº 12.351, de 2010, tratando-se, ademais, de aperfeiçoamentos oportunos e necessários àquela norma legal. Igualmente, não vislumbramos conflito ou sobreposição com o disposto na Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, a qual dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, de que trata o §1º do art. 20 da Constituição Federal, privilegiando, inclusive, a educação básica.

As externalidades positivas geradas pelos investimentos em políticas públicas em programas e projetos de desenvolvimento da educação pública e da saúde pública são inegáveis, Sr. Presidente, gerando um círculo virtuoso ao promover a valorização do cidadão, a melhoria de sua qualificação cívica e profissional, e as próprias condições para sua maior produtividade na idade adulta.

Assim, o investimento público nessas áreas, quando adequadamente direcionado a programas e projetos eficientes, eficazes e efetivos, gera retornos muito superiores aos valores aplicados, no longo prazo. Foi essa, inclusive, a concepção adotada pelo Congresso Nacional ao aprovar, na forma da Lei nº 12.351, de 2010, a criação do Fundo Social, prevendo a destinação de seus recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação; da cultura; do esporte; da saúde pública; da ciência e tecnologia; do meio ambiente; e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

A explicitação, contudo, de uma maior especificidade quanto à destinação de gastos e garantia de recursos nas áreas de saúde e educação, justifica-se à luz da sua prioridade no contexto do desenvolvimento inclusivo e do capital humano envolvido.

Vale lembrar que o Plano Nacional de Educação, para vigorar por dez anos, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2004, consignou, em sua Meta 20, a ampliação do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º(quinto) ano de sua vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio. Assim, as medidas propostas pelo PLS nº 280, de 2013, contribuição para o atingimento desse patamar de investimento na educação pública, com especial ênfase na educação básica, em que estão concentradas as mais graves deficiências de nosso sistema de ensino.

Com efeito, é consenso entre os especialistas em educação que o maior problema educacional brasileiro não está nas universidades, mas sim na educação básica. O Brasil tem uma grande defasagem, por exemplo, na educação básica se comparado a outros países com mesmo patamar de renda e nível de desenvolvimento em relação aos níveis de frequência e, sobretudo, em relação à qualidade do ensino mensurada por várias métricas, sendo a mais famosa as notas dos testes Pisa da OCDE. Acrescente-se, também, que o investimento por aluno no Ensino Superior brasileiro é de US\$11,7 mil, próximo da média da OCDE (US\$13,7 mil) e superior aos investimentos de países como a Coreia do Sul (US\$9,5 mil). Por sua vez, o investimento no ensino fundamental é de apenas US\$2,4 mil por aluno, bem inferior à média da OCDE (US\$7,7 mil) e da Coreia do Sul (US\$6,7 mil). Na comparação entre os valores *per capita* investidos em ensino superior e educação básica no Brasil, o primeiro é cerca de 4,7 vezes maior do que o segundo.

Nessa direção, o art. 2º, III, da Lei nº 12.858, prevê que 50% (cinquenta por cento) dos recursos recebidos pelo Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 2010, serão destinados exclusivamente para a educação pública, com prioridade para a educação básica, até que sejam cumpridas as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação; e para a saúde, na forma do regulamento.

A formulação ora em discussão, por conferir maior precisão e objetividade ao comando legal, é, portanto, adequada e oportuna.

Contudo, reconhecemos que a proposição carece de ajustes, alguns já analisados e aprovados pelas comissões que nos antecederam no exame da matéria.

Assim, consideramos adequada e necessária a correção redacional, nos termos propostos pela Subemenda nº 1 da Comissão de Educação, ainda, a Emenda nº 2 da CAS e a Subemenda nº 2, também da CAS.

Porém, quanto à saúde pública, consideramos necessária a alteração à redação proposta ao inciso IV do art. 47 da Lei nº 12.351, de 2010, em vista dos argumentos apontados pelo parecer aprovado pela CAS. Com efeito, a vinculação dos recursos para investimento exclusivo na saúde das crianças poderia ser objeto de arguição de contrariedade aos princípios orientadores do Sistema Único de Saúde, firmados pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, o qual prevê a utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, alocação de recursos e orientação programática.

Como apontado naquele parecer, tal determinação é fundamental para que não ocorra o engessamento do orçamento do SUS, não obstante se trate de, nesse caso, permanecer o inciso com a sua redação atual.

Por economia processual, entendemos ser necessário o acatamento da Subemenda nº 3, da CAS, na forma da Subemenda que integra esse parecer. Igualmente, no que se refere à destinação ao Fundo Social da integralidade dos recursos decorrentes do bônus de assinatura nos contratos de partilha de produção, entendemos apropriada esta previsão para os fins de prover recursos para a preservação do interesse coletivo de longo prazo. Se a própria receita da comercialização do petróleo é a esse fim destinada, nenhuma impropriedade há em que também o seja o bônus de assinatura, que nada mais é do que a antecipação dos lucros que seriam advindos dessa comercialização, pagos no valor fixado no edital pelo vencedor do processo licitatório. Assim, natural que o acessório tenha a mesma destinação do principal, não sendo possível, Sr. Presidente, ante-ter por isso qualquer prejuízo à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis pelo fato de parcela dessa receita, no caso dos contratos de concessão, ser destinada à agência, nos termos do art. 15, inciso II da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. Essa receita, é bom destacar, não será afetada pelo disposto no projeto de lei, que trata apenas do bônus de assinatura relativos às áreas licitadas sob a forma de contrato de partilha de produção.

Além disso, a experiência internacional demonstra que ter recursos naturais sem estabelecer boas práticas de governança provoca mais malefícios do que benefícios à sociedade, por vezes ocasionando a chamada Doença Holandesa. No Brasil, podemos observar exatamente isso em alguns Municípios que dispõem de elevadas receitas de royalties do petróleo e oferecem péssimas condições de vida aos seus cidadãos.

As receitas do petróleo são temporárias sobre a exploração de um bem finito e, dessa forma, têm de ser criteriosamente aplicadas. Decerto, a melhor forma de aplicar esses recursos é em investimentos para a sociedade, como nas áreas de educação e saúde. É preciso que a sociedade seja diretamente beneficiada e que se evite que esse dinheiro seja utilizado de forma inapropriada para a expansão da burocracia do Governo ou para custear gastos correntes, em vez de investimentos no futuro dos brasileiros. De fato, contrariando essa concepção, boa parte dos recursos do bônus de assinatura do último campo licitado foi usada para aumentar o superávit primário do Governo Federal, subvertendo, assim, o princípio mencionado.

Por outro lado, com o agravamento do quadro fiscal e as medidas de contingenciamento editadas no presente exercício, as áreas da educação básica e da saúde infantil estão sofrendo substanciais problemas relacionados à falta de recursos. No que toca à previsão de que as finalidades previstas no art. 47, com as adequações suprarreferidas, recebam no mínimo verbas correspondentes ao percentual equivalente à proporção que os aportes dos bônus de assinatura representam no montante total do Fundo Social, consideramos válida e necessária.

Note-se que não se trata, na forma da redação dada ao parágrafo único do art. 51, pelo PLS nº 280, de 2013, de vincular exclusivamente a saúde e a educação básica à totalidade dos recursos do bônus de assinatura. Esse montante, na forma do art. 49, inciso I, seria destinado ao Fundo Social, em suas várias destinações, e de cujo total 50% será destinado à saúde pública e educação pública. O que intenta o referido parágrafo é que, durante a fase de formação de poupança, se forem destinados valores para aplicação nas finalidades previstas no art. 47, saúde e educação deverão receber proporção equivalente à participação relativa dos bônus de assinatura nos aportes totais ao fundo. Assim, exemplificando, se o bônus corresponder a 30% das receitas totais, esse será o montante das receitas totais que será destinado, nesse caso, àquelas despesas. Quanto a esse

aspecto, é preciso destacar que a Emenda nº 1, da CI, opera de forma distinta, ou seja, ela determina que saúde e educação “deverão receber, em conjunto, no mínimo, os aportes provenientes dos bônus de assinatura”. Entendemos, contudo, que a formulação originalmente proposta pelo PLS 280, de 2013, melhor atende ao objetivo colimado, carecendo, porém, de ajustes redacionais para melhor compreensão, e, por isso, apresentamos a subemenda que integra este parecer.

Por fim, quanto à Subemenda nº 4, da CAS, entendemos oportuna a previsão de que os recursos provenientes do Fundo Social não sejam computados para efeito do cálculo do montante mínimo a ser aplicado, anualmente, pela União em ações e serviços de saúde, sob pena de, apenas, operar-se uma “substituição de fontes”. O que se pretende, efetivamente, é que os recursos oriundos do Fundo Social se constituam em recursos adicionais, e não mera “compensação” à redução de recursos de outras fontes, como ocorreu em outros momentos quando fontes novas foram estabelecidas para essa finalidade, como com a criação da CPMF.

Acolhemos, assim, a argumentação dada pelo parecer do Relator na CAS.

Diante do exposto, Sr. Presidente, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2013, e da Emenda nº 2, da CAS, acatando a Emenda nº 1, da CI, e as Subemendas nº 1, da Comissão de Educação, nº 2, da CAS, nº 3, da CAS, e nº 4, também da CAS, nos termos da seguinte emenda:

EMENDA Nº - CAE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2013, a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º. A Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 47

I – da educação básica pública;

.....

IV – da saúde pública;

.....”(NR)

§ 4º Os recursos provenientes do FS não poderão ser computados para efeito do cálculo do montante mínimo a ser aplicado, anualmente, pela União em ações e serviços públicos de saúde, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.”(NR)

“Art. 49.

I – a integralidade do valor do bônus de assinatura definido nos contratos de partilha de produção;

.....”(NR)

“Art. 51.

Parágrafo único. Constituído o FS e garantida a sua sustentabilidade econômica e financeira, o Poder Executivo, na forma da lei, poderá propor o uso de percentual de recursos do principal para a aplicação nas finalidades previstas no art. 47, na etapa inicial de formação de poupança do fundo, assegurada a destinação à educação básica pública e à saúde pública de no mínimo o valor proporcional à participação relativa dos bônus de assinatura nos aportes totais ao fundo.”(NR).

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senadora Gleisi Hoffmann, V. Exª quer ler o seu voto em separado ou quer deixar para a próxima reunião?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Gostaria de deixar para a próxima reunião, quando a gente pode fazer então a discussão da matéria, e então, se houver quórum, a votação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, então a discussão fica para a reunião posterior?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Se eventualmente...

Parece-me que o Senador Cristovam Buarque quer falar alguma coisa em relação a esse...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Então deixamos...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Semana que vem, então.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deixamos a discussão para a próxima reunião.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom, eu só não gostaria de adiar, Senadora Gleisi, porque se houver outro leilão, a educação vai perder muito dinheiro. Perdemos 15 bilhões por

causa do Libras. Quinze bilhões deve ser umas sete vezes mais do que desde o começo da Lei nº 12.858, deve ter vindo para a educação. Mas se ficar para a próxima semana, está bem.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço então, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Fica a discussão, fica o voto da Senadora Gleisi Hoffmann para a próxima semana, e faremos a discussão...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... do relatório principal e do voto em separado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Na condição de autor, é evidente que nós temos um conjunto muito bem fundamentado de valores e propósitos que moveu não apenas a mim, mas também o Senador Cristovam Buarque, para que nós possamos fazer uma escolha e uma opção daquilo que nós queremos fazer com esse recurso natural, que é um recurso natural finito. Se nós vamos apostar no futuro do Brasil, se nós vamos olhar o nosso País pelo para-brisa, ou se nós vamos insistir em olhar o nosso País pelo retrovisor. Olhar pelo retrovisor é direcionar esses recursos para a burocracia; burocracia inclusive da ANP, que não está necessitando de recursos, considerando que em 2014, por exemplo, o Orçamento Geral da União destinou para a Agência Nacional do Petróleo R\$1,3 bilhão. E só teve empenhados R\$204 milhões.

Ainda assim, considerando que a Agência Nacional de Petróleo, pelos serviços que presta e pelas multas que estabeleceu ao mercado, obteve de receitas adicionais mais R\$700 milhões. Este é o momento de nós adotarmos uma decisão. Temos que escolher, Sr. Presidente, se vamos olhar para o futuro ou se vamos olhar para o passado.

A proposta é de transformar rendas governamentais de petróleo em poupança, e não há poupança melhor do que apostar no capital humano, do que apostar nas pessoas, as pessoas que precisam ser bem acolhidas. Evidente que há subfinanciamento nas áreas de saúde e educação. Claro que existem problemas de gestão e outros mais. Mas eu acho que esse debate é um debate que nós faremos aqui de maneira bastante desassombrada, e eu quero muito, aguardo ansiosamente por essa oportunidade, para debater com aqueles que discordam da tese de que recursos de rendas governamentais de petróleo devam ir para aquilo que há de mais importante.

Aliás, olhando para o mundo, para as boas e más experiências, nós vamos ver que onde deu certo foi onde se investiu essa poupança em capital humano.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente, só para usar uma frase aqui, complementando: ou a ANP não precisa desse recurso, ou ela não merece existir. Porque se um grupo que tem por finalidade planejar o uso de um recurso riquíssimo, se precisa, para sobreviver, dos recursos que ela deve planejar, ela não precisa existir, não deve existir.

Além disso, não tem comparação o valor que se espera dos leilões com os custos de funcionamento da máquina de uma pequena agência que é a ANP. Eu acho que se a gente consultar a ANP, ela vai dizer que não precisa desse dinheiro, porque se ela disser que precisa, ela está justificando a sua extinção. Não há argumentos que justifiquem uma entidade precisar de tanto dinheiro para existir. Então, desse ponto de vista, o argumento não prevalece.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Gostaria que me concedesse um aparte.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu não vejo outros argumentos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito rapidamente, eu tenho aqui um documento oficial...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Ferraço, um momentinho, Senador Ferraço, depois da palavra do Senador Cristovam Buarque, a palavra será...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não, é apenas um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não. Gostaria de...

Vamos ouvir a conclusão do Senador Cristovam Buarque, em seguida a Senadora Gleisi Hoffmann, e a palavra será dada a V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – E, depois, ao Senador Ataídes, que também está pedindo a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu já encerrei, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, eu tinha entendido que deixaríamos o debate da matéria para a próxima semana. Nós estamos fazendo um debate aqui.

Queria ponderar aos colegas que deixássemos, porque senão fica uma situação que não reflete a realidade, como se houvesse gente aqui contra a educação ou a favor dela. Não é essa a realidade.

E é uma discussão que não pode se dar de maneira simplista. Nós temos de discutir profundamente o papel da ANP, o que significa o pré-sal, a partilha, sobre a qual inclusive esta Casa está fazendo a discussão para querer mudar, o que isso impacta na nossa política de desenvolvimento.

Então, queria fazer um apelo aos Senadores, para que de fato pudéssemos deixar essa discussão para fazer na semana que vem. E a faríamos com toda a riqueza com que os nobres colegas querem fazer.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mais para colaborar com a tese do Senador Cristovam Buarque, tenho aqui, Sr. Presidente e Senador Cristovam Buarque, a prestação de contas ordinárias anual da Agência Nacional do Petróleo. Pasmem! O que diz, a certa altura, um parágrafo da ANP?

Com a inclusão dos créditos adicionais, temos que a LOA da ANP totalizou, em 2014, o valor de R\$1,3 bilhão, sendo esses os recursos provenientes, em sua maioria, da compensação financeira paga pelas empresas para exploração de gás e petróleo.

A maior parte desses recursos é alocada na reserva de contingência, que é utilizada para contribuir com o cumprimento das metas de superávit primário do Governo Federal.

Para execução das despesas da Lei Orçamentária Anual da ANP em 2014, atualizada pelas suplementações e pelos cancelamentos de dotações orçamentárias, destinou-se um total de R\$494,7 milhões. Desse total, excluídas as despesas com o Programa de Aceleração de Crescimento e com o pagamento de precatórios, de pessoal e de benefícios à ANP, foram R\$206,9 milhões alocados.

Ou seja, de R\$1,3 bilhão alocados na Lei Orçamentária Anual, empenhados 20%. Portanto, esses recursos precisam ir, sim, para o capital humano, que é o que há de mais sagrado em nosso País.

Essa é a defesa que nós estamos fazendo, juntamente com o Senador Cristovam Buarque, com o Senador Walter Pinheiro e, agora, com o Senador Reguffe, na condição de Relator *ad hoc*, que passa a se associar a essa importante tese, para tratarmos as questões das rendas governamentais do petróleo e do gás como poupança, e não para destinar esses recursos para a orgia fiscal perdulária que temos observado nos últimos anos, em nosso País.

E o coroamento disso foi o encaminhamento a esta Casa da proposta orçamentária para 2015, em que o Poder Executivo, de antemão, admite não ter condições de honrar compromissos que contratou, levando o nosso País, inclusive, a iniciar uma coleção de perdas de grau de investimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Passamos ao próximo item.

Item 8, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. Ela pediu para adiar esse item.

É o seguinte o item adiado:

ITEM 8 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, de 2012 - Terminativo -

Altera os arts. 4º e 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, em dobro, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, de encargo por dependente acometido das doenças que especifica.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer contrário ao projeto.)

O item 9, não terminativo, 33/215, é um requerimento de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que também solicitou seu adiamento.

É o seguinte o item adiado:

ITEM 9**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 33, de 2015****- Não terminativo -**

Requer seja convidado a comparecer perante o Plenário desta Comissão o Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Carlos Eduardo de Souza Braga, para explicar a venda da Celg Distribuição S.A.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Observações:

1. O requerimento foi lido em 25/8/2015.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O item 12 é um aditamento ao item 9, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. Portanto, a pedido dos seus autores, ele também está adiado.

É o seguinte o item adiado:

ITEM 12**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 36, de 2015****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja incluído o senhor Marconi Ferreira Perillo Júnior, governador do Estado de Goiás, como convidado na audiência pública objeto do RQE nº 33/2015.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Observações:

1. O requerimento foi lido em 1º/9/2015.)

Vamos passar agora ao item 10.

ITEM 10**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 34, de 2015****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a debater a crise na construção civil, principalmente no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Observações:

1. O requerimento foi lido em 25/8/2015.

ITEM 11**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 35, de 2015****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Serviços de Infraestrutura para que sejam discutidas as consequências econômicas e sociais, resultantes do incêndio que atingiu a empresa Ultra Cargo, localizada no terminal portuário de Santos, Estado de São Paulo, e para que sejam apresentadas as propostas para solucionar o problema de infraestrutura do terminal portuário causado pelo acidente.

Autoria: Senador José Medeiros

Observações:

1. O requerimento foi lido em 25/8/2015.

ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 37, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater “os efeitos fiscais das políticas monetária e cambial”, com a presença dos seguintes convidados:

- Antônio Delfim Netto, professor emérito da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo –FEA-USP;*
- Ibrahim Eris, doutor em economia pela Universidade Vanderbilt – EUA;*
- José Roberto Rodrigues Afonso, doutor em economia pela Unicamp.*

Autoria: Senador José Serra

Observações:

1. O requerimento foi lido em 15/9/2015.

Coloco os três requerimentos em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados.

Agora vamos ao item extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 38, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a atual estrutura da dívida pública, o pagamento de juros, encargos, amortização e refinanciamento dessa dívida e propostas para sua melhor gestão.

Propõe-se para a audiência a presença dos seguintes convidados: Paulo Rabello de Castro, coordenador do Movimento Brasil Eficiente; e Thiago Biscuola, economista pela FEA-USP.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Como já existe requerimento semelhante, vou pedir a aprovação em caráter excepcional.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de encerrar a reunião, lembro os Srs. Senadores que está marcada para amanhã, quarta-feira, às 14 horas, audiência pública da CAE, destinada a instruir o PLS nº 229, de 2009, que estabelece normas gerais sobre o Plano, Orçamento, Controle e Contabilidade Pública, voltadas para responsabilidade do processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, e altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença das Sr^{as} e do Srs. Senadores, e também a colaboração dos assessores da Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 4 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2015, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia vinte e três de setembro ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência dos senadores Ricardo Ferraço e Tasso Jereissati, presidentes eventuais da Comissão de Assuntos Econômicos, e Delcídio do Amaral, presidente da comissão, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Telmário Mota, Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin e Douglas Cintra. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Raimundo Lira, Sandra Braga, Roberto Requião, Omar Aziz, José Agripino, Wilder Moraes, Alvaro Dias, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes. A presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 229 de 2009, que “estabelece normas gerais sobre plano, orçamento, controle e contabilidade pública, voltadas para a responsabilidade no processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências”, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 30 de 2015, de iniciativa do senador Delcídio do Amaral, e tendo como expositores os senhores Tarcísio José Massote de Godoy, secretário-executivo do Ministério da Fazenda; Dyogo Henrique de Oliveira, secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Hélio Tollini, consultor de orçamento da Câmara dos Deputados; Fernando Moutinho, consultor de orçamento, fiscalização e controle do Senado Federal; e Marcos José Mendes, consultor legislativo do Senado Federal. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os senadores Ricardo Ferraço e Tasso Jereissati. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quinze minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente da comissão, senador Delcídio do Amaral, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Esta reunião tem a finalidade de instruímos o Projeto de Lei do Senado nº 229 de lei complementar que estabelece normas gerais sobre o Plano, Orçamento, Controle e Contabilidade Pública, voltadas para a responsabilidade no nosso processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, alterando dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal, a sua responsabilidade, as consequências e um conjunto de outras providências.

Gostaríamos de convidar, para que pudesse compor a Mesa:

- Dr. Tarcísio José Massote de Godoy, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda;
- Dr. Dyogo Henrique de Oliveira, Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Dr. Hélio Tollini, Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados;
- Dr. Fernando Moutinho, Consultor de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal; e
- Dr. Marcos José Mendes, Consultor Legislativo do Senado Federal.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com possibilidade de participação direta e popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo, por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligando para o número 0800-612211.

Os convidados já se encontram conosco, para que possamos iniciar de imediato os nossos trabalhos.

Considerando a necessidade de economia processual, gostaríamos de passar a palavra ao Dr. Hélio Tollini, para que ele possa fazer uma apresentação sobre esse projeto, de autoria do Senador Tasso Jereissati, e que foi designado a mim, na condição de Relator, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

O Dr. Hélio Tollini, como Consultor do Orçamento da Câmara dos Deputados, vem trabalhando na construção desse projeto há alguns anos e tem sido fundamental no assessoramento, para que pudéssemos apresentar este trabalho na Comissão de Assuntos Econômicos.

Na verdade, atualizamos, aperfeiçoamos este trabalho e o trouxemos para a realidade dos dias atuais. Aliás, nunca esteve tão presente na realidade brasileira a necessidade de darmos um choque de arrumação e de gestão não apenas no Orçamento, mas nos controles orçamentários e financeiros, considerando a realidade fiscal do nosso País, que não demanda maiores comentários.

Passaria já a palavra a V. S^a, para que pudesse fazer um sobrevoo sobre as principais diretrizes, os principais propósitos e as razões que nos moveram, para que pudéssemos submeter ao Senado da República esse substitutivo à proposta tão bem elaborada pelo Senador Tasso Jereissati.

Concedo a palavra ao Dr. Hélio Tollini.

O SR. HÉLIO TOLLINI – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço. É um prazer estar aqui. Agradeço o convite desta Comissão.

Realmente, é uma ótima oportunidade para discutirmos um pouco este projeto, que precisa avançar nesta Casa, para, depois, ser discutido novamente na Câmara dos Deputados.

Como o Senador colocou, é um projeto antigo, que vem desde 2009. Naquela ocasião, não só o Senador Tasso Jereissati, como também dois outros Senadores – Casagrande e Colombo – apresentaram projetos nesse mesmo intuito, de leis de finanças públicas.

Esses três projetos, naquela ocasião, foram apensados, e tive a oportunidade de trabalhar com o Senador Arthur Virgílio, que foi o Relator do projeto na CCJ, e consolidar os três projetos. Recentemente, este ano, a convite do Senador Ferraço, tivemos a oportunidade de atualizar e refazer essa proposta.

Seguindo as orientações que o Senador nos passou, essa proposta, agora de 2015, está bastante simplificada e enxuta em relação à proposta original, de 2010.

Os pontos que nos nortearam na preparação desse projeto são bastante conhecidos de todos: a questão da desarticulação do Planejamento com o Orçamento; questão do orçamento irrealista, seja porque ele tem receitas subestimadas, que nunca vão acontecer na prática, seja porque algumas despesas obrigatórias já vêm subestimadas desde o projeto de lei, situação esta que se agravou de 2009 pra cá, com a crise; a questão muito antiga também de foco no curto prazo, gestão na boca do caixa, com acúmulo de restos a pagar. Essa é uma realidade nossa, que não temos conseguido alterar. Outro ponto que nos norteou foi a baixa qualidade do gasto. Infelizmente, no Brasil, com relação aos investimentos, não existe um critério único de avaliação dos projetos que pudesse nortear qual projeto tocar, qual projeto segurar ou descartar.

Então, esses são os quatro pontos que nos nortearam. Além deles, tivemos dois outros pontos importantes, que é a questão de como fazer para que haja uma convivência harmoniosa entre a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Finanças Públicas, sendo as duas leis complementares.

Assim, tomamos a decisão – aí foi uma grande inovação em relação ao projeto anterior, do Senador Jereissati – de tirar deste projeto, agora, tudo aquilo que fossem regras de caráter fiscal ou de transparência.

A nossa proposta é segmentar esses assuntos, com base nesses dois critérios; ou seja, essa lei que vou apresentar rapidamente trata apenas da gestão do processo orçamentário: Planejamento, Orçamento, o Tesouro, Contabilidade, Controle Interno e Controle Externo – o conhecido ciclo de gestão.

Todas as regras de caráter fiscal ou de transparência vão ser deixadas para a Lei de Responsabilidade Fiscal. É claro que existem situações, como a zona cinzenta, a regra que afeta tanto o ciclo quanto a transparência, mas tentamos mais ou menos seguir essa orientação.

Outro ponto que nos guiou foi a busca pela convergência com padrões internacionais. No Brasil, talvez por ser um país muito grande, um pouco afastado, ficamos muito ensimesmados. O nosso processo acaba sendo um pouco autóctone. Ele foi baseado no modelo francês, e depois ficamos, aqui, querendo fazer as coisas do nosso jeito, sem olhar direito o que se faz no resto do mundo. Assim, a ideia foi trazer um pouco das boas práticas internacionais para este projeto.

O substitutivo do Senador Ferraço aborda todos esses assuntos.

Como o nosso tempo é muito curto, vou fazer um resumo do resumo, colocando apenas os principais pontos e parar ali onde tracejei aquela linha. Só vou abordar basicamente o PPA, a Lei Orçamentária, a execução e a LDO. Os outros itens ficam para uma outra oportunidade, ou se alguém tiver alguma pergunta.

Então, em relação ao nosso Plano Plurianual, previsto na Constituição desde 1988, até hoje, a cada quatro anos, o Governo tem feito uma tentativa nova de descobrir um modelo novo de PPA. Na prática, temos percebido que, infelizmente, nenhuma das alternativas adotadas nos últimos anos conseguiu fazer com que o PPA fosse um instrumento efetivo de alocação dos gastos públicos.

A conexão do PPA com o Orçamento continua extremamente precária, e não conseguimos encontrar uma forma de mudar essas coisas. Quando olhamos a experiência internacional – e aí estou falando dos países desenvolvidos; é claro que quero comparar o Brasil com os países desenvolvidos –, observamos que, na OCDE, nenhum país tem um plano de governo aprovado pelo respectivo parlamento.

Normalmente, lá, o Executivo trabalha planos internos, na maioria das vezes, planos setoriais, quase sempre dos setores em que os projetos têm um perfil de maturação de longo prazo.

Aqui no Brasil, tenho de fazer um plano todo complexo, mandar para o Congresso, tenho que abranger todos os setores. Enfim, é uma questão constitucional nossa e, como estou fazendo uma lei complementar, não tivemos a oportunidade de modificar essa realidade.

Então, dentro desse contexto, estamos propondo simplificar o PPA. Achamos que o mesmo deve refletir o plano de Governo do candidato eleito ao cargo majoritário, seja ele prefeito, governador ou presidente. Então, ele faz a sua campanha, apresenta o seu plano de governo. Com base nesse plano, ele vai apresentar um PPA para os seus quatro anos de mandato e, na verdade, um ano do mandato seguinte.

Porém, existe esse eterno problema de que o PPA só é encaminhado junto com o Orçamento em setembro. Então, estamos colocando aqui a regra de antecipação do encaminhamento do PPA. Em vez de encaminhá-lo no final de agosto, isso passaria a acontecer em abril, em 30 de abril, juntamente com a LDO do ano seguinte. Então, essa é uma forma de tentar preservar a hierarquia dos instrumentos dos ciclos de gestão.

Um outro ponto do PPA é que, apesar de falarmos em simplificação, achamos importante ter, em algum momento, uma visão de longo prazo. Assim, colocamos a questão do ciclo dentro de um horizonte de dez anos, em que achamos importante ter um anexo, um PPA da política fiscal a ser perseguida nesses dez anos. Como se trata de uma regra que introduz um pouco de complexidade, a nossa previsão é a de que isso tenha vigência apenas para os entes federados com mais de 200 mil habitantes.

Há um último ponto do programa extremamente controverso, mas a ideia é justamente suscitar o debate: devo ter, em cada programa, todos os custos pertinentes àquele programa? Ou seja, o custo de pessoal de determinado ministério deve ser repartido entre os programas que aquele ministério desenvolve? Refiro-me ao custo de manutenção de custeio, com o intuito de fazer uma avaliação mais fidedigna dos projetos em termos de custos e benefícios dos programas.

A minha segunda tela talvez seja a maior inovação deste nosso projeto: é o que estamos chamando de SNIP (Sistema Nacional de Investimento Público), algo, infelizmente, conforme comentei rapidamente, que não temos no Brasil, mas pretendemos que haja um sistema nacional de projetos de investimento e que esse sistema defina as normas gerais para formulação, seleção, execução e avaliação dos projetos, isso tudo para os entes federados com mais de 200 mil habitantes.

Então, toda iniciativa, em qualquer ministério, em qualquer setorial que tenha uma iniciativa de projeto de investimento, seria encaminhada para um órgão central, no nosso caso, provavelmente o SPI do Ministério do Planejamento. Esse órgão central, com base em critérios predefinidos, faria uma análise dessas iniciativas, e, naquelas que fossem bem formuladas e justificadas, essa entidade, no caso o SPI, carimbaria, dando um “aprovo” nessa iniciativa, que passaria, então, a fazer parte do que estamos chamando de banco de projetos.

Então, banco de projetos seria um sistema informático, que reuniria todas as iniciativas aprovadas pelo órgão de controle, no caso a Secretaria.

Assim, dessa forma, teríamos um banco georreferenciado, que permitiria ao cidadão saber que projetos o Governo está pensando em empreender nos anos seguintes. Evidentemente, de acordo com a restrição fiscal, o projeto seria ou não desenvolvido. Se o projeto ficar no banco, dormindo por mais de dois anos, ele obrigatoriamente teria de ser retirado do banco.

Aqui, estamos baseando-nos muito, de novo, naquela questão da prática internacional, copiando, apesar de a palavra ser um pouco pejorativa, enfim, tentando buscar o que se faz no Chile, na Coreia do Sul, na Inglaterra e na Irlanda. São os quatro países mais bem conceituados do mundo em termos de sistemas de investimentos públicos.

No caso do Chile, que é extremamente bem conceituado, temos de aprimorar. Então, eles têm um problema com as externalidades – como eles apropriam externalidades lá? No caso chileno, eles acabam dirigindo os investimentos para os locais onde a população é mais pobre, e isso acaba aumentando a concentração de pobres numa mesma região, por exemplo, a periferia de Santiago.

Então, corrigindo essa questão das externalidades, penso que conseguiríamos fazer um modelo mais avançado ainda do que o do Chile. Depois, temos algumas regras também que dão um pouco de flexibilidade, por conta das emendas parlamentares.

O México copiou o modelo chileno e criou um fundo específico para atender todas as emendas parlamentares; todas as emendas parlamentares são alocadas nesse fundo. Eu acho que não é o nosso caso. Eu acho que, no segmento Orçamento, temos de buscar uma solução diferente, própria para nós.

O terceiro ponto é a questão da LDO. E aqui também são alterações bastante impactantes. A nossa ideia é de que precisamos resolver o problema da superestimativa de receitas, que é bastante conhecido. O projeto de lei vem com determinada estimativa, e o Congresso acaba, muitas vezes – na verdade, quase sempre –, fazendo uma reestimativa muito grande de receitas para poder incluir as emendas parlamentares.

Nós queremos um modelo diferente, na linha do que está escrito na Constituição, de que o papel do Congresso não é reestimar receita, e, sim, analisar os gastos propostos pelo Executivo e, se achar conveniente, realocar os gastos propostos. Então, queremos um Congresso que faça acréscimos e decréscimos na proposta encaminhada e não fique a solução mais fácil de estimar receita.

Existem várias formas alternativas de resolver esse problema: criação de comitê independente, terceirizar a estimativa de receita para o setor privado. O Canadá já fez isso.

Enfim, o que achamos mais apropriado no Brasil é aproveitar o fato de que temos uma lei de diretrizes que serve justamente para pautar a elaboração orçamentária e definir as receitas nessa lei. Então, a nossa proposta é de que a Lei de Diretrizes Orçamentárias já tenha estimativas de receita, evidentemente propostas pelo Executivo e reavaliadas pelo Congresso no âmbito da própria LDO, e que, ao final do processo, em 17 de junho, essa receita aprovada pelo Congresso, obrigatoriamente, tenha de ser seguida pelo Poder Executivo ao encaminhar o projeto de lei no final de agosto.

Então, é uma defasagem de um mês e meio. Eu defino a receita aqui no Congresso em meados de julho, e, um mês e meio depois, o Executivo aproveita essa mesma receita e encaminha o projeto de lei.

O detalhe interessante é que essa receita que constar do projeto de lei, obrigatoriamente, tem de ser a receita a ser aprovada ao final do ano no autógrafa encaminhado à Presidente.

Alguém poderia questionar: “Mas se houver mais receita, se o Congresso identificar?”. O.K. Não tem problema. Pode identificar, mas qualquer acréscimo de receita que o Congresso identifique será apropriado no Orçamento durante a execução do Orçamento, a partir de janeiro, por intermédio dos créditos adicionais.

Outro ponto da LDO: estamos tentando aprimorar a questão do médio prazo. Hoje em dia, temos um anexo de metas fiscais muito tímido. É um anexo que só traz um horizonte dois anos além do ano da proposta. Infelizmente, a tabela fiscal que consta desse anexo é uma das tabelas mais sucintas que já vi na minha vida. E não é crítica a ninguém, porque eu mesmo, quando estava no Executivo, ajudei a fazer essa tabela várias vezes. É uma tabela de cinco linhas, que tem o total da receita, o total da despesa, o resultado primário, a conta de juros e o resultado nominal. É uma tabelinha de cinco linhas, que não diz nada. E, muitas vezes, até alguns anos atrás, ela repetia para os outros dois anos as estimativas que constavam para o ano em que estávamos trabalhando, pelo menos em percentual de PIB.

Então, o que estamos querendo é que o horizonte seja ampliado para quatro anos, e que essa tabela seja detalhada de forma a mostrar qual é o espaço fiscal que tenho para novos investimentos. Ou seja, queremos transformar essa tabela em uma tabela útil, no sentido de que todos os custos futuros projetados já estariam embutidos ali e mostrados, evidentemente, por agregados, mas haveria uma linha com os investimentos já programados, quanto eles custariam a cada ano, e uma linha mostrando o meu espaço fiscal para novos empreendimentos. Ou seja, novos projetos teriam que se limitar ao valor do espaço fiscal que eu passaria a ter a cada um dos anos.

A minha penúltima tela trata da Lei Orçamentária propriamente dita. Os dois primeiros pontos já mencionei rapidamente: a questão da identificação de receitas adicionais, que seria objeto de um crédito adicional; o segundo ponto tem a ver com o espaço fiscal para projetos plurianuais. Exijo que, na Lei Orçamentária, eu tenha um anexo mostrando o impacto ano a ano dos projetos plurianuais que constam do projeto de lei. Então, eu quero saber, por exemplo, em 2016, no projeto que veio do Executivo, quanto estou comprometendo de 2017, 2018, 2019 e 2020, os anos futuros. Quanto os projetos plurianuais que já estão ali comprometem do meu futuro? Eu quero fazer uma conta corrente para cada exercício para saber qual o limite que tenho, quanto já estou comprometendo para cada um desses exercícios futuros.

Uma outra questão que nós estamos propondo é a exclusão das receitas que hoje fazem parte do Orçamento da União, mas que, na verdade, são receitas que não pertencem à União, que, por definição constitucional, são as receitas por repartição. A União apenas atua como agente arrecadador e tem aquele prazo de dez dias para transferir para Estados e Municípios. Na nossa percepção, isso é meramente uma operação de tesouraria. Basta o Tesouro Nacional fazer essa arrecadação, fazer as transferências e, evidentemente, ter uma transparência em relação a isso. O Tribunal de Contas define esses percentuais. O que você precisa é de uma regra de transparência e deixar o Tesouro transferir. Com isso, eu passo a ter um Orçamento mais enxuto e que reflita a real receita que pertence à União.

Nós estamos também propondo aqui a modificação das datas de encaminhamento do projeto de lei para Estados e Municípios. Nós estamos dando 15 dias para Estados e 30 dias para Municípios. Assim, haveria uma escalazinha temporal, de forma que esses entes subnacionais já tivessem conhecimento de quais são as receitas que a União vai transferir para cada um deles. Isso facilita no momento em que eles estão fazendo os orçamentos próprios e é uma informação valiosa para eles nesse momento.

Um outro passo que vou passar apenas rapidamente aqui: nós estamos colocando algumas regras também para estimular a participação das comissões permanentes do Congresso no processo de elaboração orçamentária. Hoje em dia o processo é todo centralizado na Comissão Mista de Orçamento. Acharmos importante que a Comissão de Saúde analise a área de saúde; que a Comissão de Agricultura analise a área de agricultura; a de Educação, etc. Eu acho que haveria um ganho de qualidade na análise que o Congresso faz. Isso já estava presente desde a proposta inicial do Senador Tasso Jereissati.

A minha última tela, para finalizar, trata da execução da despesa. Nós estamos propondo aplicar, para os Estados e Municípios, a mesma regra que hoje se adota na União, de que o esforço de contingenciamento seja repartido proporcionalmente entre os três Poderes.

Uma outra parte do projeto, grande, é apenas uma parte de definição; é uma parte em que fazemos uma nova definição do que é empenho, do que é liquidação, do que é pagamento, porque, evidentemente, a lei que nós estamos querendo substituir é uma lei de 1964. Então, nesses mais de 50 anos, muita coisa mudou, muitos conceitos avançaram, e precisamos atualizar esses conceitos que ainda fazem parte da Lei nº 4.320.

Um outro ponto importante é a questão dos restos a pagar. Hoje, a regra para restos a pagar é muito frouxa. Nós convivemos num País em que temos um Orçamento paralelo. Muitas vezes, se eu for olhar apenas o investimento, eu tenho dois Orçamentos paralelos. Se eu olhar um ministério específico, eu posso ter mais que dois Orçamentos paralelos para aquele ministério específico. Então, a nossa ideia é introduzir mecanismos mais restritivos, não só para a inscrição de despesas em restos a pagar, como também para a manutenção dessas despesas em restos a pagar durante o período de execução.

Por fim, há a questão das emendas individuais, que passaram a ser impositivas a partir da Emenda Constitucional nº 86, aprovada no início deste ano. A própria Constituição exige que essa lei complementar traga algumas definições a respeito desse processo de emendas impositivas. Então, nós colocamos aqui algumas questões, como a questão da impossibilidade técnica, a questão das sanções, enfim. Abordamos esses assuntos porque a Constituição obriga.

Bem, era isso. Quem tiver interesse em conhecer o texto, não só do Substitutivo Ferraço, mas o texto original do Projeto nº 229, do Senador Jereissati, evidentemente está tudo no *site* do Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Dr. Hélio Tollini. Eu é que agradeço a efetiva contribuição que V. S^a deu, em primeiro plano, ao Senador Tasso Jereissati, na condição de autor. E agradeço também na medida em que fui designado Relator, pelo apoio que V. S^a tem dado à frente de um grupo técnico de trabalho, para que nós pudéssemos chegar até aqui.

É evidente – o Dr. Dyogo Henrique de Oliveira e o Dr. Tarcísio são os nossos dois secretários executivos, Secretário Executivo do Ministério do Planejamento e Secretário Executivo do Ministério da Fazenda – que nós precisamos olhar para essa proposta, primeiro, compreendendo o tamanho da tarefa e o tamanho do desafio, porque ela ousa à medida que altera profundamente o *modus operandi* que moveu, até aqui, não apenas a elaboração, mas a construção e o exercício e o controle das atividades econômicas, financeiras e contábeis da União.

Nós sabemos que a mudança de cultura exige um tipo de engajamento e comprometimento diferente, porque a mudança do *modus operandi* não é um desafio qualquer.

Então, considerando a necessidade de o nosso País dar esse passo, é preciso que nós tenhamos um nívelamento acerca da nossa realidade e do nosso diagnóstico. Qual é o nosso diagnóstico, como chegamos até aqui, e para onde vamos caminhar se nada for feito, e se tudo continuar como está? Ou seja, quais são os instrumentos e os marcos legais que nós precisamos incorporar num desafio como esse, para que nós possamos ter a perspectiva de que, senão meus filhos, meus netos possam ter, como cidadãos, uma realidade melhor? Olhando para o mundo afora, muitos países conseguiram isso. Por que o Brasil não pode conseguir?

Para isso, é necessário que esse tipo de iniciativa, que é uma iniciativa coletiva, do Congresso brasileiro, do Senado primeiro, depois da Câmara, possa ser compreendida como uma proposta de Estado, e não como uma proposta que parte da situação ou da oposição. Não, não se trata aqui de um tema em que nós vamos, de certa forma, caminhar menosprezando e apequenando o seu desafio. Isso seria muito medíocre das partes que estão envolvidas neste debate, considerando, inclusive, a necessidade de compreendermos as mudanças e as transformações.

Então, a contribuição do Poder Executivo e a visão do Poder Executivo – a visão crítica, de colaboração – são importantes, para que esse projeto possa ser de todos nós; possa ser um projeto que tenha, como propósito e sentido, ajudar e contribuir para organizar o ambiente de planejamento, não apenas do curto e do médio prazo, mas também do longo prazo, pelas mudanças que estão sendo consideradas no Plano Plurianual.

É nesse contexto que nós gostaríamos muito de receber as contribuições e as visões não apenas do Dr. Dyogo, Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, mas também do Dr. Tarcísio. Quem sabe, a partir

daqui, nós pudéssemos até constituir um grupo técnico, para que, juntos, pudéssemos trabalhar essas visões e encontrar uma via que pudesse pavimentar essa nossa expectativa.

A palavra é de V. S^a, agradecendo muito a sua participação conosco aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, Dr. Dyogo Henrique de Oliveira.

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Obrigado, Senador Ferraço. Cumprimento os Parlamentares, Senadores presentes, Senador Tasso Jereissati, demais colegas da Mesa. Começo agradecendo a oportunidade e a iniciativa desta audiência.

O tema é da mais alta relevância. Não é sem motivo que a lei que nós estamos discutindo, a 4.320, tem mais de 50 anos; é uma lei que norteia a elaboração, a execução do Orçamento federal e traz os conceitos básicos, os instrumentos básicos de operação de todo o processo de planejamento e de execução do Orçamento.

Mexer nessa lei é, sem dúvida, um desafio grande e merece todos os cuidados e toda a atenção, inclusive porque precisamos ter a compatibilidade do que foi feito com conceitos que estão em outras leis, principalmente na LRF, na própria Constituição. Então, há que se ter toda essa harmonia entre os instrumentos legais, e isso demanda, realmente, muito cuidado e muita atenção.

Nós combinamos aqui uma divisão de trabalhos entre o Planejamento e a Fazenda, de modo que eu vou fazer uma apresentação um pouco mais sobre o objeto ao qual nós estamos nos referindo, e o Dr. Tarcísio vai entrar mais detalhadamente na questão do próprio projeto de lei.

Acho extremamente relevante termos em mente o objeto que está por baixo disso, entender um pouco o que é o nosso Orçamento, como ele está funcionando, para que daqui tiremos subsídios para essa discussão mais objetiva.

A primeira lâmina que trago mostra a composição da despesa primária do Governo Federal em 2014. Vemos que quase 50% do total da despesa do Governo Federal são implementadas através de programas de transferência de renda às famílias, aqui incluindo a Previdência, os outros programas assistenciais, LOAS, os benefícios de transferências – Bolsa Família e outros.

A despesa de pessoal do Governo Federal, incluindo os inativos, que é mais ou menos 50% dessa despesa de pessoal, corresponde a 21% da despesa. A despesa de capital, nosso investimento, é 7,6%, e a nossa despesa corrente, os demais, representa 21%.

Quando considero, do ponto de vista da finalidade, vejo que 67% da nossa despesa correspondem ao conceito de gasto social. Então, acrescentei a despesa de transferência de renda às despesas da saúde e da educação, incluindo a despesa de pessoal dessas duas áreas. Decompondo esses 67%, vemos que a Previdência corresponde a 38% disso; a saúde, a 9,5%; a educação, a 8%; o abono e o seguro desemprego, a 5%; os benefícios de prestação continuada, a LOAS, a 3,8%; e o programa Bolsa Família, a 2,5%. Esse é o nosso conjunto, que estamos chamando de gasto social, e que representa 67% da despesa do Governo Federal.

Quando olhamos a evolução da receita de impostos e contribuições do Governo Federal, vemos uma dinâmica recente preocupante. Saímos de um patamar, no período de 2005/2007, próximo a 16% do PIB, e estamos nos encaminhando para um patamar inferior a 14% do PIB.

As causas desse movimento têm a ver com vários fatores, mas têm a ver também com uma mudança de composição da nossa economia. É sabido que a indústria é um dos maiores contribuintes a título de recolhimento de tributos, e há uma perda, uma redução da participação da indústria na economia.

Quando vemos as receitas previdenciárias, também vemos uma dinâmica preocupante. A nossa receita previdenciária tem, desde 2011, apresentado também uma estagnação em relação ao PIB e uma tendência de queda nos últimos anos mais recentes.

Neste ano, o Governo tem adotado um amplo conjunto de medidas visando ao reequilíbrio das contas, e, basicamente, fizemos um amplo, um forte contingenciamento de despesas, a redução de subsídios, a reforma e a redução de várias despesas obrigatórias, principalmente o seguro-desemprego, as pensões e o abono salarial. Fizemos a revisão de diversas desonerações, a redução de subsídios em programas de crédito e algumas medidas de aumento de receita.

Quando observamos a composição desse esforço, vemos que mais de 80% do esforço fiscal estão no lado da despesa. Nós fizemos R\$82 bilhões em redução, cortes de despesas discricionárias; R\$25 bilhões de redução em despesas obrigatórias e R\$25 bilhões em medidas de aumento de receita, totalizando um esforço de R\$134 bilhões, o que representa 2,3% do PIB. Trata-se de um esforço de grande magnitude e, ao mesmo tempo, um esforço, majoritariamente, pelo lado da redução das despesas.

O que ocorre, no entanto, é que nós temos um sistema de despesas, um conjunto de programas de despesas que tem levado ao crescimento das despesas obrigatórias, que cresceram quase dois pontos percentuais do PIB no período de 2011 a 2016.

As despesas discricionárias, também nesse período de 2011 a 2016, chegaram a ter um crescimento de 0,7% do PIB até 2014. Neste ano, estamos reduzindo 0,7% do PIB, ou seja, voltando para o nível de 4% do PIB, e a projeção do PLOA de 2016 era de manutenção desse nível de 4%. Entretanto, com as novas reduções de despesas anunciadas, deveremos ter uma despesa discricionária de algo em torno de 3,8%, 3,9% do PIB em 2016.

Olhando em valores nominais, a despesa em 2016, prevista no PLOA de R\$250 bilhões já seria inferior ao nível nominal de 2014, e, agora, com essa nova redução, ele será ainda menor.

Em valores reais, nós já estávamos no nível abaixo do nível de 2012. Com as novas reduções, iremos para um nível próximo ou um pouco abaixo de 2011.

A nossa despesa de pessoal tem evoluído de maneira benigna até 2014. Ela saiu de um patamar de em torno de 4,5% do PIB no período de 2006 a 2010, indo para um patamar de 4% do PIB em 2014. Em 2015, ele sobe um pouquinho. Em 2016, deve manter-se próximo deste patamar, de 4,1%, 4% do PIB.

Aqui, a composição do nosso pessoal, em que se observa – e não poderia ser diferente – uma concentração do nosso pessoal na educação e o crescimento da educação na nossa composição. A educação sai de 36% do total de servidores federais em 2010 para 40%. Isso é resultado da ampliação que houve no número de unidades das universidades e institutos federais de formação técnica.

O que nos preocupa bastante é a evolução do déficit da Previdência, que saiu de um patamar de R\$56 bilhões em 2014 para R\$125 bilhões em 2016, ou seja, um crescimento de mais de 100% em apenas dois anos.

A previdência pública não tem um crescimento tão rápido, mas, ainda assim, apresenta um número também preocupante, que é uma projeção de déficit de R\$70 bilhões. Aqui, explicando, o sistema da previdência pública não é um sistema de apuração. Na verdade, ele aparece apenas como despesa.

A receita aqui é uma receita, digamos, projetada do que ocorreria se o Estado também tivesse a contribuição como a contribuição patronal no setor privado.

É também importante mencionar o esforço feito em relação ao PLOA de 2016 em contenção das despesas dos diversos programas de Governo. Vários programas foram revistos, foram alteradas ao longo de 2015 até aqui e, na elaboração do PLOA, já se fez uma redução de cerca de 42% no gasto desses programas, representando uma redução de R\$20 bilhões em relação à despesa projetada desses mesmos programas. Dentre eles, eu cito aqui alguns, mas, na verdade, esse exercício foi realizado sobre todos os programas do Governo Federal.

Outro elemento que chama muita atenção e nos preocupa bastante é que nós temos um Orçamento bastante engessado. É um Orçamento que não tem muito espaço para administração, não tem muito espaço para gestão fiscal. Do total das despesas previstas para 2016, que é de R\$1,2 trilhão, o Governo Federal teria a capacidade de atuar, de diminuir, de gerenciar apenas R\$115 bilhões, o que corresponde a 9,5% do total da despesa, lembrando que, dentro desses R\$115 bilhões, está todo o funcionamento do Governo, estão despesas com programas altamente meritórios, como, por exemplo, as bolsas de estudos, as bolsas de formação de mestres, de doutores, estão as despesas com o funcionamento do dia a dia dos órgãos – energia, água. Todo esse tipo de despesa está dentro dos R\$115 bilhões. E, claro, está dentro disso também todo investimento do Governo Federal, que é hoje majoritariamente representado pelo PAC, num total de R\$42 bilhões.

Eu trago essa lâmina no intuito de mostrar a natureza do que nós imaginamos que deva ser o esforço de modernização e atualização da legislação referente à gestão fiscal. A nosso ver, o caminho a ser seguido é o de trazer mais capacidade de gestão do Orçamento. Hoje, o Governo Federal tem uma capacidade muito limitada de gerenciar o seu próprio Orçamento, uma vez que mais de 90% das despesas estão pré-determinadas pela própria Constituição ou por legislação diversa.

Assim, uma reforma da Lei nº 4.320, a nosso ver, deveria buscar fixar-se nas regras gerais de elaboração e execução do Orçamento, de aplicação nacional, e buscar evitar temas que sejam objeto de revisões constantes. Ela deveria fixar-se naqueles temas permanentes, naqueles conceitos mais perenes aplicáveis à execução e à elaboração do Orçamento.

Deveria garantir espaço para que os entes subnacionais possam legislar sobre suas peculiaridades. Acho que não cabe tentarmos aqui ser exaustivos nessa legislação a ponto de que os próprios entes subnacionais se vejam podados na sua necessidade de adaptar a sua gestão fiscal a suas condições particulares e locais.

Nós deveríamos evitar sobreposições e contradições com conceitos e com disciplinas já estabelecidas principalmente na LRF.

Nós deveríamos buscar resolver os problemas decorrentes da não aprovação da LOA e da própria LDO e, ainda mais, como o Tollini coloca, de usar a receita da LDO para a elaboração do PLOA. Não raro, nós ficamos, até o final do ano, sem a aprovação da LDO. Então, cria-se um sistema sem solução.

Além disso, nós deveríamos nos focar em regras capazes de se adequarem à conjuntura econômica. Refiro-me ao ponto que menciono da capacidade de gestão fiscal.

As receitas do Estado são altamente pró-cíclicas; elas acompanham o ciclo econômico. No entanto, nós temos um sistema em que as despesas não têm nenhum tipo de margem de adaptação ao ciclo econômico. Então, a continuar esse sistema, o Brasil sempre se verá, a cada novo ciclo econômico, em situação semelhante a que estamos vivendo, pela incapacidade do Estado de gerenciar as suas despesas em face da flutuação do ciclo econômico.

Os prazos de tramitação das três leis orçamentárias devem ter uma consistência, principalmente no ano de elaboração do PPA. Acho que foi feita essa tentativa, mas não sei se é exatamente isso. Nós achamos bastante complexa a possibilidade de elaborar o PPA em quatro meses, principalmente nos anos de mudança de mandato. O novo governo teria quatro meses para elaborar um PPA.

A nosso ver, a legislação deveria deixar, o máximo possível, o detalhamento das regras para a LOA e buscar regras claras sobre a questão da instituição e manutenção de fundos, sobre a unificação de conceitos. Hoje, já existem alguns conceitos que são diferentes na Lei nº 4.320, na LRF, na LOA. Então, deveríamos buscar a unificação desses conceitos e a classificação das despesas. Acho que esse é um elemento que merece também uma atenção.

Eu sempre questiono a classificação do custeio. A meu ver, uma despesa de elaboração de um projeto de investimento é despesa de investimento. No entanto, a nossa legislação nos obriga a classificá-la como custeio. E há uma série de outras despesas que eu acho que poderiam ser mais bem classificadas.

Acho interessante e muito desafiadora a possibilidade de criação desse sistema nacional de projetos. Isso vem sendo tentado há algum tempo, mas nós temos 5 mil Municípios e uma quantidade grande de projetos, e a natureza dos projetos é diferente. Dentro do próprio Governo Federal hoje, nós temos sistemas diferentes que são utilizados no Ministério do Transporte, no Ministério da Educação, que têm informações detalhadas sobre os projetos, mas nem sempre essas informações são coincidentes ou são as mesmas.

Não vou me alongar. Queria só colocar alguns temas para discussão.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade e manifesto a satisfação de participar dessa discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – Muito obrigado, Dr. Dyogo Oliveira. Muito obrigado pela sua apresentação bastante importante.

Como não estou desde o início, gostaria de saber se os três já falaram. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Sr. Tarcísio Godoy, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda.

O SR. TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY – Ex^{mo} Senador Tasso Jereissati, começo parabenizando V. Ex^a pela iniciativa de ter apresentado um projeto dessa magnitude.

Agradeço ao Ex^{mo} Senador Ferraço pelo convite para participar desta Mesa e parabenizo S. Ex^a.

Demais Parlamentares presentes, colegas da Mesa, demais presentes, é uma satisfação estar aqui.

Primeiro, nós combinamos, eu e o Dyogo, que ele faria uma avaliação, mostrando as dificuldades do processo de execução orçamentária.

A minha ideia, também na linha do que o Tollini apresentou... A gente, obviamente, tem estudado com bastante intensidade todos os pontos dessa proposição; eu também não vou me ater a todas essas questões, mas vou passar rapidamente.

A primeira questão que eu queria colocar e ressaltar é quão progressista foi, em 1964, a Lei nº 4.320. E dizer que, na nossa visão, o arcabouço institucional que o Brasil tem é bastante bem elaborado e já contém a maior parte das ferramentas e das orientações necessárias para que se possa ter uma elaboração, uma execução e um monitoramento desse nosso processo orçamentário. Por exemplo, a própria Lei de Responsabilidade Fiscal determina a apresentação de diversos anexos, demonstrando a compatibilidade de todo esse processo orçamentário.

Quando a gente fala da própria execução orçamentária, a Lei nº 4.320 já trazia, lá em 1964, orientações de que o gestor deveria apresentar e aprovar cotas trimestrais, tentando fazer uma compatibilização do processo de elaboração e de execução. E a própria Lei de Responsabilidade Fiscal tem certo nível de afinidade com a Lei nº 4.320; é uma lei que garante, para todos os agentes, que existe um processo claro, transparente. É uma lei que o Congresso Nacional teve uma ousadia muito grande de propor, aprovar e, de uma certa maneira, impondo-se algumas restrições tanto para o Congresso – para o Poder Legislativo – quanto para os demais Poderes.

No monitoramento, eu chamaria a atenção para as demonstrações de avaliação e cumprimento das metas fiscais – não só as avaliações bimestrais como também as quadrimestrais. De fato, como o Dyogo apontou, o nível de crescimento das despesas obrigatórias... O Dyogo colocou lá 6%, que seriam a parcela do nosso Orçamento Fiscal e de Seguridade possível de ser contingenciada. Eu diria que é menor do que isso, porque ainda há despesas de benefícios com os servidores, que também são obrigatórias. Quando se tiram todos os demais

gastos, vê-se que, num Orçamento de cerca de R\$1,2 trilhão, menos de 2% são alocativos, permitindo-se ao Poder Executivo retirar recursos de determinada atividade ou ação para outra atividade.

Então, realmente, apesar de um arcabouço institucional bem formulado, completo, a execução do Orçamento, principalmente – como o Dyogo colocou – em momentos cíclicos da economia, torna-se uma tarefa que leva a um nível de risco para o Poder Público, para a União, os Estados e os Municípios, incontrolado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY – Está ligado. Alô.

E aí, como destaque para a questão das despesas obrigatórias, eu colocaria a política de ganho real do salário mínimo. A Constituição previa uma periodicidade, e a legislação determinou que essa periodicidade de reajuste fosse anual. A Constituição não previa um prazo específico, mas a legislação determinou que esse prazo fosse anual. A Constituição garantia que, nessa periodicidade, fosse mantido o valor real do salário mínimo, e a legislação determinou que houvesse aumentos reais no salário mínimo.

Então, de fato, esses são dois elementos que, hoje em dia, restringem muito e fazem com que a despesa obrigatória tenha um crescimento bastante destacado.

Nós levantamos algumas alterações na proposta que têm um impacto moderado, alterações na LDO, na elaboração e apreciação da própria LOA, na execução de despesa, classificação orçamentária, contabilidade, controle e avaliação, mas há algumas que acreditamos tenham impacto elevado e que vai ser o foco da nossa apresentação.

Aqui, o desafio é criar uma legislação que, sim, apresente as diretrizes para uma boa execução orçamentária, mas que, também, não perenize regras que possam, no futuro, inviabilizar essa própria execução.

Vamos começar, então, pelo próprio Sistema Nacional de Investimento Público e Bancos de Projetos. Na medida em que acreditamos que é uma proposta interessante, é necessário um grande aprofundamento na discussão desse tema, porque, ao criar esse sistema que traz informações georreferenciadas e um nível de sofisticação que exigirá, como o Dyogo também colocou, com muita propriedade, uma capacidade de gestão muito maior, pode-se estar, também, determinando uma rigidez orçamentária maior ainda, na medida em que se deveriam colocar limites para que os projetos possam fazer parte desse banco, metodologia e todo um sistema que, dependendo da... Nós estamos falando de cidades com mais de 200 mil habitantes. Pegando-se hoje o arcabouço que nós temos, já não há a capacidade de se fazer com que eles atendam a esse nível de exigência. Então, eu acho que é este o desafio: como trazer sofisticação sem dar a rigidez para o nosso Orçamento.

O Plano Plurianual, apesar de ser uma ideia que, aparentemente, simplifica, ao trazer menos informações, também, de certa maneira, conflita com o nível de exigência de se criar o próprio Banco Nacional. Quer dizer, tem-se pouco tempo para criar um plano de governo detalhado para quatro anos, a partir já de um conjunto de informações que deve estar nesse banco informações que, também, por sua vez, vai ser mais sofisticado.

Então, eu acho que essa é uma construção que deve ser feita ao longo desse processo de debate e discussão para evitar, novamente, que se perca a capacidade de tornar a gestão mais fluida. A sugestão que temos nesse aspecto – eu acho que é importante – é aprimorar o anexo de política fiscal, que o Tollini colocou com propriedade, indicando trajetórias de mais longo prazo para o superávit e o endividamento do setor público.

Outro aspecto que a gente julgou relevante destacar é a proposição para regulamentar e conceituar fundos orçamentários e de gestão especial. Aqui, eu queria chamar atenção para um aspecto: a proposta veda funcionamento de fundo de natureza privada em que entes da federação tenham mais dois terços das cotas. Novamente, nós observamos que a reação do processo orçamentário ao engessamento das regras é exatamente tentar criar proteções e silos para permitir que determinadas despesas possam ocorrer.

Então, observamos que se enrijece o Orçamento, e o Estado começa a criar fundo de garantia de investimento, fundo de garantia à educação, fundo de garantia à construção naval. Então, na verdade, ele acaba tornando aquela peça orçamentária, pelo nível de rigidez dela, uma peça mais próxima da ficção. Na vida real, é preciso fazer gestão, fazer os pagamentos, e quando se percebe que não há a capacidade de fazer esse tipo de flexibilidade, criam-se novas situações para ganhar essa flexibilidade.

Então, ao vedar funcionamentos de fundos de natureza privada, ao permitir que eles só tenham cinco anos de existência, ao caracterizar como fundos de capitalização, é preciso tomar as devidas cautelas para não tornar o Orçamento ainda mais rígido do que hoje ele se apresenta.

Na questão da dívida pública, eu acho que há um ponto mais conceitual na definição do refinanciamento e amortização da dívida pública. O art. 22 traz a possibilidade de se considerar receita da emissão de dívida para amortização. Na verdade, quando se emite um título, essa receita, quando utilizada para pagamento de dívida, não é uma amortização, e, sim, um refinanciamento da sua dívida. São questões que já foram incor-

poradas às discussões conceituais ao longo desses anos de exercício da legislação e que, portanto, também devem ser consideradas.

Ainda em relação à questão da dívida, obviamente há de se excetuar, naquela hipótese de a LOA não ter sido aprovada até o final do ano, o próprio pagamento do serviço da dívida e da sua rolagem, sob pena de, por questões mais de tempo e de tempestividade, se acabar tendo uma situação de *default* da dívida.

Sobre o conceito de dívida também, acho que é necessário ter-se uma compatibilidade e uma convergência entre os conceitos que já se apresentam na Lei de Responsabilidade Fiscal para se evite dualidade de conceitos, e que, a partir de uma nova legislação, se criem situações não desejadas.

E também é importante sempre pensar na rolagem da dívida do Tesouro Nacional e tomar as cautelas necessárias para não modificar o que já está consolidado da nossa Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outro aspecto para o qual eu gostaria de chamar a atenção está no título sobre contabilidade pública. Aqui, eu acho que necessitaríamos de uma aproximação maior do Ministério da Fazenda com o próprio Conselho Federal de Contabilidade e toda assessoria do Senado e da Câmara. Aqui, nós temos uma situação interessante. Temos hoje a receita-caixa, e a despesa é apropriada orçamentariamente mais ou menos por competência. Então, fecha-se um orçamento em que se prevê uma arrecadação-caixa no último dia do ano e só se vai saber quanto arrecadou, de fato, dois ou três dias depois. Mas a despesa é considerada despesa empenhada.

Quando se tenta conciliar isso com a própria execução financeira do Orçamento, surgem algumas dificuldades, e, novamente, a rigidez como é tratado o tema acaba gerando uma oportunidade de se transformar parte daquela despesa orçamentária num ano numa pressão de caixa do próximo ano, que são os famosos restos a pagar.

Nós ainda temos os restos a executar. Para aproveitar o Orçamento de determinado ano, empenha-se uma despesa, mesmo que não haja previsão de toda a programação dessa despesa, para se poder, no exercício seguinte, emitir as ordens de serviço e, assim, dar consequência e garantir o seu Orçamento.

Adicionalmente, em um determinado exercício, são dois orçamentos: o Orçamento que você está autorizado a executar e o Orçamento de restos a pagar, o que é considerado uma despesa extra-orçamentária.

Esta questão eu acho que talvez seja um dos temas mais importantes: como compatibiliza"? No meu primeiro eslaide, eu mostrei que nós temos aqui um *framework* interessante de elaboração orçamentária, execução orçamentária e monitoramento. Mas como compatibilizar esse arcabouço com a contabilidade pública, para que a própria contabilidade pública já consiga enxergar?

E, aqui, vem uma sugestão de se trabalhar com a parte da despesa que é a liquidação, de tal sorte que, ao liquidar, eventualmente já se fizesse um provisionamento, com todos os impactos fiscais dessa liquidação. Portanto, haveria maior proximidade entre a execução orçamentária e a execução de caixa.

Eu acho que hoje esse é um dos problemas que, bimestralmente, quando se vai elaborar o Orçamento de avaliação, nos leva àquela celeuma de como contingenciar o Orçamento. No entanto, na verdade, o resultado deve ser apurado por caixa. Eu acho que esse é um problema que tem de ser enfrentado.

E, finalmente – talvez seja tão importante quanto essa compatibilização –, eu acho que um dos maiores desafios do setor público é a sua capacidade de avaliar. Você não consegue avaliar aquilo que você não mede. Então, nós temos que ter indicadores de medição, de apropriação de custos, para poder avaliar e consertar, como o Dyogo mostrou aqui, a rota de alguns programas que são importantes.

Nós mostramos aqui, na primeira parte da apresentação, que mais da metade do Orçamento é transferência de renda. Eu diria que é um imposto negativo. Então, quando se fala da carga tributária no Brasil, olhando-se a carga líquida, considerando o imposto negativo, temos uma outra visão.

Então, é preciso ter capacidade de avaliar a eficiência de cada um desses programas, porque, se esses programas estiverem atendendo... Vamos pegar um programa que já foi bastante estudado, como o Programa Bolsa Família, que é focalizado e que traz, de fato, inserção e que traz benefícios para a sociedade. Podem-se, eventualmente, preservar esses programas.

Outros programas que sejam avaliados e que não tenham a mesma focalização e que não tenham os mesmos resultados, esses devem ser revisitados, como nós fizemos este ano. Revisitamos diversos programas, revisitamos o Fies, revisitamos o Ciência sem Fronteiras. Então, a capacidade do Poder Público de fazer avaliação eu acho que é uma das questões que deve ser bastante enfatizada.

Eu resumiria, então, a apresentação, dizendo que, do ponto de vista de arcabouço institucional, eu acho que o Brasil tem um arcabouço institucional forte, bem aparelhado. Falta mais exercício, falta exercitar um pouco mais as ferramentas que esse arcabouço institucional tem, como, por exemplo, criação de nova despesa. A Lei de Responsabilidade Fiscal já determina, nos arts. 14, 15 e 16, que deve ser indicado ou a redução de despesa ou a fonte de receita para determinado aperfeiçoamento ou criação de novo programa.

E percebemos diversos programas sendo criados ou por proposição do Legislativo, ou às vezes até por proposição do próprio Executivo, em que, se tivéssemos uma ferramenta mais apropriada, certamente seria possível aproveitarmos, com maior eficiência, o nosso Orçamento.

Senador Tasso, muito obrigado. Demais colegas, fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – Obrigado, Tarcísio Godoy, por sua explanação, que, com certeza, vem contribuir muito para esta discussão que estamos tendo.

Passo a palavra ao Fernando Motinho, Consultor de Orçamento e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

O SR. FERNANDO MOUTINHO – Sr. Presidente, senhores presentes, obrigado. Agradeço em nome da Consultoria o convite.

Vendo, inclusive, as restrições de tempo que temos aqui, vou desenvolver muito rapidamente este papel que a Consultoria tem de elaborar conceitualmente e de desenvolver instrumentos totais ou parciais para implementação de projetos ou de iniciativas parlamentares.

Vou fazer uma avaliação de alguns tópicos muito breves, de natureza geral, em que se insere o projeto, e aí entrar na discussão de alguns pontos importantes ou de alguns pontos centrais do projeto, o que parece que é a melhor contribuição que podemos dar aos objetivos desta audiência.

Hoje, como o Secretário disse, temos uma institucionalidade bastante ampla, bastante variada, mas uma institucionalidade desconexa, dispersa, fragmentada.

Então, esta lei é uma necessidade há muito tempo sentida. Definitivamente, essa ausência pesa sobre a economia, sobre a Administração Pública.

E essa ausência não é gratuita, não é casual, não é por dificuldade técnica. Desde a Constituição, pelo menos 14 projetos, que é o que já temos mais ou menos mapeados, foram formulados.

Possivelmente, a ausência ou a omissão legislativa não se deve a uma omissão de trabalho. Deve-se basicamente a que cada um desses itens, cada um desses temas interligados que uma lei dessas tem de tratar, gera uma constelação de interesses que defende o *status quo*. E cada grupo desses – planejamento, execução orçamentária, contabilidade e controle – vai ter uma constelação diferente de interesses, uma rede diferente de interesses, que age no sentido de vetar determinados avanços.

Então, o desafio não é só técnico; é um desafio político central. As escolhas feitas neste momento vão ter implicações enormes para se romper.

O projeto, na verdade, o Projeto nº 229, condensa... Houve 14 projetos anteriores, mais alguns recentes do Senador Tasso, do Senador Casagrande, do Senador Raimundo Colombo. Há alguns projetos de lei geral e outros projetos que tratam de temas correlatos, que também colocam coisas relevantes em relação à transição governamental, à contabilidade criativa, à gestão de obras.

Então, de alguma maneira, esse projeto e o substitutivo estão chamando para si todo o conjunto de discussões ou de temas ou de problemas que surgiram posteriormente.

De que o projeto não deve tratar? Aí já começo a discutir itens. Não deve tratar de regras fiscais. O Tollini já apontou isto – corretíssimo: não deve tratar de regras fiscais. E penso que não deve tratar de controle externo.

O controle externo é uma questão formal; quer dizer, em que medida há uma reserva de iniciativa do próprio Tribunal de Contas? No entanto, as duas têm uma mesma razão. Estamos vivendo um momento de crise, em que gestores, legisladores estão pressionados pela cobrança da execução das regras que já existem.

No momento em que a gente abrir uma tramitação legislativa que se proponha a alterar regras fiscais ou que se proponha a alterar regras de exigibilidade e aplicabilidade de controle, a gente está abrindo a porteira para que essas regras sejam, em vez de aperfeiçoadas, demolidas.

Então, não só conceitualmente, mas estrategicamente, é adequado não tratar de regras fiscais ou no mínimo do mínimo do mínimo possível. Esse é um grande acerto do projeto.

Penso também que alguns artigos que tratam de controle externo, pela mesma razão, também não deveriam entrar. É perfeitamente possível tratar de controle, falando de controle interno, de controle administrativo e, no máximo, de colaboração que a Administração Pública deve ter com o controle externo.

Isso aqui é uma lei procedimental. Existe sempre, nessa discussão: “Ah, tem de ser uma lei geral, uma lei conceitual, uma lei de princípios”.

Na verdade, é o “momento Willy Coiote”: ele sai correndo e, quando chega ao abismo, ele vê que chegou ao abismo e cai. Se a gente não fizer uma lei procedimental – claro que respeitando, no máximo possível, a economia de procedimentos –, se não for feita uma lei procedimental, se não for feita uma lei que defina o processo, que defina com segurança o processo, vai-se chegar ao fim e não se vai atingir resultado algum. Então, não adianta agora chegar e criar mais regras fiscais, mais objetivos, mais intenções, sem se dar um processo bastante amarrado, mas, claro, sem formalidades desnecessárias, para que seja. Então é uma lei procedimental. O substitutivo do Projeto nº 229 segue isso e segue corretamente.

Eu vou começar a tratar agora de pontos específicos da lei. O projeto se integra com a LRF.

Quando eu falo do projeto, falo do substitutivo e também do projeto do Senador Tasso, que foi bastante mantido.

Ele se integra com a LRF, contempla um mínimo possível de regras procedimentais para definir esse núcleo de processo. Eu apenas acrescentaria, apenas colocaria uma lacuna: o processo se dobra à realidade atual de um orçamento supostamente autorizativo, porque não está na Constituição ou em ponto algum, e se limita a regulamentar com detalhes o que foi feito na Emenda Constitucional nº 86. Acho que essa talvez seja a maior fragilidade. Isso nos deixa entre um orçamento impositivo, entre uma execução acrítica de uma fração pequena do orçamento e uma liberdade quase absoluta, uma discricionariedade quase absoluta, uma imprevisibilidade quase absoluta para a gestão.

Eu entendo – e aí tudo aquilo que eu coloco aqui, um projeto desejável, a gente tem já, de alguma forma, soluções desenvolvidas –, eu entendo que esta seria a grande oportunidade para se reconhecer que, na Constituição, o orçamento é a fixação da despesa, é um artigo literal da Constituição. Portanto, tudo é impositivo, todo o orçamento, como programa de trabalho, deve ser perseguido e tratado com os controles de contenções fiscais e mecanismos prudenciais. E se há alguma coisa na LRF que poderia ser, de alguma forma, desenvolvida, seriam esses mecanismos prudenciais vinculados, previsíveis, predeterminados, que poderiam ter uma periodicidade menor, poderiam – basicamente, o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – ter procedimentos para lidar, no fluxo de caixa, com as despesas obrigatórias, que foram tão abordadas aqui. Então, essa é uma lacuna.

Continuar com o contingenciamento discricionário, imprevisível e com uma regulamentação de impositividade de apenas 1,2% da receita corrente líquida é perder uma grande oportunidade, é deixar o trem da história passar nesse sentido. Quer dizer, a gente poderia ganhar muito mais em previsibilidade, em controle fiscal trabalhando uma solução em que se fizesse controle fiscal ao mesmo tempo de um orçamento como programa de trabalho inteiramente impositivo. Existem soluções para isso. Talvez não estejam completas, certamente vão precisar de muito mais discussão, mas isso é possível.

Em relação ao encaixe temporal dos instrumentos de planejamento e orçamento, vinculando-os a um mandato de Chefe do Executivo, a gente concorda inteiramente com algumas sugestões de pequenas mudanças, mas, basicamente, parece que, dentro desse *trade-off* que existe na formulação dos prazos de PPA, LDO e LOA, está-se aqui diante... O projeto já levanta a solução ótima, a solução que maximiza o valor líquido.

Em relação ao planejamento, o substitutivo traz a incorporação de uma tecnologia que é, talvez, o máximo de tecnologia de gestão fiscal que se desenvolveu no mundo, que é o cenário orçamentário de médio prazo, como o Tollini apontou. Talvez só a sugestão, ou a ideia de que esse cenário pudesse ser no próprio PPA, para não ser uma coisa deslizante ano a ano na LDO, esse cenário de quatro a cinco anos. E, sobretudo, o mais crítico, é que, de alguma maneira – e eu não vejo isto no substitutivo –, esse planejamento fiscal, esse cenário fiscal precisa, de alguma maneira, vincular a lei orçamentária e os demais instrumentos legais que criem obrigações. Então, não adianta nada eu criar um cenário fiscal e poder criar obrigações legais ou poder criar programas de governo que desrespeitem esse cenário fiscal. De alguma forma, é preciso que se feche um pouco mais a possibilidade de essa moldura fiscal ser alterada unilateralmente por conta de lei orçamentária ou por conta de outros planos ou leis de governo.

Como é que se passa aqui, por gentileza?

Passa, Guilherme, por favor!

Pode tocar, Guilherme, na medida em que a gente vai passando.

Em relação à estrutura orçamentária, eu acho que o substitutivo avança, mas há alguns pontos que mereceriam também inclusão: fundos de incentivos, transferências para fundos constitucionais... Eu coloco aí o Sistema S – vamos pegar na ferida, não é? –, mas não só no Sistema S, mas também a arrecadação de Fundo de Participação de Estados e Municípios como dedução da receita, apenas aquilo que a União arrecada e transfere. Não estou propondo colocar o orçamento do Sistema S dentro do Orçamento da União, mas aquela parcela que a União arrecada via Receita Federal e transfere, isto sim, é receita de despesa pública.

Incluí também, o que se faz hoje, a tal da colocação direta de títulos. Ou seja, toda despesa pública, inclusive aquela custeada com títulos públicos, com entrega de títulos públicos, por exemplo, para capitalizar empresas estatais, seria incluída também no orçamento.

Em relação ao Orçamento de Investimento, o projeto mantém a moldura atual de, simplesmente, uma listagem de investimentos em bens permanentes. Essa moldura de Orçamento de Investimento hoje não serve para nada! Ela não tem função gerencial, econômica ou política alguma. Nossa sugestão é que esse Orçamento de Investimento seja transformado em um mapa das relações econômico-financeiras do ente com as suas controladoras, com suas empresas controladas. Aí estão envolvidos contratos sem licitação, participação

acionária, concessão de empréstimos e financiamentos e todas as relações que o ente tenha como controlador em relação àquela empresa independente.

Certamente, isto não cabe à União. A União não faz, parcialmente, mas Estados e Municípios fazem. Não cabe eu chamar, eu colocar no Orçamento de Investimento e retirar da disciplina do Orçamento Fiscal aquelas empresas que sejam apenas formalmente independentes. Eu me refiro, por exemplo, às Companhias Docas, cujas despesas são, basicamente, custeadas por participação acionária da União. Ou seja, a exclusão do Orçamento Fiscal. As Companhias Docas dependem, financeiramente, fundamentalmente, de participação acionária da União para pagar até passivo trabalhista. Ou seja, a exclusão da disciplina do Orçamento Fiscal e inclusão no Orçamento de Investimento, que é muito mais livre, e que permite dar a empresa uma liberdade quase que absoluta de seu funcionamento deve ser restrita àquelas empresas que, efetivamente, vivem das suas receitas auferidas em mercado livre. O conceito de estatal dependente da Lei de Responsabilidade Fiscal é muito limitado, não pega situações... Um exemplo é o BNDES. Alguém vai dizer que o BNDES é uma estatal independente que vive das operações de mercado. Haveria dificuldades de colocar o BNDES porque você tem dificuldade de orçar instituições financeiras, mas esse é um exemplo bastante típico de instituição que precisaria de um controle, de um mapa de registro muito maior ou muito mais intenso.

Enfim, um reposicionamento do Orçamento de Investimento em sua composição, reduzindo-se um pouco em relação à situação atual para abrigar apenas empresas que tenham, efetivamente, independência econômica, autonomia econômica, não apenas jurídica e formal, e sobre o seu conteúdo.

Em relação à elaboração orçamentária, com certeza, a inclusão da despesa realizada mediante colocação direta de títulos. É claro que existem operações que são extraorçamentárias legitimamente: emissão de moeda, antecipação de receita orçamentária. Há, no máximo, as operações do Tesouro para rolagem de carteira para gestão de carteira para troca de prazos e taxas e as operações com o Banco Central. Você poderia até imaginar que não faz sentido essas daqui passarem pelo ritual orçamentário e pela informação orçamentária.

Agora, qualquer outro tipo de emissão de dívida pública, inclusive as que foram intensamente utilizadas nos últimos anos para fazer operações tipicamente fiscais, de fomento industrial de capitalização de empresas estatais, essas, ainda que não gerem caixa, devem ser, sim, colocadas sob a disciplina orçamentária.

O substitutivo coloca, também adequadamente, a obrigação de incorporar no Orçamento e de executar os fluxos financeiros que vêm do resultado do Banco Central, mas ele não tem, e nós também ainda não temos, uma solução para saber como compatibilizar resultados que são lucros contábeis do Banco Central, que vem de valorização de reservas, etc., com essa determinação legal de que esse fluxo seja financeiro. Então, ainda há aí alguma lacuna de regulamentação nessa caracterização das receitas e despesas decorrentes do resultado positivo ou negativo do Banco Central.

Com relação à execução provisória – no caso, foi levantada aqui a questão da não execução de lei orçamentária, da não aprovação de lei orçamentária –, é um grande avanço que ela seja colocada na lei permanente. Ela é crucial. Estados e Municípios, em geral, não têm essa regra e ficam desamparados quando isso não acontece. O artigo do substitutivo ainda tem algum tipo de imprecisão. A gente pode, depois, pensar em melhorar um pouco, colocar isso um pouco mais precisamente. Mas o substitutivo avança nesse sentido.

Em relação às reestimativas, usar só a receita prevista na LDO, é razoável. É razoável. Faz sentido. Não acredito, particularmente, que vá ter um grande efeito macroeconômico – esses valores não são tão grandes –, mas melhora a estrutura de incentivos. É positivo. O que, eventualmente, precisa ser colocado, ser considerado nisso é parametrizar essas estimativas. Ou seja, se a LDO é feita com um dólar a tanto, o dólar vai variar para cima e para baixo, o preço do petróleo vai variar para cima e para baixo. Aí não se trata de reestimativa discricionária ou arbitrária, mas, sim, de uma elevação da precisão. Então, faz sentido que a LDO coloque uma previsão de receitas, mas essa previsão, de alguma forma, é parametrizável por algumas variáveis: dólar, inflação, que, à época da apreciação da LOA, são mais conhecidas e mais precisas do que na época anterior. Então, essa seria, talvez, a única retificação que a gente poderia propor nesse ponto.

Em relação a mudar a competência da CMO, das comissões permanentes... Aí, claro, tudo que a gente fala de emenda e tramitação orçamentária está sempre numa linha cinzenta do que é iniciativa privativa legislativa, do que é por resolução e do que é por lei complementar. Eu acho que mudar competências de comissões, de alguma forma, estaria um pouquinho além dessa zona cinzenta. Não sou contra, no mérito, não. Acho razoável. Mas seria um pouco criar uma aresta naquilo que não é necessário.

O Sistema Nacional de Investimentos Públicos, o Banco de Projetos toca no essencial. Todas as regras do Banco de Projetos são razoáveis, positivas, um avanço. E ele toca no essencial, que é simplesmente fazer um Banco de Projetos, fazer um cadastro de obras. Isso é implementável. Ou seja, ninguém vai dizer que não há tecnologia para fazer um cadastro de obras. É um trabalho administrativo necessário, e o substitutivo tem

isso, o projeto já continha isso. Então, isso é um grande avanço. Há vários projetos aqui tramitando com essa finalidade específica. Então, isso traz, sim, algum tipo de avanço.

Ou seja, ninguém pode dizer que não há tecnologia para fazer um cadastro de obras. É um trabalho administrativo necessário, e o substitutivo tem isso, o projeto já continha isso. Então, isso é um grande avanço. Há vários projetos aqui tramitando com essa finalidade específica. Então, isso traz, sim, algum tipo de avanço.

Em termos de sugestão, há uma omissão no projeto, das propostas dos Poderes, discussões que sempre acontecem sobre o Judiciário. Há que se criar alguns critérios mais precisos para dizer o que pode ser alterado pelo Executivo na consolidação da proposta dos Poderes. Ou, mais do que isso, quando não houver na LDO parâmetros, quais seriam os parâmetros gerais para as propostas dos Poderes autônomos. Isso já foi problema na União. Nos Estados e Municípios, isso é um problema trágico, extremamente difícil.

Há alguns pequenos acréscimos em relação à modificação do Orçamento. O projeto tem, em parte, um limite. Ele coloca que a LDO pode alterar o limite em que a Lei Orçamentária permite ao Executivo fazer créditos suplementares, cancelar e ampliar dotações. É necessário, penso eu, fazer um limite incondicional. Eu levanto aí 25%, mas pode ser algum outro limite. Na União, isso não é problema; nos Estados e Municípios, é muito significativo. Os limites são fixados em valores muito altos, deixando ao Executivo a possibilidade de praticamente reescrever o Orçamento a seu talante.

Em relação à reserva de contingência, também, há uma sugestão de que a Lei de Responsabilidade Fiscal tem objetivos nítidos, riscos e eventos fiscais imprevistos, eventos fiscais contingenciados. Ela tem uma finalidade específica de imprevisibilidade da lei da reserva de contingência. Eu acho que seria importante. Não vejo o substitutivo contemplar essa restrição para a finalidade.

Por fim, alguma coisa que não é mais muito problema, mas que foi até há pouco tempo na União, a exigência de que seja demonstrada a imprevisibilidade do crédito extraordinário, para que não haja abuso desse instrumento.

Então, voltando àquilo que eu mencionei no início em relação à execução, é necessário, penso eu, a vedação clara ao uso da programação financeira do decreto de contingenciamento como o que ele hoje é, um instrumento de simplesmente *impoundment* ou contenção unilateral da despesa.

Existem regras. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece a limitação de movimentação e empenho, vinculada com pré-condições, com calendários, para a contenção fiscal em função da frustração de receitas ou elevação de despesas obrigatórias. Então, é preciso, penso eu, talvez, desenvolver esse mecanismo, mas, definitivamente, vedar ou retirar do ordenamento jurídico a possibilidade de uma alteração unilateral, de uma contenção unilateral discricionária por parte do Executivo, que gera imprevisibilidade e que gera mais desconfiança, em termos de resultado fiscal, do que essa suposta prudência fiscal que deveria demonstrar.

Já me encaminhando rapidamente para o final, eu acho que há uma fragilidade no núcleo dos procedimentos orçamentários, uma segregação clara no atual empenho do que é reserva de recursos orçamentários e do que é constituição da obrigação da União. De alguma maneira o Tollini mencionou... É preciso abrir o empenho e dizer o que é simplesmente um ato orçamentário de reservar os recursos, de reduzir as dotações disponíveis, e o que é o ato que gera a obrigação. No substitutivo, já se esboça alguma coisa nesse sentido, mas sem uma clareza, sem um corte taxativo.

Empenhado, liquidado. Despesa comprometida é aquilo que há obrigação... Houve a constituição de uma obrigação do beneficiário do crédito. Hoje, a regra do empenho permite que se faça qualquer coisa. "Ah, eu quero transferir para o Município". O Decreto nº 93.872 diz que, se houver interesse da União em manter o crédito, então se pode empenhar. Então, ao fim do exercício, o que foi gasto – eu acho que isso contribuiria muito para essa compatibilização orçamentário-financeira para a qual apontou o Secretário –, é registrado como despesa empenhada apenas aquilo que, efetivamente, constitui um direito do credor, sujeito ou não à prestação do serviço. Assim, nesse ponto, para você fazer isso, é preciso fazer vários incisos, uma descrição bastante detalhada.

Isso permitiria reduzir o que ele falou sobre restos a executar ou restos a fazer, que hoje estão se acumulando. Boa parte desse estoque de restos a pagar hoje é fictício, não é dívida, não é exigibilidade. Então, a inscrição em restos a pagar deve ser muito mais limitada, e aí o substitutivo vai até um certo ponto, mas não vai até o fim.

Uma outra ideia, uma outra proposição, a ideia de amarrar o restos a pagar, a inscrição, a disponibilidade de caixa por fonte é correta, é positiva. Uma outra amarração deveria ser, penso eu, a obrigatoriedade de que a reserva de contingência contemplasse o valor de todos os restos a pagar efetivamente inscritos. Isso seria uma forma de compatibilizar, de reduzir a discrepância entre a execução financeira e a execução orçamentária.

Claro que há um problema de estimativa. Ao fazer o orçamento, você não sabe exatamente quanto vai ser inscrito, mas, ao menos, a melhor estimativa possível dos restos a apagar pode estar como um acréscimo

na reserva de contingência para impedir que os recursos financeiros sejam utilizados como *float*, para impedir que os restos a pagar sejam utilizados como *float*, como são hoje. Ou seja, esses seriam aperfeiçoamentos pontuais a partir da estrutura do substitutivo.

Também, com relação à contabilidade, o substitutivo faz uma coisa bastante correta, que é delegar o máximo possível às normas técnicas de contabilidade, uma tecnologia está se desenvolvendo no mundo inteiro, de maneira bastante rápida, de maneira bastante extensa. É correto aqui ser minimalista em termos de regras legais.

Agora, é necessário que se fechem muitas brechas legais na evidenciação de resultados fiscais. Eu dou um exemplo, mas são vários. O mais importante é listar os ativos e passivos, receitas e despesas, em qualquer elaboração, seja contábil, seja de resultado fiscal, seja de desempenho, em função da liquidez medida em termos do prazo da maturidade do custo de oportunidade, que seria a liquidez em termos da maturidade da dívida pública mobiliária federal, listar obrigações em aberto, situações, passivos a descoberto.

Ou seja, há uma série de pequenas, pontuais e bastante práticas brechas que hoje a escrituração fiscal, orçamentária e contábil abre e que têm sido usadas para fazer contabilidade criativa em proporções significativas. Por exemplo, chamar, equivaler ou dar o mesmo tratamento, na escrituração contábil ou fiscal, da compra de reservas, chamar isso de uma despesa financeira – aquisição de reservas internacionais –, ou do empréstimo para o BNDES, TJLP mais 2%, com vencimento em 18 anos, que é um caso típico. São, evidentemente, ativos bastante diferentes em relação à liquidez, em relação à segurança, que hoje estão agregados em qualquer desses demonstrativos.

Então, é preciso, no âmbito da contabilidade, criar algumas restrições, algumas regras de evidenciação mais fortes.

Com relação ao último ponto, com relação ao controle, há vários tópicos. O projeto vai na direção muito correta, mas há uma pendência que é a transição governamental. De alguma forma, qual é a responsabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Dr. Fernando Moutinho, só peço que conclua a sua exposição, porque ainda temos o Dr. Marcos José Mendes e Senadores querendo fazer alguns apartes, para aproveitarmos bem o tempo. Há gente que ainda vai para o Conselho Monetário Nacional hoje.

O SR. FERNANDO MOUTINHO – Ou seja, um capítulo que regule as responsabilidades na transição entre um governante que entra e um governante que sai. Na União, não há problema, está muito bem regulamentado, mas nos Municípios é trágico.

Por fim, em relação à transparência, o projeto coloca, sim, um rol extenso de informações que têm que ser publicadas, mas é a oportunidade de enfrentar também a questão do sigilo tributário, do uso de recursos públicos mediante empréstimos com fundos oficiais ou incentivos fiscais. Basicamente, a ideia de que não se possa conceder esse tipo de benefício sem a anuência do beneficiário para que as informações relativas ao benefício sejam publicadas. Então, dessa maneira se garante que essa aplicação de recursos públicos terá necessária transparência sem modificar a legislação de sigilo bancário.

Agradeço a paciência e peço desculpas se excedi o tempo, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Dr. Fernando Moutinho.

Passo a palavra agora ao Dr. Marcos José Mendes, Consultor Legislativo do Senado Federal.

O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – Presidente Dalcídio, Senador Ferraço, Senador Jereissati, todos colegas presentes, em primeiro lugar, gostaria de dizer que, em 20 anos de Senado Federal, esse é um dos melhores projetos que eu já li. Eu gostaria de parabenizar a equipe do Senador Ferraço e do Senador Jereissati porque o projeto é muito bom, tecnicamente muito bem elaborado e muito oportuno.

O que eu gostaria de enfatizar aqui é ver qual é a finalidade desse projeto, para que ele serve e para que não serve.

O Secretário Dyogo mostrou aqui a preocupação dele com a rigidez da despesa, 90% da despesa é rígida. Esse projeto vai resolver isso? Não vai. O que vai resolver o problema da rigidez da despesa é uma reforma da Previdência, é uma reforma do sistema de reajuste do salário mínimo...

Foi dito que a despesa é pró-cíclica, que cresce com as receitas e que, na hora em que a receita cai, a despesa continua crescendo. Esse projeto vai resolver isso? Não vai. O que vai resolver isso é uma revisão das regras das despesas em saúde, educação e previdência social. São reformas profundas que precisamos enfrentar e que não é esse projeto que vai resolver.

O que esse projeto vai resolver? Esse projeto vai acabar com o velho bordão de que o Orçamento no Brasil é uma peça de ficção.

Por que se diz que o Orçamento no Brasil é uma peça de ficção? Porque a estimativa da receita do Orçamento, que é o principal parâmetro do Orçamento, quanto dinheiro nós temos para gastar num ano, é uma brincadeira. Vem uma receita X, já superestimada, o Congresso joga para X mais Y, superestimando ainda mais. E isso tem sido conveniente para os dois lados. Tem sido conveniente para o Congresso porque o Congresso consegue, ao superestimar a receita, colocar mais despesas do seu interesse e tem sido conveniente para o Executivo porque dá uma desculpa para o Executivo contingenciar a despesa e de, na hora de contingenciar, escolher o que quer contingenciar e em que quer gastar. Ao fazer isso, o Executivo distorce totalmente o processo orçamentário. O processo orçamentário do lado da despesa é a fixação das prioridades nacionais. Quando o Executivo fala o que vai e o que não vai, ele transforma em prioridades dele o que seria prioridade nacional.

Então, esse projeto é fundamental ao criar uma regra crível e bem amarrada de estimativa da receita. Ao fazer isso, ele reduz essa possibilidade de o Orçamento ser uma peça de ficção.

O outro motivo pelo qual o Orçamento é chamado de peça de ficção é a forma como lidamos com o investimento público, que parece uma piada. Quando você vai fazer uma ponte no Brasil hoje, e essa ponte dura cinco anos para ser construída, o gestor da obra de construção dessa ponte vai ter que lutar durante cinco anos para botar o orçamento lá. No primeiro ano ele tem um orçamento e faz a fundação da ponte. No segundo ano ele tem um orçamento e faz as alças de acesso à ponte. No terceiro ano ele descobre que tiraram o orçamento dele para começar outra obra. E a obra da ponte fica pelo meio do caminho. E não é por outro motivo que temos, no Brasil, obras inacabadas, obras que estouram seus orçamentos, obras que, em vez de durarem três anos, duram sete anos.

Então, na hora em que você cria o Sistema Nacional de Investimento Público... O que é esse sistema? Ele começa no processo de elaboração do projeto, que é outro problema que temos. Nós começamos obras só com projeto básico. Na hora em que se vai transformar esse projeto básico em projeto executivo, durante a obra, a empreiteira descobre que aquele projeto básico está malfeito. Aí, precisa de um aditivo, o custo aumenta. Então, esse Sistema Nacional de Investimento Público começa com a seguinte regra: só entra no banco quem tiver o projeto executivo pronto. Você cria um *pipeline* de projetos, uma ordem de projetos. Obviamente, trocou o governo, pode trocar a ordem desses projetos, mas só pode executar aquilo que está dentro do banco de ordem. Bota ordem na história.

O Secretário Tarcísio afirmou aqui que isso pode aumentar a rigidez do Orçamento ao fazer com que se obrigue a execução de tal investimento. Ninguém está obrigando a execução de investimento nenhum. Só se está dizendo o seguinte: como os investimentos que estão aqui são esses e a receita já está tolhida e evidentemente limitada para um processo coerente de estimativa da receita, só vai se fazer obra para a qual haja dinheiro, em vez de se fazer o que se faz hoje, de, no meio da obra, cortar porque precisa contingenciar e largar o investimento malfeito pelo meio do caminho.

O terceiro ponto que me parece muito importante nesse projeto é que ele cria um horizonte de médio prazo. Hoje, respiramos a curto prazo na execução do Orçamento. É contingenciamento em cima de contingenciamento, e não se consegue olhar 2016, 2017. O que se está propondo aqui é um plano de médio prazo em que se delimite claramente o espaço fiscal. O que é o espaço fiscal? Dado que já comprometi meus recursos com a despesa rígida A, com a despesa rígida B e com a despesa rígida C, só me sobrou essa quantidade de dinheiro. E, com essa quantidade de dinheiro, o que posso fazer são esses três projetos. Acaba essa história de botar um monte de projetos e, depois, correr no Ministério para tentar viabilizar o meu projeto em detrimento do projeto do outro, o que tira a transparência do Orçamento. Ninguém sabe o que vai ser executado e o que não vai ser executado.

Por fim, existem importantes modernizações nos instrumentos de contabilidade e de controle e um salutar mecanismo de prevenir o excesso de empenho de despesas que geram restos a pagar abusivos. E cria-se um orçamento paralelo, que foi expressão usada pelo Secretário Tarcísio.

Então, temos que ver esse projeto dentro do universo em que ele pode trabalhar. Ele não vai resolver o problema fiscal brasileiro, que é grave. Nós estamos num modelo fiscal que está falido. Nós precisamos fazer uma reforma da Previdência. Nós precisamos resolver o problema do salário mínimo. Nós precisamos resolver o problema da despesa obrigatória. Mas nada disso vai ser resolvido por esse projeto. Esse projeto trata do processo orçamentário. Tem detalhes a ajustar? O colega Moutinho aqui mostrou vários detalhes, mas, do ponto de vista geral, acho que é esse o quadro.

Aí, termino discordando da opinião que foi aqui colocada de que a 4.320 já é suficiente, junto com a Lei de Responsabilidade Fiscal, para nos garantir um orçamento que não seja de ficção. Acredito que não. Nós temos que, principalmente na questão da estimativa da receita, mudar o ordenamento e criar, claramente, uma nova cultura e uma nova regra.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Dr. Marcos José Mendes.

Agora, abro a palavra aos Senadores Ferraço e Tasso. E há um inscrito aqui que está nos acompanhando também, o Dr. Joaquim de Alencar Bezerra Filho.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Tasso, na condição de autor, a preferência é de V. Ex^a, até porque antiguidade é posto.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Só dá precedência quem pode.

Eu ouvi aqui com muita atenção quatro exposições bastante relevantes, enfocando diferentes aspectos de um projeto bastante complexo, com algumas opiniões divergentes aqui e ali, mas, fundamentalmente, eu também tenho uma discordância fundamental do Tarcísio Godoy quanto à não necessidade de uma nova proposta de lei orçamentária, até porque nós estamos vivendo, neste ano, um caso típico de orçamento fictício, uma receita que não existiu, não existirá, e não entendo como ela foi prevista desse tamanho, já que a redução da economia era visível e a consequente redução de receita também. Enfim, são os consequentes e recorrentes problemas que a gente tem tido na lei orçamentária e na execução da lei orçamentária. Nós, Senadores, Deputados, que lidamos com prefeitos, conhecemos essa corrida constante aos ministérios atrás de verbas que foram prometidas, entre aspas, e não pagas, que obrigam a uma verdadeira peregrinação de gente a Brasília.

Mas o que eu quero dizer, fundamentalmente, Senador Ferraço, Senador Amaral e senhores palestrantes, é que esse projeto não tem nenhum... Acho que o Ferraço já disse isso aqui com muita propriedade, mas o que eu queria enfatizar é que nós estamos querendo fazer aqui uma discussão conjunta envolvendo as nossas consultorias, as experiências parlamentares, o Executivo federal, através da Fazenda e através do Planejamento, e os Executivos estaduais, a fim de que nós possamos, usando as experiências acumuladas, fazer aquilo que possa ser melhor para aprimorar um sistema que, evidentemente – e esta é a grande discordância que eu tenho –, tem evidenciado falhas graves ao longo dos últimos anos. Não há aqui nenhum caráter partidário, político ou ideológico, é, exclusivamente, uma contribuição que nós pretendemos dar, sob a presidência do nosso Senador Delcídio do Amaral, ao País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Tasso. Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Delcídio, primeiro, cumprimento e agradeco a V. Ex^a por, na condição de nosso Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, se esforçar para que nós pudéssemos estar aqui hoje discutindo um tema como esse, que, como disse o Senador Tasso, não é um tema que está sendo pensado, apresentado ou sugerido para a circunstância ou a conjuntura que o País está atravessando. Tampouco é um projeto endereçado a qualquer tipo de conjuntura, até porque ele foi apresentado em 2009. Nós o estamos retomando porque entendemos a necessidade de nós aperfeiçoarmos o marco legal. Eu não acredito que a gente vá encontrar alguém no Brasil que possa defender que Lei nº 4.320 está em linha com as necessidades de organização do mundo. Trata-se de uma lei que foi feita em 1964, salvo melhor juízo. De lá para cá, tudo mudou, inclusive nós, que ficamos mais velhos, não é, Delcídio? Eu acho que, naquela época, você não tinha os cabelos brancos que tem agora. Tudo mudou. O mundo mudou. Mudou a vida. Em maior ou menor escala, os governos, no plural, de uma forma geral, adoram orçamento fictício, como o Dr. Marcos Mendes disse aqui. Não é apenas este Governo. Uns usam mais, uns usam menos, uns são mais criativos, outros são menos criativos, uns “pedalam” mais, outros “pedalam” menos... É verdade que a conjuntura agora está além do limite que qualquer um de nós poderia imaginar. Agora, vamos ser sinceros: não há “pedalada” maior do que os chamados restos a pagar que os orçamentos estão carregando desde 2010, 2011. O total de restos a pagar, neste momento, deve ultrapassar R\$350 bilhões. O que é que é isso? Onde é que inventaram esse negócio de restos a pagar? Isso é jabuticaba.

Então, o nosso sentido aqui é ver se a gente faz uma coisa em conjunto. As nossas diferenças não são tão grandes, nos conceitos, nos princípios, nos valores... O que nós precisamos é ter, primeiro, um diagnóstico correto e fazer um nivelamento em torno desse diagnóstico.

É possível ficar como está? Que legado nós podemos produzir para que outros governos, em outras épocas... Até porque há uma fase de transição que pode passar por ajustes.

Eu não estava aqui, mas parece que o Dr. Tarcísio falou que talvez os Municípios não tenham capacidade de fazer banco de projetos. Nós estamos estabelecendo isso para Municípios com mais de 200 mil habitantes. Os Municípios com mais de 200 mil habitantes que não se organizarem para esse tipo de tarefa estarão fadados à desorganização. Vamos ser sinceros: o povo brasileiro não vai aguentar por muito tempo mais conviver com uma carga tributária dessa dimensão, com serviços dessa qualidade que, vamos ser sinceros, todos nós estamos oferecendo à população brasileira. Quando falo “nós”, refiro-me inclusive ao Congresso brasileiro. Nós estamos na mesma toada, nós estamos do mesmo lado.

É possível repensarmos essa estrutura de planejamento, de organização? Esse é o sentido da Comissão de Assuntos Econômicos. A minha expectativa é de que, após esta comissão, Senador Delcídio, a nossa proposta esteja posta. Ela nasce de um extraordinário projeto apresentado pelo Senador Tasso Jereissati, que, em algum momento, pelo tempo, nós aperfeiçoamos, nós trouxemos para o mundo de hoje e está posto na mesa.

Nós gostaríamos que o Governo pudesse olhar para esse projeto, fazer uma crítica, e que nós pudéssemos constituir, quem sabe, um grupo de trabalho, formado pelos nossos técnicos do Senado e da Câmara e pelos técnicos do Planejamento e da Fazenda, para que, num prazo, nós pudéssemos trazer esse debate para a discussão na Comissão de Assuntos Econômicos, porque um tema como esse só evolui numa Casa como o Senado se for dentro de um entendimento, e nós estamos abertos a esse entendimento e, muito mais que abertos, nós precisamos dele. Agora, nós precisamos olhar para a vida como ela é, não como nós gostaríamos que ela fosse. A nossa vida pública no Brasil está muito desorganizada e precisa envergonhar a nós todos no coletivo, porque nós não estamos justificando o Estado brasileiro. O Estado brasileiro tem dívidas com a sociedade.

Nós não estamos aqui propondo que esse projeto tampouco seja uma bala de prata para a conjuntura fiscal. Não é isso. Nós estamos propondo uma outra forma de organizarmos as nossas finanças públicas, os nossos planos plurianuais, a LDO, o orçamento e assim por diante. Nós gostaríamos era de convidá-los – se fosse possível, eu gostaria de convocá-los, mas não posso – para que nós pudéssemos trabalhar juntos, sob a coordenação do nosso Presidente Delcídio, e constituir um grupo de trabalho, em que os senhores pudessem fazer uma crítica contundente e em que nós pudéssemos sentar à mesa para ver o que é possível fazer para avançar.

A única certeza que eu tenho, Sr. Presidente, é que nós não temos o direito de continuarmos como estamos, porque nós estamos muito mal, todos, inclusive o Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado.

Eu vou passar a palavra ao Dr. Tarcísio, ao Dr. Dyogo e, depois, aos demais convidados também, se quiserem fazer algum comentário sobre as observações feitas pelo Senador Tasso e pelo Senador Ferraço. Estamos absolutamente à disposição.

Dr. Tarcísio.

O SR. TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY – Inicialmente, só para enfatizar que talvez eu tenha me expressado mal ao dizer que a 4.320 seja suficiente para podermos atingir todos os nossos objetivos. Na verdade, o que eu quis dizer é que você já tem um arcabouço institucional que poderia fazer com que, fazendo maior exercício das ferramentas que ele já nos dispõe, possamos estar numa situação melhor. Mas eu comecei dizendo e enaltecendo a iniciativa, porque é lógico que cabem aprimoramentos, notadamente na questão de restos a pagar, notadamente nos conceitos referentes à realização da receita e à classificação da despesa... Quer dizer, a despesa hoje é lançada por competência, quando você empenha, e a receita é caixa. Então, eu queria dizer que o Ministério da Fazenda está absolutamente alinhado com a necessidade de nós aprimorarmos, e eu recebo esse projeto como um belo início, não início, mas já em estado bem avançado, para que possamos fazer as contribuições necessárias. A Lei nº 4.320 nasceu antes de mim, alguns dias, mas antes de mim. Então, se já me sinto na necessidade de me atualizar, imagina a lei anterior ao meu nascimento.

Só quero deixar este registro e para não ficar nenhum tipo de dúvida quanto à necessidade óbvia de ter um aprimoramento. Contudo, simplesmente abandonar um arcabouço que temos, que já é forte, talvez não o suficiente, mas já é forte, e começar a desenhar outro arcabouço sem exercitar ferramentas importantes que esse nosso arcabouço já tem... Citei aqui a LRF, arts. 14, 15, 16 e 17, que dizem que você não pode aumentar despesa sem indicar a origem da receita, mas continuamos aumentando a despesa sem... Não adianta nada termos uma lei bem escrita se não exercitarmos a execução dela.

Só quero deixar este ponto e, novamente, parabenizar o Senador Tasso e o Senador Ferraço pela iniciativa, que é muito bem-vinda, como não poderia deixar de ser.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra o Dr. Dyogo.

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Acho que a nossa disposição para o debate e para o avanço nessa matéria é total. Vejo que sempre podemos melhorar e avançar.

O ponto que eu queria ressaltar... Claro que toda mesa tem que ter um pouquinho de polêmica, para não ficar parecendo jogo combinado. O ponto que eu trouxe... É claro que não é esse projeto que vai resolver o problema da Previdência ou os outros problemas das despesas obrigatórias. Esse não é o ponto. O ponto é o diagnóstico.

De um lado, fala-se de aumentar a impositividade do orçamento, que tem que ser tudo impositivo. O orçamento já é noventa e alguma coisa impositivo. O gestor do orçamento público do Brasil gerencia menos de 10% do orçamento. Até onde mais podemos avançar na impositividade do orçamento sem tornar desne-

cessário o gestor? Chegaremos a um ponto em que não precisaremos de gestor, pois já estará tudo previsto na lei passada. Não se precisará de mais ninguém, de ministro da Fazenda, de ministro do Planejamento...

A pergunta é esta: qual o sentido desse avanço? O que significa avançar nessa matéria? É aquilo que mencionei. Não é por acaso que a Lei nº 4.320 está aí há 50 anos. É porque ela não se fixou em questões particulares, em questões cotidianas, mas se fixou nos grandes conceitos, nos grandes marcos legais necessários para a execução, onde, a meu ver, há grande espaço. Há conceitos que precisam ser melhor compatibilizados, a organização do processo precisa ser melhorada, há a necessidade de melhor balizar os parâmetros utilizados no orçamento. Como se define a receita? Como se definem as estimativas de despesa? Há necessidade – no que concordo –, por exemplo, de previsibilidade da despesa. Isso é um tema que temos debatido internamente no Governo.

Quando começamos, em janeiro, a olhar essa questão, uma das perguntas que fazíamos era: quanto falta empenhar? Quanto os ministérios tem que estar pronto, que será empenhado na semana que vem? Quer dizer, há uma falta de informação sobre isso. O que já está comprometido do orçamento? Sei o que já está empenhado, mas não sei o que já está comprometido. Tenho um projeto que tem uma previsão de execução, mas isso hoje não está disponível. É fato. Isso é um ponto que precisamos avançar, e há espaço para avançar.

O que nós trazemos, a título de contribuição para o debate, é que o sentido desse processo não pode ser o sentido de engessar, enrijecer e dificultar ainda mais a gestão fiscal. O gestor brasileiro, hoje... E isso não é um problema do Executivo federal, mas um problema de todos os Executivos no Brasil... Um dia desses – a frase não é minha, mas vou repeti-la –, o governador de Estado se transformou num ordenador de despesa. O orçamento vem para ele e já está todo amarrado: ele paga salário, paga transferência, paga umas coisas e administra lá, assim como a gente, 5% ou 10% do orçamento. É o que ele administra.

Então, o ponto que trazemos, a título de aquecer um pouquinho o debate, é o de que o sentido dessa discussão não pode ser o sentido de querer colocar numa norma geral temas que são cotidianos, temas que são do dia a dia da execução, da gestão orçamentária, da gestão fiscal.

O nosso sentido é de que essa lei tem avanços importantes para fazer, mas nesse aspecto de melhorar o processo, melhorar a gestão, melhorar os instrumentos. E esse ponto que o Tarcísio coloca é fundamental: temos que exercitar também mais os instrumentos já disponíveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Dr. Dyogo.

Com a palavra o Dr. Hélio Tollini.

O SR. HÉLIO TOLLINI – Obrigado, Senador.

Acho que é importante ter como compreensão desse projeto que ele busca o orçamento realista no sentido... Existem duas interpretações para orçamento realista: há gente que fala que o orçamento realista é aquele em que todos os gastos que os Poderes precisam exercer estão previstos na Lei Orçamentária... A interpretação mais moderna de orçamento realista é a de que o orçamento reflete a real capacidade de realizar gastos do Estado.

Então, quando eu falo no orçamento realista, eu falo nessa segunda visão. O nosso projeto faz uma coisa muito importante: antecipa a realidade para os Poderes. Hoje, com o processo que temos, com contingenciamento, o orçamento é feito de uma forma fictícia, tem muito mais receitas e despesas do que poderia, e o processo de contingenciamento se dá ao longo do ano. O primeiro contingenciamento é um primeiro choque de realidade, mas a realidade plena só se dá próxima ao final do ano da execução. O ano de 2014 foi um exemplo disso. A realidade só aconteceu em novembro. O choque, a capacidade real do Estado só se tornou pública e evidente no final do ano.

O que a gente está propondo é que, desde o projeto de lei, na verdade, desde a LDO do ano anterior, esses instrumentos todos do processo de gestão sejam feitos dentro de uma realidade definida. Então, eu quero fazer uma LDO com uma receita realista, quero fazer um orçamento com uma despesa e uma receita realistas, e, depois, a minha execução vai ser em cima daquela realidade. Ou seja, a gente precisa perceber que o que está sendo proposto aqui é quase que uma eliminação do contingenciamento. O contingenciamento vai passar a ser marginal dentro dessa proposta. Ele vai ocorrer naquelas situações em que a receita não se realizar ou, por uma ou outra razão, que a receita acabe sendo pouco acima do que estava orçado. Aí, sim, vou precisar do contingenciamento.

Fora isso, não havendo essas duas excepcionalidades, a tendência é de o contingenciamento ser mínimo, marginal. Portanto, a discussão de se eu vou entrar no esquema americano, em que o Executivo tem que solicitar ao Congresso a diminuição das despesas que ele não vai fazer, essa burocracia toda que eles têm lá nos Estados Unidos, nós temos que pensar se vale a pena trazer isso para o Brasil ou não. Eu acho que, se a gente conseguir fazer o contingenciamento ser marginal, nós estaremos conseguindo um grande ganho na nossa

gestão fiscal, como o Secretário estava dizendo. Passo a trabalhar com a realidade desde o ano anterior e evito toda essa problemática que nós temos aqui.

Só para complementar, eu gostaria de dizer, na linha do que o Senador Ferraço estava dizendo, que a equipe que trabalhou nesse projeto era, basicamente, a equipe do Congresso. Nós evitamos consultar, de propósito, os técnicos do Executivo, até para não tirar a liberdade deles de crítica. Nós achamos importante que os técnicos do Executivo, em algum momento, analisem esse projeto e critiquem, até porque ninguém aqui tem a pretensão de achar que sabe tudo e que isso está perfeito. Na verdade, é exatamente o contrário: existem diversos assuntos, diversos temas, e quem conhece a realidade melhor do que a gente são as pessoas que estão lá na ponta, fazendo. Um exemplo talvez seja a questão dos fundos.

Então, o que a gente precisa hoje, quer dizer, dentro das ideias que estão colocadas, a gente precisa somar críticas ao que está colocado aí, e isto só acontece se o Executivo, Fazenda e Planejamento se engajarem verdadeiramente nesse processo de avaliação, que é o que eu espero que possa vir a acontecer em algum momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Dr. Hélio Tollini. Dr. Moutinho e Dr. Marcos José Mendes.

O SR. FERNANDO MOUTINHO – Muito obrigado.

Muito rapidamente, quero reforçar, primeiro, o que o Tollini, o Senador Ferraço e o Senador Tasso já disseram. Esse projeto não é um projeto dessa natureza e, da maneira como está, tem potencial para ser isso. Ele não é um instrumento partidário, ele é um instrumento de Governo. Então, ele vai adiante. Vai romper essas várias constelações de interesses em prol do *status quo*, na medida em que o Executivo o enxergar como alguma coisa, como instrumento útil – vier para o barco – e o enxergar como instrumento útil para si. E me parece que está muito claro, até nas diferentes avaliações, que a previsibilidade, o contingenciamento hoje se vê como um mal menor. Exatamente, a noção de orçamento completamente impositivo significa previsibilidade dos mecanismos de contenção fiscal ou de prudência fiscal, o que o art. 9º da LRF tentou fazer.

Ainda está muito genérico e não conseguiu desenvolver alguma coisa nessa linha para que se consiga absorver a previsibilidade, passar informação para o mercado, passar credibilidade em relação à condução da política fiscal de uma maneira muito mais robusta do que essas tentativas de sucessivos e discricionários contingenciamentos hoje fazem. Quer dizer, esse seria, talvez, o coroamento ou o essencial no desenvolvimento desses projetos, o essencial desses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Dr. Marcos Mendes.

O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – Muito obrigado.

Esse projeto não sai se não houver um trabalho conjunto com o Executivo. E eu acho que nós poderíamos começar esse trabalho conjunto explorando em que pontos o projeto, efetivamente, engessa o processo. Eu não consigo ver isso no projeto. Então, se nós pudéssemos explorar junto à Fazenda e ao Planejamento onde engessa e pudermos desengessar cada um desses pontos, acho que é um ponto inicial bastante interessante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Tasso e Senador Ferraço, alguma observação?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Apenas recomendar, sugerir a V. Exª, na condição de nosso Presidente, que V. Exª pudesse, quem sabe, constituir, talvez informalmente, um grupo de trabalho com prazo determinado para que nós possamos, a partir da avaliação crítica, que é muito importante dos quadros do Poder Executivo, voltar a conversar em outra data, e, a partir dessa negociação, desse entendimento, marcarmos para pautar o projeto só após a construção dessa convergência. Acho que não há ninguém melhor que V. Exª para continuar nos conduzindo nessa direção, Presidente Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O combalido Presidente.

A ressaca de ontem ainda é grande.

Essa proposta é muito razoável. Vou conversar com o Planejamento e com a Fazenda para que organizemos um pequeno grupo, junto com os Consultores do Senado e da Câmara, para apresentarmos uma proposta a ser discutida e votada na Comissão de Assuntos Econômicos.

É um projeto extremamente relevante o tema orçamento, responsabilidade fiscal. São temas recorrentes, temas que têm sido discutidos à exaustão principalmente nos últimos meses, e que, portanto, exigem uma atenção especial da Comissão de Assuntos Econômicos.

E, mais uma vez, quero registrar, Senador Ferraço, Senador Tasso e demais Senadores e Senadoras, que hoje estamos num dia um pouco atípico. Quero pedir desculpas aos convidados porque está difícil colocar Se-

nador nas comissões. Praticamente suspendemos todas as comissões permanentes de hoje pela manhã, mas a dificuldade ainda persiste agora à tarde.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Apenas para desengargalo de consciência, como há uma audiência pública programada para ouvirmos aqui os nossos Estados sobre a crise conjuntural deles, pergunto se já há data programada para essa audiência pública em que ouviríamos os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Nós já demos publicidade a todas aquelas agendas referentes aos requerimentos que aqui aprovamos. Vamos consultar os universitários, porque nós não achamos por enquanto na tabela que distribuimos.

Eu só queria fazer um registro, se os Senadores concordarem...

Está aqui o Dr. Joaquim de Alencar Bezerra Filho, Coordenador Adjunto da Câmara de Desenvolvimento Institucional do Conselho Federal de Contabilidade.

Dr. Joaquim, onde V. S^a se encontra?

O SR. JOAQUIM DE ALENCAR BEZERRA FILHO (*Fora do microfone.*) – Aqui, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Ele também pediu a palavra.

Dr. Joaquim, nós estamos em um ambiente democrático, e as sugestões de V. S^a são muito bem-vindas. Por favor.

O SR. JOAQUIM DE ALENCAR BEZERRA FILHO – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Só não pode acostumar, para depois querer ser Senador.

O SR. JOAQUIM DE ALENCAR BEZERRA FILHO – Obrigado, Senador Delcídio.

Quero cumprimentar os membros da Mesa – Dr. Tarcísio Godoy, Dr. Dyogo Oliveira, Dr. Hélio Tollini, Dr. Fernando Moutinho e Dr. Marcos Mendes – e dizer, Senadores, que é uma alegria muito grande, como representante aqui do órgão maior da contabilidade brasileira, do Conselho Federal de Contabilidade, ver que trazem à tona a discussão de uma matéria que gera ansiedade em nós, uma discussão macro.

Parabenizo o Senador Tasso Jereissati e o Senador Ferraço por assumirem o desafio de revisar essa norma, essa lei, que já passa dos seus 50 anos, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, que já passa também dos seus 15 anos, ambas importantíssimas desde a sua construção: a Lei nº 4.320 era extramente avançada para a época e a Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe o controle, a transparência e a necessidade de melhorar o gasto público.

Quero parabenizar também a equipe técnica da assessoria, que conduziu muito bem a elaboração dessa proposta, desse PLS.

Mas, diante de todo esse avanço que vemos e com todo o avanço orçamentário, com todo o avanço financeiro que a lei traz, nós entendemos também que há uma necessidade de avançar do ponto de vista da contabilidade patrimonial e da contabilidade pública, de que trata o Título VI, Capítulo III, da proposta de lei.

Eu preciso fazer um registro, Senadores, do trabalho que o Conselho Federal de Contabilidade tem feito nesse processo de harmonização das normas internacionais. Como foi citado pelo Dr. Tollini, há a necessidade de se fazer a convergência desse processo internacional.

O Conselho de Contabilidade, através da Lei nº 11.638, de 2007, fez o processo de convergência das normas internacionais aplicadas ao setor privado juntamente com o CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis, fez, juntamente com o Ibracon, a convergência das normas de auditoria no Brasil, aliando ao que se discute internacionalmente, e vem discutindo, desde 2006, com um grupo assessor junto à STN do Ministério da Fazenda, todo esse processo de normatização da contabilidade pública e, sobretudo, o processo de convergência e tradução dessas normas, das normas internacionais.

Disso derivou a Portaria nº 184 do Ministério da Fazenda, que exatamente dá condição à Secretaria do Tesouro Nacional e ao Conselho Federal de Contabilidade de, juntos, praticarem a implantação dessas normas brasileiras de contabilidade do aspecto patrimonial e da contabilidade como um todo, sendo o Conselho Federal de Contabilidade o órgão normatizador e a STN o órgão de onde vão derivar os procedimentos dessas normas contábeis.

Não obstante, em 2010, a Lei nº 12.249, que alterou o nosso decreto-lei, o decreto que cria a profissão de contador, nos deu o poder de normatizar a profissão no Brasil. E é isso que nos traz aqui à nossa principal manifestação: como o PLS foi elaborado em 2009 e vem ser trazido à discussão agora, na atualidade, nós entendemos que há necessidade de rever algumas nomenclaturas, algumas participações do que trata da Contabilidade, sobretudo – não vai caber a nós fazer aqui uma digressão sobre cada artigo, mas já coloco o Conselho Federal de Contabilidade à disposição do Senado, à disposição do Congresso para compor, inclusive, esse comitê técnico e discutir em conjunto com o Poder Executivo e o Legislativo a parte que toca a contabilidade como um todo –, sobretudo os arts. 88 e 89, que falam da normatização da contabilidade no setor público, que colocam ao conselho gestor fiscal – esse conselho gestor fiscal já é previsto desde a Lei de Responsabilidade

Fiscal, da Lei Complementar nº 101, mas, infelizmente, nunca foi implantado definitivamente – essa missão de normatizar a contabilidade pública no âmbito da União. Na verdade, essa é uma missão que hoje já é desenvolvida pelo Conselho Federal de Contabilidade, em parceria com o STN.

Não obstante as dez normas elaboradas, em 2010 foi editada a décima primeira norma, que é a que trata do sistema de custos na Administração Pública, hoje já totalmente debatida, que está inserida nesse Projeto de Lei, mas que merece uma discussão mais ampla.

Portanto, quero dizer aos senhores que o Conselho Federal, hoje, tem uma estrutura nacional e internacional. São mais de cinco membros que participam do Ifac e do Iasb. Iasb e Ifac são os dois instrumentos internacionais que emitem as normas contábeis da área comercial e da área pública. Na área pública, é o Dr. Leonardo, que é membro do STN, que faz parte do Comitê pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Coloco que, diante dessa missão, queremos nos somar, essa instituição que é a normatizadora da profissão contábil no Brasil, colocando-nos à disposição para debatermos juntos, sobretudo no que compete aos arts. 88 a 102, que é o tema da contabilidade pública efetivamente tratada na lei.

Então, mais uma vez, quero parabenizá-lo e agradecer a V. Ex^a por permitir, neste ato democrático, nos manifestarmos e nos colocarmos à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Dr. Joaquim de Alencar Bezerra Filho.

Sem dúvida alguma, o Conselho Federal de Contabilidade é uma instituição muito respeitada e de extrema relevância no nosso País. Portanto, vamos contar com o apoio de V. S^a e de sua equipe. Sem sombra de dúvida, isso só enriquece este debate.

Eu queria propor ao Senador Tasso e ao Senador Ferraço... Vamos estabelecer um prazo de 30 dias, no máximo. Ou seja, vamos trabalhar nesse texto com tranquilidade ao longo desses próximos 30 dias, meu caro Tarcísio, meu caro Dyogo, para apresentar, na primeira reunião deliberativa de novembro, a proposta relativa a esse entendimento que o Senado, através da Comissão de Assuntos Econômicos, e o Governo irão produzir, para que isso venha a ser votado aqui, na CAE. Se os Senadores estiverem de acordo, vamos buscar essa meta.

Eu só queria registrar, respondendo ao Senador Ferraço, que a audiência estava marcada para o dia 7 de outubro, às 14h. Para o mesmo dia estava marcada uma outra audiência, sobre a famosa Ferrovia Transcontinental. Seria uma audiência pública com a Comissão de Relações Exteriores, de que V. Ex^{as} também são membros titulares. Mas, como pediram a suspensão, vou agendar para as 9h30...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – A Transcontinental passará das 3h da madrugada. Está todo mundo sonhando com...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Então, como foi suspensa esta audiência... Depois, eu queria, quando houver um tempo, fazer uma discussão sobre essa Transcontinental e um novo canal na América Central, que, na verdade, acho que está implícito nessa proposta. É uma discussão... Passa lá pela América Central...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Estão fazendo o Brasil de besta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – ... mais um canal, que não é o do Panamá, mas é um outro que passa, também, que cruza a América Central. Portanto, nós vamos marcar para as 9h30 da manhã do dia 7 de outubro a audiência pública sobre a crise financeira dos Estados, do Requerimento nº 31, de 2015, do Senador Ricardo Ferraço.

Só para esclarecer aqui, no dia 29, nós vamos ter uma audiência pública “A Lei Emergencial de Controle Orçamentário”, Requerimento nº 32/2013, de autoria do Senador Fernando Bezerra.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião e agradeço a presença de todos vocês. Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 15 minutos.)

ATA DA 25ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 9 DE JULHO DE 2015.

Às oito horas e três minutos do dia nove de julho de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Waldemir Moka, Dário Berger, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Blairo Maggi e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Delcídio do Amaral, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Lúcia Vânia e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, por solicitação do Senador Acir Gurgacz e anuência do Plenário da Comissão, procede à deliberação dos seguintes requerimentos: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 48, DE 2015 – EMENTA: Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, com a finalidade de debater a regularização fundiária, o desenvolvimento da agricultura familiar e do associativismo no município de Porto Velho-RO, a ser realizada no dia 28 de agosto de 2015, às 13 horas em Porto Velho, com a presença de representantes das seguintes entidades: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; Associações de Produtores Rurais do município de Porto Velho. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 2: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 49, DE 2015 – EMENTA: Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária na cidade de Belém, Estado do Pará, no dia 18 de setembro de 2015, no âmbito do III Festival Internacional do Cacau e Chocolate da Amazônia, com o tema “Análises e informações acerca do panorama da cacauicultura, especialmente no que tange à sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, sistema de armazenamento, comercialização, proteção do meio ambiente e sistema tributário”. Para tanto sugere a participação dos seguintes convidados: Sr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará; Sr. Adnan Damachki, Secretário de Desenvolvimento Econômico do Pará; Sr. Hildegardo Nunes, Secretário de desenvolvimento Agropecuário e de Pesca do Pará; Sr. Helinton José Rocha, Diretor-Geral da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC; Sr. Guilherme de Castro Moura, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau – MAPA; Sr. Carlos Fernandes Xavier, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará – Faepa; Sr. Walter Tegani - Secretário-Executivo da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau – AIPC; Sr. Sueo Numazawa, Reitor da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Medicilândia. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 3: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 47, DE 2015 – EMENTA: Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, e no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destinada a debater a respeito da “Demarcação de Terras Indígenas”. Para tanto, que seja convocado a comparecer a esta Comissão Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado de Justiça José Eduardo Cardozo. Autoria: Senador Waldemir Moka. Resultado: Retirado pelo autor, Senador Waldemir Moka. Encerrada a deliberação, a Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento nº 41, de 2014, de autoria do Senador Ruben Figueiró, apresentado como conclusão do Parecer da CRA sobre o Aviso nº 74/2014 - que encaminha cópia do Acórdão nº 2174/2014 - TCU - Plenário, proferido nos autos do processo TC 015.563/2012-0, referente a indícios de irregularidades ocorridas na Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná, relacionadas com a estruturação de assentamentos da reforma agrária e apuradas na execução da auditoria sob o registro Fiscalis 690/2011, que tem por finalidade debater o Programa Nacional de Reforma Agrária em nível nacional, especialmente a ocupação irregular de lotes; a situação dos assentados com relação à questão ambiental e a aptidão produtiva dos imóveis destinados à reforma agrária e viabilidade dos assentamentos no País, com o intuito de buscar alternativas para o aprimoramento desse processo, com a participação do Sr. Ricardo Santa Ritta - Assessor Especial da Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (representante de: Kátia Abreu, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA); Sr. Fernando Rodrigues Leite - Diretor da 2ª Diretoria da Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente - TCU; Sr. Nilton Bezerra Guedes - Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Paraná – INCRA (representante de: Patrus Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário - MDA). Os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Donizeti Nogueira e Ana Amélia fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e um minuto, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão

de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA

PRESIDENTE DA CRA

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A reunião de hoje destina-se à audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 41, de 2014, de autoria do Senador Ruben Figueiró, aprovado como conclusão do parecer da CRA sobre o Aviso nº 74, de 2014, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.174/2014–TCU, proferido nos autos do processo TC nº 015.563/2012-0, referente a indícios de irregularidades ocorridas na Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná, relacionadas com a reestruturação e estruturação de assentamentos da reforma agrária e apuradas na execução da auditoria sob o registro fiscal.

A presente audiência pública tem por finalidade debater o Programa Nacional de Reforma Agrária em nível nacional, especialmente a ocupação irregular de lotes, a situação dos assentados com relação à questão ambiental e a aptidão produtiva dos imóveis destinados à reforma agrária e viabilidade dos assentamentos no País, com o intuito de buscar alternativas para o aprimoramento desse processo.

Antes de convidar os palestrantes desta audiência pública, eu queria submeter aos Srs. Senadores algumas informações.

Antes de mais nada, passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, que é nosso Vice-Presidente e foi nosso Presidente dedicado também.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Bom dia, Srª Presidente, Srs. Senadores, nosso colega Senador Moka.

Rapidamente faço um registro sobre a votação de ontem do emplacamento dos tratores, trabalho muito benfeito pelo Senador Blairo Maggi, Deputado Aleluia, um trabalho muito importante feito na Comissão Mista de que tive o prazer de ser Presidente. Foi um trabalho tão benfeito pelos integrantes da Comissão que não houve nenhuma emenda na Câmara nem no Senado, um trabalho importante. Nós conseguimos regularizar também os jericos, que não são um veículo, mas um equipamento dos agricultores, a evolução do equipamento, através de animais, anterior aos tratores, que dá um apoio muito grande aos agricultores como transporte, como trilhadeira, como gerador. Ele é multiuso. Conseguimos incluí-lo no módulo de tratores e terá o mesmo encaminhamento dos tratores agrícolas.

Então, era só para registrar e pedir a gentileza de V. Exª para que a gente possa inverter a pauta, pois eu tenho um requerimento de pedido de audiência pública para agosto e tenho uma reunião hoje às 8h30, no Ministério da Fazenda, que é importante. Se V. Exª nos ajudar, ficarei grato, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Com muito prazer, mas preciso consultar o Plenário.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sim, sou de acordo.

E também aproveito para dizer que eu fiz parte dessa Comissão presidida pelo Senador Acir Gurgacz, com o nosso Relator revisor aqui, Senador Blairo Maggi, cujo Relator na Câmara dos Deputados foi o Deputado Aleluia. Houve uma grande entendimento, um texto negociado de todos os lados que culminou ontem na votação, graças a Deus, sem nenhum problema maior.

Vou só insistir: eu só queria descobrir, Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Quem foi que criou...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... o gênio que criou isso. O cara que fez toda essa lambança que nós precisamos gastar uns quantos meses para resolver?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Mais de ano, Senador Moka. Porque o projeto da Câmara, de autoria do Deputado Alceu Moreira, depois apreciado nesta Comissão, eu fui Relatora, depois, foi anulado num veto e o acordo foi feito.

Então, eu queria também me congratular e cumprimentar o Senador Blairo Maggi e o Senador Acir, para a alegria desta Comissão, dois membros ativos da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Da mesma forma, na Câmara, o Deputado Aleluia, o Deputado Alceu Moreira e o Deputado Luis Carlos Heinze tiveram uma

participação muito direta, por iniciativa, para resolver esse problema. Aqui no Senado nós tivemos também a colaboração do Líder José Pimentel, que fez a articulação com o Governo e, na Câmara, do Deputado que é Líder do PT na Câmara...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Aliás, a medida provisória foi fruto de um acordo. Nós desistimos de votar o veto...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – De votar o veto em troca de o Governo se comprometer.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Exatamente. E o Governo cumpriu. Eu quero registrar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Cumpriu.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – A gente precisa registrar. O Líder aqui, o Pimentel, honrou o acordo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O Pimentel. E o Guimarães, na Câmara, lembro bem.

Então, eu, ontem também, Senador Moka, porque, quando esses acordos são cumpridos, a gente precisa registrar, lembro que, da mesma forma, foi o negócio do BNDES, em que era preciso fazer uma prorrogação das parcelas dos caminhoneiros. Porque também nessa Comissão, V. Ex^{as}, Senador Moka e o Senador Blairo, foram os responsáveis por fazer a interlocução com os grevistas. Então, da mesma forma, o BNDES, nesta semana, lançou a portaria, definindo as regras para esse parcelamento.

Como nós aprovamos a inversão de pauta, passo ao requerimento do Senador Acir Gurgacz.

ITEM 2

Requerimento Nº , de 2015

Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, com a finalidade de debater a regularização fundiária, o desenvolvimento da agricultura familiar e do associativismo no município de Porto Velho-RO, a ser realizada no dia 28 de agosto de 2015, às 13 horas em Porto Velho, com a presença de representantes das seguintes entidades: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; Associações de Produtores Rurais do município de Porto Velho.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, Senador Moka, pela inversão de pauta.

O fato, Srª Presidente, é que precisamos ampliar a produção de hortifrutigranjeiros na cidade ou no Entorno de Porto Velho. Porto Velho é o maior Município do Estado de Rondônia em extensão, mas com uma produção pequena ainda. Então, queremos incentivar a produção. Estamos reabrindo a BR-319, ligando Porto Velho a Manaus, e queremos levar a nossa produção até Manaus. Hoje, o tempo de viagem está em torno de sete dias, por balsa. Não dá para colocar uma verdura durante sete dias...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Vai chegar estragada.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Infelizmente, não há essa possibilidade. Por isso, nossa insistência pela abertura da BR-319, pois o caminhão sairá à tarde ou à noite de Porto Velho amanhecendo nos supermercados de Manaus. Essa é a grande expectativa para os nossos agricultores de Porto Velho. Então, precisamos discutir assistência técnica, tecnologia, regularização fundiária, o tema que, hoje, aqui, vai ser abordado e que temos tratado há muito tempo.

Por tudo isso, é importante fazermos esse ciclo de palestras e debates, em Porto Velho, no dia 28 de agosto, e peço o apoio dos nobres pares.

Com relação à regularização fundiária, Srª Presidenta, quando o Terra Legal entrega um título ao agricultor, eu achava que era definitivo, mas não é. É um título definitivo que não é definitivo, pois precisa de mais 10 anos de acompanhamento, Moka, para, se ele cumprir todas as normas do contrato do Terra Legal, se tornar definitivo. Acho isso um absurdo. Colocamos em uma medida provisória várias emendas para desburocratizarmos isso. São emendas conversadas com o MDA e com o Incra, para que possamos desburocratizar, dar uma ferramenta para que o MDA possa ter mais rapidez para que o título seja realmente definitivo para os agricultores.

Queremos debater também esse assunto, em Porto Velho, com esses convidados.

Agradeço a inversão de pauta, Srª Presidenta, agradecendo também aos nossos Senadores, e peço o apoio para que possamos levar mais uma vez a nossa Comissão a Porto Velho.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Em discussão o requerimento do Senador Acir. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Senador Acir, se tiver condições, esta Presidência terá muito prazer de estar neste evento, mesmo que não tenha sido convidada...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador, é um grande anfitrião. Já estive em Ji-Paraná e fui muito bem recebida pelo Senador Acir, pelo Senador Valdir Raupp e pelo Senador Ivo Cassol. Rondônia é um Estado hospitaleiro e muito bem representado aqui por esses Parlamentares, muito dedicados.

Parabéns, Senador. Boa audiência a V. Exª.

Quero fazer alguns comunicados.

O Presidente do Comitê Organizador do Congresso Mundial sobre Sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, Maurício Lopes, convida para a cerimônia de abertura do evento, no dia 13 de julho de 2015, às 19h, no auditório Planalto do Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

Esse é um evento muito importante, até pela presidência internacional desta organização. É um congresso mundial sobre sistemas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta, cujo Presidente é o Presidente da Embrapa, Dr. Maurício Lopes, que nos deu o prazer, recentemente, de estar aqui com a Ministra Kátia Abreu. É a Embrapa mostrando o seu trabalho.

Queria também fazer um comunicado importante antes de começarmos nossa audiência.

Na reunião do dia 21 de maio, quando o Presidente da Embrapa, Maurício Lopes, esteve aqui, deu informação falando sobre um empréstimo que a Embrapa estaria negociando com o BNDES para programas especiais na região do Fundo Amazônia para aplicação na área da aquicultura, da pesca e também da agricultura de baixo carbono, também junto com a Embrapa Unicamp, em São Paulo.

Esse projeto de R\$70 milhões, segundo foi referido aqui pelo Dr. Maurício Lopes, é fundamental para o futuro e para a competitividade da agricultura. Talvez seja a última chance de termos um pé de maneira firme no desenvolvimento da biotecnologia avançada no Brasil.

No dia da reunião, o Senador Donizeti Nogueira, que é do PT de Tocantins, pediu o apoio da Comissão para tomar providências e acompanhar a tramitação desse pedido de empréstimo junto ao BNDES. Nós, pela assessoria da Comissão, entramos em contato com a própria Embrapa para avaliar o andamento, e as informações que foram recebidas da assessoria parlamentar da Embrapa são de que estão avançando as tratativas entre BNDES e Embrapa para autorização deste financiamento relacionado a projetos relevantes para o nosso País.

Entre as comunicações relevantes, estou encaminhando, em nome desta Comissão, correspondência nos seguintes termos aos Ministros do Meio Ambiente, da Agricultura e da Saúde:

Venho, por meio deste ofício, informar que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal tem trabalhado para aprimorar o planejamento, o acompanhamento e a execução da política agrícola do Brasil. Essas atividades demonstram-se imprescindíveis para o desenvolvimento nacional, considerando que o setor primário é responsável tanto pelo abastecimento interno de alimentos, como pela exportação de excedente, que tem contribuído para gerar emprego e renda no mercado interno, dinamizando a economia do País, sobretudo em momentos de crise fiscal, como constatado nos últimos meses.

Na oportunidade, ressalto que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária tomou conhecimento do disposto no Acórdão nº 2.303/2013-TCU-Plenário, referente à auditoria operacional para avaliar a efetividade dos procedimentos de controle adotados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na emissão do Informe de Avaliação Toxicológica. A fim de contribuir para a superação dos problemas identificados nesses procedimentos, decidiu-se pela realização de audiência pública nesta Comissão em 2 de julho de 2015.

A audiência contou com a participação de representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa

Vegetal (SINDVEG), da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A referida audiência pública foi oportuna e possibilitou a identificação dos principais desafios inerentes ao tema tratado, entre os quais:

- a) da existência de fila de espera para o registro de agrotóxicos na Anvisa;
- b) da existência de agrotóxicos registrados que não são comercializados;
- c) do uso inadequado de agrotóxicos na lavoura em algumas ocasiões, devido à baixa oferta de assistência técnica e de extensão rural no País; e
- d) da falta de comando único nos procedimentos de registro de agrotóxicos no Brasil.

Os palestrantes e Parlamentares presentes na audiência pública concordaram que o estabelecimento de gestão articulada entre os Ministérios da Saúde, do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e orientada por comando único demonstra-se estratégica para a superação dos desafios identificados no registro de defensivos agrícolas.

A participação do Ministério liderado por V. Ex^a é, portanto, fundamental para o alcance desse objetivo, o qual certamente proporcionará ainda mais dinâmica à economia rural brasileira.

Por fim, agradeço-lhe, em nome dos Senadores desta Casa, pelo esforço que tem sido envidado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para viabilizar avanços nas atividades agropecuárias do Brasil.

Aproveito o ensejo para renovar votos de estima e de alta consideração à Ministra Kátia Abreu.

Idêntico teor deste ofício é encaminhado ao Ministro da Saúde, Ministro Arthur Chioro, a quem está relacionada à Anvisa, e à Ministra do Meio Ambiente – MMA, Ministra Izabella Teixeira, porque o Ibama é o órgão que analisa esses registros.

Feitas essas comunicações, passo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, estou encaminhando à Mesa um requerimento, afeito ao ciclo de palestras e debates que V. Ex^a aprovou no seu requerimento, para que possamos fazer, no dia 18 de setembro próximo, no âmbito do III Festival Internacional do Chocolate e Cacau da Amazônia, uma audiência pública para tratarmos da questão da cacauicultura, a exemplo do que foi feito na Bahia, aqui representada pela Senadora Lídice da Mata.

Então, eu vou encaminhar o requerimento, inclusive já convidando os membros da Comissão de Agricultura do Senado Federal, com a presença da nossa Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Flexa, nós já fizemos a inversão de pauta para o requerimento. Se V. Ex^a, para rapidez do procedimento regimental, puder fazer verbalmente o requerimento, eu o submeterei à aprovação dos Srs. Senadores para já agendarmos essa audiência no Estado do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O requerimento trata da continuidade do seminário de ciclos, palestras e debates e tem como finalidade a análise e informações acerca do panorama da cacauicultura, especialmente no que tange à sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, sistema de armazenamento, comercialização, proteção do meio ambiente e sistema tributário.

Os convidados para essa audiência pública serão o Sr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará; Sr. Adnan Demachki, Secretário de Desenvolvimento Econômico do Pará; Sr. Hildegardo Nunes, Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e de Pesca do Pará; Sr. Helinton José Rocha, Diretor-Geral da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac); Sr. Guilherme de Castro Moura, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau (MAPA); o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Medicilândia, no Pará; Sr. Sueo Numazawa, Reitor da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); Sr. Walter Tegani, Secretário-Executivo da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC); Sr. Carlos Fernandes Xavier, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa).

Espero contar com a presença da nossa Presidente nessa audiência pública em Belém.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Senador, desde que tenha pato no tucupi, nós aceitamos a provocação e o convite.

Passo a ler o requerimento.

ITEM 2

Requerimento Nº , de 2015

Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária na cidade de Belém, Estado do Pará, no dia 18 de setembro de 2015, no âmbito do III Festival Internacional

do Cacau e Chocolate da Amazônia, com o tema “Análises e informações acerca do panorama da cacauicultura, especialmente no que tange à sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, sistema de armazenamento, comercialização, proteção do meio ambiente e sistema tributário”. Para tanto sugere a participação dos seguintes convidados: Sr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará; Sr. Adnan Damachki, Secretário de Desenvolvimento Econômico do Pará; Sr. Hildegardo Nunes, Secretário de desenvolvimento Agropecuário e de Pesca do Pará; Sr. Helinton José Rocha, Diretor-Geral da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC; Sr. Guilherme de Castro Moura, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau – MAPA; Sr. Carlos Fernandes Xavier, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará – Faepa; Sr. Walter Tegani - Secretário-Executivo da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau – AIPC; Sr. Sueo Numazawa, Reitor da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Medicilândia.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Está em votação o requerimento do Senador Flexa Ribeiro para um ciclo de debates, em setembro, em Belém, capital paraense, para dar sequência ao debate sobre a cacauicultura, que é um setor fundamental em nosso País.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento do Senador Flexa Ribeiro.

Vamos tomar as providências para a realização do evento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Agradeço a V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Consulto as Sr^{as} e os Srs. Senadores se já podemos convidar os nossos palestrantes para a audiência pública. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr^a Presidente, há um requerimento de minha autoria, no sentido de convocação do Ministro da Justiça, aliás, já havia sido aprovado um convite. Mas está aqui presente o Assessor do Ministro da Justiça, o Dr. Leandro, com quem V. Ex^a entrou em entendimento, daí por que ele ter vindo aqui confirmar que fica acertado que o Ministro da Justiça receberá a Bancada Federal do Mato Grosso do Sul, a delegação do Estado – Governador ou o seu representante – e, evidentemente, as pessoas envolvidas, ou seja os proprietários, que tiveram as suas terras invadidas no Mato Grosso do Sul, para uma reunião, na terça-feira da semana que vem, às 14 horas.

Então, diante da confirmação dessa reunião, eu gostaria de pedir que V. Ex^a retirasse esse requerimento. Eu sempre aposto ser possível ainda sentarmos à mesa para resolver essa questão, que é um conflito. Por outro lado, nós estamos com a votação da PEC nº 71 também programada para ser votada, se Deus quiser, na semana que vem no plenário do Senado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Moka, eu agradeço imensamente o esclarecimento e sobretudo a compreensão de V. Ex^a, primeiro com a gravidade do tema e a urgência, segundo porque sempre um encaminhamento pelo diálogo e pelo entendimento é muito melhor do que uma convocação, digamos, sempre com algumas implicações políticas e todos essas sequelas.

Então, eu já havia encaminhado ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, um requerimento a propósito da sua solicitação. A assessoria do Ministro e à do Governo, com as quais mantivemos contato, e eu já havia alertado ao nosso Assessor Parlamentar, Dr. Leandro, da necessidade da urgência da matéria. Na semana que passou fui informada que o Ministro havia viajado para Portugal e só retornaria na sexta-feira, amanhã, portanto. Então, a reunião, nesta terça-feira... Eu acho que dessa forma cumprimos, aqui na Comissão, com o nosso dever, e V. Ex^a dá uma contribuição também decisiva para o enfrentamento de uma questão séria, eu diria gravíssima, que é o recrudescimento da violência nessas disputas por demarcação de terra. O seu Estado sofre, o meu Estado, o Rio Grande do Sul, da mesma forma. Então entendo perfeitamente a agilização desse procedimento. Cumprimento V. Ex^a.

Eu queria agradecer ao Dr. Leandro. Nós esperamos continuar esse diálogo, porque é o meio mais fácil para a solução dos problemas. E a cooperação do Sr. Ministro José Eduardo Cardozo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

Quero dizer que o nome de V. Ex^a foi bastante referido anteriormente por todos os Senadores, pelo Senador Acir, pelo Senador Moka, pelo seu trabalho na relatoria da questão do emplacamento de tratores e máquinas agrícolas.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Senadora. Como falava o Attilio Fontana, fundador do Grupo Sadia, eu ouvi pela rádio quando me dirigia para cá.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – E aí o repórter ao perguntar ao Sr. Attilio, Senador, já que V. Exª citou essa figura muito conhecida, disse-lhe: “O microfone é seu”, e ele disse: “A rádio também”. *(Risos.)*

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – É verdade.

Presidente, apenas para complementar a questão de ontem, foi realmente uma vitória bastante expressiva para o setor do agro não só para os grandes, mas também para os médios e pequenos, porque além de o emplantamento não ser mais necessário, tendo em vista a medida provisória haver sido aprovada, também a questão das duas horas a mais ou quatro horas extras que poderão ser feitas pelos tratoristas, operadores de máquinas e empilhadeiras nas fazendas. Isso resolve 90% dos problemas trabalhistas que nós temos em relação a horário de trabalho nas propriedades.

Por incrível que pareça, apenas a autorização de duas horas a mais ou o acordo das quatro, porque duas já eram normais, vai reduzir em muito os problemas dos agricultores, pecuaristas, todos que trabalham no campo, não só no campo, mas o pessoal da área de construção civil, da construção de estradas, que têm uma dificuldade enorme de manter duas equipes trabalhando, Senador Flexa, porque estão sempre no trecho, como se fala, por ser muito distante para locomover e alojar esse pessoal.

Foi realmente com o apoio de todos os Senadores, não houve um que tenha se posicionado contrário ontem, que estavam na Casa. Nós conseguimos, então aprovar, com o trabalho do Acir como Presidente, do Deputado Aleluia, do Senador Pimentel, que foi um articulador, um companheiro desde o nascedouro dessa ideia trabalhamos juntos. Portanto, foi uma vitória importante.

Um outro assunto rapidamente, porque eu também tenho uma reunião no Ministério da Fazenda, é sobre a questão da PEC nº 71, que estávamos discutindo ontem.

Eu fiquei muito revoltado com esse negócio, porque nós demoramos muito, não é Senador Flexa e Senador Moka, para desengavetar essas coisas. Só o convencimento do Presidente Renan e entre nós de retirarmos isso da gaveta, de votarmos, por ser importante, conversa com uma comissão e com outra, com um Senador e com outro, a gente combina um revezamento entre Senadores – Moka, agora vai você lá; Ana Amélia, agora vai você; Flexa, agora é a sua vez –, enfim, todos fazem um trabalho de convencimento. Daí, a gente consegue convencer, tira da gaveta, começa a discussão, poxa, aí aparece gente que não está nesse meio, recebe um imputo de fora, que é normal, que dizem: “Não, isso não pode andar”, e aí vem a apresenta um texto ou alguma coisa para retirar de discussão a matéria.

Isso, aqui no Senado, nos chama a atenção, e não é só aqui, também na Câmara, faz parte do processo democrático, não é isso, mas é uma coisa que nos incomoda muito, porque demoramos muito para votar as matérias, para retirá-las e, no momento em que a gente consegue fazer isso, tem que voltar atrás.

Então, ontem, o Senador Moka fez um belíssimo discurso, não só um discurso com a razão mas com uma emoção profunda, grande conhecedor que é das questões do Mato Grosso do Sul, que são diferentes das demais regiões. Nos Estados de Mato Grosso e Pará nós temos problemas, mas a maioria das terras do meu Estado que foram transformadas em áreas indígenas eram consideradas, e algumas ainda estão sendo assim colocadas, como áreas da União. Portanto, você desaloja quem está em cima, mas o prejuízo financeiro é muito pouco porque ele não era dono daquilo ainda, tinha uma expectativa de ser dono.

Mas, no Mato Grosso do Sul, que é um Estado já mais desenvolvido, que foi colonizado, como foi dito ontem, na Marcha para o Oeste, ainda com o Presidente Getúlio Vargas, as pessoas estão lá, e aí começam as invasões por índio, e começa a confusão. Precisamos dar uma parada nisso. Não somos contra terras para índios, terras para quilombolas, desde que paguem. Não é possível que alguém tenha uma propriedade de 40, 50, 100 anos e, de um dia para o outro, ele é simplesmente retirado dali sem nenhum direito – só com as obrigações, sem nenhum direito – e vai embora. Então, é isso que nos chateia.

Ontem fiz essa colocação e queria cumprimentar o Senador Moka pelo posicionamento dele. Foi tão forte o posicionamento do Moka ontem, que o autor do pedido para retirar de pauta, ou tirar a exigência, acho que bateu a consciência e ele voltou atrás. E, felizmente, a gente já está na quinta reunião e semana que vem deveremos votar aqui, no Senado Federal, essa PEC nº 71, que foi relatada pelo Senador Luiz Henrique. Ela não é a perfeição, claro que não. Também temos algumas dúvidas, mas é um avanço, não é, Senadores?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem dúvida.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – É um avanço. Saímos da letargia, onde não podemos ficar, e vamos para outra área de discussão. Se ali na frente tivermos que fazer outra modificação, faremos. Isso faz parte do processo. Dá para fazer algumas emendas ainda entre a primeira e a segunda votação.

Então, queria dizer que foi um dia, para a agricultura, para o setor do agro, que carrega esse Brasil nas costas e também empurra o País – não é só carregar, ele empurra também porque demonstra que tem eficiência, que tem conhecimento, que usa tecnologia e está cada vez mais competitivo –, ontem foi uma vitória, um dia importante para esse setor.

Quero agradecer seu apoio também no dia de ontem.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Apenas para esse dado, Senador, tenho repetido que a agricultura é a locomotiva da economia brasileira. Não fosse a agricultura, a nossa situação, a situação do País...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – A locomotiva empurra.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – A locomotiva empurra, exatamente. Eu, então, queria cumprimentá-lo e quero corroborar o que disse. Quando cheguei aqui, falei ao Senador Moka. Eu estava um pouco febril, então saí logo depois da votação do requerimento na matéria relacionada à Petrobras, a questão da exploração do pré-sal. Depois daquele debate amplo, chegou-se a um consenso, e eu saí. Imediatamente fiquei acompanhando na televisão e me impressionou muito... Vi também seu pronunciamento, Senador Flexa, vi a tentativa de obstrução para votar a matéria, mas a manifestação do Senador Moka de fato calou pela veemência. Ele fez, na verdade, um desabafo de quem está vivendo o problema na carne, porque quem é da terra sabe mais do que nós. E ele conhece as pessoas. Ele certamente conhece a região, conhece os produtores que estão lá e sabe que são gerações e gerações que estão ali produzindo, que receberam títulos, eventualmente, nessa chegada ao Centro-Oeste, títulos de boa-fé, dados pelo próprio Governo para interiorização do País.

Ontem tivemos um debate aqui sobre a questão do desenvolvimento, todo ele concentrado na parte litorânea do País. Então, Senador Blairo, V. Exª, que estava aqui quando estive a Profª Tânia Bacelar, mostrou o mapa e assinalou as regiões reservadas a terras indígenas, e mostrou que é diferente o processo de desenvolvimento regional do seu Estado, Mato Grosso. A relevância dessa interiorização se deu pela ida de colonos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, para a região do Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso. Então, quero renovar os cumprimentos ao Senador Moka, que, mais uma vez, deu uma demonstração de comprometimento com uma causa que é justa.

Com a palavra, o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Ana Amélia, eu também quero parabenizar o Senador Moka pela ação dele ontem, que, como disse o Senador Blairo, foi pela razão e pela emoção, e acabou convencendo o Senador, que retirou o requerimento para sustar a votação da PEC.

Essa questão de terras indígenas afeta não só Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, como o Pará também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O Rio Grande do Sul.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Temos um caso, Senadora Ana Amélia, no Pará, que é simbólico. O Governo homologou uma reserva indígena em cima de um assentamento do Incra existente há décadas. Então, temos lá quase 500 famílias assentadas há 30 anos trabalhando, produzindo. Aí, por um decreto do Presidente Lula, criou-se uma reserva indígena de 750 mil hectares. E até hoje – até hoje – não foi resolvido, porque os assentados lá, que já estão produzindo há 30 anos, não saem da reserva. A Polícia Federal está lá na porta querendo tirar, e não vai tirar.

Então, era importante que estabelecêssemos – e tenho um projeto nesse sentido – que qualquer nova reserva, ambiental ou indígena, seja aprovada pelo Senado. Não basta um decreto do Executivo. Já que é o Senado que representa os Estados da Federação, que essas reservas passem pela aprovação do Senado para que possam ser homologadas pelo Executivo. E mais: que se cumpra a Constituição, que diz que, para criar reservas, é necessário, primeiro, fazer o levantamento de quem está ocupando a área; segundo, fazer avaliação dos bens que existem; indenizar as famílias. Depois disso é que é homologada a área. O Executivo faz tudo ao contrário: ele homologa a área, faz a área, depois é que vai procurar fazer as indenizações, criando conflito desnecessário para as pessoas, que foram chamadas, como V. Exª disse, pelo próprio Governo para virem ajudar no desenvolvimento dessas regiões.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Flexa Ribeiro.

Para dar prosseguimento, queria convidar para nossa audiência, já mencionado na abertura dos trabalhos, o Sr. Ricardo Santa Ritta, Assessor Especial da Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu.

Queira ocupar seu lugar à mesa.

Chamo também o Sr. Nilton Bezerra Guedes, Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Estado do Paraná, tendo em vista que lá foram identificados, na auditoria do Tribunal de Contas, os problemas.

Por favor.

Chamo o Dr. Fernando Rodrigues Leite, Diretor da 2ª Diretoria da Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb) do Tribunal de Contas da União, e o Dr. Carlos Eduardo Portella Sturm, Diretor de Fomento e Inclusão do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente.

Agradeço em nome da Comissão e já passo a palavra ao Dr. Ricardo Santa Ritta, Assessor Especial da Ministra, para a exposição.

Temos dado dez minutos a cada expositor para dar um panorama da situação, e aí, no diálogo com os Srs. Senadores, os esclarecimentos das dúvidas serão feitos.

Então, com a palavra, o Dr. Ricardo Santa Ritta.

O SR. RICARDO SANTA RITTA – Bom dia a todos!

Bom dia à Presidente, Senadora Ana Amélia!

Bom dia ao Senador Flexa Ribeiro, Senador Moka, Senador Donizeti Nogueira e aos Senadores Acir Guracz e Blairo Maggi, que aqui estiveram.

A Ministra Kátia Abreu foi convidada e, de antemão, já solicitou que nós a representássemos devido a uma missão oficial. Ela foi aos Estados Unidos com a Presidente Dilma, esteve no Japão, hoje está na Rússia, acompanhando a comitiva presidencial com a Presidente Dilma, e nos incumbiu de comparecer à Comissão e retratar alguns trabalhos do MAPA referentes ao tema da reforma agrária.

Desde 2001, na verdade, desde 1999 que o antigo MARA, Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, dividiu-se. Hoje somos o MAPA: agricultura, abastecimento e pecuária, e o MDA, que ficou responsável pela parte da reforma agrária. Mas, desde janeiro, na gestão da Ministra Kátia Abreu, por incumbência da Presidente Dilma, e a isso não poderíamos nos furtar, o MAPA tem trabalhado muito pela área da agricultura familiar, pela reforma agrária, em conjunto com o MDS, com o MDA, com o Incra. A Conab e a Embrapa também participam das mesas de conversa, e sempre estamos atentos.

Nós, do MAPA, temos também espalhadas por todo o Brasil nossas SFAs, as Superintendências Federais de Agricultura, que dão apoio e suporte aos trabalhos nos Estados, principalmente na parte técnica. A Ministra Kátia Abreu nos incumbe, no dia a dia no MAPA, de três grandes metas: a defesa da agropecuária, das barreiras fitossanitárias; já foi lançado o plano nacional há cerca de um mês. Temos a nova fronteira agrícola do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), e o Senador Donizeti Nogueira, do Tocantins, conhece muito bem aquela realidade, também o Senador Flexa Ribeiro sabe que existe um trabalho feito pelo Pará, e a Ministra Kátia Abreu tem se desdobrado bastante para tal. Lançamos o Plano Safra, que é o plano agrícola e pecuário, e a Ministra percorreu o País inteiro, vários Estados, para reforçar a ação. Há 15 dias foi lançado também o plano agrícola e pecuário para agricultura familiar, nessa consonância do MAPA para o fomento ao pequeno produtor, que, na verdade, é a base da agricultura e da pecuária nacional.

E temos também um grande advento. Na nova estrutura interna do MAPA, a Ministra Kátia Abreu, com a prerrogativa dada e a missão de que a Presidente Dilma a incumbiu, estará criando, nos próximos dias – estamos aguardando a definição desse organograma – uma nova secretaria dentro do Ministério, Secretaria da Classe Média Rural. O que é classe média rural?

Com o advento dos programas sociais do Governo, com o fortalecimento da pujança econômica do campo, nós temos, na zona rural do País, uma nova classe média, que compra máquina, que adquire equipamento, que compra tecnologia, que busca, com as pesquisas que nossa Embrapa faz, fortalecer a sua produtividade nas terras Brasil afora, pelo interior do Brasil. Temos hoje uma população mais urbana que rural, então, com o surgimento das novas tecnologias, essa classe média rural... Hoje, como o Senador Blairo Maggi e a Presidente Ana Amélia citaram há pouco, a agricultura é essa grande locomotiva que puxa e leva a frente o País. No momento de dificuldades econômicas, é a agricultura que hoje garante o superávit primário do País. Há uma importância imensa desta Casa, Senado Federal, em avanços e conquistas, junto conosco, do Governo Federal. E nisso há um esforço empreendido de todos os órgãos do Governo Federal. Nós, do MAPA, em comum acordo com os demais ministérios da área, estamos trabalhando para isso.

E há uma importância muito grande de se discutir, nesse Ministério, essa pauta da reforma agrária, da regularização fundiária, da agricultura familiar, da redistribuição de lotes. Daqui a pouco, os colegas do Incra e do TCU aqui disporão sobre a matéria. Inclusive, o Incra é quem realmente tem trabalhado para, nos rincões mais distantes do País, viabilizar que o pequeno produtor, o agricultor familiar tenha o direito a sua terra, tenha a posse da sua terra e tenha o direito de produzir – produzir sua colheita muitas vezes para subsistência pesso-

al, mas são esses pequenos que, quando se unem, tornam-se grandes e fazem com que a agricultura brasileira seja realmente essa locomotiva já citada pelos Senadores.

Temos um jargão que foi dado por um Parlamentar, colega de vocês: a salvação da lavoura é a lavoura. Então, que o País possa contar com o setor da agricultura e da pecuária. Nós, do MAPA, viemos aqui muito como observadores. Nas mesas de trabalho, nos grupos de trabalho, nós compomos junto ao MDS e ao MDA pelo Governo Federal, junto ao Incra, também a Embrapa e Conab, que fazem parte do complexo nosso do MAPA, e temos trabalhado em consonância para que juntos possamos produzir mais, desenvolver o campo e o setor agrícola brasileiro.

O MAPA, no auge dos seus 11 mil servidores, com um corpo técnico bem capacitado, muito bem capacitado, não tem se furtado a trabalhar junto com os demais órgãos e setores, com as federações de agricultura nos Estados – temos as superintendências – mas, acima de tudo, estamos vindo aqui para corroborar todo o trabalho que o MDS, o MDA e o MMA vem fazendo também.

Nós estamos vindo aqui para corroborar com todo o trabalho que o MDS, o MDA e o MMA vêm fazendo. Portanto, a nossa missão aqui é deixar à disposição de todos os órgãos, desta Casa e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal o nosso corpo técnico, para quaisquer eventuais solicitações, necessidades e demandas dos Srs. Parlamentares e da sociedade brasileira.

Eu quero agradecer à Senadora Ana Amélia, que preside esta Comissão, pela acolhida no dia de hoje, mas, principalmente, aos nossos colegas que aqui compõem a bancada e proferirão suas apresentações temáticas da área. Portanto, Senadora, passo novamente a palavra à senhora.

Eu agradeço, em nome da Ministra Kátia Abreu, que hoje compõe, junto à Presidente Dilma, na Rússia, uma missão presidencial. A Presidente está com o BRICS, mas a Ministra já esteve nos Estados Unidos. Nós conseguimos a quebra da barreira fitossanitária para a exportação da carne. A Ministra também esteve no Japão, trabalhando nesse sentido em relação a frutas, a carnes. E hoje ela está na Rússia também nesse trabalho, trabalho da defesa agropecuária do Brasil. Nós estamos cuidando de caso. O MAPA tem trabalhando bastante para que a barreira fitossanitária nas relações comerciais com outros países seja quebrada para que possamos exportar e fazer com que a economia do País, cada vez mais, possa ter a sua pujança no setor agropecuário brasileiro.

Eu quero agradecer a oportunidade novamente à Presidente Ana Amélia e aos Senadores que aqui estão presentes.

E eu quero dizer que a Ministra Kátia Abreu nos incumbiu da missão de nos disponibilizar integralmente para esta Casa, para os setores do campo e, acima de tudo, para o Parlamento em si, para que possamos trabalhar juntos e aglutinar esforços com todos vocês.

Agradeço o momento de hoje.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Ricardo Santa Ritta, que aqui representa a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senadora Kátia Abreu, que, no momento, acompanha a Presidente Dilma Rousseff em missão oficial, numa produtiva agenda: como disse o Dr. Ricardo, a liberação da importação de carne bovina *in natura* para os Estados Unidos, que era uma grande aspiração do setor pecuário brasileiro; agora, na Rússia, as demandas relacionadas à exportação também de carne suína, pois a Rússia é o maior importador da carne suína brasileira; e outras matérias relacionadas à pasta da Ministra Kátia Abreu.

Eu passo a palavra ao Dr. Fernando Rodrigues Leite, Diretor da 2ª Diretoria da Secex Ambiental do Tribunal de Contas da União, porque esta audiência decorre de um aviso do TCU pós-auditoria feita pelo TCU em 2012 em assentamentos do Estado do Paraná. Então, para que ele apresente as razões dessa auditoria e as conclusões feitas, com a palavra, Dr. Fernando, por favor.

O SR. FERNANDO RODRIGUES LEITE – Ex^{ma} Srª Ana Amélia, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Ex^{mo} Srs. Senadores presentes; Sr. Ricardo Santa Ritta, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sr. Nilton Bezerra, representante do MDA; é um prazer estar aqui falando sobre o resultado desse trabalho desenvolvido pelo Tribunal.

Como a Senadora já mencionou, foi um trabalho desenvolvido em 2012 no Estado do Paraná. Esse trabalho foi levado a cabo pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná. Infelizmente, não pôde vir alguém do Estado do Paraná, alguém que realmente esteve presente nesse trabalho. Eu sou auditor da Secex Ambiental, que fica aqui na sede. Nós verificamos, além de fatos relacionados ao Distrito Federal, a política como um todo. Eu me inteirei a respeito das peças desse processo e vou fazer aqui uma apresentação basicamente do histórico desse processo e também um retrato do panorama atual desse processo.

Para adiantar, esse processo já foi inicialmente julgado pelo Acórdão 2174, proferido em 2014, da relatoria do Ministro-Substituto André Luis de Carvalho, mas foi impetrado recurso contra esse acórdão, e, então, o cumprimento desse acórdão está suspenso. E o Tribunal ainda não proferiu uma decisão a respeito desse recurso.

Esse trabalho desenvolvido no Estado do Paraná é decorrente de uma auditoria anterior do Tribunal, na qual foram feitas verificações nos dois maiores assentamentos do Estado do Paraná, o Projeto de Assentamento Celso Furtado e o Projeto de Assentamento Ireno Alves dos Santos. Nessa auditoria, foram encontrados alguns achados que foram apartados. É um procedimento normal do Tribunal. Era algo que fugia ao escopo daquela auditoria, e o Tribunal abriu um outro processo chamado de representação. Essa representação culminou num acórdão, conforme eu já mencionei.

Eu vou resumir aqui os principais pontos desse acórdão, que é o Acórdão nº 2174, de 2014, do Plenário do Tribunal. Nesse acórdão, foi aplicada uma multa, prevista na Lei nº 8.443/92, que é a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, ao Sr. Nilton Bezerra Guedes, Superintendente Regional do Incra no Estado do Paraná. Essa multa foi estipulada no valor de R\$40 mil. Também ali foi determinada a inabilitação do responsável para o exercício de cargo em comissão ou função comissionada na Administração Pública Federal por um período de seis anos e foi expedida também uma medida cautelar para que fosse suspenso o corte da vegetação nativa numa área denominada Corredor da Biodiversidade, que, conforme vou discorrer um pouquinho mais para a frente, é uma área na qual havia sido feito um reflorestamento da vegetação nativa, uma vegetação em extinção ali na região. Já houve um corte de praticamente 70% – pelo menos, na época da auditoria, esse era o valor que foi estimado. Aí foi feita essa medida cautelar para que fosse suspenso o corte. Por último, esse acórdão teve o item 9.8, um item um pouco mais extenso, com uma série de medidas visando retirar desses assentamentos assentados que cometeram algum tipo de irregularidade não permitida pela legislação e pelos normativos internos do Incra, tal como a compra e venda de lotes, a exploração de madeira em desacordo com o plano de manejo que foi estipulado para aquele local ou, então, alguns outros achados como pessoas que não residem nos assentamentos, assentados que possuem vínculos externos incompatíveis com o permitido pela legislação ou assentados que não estavam explorando economicamente as suas parcelas.

Isso que eu disse agora é um resumo, um apanhado do acórdão, mas, voltando aos papéis de trabalho da auditoria, as principais constatações dessa auditoria pelos auditores da Secex Paraná é que houve a criação de 107 lotes no Projeto de Assentamento Celso Furtado numa área denominada Corredor da Biodiversidade, o que ocasionou um corte de extensa área reflorestada com espécie nativa em extinção, contrariando laudos técnicos que atentavam para a necessidade de preservação da área. Ali havia laudos técnicos de servidores do Incra e de demais instituições também que se pronunciaram sobre essa área, e, mesmo assim, a Superintendência Regional do Incra acabou autorizando a criação de 107 lotes nessa área. Essa área é circundada pelos maiores assentamentos da região do Paraná e, por fim, nessa área, foi criado um documento chamado plano de manejo, que acabou por permitir que a vegetação dessa área fosse totalmente cortada.

Um outro achado foi referente ao valor econômico desse reflorestamento que foi repassado aos assentados. Há informação nos autos de que a União havia custeado esse reflorestamento mediante a indenização da empresa particular com que o anterior proprietário havia feito o reflorestamento dessa área. E esse reflorestamento foi transferido a esses assentados. Então, o custo disso foi suportado pela União, sendo que 70% da área já tinham sido desmatados.

Os auditores verificaram também que houve a omissão da Superintendência Regional do Incra diante de constatações de ocupação irregular, como compra e venda de lotes, permutas, subdivisões de lotes, de assentados que possuem vínculos externos incompatíveis com o programa da reforma agrária e de assentados que não estava explorando economicamente suas parcelas. E também eles verificaram que estava havendo ali uma regularização indiscriminada de permutas entre os assentados, que equivale a uma transação de compra e venda, dada a diferença de valor entre os imóveis. Então, nessa região em que foram criados os 107 lotes, eles verificaram que muitos assentados que ocuparam esses lotes não eram, na verdade, novos assentados inscritos no programa de reforma agrária, eram pessoas que já estavam ocupando lotes dos assentamentos ali vizinhos e que, de alguma maneira, conseguiram fazer uma permuta. Enfim, muitos casos assim.

Como eu já adiantei, esse acórdão teve o seu cumprimento suspenso em vista do recurso impetrado pelo Sr. Nilton Bezerra Guedes, que é o Superintendente Regional do Incra no Estado do Paraná. Embora esse recurso ainda não tenha sido apreciado pelo Ministério Público do Tribunal, pelo Relator e também pelo próprio Plenário do Tribunal, o recurso já conta com parecer da Serur (Secretaria de Recursos), do Tribunal. Nesse parecer, propõe-se um provimento parcial. Então, é bem provável que haja uma redução das penas aplicadas no que se refere à multa e inabilitação em cargo em comissão ou até mesmo a supressão dessas penas, a depender do entendimento que o Tribunal fará. Realmente, alguns pontos levantados ali pelo Sr. Nilton Bezerra Guedes foram acatados, porque verificou-se que a responsabilidade fugia um pouco da responsabilidade do gestor. Algumas coisas que aconteceram fugiram da responsabilidade do Superintendente. No entanto, permanecem as deliberações do Tribunal referentes à área, referentes à...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO RODRIGUES LEITE – ... proteção ambiental da vegetação que ainda não foi cortada e referentes também à legalização dos lotes que foram ocupados de maneira irregular. Esse item do acórdão, certamente, demandará muitos trabalhos da Superintendência Regional do Incra no que se refere à supervisão ocupacional, que é um trabalho delicado e difícil. Sabemos que ele exige muito esforço e muita mão de obra. É difícil ir a um assentamento e verificar ali, realmente, lote a lote. É um trabalho realmente difícil, mas, como já foram verificadas muitas irregularidades, isso demandará atenção e também demandará, futuramente, a atenção do Tribunal de Contas no que se refere ao monitoramento dessa deliberação.

Além disso, o Tribunal possui alguns outros trabalhos em andamento que ainda serão realizados no que se refere à supervisão ocupacional. Pretendemos verificar isso em duas ou três unidades de Federação. São trabalhos que provavelmente começarão neste ano. Provavelmente, as unidades técnicas terminarão esses trabalhos até março do ano que vem e encaminharão para o julgamento do Tribunal.

Ex^{ma} Sr^a Senadora Ana Amélia, eu agradeço, no momento, pela exposição.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Fernando Rodrigues Leite, pela exposição.

Eu faço questão de fazer a leitura do voto, porque esta audiência pública decorre do voto proferido no dia 16 de dezembro de 2014, nesta Comissão, pelo Relator, que era o ex-Senador Ruben Figueiró.

Considerando o disposto em relação a todo documento encaminhado no Aviso do TCU a respeito dessa questão no Paraná, nos assentamentos, o voto dele foi para tomar conhecimento do feito; segundo, para aprovar a realização de audiência pública para, a partir dos problemas observados pelo TCU no Estado do Paraná, debater o Programa Nacional de Reforma Agrária em nível nacional, com foco nos seguintes problemas: a ocupação irregular de lotes, como identificado aqui pelo Dr. Fernando, a situação dos assentados com relação à questão ambiental, a aptidão produtiva dos imóveis destinados à reforma agrária e a viabilidade dos assentamentos; para encaminhar o requerimento de informação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) sobre o andamento do atendimento das determinações nos itens 9.8 e seus subitens contidos no Acórdão nº 2174, de 2014, do Plenário do TCU, nos termos da minuta apresentada; e também para remeter o processo ao arquivo do Senado Federal.

É exatamente por isso, por conta da auditoria e porque o superintendente do Incra no Paraná, objeto dessa auditoria, é exatamente o Dr. Nilton Bezerra Guedes, a quem eu passo a palavra, já com foco nessas observações, lembrando aqui que está em curso a apreciação de um recurso não apreciado ainda no Tribunal de Contas.

Então, com a palavra, o Dr. Nilton Bezerra Guedes.

O SR. NILTON BEZERRA GUEDES – Cumprimento a Senadora Ana Amélia, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que faz um brilhante trabalho. Esta Comissão retrata justamente o rural brasileiro, agricultura e reforma agrária, de forma integrada.

Cumprimento os Senadores aqui presentes – Senador Donizeti, Senador Flexa Ribeiro; outros que já passaram; os Senadores que não estão aqui presentes, mas que, certamente, participam ativamente da discussão deste tema; os colegas Ricardo Santa Rosa, do MAPA, com quem fazemos um trabalho, digamos, em parceria, no fortalecimento do rural brasileiro, e Fernando Rodrigues, do TCU. E permita-me aqui uma brincadeira. Uma procuradora, uma vez, os definiu como o nosso malvado favorito.

Vim aqui representando o nosso Ministro Patrus Ananias e a nossa Presidente Maria Lúcia Falcón, a quem já estendo aqui o abraço.

Hoje, 9 de julho, o Incra está fazendo 45 anos. Foi criado em 1970, na junção do Ibra com o Inda. De lá para cá, houve muitas conquistas e, hoje, estamos num novo momento e chamando esse novo Incra.

Quero aqui, brevemente, fazer uma apresentação usando os meus dez minutos, porque dialogam com a resposta que queremos tratar com o TCU. Eu diria que, no contexto da agricultura, está-se discutindo o novo cenário da ruralidade brasileira com relação à economia, à situação socioeconômica dos nossos agricultores, dos sujeitos que hoje estão no meio rural. Então, é inevitável que tenhamos que ter políticas públicas que dialoguem com tudo isso.

O Incra, com a capilaridade que tem, com a função de trabalhar o meio rural, logicamente não poderá se furtar a isso, especialmente com relação à segurança alimentar. Estamos trabalhando no viés da agroecologia, para buscarmos uma agricultura livre de venenos. Hoje, há dados que dizem que consumimos cerca de 5kg de veneno/ano pela nossa alimentação. Então, eu acho que é um desafio que tanto o MDA como o Incra e o Mapa e a sociedade organizada têm que ter no sentido de buscar alternativas de produzir minimamente com relação a esses insumos.

A questão hídrica dialoga com a questão do meio ambiente. Hoje, está em todos os nossos componentes a questão ambiental, a busca de áreas que tenham aptidão, áreas que não impactam o meio ambiente, e especialmente a nova lógica de trabalhar em territórios. Não queremos apenas um assentamento como uma ilha, mas como, realmente, um propulsor do desenvolvimento integrado, com todas as forças que agem numa determinada região, e que esse assentamento seja essa grande alavanca em função das políticas públicas que ele traz para o meio rural, especialmente um desenvolvimento com gente, e com gente no meio rural, que foi uma tendência que, com o desenvolvimento, veio abaixando.

Aí é um estudo feito pela Ilca, coordenado pela Profª Tânia Bacelar; 37% da população brasileira está no meio rural hoje, considerando que os pequenos Municípios são essencialmente rurais. Acho que esse é um novo conceito que foge um pouco àquele do IBGE, que diz que só a pessoa que mora lá na propriedade. Mas aqueles que vivem, interagem, isso é importante, porque empodera o nosso rural brasileiro.

Nos nossos 45 anos, vimos fazendo isso como missão, que é implementar a reforma agrária e realizar o reordenamento fundiário no nosso Brasil de forma sustentável.

Como diretriz, lógico, temos principalmente o acesso à terra. Temos ainda um grande contingente de pessoas debaixo de lonas, e, ao mesmo tempo, uma das maiores concentrações de áreas do mundo. É uma importante diretriz que a nossa direção está dando, para que trabalhemos profundamente.

A participação social, a fiscalização da função social. É importantíssimo registrar que, na década de 90, o Incra investiu fortemente na fiscalização da função social. Isso contribuiu para que a nossa agricultura se desenvolvesse. A terra era muito utilizada como especulação, e também era baixa a produtividade. Com a fiscalização da função social, isso avançou. Hoje, por exemplo, no Estado do Paraná, de cem áreas que eu vistorio, eu consigo em torno de uma para a reforma agrária. Isso é bom, é um ótimo indicador. É assim que nós queremos no Brasil todo.

A reforma agrária, fruto desse trabalho, é uma consequência. É importante que continue o trabalho e que a componente ambiental e trabalhista também se insira. É esse o nosso objetivo.

A qualificação dos assentamentos, que dialoga diretamente com o tema, é o nosso grande desafio. Na década de 90 para 2000, investimos muito na busca de áreas. Pode-se dizer que, nos últimos 12 anos, começamos a reverter esse processo, investindo mais no desenvolvimento dos assentamentos. Tanto é que, do nosso orçamento, hoje, 70% é desenvolvimento e 30%, busca de áreas. Era o contrário anteriormente.

A regularização fundiária é também o grande desafio. Temos ainda muitos posseiros no nosso Brasil, o que é inadmissível.

A questão quilombola é uma ação nova dentro do Incra, mas de grande potencial e que tem grandes avanços.

Junto com tudo isso, a governança fundiária. Dá para vocês verem ali, retratando a questão indígena, quilombolas, unidades de conservação, assentamentos, imóveis certificados. É só para retratar a complexidade de trabalho, a interação de tudo isso, que hoje são ações que o Incra desenvolve.

Os grandes números nossos: mais de 9 mil assentamentos, quase um milhão de famílias assentadas em 88 milhões de hectares. Em torno de 10% do nosso território está na gestão direta do nosso Incra.

(Soa a campanha.)

O SR. NILTON BEZERRA GUEDES – Aqui, para registrar, especialmente, o programa Bolsa Verde, uma novidade que temos na questão do meio ambiente, e assistência técnica, que é uma grande componente que temos como prioridade.

Aqui, o quadro dos nossos acampamentos. Temos hoje em torno de 115 mil assentamentos no Brasil. Só no Estado do Paraná, 7 mil. Aí dá para ver a quantidade desses acampamentos e o grande desafio que nós temos pela frente na busca diária.

Já vou para a conclusão, enfatizando essa ressignificação do Incra, no sentido da visão territorial e da integração com todas as políticas públicas.

Especialmente este tripé “cooperativismo, agricultura familiar e conhecimento técnico”, essa abordagem que estamos dando vem ao encontro da qualificação dos nossos assentamentos. Não dá para pensar só em distribuir. Nós temos que qualificar. Já há instrumentos para se fazer políticas públicas que até se transformaram em lei, como a própria ATER, o Pronera, o PAA. Há programas como o Terra Forte, que é do financiamento das agroindústrias, em parceria com o BNDES; o Pronaf, hoje consolidado, os créditos do próprio Incra. De forma que, trabalhando integrado com os Municípios e as entidades de ensino e a sociedade civil organizada, temos conseguido avançar muito.

E tratando aqui diretamente, Srª Senadora, do acórdão, eu só quero registrar o seguinte: o projeto do Assentamento Celso Furtado, 23 mil hectares, está numa área reformada da reforma agrária, mas nesse assentamento há 1.107 famílias assentadas, e, na região, em torno de 6 mil famílias. Essa área veio para a reforma agrária através de um processo de arrecadação. Ela não foi comprada, ela foi arrecadada. Agora, o Incra estava com a imissão de posse provisória dessa área e saiu a decisão judicial dando a imissão definitiva e o Incra, digamos, como vencedor da disputa dessa arrecadação que veio travando com essa empresa. Então, foi uma grande conquista, do ponto de vista jurídico. A terra veio sem custo para a reforma agrária.

A madeira foi inerente, porque foi um processo de arrecadação. Essa empresa tem mais 32 mil hectares na região. Tem uma fábrica, uma empresa, também importante para a região. Porém, comprovamos que essa área era pública desde 1940, quando o Presidente Getúlio Vargas incorporou as terras da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande para a União. De forma que nós não tivemos opção de deixar essa madeira fora. Então, ela foi inerente. Discutiu-se por vários anos o que fazer com essa madeira.

Quando eu retornei ao Paraná, em 2010 – eu era diretor do Incra, aqui em Brasília –, achamos como melhor alternativa passar essa madeira para a gestão do próprio assentado. E assim foi feito. Foi feito um termo aditivo, quantificado e aceito dentro de um plano de manejo, como o nobre diretor aqui colocou. O TCU entendeu isso, até acatou o nosso entendimento.

A discussão está que, nesse plano de manejo, foi feito um percentual de corte por ano. Então, no primeiro ano, 20%, e 16% sucessivamente, até fechar o quadro com 100%.

Essa programação foi no sentido orientativo, para que o assentados organizassem sua comercialização e tivessem melhor eficiência. Houve assentado que entendeu vender um pouco a mais antes, o maior percentual, para investir no lote. Enfim, era da sua conveniência.

Esse foi um dos entendimentos divergentes que estamos tentando superar no nosso recurso que entramos no TCU, para poder explicar isso.

Uma outra questão. Dentro dessa área que nós pegamos, tinha algo em torno de 2.000 hectares de pinus e 1.700 hectares de araucária. Foi essa araucária que criou toda a confusão, porque a araucária foi enquadrada como mata nativa não passível de corte, mas na verdade era um reflorestamento com plano de manejo. A empresa ia cortar, tinha data para ser cortada. Então não foi um reflorestamento no sentido de recuperar a mata nativa e contribuir com a biodiversidade. Não. Foi um plantio homogêneo, linear, justamente para fins de madeira de corte raso.

Então o que nós fizemos foi apenas dar sequência a esse plano de manejo registrado junto ao Ibama, com autorização do próprio IAP – Instituto Ambiental do Paraná.

Pelo fato de ser a *araucaria angustifolia*, uma espécie classificada como passível de extinção, houve esse rigor, que não é o caso ali. Muito pelo contrário. Na área de reserva legal, das áreas de APP, essas sim nós estamos preservando e recuperando.

Quero aqui fazer o adendo de que a empresa proprietária era uma empresa madeireira que já havia retirado as madeiras de lei que existiam, inclusive as araucárias. E nós agora estamos no processo de recuperação dessa área que tinha sido, digamos, degradada pela empresa no passado. Então, na verdade, o INCRA está fazendo um processo de recuperação.

Os assentamentos, digamos, os nossos lotes estão recebendo orientação no sentido de trabalhar a biodiversidade, a agroecologia, enfim. Nesse sentido, nós estamos contribuindo... A substituição dessa araucária pela criação de lotes está contribuindo mais com a biodiversidade do que a araucária propriamente dita.

E, para fechar, eu só digo o seguinte: com relação à compra e venda dos lotes, arrendamento, permuta, enfim, nós temos combatido isso ostensivamente, especialmente no Estado do Paraná. Nesse assentamento mesmo, nós temos mais de 100 processos de reintegração de posse. É lógico que isso tem que ser descortinado. O arrendamento é proibido? É proibido. Agora, ao mesmo tempo, não é um crime hediondo. Há muitos motivos que levam o assentado a querer sair. Aí vem o direito de ir e vir e tudo mais.

O INCRA implantou uma normativa moderna que trata dessa questão, pela qual se aquele assentado quiser sair, nós vamos lá e avaliamos, propondo inclusive indenizar o que ele construiu com recurso próprio para fazer uma substituição tranquila, mas isso não existia antes.

É óbvio que nós temos uma demanda tremenda, são poucos servidores para fazer a quantidade de tarefas que nós temos. E esse é um grande desafio para a frente, a nossa estruturação de cargos, carreiras e salários, enfim, mas vejo que temos feito o máximo esforço no sentido de levar essa política com eficiência e contribuir com o desenvolvimento, especialmente dos Municípios do interior, onde as alternativas de fontes de desenvolvimento como indústria são muito difíceis. De forma que, pela reforma agrária, creio que é a grande via para se levar esse desenvolvimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Dr. Nilton Bezerra Guedes.

Eu gostaria apenas de fazer uma indagação a V. S^a, que falou, no final, que são 23 mil hectares nesse assentamento de uma empresa reflorestadora e madeireira. O senhor falou que houve uma programação de corte dessas árvores, desse plantio, que foi também objeto de auditoria do TCU, e se essa programação de corte referida por V. Ex^a foi respeitada, embora o senhor também tenha esclarecido que isso se deveu à decisão do próprio assentado que, por sua conveniência financeira, iria abater ou não mais ou menos árvores.

Então, como foi feito esse processo?

Como o senhor fala em araucária, eu sou de uma região, Lagoa Vermelha, que, digamos, foi o berço. Lá houve desmatamento. À época, aquilo não se entendia como uma lesão ao meio ambiente. Era uma questão da forma de entender a árvore. E a araucária hoje é uma espécie de símbolo dessa região de clima temperado brasileira, famosamente distribuída pela gralha azul no Paraná, onde o senhor está agora.

Hoje uma araucária tem um valor... Para o senhor ter uma ideia, um morador da região ali da Serra, Farroupilha, Garibaldi, recebeu uma multa do Ibama no valor de R\$10 mil por ter abatido uma araucária – uma araucária. Então a araucária tem esse símbolo. E uma estrada, a BR-470, entre Lagoa Vermelha e Barracão, foi contornada por causa de uma araucária.

Então eu queria só um pouco dessa analogia de se tratar a mesma preservação de uma árvore nativa, mesmo que tenha sido, como disse V. S^a, plantada nesse processo.

São essas as duas questões que eu tenho para V. S^a, já que nas informações e na cautelar apresentadas ao Tribunal de Contas o próprio Tribunal já está num processo de revisão ou alteração daquelas definições que havia tomado em relação às multas, em relação, digamos, às consequências das irregularidades encontradas do ponto de vista administrativo.

Então são essas as minhas dúvidas.

O SR. NILTON BEZERRA GUEDES – Senadora, agradeço a pergunta, porque me deu a oportunidade de reforçar esses dois temas.

Quanto ao corte não obedecendo rigorosamente ao plano de manejo que estava traçado, como eu disse, dentro desse plano de manejo foi pensada uma logística mais ampla, no sentido da venda como um todo dessa madeira para justamente fazer a melhor venda, mas isso pensando numa melhor estruturação econômica e numa melhor eficiência do próprio assentado.

Nós pensamos inicialmente numa grande estrutura, numa central de associações e tudo mais que organizaria todo esse processo de venda. Depois, durante o andar, digamos, do assentamento, os assentados se organizaram em associações, mas em pequenas associações e resolveram fazer essa comercialização mais autônoma, para não ficar presos a uma estrutura maior. Mas ele tinha liberdade para fazer isso, até porque ele assumiu essa conta, essa dívida que vai ser incorporada ao seu lote quando da titulação.

Então o plano de manejo foi eminentemente orientativo nesse sentido, mas tem a dinâmica, digamos, do próprio assentado, da organização deles, de forma que o TCU olhou com um olhar estritamente rigoroso – e até digo que não está errado –, no sentido de que estava escrito isso no nosso termo aditivo, mas na interpretação do todo é que nós gostaríamos que relevasse essa dinâmica que acabou acontecendo.

O que acontece? Aquele assentado que... Até o TCU nos concedeu 180 dias para analisar caso a caso, o que acabamos fazendo e dando essa audiência para os assentados. Cada um justificou por que fez, aonde aplicou e tudo mais. Aí nós fizemos também individualmente essa análise. Apresentamos um relatório ao nosso órgão de controle.

Aquele assentado que vendeu essa madeira num percentual acima, que investiu, que está morando no lote e que está honrando com os seus compromissos, nós achamos por bem não puni-lo com a rescisão do contrato de assentamento. Entendemos que, aí sim, o prejuízo social e econômico ia ser tremendo, porque, além de tentar recuperar o recurso da madeira, nós ainda tínhamos que entrar com uma ação de reintegração, retirar esse assentado e levá-lo para a beira da estrada, já que nós não temos área no Estado do Paraná hoje para assentar. Nós já temos sete mil famílias acampadas, então gerariamos mais um sem-terra. E o transtorno dessa família que lutou anos e anos para conquistar a terra e, de repente, porque cortou um percentual a mais, nós puniríamos. Creio que até um juiz dificilmente daria reintegração de posse para o INCRA nesse sentido. Então nós relevamos.

Agora, aquele assentado que vendeu a madeira, trocou de lote ou até saiu do assentamento, contra esse nós estamos entrando com uma ação pesada, criminal. Isso nós estamos fazendo, ou seja, estamos agindo.

No caso da araucária, nobre Senadora, aquela araucária realmente que é plantada para fins de recuperação ambiental, realmente ela não é passível de corte, mas a araucária que tem plano de manejo registrado e que tem fim comercial declarado, com todo um padrão para isso, ela é passível de corte. É o caso dessa. Hoje, todas elas estão em final de ciclo, então elas não foram cortadas no meio, digamos, do ciclo. O corte não está sendo em todas, e sim um corte raso. Há assentado que está manejando, há agropecuária por dentro, enfim.

Ou seja, a araucária faz parte da vida da região, do assentamento. Mas, dentro do lote, entendemos, inclusive os órgãos ambientais entendem que é legal. Não haveria esse problema do corte em si.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Até agora, nesse momento, tiram um lucro com a receita da venda do pinhão...

O SR. NILTON BEZERRA GUEDES – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ...que é uma amêndoa muito saborosa. Eu consulto os Senadores se têm alguma dúvida.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Ana Amélia, senhores convidados, Srs. Senadores, eu vou fazer um comentário sobre o INCRA, porque o Dr. Nilton, como Superintendente do Paraná, não deverá ter o conhecimento das questões da atuação do INCRA no Pará.

O Pará, Senadora Ana Amélia, é o Estado que tem o maior número de assentamentos do Brasil, e, lamentavelmente, aqueles brasileiros que lá se encontram assentados estão abandonados à própria sorte. Eles não têm o devido apoio do INCRA e ficam sem ter condições de transportar a sua produção, em função de as vicinais estarem, quase todas elas, intrafegáveis. Na nossa região as chuvas são impiedosas para a questão de estradas de terra. Como não há manutenção, como o INCRA não repassa os recursos necessários para que essa recuperação seja feita... E, pior, aqueles recursos repassados são desviados da sua função. Inclusive, pela Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, vou fazer um requerimento para que o TCU possa fazer uma tomada de contas especial no Incra do Estado do Pará, porque os poucos recursos, Dr. Nilton, que para lá estão indo, estão sendo desviados. Fazem contratos e, na realidade, a obra não é feita. Como a chuva vem e ela própria destrói, é muito fácil dizer: "Foi feita e a chuva acabou com a terraplenagem." Mas, na realidade, elas efetivamente não são feitas.

Dr. Ricardo, também não sei se V. Sª poderia responder. O Governo brasileiro, na última viagem da Presidenta Dilma aos Estados Unidos, assinou vários acordos com os Estados Unidos da América. Inclusive, a Ministra Kátia Abreu estava acompanhando essa viagem. Entre os acordos, havia a abertura do mercado americano para exportação da carne brasileira. Quatorze Estados tiveram atendida a possibilidade de exportar a carne. O Estado do Pará não fez parte desse grupo seletivo de Estados, mas possui o quarto ou quinto rebanho bovino do Brasil. Eu fiz um contato, procurei a Ministra Kátia, mas ela está em viagem à Rússia. Falei com a Ministra interina, Drª Maria Emília, que me disse que o Estado do Pará não teria sido incluído porque essa relação de 14 Estados já vinha de 2007, sendo acordada com os Estados Unidos em 2007, e o Pará só foi incluído como livre da febre aftosa por vacinação em 2011, mas que a Ministra Kátia Abreu já tinha determinado a inclusão do Pará na lista dos Estados exportadores de carne, e que isso deveria acontecer até o final do mês de julho. Faço esta pergunta porque o Pará inteiro – o setor produtivo, pecuário do Pará e os frigoríficos – está muito preocupado com essa exclusão. Se V. Sª tiver condições também de confirmar a resposta da Ministra interina para que, pela TV Senado, os produtores do Pará possam ficar mais tranquilizados... Nós vamos encaminhar... Ontem fizemos uma reunião de Bancada e a Bancada do Estado tomou a decisão também de encaminhar à Ministra uma correspondência solicitando exatamente isto: que o Pará possa e deva ser incluído o mais rápido possível na relação dos Estados que possam exportar carne para os Estados Unidos da América do Norte.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador Flexa Ribeiro.

Em relação ao Dr. Nilton Bezerra Guedes, como bem V. Exª explicou, ele é do Paraná, o seu Estado é do Pará, e V. Exª encaminhará a esta Comissão e à Comissão de Fiscalização um pedido de informações.

Mas o senhor fez uma pergunta e uma solicitação ao Dr. Ricardo Santa Ritta, que aqui representa o MAPA. Então, com a palavra o Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO SANTA RITTA – Obrigado, Senadora.

Senador Flexa, inclusive, estou com os comunicados em restrito regime de urgência para entregar hoje pela manhã. Estão comigo, ali na bancada, daqui a pouco entrego ao senhor, serão aos três Senadores do Pará e os 18 Federais. São 18, corrija-me, Senador. São 21 ou 17?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Deveriam ser 21.

O SR. RICARDO SANTA RITTA – Vinte e um, exato. São 18, ainda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas a proporcionalidade não foi cumprida pelo Congresso Nacional. Aliás, o Congresso até fez...

O SR. RICARDO SANTA RITTA – Fez, foi...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas o Supremo derrubou.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – A Justiça Eleitoral.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Somos 17.

O SR. RICARDO SANTA RITTA – Mas posso afirmar, está em mãos, nosso assessor, Alexandre, está ali atrás. Vou entregar daqui a pouco ao senhor e a todos os Parlamentares do Pará, à Presidenta Ana Amélia, da Comissão do Senado e ao Deputado Irajá Abreu, que é o Presidente da Comissão da Câmara, como comunicado oficial. A Ministra...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas V. S^a poderia antecipar o comunicado oficial? Até porque, pela TV Senado vai chegar a notícia muito mais rapidamente aos amigos paraenses.

O SR. RICARDO SANTA RITTA – Sinceramente, Senador Flexa, eu respeito muito a hierarquia. Não estou incumbido de falar isso pela TV Senado, mas garanto ao senhor... Por favor, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu queria só auxiliá-lo, porque talvez seja documento com prazo para divulgação. É um acordo que está sendo firmado ou já foi firmado ainda em regime não publicizável. Eu entendo, mas V. Ex^a terá conhecimento disso e, na reunião que teremos, ou mesmo no plenário do Senado, V. Ex^a poderá informar aos pecuaristas e à indústria de carnes do seu Estado do Pará da sua preocupação, Senador Flexa Ribeiro, ou esta Comissão poderá auxiliá-lo nas demandas relacionadas à defesa dos interesses do seu Estado, se V. Ex^a assim o entender. Estou apenas entrando em socorro, porque penso que sejam documentos oficiais aos quais não seja possível hoje dar publicização e nós daremos assim que possível.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senadora Ana Amélia, há o ditado popular que diz que o afobado come cru. (*Risos.*)

A Ministra interina disse que faria essa comunicação ao governador e à Bancada. Se o documento vai ser entregue à Bancada, a cópia que cabe a mim eu posso publicar. Já poderei...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Resolvido o problema.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... ler aqui a resposta que a Ministra interina está encaminhando.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – A responsabilidade do nosso Senador Flexa Ribeiro sobre a informação que ele tanto deseja para atender.

Enquanto a Assessoria do Ministério procura a correspondência, passo a palavra ao Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Dr. Nilton, talvez tivesse sido bom a gente ter tido acesso também à cópia do recurso de vocês, como temos acesso aqui ao acórdão. Como não há, mas pela exposição do TCU, pelo que você disse, pergunto: algumas das coisas consideradas infração, tipo desmatamento ou aproveitamento da floresta acima do plano de manejo, o senhor explicou; alguns que cometeram esse crime não investiram nas propriedades deles lá, o senhor também explicou; agora, há algumas coisas, por exemplo. Daquilo que o TCU considerou irregularidade, a superintendência – ou seja, o Incra – tem tomado as providências para corrigi-las? Se é que eram irregularidades mesmo. Ao que parece, o senhor mesmo admite que há irregularidades.

Essa empresa tinha uma ocupação irregular de uma área que era própria do Governo Federal e vocês a recuperaram. A empresa tinha algum direito à indenização pelo reflorestamento ou não?

Por fim, lá no meu Estado do Tocantins, as estradas que dizem respeito ao Incra – dentro dos assentamentos, porque se dizem respeito ao Incra é dentro de assentamento, pelo que eu sei até hoje – via de regra, elas estão melhores. As estradas vicinais que ligam a sede do Município ao assentamento são um desastre, que são responsabilidade dos Municípios ou do Governo do Estado, que não são responsabilidade do Incra. As do Incra, pelo que eu sei, são dentro do assentamento, não é isso? As que ligam a sede do Município ao Incra são responsabilidade do Governo ou dos Municípios. Agora, não sendo responsabilidade do Incra, precisamos encontrar uma saída para ajudarmos a viabilizar a solução dessas estradas, porque elas, sim, têm sido impeditivas para transporte da produção, o ônibus escolar, etc., o que é um transtorno muito grande. Embora não seja responsabilidade do Incra, em tese, do Governo Federal, esses casos são problemas graves, porque isolam o assentamento que tem uma transitabilidade boa interna, mas não tem a ligação com a sede do Município facilitada em função de que os Municípios muitas vezes não conseguem. Embora a Presidenta Dilma tenha mandado uma patrol, uma retroescavadeira e um caminhão caçamba para os Municípios – pela primeira vez na história se consegue atender a todos os Municípios com um kit desses, o que para o pequeno Município é muito importante –, isso não tem sido suficiente ou não tem sido feita uma boa gestão no sentido de superar esse problema.

Nesse sentido, quero dizer que as vicinais que ligam o assentamento à cidade são um problema muito grave que precisa ser superado de forma que o Governo Federal, através do Incra, através do MDA, ou do Ministério da Agricultura pode cooperar com isso.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Com a palavra o Dr. Nilton. Depois, passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. NILTON BEZERRA GUEDES – Quero agradecer ao Senador Donizeti Nogueira pelas perguntas. Mas, antes, permita-me, Presidenta, só me referir ao Senador Flexa.

Eu fui diretor do Incra em 2007 e fiquei até 2010, aqui em Brasília, Diretor de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, e o Pará foi o Estado que eu mais visitei. Não saía do Pará, por causa dos problemas que tem o Pará. O Pará é um outro mundo, o Norte. O Brasil tem seus brasis. Mas interessante que foi feita uma política bastante agressiva no sentido da busca da terra pública que está na mão de terceiros no Pará e aí a preocupação foi de trazer para a União, depois a destinação ficou em segundo plano. Estamos pagando essa conta e vai, certamente, alguns anos. Sei que há várias políticas nesse sentido de enfrentamento, como projetos sustentáveis, buscando conciliar a questão madeireira com a questão da sustentabilidade. Sei que a infraestrutura lá está toda por fazer, mais pelos rios do que pela estrada, o que é certamente diferente da realidade da maioria dos nossos Estados. Mas os nosso colegas valorosos do Incra, certamente, estão fazendo tudo que é possível, Senador, para avançarem nessa questão. Há muito que fazer mesmo no Estado do Pará.

Agora, Senador...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Permite-me, Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Dr. Nilton, no caso do Pará, acontecem coisas que são inimagináveis.

Nós falávamos antes da audiência sobre a questão de reservas indígenas, que os que lá estão trabalhando já há décadas não têm direito à indenização, inclusive está sendo votada uma PEC para que seja resolvido isso. No caso do Pará, temos um caso que é único, porque foi feita a demarcação de uma reserva indígena em cima de um assentamento do Incra, que é a reserva Apyterewa, em São Félix do Xingu. Acho que foi depois de 2007.

O SR. NILTON BEZERRA GUEDES – Eu lembro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Depois de 2007 a homologação. E até hoje não foi... Vai fazer dez anos e os assentados estão lá, não saem, têm o sustento das suas famílias tirado dos seus lotes e têm um grande plantio de cacau nesse assentamento, Senadora Ana Amélia. Também estamos tratando da questão da cultura do cacau aqui na Comissão de Agricultura.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agora as questões do Senador Donizeti e mais algum comentário ao Senador Flexa.

O SR. NILTON BEZERRA GUEDES – Só fechando para o Senador Flexa essa questão indígena, de assentamentos. Ela é mais recorrente do que o senhor imagina. Nos outros Estados também existe. No Paraná, tenho um assentamento que foi atingido por uma área indígena bem recentemente.

Acontece que antes se criava assentamento de uma forma estanque, ou seja, cada órgão buscava resolver o seu problema e tocava a vida. Então, o Incra, quando tinha uma área pública, trazia para a reforma agrária, ou, quando desapropriava, ele criava o assentamento, assentava a família e implantava as políticas; a Funai tocava a política dela; a Fundação Palmares, os quilombos; e assim por diante. Nós últimos anos, isso não vem acontecendo. O Incra implantou uma série de medidas no sentido de que, antes de se criar o projeto de assentamento, sejam consultados todos esses órgãos concorrentes, como Funai, ICMBio, Fundação Palmares e outros, justamente para evitar esse problema para o futuro. Então, eu acho que nós não estamos mais criando esse passivo. Agora, há essas questões que precisam ser resolvidas, mas creio que caso a caso, com bom senso. Cada área tem que ceder.

No tocante à discussão da indenização, eu até cito o seguinte: no Paraná, nós temos uma grande região em Guaíra, onde se está reivindicando um território guarani, e aquele terceiro de boa fé que pegou o título, comprou do Estado, pagou, agora está passível de perder. E sei que vários outros Estados têm esse problema. É uma discussão que sei está forte e que vai ter que ser enfrentada. Não dá para resolver um problema criando outro.

Com relação ao ponto do Senador Donizeti, as providências, Senador, que foram solicitadas pelo TCU nós acatamos rigorosamente. Estamos cumprindo. Agora, uma coisa nós temos que declarar aqui: o cobertor é curto. O Incra tem mais de vinte ações. Nós temos muitas ações e, na verdade, poucos servidores para fazer tudo o que se tem que fazer. Essas ações vão desde a mediação do conflito agrário, que não é pouco, até a busca por terras em todas as modalidades, quer seja arrecadação, quer seja desapropriação, quer seja compra. É muito intensa essa pauta. Então, a implantação desse projeto de assentamento é extremamente...

Também hoje há várias políticas que nós vimos tratando dentro dos projetos de assentamento, como assistência técnica, como educação do campo, infraestrutura; enfim, são muitas ações. Por exemplo, abrimos muito trabalho no sentido da governança fundiária. Contudo, não dá para fazer tudo com perfeição. É lógico que é um processo que está em andamento, mas perfeição em todas as medidas é muito difícil.

Outra questão é a dinâmica que se tem. Um assentamento está, no geral, distante das sedes, dos nossos polos de atendimento, e a vida no assentamento tem o dinamismo dela, que não para. Ou seja, alguém quer sair do assentamento, comunica ao Incra, mas nossa capacidade de resposta de ir lá, de vistoriar, de liberar a família não tem a dinâmica segundo a expectativa dos nossos assentados. E a circunstância que leva alguém a sair pode ser de saúde, de briga entre vizinhos, de desentendimento e outros motivos de força maior. Por isso eu digo que só incriminar isso é pouco. Tem que entender o porquê, e nós fazemos o máximo possível.

Por exemplo, hoje, lá no Paraná, estamos com 100% dos nossos assentamentos com assistência técnica. Isso já é um ponto de apoio lá, junto com nosso assentado. Estamos fazendo parcerias com as prefeituras, através das Salas da Cidadania, de ter um profissional capacitado pelo Incra para ser um agente nosso lá no Município. Isso tem avançado. O próprio assentamento nós estamos trabalhando no sentido de autogestão, no sentido de ele, pela organização interna, já dar andamento às demandas, e também um canal de comunicação com o Incra. Isso tem ajudado muito. São ajustes que nós vamos fazendo. Estou dizendo do Paraná.

O Senador Flexa está dizendo do Pará, e, certamente, a dinâmica do Pará é muito diferente. A capacidade, digamos, que eu tenho lá no Paraná não é a mesma do Pará e de outros Estados. E, no Pará, eu tenho problemas, Senador. Então, a nossa vida é difícil nesse sentido. Mas estamos cumprindo rigorosamente, e espero estar convencendo de me tirarem essa multa e, especialmente... *(Ininteligível.)*

Mas, fechando, a empresa tinha direito a receber o reflorestamento, como V. Ex^a disse. Na verdade, o Incra entendeu que sim. Quando, em 2004, nós... O nosso grande objetivo era resolver o conflito que havia ali. Para que V. Ex^a tenha ideia, houve um pedido de intervenção no Estado do Paraná em função disso. Depois é que se viu que o título tinha vício insanável de origem. Até chegamos a entender, na época, que aquela benfeitoria era de boa fé e passível de indenização. O Incra chegou a depositar, depois isso foi liberado judicialmente, e a empresa recebeu. De forma que, nessa decisão que saiu recentemente, da Justiça de 1ª instância do Paraná – que agora está no Tribunal Regional em Porto Alegre –, a meritíssima juíza entendeu que nem a terra nem a benfeitoria eram passíveis de indenização. E a juíza condenou a empresa a devolver esse recurso corrigido.

Finalizando, V. Ex^a coloca a questão das estradas. Até fico contente por sua referência de que, dentro dos assentamentos, está melhor do que fora, num olhar do Incra, mas entristecido pelo conjunto. Eu acho que isso vem bem dentro do foco que nós apresentamos aqui, do novo Incra, da nova diretriz da nossa Presidência, do Ministro, de dar um olhar territorial. Ou seja, o Incra está sendo ali um polo, mas interagindo com todos os atores. Então, esse olhar territorial acho que vai resolver isso, a ponto de que o Incra tem que ser parceiro do Município no sentido de também buscar solução para essas vias de acesso, porque elas afetam o nosso assentado. Ou seja, não adianta o assentado estar numa ilha muito bem organizada, mas sem acesso para escoamento da safra, para transporte escolar – apesar de que queremos escola lá dentro do assentamento –, para transporte em busca de atendimento de saúde. Há todo um fluxo. Então, nós queremos interagir com cidades polo, mas dentro desse olhar territorial. E, certamente, vai sair algum programa nesse sentido. O nosso Ministro e a nossa Presidente... Agora está sendo discutido o 3º Plano Nacional de Reforma Agrária, e eu tenho certeza de que esse tema será contemplado dentro desse enfoque que V. Ex^a coloca.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Dr. Nilton.

Com a palavra, o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu tenho dito aqui nesta Comissão... Inclusive sou o Relator, nesta Comissão, que está trabalhando para apresentar o relatório de avaliação sobre a política de Assistência Técnica e Extensão Rural, escolhido pela minha Presidenta, que nos tem feito trabalhar bem – 8 horas é 8 horas.

Nós temos dois gargalos que espero a agricultura familiar supere: o problema da assistência técnica, um dos problemas muito sérios; e o da certificação do produto. Isso tem inviabilizado os produtores a venderem sua produção quando fazem um mínimo de transformação nela para agregar valor.

Por fim, eu queria dizer o seguinte: pelo que eu conheço do senhor até agora, quero dizer que o senhor pode ter errado tentando acertar, mas não foi um erro de má fé; nós temos o senhor na conta de uma pessoa séria, dedicada a esse processo de reforma agrária, com todo o sacrifício que é, porque o Incra realmente precisa de mais concursos, precisa de mais servidores, porque a reforma agrária não pode ser um negócio para desengano de consciência: pegam as pessoas que estão ali na beira da estrada incomodando ou que estão na cidade incomodando e colocam-nas num pedaço de terra para ficarem longe dos nossos olhos. Nós precisamos fazer da reforma agrária um programa efetivo para que as pessoas prosperem, ascendam econômica e socialmente, porque o País tem muito a ganhar com uma reforma agrária bem-sucedida.

Eu acredito que nós estamos avançando. Se nós superarmos o gargalo da assistência técnica, da certificação dos produtos e conseguirmos resolver o problema das estradas, o campo brasileiro, nesses próximos três anos, vai dar uma resposta muito grande para o Brasil e para o nosso povo.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador Donizeti.

Eu passo a palavra, então, ao Senador Flexa, para a leitura da correspondência, para uma satisfação aos pecuaristas do Estado e também à indústria de carnes do Estado do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Obrigado, Senadora Ana Amélia, por permitir que eu faça a leitura, e os telespectadores da TV Senado e os ouvintes da Rádio Senado no Pará já vão tomar conhecimento em primeira mão.

Agradeço também à Ministra Maria Emília Jaber, interina do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pela informação.

Diz o documento encaminhado a todos os integrantes da Bancada do Pará:

Assunto: Exportações de Carne *In Natura* para os Estados Unidos.

Sr. Presidente, cumpre-me informar acerca dos trâmites realizados para liberação do mercado dos Estados Unidos para importação de carne bovina *in natura* brasileira de unidades frigoríficas de 14 Estados e do DF e explicar os motivos pelos quais o Pará não está incluído nessa lista.

Esses Estados não estão entre as 13 unidades federadas liberadas para vender carne aos Estados Unidos porque, em 2002, quando o Brasil enviou a documentação para os Estados Unidos, não faziam parte da zona livre de aftosa brasileira.

No caso do Pará, a primeira zona livre de aftosa foi estabelecida em 2007, graças ao trabalho realizado pelo Governo local, em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), enquanto a região centro-sul do Estado obteve o reconhecimento como livre da doença em 2014. Em 2014, a zona livre brasileira foi ampliada, com a inclusão dos norte-paraenses e de Estados da Região Nordeste.

No mesmo ano, foram criadas duas zonas de proteção nas divisas do Pará com zonas não livres do País, onde a vigilância da doença é intensificada.

A análise de risco realizada pelos Estados Unidos da América para reconhecer a regionalização da zona livre de aftosa foi um longo e difícil processo de negociação, no qual não foi possível incluir, após seu início, novas áreas do País. Caso isso fosse feito, o serviço veterinário oficial norte-americano reiniciaria todo o processo de análise, retardando ainda mais o pleito do Brasil.

Agora, com o reconhecimento da regionalização, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento se empenhará não apenas em efetivar a habilitação do maior número de plantas frigoríficas na área reconhecida, como também em ampliar para o Estado do Pará e outras áreas produtoras do País.

Respeitosamente,

Ministra de Estado da Agricultura

Maria Emília Jaber.

Esse é o documento, Senadora Ana Amélia. Da conversa que tive com a Ministra interina por telefone, ela me disse que isso seria resolvido ainda no mês de julho. Aqui não há prazo, mas espero que aconteça.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, caro Senador Flexa Ribeiro.

Nossa preocupação é que a audiência encerre-se às 10h, porque aí nós teremos isto que V. Exª fez: os telespectadores pecuaristas do Pará ouviram sua informação. Estamos ao vivo agora. Às 10h em ponto, esta Comissão sai do ar, e entra a CRE (Comissão de Relações Exteriores).

Eu queria agradecer muito a presença do Dr. Fernando Rodrigues Leite, diretor da 2ª Diretoria da SecexAmbiental, do Tribunal de Contas da União, pelos esclarecimentos, pela responsabilidade do trabalho feito e também pela notícia de que outros Estados serão igualmente auditados nessa mesma área – e serão acompanhados por esta Comissão.

Quero agradecer ao Dr. Nilton Bezerra Guedes, Superintendente do Incra no Estado do Paraná; ao Dr. Ricardo Santa Ritta, assessor especial da Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senadora Kátia Abreu, representante do MAPA.

Então, agradeço a todas as instituições, ao Presidente do Tribunal de Contas, ao Ministro Patrus Ananias e à Ministra Kátia Abreu pela valiosa colaboração.

Estão dispensados, com o agradecimento desta Presidência.

Eu queria também, antes do encerramento, agradecer à assessoria e à Consultoria Legislativa do Senado e desta Comissão pelo teor do trabalho realizado no encaminhamento das correspondências da audiência anterior, também fruto de um voto do Senador Ruben Figueiró a respeito de auditoria do TCU, a respeito de agrotóxicos. Então, agradeço aos senhores e, igualmente, agora peço que também seja oficiado ao Ministro Patrus Ananias sobre o teor da audiência pública desta manhã, cumprindo, assim, uma determinação.

Poderíamos “engavetar”, ou arquivar, melhor dizendo, porque “engavetar” é uma palavra não bem correta, mas preferimos fazer audiência pública, para dar transparência às ações desta Comissão.

Então, renovo o agradecimento a todos os participantes e lembro a todos os Srs. Senadores, aos ouvintes da Rádio Senado e aos telespectadores da TV Senado que será realizada amanhã, dia 10 de julho, a partir das 14 horas, na cidade de Ijuí, na região noroeste do Rio Grande do Sul, o VIII Seminário do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de debater o seguinte tema: “Mercados e perspectivas para o futuro da produção leiteira em nosso País”.

Ao encerrar esta reunião, quero agradecer aos Srs. Senadores que aqui compareceram e também aos nossos palestrantes.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 1 minuto.)

ATA DA 26ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 16 DE JULHO DE 2015.

Às oito horas e um minuto do dia dezesseis de julho de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Donizeti Nogueira e Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Sérgio Petecão, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Blairo Maggi, Valdir Raupp, Hélio José, Flexa Ribeiro e Davi Alcolumbre. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Zeze Perrella, Delcídio do Amaral, Rose de Freitas, Dário Berger, Jader Barbalho e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Donizeti Nogueira, procede à deliberação dos seguintes requerimentos: **ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 50, DE 2015 – EMENTA:** Requer, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para debater, em relação ao setor de energia elétrica, o atual sistema de bandeiras tarifárias e suas implicações por conta do aumento de custo para a agricultura irrigada e para a aquicultura, conforme previsão contida no Art. 3º do Decreto nº 8.401, de 2015. Solicita que seja convidado o Ministro de Minas e Energia, Exmo. Sr. Eduardo Braga; o Diretor Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Sr. Romeu Donizete Rufino; a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Exma. Sra. Kátia Abreu; o Ministro da Pesca e Aquicultura – MPA, o Exmo. Sr. Helder Barbalho; e o Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, o Sr. João Martins da Silva Júnior. A autoria: Senador Waldemir Moka. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. **ITEM 2: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 51, DE 2015 – EMENTA:** Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em conjunto com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, no município de Esteio, estado do Rio Grande do Sul, no dia 4 de setembro de 2015, durante a realização da EXPOINTER 2015, que tem por objetivo debater o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), que faz parte do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA). Para tanto sugere que sejam convidados: Sra. Kátia Abreu – Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. Ernani Polo – Secretário de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul; Sr. Rodrigo Marques Lorenzoni – Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV-RS); Sr. Melvis Barrios Junior - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-RS); Sr. Francisco Saraiva Júnior – Presidente da União Nacional dos Fiscais Agropecuários (UNAFA); Sr. Luiz Carlos Folador – Presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS); Sr. Carlos Rivaci Sperotto – Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL); Sr. Carlos Joel da Silva – Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS); Sr. Ronei Lauxen - Presidente do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Rio Grande do Sul (SICADERGS); Sr. José Roberto Fraga Goulart – Presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Suínos do Estado do Rio Grande do Sul (SIPS); Sr. Nestor Freiberger – Presidente da Associação Gaúcha de Avicultura (ASGAV); Sr. Alexandre Guerra – Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Estado do Rio Grande do Sul (SINDILAT-RS). A autoria: Senadora Ana Amélia, subscrito pelo Senador Waldemir Moka. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. Encerrada a deliberação, o Senhor Presidente dá início à Audiência Pública aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 25, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, consoante o Requerimento (RRA) nº 13, de 2015, que trata da avaliação da Política Pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, que tem por finalidade apresentar e discutir os achados de auditoria realizada em 2012 pelo Tribunal de Contas da União quanto à execução da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), voltada para o público do Plano Brasil Sem Miséria, e acompanhamento das determinações e recomendações, com a participação do Sr. Guilherme Varques Tavira - Assessor da Coordenação do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - MDA; Sr. Ronaldo José Ribeiro - Chefe de Gabinete da Secretaria da Agricultura Familiar - MDA (representante de: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária); Sr. Dagomar Henriques Lima - Secretário de Métodos Aplicados e Suporte à Auditoria do Tribunal de Contas da União - TCU; Sr. Cláudio Antonio Almeida Py - Diretor de Auditoria da Área de Produção e Comunicações da Controladoria-Geral da União - CGU. Os Senhores Senadores Waldemir Moka, Blairo Maggi, Davi Alcolumbre, Donizeti Nogueira, Wellington Fagundes e José Medeiros fazem uso da palavra. O Senhor Presidente, Senador Donizeti Nogueira informa que solicitará audiência com a Sra. Maria Lúcia de Oliveira Falcón, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para atender manifestação do Senador Wellington Fagundes. Após esta informação, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador

Wellington Fagundes para apresentar breve relato sobre a viagem ao Japão e Rússia, realizada no início do mês de julho, como integrante da comitiva liderada pela Sra. Kátia Abreu, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatorze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR DONIZETI NOGUEIRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom dia, senhores e senhoras; Senadores e Senadoras; Senador Waldemir Moka, sempre presente no horário regimentalmente marcado.

Declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, será dada como aprovada.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, há sobre a mesa dois requerimentos.

Requerimento nº 50, de 2015, de autoria do Senador Waldemir Moka.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 50, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos do disposto no art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para debater, em relação ao setor de energia elétrica, o atual sistema de bandeiras tarifárias e suas implicações por conta do aumento de custo para a agricultura irrigada e para a aquicultura, conforme previsão contida no Art. 3º do Decreto nº 8.401, de 2015. Para tratar do tema, solicita que seja convidado o Ministro de Minas e Energia, Ex^{mo} Sr. Eduardo Braga; o Diretor Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Sr. Romeu Donizete Rufino; a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Ex^{ma} Sra Kátia Abreu; o Ministro da Pesca e Aquicultura – MPA, o Ex^{mo} Sr. Helder Barbalho; e o Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, o Sr. João Martins da Silva Júnior.

Autoria: Senador Waldemir Moka

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Brasília, 15 de julho de 2015.

Com a palavra, o Senador Waldemir Moka, para falar sobre o requerimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, o requerimento, por si só, se justifica.

Na verdade, a chamada bandeira, sobretudo a bandeira vermelha, traz esse custo que estamos vendo no setor urbano, mas, em relação à produção, esse custo está inviabilizando algumas produções.

O requerimento pretende, junto com essas autoridades, criar alternativas para isso. Nós temos um sistema de produção irrigada, por exemplo, que está praticamente inviável com o custo, sobretudo, da chamada bandeira vermelha.

Então, o requerimento tem a finalidade de debater o assunto com a representação da CNA, do Ministério da Agricultura e do Ministério da Pesca e também com o Ministro de Minas e Energia, para que encontremos uma solução para esses produtores, especialmente os que utilizam energia – a maioria utiliza –, principalmente na irrigação, porque eles estão sofrendo muito com esse sistema.

Portanto, a audiência pública tem esse objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Moka, eu quero ponderar também que é importante esse debate neste momento.

Em um Estado produtor de energia, como o Estado do Tocantins, que produz e exporta energia, e outros, precisa haver uma diferenciação nessa situação. Se ele está produzindo e exportando energia, também não seria justo que fosse... Se são necessárias as bandeiras, esses Estados produtores e exportadores de energia teriam que ter um tratamento diferente.

Pelo que se observa nos debates em outras comissões de que já participei, Estados produtores, em alguns lugares, estão pagando mais caro do que Estados importadores de energia.

Então, a matéria é muito relevante.

Coloco em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vamos ao segundo requerimento.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 51, de 2015

- Não terminativo -

Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em conjunto com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, no Município de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 4 de setembro de 2015, durante a realização da EXPOINTER 2015, que acontece de 29 de agosto a 6 de setembro do corrente ano. A reunião tem por objetivo debater o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), que faz parte do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). Para tanto sugere que sejam convidados: Srª Kátia Abreu – Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. Ernani Polo – Secretário de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul; Sr. Rodrigo Marques Lorenzoni – Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV-RS); Sr. Melvis Barrios Junior - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-RS); Sr. Francisco Saraiva Júnior – Presidente da União Nacional dos Fiscais Agropecuários (UNAFIA); Sr. Luiz Carlos Follador – Presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS); Sr. Carlos Rivaci Sperotto – Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL); Sr. Carlos Joel da Silva – Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS); Sr. Ronei Lauxen - Presidente do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Rio Grande do Sul (SICADERGS); Sr. José Roberto Fraga Goulart – Presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Suínos do Estado do Rio Grande do Sul (SIPS); Sr. Nestor Freiburger – Presidente da Associação Gaúcha de Avicultura (ASGAV); Sr. Alexandre Guerra – Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Estado do Rio Grande do Sul (SINDILAT-RS).

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Assina o requerimento a Senadora Ana Amélia. Como ela não pôde estar aqui hoje por motivos de viagem, o requerimento é subscrito pelo Senador Waldemir Moka.

Passo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, como todos nós da Comissão sabemos, há uma prática nesta Comissão de, às sextas-feiras, se deslocar para fazer essas audiências públicas em vários Estados.

A Senadora Ana Amélia, que, por motivo de viagem – acho que está em uma missão oficial –, não pôde estar presente, pediu que eu subscrevesse esse requerimento, que prevê, na verdade, mais uma das atividades desta Comissão.

Como o requerimento traz na sua justificativa, trata-se de uma audiência pública para discutir exatamente essa questão da vigilância sanitária.

Ela convida, no requerimento, os principais interessados, desde os presidentes de associações e entidades de suinocultura e avicultura até os representantes de entidades de classe, como o Conselho Regional de Medicina Veterinária e o Conselho Regional de Agronomia.

Acho que é uma oportunidade interessante e importante, porque também coincide com a exposição agropecuária de Esteio.

Não tenho dúvida de que a Senadora Ana Amélia comandará isso com sua habitual competência e determinação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Moka, esses ciclos de palestras têm sido muito relevantes, e a Comissão tem realizado um por mês. Já realizamos um em Palmas, que reuniu mais de 250 técnicos, produtores, empresários e cientistas, para discutir a agricultura de baixo carbono e a piscicultura.

Então, certamente essa audiência em Esteio vai ser muito importante. Como o senhor disse, a Senadora Ana Amélia vai conduzir, como ninguém, com a competência que tem, mais esse ciclo de palestras realizado por esta Comissão, o que é importante para o debate aqui no Senado, para os trabalhos que vimos realizando e para o Brasil. Então, será um sucesso certamente. Espero que possamos estar lá com ela nessa oportunidade.

Então, coloco em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Nós vamos dar sequência à presente reunião, que se destina à realização de audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 25, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que tem por finalidade apresentar e discutir os achados de auditoria realizada em 2012 pelo Tribunal de Contas da União quanto à execução da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), voltada para o público do Plano Brasil Sem Miséria, e acompanhamento das determinações e recomendações.

A audiência pública é parte do processo de avaliação da política pública referente ao Requerimento nº 13, de 2015, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no exercício de 2015, cujo Relator é o Senador Donizeti Nogueira.

Comunico a presença dos seguintes convidados e os convido para comporem a Mesa conosco nesta manhã: Sr. Ronaldo José Ribeiro, Chefe de Gabinete da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – por favor, Sr. José; Sr. Guilherme Vasques Távira, Assessor da Coordenação do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Sr. Antônio Almeida Py, Diretor de Auditoria da Área de Produção e Comunicações da Secretaria Federal de Controle Interno da CGU; e, por último, Sr. Dagomar Henriques Lima, Secretário de Métodos Aplicados e Suporte à Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU).

Devo informar que estamos ao vivo pela TV Senado e pela Rádio Senado e que também podemos receber contribuições dos ouvintes e dos telespectadores pelo e-Cidadania do Senado, programa que permite essa interação com a sociedade brasileira. Através do e-Cidadania, nós podemos receber perguntas, observações e considerações nos trabalhos da Comissão.

Ainda não tenho, Senador Moka, a habilidade da Senadora Ana Amélia para conduzir a reunião, mas vamos aprendendo.

Quero, então, para dar início aos nossos trabalhos, tecer aqui alguns breves comentários.

Em 2012, o TCU realizou auditoria com o objetivo de verificar se a estratégia de implementação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) está consistente com os objetivos pretendidos no Plano Brasil Sem Miséria e se atende aos princípios estabelecidos na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Faremos essa segunda audiência para a instrução da avaliação da PNATER no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.

Na primeira, ouvimos entidades do Governo Federal ligadas à execução da PNATER, com o objetivo de elaborar um panorama geral da política com o histórico, a situação atual e as perspectivas futuras.

Nesta segunda audiência pública, o objetivo é verificar o esforço feito pelo MDA e pelo Incra para aprimorar a execução da PNATER, de acordo com as recomendações feitas pelo TCU na auditoria realizada em 2012.

As principais recomendações da auditoria, para citar algumas, foram: desenvolver alternativas capazes de garantir efetivamente a natureza de continuidade do serviço de Ater; fortalecer as atividades de supervisão dos fiscais, inclusive mediante a padronização de procedimentos de monitoramento e de fiscalização de contratos; aperfeiçoar os sistemas informatizados Siater e Siga Livre BSM, de modo que apresentem maior in-

tegração, melhor desempenho, bem assim para que disponham de ferramentas voltadas ao uso gerencial das informações e que permitam a vinculação de mais de um técnico a um único grupo de famílias.

Há mais uma série de observações feitas pela auditoria do TCU, mas vou resumi-las um pouco: buscar, com o Ministério do Desenvolvimento Social, a alteração do Decreto nº 7.644, de 19 de dezembro de 2011, que regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, a fim de flexibilizar a liberação das parcelas do crédito-fomento, conforme as necessidades específicas de viabilização de cada projeto produtivo; divulgar, de forma clara e suficiente, para as entidades executoras de Ater os procedimentos para liberação das parcelas do crédito-fomento, a fim de evitar a ocorrência de atrasos nos pagamentos devidos; consultar os Estados-membros antes do lançamento das chamadas públicas, de modo a aperfeiçoar a lista dos Municípios a serem atendidos e das famílias beneficiárias; na elaboração das próximas chamadas públicas, ajustar o tamanho dos lotes de beneficiários, tanto em número de famílias quanto em número de Municípios, de modo a melhorar a eficiência da prestação do serviço de Ater; incluir mecanismos de incentivo à realização de atividades de mobilização – atividades iniciais prévias à realização de diagnóstico das famílias – e à inclusão das famílias em programas e serviços públicos, principalmente aqueles relacionados com a área agrícola, mas também nos de saúde, educação e assistência social; determinar o número total de atividades a executar nos contratos de Ater, estabelecendo número mínimo de cada tipo de atividade – individual ou coletiva – e definindo novos e aperfeiçoados procedimentos de controle e de execução dessas atividades; e, por fim, revisar o questionário de diagnóstico aplicado nas chamadas do programa Brasil Sem Miséria, de modo a simplificá-lo e adaptá-lo à linguagem e à realidade do público-alvo, bem como as ferramentas disponíveis para acompanhamento por meio de indicadores e outros instrumentos da situação inicial e final dos beneficiários após a execução dos contratos de Ater.

Bem, senhoras e senhores, Senador Waldemir Moka, nós vamos iniciar a apresentação dos nossos convidados, dando dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, para cumprirmos o nosso horário e termos um bom aproveitamento dos trabalhos.

Então, começo pelo Sr. Guilherme Tavira, Assessor de Coordenação do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA, para fazer a sua apresentação.

Vamos controlar o tempo. Quando apitar, venceram os dez minutos. Aí vêm os próximos cinco minutos, se necessário.

Com a palavra, Guilherme Tavira.

O SR. GUILHERME VASQUES TAVIRA – Obrigado.

Primeiramente, quero dar um bom-dia, em especial, ao Senador Donizeti Nogueira e também aos representantes, na Mesa, do TCU e da CGU, ao Chefe de Gabinete do MDA e aos demais presentes nesta audiência pública.

Meu nome é Guilherme Tavira e trabalho com Assistência Técnica e Extensão Rural no MDA desde 2011. Vou apresentar um pouco o que é o trabalho de assistência técnica, sobretudo com imagens, numa apresentação mais visual, e vou explicar um pouco como é o trabalho, como a gente já desenvolveu, com o apoio do TCU e da CGU, várias das recomendações que foram feitas ao Ministério e como foi desenvolvido o programa de Ater no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria.

Só para reforçar, para Assistência Técnica e Extensão Rural a gente utiliza a sigla Ater, a fim de simplificar o discurso e a compreensão.

Pode passar para o próximo eslaide.

A Assistência Técnica e Extensão Rural é uma das ações que compõem o Plano Brasil Sem Miséria. Para tanto, é um pouco importante explicar o que foi esse Plano Brasil Sem Miséria no primeiro mandato do Governo Dilma.

O censo do IBGE de 2010 demonstrou a existência de um mapa de pobreza com 16 milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade, com renda *per capita* de até R\$70. Para superar essas condições de vulnerabilidade, o Governo Federal criou três eixos de ação.

Há um eixo específico para a garantia de renda. Então, as famílias com pobreza extrema muito dura têm acesso ao Bolsa Família e a outras ações de alívio imediato da pobreza. Existe também um eixo de acesso a serviços públicos, que são ações para mitigar a pobreza em outras dimensões da vulnerabilidade, com acesso à energia elétrica, acesso à água para consumo e produção, acesso a serviço de educação e saúde. Então, o Governo Federal contou com ações de diversos ministérios para mitigar, com serviços públicos, a pobreza. E há ainda ações do eixo de inclusão produtiva, em que entra a Assistência Técnica e Extensão Rural. Ela entra no eixo de inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria, especificamente para o rural.

Qual é o objetivo da Ater? Como explico para a minha família, de forma mais simples e resumida, a Ater trabalha com agrônomos, com especialistas em ciências agrárias e em outras áreas para acompanhar as famílias

num projeto de estruturação produtiva. Paralelamente, a Ater tem um crédito-fomento, como foi mencionado, no valor de R\$2,4 mil, que auxilia as famílias num projeto produtivo. Uma família extremamente vulnerável passa a ter um acompanhamento técnico – utilizo a metáfora da vara de pescar e do ensinar a pescar – do nosso técnico de Ater e o crédito-fomento, que é a nossa vara de pescar. Então, famílias que antes da rota estavam em situação de extrema pobreza, com produção insuficiente e em situação de insegurança alimentar, recebem infraestrutura de água e luz, apoio com a Ater e com o crédito-fomento para que possam, porteira para dentro, produzir mais, melhorar a alimentação, melhorar a renda. Porteira para fora, paralelamente a Ater também articula para que haja a ampliação dos canais de comercialização via Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar e outros mercados institucionais, para além da venda privada. Então, esse é um resumo da rota de inclusão produtiva rural do Brasil Sem Miséria, em que entra a Assistência Técnica.

Colocando os conceitos de forma bastante pontual, há um macroproblema: de 16 milhões de pessoas em situação de pobreza, 7,5 milhões estão no meio rural.

O problema específico que a gente enfrenta é o de agricultores familiares com capacidade produtiva reduzida. Então, o objetivo do programa é aumentar as capacidades e as oportunidades desses agricultores. O público-alvo são agricultores familiares com renda *per capita*, hoje atualizada, de até R\$77. Então, o programa chega às famílias mais vulneráveis e mais humildes e tem um foco bastante específico.

Os beneficiários são encontrados por meio de lista dos cadastros do Governo Federal: a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) – documento do MDA – e o Cadastro Único, com renda até R\$77, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Então, o MDA entrega uma lista fixa de famílias, com quem está nos cadastros governamentais, e ainda abre espaço para uma busca ativa, que é a procura por agricultores familiares e famílias que não estão nos registros governamentais – é o público vulnerável e invisível ao Estado. Então, a ação de Ater chega a ambos os públicos: o conhecido e o público ainda desconhecido.

A meta, no período anterior, de 2011 a 2014, foi de 250 mil famílias e já foi efetivamente ultrapassada em contratos de Ater. Até o presente momento, 185 mil famílias já tiveram o projeto produtivo – o projeto de superação da vulnerabilidade elaborado – e receberam o crédito-fomento.

Quais são as ações mais direcionadas da inclusão produtiva rural? A nossa Ater atua com atividades individuais por meio do acompanhamento de cada família e com atividades coletivas. Há também o fomento, que é a transferência de R\$2,4 mil. Além disso, a Ater promove a integração de outras políticas públicas. A Ater é a grande política pública para o meio rural, porque ela auxilia na chegada das políticas de assistência social e de outras políticas de desenvolvimento agrário, com a resolução, inclusive, de outros problemas sociais que as famílias tenham.

O prazo do serviço de Ater tinha, inicialmente, a duração de 15 meses. Com o próprio apoio do TCU e da CGU, a gente conseguiu ampliar o prazo de contrato, que hoje chega a até cinco anos, e a gente já chegou a fazer contrato de quatro anos de serviços de Ater.

A gente tem vários resultados esperados com esse programa. Em vez de falar um pouco deles, vou mostrar em fotos.

Primeiramente, a gente vê aqui um mapa do Brasil com uma gradação de cores entre amarelo e vermelho, conforme o número de famílias em cada Município. O censo do IBGE demonstrou que o grosso da pobreza está na Região Norte e na Região Nordeste. Quando a gente olha o mapa de atendimento, nessas regiões a Ater ficou mais fortalecida e chegou a um maior número de famílias.

A estratégia foi para o Brasil inteiro, mas, infelizmente, como a gente pode ver no mapa, em alguns Estados os contratos tiveram um início atrasado e ainda não estão produzindo resultado; em outros Estados, o regime de edital de competição deu lote vazio. Então, nenhuma empresa, nenhuma instituição foi vencedora e não existe Ater acontecendo nesses Estados. Por isso, algumas regiões do mapa estão sem presença de Municípios. Mas a gente já chegou a um número maior que 250 mil famílias atendidas por Ater do MDA e por assistência técnica do Incra.

Aqui a gente tem o primeiro resultado qualitativo, que é a chegada do público invisível, como eu comentei. Para além do público que é conhecido pelo MDA e pelo MDS, os Ministérios utilizaram instrumentos inovadores. Aqui há o exemplo de um barco para mutirão de documentação na Região Norte. Então, famílias que não tinham os documentos necessários para acessar a política pública contaram com a emissão de documentos da DAP, do NIS, entre outros, para que fosse possível o acesso à política de Ater.

Outro resultado qualitativo, já com o apoio das ações de Ater e com essas ações qualificadas pela gestão e pelo aprimoramento da Ater junto com o TCU e a CGU, foi a autonomia produtiva de famílias, a diversificação da produção – produção de mais de um produto agrícola – e o aumento da produção e renda.

Essa família eu visitei pessoalmente – é a família da Rosa Maria. Ela construiu um galinheiro rústico, simples, porque os recursos do fomento são limitados, e construiu uma horta suspensa.

Essa família...

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME VASQUES TAVIRA – Dez minutos. Vou agilizar.

Essa família participou do primeiro ano do programa, no início da implementação e do aprimoramento do programa. A família recebeu a primeira parcela do fomento de mil reais, realizou todo esse investimento e, antes mesmo de receber a segunda parcela – no primeiro ano, a gente ainda tinha dificuldades –, ela já conseguiu a sustentabilidade econômica, ela produzia. Comprou os pintos, a alimentação animal, fez o galinheiro, o bebedouro, e, depois de dois, três meses, já estava vendendo a galinhada.

Ela agregou valor ao produto produzido e, com esse valor agregado, foi possível que ela conseguisse reproduzir o ciclo antes mesmo de chegar outras parcelas do fomento. Então, ela já conseguiu a sustentabilidade econômica.

Esse sorriso na cara dela não é à toa. Quando eu a visitei, ela já estava conseguindo com parte dos recursos ampliar a produção, o número de galinhas, e ampliar, inclusive, a moradia dela, melhorar a moradia dela, que é um dos principais desejos das famílias em situação de vulnerabilidade.

Aqui outro resultado é a melhoria da segurança alimentar e nutricional e o acesso aos mercados institucionais. Outra família que eu visitei e que tem uma horta comunitária, feita com outros integrantes da comunidade e aqui uma reunião coletiva em que as famílias têm a oportunidade de aprender um pouco com técnicos que vão para além da questão produtiva, trabalham a questão da segurança alimentar e da melhoria da nutrição com as famílias.

Aqui, um agricultor que tem uma horta e foi beneficiário também da cisterna e ele vende para o PAA, se não me engano para o PAA ou para o PNAE.

Aqui outro resultado qualitativo, que é a melhoria da infraestrutura produtiva; aqui, uma pocilga de porcos e, aqui, um galinheiro rústico também. Mas uma tecnologia simples, que é a mera cobertura do galinheiro para o período noturno já evita, por exemplo, que as galinhas peguem alguma doença, se contaminem, além de ficarem protegidas do frio. Então, diminui a mortalidade animal. São pequenos detalhes que a Ater chega junto ao produtor e produz efeito.

Aqui, outro dado qualitativo é o acesso a outras políticas públicas. Aqui uma família de Minas Gerais, a Cleia, que foi beneficiária também do PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural), recebeu uma casa. É o programa que oferece o principal objeto de desejo das famílias em situação de vulnerabilidade, e o agricultor com sua cisterna calçadão. A cisterna calçadão é como se fosse uma quadra de futebol de salão em que a água da chuva cai e ela é direcionada para uma cisterna que auxiliar na produção, no caso, de horticultura. Com a cisterna, com a Ater, com o fomento, a aplicação de todas essas políticas públicas produz um resultado muito maior para as famílias do rural.

Aqui, projetos não agrícolas. O programa de fomento também admitiu projetos do rural não agrícola, que abrangeu realização de sonhos. A Sr^a Maria Helena tem uma horta no quintal, além de galinhas, e parte dos recursos ela utilizou para construir um salão de beleza. Como ela mora em uma comunidade extremamente isolada, o salão de beleza dela, nesse regime de chuvas escassas, no contexto de seca que houve no último período, ele ajudou no aumento de renda e foi uma expressão pessoal mesmo de sonho dela de trabalho.

Um outro resultado qualitativo, que é o fim da invisibilidade social e elevação da autoestima, aqui a gente tem uma habitação que foi objeto de um mutirão, no Rio Grande do Sul, de embelezamento. Era um mutirão de limpeza do quintal, de limpeza das casas, uma ação específica que não tem tanto a ver com produção, mas que tem um impacto pessoal na autoestima das famílias.

Aqui é o caso de uma família do Piauí, que eu visitei, técnica Isaura, agricultora Isabel. Essa agricultora relatou que, nas primeiras visitas do técnico, ela tinha muita vergonha de ir à rua, o fato de chegar uma moto ou um carro, ela sequer ia se comunicar, conversar. Com a chegada do técnico, ela foi adquirindo habilidades sociais, aumentou muito a autoestima, fez um projeto que ela considerava muito bonito e de que ela tinha muito orgulho de apresentar e ela passou a participar de atividades coletivas e mutirões com outros integrantes da comunidade, mostrando outros efeitos pessoais, internos dessa política pública.

Aqui, nesses dois últimos eslaides, a adoção de práticas agroecológicas. Aqui foram utilizados defensivos naturais, diluição da urina do boi para proteger a plantação de milho em vez de utilizar defensivos tóxicos. E, aqui, esse agricultor para a pocilga dele, construiu uma fossa bananeira para proteger os lençóis freáticos.

Por último, tecnologias sustentáveis, que também foram adotadas em alguns Estados, que é a construção de bacias de captação das chuvas e curvas de nível, que protegem o assoreamento dos rios com o lençol freático e mantém a qualidade do solo para a produção.

Eu não entrei muito no detalhe das recomendações do TCU, porque acho que vai ser possível ser dialogado e específico durante a audiência pública.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós é que agradecemos a sua contribuição, Dr. Guilherme Távira.

Vamos ouvir agora o Dr. Ronaldo José Ribeiro, Chefe de Gabinete da Secretaria de Agricultura Familiar do MDA para sua exposição também no mesmo tempo.

O SR. RONALDO JOSÉ RIBEIRO – Muito obrigado. Gostaria muito de agradecer o convite da Comissão e agradecer ao Senador Donizeti, agradecer a presença de todos e todas.

Nós optamos, durante a nossa apresentação do MDA, lembrando também que, a pedido da Presidente do Incra, Maria Lúcia Falcón, estamos aqui representando também o Incra. Por um compromisso anteriormente estabelecido, o diretor do Incra de desenvolvimento, Dr. César Aldrighi, não pode estar presente nesta audiência pública e, por determinação da Presidente do Incra, nós estamos aqui representando a nossa autarquia, o Incra, que cuida dos programas de reforma agrária no Brasil.

Eu queria agradecer muito o convite, chamar a atenção de todos os participantes desta audiência pública para um aspecto que nós consideramos muito importante, além de tudo aqui que já foi aqui explicado pelo Távira, que é um técnico que trabalha conosco nessa área e, pela explanação dele, já é possível observar como isso é feito de uma maneira apaixonada pelo nosso Ministério e pelos nossos técnicos.

Quer dizer, há um compromisso muito grande com esse programa social, principalmente no seu objetivo que é o de retirar essas famílias dessa situação de vulnerabilidade social e de extrema pobreza. Mas também – e isso é o que cabe a mim – chamar muito a atenção e de uma maneira bastante positiva o fato de que essa audiência pública se dá em razão de uma auditoria do TCU, mas que, na verdade, é uma auditoria diferente daquela que nós estamos acostumados quando a gente ouve falar de auditorias de órgãos de controle, tanto o TCU como a CGU.

Trata-se, na verdade, de uma auditoria de caráter operacional. Desculpem-me os representantes do TCU e da CGU utilizando assim uma linguagem bastante popular. Como nós costumamos receber esse tipo de auditoria, é uma auditoria de pegar na mão, de parceria. É diferente das auditorias das auditorias que estamos acostumados, que são aquelas de pegar no pé. Neste caso, os órgãos de controle estão em uma situação de igual para igual, de parceria, ajudando o Ministério a compreender o programa que está sendo implementado, o plano que está sendo implementado, verificando quais são as dificuldades. Isso é que significam os achados dessa auditoria, mostrando onde estão as oportunidades e os desafios de melhoria.

Ao ler o relatório final dessa auditoria que foi feito em 2011/2012, a gente observa as dificuldades que foram apontadas pelo TCU e que, de uma maneira muito clara, permitiram que o MDA e, principalmente, o Dater, que é nossa Diretoria de Assistência Técnica e Extensão Rural, tomasse medidas, tomasse iniciativas no sentido de melhorar e aperfeiçoar o programa.

Com o relatório final, foi apresentado um plano de ação ao TCU. Esse plano de ação já está na sua quarta versão e nós já estamos preparando uma quinta versão do nosso relatório, que demonstra a evolução das nossas ações no sentido de atender às recomendações do TCU. Elas foram fundamentais para que nós pudéssemos aperfeiçoar o nosso programa. O Senador citou algumas dessas recomendações, alguns desses achados no início da sua apresentação, do objetivo desta audiência, e aspectos relacionados às dificuldades operacionais, aos sistemas utilizados para o desenvolvimento do programa, ao tamanho dos lotes, ao número de técnicos que deverão trabalhar em cada uma dessas ações.

A preocupação do TCU e da CGU com relação à descontinuidade do programa: aquele técnico que começa a atender a uma comunidade e, por finalização do contrato, há um período de descontinuidade. Contratos nossos que eram de 24 meses foram ampliados para 36 meses; agora são contratos de 40 meses.

E já existem as possibilidades. Nós já estamos consultando a nossa consultoria jurídica no sentido de fazer contrato de até 60 meses, que permitem a continuidade do atendimento, que é fundamental para o sucesso do programa, como foi aqui apresentado pelo Guilherme Távira.

Nesse aspecto, quer dizer, a posição do MDA, que também é a posição do Incra, é no sentido de que a política pública e o MDA ganharam muito com a realização dessa auditoria operacional, porque nos permitiu, a partir de uma visão de fora, de nós que estamos envolvidos com esse trabalho, verificar quais eram pontos de estrangulamento, quais eram as nossas dificuldades e como é que nós podíamos trabalhar no sentido de superá-las e de melhorá-las.

Esses relatórios estão todos disponíveis e são encaminhados periodicamente ao TCU, mas cabe aqui afirmar que, de todas as recomendações do TCU, temos uma avaliação no MDA e no Incra de que nós avançamos muito no sentido de atendê-las e de melhorar e aperfeiçoar o nosso programa. Então, nós optamos aqui

por apresentar primeiro o conteúdo do programa, que foi o que o Guilherme fez, mas não poderíamos deixar de registrar o nosso contentamento do MDA e do Incra com essa auditoria operacional que foi realizada e, de uma maneira muito tranquila, agradecemos, principalmente, ao TCU, que nos permitiu através desse trabalho, aperfeiçoar ainda mais o nosso programa.

Acredito, e nós acreditamos também, que esse é o espírito desta audiência pública. O Senado está aqui para conhecer o problema, conhecer a auditoria e, também, em uma posição colaborativa de nos ajudar a aperfeiçoar essa política pública, que tem grande significado para as famílias, como a gente pode observar nos relatos apresentados pelo Guilherme.

Muito obrigado, Senador. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Dr. Ronaldo.

Vamos ouvir aqui, agora, para dar continuidade, o Dr. Dagomar Henriques Lima, Secretário de Métodos Aplicados e Suporte de Auditoria do TCU, para falar também sobre auditoria e responder – que é importante para a nossa avaliação – sobre o andamento dos procedimentos já tomados pelo MDA e encaminhado ao TCU.

O SR. DAGOMAR HENRIQUES LIMA – Bom dia a todos.

Ex^{mo} Sr. Presidente, Senador Donizeti Nogueira, Srs. e Sras Parlamentares presentes, senhores e senhoras, eu gostaria primeiro de agradecer a oportunidade com o requerimento do Senador Donizeti para que o TCU apresente o trabalho que, no nosso entender, é uma das principais funções do TCU, dar esse auxílio ao Congresso na discussão da política pública e de dizer que é diretriz do nosso Presidente sempre atender aos convites e vir apresentar dos trabalhos técnicos do TCU.

Eu queria também agradecer a contextualização do Dr. Ronaldo e do Dr. Guilherme sobre o programa e sobre a auditoria. Por isso vou-me concentrar mais sobre alguns pontos principais das deliberações do TCU. Complementando o que o Dr. Ronaldo falou, essa é uma auditoria operacional e o objetivo da auditoria é examinar a eficiência do programa, como estão sendo os resultados produzidos pelo programa para melhorar o serviço prestado à população. Então, o objetivo da auditoria é melhorar o serviço, o benefício social do programa.

O TCU vem fazendo esses trabalhos de auditoria operacional há muitos anos; foram introduzidos na Constituição de 1988, e, hoje em dia, todas as secretarias do tribunal executam esse tipo de trabalho. Também complementando o que o Dr. Guilherme falou sobre a contextualização do programa, o TCU selecionou esse programa para ser auditado com base nas declarações de prioridades do Governo. Então, o Governo disse que esse programa era prioritário, era uma das principais ações da vertente de inclusão produtiva do Programa Brasil Sem Miséria.

E a gente usa como critério para selecionar tanto o volume de recursos que são aplicados no programa, a possível ocorrência de eventos que prejudiquem o alcance dos objetivos do programa, como também, a relevância, no caso, a relevância social e também política do programa.

O marco legal que nós utilizamos foram vários, mas, principalmente, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), na agricultura familiar e na reforma agrária.

Então, o objetivo geral, como o Senador Donizeti já adiantou, foi verificar se a estratégia de implementação do programa estava consistente com o Programa Brasil Sem Miséria e se atendia aos princípios da política, a PNATER. Nós focamos o trabalho no exame de três pontos principais. Primeiro, a qualidade dos serviços de Ater prestados aos agricultores familiares, a atuação do MDA para dar cumprimento à política e, por fim, a questão de equidade: como estava sendo feita a identificação e a seleção das famílias beneficiárias; se estava mesmo atendendo as famílias mais vulneráveis.

Nós fizemos o que a gente chama de triangulação de método, ou seja, utilizamos vários métodos para corroborar as conclusões, envolveu estudos de caso no Distrito Federal, em Minas Gerais, na Bahia, Ceará, Pernambuco e Piauí. Nós vamos efetivamente às comunidades, no interior. Entrevistas com diversos atores envolvidos, como os representantes da secretaria estaduais de agricultura, representantes de entidades prestadoras de serviço, que são não somente prestadoras públicas, mas também ONGs, sindicatos e empresas que se dedicam a essa atividade de extensão rural, fiscais do MDA, os extensionistas e os agricultores.

Nós também fizemos pesquisa eletrônica com representantes dessas entidades prestadoras de serviços com os fiscais do MDA, com os extensionistas, grupos focais, com fiscais, com agricultores também e, por fim, análise de banco de dados do Siater do Siga Livre BSM e do IBGE. A gente vai falar sobre que sistemas são esses daqui a pouco.

Com relação às deliberações, o Senador Donizeti já adiantou algumas delas, e eu vou apenas destacar as principais e tentar dar significado a essas deliberações. Então, como o Dr. Ronaldo também adiantou, a nossa principal questão levantada pela auditoria foi a questão da continuidade. Então, o serviço de Ater, segundo a PNATER, é um trabalho de educação não formal. Esse trabalho precisa ter continuidade para produzir os efeitos.

A gente constatou, à época, que existiam contratos de 12, 18, até, meses – já havia um caso –, mas que devido a diversos fatores, como por exemplo, o número de famílias no lote vencido pela empresa, as grandes distâncias, as dificuldades de, por exemplo, fazer atividades coletivas, às vezes, a empresa não conseguia prestar o serviço de maneira adequada.

Então, no caso, 47%, praticamente a metade das empresas, não conseguiam cumprir 90%, pelo menos, das atividades que estavam previstas no contrato. Portanto, cerca de metade das empresas não conseguiam chegar a ultrapassar 90% das atividades previstas por causa dessas questões que eu mencionei, de distância, dificuldade de reunir as pessoas para atividades coletivas, quantidade famílias nos lotes. Isso ocorria na época da auditoria, em 2012.

Há a questão, que também foi ilustrada, da criação de laços de confiança com os agricultores para poder convencê-los de implantar projetos produtivos, mudar práticas. Isso demora, exige tempo e era um fator que preocupava na questão da produção de efeitos do programa.

Havia uma questão legal envolvida, que também já foi destacada pelo Dr. Ronaldo, sobre o entendimento do que seria um serviço continuado, porque a lei de licitações não permite para contratos que ultrapassem o exercício do orçamento para serviços que não são de natureza continuada, mas já existe o entendimento de que não, que esse serviço seria de natureza continuada, inclusive a própria política fala que é um serviço de educação continuada. Então, esse problema tem sido superado.

Por fim, a questão da articulação com os Estados, porque o serviço de Ater não é exclusividade do Governo Federal. Então, ele também deve ser prestado pelos Estados. A gente percebeu necessidade de maior coordenação antes da abertura de chamadas públicas para novos contratos, com os Estados para poder aumentar a eficiência da cobertura das famílias.

Com relação à questão da fiscalização das atividades, havia uma série de dificuldades com relação aos mesmos motivos que mencionei no que diz respeito à prestação de serviço, questão de distâncias, grande quantidade de famílias a serem supervisionadas. Havia também uma questão de alguns casos de atraso de repasses do fomento, a questão da utilização das informações coletadas nos diagnósticos que são feitos no programa...

(Soa a campainha.)

O SR. DAGOMAR HENRIQUES LIMA – ...e o uso pelos fiscais, assim como falta de indicadores de desempenho para poder acompanhar se os projetos estão realmente produzindo efeitos.

Eu vou citar o Siater e o Siga Livre, que são instrumentos feitos justamente para acompanhar os contratos e para registrar a situação social das famílias. Esses programas, na época, tinham diversos problemas. Eles eram muito lentos, os extensionistas precisavam entrar com dados nesses sistemas para obter o repasse de recursos, por exemplo, e, às vezes, tinham que fazer isso de madrugada porque não conseguiam entrar no sistema durante o dia. Os sistemas não eram integrados, eles não permitiam fazer cruzamento de dados, emitir relatórios... Então, havia uma limitação no uso desses sistemas.

Há a questão da associação dos técnicos aos lotes, que o Senador também mencionou quando estava lendo as deliberações. Normalmente, existe a necessidade do trabalho de até ser multidisciplinar. Então, além do extensionista rural, também as empresas alocam assistentes sociais, pessoas da área social, que vão ajudar o acesso a outros programas sociais, não só programas rurais, mas também programas na área de educação, de saúde, como também foi destacado pelo Guilherme. Um problema operacional, às vezes, não permitia você associar mais de um técnico àquele grupo de famílias.

Quanto a essa recomendação de alteração do decreto para a flexibilização das parcelas, houve a mudança do decreto – depois, acredito que o MDA poderá dar algum detalhe sobre isso – para poder flexibilizar os recursos para adaptar aos diversos tipos de projetos produtivos. Então, o Guilherme deu aquele exemplo dos galinheiros, mas também, existe o caso da pocilga, por exemplo, se você compra os animais e, depois, não tem dinheiro para comprar a ração... Houve casos de agricultores que tiveram de vender animais para conseguir dinheiro para a ração por causa de um problema de atraso na liberação de parcelas. Isso também ocorre devido a desconhecimento sobre como é o mecanismo para fazer a liberação.

Com relação a essa deliberação seguinte, uma recomendação para esclarecer melhor como é esse mecanismo. Então, é necessário entrar como laudo no sistema de acompanhamento do projeto produtivo para mostrar que o projeto está caminhando e, aí sim, liberar a segunda e a terceira parcela. Isso, às vezes, que causava o atraso.

A questão da busca ativa, que também foi encaminhada e identificada pelo TCU. Havia casos, por exemplo, na Bahia, por exemplo, é prática, de previsão de 20% das famílias serem identificadas por intermédio de busca ativa. Vou esclarecer o que é busca ativa.

No caso do Brasil Sem Miséria, há uma lista de famílias a serem atendidas e que era obtida do Cadastro Único e também do cadastro do Pronaf. Mas algumas famílias não estão contempladas no CAD único e no Pronaf. Então, há necessidade... E normalmente são as famílias mais vulneráveis. Daí a necessidade de dar uma margem para o prestador de serviço buscar, ir atrás dessas famílias, que são invisíveis, como o Guilherme falou.

No caso, também, essas listas demandavam, às vezes, um atraso no serviço por que havia necessidade de substituição das famílias de até 25% em alguns casos, e um outro aspecto que foi mencionado, com relação à mobilização para outros programas sociais, acesso a outros programas sociais.

A gente fez uma pesquisa com as entidades e 8% das empresas prestadoras de serviço entendiam que o programa efetivamente permitia acesso a outros programas sociais, e 20% dos extensionistas. Quer dizer, um número baixo de extensionistas e empresas entendia que o programa estava sendo efetivo na intermediação do acesso das famílias a outros programas sociais além da Ater, na área de saúde, educação. Isso também parece que está sendo visto pelo MDA.

A questão do acesso a água, porque – também dados do sistema do MDA – 30,6% das famílias tinham um problema de acesso a água para consumo humano; 48% para uso na agricultura; e 74% para uso animal, para as criações. Então, é necessário articular o programa com programas de melhoria de acesso a água, senão, fica inviabilizada a atividade produtiva.

Resumidamente, era isso que eu gostaria de apresentar e, para finalizar, quero dizer que o MDA está informando o TCU sobre as atividades que estão sendo desenvolvidas periodicamente. Já mandaram três planos de implementação para a gente. O MDS também tem informado ao TCU. O TCU vai fazer o monitoramento da implementação das deliberações até março de 2016 e vai novamente a campo, fazer novos exames *in loco*, para verificar, realmente, o efeito na prática, provavelmente, no ano que vem, mas isso ainda vai depender de uma programação, que será baseada nos planos de implementação do MDA.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós é que agradecemos, Dr. Dagomar, por sua contribuição.

Para concluir a exposição preliminar aqui na Mesa, vamos passar agora ao Dr. Cláudio Py, Diretor de Auditoria da Área de Produção e Comunicações da CGU (Controladoria-Geral da União). O senhor tem o mesmo tempo. Se for como o Dr. Ronaldo, econômico, é bom; se não, não tem problema. Nós estamos aqui para ouvir e trabalhar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Estou achando tudo muito interessante, sobretudo a exposição do Dagomar em relação à eficiência desse programa.

O SR. CLÁUDIO ANTONIO ALMEIDA PY – Eu queria saudar aqui o Presidente da Comissão, Senador Donizeti Nogueira – acabei de promovê-lo, que é a Dr^a Ana Amélia. Quero saudar, também, o Dr. Ronaldo, Chefe de Gabinete; o Assessor Guilherme; nosso colega Dagomar, do TCU; Srs. Senadores, membros aqui presentes, bom dia a todos.

É uma grande satisfação vir falar aqui sobre esse programa, uma política importante, em que a população assistida é aquela de extrema pobreza. Então, as políticas públicas chegando a essa população é muito importante. Inicialmente, eu queria fazer uma apresentação da Controladoria-Geral da União, dentro de um sistema de controle do Governo Federal, o sistema de controle interno, onde a CGU está, de onde eu faço parte, os controles internos onde estão os órgãos e o controle externo, o Congresso Nacional, aqui esta Comissão e o TCU. Então, as funções da CGU, prevenção e combate à corrupção, a ouvidoria, a correição e a auditoria, da qual faço parte.

Dentro da Controladoria-Geral da União, a Secretaria Federal de Controle Interno é a unidade responsável em fazer as auditorias governamentais no âmbito federal. A Diretoria de Auditoria de Produção e Comunicação, o nome confunde um pouco porque tem sete pastas. Na verdade, eu sou responsável por coordenar trabalhos envolvendo a área de agricultura, pesca, turismo, esporte, cultura, comunicações e desenvolvimento agrário, logicamente. E a Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Desenvolvimento Agrário tem como coordenador o Cristiano, que está ali presente; o Breno é o chefe de divisão e a Marina é a auditora que acompanha esse assunto.

Só para ter uma ideia, uma cobertura, nós estamos acompanhando esses programas, essas ações, ou seja, dá um grau de cobertura de 67% do orçamento de diversos programas, em parceria com nossos gestores. Então, basicamente vocês teriam uma dimensão do que nós temos feito lá com a coordenação.

Sobre isso não precisa falar nada. Trata-se do financeiro realizado e desempenhado das metas físicas até 2012/2014. A gente vê aí os recursos gastos.

E aqui, eu gostaria de falar das principais ações do controle no âmbito do programa. Na verdade, a gente montou a estratégia de falarmos um pouco do trabalho em parceria com o TCU. Nós acordamos, no ano pas-

sado, que nós iríamos monitorar as implementações das recomendações contidas nesse acórdão. Segundo, um trabalho específico para verificar a questão das fiscalizações, como o Ministério está fazendo e também três contratos que foram feitos pelo Ministério em apoio ao processo de fiscalização. Por último, também falar da metodologia, um pré-projeto já aprovado para execução em 2016 de uma avaliação de todos os pontos críticos existentes envolvendo essa ação também, inclusive sabendo que o tribunal também tem intenção, a gente precisa sentar e conversar para não haver duplicidade do trabalho.

A nossa ideia é, efetivamente, verificar a efetividade da política, ou seja, na verdade, a gente quer comprovar se esses esforços todos, se essas parcerias todas estão de fato contribuindo para a questão da segurança alimentar, aumento da produção e melhoria da renda. A gente precisa saber se essas populações assistidas de fato estão recebendo os recursos, se esses recursos estão tendo os efeitos necessários. Reforçando aquilo que já colocado anteriormente pelos palestrantes, precisamos ter uma noção de todo o esforço demandado até hoje. Essa é a informação mais importante desse processo.

Inicialmente, só para definir, na auditoria de contas deste ano que está em curso, ou seja, na verdade, nós, em conjunto como tribunal, delimitamos um tema e entre eles está a verificação do atingimento do resultado quantitativo e qualitativo dessa ação. A gente quer verificar tanto os indicadores quantitativos do programa como os qualitativos do programa, os resultados deles, bem como a implementação do Acórdão do TCU nº 2.395, de 2013.

A avaliação da consistência técnica de coleta armazenada de coleta, armazenagem e utilização dos indicadores apresentados no relatório de gestão é o nosso objetivo. Esse trabalho está em curso, ou seja, já temos alguns resultados ainda preliminares, que eu devo apresentar cada ponto daquele trabalho que foi apresentado pelo tribunal, referente ao acórdão.

Nós consideramos já implementadas seis decisões, ou seja, determinações do tribunal; seis estão parcialmente implementadas – há ainda alguns aspectos envolvendo esse processo, que tem toda uma complexidade –; e duas ainda são incipientes para a gente considerá-las em andamento.

Sobre a primeira, desenvolver alternativas capazes para garantir a efetividade da natureza e a continuidade do Ater, realmente, o trabalho do tribunal focou muito que, antes, os contratos eram de um ano a até 18 meses. Na verdade, o Ministério já avançou nessa questão, isto é, o tribunal falava de ser, no mínimo, de três anos e isso já foi, digamos assim, atendido. A contratação se dá até pelo período de cinco anos.

O que a gente entende aqui ainda não foi alcançado é a forma de contratação e de empreitada global, porque quando terminam esses contratos, as famílias não podem ser contratadas novamente. Na verdade, por ser uma política continuada, a gente não vê esse limite de cinco, a gente entende que essa assistência tem que ser permanente. É nesse sentido. Mas naquilo que o tribunal solicitou e concebeu em seu relatório houve um atendimento completo.

Quanto à elaboração das próximas chamadas, ajustar-se o tamanho dos lotes, o tamanho do número de famílias quanto ao número de Municípios de modo a melhorar a eficiência da prestação de Ater. Nisso também já houve flexibilização dos lotes, a gente consegue enxergar que nessas novas chamadas públicas já houve esse atendimento. Mas a gente identificou que ainda há necessidade desses novos chamados terem elaboração quantitativa e número mínimo de cada tipo de atividade concebida no relatório. A gente não deu como totalmente atendida por essa questão.

Isso tudo que estou falando é uma discussão que estamos fazendo com o Ministério. De repente, há novos elementos apresentados. Isso está sendo construído com os órgãos.

(Soa a campanha.)

O SR. CLÁUDIO ANTONIO ALMEIDA PY – O próximo item, incluir mecanismos de incentivos à realização da atividade de mobilização, a gente também considera parcialmente implementada porque já houve a mobilização. A nossa única questão é que, do que foi recomendado pelo tribunal, existe um impedimento legal com a qual a gente concorda com o Ministério. Na verdade, não tem como remunerar essas atividades, esse incentivo financeiro. Então, já há uma decisão nesse sentido e a gente precisa buscar, o Ministério tem pensado nisso, outras formas de incentivar que não sejam por essa remuneração. A gente identificou isso também.

Determinar um número total de atividades executadas no contato da Ater, estabelecendo um número limite de cada tipo de atividade. A gente também entende que isso daí foi atendido parcialmente. Houve a flexibilização e a gente acha que só está faltando também para a chamada do Plano Brasil Sem Miséria, que a gente não identificou essa flexibilização também.

O item 9.2: recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e ao Ministério da Integração Nacional que busquem realizar as ações de Ater da forma mais articulada possível com os programas e ações de fornecimento de água. A gente também con-

siderou esse como parcialmente atendido. Já está havendo uma articulação, mas de qualquer forma, não foi apresentada a ação contínua de integração do programa Ater com o fornecimento de água. A gente entende que precisa avançar essa questão.

Item 9.1.8: - consultar os Estados-membros antes das chamadas públicas, de modo a aperfeiçoar a lista dos Municípios a serem atendidos e das famílias beneficiárias. A gente também considerou parcialmente porque entendeu que nas chamadas está acontecendo, só que precisa que isso seja feito rotineiramente. E não identificamos a rotina disso. É uma questão de a gente estar intensificando em todos esse aspecto.

Item 9.1.3: aperfeiçoar os Sistemas Siater e Siga Livre BSM, para que apresentem maior integração, melhor desempenho, ferramentas para uso gerencial das informações e vinculação de mais de um técnico a um único grupo de famílias. A gente considera ainda que, em que pese todo o esforço dos técnicos para resolver o problema, não é uma solução simples, ou seja, ela é complexa. Mas a gente considerou que essa foi uma das situações em que ainda não se encontrou uma atividade forte, ou seja, uma melhoria do sistema.

Realmente, acho que esse problema da lentidão do sistema já foi corrigido. Mas a gente acha que o sistema tem que estar integrado, tem que haver essa interfaces e os relatórios gerenciais precisam ser melhorados. As informações ainda não estão sendo alimentadas dentro do sistema. Então a gente precisa avançar nesse aspecto. Foi com essa observação que a gente concluiu.

Por último, a questão de revisar os questionários. A gente identificou que os questionários aplicados na chamada do plano ainda não foram concluídos. Também não foram desenvolvidas ferramentas para acompanhar por meio dos indicadores. É importantes ter esses indicadores sociais das situação inicial e final de todos os beneficiários.

Eu não vou falar por causa do meu tempo, mas nós fizemos uma avaliação do acompanhamento e fiscalização do Plano Ater e também sobre a contratação de três empresas para apoiar a fiscalização dos contratos de assistência técnica e rural. A gente identificou insuficiência de recursos empregados no acompanhamento, ausência de modo para isenção de dados, levantado um campo, pelas entidades executoras em relação aos beneficiários e também pelas empresas contratadas.

A escassez de recursos humanos já está clara, já está subentendida uma vez que a gente está contratando empresa, unidade, órgão para nos apoiar no processo de fiscalização.

(Soa a campanha.)

O SR. CLÁUDIO ANTONIO ALMEIDA PY – Na contratação da execução nós identificamos problemas ainda, delimitação das atividades, dos profissionais, fragilidade do controle das equipes técnicas que executaram o trabalho. Todos esses resultados a gente passou recentemente para o Ministério e estamos discutindo medidas ainda para corrigir toda essa questão.

Eu quero ainda reforçar a questão dos indicadores de qualidade de avaliação do programa, no sentido de que temos muitos indicadores de quantidade, mas a gente precisa avançar na questão dos qualitativos, que são importantes.

Houve um avanço, o Ministério avançou muito com a utilização do manual, a utilização do próprio sistema (Sister), no monitoramento da existência, mas ainda há espaço para avançarmos ainda mais no aprimoramento desse manual, para se criar um sistema informatizado de modo, do registro das informações de campo, das entidades do Ater e dos registros fiscais da Ater, implementar as rotinas de controle mais rígidas quanto aos trabalhos e construir indicadores de qualidade, que é importantíssimo para se ter uma avaliação final do programa.

Por último, o pré-projeto, que foi aprovado há dois meses na Casa, que vai fazer uma avaliação dessa política envolvendo todos os atores, envolvendo o órgão central, envolvendo os conselhos, envolvendo os beneficiários, envolvendo as empresas, basicamente reforçando aquilo e sempre com o foco na efetividade da política. Na verdade, a gente quer saber quantas rosas, quantas conseguiram subsistir, quantas conseguiram aumentar sua renda etc. A gente precisa ter essa informação em números, não casos pontuais – eu acho que foi importante a apresentação porque demonstra o amor, o clamor por isso –, mas a gente precisa ter mais ainda dados dessas questões.

Então são seis questões estratégicas, que envolvem o processo de fiscalização e a avaliação final do programa, se ele está atingindo ou não os objetivos. Os recursos estão chegando, estão sendo bem empregados, não está havendo desvios, ou seja, os parceiros estão cumprindo todas as missões, a gente tem conseguido avançar na política, na melhoria.

Então, só para vocês terem uma ideia da adesão dos CEDRS, a gente deve passar por todas as etapas dessa política, pela questão da adesão dos conselhos estaduais, dos credenciamentos, da chamada pública, da contratação, da execução e pelo monitoramento e fiscalização até nós chegarmos a ter condições de informar que os recursos estão sendo bem empregados, que a gente está conseguindo mitigar a pobreza extrema, que

estamos conseguindo aumentar a produção e principalmente aumentando a qualidade de vida dessa população que vive numa extrema pobreza.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado Dr. Cláudio.

Agradecemos a presença do Senador Blairo Maggi, sempre presente também à Comissão da Agricultura, como agricultor e Senador.

Queria ver com o Senador Waldemir Moka se ele quer fazer algumas considerações?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – V. Ex^a tem a preferência como autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom, eu não preciso manter a preferência, mas se o senhor considerar que é importante eu faço, está bem?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não, eu estou falando por delicadeza mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Então, pode ficar à vontade, Senador Moka, até porque na abertura dos trabalhos eu já fiz considerações sobre a temática que veio para a mesa e foi sempre lembrada aqui pelos debatedores.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Numa audiência normal, a Senadora Ana Amélia concederia a V. Ex^a, em primeiro lugar, a palavra, só por isso.

Sr. Presidente, quero saudar aí o Dr. Ronaldo, o Dr. Guilherme o Dr. Dagomar, o Cláudio, e eu confesso que a geração da extensão rural, da qual eu faço parte, é diferente do que... Na verdade, é um grande programa social e o objetivo é esse mesmo, eu percebi durante a exposição. Famílias com renda de R\$77,00, eu posso imaginar o grau de dificuldade.

E aí é que eu acho que talvez fosse esse o objetivo desta Comissão, entender como é que é isso, porque a extensão rural que eu conheço teria um técnico agrícola, um engenheiro agrônomo e uma assistente social ou uma extensionista.

É o mínimo que tem que ter um programa desse para cada família. É claro que o engenheiro agrônomo talvez não estivesse lá no dia a dia, mas o técnico agrícola e a extensionista rural teria que estar no dia a dia, porque senão gasta-se dinheiro e não se tem uma eficiência. De repente, tem-se uma abrangência de 250 mil famílias, mas, talvez, se reduzisse o número de famílias teríamos um trabalho melhor, com mais qualidade, principalmente no tocante a número de técnicos.

A gente que é do meio, que é do interior, do meio rural, sabe que esses pequenos agricultores precisam realmente de tudo. Eu ouvi o Dr. Dagomar dizer que em 70% das propriedades, Senador Blairo, não tem água para o consumo dos animais, quer dizer... E aí, um percentual, do qual eu não me recordo, não tem água sequer para o consumo próprio.

Então, nesses casos, eu digo que a prioridade é o Ministério da Integração Regional ir lá e resolver o problema da água. Ou o pessoal, quando contatar uma família dessa, ter isso como prioridade, porque nada vai prosperar numa pequena propriedade em que não se tem acesso à água. Não tem como! Ele deu um exemplo: deu o dinheiro para comprar os animais, mas aí teve que vender o animal para comprar a ração, porque não chegou a parcela que seria...

Primeiro, eu quero separar bem. Eu acho assim que o Programa Brasil sem Miséria é um programa que talvez, talvez não, com certeza, melhorou e melhorou muito a qualidade de vida de milhares de brasileiros. Não está aqui sob forma de crítica, não. Eu acho que muito pior era não fazer nada. E isso eu tenho consciência. Mas a contribuição que o Tribunal de Contas da União deu, quando mandou para cá essa auditoria foi importante, porque nós simplesmente, de posse da auditoria poderíamos mandar arquivar. O Senador Donizeti, que deve ter sido Relator e, em função da auditoria, ele convocou audiência pública, o que está-se tornando uma rotina. Eu fiz isso aqui. Porque eu acho que uma auditoria do Tribunal de Contas da União é preciso ser levada a sério. Eu não posso arquivar um documento que está dizendo: "Olha, esse programa tem essas, essas e essas ineficiências". É claro que os senhores também tomaram contato e estão se reportando ao Tribunal de Contas, mas o Senado tem esse papel de fiscalização.

Então, Dr. Guilherme e Dr. Ronaldo, eu acho que seria fundamental, por exemplo, a integração...Antigamente existia a Embrater – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural –, que tinha toda uma articulação com as empresas estaduais de extensão rural. E essas empresas de extensão rural tinham os escritórios, sobretudo nas pequenas cidades do interior. Por quê? Ali ficavam lotados os extensionistas. E acabaram com isso. Hoje nós temos, por exemplo, a Embrapa, que gera um monte de tecnologia, estou falando de outra coisa, mas você não tem a figura ou tem muito pouco do extensionista para levar aquela que seria uma grande contribuição.

Vejo que é importante. O CGU está dizendo... O próprio Siga Bem é um programa que, até onde eu alcancei, é para fiscalizar, para acompanhar. Mas o técnico tem dificuldade de falar com vocês, só fala a noite. Quer dizer, essa coisa está... É evidente que isso está com dificuldade, seja de número de técnicos, de pessoas...

Eu queria fazer uma pergunta: Qual é o orçamento? O que se gastou com isso? Porque nenhum de vocês falou sobre isso. Eu não sei se tem um número. O que se gastou com esse programa? E aí a importância de saber qual foi a melhoria disso daí, a renda das pessoas. Quantas dessas famílias atendidas têm hoje condições de dizer: "Não, eu tenho uma propriedade sustentável? Eu já estou em condição de, com a ajuda que recebi, andar com as próprias pernas." Porque esse tem que ser o objetivo. É entrar, fornecer recurso, ajudar, mas em algum momento essas famílias têm que continuar produzindo e se sustentando. Eu imagino que esse seria o objetivo final e esse seria o grande êxito do programa.

Para ser objetivo, Senador Donizeti, eu só pediria a V. Ex^a, porque nós, no final do ano, e o Senador Donizeti é o Relator, temos a obrigação de inserir duas ou três políticas públicas, para apresentarmos o grau de eficiência, e a extensão rural é uma dessas políticas públicas. Se bem que neste caso aqui eu percebo que o programa, embora esteja relacionado com a extensão rural, mas a mim, pelo teor, é muito mais um programa social na área rural, não é? Talvez aí o nome de extensão rural. Mas, sem dúvida nenhuma, e aí não vai nenhuma crítica, mas eu penso que famílias com R\$77,00 de renda são famílias absolutamente fragilizadas e que precisam da ajuda do Governo.

É a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado.

Senador Blairo Maggi, com a palavra.

Quero agradecer as presenças dos Senadores Davi Alcolumbre e José Medeiros nesta Comissão.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente Donizeti.

Quero cumprimentar V. Ex^a pela iniciativa da audiência pública, quero cumprimentar também o Dr. Ronaldo, que está aqui conosco, do MDA; o Dr. Guilherme, também do MDA; o Dr. Dagomar, que é o TCU, e o Dr. Cláudio, que é do CGU.

Muito bem! Não tenho nenhuma pergunta a fazer, mas eu queria dar um depoimento do que eu conheço dos assentamentos, do que eu conheço desse tipo de agricultura que hoje foi discutida aqui.

Toda a ajuda que chega ao campo, a essas famílias é muito bem-vinda. Toda organização que se pretende fazer ou se tenta fazer a iniciativa é bem-vinda. O problema sempre são os resultados finais. E aqui se discute os resultados finais.

O que nós percebemos ao acompanhar o dia a dia no campo, a dura realidade de quem fez a opção de querer um pedaço de terra, seja pela reforma agrária, seja por ele mesmo comprada, é que a vida de quem está no campo não é uma vida fácil, não tem nada de romântico, como muitas vezes é divulgado, cantado: "Ah, vive no campo! Bonitinho." As coisas são muito difíceis. A vida, lá, é muito difícil. E principalmente nessa item que o Senador Moka colocou, que é a questão da água nesses assentamentos.

Se olharmos o processo de ocupação das terras, no passado, pelos agricultores, sempre foram ocupadas, vamos dizer assim, da beira da água para cima. Quer dizer, a casa, a estrutura, o chiqueiro, enfim, a estrutura sempre estava à beira da água, porque sem água não há vida, não há condições de prosperar. E nos assentamentos que são feitos hoje pela reforma agrária, pega-se um naco de terra, um pedaço de terra, divide-se aquilo e coloca-se as pessoas lá em cima. Aqueles que têm a felicidade de ficar perto da água estão com a vida resolvida, ou menos sofrida, vamos dizer assim, mas aqueles que ficam no meio dos chapadões, como acontece no Estado do Mato Grosso, onde a distância de uma água à outra chega até a 30km, 40 Km sem nenhum córrego, sem nenhuma nascente de água, não é? Os rios são do sul para norte na Bacia Amazônica, e não tem água.

Então, fizeram os assentamentos, deu-se a possibilidade de a pessoa acessar a terra, mas não se deu as condições para que ele permaneça na terra. Por isso que vemos, em muitas situações, na grande maioria das situações, o cidadão ir para o campo, ele acha que ele vai começar uma vida diferente e logo ele se frustra com isso porque ele não conseguiu levar adiante.

Por outro lado, se ele não está estabelecido lá, aí vem as questões fundiárias, porque não se pode dar o documento se ele não está na terra, lá já está outra pessoa. Então é um processo viciado e vicioso que a gente não consegue sair dele. Basicamente está resumido nessa questão da água, que o cidadão não tem.

Então, dentro desses programas que vocês estão levando adiante no Governo, como eu disse, toda iniciativa é bem-vinda, pois o objetivo é dar às pessoas que vivem no campo ou nessa situação uma condição melhor de vida, mas, sem uma estrutura básica de começar por esse processo, não fica ninguém. Pode-se gastar milhões e milhões de reais, as pessoas não ficam, não têm como ficar. Quer dizer, é uma coisa quase que impossível a permanência nessa situação.

Era essa a constatação que eu queria fazer e dizer que essa questão da assistência técnica rural é importante, não tem como deixá-la para trás. Lembro-me de que quando nós começamos com a agricultura no Paraná, meu pai era madeireiro, trabalhava numa madeireira, e começou a fazer agricultura e fazia do jeito dele, não tinha grandes conhecimentos, tinha o segundo grau, o primário, e fazia do jeito dele. Aí chegou um tempo em que começaram a exigir, através do Banco do Brasil, a questão das curvas de níveis para não deixar com que as águas levassem as terras para dentro dos córregos lá no Paraná. E ele tinha uma resistência enorme de fazer aquilo. Eu me lembro de que ele dizia: “Não, eu quero continuar plantando aqui, para baixo aqui, que é o tiro mais reto que eu tenho, não é?” Mas aí veio a assistência técnica, lembro muito bem, tinha um cidadão muito ajeitado, e ele convenceu meu pai, convenceu os agricultores da região que deveriam fazer mudanças. E as mudanças que foram feitas lá há 40, 50 anos atrás surtiram efeitos benéficos à sociedade. Então são pontos que, se não se tem assistência técnica rural, pessoas capacitadas, engenheiros agrônomos, técnicos que têm um conhecimento desse assunto, você não prospera.

As iniciativas são muito importantes, os resultados, no final, são importantes, agora, no meio desse caminho tem-se que criar as condições necessárias para que a pessoa possa ficar no campo. Só distribuir a terra, só dar a terra não resolve. A terra é talvez o insumo mais barato de todo o processo de reassentamento ou de assentamento que se faz no Brasil. Sempre digo que terra tem para todos, a questão de estar aqui ou estar ali, mas o que ele retira dessa terra, o que ele consegue de benefício, o que ele consegue de renda é que é determinante para ele ficar lá ou não.

No oeste do Paraná, por exemplo, onde as propriedades são de 30 hectares, 50 hectares, se fizer as contas – lá, o pessoal planta soja, milho, trigo, vai-se fazendo a rotação – no final do período e do ano, uma pessoa que vive na cidade, que tem um salário próximo de R\$2 mil reais, que trabalha no comércio, é maior a renda dele no final do ano do que a do cara que tem atividade agrícola no campo. Então, quer dizer, tem que ser protegido, tem que ser cuidado, caso contrário, ela desaparece e há logicamente uma substituição de pequenos agricultores, por agricultores maiores, como acontece em todas as atividades no mundo: bancos são cada vez maiores, indústrias são cada vez maiores, frigoríficos são cada vez maiores, porque você tem que diminuir cada vez mais os seus preços, ser mais eficiente e você ganha eficiência em escala. Não é diferente na agricultura.

Por isso a sociedade precisa entender que a agricultura, que o pequeno agricultor precisa de subsídio, ele precisa de apoio da sociedade para permanecer onde ele está. Caso contrário, a opção dele é ir buscar uma outra atividade, um outro emprego, às vezes em condições até melhor do que fazer o enfrentamento no dia a dia, com a chuva, com o sol, com as pragas e com os preços, que o produtor não faz preço, o produtor recebe por aquilo que o mercado está disposto a pagar ou que tem condições de pagar.

Eram essas, Presidente, as minhas considerações a respeito desse assunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Davi Alcolumbre, tem a palavra para as suas considerações.

O Senador Davi Alcolumbre é Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e membro desta Comissão de Agricultura.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Presidente Donizeti, Senador Blairo, quero cumprimentar o Senador Moka, cumprimentar os representantes do Governo Federal, especialmente os do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Para complementar o que foi dito pelo Senador Moka e pelo Senador Blairo, quero falar de uma realidade e também da importância de permear parte desse debate, já que cheguei um pouco atrasado também em virtude de compromissos em outras comissões, mas eu não poderia deixar de participar desse debate que é muito importante para o setor produtivo brasileiro, especialmente para o agricultor do campo, dos assentamentos e da agricultura familiar, que produzem em pequena escala e que precisam muito mais ainda de assistência, para dar viabilidade econômica para aquela pequena produção.

Mas quero falar especificamente do Estado do Amapá, Presidente Donizeti. No Amapá, temos 49 assentamentos, mas 20 assentamentos não têm água, como disse o Senador Blairo Maggi. O Senador Moka, que me antecedeu, deve ter falado da questão da assistência, das dificuldades, da falta de participação efetiva desses órgãos no auxílio inclusive à produção e ao incentivo à agricultura, mas cerca de 20 assentamentos no Estado do Amapá não têm energia elétrica. Então, além de estradas, que é um problema gravíssimo para escoar a produção na Amazônia, estou falando do Estado do Amapá, e não deve ser diferente em Roraima, não deve ser diferente em Rondônia, no Acre, como não é diferente no Mato Grosso e no resto do Brasil.

Mas, aí, nós temos mais um problema na Amazônia: além de todas as dificuldades, temos as distâncias e as estradas, porque não há condições de criar novos acessos às estradas. Estive em reunião no Incra, há alguns dias, com todos os técnicos do órgão. Imaginem um Estado que tem 49 assentamentos, o Amapá, e que o orçamento do Incra para este ano é R\$2.5 milhões. E aí foi tirado do Incra também, Senador Moka, a autoridade

que tinha até alguns anos atrás de licitar a manutenção das estradas do assentamento. Saiu essa atribuição, pelo menos foi a informação que eu tive dada pelo Incra, que antigamente eles tinham o contrato de manutenção e conservação das estradas que davam o acesso para o Incra e agora o Incra faz um convênio com o Governo do Estado, que não tem condições também de resolver os problemas, e aí fica à mercê mais uma vez ainda de decisão do Estado fazer a estrada do assentamento. Então, ele não tem estrada, ele não tem assistência técnica, ele não tem água e ele não tem energia.

E aí o que vai acontecer? Os assentamentos, que eram para ser a vontade da produção, acabam sendo a tristeza da decepção dos assentados de estarem lá no assentamento e não terem condições mínimas de produzir. E aí as suas famílias retornam para a cidade, e aí acaba trazendo um problema social muito grande.

Então, as minhas consideração era sobre isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Senador Davi Alcolombe.

Eu gostaria de colocar algumas questões fundamentais, sob o meu ponto de vista, como a construção de indicadores, porque são os indicadores que vão permitir termos a dimensão se está ou não dando um bom resultado. Então, há essa questão dos indicadores. Outra questão é a do sistema, também aqui foi colocado que havia problemas, parte já superado, que considero fundamental; porque se eu não consigo alimentar bem o sistema, vou atrasar na liberação dos recursos subsequentes à aplicação do recurso já disponível.

Então, esses são instrumentos que sei estarem sendo aperfeiçoados, mas acredito que, para a boa efetividade do programa, o sistema precisa estar funcionando. E aí a gente enfrenta um problema sério, porque algumas regiões do País a gente tem um problema também do serviço de internet, que é muito ruim, a exemplo da velocidade, essas coisas. O Governo vem trabalhando isso, a gente tem participado do debate, a questão da ampliação da banda larga, mas esse também deve ter sido, ao longo desse processo, um problema que a gente enfrenta que já não é decorrente só do sistema, já é do serviço prestado ao Ministério.

Foi colocado aqui a respeito da seleção de famílias que, no decurso, são substituídas – acho que ouvi do TCU ou da CGU –, que até 25% podem ou, às vezes, são substituídas.

Essa questão de regionalizar, aí é um problema, porque essa coisa da chamada pública, mas eu estou acompanhando agora lá a questão da chamada pública do Incra, quer dizer, uma determinada empresa, se ela atende ali, próximo da base dela e de forma regionalizada, certamente ela vai poder trabalhar melhor do que ela ficar espalhada pelo Estado inteiro.

No Tocantins, a gente tem mais de 300 assentamentos. Vamos pensar na assistência técnica. Se bem que aqui no relatório do TCU, as recomendações são referentes ao Programa Brasil sem Miséria, não é isso? Mas a gente aqui na Comissão não consegue discutir essa questão da assistência técnica e extensão rural limitado a isso, porque o principal gargalo que a agricultura familiar enfrenta hoje, eu considero que são três, mas os principais são dois, que é a assistência técnica e extensão rural e a questão da certificação do produto transformado, que isso é um embaraço. Às vezes o agricultor conseguiu superar a fase de que chegou para ele o conhecimento, ele agregou tecnologia, mas na hora de ele colocar o produto no mercado ele não tem o tal do selo que garante a ele poder colocar o produto no mercado. Isso são gargalos que nós precisamos superar. E o MDA, a gente tem discutido, já estive aqui com a gente em outras oportunidades discutindo essa temática, que tem sido muito salutar para a gente.

Uma pergunta: há evasão? Quanto por cento das famílias abandonam o programa, se é que isso existe? Nós temos informação de quanto por cento dessas 250 mil famílias realmente conseguiram ser incluídas produtivamente, ou seja melhorou a condição. E, aí, a assistência técnica, eu acompanhei a exposição aqui do Guilherme Taveira, e vi que ele é um cara apaixonado por essa questão. Porque essa é daquelas coisas que se a pessoa não forem apaixonadas pelo que está fazendo ela não vai acontecer, porque só a paixão não deixa a gente enxergar os obstáculos. Obstáculo é desafio e desafio é para ser superado.

Então, isso é muito importante, estar comprometido e à disposição do serviço, porque a disposição é que faz a gente trabalhar mais do que oito horas por dia, faz a gente trabalhar nos finais de semana, o que é fundamental, sob o meu ponto de vista.

Então, nas minhas considerações, eu ainda tenho mais uma, eu tenho visto, e a gente já tratou disto aqui, que pode ser um problema. O último censo agropecuário foi realizado pelo IBGE há nove anos. E o Governo Federal não disponibilizou recursos no Orçamento para a realização de um novo censo em 2015. Como é que vocês estão tratando isso? Porque a gente precisa de dados atualizados. Qual a fonte? Onde vocês estão buscando as informações que possam garantir a segurança desses dados? Porque, avaliar a situação do Brasil com o censo realizado há nove anos já não é a mesma realidade. E aí eu acredito que isso pode constituir um problema. Eu queria saber como o MDA está trabalhando isso?

Uma das recomendações ao MDA contidas no acórdão foi a de aperfeiçoar os sistemas informatizados o Siater, o Sig@Livre, o BSM, de modo que apresentem maior integração, melhor desempenho, bem assim para que disponha de ferramentas voltadas ao uso gerencial das informações e que permita a vinculação de mais de um técnico a um único grupo familiar.

Eu acho que isso foi tratado inclusive pelos nossos debatedores, mas parece muito importante.

Então, eu devolvo a palavra à Mesa, ao Guilherme Taveira, para as considerações finais, seguidos pelo Dr. Ronaldo e pelos nossos debatedores.

Só uma observação: o Senador Blairo Maggi falou uma coisa que, para mim, e a gente tem repetido aqui, é muito importante. O grande tem a sua assistência técnica. Então, ele precisa de um bom marco regulatório, ele precisa do crédito disponível para ele poder acessar e ele precisa de estradas, que é um problema também para os assentamentos também as estradas. Às vezes o Incra tem a estrada dentro do assentamento, mas a vicinal que liga à cidade, que liga o centro urbano ao assentamento é um desastre. E isso é um problema sério, seja para transportar as crianças para a escola, seja para transportar a produção, seja para acessar a cidade. Mas o que ele disse, o que eu considero importante e muito importante, é que o pequeno precisa do apoio do Estado. E aí não é assistencialismo, mas uma questão de precisar de apoio para viabilizá-lo, para fazer com que ele ascenda econômica e socialmente. E o apoio do Estado é importante por um período. Ele não vai precisar de assistência técnica permanente, mas ele precisa de uma assistência técnica durante um período que garanta que ele ascenda e que ele assuma o seu caminho.

E aí o papel da assistência técnica é também de fazer dele um gestor. Não é só ensinar ele a plantar lá e cuidar não. É fazê-lo aprender a gerir a sua propriedade, o seu negócio ali como um empreendedor, para obter os resultados. Nesse quesito, assistência técnica, eu acho que a gente ainda deve muito, porque, na maioria das vezes, os técnicos estão preocupados em cumprir o trabalho: “Não, você planta assim; você maneja a vaca assim”, mas não dá àquele empreendedor rural pequeno, que está iniciando a partir de um assentamento ou de acesso a um crédito de uma pequena propriedade dele, ensinar ele a gerir aquilo de forma a ele ter os instrumentos de administração e de gestão que possam garantir o sucesso dele naquele negócio que ele está empreendendo na zona rural.

Essas eram as minhas considerações.

Eu passo a palavra ao Guilherme para dar continuidade ao nosso debate.

O SR. GUILHERME VARQUES TAVIRA – Obrigado, Senadores.

Primeiramente eu queria mencionar que eu fiquei bastante sensível com o olhar de vocês para o campo, para a agricultura, com a preocupação que vocês têm pelo desenvolvimento rural e pelo desenvolvimento rural do pequeno, do agricultor familiar.

Vários pontos do TCU e da CGU, o MDA já está respondendo, já respondeu três vezes e continuamente vem tomando novas ações para aprimorar o serviço de assistência técnica.

Eu vou me ater um pouco mais às perguntas dos Senadores, porque essa relação já é rotineira.

Primeiramente, o Senador Moka falou um pouco do trabalho do técnico, que faz parte do dia a dia, e a preocupação dele, se não seria o caso de se diminuir o número de famílias para fazer uma Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural) de qualidade, se a gente está olhando para o problema da água, entre outras questões, não é?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Na auditoria, não sei se do TCU, chega a dizer um técnico por família. É muito pouco não é? Um técnico! Mas se fosse isso já seria ótimo.

O SR. GUILHERME VARQUES TAVIRA – Claro, claro. Exatamente. Se fosse um técnico por família no Brasil a gente estava excelente na realidade.

O planejamento que o MDA faz para...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas eu digo assim, um técnico, quando vai, eu imaginava uma equipe multidisciplinar. Eu não estou dizendo que... Eu estou raciocinando que tem que ter uma equipe multidisciplinar, porque quando você tem um técnico, se ele for por exemplo, engenheiro agrônomo ou técnico agrícola, ele tem dificuldade para a visão de outras dificuldades. Nesse sentido que eu estou falando.

O SR. GUILHERME VARQUES TAVIRA – Isso, isso.

Para mitigar esse problema, essa dificuldade, esse desafio, o MDA faz lotes com equipes multidisciplinares em que 20% da equipe são de outras áreas do conhecimento.

Então toda equipe vai ter um técnico de campo, rotineiramente, visitando cerca de 80 famílias, por mês. Ele vai, periodicamente, no mínimo, a cada dois meses, por um atividade individual coletiva. Esse técnico ele está albergado por uma equipe que vai ter técnicos para além do tema de ciências agrárias e coordenadores também de outras áreas.

Então, uma nutricionista, alguém da área de pedagogia ou de assistência social vai estar subsidiando esse técnico, mesmo que não seja atendimento individualizado, esse técnico se reporta a esse pessoal de outra área e, em conjunto, eles podem fazer um atendimento melhor das questões sociais, dessas questões de extensão rural.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas eles mencionam que falta gente, falta pessoal. É muito claro isso na...

O SR. GUILHERME VARQUES TAVIRA – A dificuldade de pessoal é um pouco da própria formação, do número de técnicos no meio rural disponíveis para esse trabalho. É um gargalo do desenvolvimento rural o número de extensionistas. Eu acho que tem um pouco relação com isso e a dificuldade também de manter o técnico, pela própria volatilidade de emprego, de opções melhores.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas não é recurso então?

O SR. GUILHERME VARQUES TAVIRA – Não, não.

O problema do MDA não é recurso nem multidisciplinaridade. A equipe é multidisciplinar, o olhar é muito caro e custoso você elaborar para um, para três técnicos chegarem, um agrônomo, um técnico agrícola, um da temática social e um da temática de saúde para uma mesma família. Se forem três técnicos no lugar da família, fica uma política pública muito custosa e acaba diminuindo o número de famílias. A gente tem toda equipe, tem a multidisciplinaridade da equipe e um técnico auxilia o outro nos casos em que há necessidade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sim, mas aí é que eu digo: no passado, você tinha um escritório nas cidades. Então essa equipe era uma equipe só. Eles faziam todas as propriedades ali.

Hoje em dia parece que não tem essa articulação do nacional, do Governo Federal, com o Governo Estadual e o Governo Municipal. É desarticulado isso.

O SR. GUILHERME VARQUES TAVIRA – Eu vou ir um pouco para os pontos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A bem da verdade o que acontece, Senador Waldemir Moka, é que nós desestruturamos o sistema de assistência técnica no Brasil e a gente vem no remendo, vem remendendo as coisas. E hoje está-se pensando em reestruturar isso e está-se tomando iniciativa para reestruturar.

Na verdade, por exemplo, se a gente for implantar hoje assistência técnica e extensão rural para 100% dos agricultores familiares, nós não vamos ter técnicos no País suficientes para isso.

Então é uma outra frente de trabalho que, eu acredito, o Ministério precisa pensar, juntamente com o Ministério da Educação, que é preparar mão de obra para poder ir dar essa assistência técnica. A gente não tem técnicos suficientes no País hoje para responder a essa demanda, que é uma coisa incrível.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Donizeti, é isso que eu estou falando, é o dinheiro, às vezes, que se coloca lá e, se não tiver essa supervisão, é um dinheiro que também... Eu temo pelo retorno desse investimento.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Mas vamos ouvir as respostas aqui.

O SR. GUILHERME VARQUES TAVIRA – Dando continuidade, só para comentar que a Ater hoje ela tem, sim, uma centralidade da coordenação dentro do Governo Federal que dialoga com as EMATERs locais e com as empresas credenciadas para o serviço. E hoje uma das propostas do Ministério é inclusive recuperar essa sistemática que já teve com a Embrater e de coordenação da política de Ater de todo o Brasil, dos Estados e dos Municípios.

Sobre os outros temas, a questão da água, de saúde, de educação, eles são temas correlatos com o desenvolvimento agrário que fogem do escopo do MDA. Porém, o MDA tem presença ativa dentro da Sesepe, que é a Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza do MDS que cuida do Brasil sem Miséria, participa das mesas sobre água, influencia a priorização do público... Eu mesmo, nas minhas visitas pessoais, a gente tem energia, tem coração, mas também tem tutano, não é, nesse trabalho. A água, para consumo, já realmente chegou a mais de um milhão de cisternas e é um grande feito do Governo brasileiro em prol das famílias. É um desafio ainda chegar com a água para a produção para toda essa população também.

As parcelas do fomento, esse prejuízo para as famílias, a gente tem que colocar essa situação num contexto de um programa muito novo. A Ater, nessa modelagem de contratos e chamadas, foi uma lei de 2010 que começou a ser implementada em 2011 junto com o Programa Brasil sem Miséria. Então, toda essa nova sistemática, que foi inclusive elogiada pelo TCU, porque os contratos são meritocráticos, a empresa só recebe depois que executou, dessa nova contratação está numa fase de aprimoramento contínuo. Aprimoramento dos editais, que é o desenho da chamada pública, aprimoramento da gestão, que também teve a contribuição dos parceiros para aprimorar uma gestão periódica. O planejamento da Ater é de um custo de R\$1 mil reais por família/ano. O dado preciso de orçamento a gente pode prover informação futuramente, mas o custo da Ater...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vocês não têm um orçamento do que é gasto?

O SR. GUILHERME VARQUES TAVIRA – Tem um orçamento do que é gasto, eu não tenho disponível para te passar aqui, o planejamento é sempre de R\$1 mil reais por ano, por família. Então, esse técnico de Ater tem o equivalente a várias visitas no ano que remuneram a instituição em R\$1 mil reais por família por ano.

Vou dar uma corrida aqui para abranger um pouco também dos pedidos do Senador Donizeti.

Os indicadores do MDA, hoje, eles foram bastante fortalecidos para os indicadores de processo, os indicadores do Siater, e também os indicadores de resultado das famílias, que é o outro sistema que é o Sig@Livre. Hoje, ambos os sistemas tiveram evoluções. A velocidade deles funciona de forma adequada e não tem mais o problema do “técnico lobisomem”, que tem que trabalhar de noite. Os sistemas hoje são ágeis. Para mim, que sou fiscal, ontem estava aprovando relatórios de fiscalização, então, eu sei a dificuldade, e eu vivi pessoalmente, e tudo isso já foi superado.

Sobre os relatórios gerenciais, o MDA, a nossa equipe do Dater, produz relatórios artesanais. A equipe de tecnologia está trabalhando, é um dos pontos que foram colocados, está em andamento e está em fase de finalização, para os sistemas funcionam a contento para a nossa gestão, não é?

Sobre a seleção de famílias substituídas, da regionalização das chamadas públicas, todo o trabalho de desenho dos editais abrange um diálogo com as delegacias do MDA – o MDA tem um braço operacional em cada Estado –, então, toda chamada para aquele lote específico do Estado tem uma conversa com o nosso ator local. E a gente também tem diálogos dentro do Condraf, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, no comitê de Ater, para planejar e reformular as nossas chamadas públicas.

A regionalização sempre são lotes muito pequenos, Senador. Então, são vários lotes no Estado. Nunca será um lote muito grande que dificulta a logística da equipe de Ater. São sempre Municípios contíguos e numa lógica que garanta eficiência e a logística do pagamento daquele contrato.

Para as demais perguntas, as famílias tiveram uma melhora significativa de qualidade de vida e de renda. Os dados precisos do número de família, o MDA pode se comprometer a entregar futuramente. As estradas, que é um objeto de questionamento, o MDA tem uma política ativa no PAC de distribuição de motoniveladoras e outros equipamentos que ajudam na construção de estradas vicinais e apoiam o pequeno agricultor e também o grande no escoamento da produção.

Acho que, aqui, eu abrangei bastante os questionamentos, sobretudo da nossa energia de enfrentamento, do nosso coração para poder deixar o nosso campo desenvolvido, para ajudar o pequeno agricultor familiar, não é?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado Guilherme.

Vamos ouvir o Senador Wellington Fagundes e depois o Senador José Medeiros, para, em seguida, retornarmos com os nossos convidados.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, e autor também do requerimento, Senador Donizeti, meus cumprimentos, assim a todos os companheiros da Comissão e a todos os palestrantes que aqui estão.

Sr. Presidente, já é a terceira audiência que a gente trata de assuntos aqui com o MDA e o Incra. E é a terceira vez que eu vou repetir o mesmo assunto. Nas duas anteriores ficaram de me dar a resposta e até hoje a resposta não veio de nenhum dos meus questionamentos. Aliás, quero registrar que pedi uma audiência ao Presidente do Incra há aproximadamente 60 dias, e não consigo ter uma audiência com o Presidente do Incra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu também sou um dos que aguarda audiência. A presidência deve ser muito atarefada.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Deixa-me colocar na fila porque também fiz essa solicitação desde o início do ano. Na verdade, fui atendido lá por um auxiliar e tal, mas, com o Incra, não consegui.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Então, a coisa aqui, pelo menos pelo quórum, é unanimidade, apesar de o quórum ser relativamente pequeno, mas é unânime. Então alguma coisa deve estar errada, Sr. Presidente.

E aí eu penso que nós vamos ter que, daqui a pouco, fazer uma convocação através desta Comissão, o que não é desejável. Nesta Comissão, o nosso objetivo é ter um bom relacionamento com um setor tão importante no Brasil, que é a produção agropecuária, de modo geral.

Daqui a pouco, vou fazer, inclusive, após esta etapa, um relatório de uma viagem que fiz, com a Ministra Kátia Abreu, à China e ao Japão em que a gente percebe que a grande oportunidade que o Brasil tem é exatamente fazer com que a nossa produção agropecuária possa ajudar cada vez mais o Brasil. Todos sabem que a produção agropecuária tem sido a responsável pelo superávit brasileiro, aliás, ela é superavitária, e muito, a cadeia do agronegócio. Hoje estamos passando por dificuldades, mas entendemos que isso é uma salvação

econômica e social para o Brasil. Aqui estamos falando principalmente do pequeno produtor, que é responsável pelo alimento da cesta básica brasileira.

Ouvi, na televisão e pelo rádio, outros Senadores, como disse o Senador Blairo, é claro que, no Brasil, a situação do grande é totalmente diferente da situação do pequeno, mas o pequeno é responsável pela grande parte do alimento que chega aos lares brasileiros, mais de 70%. Esse produtor, a grande maioria dele, que está no campo hoje, ainda resistindo no campo, é fruto dos assentamentos, seja do Incra, da reforma agrária, seja do Banco da Terra, enfim. Mas o que se falou é da dificuldade que esse pequeno tem, porque só a terra não é suficiente. Ouvi o Senador Blairo dizendo que, para os assentamentos, desapropriam-se, compram-se áreas extensas, e quem está perto da água consegue sobreviver.

Então, vou relatar mais um fato, Eu gostaria da permissão do Presidente. Agora há pouco eu falava com o presidente da associação desse assentamento, que é do Banco da Terra, na minha cidade de Rondonópolis. É um exemplo, que já coloquei aqui. Trata-se da Fazenda Esperança, no Município de Rondonópolis, na MT-270, ligando Rondonópolis e Guiratinga. É o maior assentamento do Banco da Terra. São 1.641 hectares adquiridos através do Banco da Terra, do crédito fundiário. São 150 famílias, da Associação Renascer da Terra. Inclusive eu perguntei: isso é nome de uma igreja? “Não, é da associação mesmo: Associação Renascer da Terra”. São cinco associações nesse assentamento.

Se V. Exª me permitir, Presidente, vou ligar para o relações desse assentamento, só para o senhor ver que a situação lá é tão difícil, porque essas cinco associações, inclusive já contrataram advogado. Ele vai relatar aqui para o senhor ver tudo o que foi feito lá no assentamento.

Alô, com quem eu falo? Vando, vou colocar no viva voz. Vando, estou aqui numa audiência pública da Comissão de Agricultura, com o nosso Presidente, Senador Donizeti, representantes do TCU, da CGU e também do MDA. Eu gostaria, aqui, rapidamente, que você falasse das angústias, da situação que vocês se encontram e o que vocês estão procurando e não conseguem encontrar. Alô? No Brasil, tem isso também, a tecnologia da nossa comunicação tem falhado muito.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Fizemos uma audiência sobre esse tema ontem, e disseram que está tudo ótimo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – E faz com que a gente pague mais vezes. Alô? Vou repetir. Você saiu do ar, você podia fazer o seu relato.

O SR. VANDO ALVES DE OLIVEIRA – Está ao vivo?

“Senador, bom dia!”

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Bom dia!

Aqui, você está falando para a Comissão. Tem outros Senadores conosco: o Senador José Medeiros, o Senador Donizete, que está presidindo a reunião.

O SR. VANDO ALVES DE OLIVEIRA – “Eu sou o Vando Alves de Oliveira, da Associação Renascer da Terra. Nós somos do Assentamento Banco da Terra. Desde 2002, somos assentados. A fazenda tem 1.641 hectares. Esse assentamento foi dividido em cinco associações. Essas cinco associações têm 30 assentados cada uma. Esses 30 assentados têm uma quantidade de dez hectares...”

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Alô? Mais uma vez a nossa comunicação... Vou tentar mais uma vez, Presidente, se não for possível, eu relato aqui. Vamos fazer uma audiência pública depois, porque a agricultura depende da comunicação.

Alô? Continua aí, Vando.

O SR. VANDO ALVES DE OLIVEIRA – “Continuando: nossa associação é do Banco da Terra, em Rondonópolis, Mato Grosso, e nós temos, neste momento, 150 famílias assentadas. Essas 150 famílias assentadas têm um total de 1.641 hectares, sendo cada uma com 2,5 hectares. Desde 2002, estamos protocolando documentos para negociação da terra, pagamento da terra e também individualização dessa terra. No entanto, até hoje, não tivemos nenhum êxito; temos só problemas. Se temos estrada, fomos nós que pagamos; se temos água, fomos nós que pagamos; se temos casa, fomos nós que pagamos. No entanto, para o Banco da Terra...”

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Que é o Banco do Brasil, né?

O SR. VANDO ALVES DE OLIVEIRA – “... pelo Banco Central, através do Banco do Brasil, nós temos uma dívida de mais de R\$1 milhão, cada associação, sendo que, na época, cada associação pegou R\$600 mil. Nós já pagamos uma quantidade de R\$150 mil, cada associação, e, no entanto, a dívida hoje se completa em torno de R\$1.200 milhão para cada associação. Quer dizer, um juro estrondoso, um juro horrorizaste, que não damos conta de pagar. Então, estamos pedindo encarecidamente para que sejam revistos esses juros, que seja cumprido o contrato da época, em 2002, quando os juros eram 2% ao ano, com 40% para pagamento em dia, e nós precisamos da individualização dessas terras. Para individualizar essas terras, precisamos da legalização

primeiro, e estamos totalmente desamparados de poderes econômicos e sociais, e também de poderes que possam ajudar a gente.”

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Durante esse período, vocês tiveram assistência técnica?

O SR. VANDO ALVES DE OLIVEIRA – “Nós tivemos praticamente zero. No início, um ano, a Impar dava assistência para nós. No entanto, tivemos que pagar por essa consultoria. Na época, pagamos R\$2 mil de projeto para a Impar, e não tivemos assistência nenhuma. No início, falaram que tivemos assistência total...”

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – “Então, está ótimo”. Eu queria esse pequeno relato seu aqui. Vou continuar a reunião, mas, como a gente já tinha feito uma nova reunião, estou cobrando exatamente essa angústia que vocês vivem aí. Você pode assistir aí pela internet, conforme você está assistindo, e a gente dá uma resposta depois.

Um grande abraço.”

Felizmente, Sr. Presidente, hoje a gente já tem essa possibilidade, porque eles lá estão nos assistindo. Nós comunicamos que teríamos essa reunião aqui hoje e alguns dos assentados da diretoria estão assistindo à esta audiência pública. Às vezes, eles não acreditam que a gente, aqui em Brasília, cobra dos órgãos. Lá, nós, o Senador Medeiros também provavelmente já foi procurado por essa mesma associação – ele vai falar daqui a pouco –, somos da mesma cidade, Rondonópolis. Somos três Senadores da mesma cidade, acho que é um caso único no Brasil, os três Senadores do Estado são da mesma cidade.

Então, essa é a oportunidade que a gente tem, mais uma vez, para mostrar àqueles que vivem lá na angústia, que a gente também aqui cobra e que, infelizmente, a resposta não vem.

Tive a oportunidade de acompanhar esse assentamento no começo e quero aqui relatar que, realmente, como eles disseram, as estradas foram feitas pelos assentados. Eles tiveram que pagar à Empaer, que é uma empresa de assistência técnica do Estado – como ele disse, cada produtor pagou –, que deu assistência por um ano, mas pago por eles. A água. Foi contratada uma empresa, feita uma licitação pelo Banco do Brasil, a empresa executou o projeto da água e não recebeu até hoje. O pequeno empresário da cidade faliu. Depois, ele queria ir lá tirar os canos, mas, para tirar os canos, ficava mais caro, e, também, claro, os produtores não aceitaram. O certo é que até hoje não recebeu.

Então, essa é a situação. O pior é que eles já pagaram parte e o Banco do Brasil não consegue dar uma resposta de como concluir a situação, para que eles tenham documento, liberdade de poder fazer os financiamentos, enfim, de poder sobreviver.

Sr. Presidente, não sei se os atuais representantes do MDA têm conhecimento, porque não foram eles que vieram aqui. Mas, mais uma vez também quero falar de outra situação de Rondonópolis. Nós conseguimos, à época, um recurso do MDA de R\$2 milhões, para construir o primeiro Centro de Apoio à Agricultura Familiar, na cidade de Rondonópolis. Foi um projeto no qual me empenhei muito. Envolvemos a universidade federal, aliás, foi adquirida, pela prefeitura, à época, uma área lindeira, ou seja, ao lado da universidade federal, exatamente para que houvesse ali a oportunidade de um trabalho conjunto entre a universidade, na área de pesquisa, ensino e extensão. Esse centro previa a construção de laboratório, manipulação dos produtos, porque hoje a maior dificuldade para o pequeno produtor, além de produzir, saber o que produzir é, principalmente, comercializar, porque, para chegar ao supermercado exige-se código de barra e outras situações. Então, a gente tinha o sonho de fazer a parceria com o MDA, com a universidade federal, a Secretaria de Agricultura, a prefeitura, e ter ali um exemplo de organização da produção rural, porque naquela região – Rondonópolis, São José do Povo, Guiratinga – são vários Municípios e temos um grande volume de assentamentos, seja pelo Banco da Terra, seja também pelo Incra, diretamente, através de desapropriação ou aquisição de áreas.

O que acontece, Sr. Presidente? Até hoje, isso faz mais ou menos 12 anos, à época o Ministro era o Miguel Rossetto, quando foi feita a liberação, o dinheiro foi liberado, a construção foi feita, foi comprado equipamento, aliás, foi quase feita, não foi concluída, e até hoje está lá essa propriedade. Já pedi à fiscalização do MDA para tomar uma decisão, ver o que tem que fazer, estão aqui os órgãos de controle, quem sabe seja uma oportunidade de vocês irem lá, em parceria, porque é dinheiro público desperdiçado, os equipamentos todos abandonados. Só não foram totalmente depredados porque a área é bem ao lado da universidade, perto da guarita da universidade. Como agora a universidade mantém guarda, parece que ali é da universidade e existe um guarda cuidando das duas coisas.

E a gente não tem resposta, Presidente. Esse é o problema. É ignorar a importância do trabalho conjunto, que é a nossa pretensão na Comissão, e não há resposta.

Tenho algumas outras perguntas, mas estou vendo a aflição do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Estou mais flexível do que a Senadora Ana Amélia, mas é que a gente tem um tempo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Estou vendo a aflição do Presidente e também porque...

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Mas faça as suas perguntas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu vou concluir, não vou nem fazer as perguntas, porque acho que já tive muito tempo e eu me delongaria muito. Tenho certeza de que o Senador Medeiros também quer usar a palavra. Depois, ainda quero fazer um relatório da minha viagem.

Vou concluir essa parte. Então, eu agradeço. Isso aqui é um exemplo, Sr. Presidente, é apenas um exemplo. Se a gente falar em assistência técnica no Estado de Mato Grosso, é vergonha para nós, porque somos o Estado maior produtor de grãos, somos o maior rebanho bovino, somos um dos maiores produtores de carne suína, de carne de aves. Agora mesmo, na cidade de Lucas do Rio Verde, que tem um grande projeto da BR Foods, estão anunciando um investimento de quase um bilhão, para duplicar a produção. Então, o grande tem isso – que foi falado pelo Senador Blairo – que é a capacidade de ter sua assistência técnica, de ter a pesquisa, mas o pequeno está totalmente abandonado no meu Estado. E não é de agora, não, é de muito tempo.

Hoje nós importamos hortifrutigranjeiros de Goiás. É uma vergonha para o Estado de Mato Grosso ser o maior produtor no agronegócio em praticamente todas as *commodities* agrícolas e ter que importar, não ter nenhuma organização da cadeia produtiva do pequeno, para que chegue o produto a um preço mais acessível, e que o produtor possa, inclusive, ganhar. Não temos um centro de abastecimento funcionando. Então, a cadeia do pequeno realmente está bastante desorganizada.

Mas tenho fé, acredito. Quem sabe com esta audiência aqui, Sr. Presidente, a gente possa avançar e trazer uma luz ao fundo do poço, para esses produtores que tanto esperam da gente.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Senador Wellington. Senador José Medeiros, para suas considerações e eventuais perguntas.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, Srs. convidados, Senador Wellington Fagundes, todos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado e aqui na Casa, lá nós começamos com a situação do Incra. Vou aproveitar e colocar aqui que o Senador Wellington, de forma muito espirituosa, chama o Incra de Mato Grosso de “Incravado”. Neste momento, o Incra, lá, existe no papel, existe de direito, mas não existe de fato. Todas as equipes de campo estão hoje vendo processos administrativos ou em outras atividades, mas não estão, efetivamente, fazendo o que tinham que fazer. O Presidente do Incra está numa situação, não sabe se fica... O certo é que todos os assentados já fizeram pedidos, ontem recebi ofícios pedindo...

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O senhor está falando do Superintendente do Incra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Do superintendente do Incra, estão pedindo a troca lá. A situação do Incra está insustentável. O órgão está sem funcionar. Começa por aí, as pessoas não têm acesso à informação ou a qualquer coisa.

O Mato Grosso inteiro está nessa situação igual àquela que o Lima Barreto descreveu no início do século passado, pelo personagem Policarpo Quaresma. A forma como o Brasil assentava naquela época não mudou muito, essa é a grande verdade. Nós estamos hoje transferindo, em alguns casos, sem muito exagero, estamos tendo uma favelização do campo, porque essa situação que o Senador Wellington descreveu aqui está alastrada no Estado inteiro. Temos assentamentos em Tangará, assentamentos em Colniza, em vários locais. Essas pessoas anseiam pela individualização dessa dívida, porque já se tornou insustentável. A dívida vai para a associação, eles até querem pagar, mas não conseguem individualizar a dívida. Em determinado momento, as próprias pessoas do MDA, através das secretarias, foi o que consegui apurar lá, Senador Wellington, falaram para eles: “Não paguem a dívida. É para esperar a renegociação, vamos dar um jeito de renegociar”. Eles esperaram a renegociação. Quando veio a renegociação, os juros foram desde o início. Está aí o tamanho desse endividamento. Hoje eles querem o quê? Até pagam essa dívida, mas querem individualizar para se livrar. Tem gente lá que já me disse: “Se eu achasse alguém que falasse ‘fica com essa terra’, mas eu quero me livrar da dívida, eu saía”. Mas eles não conseguem nem se livrar disso. É uma situação terrível.

Eu inclusive solicitei, já que não consegui falar no Incra, em outros setores, consegui uma audiência com o Ministro Patrus Ananias, para o dia 5. Eu quero convidar o Senador Wellington, além dessas pessoas que estão vindo, para a gente levar essa situação. Já adianto para vocês que podem encaminhar o assunto.

Temos essa situação em Mato Grosso que passa, inclusive até solicitei que fizéssemos um levantamento de quanto é esse endividamento. Tivemos, Senador Donizeti, em determinado momento do País...

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só um minutinho, porque vou ter que dar um pulo na CPI do Carf. Convido o Senador José Medeiros para presidir por uns 20 minutos, eu já volto. Aí o senhor segue nas suas considerações.

Estou passando a Presidência para o Senador Wellington Fagundes.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Medeiros, agora acabou a pressa, podemos amanhecer o dia aqui, se a gente resolver o problema.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Creio que talvez a solução passe por uma definição do novo modelo. Senão, acho que vocês vão continuar vindo aqui, a gente vai continuar trazendo problema e enxugando gelo. Vejo que esse modelo hoje está vencido.

Vou contar a situação que aconteceu no Estado de Mato Grosso. Acontecia de o sujeito ter uma terra, às vezes, não muito produtiva, fazia uma insistência, vinha um gaiato, entrava de atravessador, passava essa terra para essas pessoas, aí acontecia o que o Senador Blairo disse: quem estava perto da água sobrevivia; quem não estava, não tinha condições. Vinham aqueles negócios da vaca leiteira, compravam umas matrizes, as pessoas acabavam comprando um animal de péssima produtividade, e essas situações foram se acumulando. Hoje estamos com esse baita abacaxi nas mãos. Creio que existe potencial para uma produtividade maior, mas, esse modelo, penso que talvez a gente tivesse que começar de novo.

Em determinado momento, foi feito no Brasil uma securitização para o grande. Talvez seja o momento de fazer esse levantamento das dívidas, repactuar isso de novo e começar do zero, porque não vejo muita saída. Mesmo que essas pessoas consigam pagar as dívidas, aquilo lá não se sustenta. Então, vamos ficar com esse modelo que não ajuda o País, não ajuda as pessoas, não ajuda ninguém e só traz prejuízos para todo mundo.

Ficam essas considerações. É uma situação emergencial, tem que ser resolvida. Não sei como, porque já fizemos três ou quatro reuniões, mas espero que desta vez a gente possa sair daqui com um encaminhamento, talvez incluir o Banco do Brasil nisso. Não vejo a dificuldade, as pessoas querem pagar, talvez fosse o caso de repactuar juros ou individualizar. Enfim, fica levantado o problema para a gente tentar uma solução para isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Como agora assumi a Presidência, posso usar e abusar do tempo. Vou, então, fazer as duas perguntas que eu gostaria de fazer ao representante da Controladoria-Geral da União.

Na página de pesquisa do *site* da CGU, de relatórios de fiscalização, auditoria e avaliação da execução de programas do Governo, não foi possível encontrar nenhum relatório utilizando os termos de busca Pnater ou Pronater. Nesses últimos cinco anos, foi feita alguma avaliação de execução do Pronater? Se sim, porque o relatório não foi ainda disponibilizado pela CGU? Qual a avaliação da CGU sobre a execução do programa?

Além de um diagnóstico e de indicadores de resultados, um programa exige a definição de metas e de resultados a serem alcançados. Não é possível admitir como metas apenas o número de famílias assistidas, sendo muito mais importante aferir o crescimento de renda dessas famílias. Nesse sentido, a CGU fez ou fez alguma recomendação ao MDA quanto à necessidade de avaliação dos resultados obtidos, com a execução de cada serviço contratado, conforme determinado no art. 24 da Lei nº 12.188, de 2010?

Agora, ao representante do TCU. O item 9.5 do Acórdão nº 2.395, de 2013, do TCU-Plenário, determinou que a Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente, a Secex Ambiental, promova a programação do monitoramento da implementação das medidas determinadas nessa deliberação. Como está sendo feito esse monitoramento? Há relatórios sobre os resultados? Como acessá-los?

O item 9.1.9 do Acórdão determina a necessidade, na elaboração das próximas chamadas públicas, de se ajustar o tamanho dos lotes, tanto ao número de famílias quanto ao número de Municípios, de modo a melhorar a eficiência da prestação do serviço de Ater. Além disso, determina-se que deve incluir mecanismo de incentivo à realização de atividade de mobilização, ou seja, atividades iniciais prévias à realização do diagnóstico das famílias, e à inclusão das famílias em programas e serviços públicos, principalmente aqueles relacionados com a área agrícola, mas também nos de saúde, educação e assistência social.

O TCU tem monitorado se tais determinações foram cumpridas?

Quanto à sua eficácia, o Tribunal tem como aferir se tais determinações são cumpridas e, na prática, alcançam os resultados pretendidos?

O TCU avaliou que as técnicas de coleta de dados aplicadas durante o planejamento e a execução da auditoria permitiram concluir que existe pouca articulação entre o MDA, os Estados e outros ministérios para o planejamento das chamadas públicas e para a integração de programas?

Essa falta de articulação é um problema grave que gera desperdício de recursos públicos e ineficiência das políticas públicas. Que recomendações o TCU fez ou faz para que tal articulação seja efetivada e resulte em melhor aplicação dos recursos ao Estado?

Essas são as perguntas. Não citei, mas na última reunião, quando foi lançado o programa da agricultura familiar, a Presidente Dilma assinou a nomeação do presidente da Anater. Se algum de vocês quiserem fazer

algum comentário quanto à expectativa e o que a Anater já tem de trabalho, nesse aspecto, acho que poderia ser acrescido aqui.

A palavra pode ser da direita para a esquerda, da esquerda para a direita, o importante é que cada um tenha a oportunidade.

O SR. CLÁUDIO ANTONIO ALMEIDA PY – Respondendo à sua primeira pergunta, quanto à questão do relatório dos trabalhos que porventura a gente tenha feito, referente ao Pnater.

Na nossa apresentação, a gente colocou que, partindo da nossa metodologia utilizada, era monitorar as providências do Tribunal, foi acordada uma parceria. As informações dessas constatações, em cima do trabalho do Tribunal, em que se avaliou essa política, em 2013, vai estar em contas, informações do que achamos, constatações referentes à situação, e foi o que apresentei no início. Então, isso não está ainda, mas deve, até o final do ano, estar no *site* da CGU.

Existe também um trabalho específico que fizemos, relacionado à questão só de fiscalização, que está na fase de ouvir o Ministério, nas questões de complementação, e a gente entende que, até o final do ano, na etapa em que está, também esteja no *site* mais um trabalho publicado, com o envolvimento do Ministério. Está na fase de avaliar as informações prestadas daqueles achados, ou seja, a gente já tem as manifestações, mas a gente dá mais uma rodada, porque, às vezes, nem tudo fica claro. Então, a gente já fez a busca de solução conjunta, já identificou no que a gente precisa avançar e a gente vai trabalhar na questão dos planos de providência, que é a mais importante das medidas.

Nesse trabalho, também está a informação da sua segunda pergunta. A gente aponta a necessidade de construir os indicadores, porque a gente identificou que há os indicadores de quantidade, mas, na questão dos indicadores de qualidade, a gente sentiu necessidade de avançar nessa questão, abordar essa tendência, tanto na questão do trabalho do Tribunal como nesse nosso trabalho. Então, continuam ainda esses questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Com a palavra o Dagomar Henriques, que é o Secretário de Métodos Aplicados e Suporte à Auditoria do TCU.

O SR. DAGOMAR HENRIQUES LIMA – Sr. Senador Wellington Fagundes, obrigado pelas perguntas. O planejamento do Tribunal de Contas é de abril a março, de abril de um ano a março do outro. O monitoramento da implementação dessas deliberações está previsto para ser feito antes de março do ano que vem. Esse monitoramento vai ser mais simples do que aquele que a gente faz com o MDA, aqui em Brasília, com base em documentos, mas a gente também vai fazer um monitoramento *in loco*, vai novamente a campo, vai fazer cruzamento de dados etc., algo semelhante a uma reprodução da auditoria, mas isso ainda vai ser programado, dependendo do andamento na implementação das deliberações do TCU.

A questão do ajustamento dos lotes, que o senhor mencionou, foi levantada na auditoria. A gente tem notícia do MDA de que isso está sendo ajustado. O MDA já encaminhou informações para o TCU três vezes, em três ocasiões, em relatórios diferentes, mas a gente vai verificar isso também na fase de monitoramento, para ver se isso realmente avançou.

Com relação à inclusão em outros programas sociais, foi um ponto também destacado pela auditoria, o alcance limitado das ações de Ater na inclusão nos demais programas. A gente vai novamente fazer uma pesquisa com os extensionistas para saber se essa situação foi alterada.

A questão da articulação também vai exigir exames que não são apenas documentais, que serão feitos no próximo monitoramento. A CGU encaminha as informações de implementação no relatório de auditoria de contas, anualmente. O Cláudio Py mostrou aqui, eles separaram as deliberações em 14 categorias, e a avaliação que eles estão encaminhando para a gente é de que seis foram implementadas, seis estão em implementação e duas ainda estão incipientes de implementação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Vamos agora ao Dr. Ronaldo, representando o MDA.

O SR. RONALDO JOSÉ RIBEIRO – Estou aqui numa dúvida cruel se respondo às perguntas que já tinham sido feitas a respeito do tema de que viemos tratar aqui, a Ater, com recorte no programa Brasil sem Miséria...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – O senhor tem liberdade de respondê-las, até porque tudo aqui está sendo gravado, é importante.

O SR. RONALDO JOSÉ RIBEIRO – Ótimo. Eu também gostaria de dizer que gostei muito da fala do Senador, dizendo que agora temos tempo livre para conversar o tempo que for necessário, porque nós que estamos envolvidos com a questão da assistência técnica e extensão rural, realmente, somos muito apaixonados por aquilo que fazemos. Talvez gostaríamos de passar horas e horas aqui para poder conversar e debater os temas relativos a essa questão da assistência técnica e extensão rural.

O Senador Blairo Maggi, que esteve aqui em algum momento, fez um comentário a respeito do pai dele, agricultor no Paraná, e a adoção da tecnologia das curvas de níveis. Ele estava comentando a dificuldade que era

para o agricultor aceitar uma nova tecnologia como essa. Eu, particularmente, depois de 30 anos na profissão de engenheiro agrônomo, descobri que essa é uma profissão ingrata, porque o meu cliente, a pessoa que eu atendo, sempre sabe mais do que eu; e eu sempre tenho que ter uma postura de humildade, de tranquilidade, para convencer um agricultor de que ele precisa inovar ou mudar um modelo de agricultura que, às vezes, ele vem praticando há 30, 40 anos, aprendendo de pai para filho há mais de 150 anos.

Trabalhar com mudança de mentalidade, com mudança de hábitos é uma coisa extremamente difícil. Fazer com que o agricultor compreenda que essa inovação vai trazer benefício, que não é porque ele sempre fez daquele jeito que ele não deve experimentar fazer de outra maneira, e que isso vai trazer benefícios, vai trazer mais dinheiro no bolso, é um desafio bastante grande, diferente de quando você vai consultar um médico, ele fala que você está doente e você tem que aceitar o diagnóstico do médico. O debate entre o agricultor e o extensionista para que o agricultor atenda o diagnóstico do extensionista é sempre uma questão bastante difícil.

Estou fazendo essa pequena introdução aqui para, na resposta ao tema que foi colocado, um pouco também do que o outro Senador fez, que estava aqui desde o início da audiência, o Senador Moka, algumas considerações bastante importantes, principalmente no que se refere ao atendimento ao agricultor de uma equipe multidisciplinar. A gente quer dizer que a assistência técnica de extensão rural se caracteriza por isso, os números apresentados aqui pelo Guilherme Távira são muito importantes nesse sentido: o custo desse programa é em torno de R\$1 mil por família/ano, isso está envolvendo uma equipe multidisciplinar, também está envolvendo despesas relacionadas a transporte, combustível e assim por diante. Vamos lembrar também que essa família está recebendo um fomento no valor de R\$2.400.

Então, tudo isso que estamos discutindo aqui, conversando, falando de uma política instituída em 2010, que já entrou no monitoramento do TCU, em 2012, e hoje estamos falando de 2015, estamos falando de uma política bastante recente. O próprio TCU, no seu relatório de auditoria, reconheceu que este modelo atual apresenta grande avanço em relação aos modelos anteriores, que eram modelos de convênios.

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO JOSÉ RIBEIRO – Nesse período, estamos, evidentemente, junto com o TCU e com a CGU, buscando aperfeiçoar o modelo, trabalhando no limite imposto pela legalidade da lei da Ater, que é uma lei de 2010, e da Lei de Licitações. Quer dizer, tempo do contrato, tamanho da equipe, tamanho do lote, tudo isso, nós, no MDA, como gestores do programa, temos que trabalhar naquilo que a lei nos permite fazer. O fato de ser um serviço continuado, e isso não é uma solução simples, estamos em discussão permanente com os próprios órgãos de controle e também com a nossa consultoria jurídica, para avaliar quais os mecanismos, dentro da legalidade, para que a gente possa garantir esse serviço de modo continuado.

Os Senadores também perguntaram a respeito dos indicadores, o que é uma grande preocupação do TCU, e que é uma grande preocupação também do MDA. Nós hoje temos indicadores relacionados, por exemplo, ao número de famílias assistidas, ao volume de recursos utilizados. O Programa Sig@Livre, que foi comentado aqui como sendo um programa bastante detalhado, traz informações a respeito dessas famílias. Nós estamos anualmente coletando informações a respeito da produção das famílias. É um programa de dois ou três anos, isso significa que precisamos acumular informações, para que a gente possa avaliá-las. O programa ainda é bastante inicial, e é preciso que as pessoas compreendam esse tipo de coisa, mas existem algumas informações que mostram, é uma certeza quase absoluta, que estamos no caminho certo.

Ontem, por exemplo, a FAO e a OCDE, que são duas organizações internacionais, publicaram um relatório com um capítulo especial sobre o Brasil. Esse estudo da FAO, que é uma organização da ONU, junto com a OCDE, afirma – uma boa notícia para todos nós – que, na próxima década, nos próximos dez anos, o Brasil será o maior produtor de alimentos do mundo.

Isso demonstra a força e a pujança da nossa agricultura. Mostrou também que, nos últimos 20 anos, nós dobramos a nossa produção agrícola sem aumentar significativamente a nossa área plantada. Isso significa que tivemos aumentos de produtividade bastante significativos.

Foi feito um comentário sobre o censo agropecuário de 2006. Não houve outro, mas já existe a previsão de que esse censo agropecuário será realizado. Sem dúvida nenhuma, os resultados do censo demonstrarão os avanços que obtivemos dentro dessa área da agricultura, da produção agrícola e da assistência técnica.

Alguns números da assistência técnica. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, de modo direto, atende cerca de 500 mil agricultores, através dos seus editais. Desses 500 mil, uns 200 mil, entre 180 e 250 mil, são os atendidos dentro da perspectiva do Brasil sem Miséria.

As entidades estaduais de Ater, as EMATERs, que estão presentes nos 27 Estados e no Distrito Federal, atendem, no seu conjunto, cerca de 1,5 milhão de agricultores. Além disso, temos no Brasil em torno de 1.200 Municípios que contam com serviços de Ater. Isso significa que, *grossa modo*, metade dos nossos agriculto-

res familiares estão sendo atendidos por serviço de Ater, que não são da qualidade que desejamos, não são continuados como desejaríamos, mas temos que ter muita clareza de que ainda estamos reconstruindo uma situação que foi o fim da Embrater, em 1992. Ainda hoje, quase 20 anos depois, o nosso Estado brasileiro sofre com a extinção da Embrater, que era a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, extinta em 1992. Ainda estamos trabalhando no sentido da sua reconstrução.

Um passo importante foi a criação da Anater, Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Há 20 dias, a Presidente Dilma apresentou seu novo presidente. Agora nós estamos, e o MDA tem tido uma participação muito especial no sentido, querendo que garantir que a Anater se constitua. Em breve, teremos a primeira reunião do conselho de administração, mas ainda é preciso discutir os estatutos, ainda é preciso discutir o contrato de gestão entre as instituições e a Anater. Vamos nos lembrar de que, apesar de a responsabilidade pela política de assistência técnica e extensão rural estar centrada no MDA, por força de lei, outros ministérios do Governo Federal também trabalham com o tema, como é o caso do Ministério da Pesca e Aquicultura, do Ministério da Agricultura e Abastecimento, que têm também, como é o caso do Incra, no interior dos seus orçamentos, recursos destinados à assistência técnica e extensão rural. A Anater irá coordenar tudo isso, como também deverá coordenar a ação de assistência técnica na relação com os Estados e com os Municípios. Ou seja, temos um desafio grande pela frente, que é reconstruir o sistema nacional de assistência técnica e extensão rural. Essa é uma tarefa colocada e o Governo do Estado deverá dar razão a esse tipo de coisa.

Outra pista que é um indicador: o trabalho do economista Neri, que demonstra que, entre 2003 e 2009, houve um grande progresso em relação à miséria, principalmente, no meio rural. Isso fez com que a classe média rural aumentasse cerca de 75% nesse período. O prognóstico, que será verificado com a PNAD de 2015, é que hoje, no meio rural brasileiro, cerca de 60% dos agricultores venham a pertencer à classe média rural. Ou seja, nós diminuimos muito o número de miseráveis ou de pobreza absoluta no campo. Esse fato também foi comprovado, no ano passado, quando a FAO retira o Brasil do Mapa Mundial da Fome. Sem dúvida nenhuma, todos os macroindicadores mostram que esse trabalho que vem sendo realizado tem um significado muito grande.

Em relação às questões apontadas pelo Senador Wellington e também pelos outros Senadores, o César Medeiros, que é o Assessor Parlamentar do Ministro Patrus Ananias, que nos acompanha nesta audiência e que está ali ao lado, já fez uma referência muito clara de que vamos encaminhar esses pedidos ao Incra, lembrando que a Presidente do Incra, a Srª Maria Lúcia Falcón, tem atendido aos Parlamentares, às audiências dos Parlamentares. Os pedidos são grandes, mas o César já nos disse aqui que o pedido dos Senadores será considerado como prioritário e que nós vamos fazer gestões junto à Presidente do Incra, para que ela atenda.

Em relação à Fazenda Esperança, Senador, nós não temos informações muito concretas, mas também fica aqui o nosso compromisso de que busquemos a resposta.

Quem trata desse assunto do MDA é uma outra secretaria dentro do Ministério, mas nós vamos conversar com o Secretário para saber quais são os detalhes referentes à Fazenda Esperança, e, se o pessoal estiver assistindo ainda lá, pela internet, fica o compromisso do MDA, para que verifiquemos esse caso.

Por último, no caso do Centro de Beneficiamento de Rondonópolis, o seu gabinete deve ter recebido recentemente um ofício, em que esclarecemos o assunto. Ponderamos que a Prefeitura de Rondonópolis teve problemas dentro do processo licitatório e que, inclusive, a empresa que havia ganhado o processo licitatório, abandonou a obra. Isso obrigou que a Prefeitura de Rondonópolis abrisse um novo processo licitatório, para que a obra tenha andamento.

Por conta disso, o próprio convênio com a Prefeitura de Rondonópolis já foi prorrogado, para permitir que essa obra seja concluída o mais breve possível. Está certo?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Mais ou menos. Recebi a resposta agora, ali, do Assessor Parlamentar. Inclusive, ele mandou agora para o meu gabinete – agora, recentemente.

Na verdade, o que acontece lá não é culpa desta administração, da atual administração. Isso já faz 12 anos, quando o recurso foi liberado. Então, o problema é o seguinte: quem liberou o recurso também tem de ter a responsabilidade da fiscalização.

O que estou reclamando é que há tanto tempo e reiteradas vezes tenho pedido a fiscalização do MDA, e isso vem passando. Então, o problema é que o MDA liberou o recurso, e a sociedade não está se servindo disso. Eu poderia ter pedido...

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O recurso foi pelo Banco do Brasil ou pela Caixa Econômica Federal?

O SR. RONALDO JOSÉ RIBEIRO – Pela Caixa Econômica Federal.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – O recurso deve ter sido pela Caixa Econômica.

O SR. RONALDO JOSÉ RIBEIRO – E a responsável pela fiscalização é a Caixa Econômica Federal.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu fiz à Caixa, mas o problema é o seguinte: quem é o dono do recurso é o MDA. O convênio foi feito com o MDA. A Caixa Econômica presta um serviço ao MDA. Então, cabe, na nossa relação, se já oficializei, se já cobrei como Parlamentar... Porque a sociedade cobrando de nós. Eu, como Deputado Federal, fui lá, coloquei uma emenda, liberei o recurso, e o recurso não é aplicado.

E vamos lá, divulgamos, nos reunimos com a associação... E não foi uma, não, com as associações, com o movimento, foram muitas. E isso causa uma frustração à população. Então, a omissão, às vezes, é mais prejudicial, porque o dinheiro público, quando se cria uma expectativa na comunidade local e não se tem a solução, a sociedade fica falando: primeiro, houve o desvio do dinheiro, são os políticos. A culpa sempre acaba caindo aqui. Por isso temos hoje mais do que nunca buscado esse papel de interlocução, de aproximação do Tribunal de Contas da União. Por exemplo, a CGU, o Tribunal de Contas, houve um momento em que estavam muito na linha de antagonismo, como se cada um estivesse lutando para uma coisa. Não, nós estamos lutando com um objetivo só. Tenho visto bastante esse amadurecimento por parte do TCU, o que acho bom. A CGU, muitos lá, acham que a CGU é a Polícia Federal. E não é. Não é nada disso. É exatamente para fazer o controle, para que o dinheiro que foi aplicado dos impostos da população tenha resultado.

Aqui ninguém tem o objetivo de botar alguém na cadeia. Nós queremos é a solução do recurso. E, no Brasil, infelizmente, o desperdício do recurso público é o que causa o maior prejuízo, porque ações são, às vezes, feitas de forma dispersa, e um fala “Não, está bem, a culpa é do outro”. O outro fiscaliza, o outro... Enfim, ninguém chega à conclusão final.

O certo, Presidente, é que esse seria o primeiro centro de apoio da agricultura familiar do Centro-Oeste brasileiro, seria o modelo que poderíamos utilizar. E, no caso do meu Estado, que é de alta produção, de produtividade muito grande para os médios e grandes... e o pequeno, nesta situação, fica cada dia mais em penúria. Então, quero só cobrar a parceria de fazer com que o dinheiro público do MDA, que foi difícil de arrumar, seja aproveitado. E o Ministro, à época, Rosseto, teve a maior boa vontade. Ele estava entusiasmado em fazer uma coisa, inclusive, em Mato Grosso, e causou uma frustração até hoje.

O SR. RONALDO JOSÉ RIBEIRO – A orientação do nosso Ministro, Senador, é de que tenhamos todo o cuidado, e um cuidado especial, com os pleitos dos nossos Parlamentares, que atendamos da melhor maneira e da maneira mais rápida possível.

Então, a minha intenção era apresentar ao senhores as providências que estão sendo tomadas, também do mesmo modo que ficamos muito contentes em saber que podemos contar com seu apoio, para que possamos, juntamente com a Prefeitura de Rondonópolis e com a Caixa Econômica Federal, garantir que essa obra seja concluída. Esse é o nosso desejo.

Realmente, quem é mais prejudicado em toda a situação é a comunidade local, que às vezes não tem o benefício da obra pública concluída.

Vamos trabalhar para que isso aconteça.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Aliás, a Caixa Econômica tem culpa no processo, porque a parte do recurso que está na Caixa Econômica há muito tempo, vocês sabem, está sendo utilizada pela Caixa Econômica. Então, a maioria dos convênios nossos, Presidente Donizeti, em todas as áreas, têm seus recursos liberados através do Orçamento da União, e o banco, principalmente a Caixa Econômica, fica lá com a burocracia e o dinheiro. Eles o estão utilizando em aplicação de outros.

O SR. RONALDO JOSÉ RIBEIRO – Eu só queria concluir, Senador Donizeti, se o senhor me permite, até aproveitando o seu retorno aqui à Presidência da Mesa.

Uma das suas questões, uma das suas perguntas foi sobre os indicadores. Então, quero retornar um pouquinho a esse tema e dizer, afirmar, em relação ao trabalho do MDA, do Dater e de todo o sistema e também dentro das colocações que foram feitas pela CGU e pelo TCU, que o nosso desafio é realmente o da construção de indicadores.

Nós precisamos ter indicadores quantitativos e qualitativos que permitam, de maneira bastante rápida, avaliar a implementação dos nossos programas.

Vamos lembrar que, na gestão, temos a responsabilidade de continuamente avaliar, monitorar, corrigir rumos. E só conseguimos fazer isso se tivermos, realmente, indicadores que permitam que o gestor tome a decisão no mais breve espaço de tempo possível para que venha a corrigir algum tipo de ação que não esteja sendo implementada da melhor maneira possível.

Só vou concluir, dizendo que a própria CGU e o próprio TCU, em entendimentos com a Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário, já se colocou à disposição, inclusive para colaborar com o MDA no desenvolvimento de indicadores de acompanhamento do programa.

Esse é o nosso desafio, e espero que, na próxima vez em que talvez sejamos convidado a participar aqui da Comissão, possamos apresentar os avanços que também vai certamente obter nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Dr. Ronaldo.

A pergunta que veio do Sr. Flávio Roberto Mota – não informa o Estado – e que vou ler já foi respondida no contexto do debate realizado aqui, nesta manhã.

É só para registrar a importância da iniciativa do Flávio Roberto Mota.

Ele diz o seguinte: “as políticas governamentais sobre a terra deveriam apoiar as pessoas internamente e parar de defender os interesses do agronegócio, que, além de não produzir os alimentos que precisamos, ainda desmatam e poluem”.

Flávio, o que acompanhamos e que você pôde acompanhar, certamente, estando aí, é que os Senadores que compõem esta Comissão têm uma visão ampla do problema que o Brasil enfrenta em relação à agricultura familiar, ao apoio aos pequenos. E temos debatido, no âmbito desta Comissão, com muita frequência e com muita insistência, essa questão do apoio ao pequeno.

Não quero fazer esta distinção de agronegócio só para o grande. O agronegócio é todo o negócio que vem da agricultura e da pecuária, seja pequeno, seja grande.

É importante a agricultura empresarial hoje para o nosso País, na aquisição de divisas, para o equilíbrio da balança comercial, E o Governo e, sobretudo, esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária têm debatido com veemência a questão do apoio ao agricultor familiar, ao pequeno agricultor.

Agradecemos a sua participação aqui.

Eu quero dizer que esta é a segunda audiência pública que instrui o nosso relatório para a avaliação da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural. Certamente, faremos outras, em que vamos trazer a Anater, a Contag, que ainda não participaram conosco aqui e que são diretamente ligadas.

Também quero agradecer à nossa assessoria a presteza, o carinho com que atende todos os Senadores. Hoje ela me auxiliou a desempenhar uma tarefa difícil, que é presidir a Comissão de Agricultura, que tem a Senadora Ana Amélia com sua habilidade muito singular para conduzir os trabalhos.

A reunião vai ser realizada em 3 de setembro. Então, temos outra audiência pública sobre a avaliação da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no âmbito desta Comissão, no dia 3 de setembro.

Agradeço a participação do Dr. Ronaldo José Ribeiro, Chefe de Gabinete da Secretaria da Agricultura Familiar; do Dr. Guilherme Varques Távira, Assessor da Coordenação do Dater, Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA; do Sr. Cláudio Antonio Almeida Py, Diretor de Auditoria da Área de Produção e Comunicações da CGU; e do Dr. Dagomar Henriques Lima, Secretário de Métodos Aplicados e Suporte à Auditoria do Tribunal de Contas da União, TCU.

Agradecemos muito...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Acho que só para o senhor não ter de encerrar e depois abrir novamente...

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Não, eu não vou encerrar, não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas quero só...

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu vou consultar aqui...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Ah, está bem.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Não tenho o controle do tempo deles, não sei se eles podem ficar, mas nós vamos ficar com a reunião da Comissão.

O Senador Wellington Fagundes tem um relatório muito importante para fazer nesta Comissão, da viagem que fez.

Acompanhei o relatório no plenário, um relatório importante. E só queria, Senador Wellington, com sua permissão, perguntar se os nossos convidados podem ficar para ouvir o relatório. Senão, nós os dispensaríamos e continuaríamos com a nossa reunião.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Vou tentar ser sucinto. Acho que o senhor está liberando, mas isto aqui não será longo.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu só os estou consultando.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Da minha parte...

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós aguardamos...

É importante o relatório que ele vai fazer, inclusive para os órgãos de controle, porque ele viajou em missão especial, acompanhando a Ministra Kátia Abreu, também Senadora, da qual sou Suplente. Hoje estou aqui trabalhando, no âmbito desta Comissão, como Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, quero, encerrando esta primeira parte, dizer a todos, ao Ronaldo – que vi que é um idealista – que, nessa área de assistência técnica, de extensão, já houve um trabalho muito forte no Brasil, no passado.

Na verdade, a coisa piorou, e temos de melhorar, porque principalmente o grande criou condições próprias de comercialização, e trabalhar com o pequeno não é fácil. Então, essa angústia que vivemos aqui sei que é de vocês que estão lá na ponta.

Quero que vocês entendam que queremos ser parceiros, inclusive na defesa. Por exemplo, a criação da Anater vemos com entusiasmo.

Assim também acerca da organização do MDA, de um modo geral, inclusive, o atual Ministro, por quem tenho um respeito muito grande. Acho que é uma pessoa não só competente, mas idealista, que tem bons propósitos.

Como disse aqui, quanto ao papel da CGU, do TCU, acho que temos de fazer com que o recurso chegue à ponta. Acho que é isso que interessa.

Então, a propositura que gostaria de fazer, Presidente, é pedir à Presidência, já que nós, individualmente, não estamos tendo a capacidade de ser atendidos pelo Incra, que interfira, ou vamos propor aqui, na próxima reunião, a convocação.

Eu não gostaria, principalmente como político da Base, de ter de convocar uma pessoa aqui. Acho isso desnecessário e...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Wellington, eu tinha preparado para encaminhar aqui o seguinte: César e companheiros do MDA, queremos dizer que compreendemos que a Presidenta assumiu há pouco tempo, que há muita coisa a fazer, que está preparando um novo plano de reforma agrária para apresentar ao País, mas é preciso considerar que não é a primeira vez que o Senador Wellington e outros Senadores já ponderaram sobre isso. É urgente que a Presidenta atenda, sobretudo, aos Parlamentares desta Comissão, que está diretamente ligada à questão da reforma agrária.

A Comissão vai pedir a audiência imediatamente, e sei que vamos contar aqui com a colaboração do César. Ele é que manda lá no MDA, porque é quem faz a relação aqui conosco; ele é que dá as ordens para o Ministro lá: "Olha, precisa fazer, porque o clima lá está meio..."

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – É que o Incra...

Eu falei com ele agora. O Incra é um órgão autônomo. Então, apesar de estar sob a égide do Ministério...

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É autônomo, mas está vinculado ao MDA. Então...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – É que ele é modesto, não quis dizer que manda.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Ele vai encaminhar isso, e, certamente, Senador Wellington, vamos realizar essa audiência o mais rapidamente possível. Acredito que será no início de agosto, porque hoje estamos viajando. Também tenho um pedido de audiência lá. Não sei se o senhor vai estar aqui na semana que vem, mas, no início de agosto, estaremos todos nós aqui.

Vamos ao seu breve e importante relatório, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, na verdade, quero entregar à Comissão o meu relatório, que é um relatório relativamente detalhado. Na verdade, é uma prestação de contas da visita, da missão em que fui representar esta Comissão, designado pela Senadora Ana Amélia. E quero agradecer a confiança de S. Ex^a, como membro, de aqui estar representando a Comissão do Senado, pois sou o único Senador que esteve presente lá, acompanhando a comitiva da Ministra Kátia Abreu.

E quero resumir, dizendo que, nesses 25 anos de mandato em que aqui estou, acredito que foi uma das viagens mais profícuas que fizemos. E isso se deveu à liderança da Ministra Kátia – não só a liderança, mas a capacidade, a energia dela. Foi uma das missões em que tivemos uma agenda extremamente detalhista e, além disso, intensa.

Estivemos no Japão, inicialmente. Lá estivemos com o Vice-Ministro da Economia, que já foi Ministro da Economia. Estivemos com as maiores autoridades, com a Ministra da Saúde, o Ministro da Agricultura do Japão, e o nosso objetivo principal era a relação comercial do agronegócio brasileiro, a exportação principalmente da carne para o Japão, da carne bovina, algo que, há muito tempo, não ocorre.

Hoje somos o maior exportador de carne de aves para o Japão, mas a carne bovina está fechada, principalmente, dada a questão da doença da vaca louca. E isso tem a ver diretamente com o Ministério da Saúde daquele país. Na nossa audiência, já ficou definido que a Ministra mandará ou talvez até virá a convite... A Ministra da Saúde do Japão virá ao Brasil provavelmente em agosto ou mandará uma equipe para visitar.

E a Ministra Kátia, todos nós – lá estava o pessoal da Defesa e do Ministério da Agricultura também –, garantimos que não é um problema para o Brasil exportar a carne bovina.

No âmbito do Ministério da Agricultura, também a questão da aftosa. Vamos ser declarados agora isentos da doença da aftosa com vacinação.

E a expectativa, com isso, é a de que, já na ida da Presidente Dilma ao Japão, que deverá acontecer no dia 5 ou 6 de dezembro – e na comitiva já está definida também a presença da Ministra Kátia Abreu –, já tenhamos a possibilidade, quem sabe, de ter liberada a exportação de carne bovina para aquele país.

Além disso, conversamos muito sobre a questão do Prodec. A Ministra trabalhou muito a questão do Matopiba, que é uma região nova criada por um decreto pela Presidente da República. Isso é importante. Acreditamos que promover o desenvolvimento regional de forma sincronizada – com todos os Ministérios, o Governo Federal, o governo estadual e o municipal – é muito importante.

E conversamos sobre a questão da logística, sobre os investimentos, sobre a abertura que o Brasil está fazendo agora, através das concessões.

Lá visitamos empresas grandiosas: a Mitsui, a Mitsubishi, a Sumitomo, empresas que já investem no Brasil. E a Ministra mostrava as oportunidades que teremos através dessas concessões de ferrovias, de estradas, de hidrovias, de portos, enfim.

Da mesma forma, na Rússia. Lá visitamos, acompanhados das empresas exportadoras brasileiras – isso é um aprendizado para o Brasil – e do Ministério das Relações Exteriores, outras empresas, porque o comércio internacional, a cada dia, fica mais exigente e competitivo. Se não nos profissionalizarmos bastante, claro que vamos ficar para trás. E, por exemplo, essa agora é uma oportunidade, na Rússia, muito grande, dados os embargos dos americanos aos russos e vice-versa. Hoje não entra na Rússia carne dos Estados Unidos nem da Europa; com isso, se abre muito mais o espaço para os nossos exportadores brasileiros.

Quanto ao intercâmbio comercial lá na Rússia, da mesma forma, estivemos com muitas autoridades. Quero aqui deixar claro que, exatamente pela competência da agenda da Ministra, bem organizada, e dos empresários brasileiros, lá tivemos muitas reuniões com o Ministério da Agricultura, com a equipe econômica da Rússia.

E lá também se firmaram acordos, já com resultados imediatos. A Ministra abriu o mercado brasileiro para a exportação e para a importação brasileira do trigo russo – eles têm uma produção bastante grande –, e, claro, eles também estão se abrindo não só para a importação de um volume maior da carne bovina, como também da carne de suínos e de aves e de outros produtos do agrobusiness brasileiro.

Então, aqui está o relatório escrito, com todos os detalhes, com as pessoas citadas. Não vou ocupar muito tempo, mas quero trazer a minha satisfação.

Vejo, principalmente, que temos de estimular que essas missões político-comerciais sejam cada vez mais feitas, porque todos nós aprendemos com isso.

Inclusive, a Ministra colocou lá, falou muito claramente: “O Brasil está aberto. Está aberto. Não queremos esconder nada. Queremos que vocês vão lá, fiscalizem, sugiram, critiquem, porque queremos aperfeiçoar”.

Como o maior produtor do agrobusiness mundial, temos a capacidade de ser o celeiro do mundo. E um país que quer ser o celeiro do mundo não pode ter nenhuma proteção no sentido da vigilância sanitária. Nós temos de ser exemplo. Isso é o que a Ministra colocou, de forma muito clara, abrindo, então, para que eles venham aqui para fiscalizar, e, ao mesmo tempo, propondo parcerias com a Embrapa, por exemplo, com os organismos de pesquisa brasileiros.

Hoje temos uma agricultura de ponta no mundo, temos uma das maiores produtividades do mundo – claro, com as dificuldades da questão da logística, principalmente nós que estamos no Centro-Oeste.

E a Ministra mostrou o que é o Brasil. Enquanto os Estados Unidos têm o Mississipi, nós temos dois. Então, a Ministra mostrou todo esse potencial, mas temos de melhorar essa logística, com a construção dos portos principalmente do Arco Norte; temos de melhorar as nossas ferrovias e as nossas hidrovias, que pouco utilizamos.

Falo com entusiasmo, Presidente, porque vamos lá fora e percebemos quanto eles valorizam o Brasil. E, às vezes, ficamos aqui acuados, desvalorizando um País que não tem guerras, que está aprendendo a fortalecer a sua democracia sem derramamento de sangue, um País que fala uma língua só. Não temos dialeto, portanto temos essa facilidade; não temos problema de racismo, não temos nenhum problema religioso, somos um país laico, que tem todas as facilidades de produzir.

E, cada vez em que vamos lá fora, percebemos que o brasileiro não só é um povo alegre, mas, acima de tudo, trabalhador. Nós estivemos no Japão e pudemos estar presentes com muitos brasileiros que estão trabalhando lá, brasileiros que vão para lá para dar o exemplo do que é o trabalho.

Então, acredito que temos de ter fé e coragem, temos de trabalhar mais, que vamos sair da crise.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Senador Wellington.

Parabéns pelo trabalho realizado, pelas informações trazidas.

Minha última fala aqui, antes de encerrar a presente reunião desta Comissão: meu pai me ensinou que nada vence o trabalho. E aprendi uma outra questão: a paixão move o mundo.

Penso que a nossa Ministra alia essa capacidade de trabalhar com a paixão pelo setor que está hoje gerenciando, que é a agricultura e a pecuária, o nosso Ministério.

Há a parceira entre essas duas mulheres, que vêm fazendo a diferença. A Presidenta Dilma tem orientado o que quer para a agricultura e encontrou na Senadora Kátia Abreu a possibilidade de executar aquilo que é preciso.

Nós certamente vamos sair com o Ministro Patrus Ananias, que introduz um conceito novo – e é importante falarmos sobre isto –, que é olhar para as pequenas cidades, aquelas com menos de 20 mil habitantes, com a perspectiva da ruralidade e não da urbanidade, porque, se formos olhar no sentido de que a solução do problema está dentro do centro urbano do Município, não vamos conseguir fazer os pequenos Municípios se desenvolverem. Precisamos olhar no sentido de que a solução dos pequenos Municípios está no rural. Então, tem de haver uma visão de ruralidade.

Com esses dois Ministros, com o Ministro Patrus Ananias e com a Ministra Kátia, com sua garra e determinação – tive oportunidade de ligar para ela, para parabenizar pelo sucesso da missão –, estamos num bom, num ótimo caminho. E certamente os resultados serão colhidos para o bem do povo brasileiro.

Termino, encerrando esta presente audiência, agradecendo a presença de todos os convidados, a colaboração que trouxeram para nós; a presença da nossa Assessoria e Consultoria Legislativa, da nossa Assessoria do Gabinete – está aí o Ciro, o Osni e a Mônica – e dessa Assessoria, competente e dedicada, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Muito obrigado.

Está encerrada a audiência pública para avaliação do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Obrigado.

(Iniciada às 08 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 14 minutos.)

ATA DA 27ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 6 DE AGOSTO DE 2015.

Às oito horas do dia seis de agosto de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Dário Berger, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Wellington Fagundes, Blairo Maggi, Lasier Martins, Hélio José e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, comunica que a Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Srª Maria Lúcia de Oliveira Falcón, estará na Liderança do Governo do Senado Federal no dia 13 de agosto próximo, quinta-feira, das 14h30 às 18h, para receber todos os Senadores, em razão das manifestações dos Senadores Waldemir Moka, José Medeiros, Wellington Fagundes e Donizeti Nogueira na vigésima sexta reunião desta Comissão. Comunica ainda o recebimento do seguinte expediente: Ofício nº 5/2015/GM-MAPA, subscrito pela Sra. Kátia Abreu, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que comunica a adoção de medidas de apoio aos produtores de arroz do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; Ofício nº 6/2015/GM-MAPA, subscrito pela Sra. Kátia Abreu, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que comunica a adoção de medidas de sustentação dos preços ao produtor de raiz de mandioca e seus derivados; Ofício nº 7/2015/GM-MAPA, subscrito pela Sra. Kátia Abreu, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que trata do abastecimento de milho na região da SUDENE; Ofício nº 21, de 2015, subscrito pelo Sr. Flávio Cassina, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, que solicita a prorrogação do prazo final para a declaração do Cadastro Ambiental Rural (CAR). A Senadora Ana Amélia, em resposta, informa que o referido prazo já foi prorrogado por um ano, a partir de 5 de maio de 2015, mediante a Portaria nº 100, de 4 de maio de 2015, do Ministério do Meio Ambiente; Petição do Sr. Arnaldo Ramão Medina, da OAB do Mato Grosso, nº 12.914, que solicita a concessão da anistia aos passivos ambientais gerados até 2010, bem como a desburocratização da legislação ambiental e seus procedimentos. Após a leitura do expediente, o Senador Acir Gurgacz registra sua preocupação com o corte no orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) de 50%, segundo o Ministro Patrus Ananias. Preocupação também da Senadora Ana Amélia, que se repete na área da Infraestrutura do país. O Senador Blairo Maggi parabeniza os agricultores pelo Dia do Agricultor comemorado no dia 28 de julho. Após as manifestações, a Senhora Presidente dá início à Pauta de Deliberação dos seguintes itens: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, de 2014 - Não Terminativo - EMENTA:** Dispõe sobre a agricultura indígena e dá outras providências. Autoria: Deputado Wellington Fagundes. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do PLC nº 74, de 2014, com a Emenda nº 1-CDH. Observações: Após a leitura do relatório pelo Senador José Medeiros, os Senadores Lasier Martins e Waldemir Moka solicitam vista do processo do PLC nº 74, de 2014. Resultado: Vista concedida nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º do RISF. **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, de 2014 - Terminativo - EMENTA:** Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1996, para exigir que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil. Autoria: Senador Alfredo Nascimento. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela rejeição do PLS nº 135, de 2014. Resultado: Rejeitado o PLS nº 135, de 2014. **ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 540, de 2011 - Terminativo - EMENTA:** Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, para estabelecer a vedação de concessão de subvenções econômicas aos produtores rurais autuados por promover o trabalho escravo em sua propriedade rural. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador Dário Berger. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 540, de 2011, nos termos da Emenda (substitutiva) que apresenta, e pela rejeição das Emendas nº 1-CAS e 2-CAS. Observações: Os Senadores Ana Amélia, Blairo Maggi, Waldemir Moka, Donizeti Nogueira e Ronaldo Caiado usam da palavra para discutir a matéria. Resultado: Aprovado o PLS nº 540, de 2011, na forma da Emenda nº 3-CRA (Substitutivo). O Substitutivo aprovado prejudica o Projeto e as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, de 2008 - Não Terminativo - EMENTA:** Institui a Política Nacional de Abastecimento. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 51, de 2008, nos termos da Emenda nº 1-CDR (Substitutivo) e da Subemenda nº 1-CI. Resultado: Retirado da pauta a pedido da Relatora, Senadora Rose de Freitas. **ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, de 2013 - Não Terminativo - EMENTA:** Altera o artigo 3º da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade

Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização. Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatório: Pela prejudicialidade do PLS nº 15, de 2013. Observações: Os Senadores Waldemir Moka e Donizeti Nogueira usam da palavra para discutir a matéria. Resultado: Aprovado o relatório pela prejudicialidade do PLS nº 15, de 2013. ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, de 2013 – Não Terminativo - EMENTA: Altera a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, para simplificar o acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, e ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela prejudicialidade do PLS nº 133, de 2013. Resultado: Aprovado o relatório pela prejudicialidade do PLS nº 133, de 2013. ITEM 7: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, de 2014 – Não Terminativo - EMENTA: Altera a Lei nº 11.959, 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula as atividades pesqueiras no País e dá outras providências. Autoria: Senador Mário Couto. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela rejeição do PLS nº 94, de 2014. Resultado: Aprovado o relatório pela rejeição do PLS nº 94, de 2014. ITEM 8: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2014 – Não Terminativo - EMENTA: Autoriza a aquisição de leite, por meio de leilões públicos, no âmbito das aquisições do Governo Federal, de pequenos produtores dos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Douglas Cintra. Relatório: Pela rejeição do PLS nº 256, de 2014. Resultado: Retirado da pauta a pedido do Relator, Senador Douglas Cintra. ITEM 9: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2014 – Não Terminativo - EMENTA: Institui procedimento para recomposição de débitos de crédito rural, e dá outras providências. Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 354, de 2014. Resultado: Aprovado o relatório favorável ao PLS nº 354, de 2014. ITEM 10: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, de 2015 – Não Terminativo - EMENTA: Institui a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo e dá outras providências. Autoria: Senador José Agripino. Relatoria: Senador Waldemir Moka. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 104, de 2015, com duas Emendas que apresenta. Observações: O Senador Flexa Ribeiro usa da palavra para discutir a matéria. Resultado: Aprovado o relatório favorável ao PLS nº 104, de 2015, com as Emendas nº 1-CRA e 2-CRA. ITEM 11: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2015 – Não Terminativo - EMENTA: Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, estabelecendo prazos, garantias e condições relativas à comercialização dos produtos que especifica. Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 175, de 2015, com três emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório favorável ao PLS nº 175, de 2015, com as Emendas nº 1-CRA a 3-CRA. ITEM 12: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2015 – Não Terminativo - EMENTA: Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Waldemir Moka. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 214, de 2015. Resultado: Aprovado o relatório favorável ao PLS nº 214, de 2015. ITEM 13: AVISO Nº 13, de 2015 – Não Terminativo - EMENTA: Encaminha cópia do Acórdão nº 3.493/2014 - TCU - Plenário, que trata de auditoria realizada na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. (Chesf) com o objetivo de fiscalizar a ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na região Nordeste, a cargo da Chesf, mediante a execução das obras decorrentes do Leilão de Transmissão nº 003/2012-Aneel (TC-019.948/2014-0). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatório: Pelo conhecimento do AVS nº 13/2015; pela apresentação no Plenário do Senado Federal do Requerimento de Informações (Nº 46, de 2015, na CRA) ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o andamento do atendimento das determinações dos itens 9.1, 9.3 e 9.4, contidas no Acórdão nº 3.493, de 2014 – TCU – Plenário; e pela remessa do Aviso ao arquivo. Resultado: Retirado da pauta a pedido da Relatora, Senadora Lúcia Vânia. ITEM 14: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 44, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do RRA nº 1, de 2015, aprovado em 4 de março de 2015, a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, destinada a apresentação e discussão da proposta de Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG) elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com outras entidades. Para tanto, sugere os seguintes convidados: Representante do Ministério do Meio Ambiente; Rodrigo Lima, Diretor Geral do AGROICONE; Bernardo Baeta Neves Strassburg, Diretor Executivo do Instituto Internacional para Sustentabilidade; Ricardo Ribeiro Rodrigues, professor do Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal (LERF) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq); Gustavo Ribas Cúrcio, Coordenador Nacional pela Embrapa do Projeto Biomas. Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovado. Encerradas as deliberações, a Senadora Ana Amélia faz registro acerca do Dia do Colono, como é chama-

do no Sul, ou o Dia do Produtor Rural comemorado no dia 25 de julho, data também comemorativa do Dia de São Cristóvão, que é o patrono dos caminhoneiros. Registra ainda que a Anvisa tem até o final deste mês para apresentar relatório sobre os produtos fitossanitários, sabendo-se que o Poder Judiciário entrou com duas Ações Cíveis Públicas. A primeira ação solicitando a suspensão do registro de oito defensivos, entre os quais o glifosato e o paraquat. A segunda ação contesta o registro do herbicida 2,4-D e pede que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) seja proibida de liberar a comercialização de sementes transgênicas resistentes à substância até um posicionamento definitivo por parte da Anvisa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e um minuto, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa, ordinária, da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. *(Pausa.)*

Com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Tendo em vista as manifestações dos Senadores Waldemir Moka, José Medeiros, Wellington Fagundes e Donizeti Nogueira, em reunião desta Comissão, sobre audiências solicitadas e não realizadas, com a presença da Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Srª Maria Lúcia de Oliveira Falcón, comunico à Comissão que a Presidente da instituição Incra estará, no dia 13 de agosto próximo, quinta-feira, das 14h30 às 18h, na Liderança do Governo do Senado Federal para receber todos os Senadores que quiserem e que solicitaram audiências.

Vou renovar a informação, mas, de qualquer modo, Srs. Senadores, eu penso que, como a Comissão não foi atendida nas ausências da Srª Presidente, consultaremos, posteriormente, aos Senadores a apreciação a respeito desta matéria, pois a Comissão merece um atendimento, não desmerecendo o que ela fará em relação à presença na Liderança do Senado. As Comissões têm autonomia, têm independência, estão regimentalmente constituídas para tratar dos temas pertinentes à área da agricultura e reforma agrária.

Sobre a mesa, ofícios encaminhados pela Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senadora Kátia Abreu, que passo a ler.

São pequenas comunicações, em respeito ao que a Ministra encaminhou, com informações pertinentes e importantes.

Com os meus cumprimentos, comunico que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) está adotando medidas de apoio aos produtores de arroz, especialmente nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Uma das providências foi a articulação, junto ao Banco do Brasil, da renegociação do pagamento das parcelas do financiamento de custeio da safra 2014/15, que já possui a adesão de mais de mil produtores. Além disso, foram disponibilizados recursos para o financiamento de estoques amparado pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que contou com a execução de duas mil operações. Ademais, no âmbito do MAPA, foi criado um grupo de trabalho para avaliação do nível de endividamento estrutural do setor, a exemplo do ocorrido em 2012, quando, através da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.161, de 12 de dezembro de 2012, houve a renegociação das dívidas. Outra providência foi a revisão, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), dos custos de produção de arroz, que estamos acompanhando.

Dessa forma, reitero nossa preocupação em continuar promovendo ações para aumentar a competitividade do setor e discutindo alternativas de políticas públicas de apoio e estímulo à produção da cultura de arroz.

Essa é a correspondência, o ofício, da Ministra Kátia Abreu, de um tema muito relevante levantado por esta Comissão.

Igualmente, da Ministra Kátia Abreu. A Ministra informa que o MAPA:

(...) está adotando medidas de sustentação dos preços ao produtor de raiz de mandioca e seus derivados diante das dificuldades que o setor vem enfrentando.

A recuperação gradual na produção da raiz de mandioca no Nordeste, aliada ao aumento de produção das demais regiões, em especial no Sul, provocaram um excesso de oferta que vem pressionando negativamente os preços.

A publicação da Resolução nº 06 do Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos (CIEP), em 9 de julho de 2015, autorizou a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) a adquirir, por meio da Aquisição do Governo Federal (AGF), 80 mil toneladas de farinha e fécula de mandioca. Tais aquisições serão feitas em duas parcelas de 40 mil toneladas, de acordo com as variações nos preços de mercado.

Estima-se que, no mês de agosto, haverá demanda por aquisições de 21 mil toneladas de farinha de mandioca para os Estados do Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo. Para a fécula de mandioca, a expectativa é de 17 mil toneladas para os Estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Além disso, é importante salientar que o Ministério negociou a elevação dos preços mínimos da safra 2015/16 para os Estados do Sul e Sudeste de raiz de mandioca, farinha e fécula em 7%, 6,02% e 6,86%, respectivamente.

Assim, a Ministra diz que continuará promovendo ações para fomentar a competitividade deste setor. Finalmente, a Ministra também informa que o MAPA:

(...) está operando o programa de comercialização de milho balcão (venda direta ao consumidor) a preços de mercado, através da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), para todo o território nacional.

No entanto, diante do cenário da seca e seus impactos na produção agrícola dos Estados que compõem a Sudene, o MAPA adotou medidas especiais para a região, sendo que, a partir de 22 de julho de 2015, a comercialização do milho passou a ser feita com um deságio de até 15% em relação ao preço de mercado, sendo 10% devido à estocagem por dois anos e um deságio adicional de até 5% por conta de sua localização desfavorável aos centros de consumo.

O aludido deságio se aplica também à comercialização de 100 mil toneladas já em curso pela Conab. Dessa forma, continuaremos promovendo ações para aumentar a competitividade do setor (...)

Então, nós agradecemos a atenção da Ministra da Agricultura, com essas informações importantes.

Informo o recebimento do Ofício nº 21, de 2015, subscrito pelo Vereador Flávio Cassina, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, o qual solicita a prorrogação do prazo final para a declaração do Cadastro Ambiental Rural, o CAR, tema tão tratado aqui pelo Senador Acir Gurgacz.

Comunico que esta Presidência encaminhará resposta, informando que, conforme a Portaria nº 100, de 4 de maio de 2015, do Ministério do Meio Ambiente, o prazo para inscrição no Cadastro Ambiental Rural, o CAR, foi prorrogado por um ano, a partir de 5 de maio de 2015.

Informo ainda o recebimento da petição do Sr. Arnaldo Ramão Medina, da OAB do Mato Grosso, nº 12.914, solicitando a concessão da anistia aos passivos ambientais gerados até 2010, bem como a desburocratização da legislação ambiental e seus procedimentos.

A reunião desta manhã destina-se a apreciar matérias em caráter terminativo e não terminativo.

Item 1 da pauta...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ...que passo a ler:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, de 2014

- Não terminativo -

Dispõe sobre a agricultura indígena e dá outras providências.

Autoria: Deputado Wellington Fagundes

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pela aprovação do PLC nº 74, de 2014, com a Emenda nº 1-CDH.

Observações:

1- O Projeto foi apreciado pela CDH, tendo sido aprovado Parecer favorável com a Emenda nº 1-CDH.

2- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Como o Senador José Medeiros ainda não chegou, o Relator, vamos inverter a pauta, passando para outro item não terminativo, que é...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pois não, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Presidente, vou ter de me ausentar. Só queria fazer uma pontuação, uma colocação sobre uma reunião que tive ontem com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Ministro Patrus Ananias, sobre projetos que estão tramitando aqui no Senado, para tentar desburocratizar a regularização fundiária, principalmente com relação ao Terra Legal.

São pontos que nós estamos colocando, para ver se conseguimos avançar com mais rapidez e que são o resultado de várias reuniões que tivemos, de audiências públicas.

Eu levei a ele uma cópia desse projeto. O projeto já foi protocolado, deve vir para a CRA também. Nós vamos debatê-lo aqui.

Mas o que mais me preocupou foi a informação que o Ministro me passou do corte do orçamento do MDA de 50%. Isso, com certeza, vai afetar, inclusive, a regularização fundiária, a reforma agrária, a distribuição de tratores agrícolas para os nossos agricultores brasileiros, para as associações.

Cinquenta por cento de corte é muita coisa, é um corte muito alto. Isso nos preocupa, principalmente porque temos um compromisso de aprovar os ajustes econômicos, como aprovamos, mas com a garantia de que a economia brasileira iria melhorar. Agora, o corte de 50% do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário prejudica e compromete muitos programas sociais do Ministério e, também, principalmente, a regularização fundiária.

Então, só queria fazer um apelo ao Ministério da Fazenda, para que reveja essa situação do corte de 50% no orçamento do MDA.

Eu entendo que não é pertinente esse percentual. Os cortes aconteceram – está certo –, precisamos encolher, diminuir o investimento, mas temos de diminuir mais a despesa e menos o investimento. Diminuir a despesa é o caminho para nós atravessarmos este momento de crise; agora, tirar dinheiro de investimento não é a saída, não é a solução.

Então, quero só fazer esse apelo ao Ministério da Fazenda, que se comprometeu com todos nós que, se aprovássemos os ajustes econômicos, as coisas iriam melhorar, e isso não está acontecendo.

É só para fazer esta pontuação e este apelo ao Governo: que diminua esse corte do orçamento com relação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Muito obrigado, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Acir Gurgacz, eu aproveito essa manifestação de V. Exª, porque também estive com a bancada do Rio Grande do Sul, ontem, com o Ministro Antônio Carlos Rodrigues, que é o Ministro dos Transportes, e a equipe do DNIT. Da mesma forma, a situação se repete também numa área crucial, que é a área da infraestrutura. Então, veja, é muito complicado. A situação de fato é muito séria, e, quando o cobertor é curto, fica difícil. Puxa-se para cobrir o pé, descobre-se a cabeça e vice-versa. Notamos uma contração orçamentária muito grave que se reflete sobre uma crise política que a cada dia está se tornando mais preocupante, mais aguda.

Os Senadores todos aqui no Senado, digamos, têm conversado sobre isso. Há uma disposição clara de todos nós aqui, não tenho dúvida, Senador Blairo Maggi, Senador Moka, em relação à contribuição responsável que nós, Parlamentares, daremos sem criar constrangimentos não à Presidente da República, mas à governabilidade, à administração do País.

Nós estamos vivendo um momento muito delicado. Não é a Senadora estar aqui fazendo como Cassandra. Não! Eu estou apenas dizendo que nós temos que chamar à razão, chamar à responsabilidade. O problema é que a queda de popularidade não é motivo de se ter uma ruptura do processo de Governo. Precisa haver bases para uma saída eventual de um mandatário. Temos que ter um compromisso com o País antes de pensar a questão. Essa movimentação é séria, e os Senadores estão tratando disso.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Nós apoiamos integralmente as reformas que nos foram colocadas como alternativa para melhorar a economia brasileira. Com muito equilíbrio, os Senadores da situação – da oposição também – apoiaram as mudanças que eram necessárias, só que o que era para melhorar não aconteceu.

E nós estamos vendo vários segmentos, como V. Exª muito bem colocou. As obras de infraestrutura, tão necessárias para o Brasil, estão paralisadas. O Governo está com um atraso de pagamento de obras do DNIT, atrasos de pagamentos de obras do Minha Casa Minha Vida, vários segmentos estão sem receber. O Fies, as fa-

culdades brasileiras que estão em haver do Governo através do Fies também não receberam ainda nada este ano. Nós estamos em agosto, e os pagamentos estão atrasados desde janeiro. Então é uma situação preocupante. E a pergunta que fica, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é onde está esse dinheiro e o que foi feito desse dinheiro. Porque, se não foi pago, e havia orçamento, nós aprovamos o orçamento, nós temos a certeza de que o que fizemos está correto, se não foram feitos os pagamentos devidos, esse dinheiro deve ter sido aplicado na ciranda financeira, só pode, não é possível. Deve estar guardado em algum canto, é claro, rendendo juros e alimentando a ciranda financeira, que é tudo aquilo que não pode acontecer, porque nós temos que investir na produção, no investimento, para melhorar a economia brasileira, para termos as obras de infraestrutura necessárias para o nosso País.

Então só para fazer esse registro. Agradeço a sua atenção, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Senador.

Vamos fazer a inversão de pauta em função do primeiro tema e...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Senadora, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pois não, Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Bom dia a V. Exª e a todos os demais colegas. Quero fazer um registro.

No dia 28 de julho, foi o Dia do Agricultor. Como nós não tivemos reunião nesse período, acabamos não fazendo aqui nenhum registro. Pelo menos eu não fiz nenhum registro a respeito desse assunto. Gostaria de deixar, então registrado, aqui, na Comissão de Agricultura, o reconhecimento e os parabéns a todos nós, agricultores que lidamos com a terra e que plantamos sem saber o que vamos colher, cuidamos sem saber se vamos colher.

É uma profissão das mais importantes do mundo a de produzir alimentos, produzir combustível para a vida, trazer tranquilidade, e o mundo só conseguiu se estabelecer, a humanidade conseguiu crescer e se estabelecer a partir da descoberta da agricultura. É uma atividade nobre e merecedora do nosso reconhecimento, principalmente, aqui, na nossa Comissão, na Comissão de Agricultura do Senado, que tem a responsabilidade de cuidar desse importante setor da economia brasileira.

Quero deixar registrado aqui os nossos cumprimentos, o nosso reconhecimento a todos os agricultores e pecuaristas, a todos aqueles que lidam com a terra, que cuidam da terra e que produzem alimentos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Bem lembrado.

Eu quero agradecer ao Senador Blairo Maggi. A Comissão endossa a manifestação e o apoio, também lembrando, Senador Blairo, que nós fizemos, no dia 4, uma cerimônia – e V. Exª fez uma manifestação e o Senador Moka, da mesma forma – para celebrar os 45 anos do cooperativismo e também o Ano Internacional do Cooperativismo. Então foi uma cerimônia que lotou o plenário do Senado Federal, com a participação de vários Parlamentares.

Então, eu também agradeço a todos com essa referência.

Pela ordem, Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidenta, eu estou premido pelo tempo porque eu tenho duas reuniões da CPI do Carf agora, em seguida.

Queria pedir a possibilidade de inversão de pauta do item 5 e do item 14.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Como o Senador Dário é o terceiro, ele falará. Eu consulto o Plenário se não há oposição. *(Pausa.)*

Faremos logo depois que o Senador Dário Berger apresentar o seu relatório.

Nós estamos invertendo a pauta. É o item 3; logo em seguida, inverteremos também.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 540, de 2011

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, para estabelecer a vedação de concessão de subvenções econômicas aos produtores rurais autuados por promover o trabalho escravo em sua propriedade rural.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 540, de 2011, nos termos da Emenda (substitutiva) que apresenta, e pela rejeição das Emendas nº 1-CAS e 2-CAS.

Observações:

- 1- Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental.
- 2- A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS.
- 3- Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a palavra o Relator, Senador Dário Berger, para proferir o seu relatório.

Se quiser simplificar, o senhor pode ir diretamente à análise, Senador.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Então, Presidente, como este projeto está em fase terminativa, perceba que nós não temos quórum para deliberar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Sim, mas o senhor pode fazer a leitura porque fica ótimo.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Então, eu procedo à leitura.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Ótimo. É exatamente isso. Já adiantamos o processo.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Então, como V. Exª permite, eu vou direto à análise do projeto.

Nos termos do disposto no art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CRA opinar sobre política de investimentos e financiamentos agropecuários, seguro rural e endividamento rural, bem como sobre emprego, previdência e renda rurais. No caso específico, por tratar-se de matéria terminativa, a CRA também deve manifestar-se quanto à constitucionalidade, à juridicidade e também à técnica legislativa do PLS nº 540, de 2011.

No que diz respeito à constitucionalidade da proposição em análise, foram obedecidas às disposições constitucionais relativas à competência legislativa da União (CF, art. 24, I), sendo atribuição de o Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com posterior sanção da Presidente da República, mediante iniciativa legislativa concorrente (CF, art. 61, *caput*).

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a opção por um projeto de lei ordinária revela-se correta, pois a matéria não está reservada pela Constituição Federal a lei complementar.

Não há, portanto, qualquer violação a princípios ou regras de ordem formal da Constituição de 1988.

No tocante à juridicidade, a proposição demonstra-se parcialmente correta, pelos seguintes motivos: o meio utilizado para alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; há também inovação do ordenamento jurídico; respeita-se o atributo da generalidade; constata-se compatibilidade com os princípios diretores do sistema de direito pátrio; e apresenta-se potencial coercitividade.

Não há qualquer ajuste a ser feito no tocante à técnica legislativa do projeto, porquanto foi elaborado em conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001, que dispõe sobre a elaboração e a redação das leis.

Com respeito ao mérito, Srª Presidente e Srs. Senadores, entendemos que o PLS nº 540, de 2011, não poderia ser mais oportuno. Demonstra-se adequado o estabelecimento das medidas elencadas pela proposição em análise para combater o trabalho rural em condições análogas à da escravidão, as quais representam grave violação ao disposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dentre outras normativas internacionais e também do ordenamento jurídico pátrio.

Entretanto, algumas modificações devem ser implementadas ao projeto em análise, a fim de que sejam respeitados os postulados fundamentais do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal e da presunção de inocência, preconizados na Constituição de 1988 no art. 5º, LIV, LV e LVII.

Ocorre que a definição de trabalho escravo, vigente no ordenamento jurídico pátrio, hoje, dimana do art. 149 do Código Penal Brasileiro (CPB). Eis que a reclamada regulamentação do art. 243 da Constituição Federal ainda tramita no Senado Federal através do PLS nº 432, de 2013, sem previsão de promulgação.

Sendo assim, as sanções para quem pratica o trabalho escravo – dentre as quais a pretendida perda dos benefícios financeiros de que trata a Lei nº 8.427, de 1992 – devem se operar, com segurança jurídica e respeito à Constituição, após a condenação do agente, que seria o produtor rural as suas cooperativas, em sentença penal transitada em julgado.

Outro reparo que merece ser feito no PLS nº 540, de 2011, trata da supressão do §4º, quando pretende estender as sanções do PLS aos empregadores que constam do cadastro atualizado previsto na Portaria nº 540, de 2004, do Ministério do Trabalho e Emprego. A referida portaria, Srª Presidente, é questionada pela Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.209/DF no Supremo Tribunal Federal, com Medida Cautelar deferida em

23 de dezembro de 2014 pelo Ministro Ricardo Lewandowski no sentido de “suspender a eficácia da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011 e também da Portaria do Ministério do Trabalho nº 540, de 19 de outubro de 2004, até o julgamento definitivo desta ação”.

Portanto, faz-se necessário adequar o PLS nº 540, de 2011, a fim de que a sanção recomendada pelo legislador efetive-se somente após a condenação definitiva, em processo crime, pela prática do tipo penal descrito no art. 149 do Código Penal, alterando-se a ementa e o §3º, bem como suprimindo-se o §4º, eis que a Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego nº 540, de 2004, desafia a Constituição Federal, tal como evidenciado na Medida Cautelar deferida nos autos da ADI 5.209/DF no STF.

Sem as referidas e pontuais alterações, o PLS em análise afrontaria o devido processo legal, vulnerando o princípio da presunção de inocência, insculpido no art. 5º, inciso LVII, da Constituição, segundo o qual ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença condenatória definitiva.

Parto para o voto, Srª Presidente.

Pelo exposto, opinamos pela rejeição das Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS, e pela aprovação do PLS nº 540, de 2011, nos termos do seguinte substitutivo, o qual passo a relatar e que passa a ter a seguinte redação.

Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para vedar a concessão de subvenções econômicas de qualquer natureza a produtores e cooperativas rurais condenados em sentença penal transitada em julgado por submeterem trabalhadores a condições análogas à de escravo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – Acrescente-se o seguinte § 3º no art. 1º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992:

“Art. 1º

.....
§ 3º – É vedada a concessão de subvenções econômicas de qualquer natureza a produtores e cooperativas rurais condenados em sentença penal transitada em julgado pela prática do crime previsto no art. 149 do Código Penal Brasileiro.”

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor após noventa dias de sua publicação.

Srª Presidente, resumindo, em primeiro lugar, o que define o trabalho escravo é o Código Penal brasileiro, no seu art. 149. O Projeto original estabelecia a punição ou a penalidade através de decisão meramente administrativa, Senador Moka, transitada em julgado. Eu não posso me conformar e acho que não é possível ficar submetido a uma decisão administrativa de apenas um fiscal. Isso fere amplamente o direito de defesa, o contraditório, e acho que seria uma imposição extremamente radical com relação a esse aspecto.

A minha proposta é simples, objetiva e de maneira alguma afasta a gravidade do trabalho escravo, porém exige o devido processo legal: que o agricultor tenha ampla defesa, que seja permitido o contraditório e que, efetivamente, ele só seja punido após condenação. Também no meu projeto, o agricultor que pratica esse tipo de procedimento, devidamente comprovado através da esfera judicial, merece a ampla defesa. Comprovado o fato, ele terá a pena privativa de liberdade e será afastado de todas as possibilidades de contrair empréstimos ou de qualquer benefício que possa ter dos órgãos públicos em geral.

Era o que tinha para relatar, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Quero cumprimentar o Senador Dário Berger pela qualidade deste relatório. Eu fui relatora deste projeto na CAS e quero cumprimentá-lo por haver suprimido as emendas apresentadas, que não tiveram essa visão que assegura o Estado democrático de direito.

Essa questão é muito sensível, porque, às vezes, é um julgamento subjetivo do que é trabalho escravo, e se acaba cometendo uma injustiça em cima dessa avaliação. O aperfeiçoamento e o fato de estar aqui, em caráter terminativo, também revelam um procedimento adequado.

Eu queria cumprimentá-lo, Senador, porque fui Relatora na Comissão anterior, e não estava, no nosso relatório, com esse cuidado. Cumprimento-o, bem como à Consultoria Legislativa do Senado Federal. O Senador Blairo Maggi é do Estado do Mato Grosso, todos os Senadores aqui o conhecem, e este cuidado foi relevante: quando houver uma denúncia do Ministério Público do Trabalho de evidências de trabalho escravo, esse produtor, nessas circunstâncias, perderá todos os benefícios de empréstimos oficiais, subsídios, qualquer tipo de benefício, mas isso só acontecerá quando o processo dessa denúncia estiver transitado em julgado, isto é, se não couber mais nenhum tipo de recurso. Essa é a chave do aperfeiçoamento do projeto. Quero cumprimentá-lo.

Nós podemos discutir e encerrar a discussão. Consulto os Senadores. Apenas não teremos número para votar, mas, se chegarem Senadores para concluirmos, podemos até encerrar um projeto terminativo de grande importância, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Senadora Presidente Ana Amélia, o Senador Dário Berger é o Relator desse projeto. Quero cumprimentar V. Exª também pela maneira como conduziu essa rela-

toria, porque a vida no campo não é uma vida muito simples, e as volantes de trabalho do Ministério Público do Trabalho têm sido constantes, principalmente no Centro-Oeste do Brasil, Senador.

Nós discutimos, há poucos dias, quando propusemos aquela mudança na legislação para se poder trabalhar mais duas horas, e alguns Parlamentares do Sul disseram: “Mas isso não é importante. Nós trabalhamos 10, 12, 14 horas”. Pode ser que, no Rio Grande do Sul, no Paraná, ainda se possa fazer isso, nas pequenas propriedades, mas, no Centro-Oeste, mais para cima, não se consegue fazer isso. Existem duas atuações do Ministério Público do Trabalho – uma no Sul e outra no Centro-Oeste –, no Nordeste, eu não sei como é. No Norte, também...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – No Amazonas, também é muito diferente. Então, essas situações são diferentes, a partir da vontade, da intenção da fiscalização, e isso traz, de fato, muitos problemas.

Eu condeno veementemente o trabalho escravo. Não é uma coisa correta, nunca foi, não deverá ser, e não devemos permitir que seja. Mas a interpretação de um fiscal, de uma volante pode arruinar toda uma vida, toda a trajetória de uma empresa ou de uma família que é ligada ao setor agrícola, pela interpretação do que é trabalho escravo. Para isso, nós temos trabalhado aqui no Senado.

Lembrava-me agora o Senador Moka – V. Exª também acompanhou, ainda na Legislatura passada – a questão de que nós estamos trabalhando por uma alteração na Constituição e depois por uma lei complementar, para definir, efetivamente, o que é trabalho escravo. Ainda essa semana, eu procurei o Senador Jucá, pois está com ele essa matéria, para que pudéssemos pautá-la, conversarmos com o Presidente Renan Calheiros, para colocarmos essa matéria em apreciação. Aí, definitivamente, vamos definir o que é trabalho escravo.

Mas não há dúvida alguma de que o relatório desse projeto apresentado tem que ser nesse sentido. Tem que se discutir, em todas as fases, e, uma vez condenado, que se cumpra, uma vez condenado, que sejam retirados então os créditos, o direito, o acesso, tudo aquilo que está sendo discutido nessa legislação. Para deixar o meu ponto de vista aqui, concordo plenamente com o Senador Dário Berger, que fez esse relatório.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu queria cumprimentá-lo por esse registro, Senador Blairo Maggi, de que ninguém, nesta Comissão, aceita trabalho escravo. Agora, é preciso, dentro do Estado de Direito, haver o contraditório, que é fundamental. Eu queria então agradecer essa referência adicional sobre essa questão que é socialmente bastante grave.

Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Quero cumprimentar o Senador Dário Berger, que não me surpreende, em função da capacidade do Senador, já demonstrada aqui, em pouquíssimo tempo. Mas quero dizer, só para atualizar, que, na verdade, a PEC já foi votada...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – A do trabalho escravo?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... Só que definidas em lei. O que está faltando ser votada é a lei complementar. Esta, sim, trará a definição. Aí é onde entra a importância, exatamente, a importância desse relatório. Você não pode confundir uma infração trabalhista rural com trabalho escravo, até porque, sendo julgado trabalho escravo, uma das penas é a perda da propriedade, o que eu acho, se comprovado trabalho escravo, tem que ser feito, mas depois de transitado em julgado. Antes disso, como disse V. Exª, vai ficar submetido apenas a uma ação meramente administrativa, às vezes, de uma única pessoa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Cumprimento-o, Senador.

Eu penso que ...

É sobre o tema, Senador Donizeti?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Também parabeno pelo trabalho, pela preocupação de não misturar “alhos com bugalhos”.

Existem muitas diligências do Ministério do Trabalho – e ele está aí é para isso mesmo – porque, às vezes, é transformado em trabalho escravo o que não é. O que falou o Senador Moka é uma infração trabalhista, não é? E é diferente do trabalho escravo. Mas também há de se considerar que existe incidência de trabalho escravo.

Eu não estou obstando o relatório, mas só estou levantando o seguinte questionamento: a diligência, a constatação e o julgamento na Justiça podem durar dez, quinze anos e o infrator, se realmente for infrator desse crime, já terá gozado de muitos benefícios. Então, eu penso que, talvez, devesse existir uma coisa intermediária, julgamento de primeira instância ou qualquer outra coisa.

Mas, de qualquer maneira, também, eu tenho aqui a recomendação da Liderança do Governo, do meu Partido, para acompanhar o Relator. Estou acompanhando o Relator nesse sentido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu consulto se os Senadores têm alguma outra...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu consulto aos Senadores se podemos encerrar a discussão. Precisamos apenas votar, então. A matéria está bem esclarecida. E eu suspendo a votação em função do quórum.

E passo, imediatamente – mesmo que o Relator do item 2, mas por acordo aqui do Plenário –, ao Senador Donizeti, não é? Inversão de pauta para a leitura do item 5, da sua relatoria.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2013

- Não terminativo -

Altera o artigo 3º da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea “j”, 10, alínea “c”, 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatório: Pela prejudicialidade do PLS nº 15, de 2013.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRE no prazo regimental.

2- Aprovada a leitura do relatório, a matéria foi apreciada pela CRE, tendo sido aprovado Parecer pela prejudicialidade do Projeto.

3- O Projeto será posteriormente apreciado pela CMA em decisão terminativa.

Com a palavra, o Relator, Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, estou dispensando essa questão da identificação porque já foi bastante extensiva a ementa. Eu vou só fazer um comentário: que está prejudicado pelo Marco Regulatório da Biodiversidade.

Nesse sentido, eu passo à análise do PLS nº 15, de 2013, que atende aos requisitos de juridicidade e regimentalidade, e foi elaborado na melhor técnica legislativa. Não obstante, em 20 de maio último, foi sancionada a Lei nº 13.123, conhecida como Marco Legal da Biodiversidade, que regulamenta o objeto da referida medida provisória, revogando-a. Nesse sentido, fica prejudicado o PLS em apreço.

Com isso, o voto é, com base no exposto, nosso entendimento é pela prejudicialidade do PLS nº 15, de 2013.

Sala das Comissões.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Senador, pela objetividade também.

Também fui Relatora desse mesmo projeto na Comissão de Relação Exteriores – o outro foi na CAS, o Senador Berger. O Senador Donizeti concluiu pela prejudicialidade do PLS 15, de 2013, pelas razões expostas. Já havia uma matéria feita por iniciativa do Executivo, então, há prejudicialidade. Cumprimentos.

Em discussão a matéria.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Na verdade, o projeto tinha uma importância grande. Agora, na verdade, ele foi... Eu não quero usar a palavra “atropelado”. Houve uma discussão maior, um marco regulatório sobre a biodiversidade, que rendeu uma discussão enorme. Tentou-se um acordo aqui, no Senado, nós até avançamos aqui, mas depois, lá na Câmara, as emendas foram praticamente todas rejeitadas. Então, o que prevaleceu foi o texto da Câmara dos Deputados. Nesse caso, o projeto é considerado prejudicado, embora com muito mérito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Mérito da iniciativa da Senadora Kátia Abreu.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Na ocasião, era muito necessário. Hoje, visto a aprovação da lei do marco regulatório da biodiversidade, nós não temos mais necessidade de tramitar esse projeto de lei, que foi muito bem pensado à época.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador Donizete.

Em votação o relatório do Senador Donizete, que é prejudicialidade do projeto de lei da Senadora Kátia Abreu.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado, o relatório do Senador Donizete Nogueira passa a constituir o parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. O projeto será posteriormente apreciado pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

Muito obrigada, Senador, e atendido pelo Plenário o seu pedido de inversão de pauta.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu queria apreciar o requerimento de V. Exª, que já havia sido solicitado.

O Senador Donizete Nogueira faz um requerimento. Requer, nos termos do RRA nº 1, de 2015, aprovado em 4 de março de 2015, a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito desta Comissão, destinada a apresentação e discussão da proposta de Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com outras entidades. Para tanto, sugere o convite de pessoas e instituições: Representante do Ministério do Meio Ambiente, que deverá apresentar o Plano Nacional de Recuperação de da Vegetação Nativa, enfatizando eventual alteração legislativa necessária a sua implementação e eficácia; Rodrigo Lima, Diretor Geral do Agroicone, que deverá explanar sobre os efeitos econômicos da recuperação florestal dos imóveis rurais nas diversas cadeias produtivas; Bernardo Baeta Neves Strassburg, Diretor Executivo do Instituto Internacional para Sustentabilidade; Ricardo Ribeiro Rodrigues, professor do Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal (Lerf) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq); Gustavo Ribas Cúrcio, Coordenador Nacional pela Embrapa do Projeto Biomas.

Com a palavra, o Senador Donizete Nogueira, para as...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Muito rapidamente, Presidenta, eu considero muito importante que a gente realize essa audiência pública neste ciclo de debates que a gente faz, porque o Planaveg tem uma extensão muito grande e ele objetiva fortalecer as políticas públicas, incentivos financeiros, mercados, boas práticas agropecuárias e outras medidas necessárias para a recuperação da vegetação nativa no País.

Então, resumidamente, é importante que a gente debata esse Plano de Recuperação de Vegetação Nativa. Eu peço apoio dos colegas Senadores, para que a gente possa aprovar esse regimento e, dentro do nosso cronograma de audiências do círculo de palestras, a gente defina uma data posteriormente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada.

Está em discussão e votação o requerimento do Senador.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o seu requerimento, Senador. Vamos apenas verificar a melhor data de sua conveniência e desta Comissão igualmente.

Passamos para o item 9.

A matéria do Senador Flexa já foi apresentada. Nós estamos aguardando apenas o quórum para a votação. Agradeço a presença de V. Exª.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2014

- Não terminativo -

Institui procedimento para recomposição de débitos de crédito rural, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 354, de 2014.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa.

Com a palavra, o Senador Blairo Maggi, Relator da matéria, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu vou direto à análise, Senadora Ana Amélia.

O relatório meu é bastante extenso, vai ficar aqui nos Anais. Eu vou direto à análise.

Análise.

Nos termos do inciso X do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária opinar sobre o mérito de proposições que tratem de política de investimentos e financiamentos agropecuários, seguro rural e endividamento rural.

Como bem destacado pela autora na justificação do projeto, a agropecuária desempenha papéis fundamentais na economia brasileira. Pode-se destacar que o agronegócio representa 23% do PIB brasileiro, o que corresponde a mais de R\$1,1 trilhão, e é responsável por cerca de 40% do faturamento das exportações brasileiras.

Além disso, a importância do agronegócio transcende as cifras monetárias e envolve questões vitais e estratégicas para a sociedade, como a garantia da segurança alimentar e a manutenção dos empregos de, aproximadamente, 30 milhões de pessoas.

O financiamento do setor produtivo rural, por sua vez, reveste-se de peculiaridades no que se refere ao alto risco da atividade agropecuária, que pode ser afetada pelo clima, doenças, pragas e pela alta volatilidade dos mercados. Apesar disso, o seguro rural no Brasil ainda é incipiente e sua cobertura não atinge sequer 10% do Valor Bruto da Produção Agrícola (VBP) nacional.

Dentro desse contexto, eventuais renegociações de dívidas rurais são inevitáveis. Todavia, o excesso de burocracia em torno desse procedimento quase sempre leva à necessidade de edição de leis, o que torna o processo de renegociação demasiadamente moroso, prejudicando o setor produtivo, que precisa de respostas rápidas para que possa planejar, tempestivamente, sua produção.

É, portanto, louvável a iniciativa da Senadora Ana Amélia, no sentido de prover as instituições que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) de um instrumento menos burocrático para que possam proceder às renegociações do crédito rural de forma mais ágil, nos casos de necessidade.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 354, de 2014.

Esse é o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço, Senador Blairo Maggi, pela objetividade e também por ter apoiado o projeto de minha autoria.

Está em discussão o relatório do Senador Blairo Maggi. *(Pausa.)*

A matéria não é terminativa.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório do Senador, que passará a constituir parecer desta Comissão favorável à matéria, que será posteriormente apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Gostaria até de fazer um esclarecimento. Este artigo foi inspirado num comentário, num artigo de avaliação de um especialista, o Dr. Marco Antônio Floriano Bittencourt, especialista em crédito rural, que fez um artigo sobre isso, mostrando que haveria, sim, solução para o passivo bilionário do setor de maneira correta, não para lesar os cofres públicos. Os agricultores, às vezes, têm momentos de dificuldades e não querem moratória, querem ter condições de honrar seus compromissos. Então, ele foi inspirado nesse artigo do Dr. Marco Antônio Floriano Bittencourt, ao que faço questão de me referir.

Então, agradeço muito.

E eu queria informar para os senhores que, por solicitação do Relator do item 4, Senadora Rose de Freitas; do item 8, Senador Douglas Cintra; e do item 13, Senadora Lúcia Vânia, esses itens foram retirados de pauta.

São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, de 2008

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Abastecimento.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 51, de 2008, nos termos da Emenda nº 1-CDR (Substitutivo) e da Subemenda nº 1-CI.

Observações:

- 1- Não foram apresentadas emendas perante a CCT no prazo regimental.
- 2- A matéria foi apreciada pela CCT, com Parecer favorável; pela CDR, com Parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDR (Substitutivo); e pela CI, com Parecer favorável, nos termos do Substitutivo da CDR, com a incorporação da Subemenda-CI.
- 3- Em 11/05/2010 e 29/06/2011, foram realizadas Audiências Públicas com o intuito de instruir o Projeto.
- 4- A matéria será posteriormente apreciada pela CCJ em decisão terminativa.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2014

- Não terminativo -

Autoriza a aquisição de leite, por meio de leilões públicos, no âmbito das aquisições do Governo Federal, de pequenos produtores dos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Douglas Cintra

Relatório: Pela rejeição do PLS nº 256, de 2014.

Observações:

- 1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.
- 2- A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa.

ITEM 13

AVISO Nº 13, de 2015

- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 3.493/2014 - TCU - Plenário, que trata de auditoria realizada na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. (Chesf) com o objetivo de fiscalizar a ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na região Nordeste, a cargo da Chesf, mediante a execução das obras decorrentes do Leilão de Transmissão nº 003/2012-Aneel (TC-019.948/2014-0).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pelo conhecimento do AVS nº 13/2015; pela apresentação no Plenário do Senado Federal do Requerimento de Informações (Nº 46, de 2015, na CRA) ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o andamento do atendimento das determinações dos itens 9.1, 9.3 e 9.4, contidas no Acórdão nº 3.493, de 2014 – TCU – Plenário; e pela remessa do Aviso ao arquivo.

Observações:

- 1- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para a apresentação do Requerimento de Informações no Plenário do Senado Federal e demais providências.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Vamos para o item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, de 2015

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo e dá outras providências.

Autoria: Senador José Agripino

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 104, de 2015, com duas Emendas que apresenta.

Observações:

- 1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigado, Srª Presidente.

Vem ao exame desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 104, de 2015, do Senador José Agripino, que institui a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo e dá outras providências.

A iniciativa compõe-se de treze artigos agrupados em seis capítulos.

O art. 1º define a finalidade da iniciativa como sendo a instituição da Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo, a PNEJC.

Nos artigos 2º e 3º são definidos os princípios e objetivos da política.

O art. 4º, por sua vez, determina que o Poder Público atuará de forma coordenada, nos níveis Federal, Estadual e Municipal, para apoiar o jovem empreendedor do campo por meio de quatro eixos: a educação empreendedora, a capacitação técnica, o acesso ao crédito e a difusão de tecnologias no meio rural.

O art. 5º define as ações de modalidade de apoio no campo da educação ao jovem empreendedor do campo.

Por meio do art. 6º, prevê-se capacitação técnica plural, proporcionando ao jovem o conhecimento prático, de caráter não formal, necessário para a adequada condução da produção, da comercialização e da gestão econômico-financeira do empreendimento rural.

O art. 7º estabelece que a referida política incentivará a viabilização de novos empreendimentos e a manutenção e expansão do empreendimento já existente por meio da criação de linhas de crédito rural específica para os jovens do campo.

O art. 8º assenta as ações necessárias à difusão de tecnologia no âmbito da política nacional de estímulo ao empreendedorismo do jovem do campo.

O art. 9º autoriza o Poder Público a instituir o Comitê de Formação Empreendedora de Jovens no Campo, o CFEJ, com fins de planejar e coordenar a execução da Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo e confere ao referido Comitê suas atribuições.

Conforme o art. 10º, a composição do mencionado Comitê será definida em regulamento e contará com representantes da União, dos Estados e dos Municípios, sendo garantida a participação ainda das seguintes entidades: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, o SENAR; Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas, o SEBRAE; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA; Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, ANATER; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, SESCOOP; Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, o CONIF; e Secretaria Nacional de Juventude.

O art. 11º determina que a política ora estabelecida utilizará os instrumentos da política agrícola brasileira, instituída pela Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.

O art. 12º prevê que o Poder Executivo regulamentará a lei no que for necessário a sua aplicação.

E o art. 13º estabelece a vigência imediata das disposições.

Em sua justificação – eu não gosto dessa palavra “justificação”, prefiro “em sua justificativa” – o autor aponta dados acerca do êxodo rural de jovens em direção às cidades em busca de melhores oportunidades conectadas as novas tecnologias e destaca a suma importância de políticas que criem condições e oportunidades para o jovem permanecer no campo. Nesse sentido, a proposição tem como objetivo principal capacitar os jovens para que sejam líderes empreendedores, estimular o negócio cooperativo e possibilitar o acesso ao crédito orientado para que possam transformar pequenas propriedades familiares em unidades produtivas competitivas.

Em virtude da aprovação do Requerimento nº 308, de 2015, em 23 de abril do corrente ano, o projeto será apreciado adicionalmente pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e, em seguida, irá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que sobre ele decidirá em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas à proposição no prazo regimental.

Sr. Presidente, eu não vou ler a análise.

Eu aproveitei uma emenda sugerida pelo Senar.

A CNA já tinha uma experiência da chamada liderança jovem que se encaixa perfeitamente nesse projeto.

Dos últimos projetos que tenho relatado, este aqui, do Senador Agripino – aliás, aí não há nenhuma surpresa pela sua capacidade –, é muito importante. O jovem no campo, se não tiver acesso à tecnologia é à informação, dá a impressão de que ele ficou no campo, porque ele não tinha opção. É como se diminuísse. Esse projeto visa a estimular o jovem a ficar e a se tornar um empresário rural, com acesso à tecnologia e à informação, sobretudo para ajudar as famílias onde as propriedades não são tão grandes. Pequenas propriedades, bem administradas, com tecnologia suficiente, poderão ser, sem sombra de dúvida, o início de uma grande empresa. Quantos não começaram assim? Então, eu acho que o projeto do Senador Agripino é fundamental.

As emendas que eu coloquei aqui são uma contribuição do Senar.

E o meu voto é pela aprovação do projeto de lei do Senador Agripino.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Cumprimento-o, Senador Moka, pelo relatório. Aliás, eu lembro que, na área urbana, o Sebrae presta um serviço para estimular e profissionalizar o empreendedor, especialmente o pequeno e o médio. E, na área rural, é preciso ampliar o espectro do Senar e de outras instituições que trabalham nessa área. Então, eu queria cumprimentá-lo.

E o Senador Moka concluiu pela aprovação do PLS 104, de 2015, com duas emendas que apresentou.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para discutir, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Em discussão.

Eu estava dando o preâmbulo aqui.

Em discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É só para parabenizar o Senador Moka pelo relatório e o Senador Agripino, pelo projeto.

V. Exª, ao fazer o comentário, já definiu bem. O empreendedorismo tem o apoio e o incentivo em outras atividades, na indústria, no comércio, nos serviços, mas, na área do campo, do agronegócio, realmente... É um projeto que merece o apoio, porque incentivar o empreendedorismo do jovem, como está colocado aqui, na área rural requer um projeto como esse e um trabalho, como V. Exª colocou, do Senar e do Sebrae, nesse sentido.

É só para parabenizar tanto o autor quanto o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório do Senador Moka que passa a constituir o parecer desta Comissão, a CRA, favorável à matéria, com as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

A matéria será apreciada pela Comissão de Educação e, posteriormente, pela CCJ, em decisão terminativa.

Eu queria passar para o item 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2015

- Não terminativo -

Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 214, de 2015.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- A matéria será posteriormente apreciada pela CMA em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator da matéria, o produtivo Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Srª Presidente, este é o tipo de projeto que corrige uma injustiça, a meu ver, tão grande, que é considerar floresta plantada como um segmento ou uma atividade potencialmente poluidora. Então, antes de mais nada, quero parabenizar o Senador Alvaro Dias pela Iniciativa.

Relatório.

A proposição em exame é o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 214, de 2015, do Senador Alvaro Dias, que modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

A proposição contém dois artigos, sendo que o art. 1º altera a redação do Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, e o art. 2º trata da cláusula de vigência.

Conforme a justificativa que acompanha o PLS, o autor argumenta que a silvicultura é uma atividade agrícola, mas não foi contemplada com o veto presidencial que excluiu as atividades agropecuárias da cobrança de

Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), e permaneceu no rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.

Após ser analisado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o PLS será enviado à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), à qual cabe a decisão terminativa.

No Senado Federal, não foram apresentadas emendas ao PLS nº 214, de 2015.

Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre assuntos correlatos à utilização e conservação, na agricultura, dos recursos hídricos e genéticos (inciso IX) e à tributação da atividade rural (inciso XI).

Com respeito ao mérito, entende-se ser o projeto de lei muito justo. Conforme informação contida em página na internet da Agência Embrapa de Informação Tecnológica (Ageitec), silvicultura é a arte e a ciência que estuda as florestas naturais ou artificiais, com o objetivo de restaurar e melhorar o povoamento vegetal, para atender às exigências do mercado ou para a manutenção, o aproveitamento e o uso consciente das florestas, sem prejudicar o equilíbrio ecológico.

A silvicultura moderna não tem apenas a finalidade de produzir madeira, mas também serviços e bens. Seu desenvolvimento pressupõe o levantamento de informações sobre as condições do sítio ecológico, tipo de intervenção silvicultural, capacidade de regeneração e crescimento, e intensidade de exploração. É preciso, também, desenvolver um plano das atividades florestais, compreendido por estudo do clima, determinação da espécie e escolha do material genético, produção de mudas, preparo do solo, controle de pragas, colheita planejada, tratamentos culturais e silviculturais.

A adoção da silvicultura tem sido estimulada em sistemas produtivos caracterizados pela Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) – que, aliás, é sem dúvida nenhuma, a prática mais moderna que, hoje, felizmente, toma conta no País. Inclusive, recentemente, a Lei nº 12.805, de 29 de abril de 2013, instituiu a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.

Por sua vez, o Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC) tem, entre as finalidades do crédito de investimento ofertado, a implantação e o melhoramento de sistemas de integração lavoura-pecuária, lavoura-floresta, pecuária-floresta ou lavoura-pecuária-floresta, e de sistemas agro-florestais (ABC Integração).

Além disso, a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que aprovou o Novo Código Florestal, em seu art. 72, equipara a atividade de silvicultura, quando realizada em área apta ao uso alternativo do solo, à atividade agrícola. Ademais, o Novo Código prevê no Capítulo VII diversos cuidados, como, por exemplo, a aprovação prévia, junto a órgão integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), de Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) para exploração de florestas nativas e formações sucessoras, de domínio público ou privado, e de Plano de Suprimento Sustentável (PSS), para empresas industriais que utilizam grande quantidade de matéria-prima florestal.

O mencionado art. 72 do Novo Código Florestal foi, inclusive, objeto do recente Decreto nº 8.375, de 11 de dezembro de 2014, que define a Política Agrícola para Florestas Plantadas, o qual prevê que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento elaborará um Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas (PNDF), com horizonte de dez anos a ser atualizado periodicamente.

Atualmente, o plantio de árvores para fins industriais representa um importante elemento de sua cadeia produtiva, contribuindo para a sustentabilidade econômica, social e ambiental das atividades do setor.

No aspecto econômico, apesar de ocupar pequena parcela da área produtiva do País, o cultivo de árvores para uso industrial tem apresentado resultados muito positivos na balança comercial brasileira. Graças ao desempenho destacável, o segmento de base florestal ocupa o terceiro lugar em valor agregado à balança comercial do agronegócio, perdendo apenas para o complexo soja e para o complexo carnes.

Do ponto de vista social, os impactos estão diretamente relacionados ao aumento da atividade econômica regional, com efeitos diretos sobre o nível de renda, a qualidade de vida e a melhoria da infraestrutura regional, tendo em vista que a produção de madeiras tende a se localizar em áreas de baixos índices de desenvolvimento econômico e humano.

Em relação aos aspectos ambientais, o setor se apresenta altamente comprometido com o atendimento da legislação, critérios de certificação e com a promoção de práticas que promovem a recuperação de áreas degradadas e formação de corredores ecológicos, além de serem as florestas plantadas fontes de pesquisas para temas estratégicos para a sobrevivência humana. Nesse sentido, não é demais lembrar que a silvicultura oferece mais de cinco mil produtos de uso comum no nosso dia a dia, como móveis, ferramentas, produtos médicos, cosméticos, produtos de limpeza e tantos outros, entre eles a produção de biocombustíveis, que se apresenta como mais uma alternativa sustentável aos combustíveis fósseis.

Com uma área plantada de 7,6 milhões de hectares, em 2013, e com cerca de 60% dos plantios certificados, há estimativas de que essa área mais do que dobre de tamanho entre 2020 e 2030, oferecendo oportunidades

de emprego e renda nos estados do Amapá, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins, alcançando mais de 1.400 Municípios.

O Brasil, apesar de participar no contexto mundial com apenas 2,9% da área total destinada ao cultivo de espécies silvícolas para fins industriais, contribui atualmente com 17% de toda a madeira colhida no planeta, graças à alta produtividade de nossas explorações, sendo o eucalipto e o pinus as espécies mais plantadas, com 72% e 20,7%, respectivamente, enquanto a acácia, a teca, a seringueira, a paricá e as demais espécies somam 7,3% da área ocupada com árvores plantadas. Não por acaso, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), da Presidência da República, afirma que o Brasil apresenta as maiores taxas de produtividade em florestas plantadas do mundo, oferecendo, conforme atesta o IBGE, 90% de toda a oferta de matéria-prima de base florestal para as indústrias, gerando desenvolvimento rural e integrando outras cadeias produtivas.

Em relação às alterações climáticas, o setor de florestas plantadas tem demonstrado atenção às iniciativas e aos estudos voltados para a compreensão do potencial mitigatório de gases de efeito estufa via captura de CO₂ atmosférico. Nesse aspecto, é importante destacar que somente em 2013 os 7,6 milhões de hectares de área de plantio florestal no Brasil foram responsáveis pelo estoque de aproximadamente 1,67 bilhão de toneladas de CO₂, dando uma contribuição de alta relevância ao equilíbrio ambiental no Brasil e, em consequência, para o equilíbrio climático global.

Eu ouvi o argumento do pessoal do Ibá (Indústria Brasileira de Árvores), que esses 8 milhões de hectares plantados na captura de CO₂ neutralizam por dois anos toda a poluição produzida pela indústria brasileira. Vejam a importância, então, da chamada silvicultura.

Portanto, não é correto nem adequado que a Lei nº 6.938, de 1981, mantenha a silvicultura classificada como uma atividade de potencial de poluição e de grau de utilização médio de recursos naturais.

Voto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do PLS nº 214, de 2015.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Parabéns!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Srª Presidente, creio que esse projeto faz justiça realmente à silvicultura. E nós temos aqui programada, se não me falha a memória, para o dia 17 uma audiência pública exatamente com o pessoal do Ibá, que representa hoje todas as entidades reunidas das chamadas atividades florestais.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Moka, já estava aqui anotado, lembrando que a audiência pública sobre esse tema, num relatório muito bem fundamentado do Senador Moka do projeto do Senador Alvaro Dias sobre a questão da silvicultura, será conjunta entre a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, conforme requerimento do Senador Moka, e a Comissão de Meio Ambiente, num requerimento do Senador Blairo Maggi. São os Requerimentos nºs 18, desta Comissão, e 31, de 2015, da Comissão de Meio Ambiente. Então, dia 27 aqui estaremos debatendo esse tema.

Está em discussão a relatoria do Senador Moka sobre o projeto de Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam e com o qual concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório do Senador Waldemir Moka, que passa a constituir o parecer da CRA favorável à matéria, que será posteriormente apreciada pela CMA em decisão terminativa.

Solicito aos Srs. Senadores que compareçam à Comissão, porque faltam apenas dois Senadores para votarmos matérias de caráter terminativo, para, aqui, brevemente fazermos a votação. Portanto – já que esta audiência está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado –, peço aos gabinetes que comuniquem aos dois Senadores a solicitação de suas presenças na Comissão para que possamos concluir o processo, assim, limparíamos toda pauta da CRA. Seria muito importante.

Passo, de imediato, ao item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, de 2014

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.959, 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula as atividades pesqueiras no País e dá outras providências.

Autoria: Senador Mário Couto

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela rejeição do PLS nº 94, de 2014.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- A matéria será posteriormente apreciada pela CMA em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes para proferir o relatório.

Consulto se V. Ex^a, por economia regimental, pode ir direto à análise do projeto antes de fazer a leitura do relatório, que é praticamente a repetição.

V. Ex^a terá a autonomia para deliberar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Primeiramente, bom dia, Presidenta. Quem manda aqui é a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Não, é uma sugestão apenas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Quem tem juízo obedece. Vamos diretamente à análise.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É verdade. Está bom.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Compete a esta Comissão, nos termos do art. 104-B, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre silvicultura, aquicultura e pesca.

Temos algumas considerações a apresentar quanto ao mérito do PLS em análise, cuja justificação argumenta que a pesca de apoite de rede é extremamente maléfica ao meio ambiente marinho. Há de se destacar, contudo, que o projeto não define o conceito de apoite de rede, razão por que, caso seja aprovado nos termos atuais, pode ensejar a proibição de modalidades de pesca de emalhe que não degradam o meio ambiente – o emalhe é definido como aparelho de pesca que possibilita a captura de peixes por meio do próprio movimento das águas, ao usar rede em formato retangular estrategicamente posicionada nos locais de passagem dos cardumes.

Destaca-se que o emalhe pode ser desenvolvido na superfície (a rede fica à deriva da embarcação) ou na base do curso hídrico. Nessa última modalidade, é possível que a rede esteja presa, ou não, no fundo de rios, lagos e mares. No caso em que as técnicas de emalhe de fundo não são desenvolvidas com a fixação da rede, evitam-se, em tese, os prejuízos ao ecossistema supramencionados. Por esse motivo, caso o PLS nº 94, de 2014, não estabeleça definição objetiva do que seja apoite de rede, pode-se proibir a prática, no Brasil, do emalhe que não se fixa no fundo do curso hídrico, prejudicando pescadores que trabalham sem depredar o meio ambiente.

Mesmo nos casos em que as técnicas de emalhe proporcionam a fixação de redes no fundo dos cursos hídricos, há de se ressaltar que nem sempre ocorrem externalidades negativas ao meio ambiente. Se, por um lado, a justificativa do PLS argumenta que o apoite de rede degrada o ecossistema de algas e do conjunto da flora hídrica, por outro lado há de se salientar que o conhecimento atual das algas de águas epicontinentais no Brasil é extremamente heterogêneo, seja no que diz respeito à região geográfica, seja no que tange ao grupo taxonômico. Nesse contexto, é possível que os bancos de algas ocorram em locais restritos e esparsos do Território nacional, com predomínio em regiões específicas, razão por que tal proposta de regulamentação torna-se muito abrangente ao estabelecer a proibição do apoite de rede em todo o país.

Argumenta-se também que as normas gerais e a organização do sistema de permissividade de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas, encontram-se regulamentadas pela Instrução Normativa Interministerial, do MPA, nº 10, de 10 de junho de 2011.

Como essa norma ainda não prevê a modalidade de pesca com apoite de rede, entende-se que é inadequada a utilização de nomenclatura diversa daquela constante na norma regulamentar. Ademais, caso a pesca de apoite de rede seja proibida no Brasil, uma possível consequência negativa diz respeito à restrição para inclusão produtiva de famílias que sobrevivem dessa modalidade pesqueira, a qual não é usada por grandes frotas, mas por pescadores artesanais e população ribeirinha.

A situação pode ser ainda mais delicada caso essas famílias apresentem perfil socioeconômico para serem inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, uma vez que esse é o público que apresenta mais dificuldades de inserção no mercado de trabalho nacional.

Nesse contexto, seria necessário o Poder Público providenciar suporte técnico e o período de transição para que essas famílias tenham a oportunidade de se adaptarem à modalidade de pescas alternativas. Caso o apoite de rede, conforme a definição supramencionada, seja proibido no País, a proposição em análise, contudo, não apresenta qualquer alternativa nesse sentido.

Portanto, não é correto nem adequado proibir a pesca de apoite de rede nas áreas de exercício da atividade pesqueira de responsabilidade e domínio do território brasileiro indiscriminadamente. O estabelecimento de norma dessa natureza demanda estudos técnicos que mensurem tanto os possíveis impactos ambientais de apoite de rede, haja vista a heterogeneidade da flora hídrica nas diversas regiões brasileiras, quanto às consequências da aprovação dessa norma, para a inclusão produtiva de famílias hipossuficientes.

Nesse contexto, entendemos que a proposição em análise não é oportuna em seu mérito.

Voto, Sr^a Presidente: ante o exposto, somos pela rejeição do PLS nº 94, de 2014.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O Relator, Senador Wellington Fagundes, concluiu pela rejeição do PLS nº 94, de 2014.

Está em discussão, Senador Flexa, o projeto que acabou de relatar o Senador Wellington Fagundes sobre pesca, do Senador Mário Couto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o projeto, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório do Senador Wellington Fagundes, que passa a constituir o parecer da CRA, pela rejeição do projeto. A matéria será apreciada pela CNA em decisão terminativa.

Está faltando apenas um Senador para concluirmos as votações da pauta de hoje.

Vamos, agora, ao item 11 e, em seguida, retornaremos ao item 1.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, estabelecendo prazos, garantias e condições relativas à comercialização dos produtos que especifica.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 175, de 2015, com três emendas que apresenta.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- A matéria será posteriormente apreciada pela CMA em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Lasier Martins, Relator da matéria, para fazer a leitura do seu relatório, de novo; se V. Ex^a assim entender, pode ir direto à análise do projeto para a gente ter a economia de tempo regimental.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Prezados colegas Senadores, telespectadores, não é, Ana Amélia...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É. Ao vivo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... que estão nos acompanhando por esse Brasil afora. Esse projeto é daqueles que não deixa ninguém de fora, porque diz respeito ao consumidor. Portanto, interessa a todos os brasileiros. No relatório, que é bastante extenso, se detém a examinar alguns itens que deveriam ficar fora. Então, eu vou direto à análise, também deixando de lado alguns tópicos que me parecem secundários.

Na análise, os primeiros parágrafos são sobre aspectos formais, alguns reparos que já foram resolvidos.

Então, com respeito ao mérito, primeiro, vou esclarecer bem do que se trata. Esse Projeto de Lei do Senado nº 175, deste ano, do Senador Davi Alcolumbre, altera a Lei nº 8.078, de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, estabelecendo prazos, garantias e condições relativas à comercialização dos produtos que especifica.

Então, com respeito ao mérito, no que concerne à avaliação da CRA, entende-se que a inclusão no Código de Defesa do Consumidor, art. 31-A, pelo art. 3º da proposição inadequada.

Já é uma parte crítica que talvez pudesse ficar fora, mas eu vou até um trecho.

É desaconselhável a instituição da obrigatoriedade do fornecimento de informações ao consumidor sobre os produtos alimentares tão detalhadas como a identificação do produtor e de seu estabelecimento rural, da data da colheita, do abate do animal, da ordenha ou coleta de ovos, por exemplo, do uso de agrotóxicos ou medicamentos veterinários. Isso representaria um completo e detalhado rastreamento alimentar.

Tal inadequação tem vários motivos. Um é o fato de serem mais de cinco milhões os estabelecimentos agropecuários, dispersos pelo Brasil, e em sua maioria produzindo mais de um produto.

E aí se detém sobre o desaconselhamento a esse item.

Então, vou mais adiante.

Cumpra assinalar ainda que há legislação específica na qual uma inovação legislativa com esse propósito seria mais bem introduzida. Ademais, é bom assinalar que os casos eventualmente constatados de contaminação de alimentos por resíduos de agrotóxicos ou medicamentos veterinários ensejam, sobretudo, ações mais efetivas de fiscalização sanitária no processo produtivo por parte do Poder Público.

O art. 16 da Lei dos Agrotóxicos estabelece ainda que o empregador, profissional responsável ou o prestador de serviço, que deixar de promover medidas necessárias de proteção à saúde e ao meio ambiente está sujeito à pena de reclusão, além de multa. E o art. 19 determina ainda que o Poder Executivo desenvolva ações de instrução, divulgação e esclarecimento que estimulem o uso seguro e eficaz dos agrotóxicos, seus componentes e afins, com o objetivo de reduzir os efeitos prejudiciais para os seres humanos e o meio ambiente e de prevenir acidentes decorrentes de sua utilização imprópria.

Quanto aos medicamentos veterinários, a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, sejam ou não adicionados de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito.

Segundo o art. 2º desta Lei, são sujeitos à fiscalização: a) os animais destinados à matança, seus produtos e subprodutos e matérias primas; b) o pescado e seus derivados; c) o leite e seus derivados; d) o ovo e seus derivados; e e) o mel e cera de abelhas e seus derivados.

Por sua vez, o art. 3º estabelece que tal fiscalização deva ser feita nos frigoríficos, entrepostos de pesca e fábrica de derivados de pescado, na indústria de laticínios, entrepostos de ovos ou de outros produtos de origem animal. Mas, destaque-se, esse artigo determina ainda que a fiscalização deve ser feita também nas propriedades rurais e nas casas atacadistas e estabelecimentos varejistas.

Outro dispositivo legal que poderia, com mais pertinência temática, abrigar inovações legislativas como as propostas pelo PLS é o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, em vigor, que institui normas básicas sobre alimentos. O art. 3º deste Decreto-Lei dispõe que todo alimento somente será exposto ao consumo ou entregue à venda depois de registrado no órgão competente do Ministério da Saúde, no caso atual, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa.

Estão isentos desse registro as matérias-primas alimentares e os alimentos *in natura*, aditivos intencional, e alimentos destinados ao emprego na preparação de alimentos industrializados.

Vale mencionar, por oportuno, que o art. 200 da Carta Magna dispõe que ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei, fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle do seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano. Portanto, em nossa opinião, o citado Decreto-Lei foi recepcionado por esse artigo da Constituição Federal.

Aqui há um alongado exame de itens que, ao final, a própria proposta rejeita. Então, eu vou um pouco mais adiante, pois, como eu disse, o relatório é muito longo.

A legislação fitossanitária e zoossanitária atual, portanto, não admite a comercialização de produtos alimentares que contenham resíduos de produtos químicos utilizados na sua fabricação, ou os apresentem em níveis não permitidos. Nenhum produto de origem vegetal que tenha recebido agrotóxicos durante sua produção e tenha sido colhido antes do prazo de carência pode ser colocado à venda – não pode – o mesmo se aplicando para produtos de origem animal.

Porém, que garantias o consumidor tem ao comprar um produto industrializado ou *in natura*, de que sua produção foi objeto de fiscalização e que, portanto, não há contaminação? Não é possível ao Poder Público estar presente em todas as cadeias produtivas e fiscalizar todo o processo produtivo de cada alimento, devendo fazê-lo por amostragem. Mas, ainda assim, o consumidor não tem plena garantia da segurança sanitária do alimento que adquire. Se alguma falha ou omissão tiver ocorrido na produção do alimento ou na sua fiscalização, o consumidor, em tese, corre esse risco.

Em nossa opinião, seria cabível exigir que o setor de distribuição de alimentos, seja o pequeno, médio ou grande varejista, garanta e se responsabilize legalmente pelo fornecimento aos seus clientes de produtos alimentares saudáveis e seguros. Tal exigência já existe para diversas outras categorias de produtos e é, inclusive, tratada no próprio Código de Defesa do Consumidor. Assim, devem os distribuidores exigir de seus fornecedores, atacadistas, agroindústrias a garantia da inocuidade dos produtos vendidos, e esses por sua vez devem exigir dos produtores rurais que garantam que tais produtos foram produzidos em acordo com a le-

gislação sanitária e de defesa agropecuária para o que, inclusive, devem contar com a necessária orientação e responsabilidade técnica.

Os distribuidores poderiam submeter voluntária ou obrigatoriamente à análise laboratorial, por amostragem eventual (o que reduziria custos de monitoramento, comparativamente aos custos de rastreamento alimentar propostos pelo projeto de lei), os produtos que adquirem de seus fornecedores atacadistas ou agroindústrias, os quais por sua vez poderiam fazer o mesmo em relação à matéria-prima agropecuária ou produtos *in natura* adquiridos dos produtores rurais. Isso ampliaria – já estou chegando à conclusão – a capacidade de autorregulação e fiscalização das cadeias produtivas, representaria uma fonte de vantagens competitivas e se daria ainda sem prejuízo e em complemento às ações de fiscalização já empreendidas pelo Poder Público, como a do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes.

Pelas razões expostas, recomendamos a retirada do PLS nº 175, de 2015, da inclusão do art. 31-A no Código de Defesa do Consumidor, para discutir no âmbito do Parlamento, eventualmente por meio da apresentação pelo nobre Senador autor da matéria, de uma nova proposição legislativa que altere uma ou algumas das leis supracitadas, no sentido de instituir, para as cadeias produtivas de alimentos, em primeira instância aos distribuidores varejistas, a responsabilidade sobre a garantia da segurança sanitária dos alimentos que comercializam.

Voto.

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2015, com as emendas seguintes:

Emenda nº - CRA

Dê-se ao art. 20 proposto para a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, no art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2015, a seguinte redação:

“Art 20.....

I – a reexecução dos serviços, sem custos adicionais, e em prazo não superior ao previamente pactuado;

.....

§ 3º Não havendo previsão, por escrito, do prazo mencionado no inciso I, o serviço será executado em até trinta dias.”

Emenda nº - CRA

Suprima-se do texto do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2015, o art. 31-A proposto para inclusão na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Emenda nº - CRA

Corrija-se a numeração da cláusula de vigência do Projeto de Lei do Senado nº 175, de art. 3º para art. 4º.

É o relatório, deixando grande parte, como se vê, para novas propostas como relação à garantia e à segurança de alimentos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço ao Senador Lasier Martins.

Esta matéria não é terminativa aqui, ela ainda vai para apreciação na CMA.

Eu consulto os Senadores se eu posso suspender a discussão, porque agora nós conseguimos, graças ao apoio do Senador Donizeti, o quórum para votar duas matérias deliberativas que já foram examinadas.

Então, como esta matéria não é terminativa, podemos concluir. O Senador fez um relatório extenso. Todos os Senadores têm à disposição o texto do relatório do Senador Lasier Martins. A autoria é do Senador Davi Alcolumbre.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir o projeto, submeto-o à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o projeto.

Aprovado o relatório do Senador Lasier Martins, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas que especifica de nºs 1 a 3 desta Comissão.

A matéria será posteriormente aprovada pela CMA.

Agradeço ao Senador.

Voltemos ao item 2, que tem relatoria do Senador Dário Berger, já apreciada. S. Exª pode só resumir.

Desculpe-me, o item 2 não foi de V. Exª. Já havia sido relatado, em reunião anterior, pelo Senador Flexa Ribeiro, cuja autoria é do ex-Senador Alfredo Nascimento.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, de 2014

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1996, para exigir que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil.

A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer contrário ao Projeto.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para fazer uma avaliação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Só para relembrar aos nossos pares, Presidente, Senadora Ana Amélia, que esse projeto, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, estabelece exigência para que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil.

Isso já é feito pela Anvisa, de forma não obrigatória, de todos os alimentos, até porque não haveria condições de a Anvisa atender a essa determinação, a essa exigência.

Não há óbice quanto à constitucionalidade da proposição. Ela não inova no ordenamento jurídico, já que, como eu disse, a competência já está normatizada.

A Anvisa inclusive já conta com o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos desde 2001, com publicação de relatórios anuais.

Quanto ao mérito, destaca-se a legítima preocupação do autor do projeto diante da atuação deficiente da Anvisa. Todavia, convergindo com o entendimento já adotado pela CAS, a proposição pouco contribui para a superação dessa deficiência específica, pois não viabiliza os recursos humanos e materiais necessários.

Nós sabemos que não se trata apenas do problema da Anvisa, mas de todas as Agências reguladoras, que não cumprem com seus objetivos de fiscalizar e seguir suas determinações por falta de recursos humanos e financeiros; financeiros porque o Governo retém a maior parte dos recursos que são recolhidos por essas Agências reguladoras, e humanos são consequência do financeiro.

Então, o voto é pela rejeição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Como já havia sido feito na comissão anterior, o projeto já havia sido apresentado pelo Senador Flexa, a quem agradeço.

Vamos à votação nominal desse projeto.

Consulto como vota o Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Quem vota com o Relator vota “não” à proposição.

Como vota o Senador Lasier Martins?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Dário Berger?

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com o Relator, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Ronaldo Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Flexa Ribeiro. Voto conhecido. Como vota o Senador José Medeiros no item 2?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Wellington Fagundes?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Acompanho o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O projeto foi rejeitado por 9 votos dos 10 presentes – a Presidente não vota –, e eu agradeço imensamente.

O projeto foi rejeitado por 9 votos.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

De imediato, passo ao item 3, outra matéria terminativa, para concluirmos.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 540, de 2011

- Terminativo -

Altera à Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, para estabelecer a vedação de concessão de subvenções econômicas aos produtores rurais autuados por promover o trabalho escravo em sua propriedade rural.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 540, de 2011, nos termos da Emenda (substitutiva) que apresenta, e pela rejeição das Emendas nº 1-CAS e 2-CAS.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental.

2- A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS.

3- Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

O Senador Dário Berger foi o Relator e pode fazer um resumo breve para facilitar a compreensão, embora os Senadores já tivessem acompanhado a apresentação do relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Então, Presidente, na verdade, eu tive a honra de relatar o Projeto de Lei nº 540, de 2011, item 3 da pauta, e fazendo um breve e objetivo resumo da matéria a qual tive a honra de relatar, quero esclarecer aos colegas Senadores que o projeto original estabelecia punição às penalidades através de decisão administrativa. Evidentemente que transitado em julgado.

Eu entendi, na minha opinião, que não é possível ficar submetido a uma decisão administrativa que, muitas vezes, é apenas de uma pessoa; é apenas de um fiscal. Então, uma decisão muito subjetiva. O projeto que eu relatei, a minha proposta não altera a gravidade do trabalho escravo, muito pelo contrário. Porém, ela exige o devido processo legal, que o agricultor tenha ampla defesa e que seja permitido o amplo contraditório também.

O agricultor que praticou trabalho escravo, Srª Presidente, devidamente comprovado por decisão judicial, terá obrigatoriamente, pelo Estado de direito que vivemos, o direito à ampla defesa. Evidentemente que terá, se comprovada a sua culpa, pena privativa de liberdade e será afastada qualquer possibilidade de ele contrair qualquer tipo de benefício com a União, com os Estados ou com os Municípios, razão pela qual esse foi o parecer e que o trabalho escravo é definido pelo art. 149 do Código Penal e que nós, amplamente, já discutimos aqui nesta comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Dário Berger. O Senador Moka, inclusive, havia alertado que essa matéria já foi objeto de aprovação de uma PEC e agora aguarda uma lei complementar, cuja relatoria está sob a responsabilidade do Senador Romero Jucá.

Podemos encaminhar a votação da matéria. (Pausa.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, para discussão, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Srª Presidente, prezados colegas, o que o nobre Relator está incluindo é aquilo exatamente que foi produto de um acordo dentro da Comissão Especial na Câmara dos Deputados – o Senador Moka e eu, à época, éramos Deputados Federais – e que não foi cumprido depois em Plenário, pois o acordo na Comissão Especial previa exatamente isso. Naquele momento, por emenda de nossa autoria, incluímos o trabalho escravo no setor urbano. Portanto, foi uma emenda apresentada por nós, incluída ao texto da Emenda à Constituição, mas com essa preocupação que V. Exª teve.

Não podemos ficar submetidos a uma decisão que passa a ser política e ideológica neste momento, em que a vida de qualquer cidadão fica dependendo exatamente da vontade e do humor político de um fiscal do Ministério do Trabalho, acrescido de alguns outros que lhe acompanham no momento de uma fiscalização à propriedade rural. Ou seja, um verdadeiro julgamento inquisitivo para dar a ele a condição de que ali ele entra em uma lista, que é chamada lista de trabalho escravo, onde ele está execrado nacionalmente, familiarmente e socialmente. Ou seja, é uma arbitrariedade tamanha que realmente provoca uma morte social do cidadão.

O cidadão, como V. Exª colocou, é fiscalizado, é julgado e condenado por uma equipe que chegou à sua empresa ou à sua propriedade. Quer dizer, se amanhã, como a tramitação é longa do transitado em julgado,

concluir que nada daquilo existiu e que foram muito mais penalidades trabalhistas, do ponto de vista do cumprimento de exigências que são, não diria a V. Exª normais, mas que são altamente complexas para que sejam exigidas de todas as propriedades urbanas e rurais neste momento, esse cidadão é simplesmente excluído da atividade de crédito, da atividade de participar de qualquer contrato, da possibilidade de amanhã ter qualquer vinculação com qualquer órgão do governo. Passa a ser um cidadão que, quando o nome é colocado entre as penas que ele pode ter sofrido, já recebe aquela grife especial de que foi colocado como um escravocrata na lista do Ministério do Trabalho.

Existe, Srª Presidente, uma preocupação da nossa parte de que o Supremo Tribunal Federal já concedeu uma liminar neste sentido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Foi mencionado no relatório do Senador Dário Berger.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Exato. Essa liminar infelizmente não vem sendo cumprida pelo Ministério do Trabalho.

Acho que é algo que precisamos amanhã deixar claro que o que foi aqui colocado pelo nobre Relator é exatamente o que está previsto na Constituição brasileira...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador, estamos com premência de quórum por se tratar de matéria terminativa.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Então, só para concluir o assunto, acho que aquilo que garante a Constituição brasileira, no seu art. 5º e nos seus demais incisos, que é esse transitado em julgado, que é fundamental para que possamos dar aí aquilo que é o viés jurídico e correto num processo democrático e não um julgamento inquisitivo com viés ideológico muito mais bolivariano do que dentro das regras do Estado democrático de direito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Ronaldo, aqui foi sublinhado anteriormente, na apreciação do relatório, a distinção entre infração trabalhista e trabalho escravo.

Em votação.

Comunico que o presente projeto tem caráter terminativo, exigindo quórum e votação nominal.

Em votação o substitutivo, que tem preferência, nos termos do art. 300, VIII, do Regimento Interno do Senado Federal.

Farei a chamada nominal.

Como vota o Senador Donizeti Nogueira?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Lasier Martins?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O Senador Dário Berger é voto conhecido. Senador Ronaldo Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com o Relator, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador José Medeiros?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Os últimos serão os primeiros. Então, com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Aprovado o substitutivo, ficam prejudicados o projeto e as Emendas nºs 1 e 2 da CAS, nos termos do art. 300, XVI, do Regimento Interno.

Desta forma, o substitutivo será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno.

Agradeço imensamente aos Srs. Senadores que deram quórum de 10 votantes para tratarmos a matéria. Agora vamos terminar, com sucesso, apreciando o item 1, cuja relatoria é do Senador José Medeiros.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu estive dando uma olhada neste projeto e gostaria de pedir vista, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Nós vamos ter que, primeiro, regimentalmente, ler o relatório para que depois registremos o seu pedido de vista, Senador.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, de 2014 - Não terminativo -

Dispõe sobre a agricultura indígena e dá outras providências.

Autoria: Deputado Wellington Fagundes

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pela aprovação do PLC nº 74, de 2014, com a Emenda nº 1-CDH.

Observações:

1- O Projeto foi apreciado pela CDH, tendo sido aprovado Parecer favorável com a Emenda nº 1- CDH.

2- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

É bom que o Relator e o autor original estejam aqui também.

Com a palavra o Relator, Senador José Medeiros, para proferir o seu relatório.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Srª Presidente, se V. Exª me permite, como já foi antecipado o pedido de vista e V. Exª já falou do que trata o projeto, eu vou passar para o voto.

Somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2014, com a emenda aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Trata-se de um projeto do Senador Wellington Fagundes, que está aqui presente – V. Exª já falou do que trata o Projeto –, sobre as comunidades, as populações indígenas e a agricultura nessas áreas.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O relatório do Senador José Medeiros trata da aprovação do Projeto de Lei nº 74, de 2014, de iniciativa do Senador Wellington Fagundes, com duas emendas da CDH. Como o Senador Lasier Martins solicitou vista do projeto, sugiro aos Srs. Senadores vista coletiva, porque aí voltará, necessariamente, na próxima reunião deliberativa para apreciar regimentalmente. *(Pausa.)*

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vista coletiva.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Vista coletiva. Agradeço a todos os Srs. Senadores.

Para encerrar, vamos ao item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, de 2013 - Não terminativo -

Altera a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, para simplificar o acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, e ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pela prejudicialidade do PLS nº 133, de 2013.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CCT no prazo regimental.

2- A matéria foi apreciada pela CCT, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto.

3- O Projeto será posteriormente apreciado pela CMA em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado para proferir o seu relatório.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, por economia processual, já que é uma matéria muito conhecida de todos nós, e nós tivemos a oportunidade de debater

longamente esse assunto, aprovamos um projeto de lei que também já foi sancionado exatamente em relação ao patrimônio genético, eu gostaria de ir direto, Sr^a Presidente, à análise, tentando aqui resumir ao máximo.

Nos termos do art. 104, inciso IX, do Regimento Interno do Senado, compete à CRA opinar acerca de proposições que tratem da utilização e conservação de recursos genéticos na agricultura.

Quando ao mérito, a proposição objetiva simplificar o acesso a componente do patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado a exigir contrato de utilização do patrimônio genético e a repartição do benefício somente na hipótese das atividades de desenvolvimento tecnológico ou de bioprospecção, resultando em um produto ou processo comercializável. Ou seja, é exatamente aquilo que tratamos aqui. Seria cansativo ficarmos nos debruçando sobre um tema em que já está claro a prejudicialidade do projeto do Senador Vital do Rêgo, com toda oportunidade que teve à época, embora, depois, esta matéria tenha sido muito bem discutida e já sancionada pela Presidente da República.

Como tal, Sr^a Presidente, de acordo com o art. 334, de ofício, mediante consulta de qualquer Senador, declaro prejudicada a matéria, dependendo de deliberação do Senado, por haver perdido a oportunidade, que é o caso, conforme está no Regimento, e em virtude do seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação.

Voto.

Diante do exposto, somos pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 2013.

Esse é o meu voto, com aplausos à iniciativa do Senador Vital do Rêgo, mas, ao mesmo tempo, por ser matéria vencida, já decidida por esta Casa e sancionada, pela prejudicialidade, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço o relatório do Senador Ronaldo Caiado, concluindo pela prejudicialidade do PLS nº 133, pelas razões que expôs com muita competência.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Senador Ronaldo Caiado, que passa a constituir o parecer da CRA, pela prejudicialidade da matéria.

O projeto será, posteriormente, apreciado pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

Agradeço, mais uma vez, a colaboração decisiva dos Srs. Senadores, informando também que, no dia 13, na próxima quinta-feira, às 8 horas, o ex-Ministro Roberto Rodrigues estará aqui para tratar de agricultura de baixo carbono.

O proponente dessa exposição é o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr^a Presidente, na verdade, o ex-Ministro Roberto Rodrigues, até por conta mesmo do Senador Ronaldo Caiado, quer dar uma contribuição já que é um grande conhecedor do tema, além de chefiar, coordenar, presidir uma entidade afim. Então, eu achei que seria importante ouvi-lo, em função do conhecimento e da experiência do ex-Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Moka.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Todo o apoio também da minha parte, Presidente, em relação ao convite formulado. O ex-Ministro Roberto Rodrigues é uma pessoa não só reconhecida, como disse o Senador Moka, pelo seu preparo e sua capacidade em discutir este tema, que tem sido hoje o tema mundial e a agricultura brasileira está em posição de destaque nesse cenário.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Ronaldo Caiado.

Eu queria lembrar, antes de encerrar esta reunião, que o Senador Blairo Maggi fez uma referência muito justa, porque estávamos em recesso parlamentar no dia 25 de julho, que é o Dia do Colono, como chamamos lá no Sul, ou o Dia do Produtor Rural. Também é o Dia de São Cristóvão, que é o patrono dos caminhoneiros. Lá no Sul existe uma forte categoria dos caminhoneiros, também registramos isso, porque esta Comissão, Senador Moka e o Senador Blairo, esteve muito envolvida quando houve a paralisação dos caminhoneiros. Agora, estamos lidando com o BNDES, porque foi feita uma portaria e um dos itens é a renegociação dos financiamentos via Finame. Os bancos oficiais estão cumprindo, mas os bancos privados não estão cumprindo o que havia sido definido pela portaria.

Queria também lembrar que há um tema bastante delicado. Trata-se da questão dos produtos fitossanitários sobre o qual a Anvisa tem até o final deste mês para apresentar relatório. O Poder Judiciário, como se sabe, entrou com duas Ações Cíveis Públicas. A primeira ação solicitando a suspensão do registro de oito defensivos, entre os quais o glifosato e o paraquat. A segunda ação contesta o registro do herbicida 2,4-D e pede que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) seja proibida de liberar a comercialização de sementes transgênicas resistentes à substância até um posicionamento definitivo por parte da Anvisa.

No caso, o juiz responsável pela primeira ação negou o pedido de liminar e manifestou que a Anvisa deve reavaliar os produtos. A Anvisa disse que o fará até o final, agora, do mês de junho. Então, essa é uma matéria

muito importante. Aqui fizemos um amplo debate. Inclusive, aqui, volto a registrar que – me impressionou muito bem – o representante do Ibama disse que temos que avaliar esses aspectos do ponto de vista do que significa a agricultura brasileira no conjunto da economia de nosso País. Hoje, o setor que está salvando a economia desta crise, que é aguda e grave, é o setor agropecuário e também o setor de tecnologia, mas a agropecuária é o setor que vem dando as notícias melhores. Então, não podemos também comprometer o único setor que está registrando uma atividade. É o caso de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Goiás e Rio Grande do Sul. Há novas unidades implantadas. Há dois meses, um frigorífico, que é o segundo maior abatedouro de suínos, foi instalado no Rio Grande do Sul, no Município de Seberi, com influência e impacto na região noroeste do Rio Grande do Sul.

Então, não podemos tratar essa questão sem avaliação dos impactos sociais, porque, quando se fecha uma indústria, tiram-se empregos. Então, isso é emprego e renda.

Queria apenas chamar a atenção para que esta Comissão continue atenta, fiscalizando também essas matérias. Sempre, claro, preservando sustentabilidade, defesa do consumidor e a preservação da saúde das pessoas.

Não havendo mais nada a tratar, renovo o agradecimento a todos, e está errada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 1 minuto.)

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 13 DE AGOSTO DE 2015.

Às oito horas do dia treze de agosto de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Ronaldo Caiado, Wellington Fagundes, Blairo Maggi Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, José Medeiros e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, lembra que a Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Srª Maria Lúcia de Oliveira Falcón, estará na Liderança do Governo com a finalidade de receber os Parlamentares e submete ao Plenário de a Comissão apresentar convite à Srª Presidente do Incra para vir fazer uma exposição sobre toda a questão da regulação fundiária e sobre os demais temas relacionados a esse órgão tão importante na questão da agricultura e da reforma agrária. A Senhora Presidente informa que a presente Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 43, de 2015, de autoria do Senador Waldemir Moka, tem por finalidade debater as propostas de revisão do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura, também denominado de Plano ABC - Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, com a participação do Sr. Roberto Rodrigues - Coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Os Senhores Senadores Waldemir Moka, Blairo Maggi, Donizeti Nogueira, Acir Gurgacz, Flexa Ribeiro, Ana Amélia e Wellington Fagundes e os Deputados Valdir Colatto (PMDB/SC) e Evair Melo (PV/ES) fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Eu requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Como foi anunciado na nossa reunião da quinta-feira passada, eu lembro aos colegas Senadores e Senadoras que hoje, dia 13 de agosto, a Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Srª Maria Lúcia de Oliveira Falcón, estará, a partir das 14 horas e 30 minutos até às 18 horas, na Liderança do Governo com a finalidade de receber os Parlamentares, tendo em vista a manifestação dos Senadores Wellington Fagundes, Waldemir Moka, José Medeiros e Donizeti Nogueira.

Eu penso que esta comissão deveria ser, digamos, acolhida nas demandas que tivemos à Presidente do Incra e ela também vir a esta comissão. Então, submeto ao Plenário, conforme o entendimento dos colegas Senadores, de nós fazermos um convite à Srª Presidente do Incra para que ela venha aqui, a esta comissão, fazer uma exposição sobre toda a questão da regulação fundiária e sobre os demais temas relacionados a esse órgão tão importante na questão da agricultura e da reforma agrária.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Só uma observação, Presidente. Eu penso que a Presidente do Incra não pode ser convidada diretamente. Tem de ser convidado o Ministro e, por intermédio do Ministro, ela ser designada. Pelo menos, no Regimento da Câmara dos Deputados, era assim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu consulto a secretaria da comissão. Aqui, pode-se convocar? *(Pausa.)*

Não. Pode-se convidar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Ah, sim. Ela estará hoje aqui. Pelo menos, eu tenho na minha agenda que ela concederá audiências aos Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Mas ela estará na Liderança do Governo à disposição dos Senadores interessados em conversar com ela.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Na Liderança do Governo?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Na Liderança do Governo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Desse detalhe eu não sabia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Ela estará aqui. Vou repetir a comunicação que recebemos da Presidente do Incra:

A Presidente do Incra, Srª Maria Lúcia de Oliveira Falcón, estará, a partir das 14 horas e 30 minutos até as 18 horas, na Liderança do Governo, com a finalidade de receber os Parlamentares, tendo em vista a manifestação do Senador Moka e dos Senadores Medeiros, Wellington Fagundes e Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – E, Senadora, acho, penso que esse convite é importante, está sendo discutido e será apresentado um novo Plano de Reforma Agrária, ela é uma das principais figuras no debate sobre o Plano de Reforma Agrária; agora, quanto à regularização fundiária, tem a secretaria específica para isso lá no MDA, que é, no caso, o Sérgio.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Nós poderíamos fazer um convite para esse tema, convidando as partes envolvidas. Vamos examinar aqui com os colegas Senadores quais são os personagens que poderão vir aqui. Agora, não podemos, talvez, chamá-los, convidá-los para a exposição antes que o Plano esteja minimamente...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ... definido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ... desenhado e definido, porque senão até as autoridades terão dificuldade de fazer a apresentação, porque às vezes uma informação que não confirme depois no desenho do plano e do projeto, pode ter alguma consequência.

Eu também gostaria de lembrar aos colegas Senadores que amanhã, 14 de agosto, sexta-feira, às 14 horas, aqui neste plenário, será realizado o 9º Seminário do Ciclo de Palestras e Debates no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em cumprimento ao Requerimento 44 deste ano, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que tem por finalidade discutir e analisar a proposta do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, em parceria com outras entidades. Então, amanhã, às 14 horas, teremos essa audiência pública, na verdade parte do ciclo de debates, então eu cumprimento o Senador Donizeti, estarei aqui com o senhor pelo menos na abertura.

A reunião de hoje atende ao Requerimento 43, do nosso Senador Waldemir Moka, que tem por finalidade debater as propostas de revisão do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura, também denominado Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), com a presença do ex-Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que hoje é coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas.

O ex-Ministro está chegando aqui, dentro de alguns minutos, em Brasília, e virá aqui. Enquanto isso, nós vamos explicar – eu gostaria até de passar a palavra ao Senador Moka, para, como autor desse requerimento, ver a contribuição que o senhor espera dessa exposição do ex-Ministro Roberto Rodrigues.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Presidente, na verdade o Ministro Roberto Rodrigues, ele esteve aqui no Senado e ele queria, exatamente, uma oportunidade para falar sobre o ABC, popularmente, esse sistema. E no Mato Grosso do Sul nós temos perto de 9 milhões de hectares, são pastagens antigas e que, se devidamente cuidadas, eu diria – na verdade o termo técnico não é esse, elas precisam, desde calcário, enfim, elas precisam ser tornadas mais viáveis, porque são terras hoje que você não coloca uma rês por hectare. Então, é um desperdício, eu diria. E o sistema ABC, entre outras coisas, ele se propõe a ajudar a recuperar. Esse sistema, ele foi no início muito criticado em função da burocracia que existia para que o produtor tivesse acesso ao projeto, e o ex-Ministro Roberto Rodrigues, que é professor, como ele chama, da academia, que é a faculdade de agronomia, além disso, foi Ministro da Agricultura, Presidente do – aliás, o único brasileiro que chegou à presidência internacional do cooperativismo. Então, é um homem que vale a pena... E como ele tem um interesse de falar, certamente trará contribuições de como melhorar, de como agilizar esse programa.

Nesse programa, ao invés de você aumentar o desmatamento, você faria recuperação. Esse é o termo que estava me faltando. Você vai recuperar terras degradadas que, ao longo dos anos, por exemplo, o gado pisoteou mesmo. Se não houver uma recuperação, você vai diminuindo cada vez mais a pastagem e também a quantidade de cabeças por hectare. Então, fundamentalmente, eu acho que ele deve tratar disso.

Mas eu vou fazer uma provocação ao Ministro Roberto Rodrigues aqui, ou seja, a questão da venda de terras para estrangeiros. Ontem eu fui àquela reunião, mas não pude ficar, porque o Governador do nosso Estado, Reinaldo Azambuja, esteve ontem e permanece hoje aqui com uma agenda. Eu tinha me disposto a acompanhá-lo. Então, fiquei pouco tempo na Presidência. Mas um dos temas que eu quero colocar é que eu não consigo entender por que a resistência de venda de terras para estrangeiros, num momento em que a gente precisa de investimentos. Eu sei que há condicionantes. Eu sei que o Governo é contra, por exemplo, vender terras para outro governo. Mas aí você coloca isso como condicionante: “Olha, nós podemos vender terras para estrangeiros com as seguintes condicionantes”. Por exemplo, se vai ser um investimento para in-

vestimento para uma planta, como é o caso do Mato Grosso do Sul, de usinas de álcool e açúcar ou do setor de madeira, movelista.

Então, nós perdemos, dois anos atrás, investimentos importantes, Srª Presidente, por conta de que hoje o que um estrangeiro pode comprar não passa de cinco mil hectares, um número reduzido. E ninguém virá ao Brasil, sobretudo indústria, se não tiver uma quantidade de terras suficiente para fazer rodar a planta da indústria. Não virão, e acabamos perdendo esses investimentos para outros países. Já ouvi críticas no sentido de que esses recursos são de fundos e que, se a agricultura vai bem, eles ficam, mas, na hora em que ela vai mal, eles simplesmente se retiram.

Mas as experiências que a gente tem com empresas que vieram para o Brasil são na sua maioria positivas, na sua maioria positivas. Nós estamos falando de indústrias que virão. Eu não consigo entender, mas, por duas ou três vezes – nós somos do Governo –, em determinada audiência, a Presidente Dilma afirmou que mandaria uma medida provisória regulamentando essa questão. E depois esse assunto foi saindo de pauta, saindo de pauta e acabou não prosperando.

Então, não é o tema. O tema é o Plano ABC, a Agricultura de Baixo Carbono. Até porque as terras poderiam ser vendidas para esses estrangeiros, que têm todo o interesse em recuperá-las. No Mato Grosso do Sul, o que cresce é a silvicultura. São grandes projetos que exigem áreas razoavelmente grandes para o plantio, como já disse, de...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Cumprimento o Senador Moka pela abordagem do tema.

E queria saudar, em nome da Comissão, o nosso Deputado Valdir Colatto, do PMDB de Santa Catarina, um combativo Parlamentar que integra a Frente Parlamentar em Defesa de Agricultura, compromissado, desde que assumiu seu mandato junto à Câmara Federal, com essas questões. O Estado de Santa Catarina, todos sabem, é um Estado modelo, em matéria de defesa sanitária, e foi reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal como livre de aftosa sem vacinação. Então, isso é fruto do trabalho conjunto dos Parlamentares, Poder Executivo, mas, sobretudo, dos produtores rurais.

Então, bem-vindo à Comissão, Deputado Valdir Collato.

O Senador Blairo Maggi manifestou o desejo de falar.

Curiosamente, o Senador Moka abordou um tema sobre uma questão que está pendente, na hora em que o Brasil precisa de investimentos. Aportar investimentos necessita de segurança jurídica, regras claras, para evitar exatamente esse para e anda que temos no setor da economia. Agora mesmo, estamos para votar a reoneração de alguns setores produtivos, especialmente aqueles com alto emprego de mão de obra. Isso é a insegurança que provoca e impede o planejamento. Mas vi o Senador na reunião das lideranças, no Senado Federal, fazer uma abordagem interessante sobre a burocracia impactando sobre o setor produtivo, que custa tão caro que o Senador Blairo falou de um investimento enorme para escoamento de safra e que, há três meses, a SPU, que é a Secretaria de Patrimônio da União, está para dar apenas um laudo – pode andar a embarcação. Então, essa burocracia sobre não só o setor agropecuário...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Depois de pronto, quer dizer, veja só, Senador Blairo Maggi, essas questões precisam ser enfrentadas nesta hora da crise para, pelo menos, estimular. Olha, estamos fazendo alguma coisa para recolocar o País nos trilhos, porque o País é maior do que a crise, temos que trabalhar. Agora, veio uma notícia não muito agradável, um aumento da safra americana de soja, impactando sobre os mercados, o Brasil é um grande *player*, nessa hora, então, temos que ter, Senador, uma atenção específica sobre a questão da agilidade da eficiência.

Como eu disse aos senhores, chegaram os Senadores Blairo e Acir, estamos aguardando a chegada do ex-Ministro Roberto Rodrigues, que foi, por requerimento do Senador Waldemir Moka, convidado a comparecer a esta Comissão para uma exposição sobre esses aspectos relacionados à agricultura de baixo carbono. E o ex-Ministro Roberto Rodrigues é, hoje, coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas. Então, penso que é um momento importante.

Nesta semana, houve uma informação relevante de que o Brasil deve colher mais uma safra recorde de grãos em 2015. Como temos dito, o setor da agropecuária é o único, junto com o da tecnologia da informação que tem oferecido as melhores notícias ao País. A produção brasileira de grãos deve chegar a 202,226 milhões de toneladas, o que representa um aumento de quase um por cento sobre a estimativa do mês passado e um recorde nacional. O clima ajudou, o mercado tem sido favorável, a questão cambial tem sido um estímulo, uma parte expressiva dos produtos que estão sendo colhidos ali, comercializados e, no conjunto, ultrapassar os 200 milhões de toneladas é um número muito relevante para o Brasil, segundo o Diretor de Política Agrícola da Conab, João Marcelo Intini. A Conab também lembrou que, na região do Matopiba, tão destacada sempre

pelo Senador Donizeti Nogueira, que é a sigla de Mato Grosso, Maranhão, desculpa, Mato Grosso não precisa, Matopiba é Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, não é isso, Senador Donizeti? Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que mostram um crescimento expressivo da produção de grãos nessa região. Veja que um programa de estímulo, numa área deprimida, representa um significativo aumento.

Cinco anos atrás, essa região produziu 12,3 milhões de toneladas, o equivalente a 8,3% da produção brasileira. Para a safra atual, a previsão é de quase 20 milhões de toneladas, 9,7% do total, Senador Donizeti. Quer dizer, isso está compensando.

Senador Acir Gurgacz, nosso Vice-Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Bom-dia, Srª Presidente, nossos colegas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu lhe dei a palavra, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Estava aguardando a senhora me dar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu lhe dei a palavra, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Desculpe-me, mas não percebi.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu dei a palavra ao Senador Blairo. Eu até lhe provoquei sobre a história da embarcação, que já faz três meses.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – A senhora não parou de falar. Eu fiquei aguardando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É o velho espírito moderador.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Eu sou muito educado e não gosto e atropelar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Acir, por gentileza.

Ele hoje resolveu provocar a Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – A minha fala é rápida, Srª Presidente.

Ouvimos aqui e a senhora colocou muito bem em relação aos investimentos em nosso País. Temos que ter regras claras e confiança no Governo. Então, essa confiança, neste momento, acho que está um pouco abalada, principalmente por questão da reoneração.

Houve uma desoneração, no final do ano passado, em novembro nós vimos o Governo reunir 56 segmentos da sociedade para dizer que a desoneração era uma conquista do Governo, uma conquista dos empresários e que aquilo não seria mexido.

Quatro meses depois, troca-se o Ministro da Fazenda, que muda completamente o pensamento e muda a direção do Governo, botando em risco a confiança do nosso País, porque temos uma regra hoje e, quatro meses depois, é mudada essa regra.

Então, é uma questão bastante delicada. As empresas que neste momento estão diminuindo o investimento e ao diminuir investimento gera desemprego, porque o consumou caiu. Neste momento em que precisamos dar apoio às empresas, vamos criar mais impostos para essas mesmas empresas que nós precisamos que gerem emprego? Então, tenho uma grande preocupação, defendo a tese de que devemos apoiar a Presidente Dilma naquilo que ela fez, na desoneração, que foi um projeto feito pela Presidente Dilma. Entendo que nós não devemos apoiar, vamos fazer aqui uma divisão. Quem está fazendo essa reoneração é o Ministro da Fazenda contra o interesse e o sentimento da nossa Presidente. Então, fico com a Presidente e não com o Ministro.

Entendo, Senador Moka, que a reoneração trai a confiança dos empresários brasileiros que fizeram seu planejamento, suas estimativas para os próximos anos, dentro daquilo que tinham no final do ano. É assim que as empresas funcionam, com planejamento e se planejaram daquela forma, sem a reoneração, com a desoneração, que foi dito pela Presidente. Era uma conquista das empresas e uma conquista do Governo também.

Só para pontuar, V. Exª colocou a questão da confiança do Governo e a reoneração, só para fazer essa pontuação.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Cumprimento o Senador Acir, que reforça a convicção de que no setor produtivo o investidor precisa de segurança jurídica. Esse desequilíbrio realmente é complicado.

Senador Blairo Maggi, Mato Grosso, pelo tempo necessário para sua fala.

Gostaria de saudar também o Deputado Evair de Melo, um Deputado cooperativista, do PV do Espírito Santo, que nos dá a honra tanto quanto o Deputado Valdir Colatto.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Srª Presidente. Cumprimento nossos colegas Senadores, V. Exª e também os Deputados aqui presentes.

Enquanto aguardamos nosso querido e eterno Ministro, que tem o respeito e o carinho de todos nós aqui da Comissão e tem o respeito e o carinho de todos os agricultores do Brasil também. Foi um excepcional Ministro, um excepcional homem público e de grande conhecimento como professor, como entusiasta dessa matéria.

Esse Programa ABC, como disse o Senador Moka, surgiu e é resultado de práticas que alguns agricultores e pecuaristas começaram a fazer há alguns anos atrás, buscando a melhoria do solo e evitando novos desmatamentos, na medida em que a pressão ambiental veio para a diminuição do desmatamento. Aliás, ontem, um *site* de Mato Grosso me pediu para comentar uma declaração feita pelo Papa, de que não poderia permitir desmatamento de floresta para plantar soja. Só que o Papa não estava falando sobre o Brasil ontem, estava falando sobre a Argentina, que, de fato, tem tido sua produção de soja aumentada, no Norte da Argentina, onde é permitido desmatar, diferentemente do Brasil, onde não há uma regra clara para isso. Então, vamos deixar claro que o Papa não reclamou dos agricultores brasileiros, reclamou dos próprios conterrâneos da Argentina. Aqui, nós temos um regramento bem diferente do que acontece na Argentina e nos outros países. Mas, enfim, o Programa ABC surgiu para isso, ele é resultado de práticas de observação de agricultores, depois encampado pela Embrapa e outros organismos, que visa exatamente isso, melhorar a produção da terra, aumentar a sua produtividade, vamos dizer assim. Tanto a agropecuária quanto a agricultura, as duas atividades juntas, produzem um efeito simbiótico excepcional. Então, espero que o ex-Ministro Roberto Rodrigues possa nos brindar hoje com uma bela palestra sobre esse assunto.

Aproveitando para fazer um debate, já que ainda não estamos com o Ministro, com respeito ao que o Senador Moka, sobre a possibilidade de vendas de terras para o estrangeiro, eu, particularmente, sou sempre favorável ao capital estrangeiro em obras rodoviárias, aeroportos, ferrovias, pontes, coisas que não têm como o empreendedor levar embora. A terra poderia ser classificada nesse quesito também, pois a terra não pode ser levada embora. Portanto, ela está sob o domínio do estrangeiro, mas ela permanece brasileira, ninguém vai levá-la para outro lugar. Eu apenas tenho uma inquietude a respeito desse assunto, o Senador Moka passou rapidamente por ele, que é a questão de terras disponíveis para a agricultura e para a produção de alimentos por estrangeiros, por grandes fundos de investimento. Não que eles já não façam no Brasil, eles não têm as terras, mas eles fazem muito hoje. Tem muitas empresas brasileiras sob o domínio de estrangeiros, as empresas são brasileiras, mas, no fundo, o controlador é um estrangeiro. Então, sempre há uma forma de você burlar esse tipo de situação. O que me preocupa na produção agrícola é que essas terras, nas mãos de estrangeiros, enquanto a soja, o milho, a agricultura, estiverem dando dinheiro, por aqui eles permanecem. No momento em que entrarmos numa grande dificuldade, eles não amanhecerão, eles fecharão a atividade, desligarão as máquinas e pararão a atividade. Nesse aspecto, eu fico muito intranquilo, e não quero aqui dizer que sou contra, mas tenho dificuldades em ser a favor neste momento, tenho dúvidas em relação a isso, porque a parada repentina da atividade agrícola no Brasil, nos Estados e nas cidades do interior do Mato Grosso e de todo o Brasil, é uma situação que pode quebrar os municípios, que já estão muito mal. Quer dizer, a parada da agricultura vai parar a economia dos municípios. Comparado a produtores brasileiros que aí estão, se estiver muito ruim, a gente vai continuar produzindo, a gente vai perder um pouco de dinheiro, mas tem prestação de máquina para pagar, tem os funcionários que trabalham com você, que vão se transformando numa família, tem todo um aspecto além do monetário, que faz com que o produtor rural ali permaneça. Ele, por vários e vários anos perdendo dinheiro, se endividando, permanece na terra. Quando começa a ganhar dinheiro ele continua, e vamos levando a vida pela frente. Então, o que me deixa intranquilo, nessa questão das terras para estrangeiros, é isso, a possibilidade, Senador Acir, de um dia uma empresa dessas, um grande fundo anotece e, como a gente fala na gíria, não amanhecer. As consequências serão bastante grandes para a agricultura, para a alimentação dos brasileiros e também dos estrangeiros que aqui comprem. É uma questão meio filosófica, que eu ainda não tenho bem definida, mas, como eu disse, não tenho medo do fato de ser estrangeiro. Não, porque aí está.

E aí aproveitar, Senadora, falei ontem na Comissão de Infraestrutura. Eu visitei essa semana as obras que estão sendo realizadas pela Rota do Oeste, que é uma concessionária da BR-163, que liga desde o Paraná passa por todo o Mato Grosso do Sul. É uma outra concessionária, quando entra em Mato Grosso, é uma concessionária da empresa Odebrecht e eles estão construindo uma duplicação de 800km de rodovia dentro do Estado de Mato Grosso.

E precisa ver as coisas como são bonitas, como as máquinas andam, como produz, como as coisas acontecem, e isso nos entusiasma cada vez mais a provocar o Governo, a incentivar os Parlamentares, os Deputados, os Senadores de que nós devemos seguir esse caminho da concessão dessas obras, dessas obras estruturantes, para que o Brasil possa, de fato, entrar em um momento melhor, ter uma infraestrutura melhor.

Não dá mais para a gente esperar o Governo. O Governo não tem recursos, não tem dinheiro e cada vez está mais apertado. E as rodovias que o Governo hoje está tentando fazer a grande maioria está parada. O que não está parado vai parar por falta de recurso. É evidente que passamos um momento de grande aperto.

Então, só para deixar registrado aqui também que essa questão de concessão é uma questão prioritária, fundamental e necessária para que o Brasil possa andar mais rapidamente no caminho que todos nós gostaríamos que fosse.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Cumprimento o Senador Blairo Maggi por essa avaliação.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pela ordem, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Claro, é o contraditório a respeito desse tema, que deve ser bem examinado. Senador Donizeti Nogueira.

Eu queria agradecer a presença já nesta reunião do Senador Moka, do Senador Donizeti, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Senador Flexa Ribeiro.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidenta, Srs. Senadores, nessa temática discutida pelo Senador Moka e pelo Senador Blairo, eu tendo a ficar com o Senador Blairo.

Anteriormente, eu tinha a ideia de que, para estrangeiros, eu não devia vender a terra, eu devia dar concessão e dentro de um projeto de ocupação e de utilização da área aprovado para exploração da área. Agora, isso não resolve o problema que o Senador Blairo colocou. Se resolve uma preocupação por um lado, não resolve por outro a preocupação que ele colocou.

Certo que vender a gente deve vender, vai ter que vender, mas a gente tem que regular isso bem no sentido de proteger. Não é nem a questão da propriedade, mas proteger a soberania e a continuidade da atividade sem colocar, em um curto espaço de tempo, em um choque, em uma situação em que, como bem retratou o Senador Blairo, possa gerar um problema para o País.

Mas o certo é que nós não podemos fugir desse debate. A gente precisa fazê-lo, discuti-lo e encontrar uma saída para poder ganhar sem criar restrições muito severas para espantar o investidor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Bom, a discussão de um tema desse, veja como ela é rica. O Senador Moka levantou o tema, o Senador Blairo apresentou as suas dúvidas e o Senador Donizeti vem com uma terceira via, que seria a concessão. E isso parece ser uma boa alternativa.

Agora, a concessão, me parece, só pode ser com terras da União porque a terra de um particular... A menos que se crie, na lei, uma forma de não haver a titulação da terra definitiva, mas a concessão por um determinado período, como é o arrendamento hoje. E, aí, também é uma coisa insegura para quem vai investir.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – O grande problema... Presidenta, me permita. O grande problema é que ficou muito restrito, ficou... Salvo melhor juízo, o maior limite é de 5 mil hectares.

Eu estou falando evidentemente só para tornar claro aqui. Na verdade, eu só quis prevenir o Senado de que o Roberto Rodrigues não vem para esse tema, vem para o tema ABC.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ABC.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas eu pretendo fazer uma provocação porque ele é um homem experiente, internacional, enfim. Mas algo me incomoda nessa história toda. Por exemplo, eu me lembro que, em uma audiência, e acho que foi aquele Pedro Parente que fez essa colocação, foi dito que existiu um *boeing*, com milhões e milhões de dólares, para aterrissar no Brasil, isso há uns três anos, para investimento e que havia essa resistência, e essa resistência é mais do tamanho mesmo. Três mil hectares para quem quer colocar uma planta, por exemplo, para uma usina de álcool e açúcar ou papel, celulose, eles não veem a garantia de ter o mínimo de floresta para rodar a planta deles.

E logo que cheguei aqui, até a pedido do Flexa Ribeiro, eu lembro bem, tinha uma empresa, era a Sococo, lá no seu Estado, e aquilo era uma lenda porque viviam criando problemas com aquilo, e hoje é uma baita de uma empresa, onde você não mora no litoral, todo mundo consome ou pelo menos uma grande parte dos brasileiros água de coco nas caixinhas da Sococo. E olha só, Presidente, que deu trabalho. Porque sempre veem pelo lado mais negativo. E está aí a empresa robusta, forte, gerando emprego e renda.

Eu estou falando só pelo momento. Acho que o Brasil, apesar de todo nosso esforço, e sou um daqueles que me somo àqueles que querem tirar o País dessa dificuldade, e acho que é essa é uma oportunidade para a gente voltar a rediscutir o tema. E eu concordo.

E, aí, Srª Presidente, depois de ouvirmos o Senador Flexa Ribeiro, eu, com a aquiescência do Plenário, gostaria de ouvir também o Valdir Colatto...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Evair.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – O Deputado Evair, eu não tive o privilégio de conviver...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Espírito Santo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... porque eu só fiquei 16 anos na Câmara e não deu tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É um cooperativista de fé.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Já nos conhecíamos, não?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Então, com alegria, passo a palavra – como é democrática esta Comissão, sem dúvida, Senador Moka, acolheremos, com apoio dos colegas Senadores, a sua sugestão – ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Primeiro, bom dia a todos, minha querida Senadora Ana Amélia, meus companheiros Senadores.

A matéria é controversa. Há opiniões de todos os tipos. Eu sou radicalmente contrário ao xenofobismo. Eu lembro que à época do Governo militar, havia no Pará um grande projeto do Ludovic. Àquela altura, um dos homens mais ricos do mundo. Ele resolveu implantar na Amazônia um grande projeto como à época da borracha, o Henry Ford também fez em Belterra, a Fordlândia, na época da borracha.

Agora, na década de 60, o Ludovic resolveu fazer esse investimento na Amazônia, lá no Pará. E eu lembro que ele adquiriu uma quantidade enorme de terras e trouxe, navegando, uma fábrica de celulose. A pressa dele era tão grande em colocar o empreendimento produzindo que ao invés de ele construir a indústria, ele veio navegando com ela, chegou a Monte Dourado, ele ancorou a barcaça e começou a produzir celulose.

Fez plantação de milhares de hectares de pinus, fez pesquisa, para ver qual, depois mudou o tipo de árvore para que tivesse um crescimento mais rápido e, em determinado ponto, ele plantou arroz também, ele ia fazer um megaempreendimento. Ele precisava de energia e a energia termoeleétrica era muito cara. Então, ele resolveu construir uma hidrelétrica de 100MW para atender o projeto, e o Governo brasileiro negou a permissão para ele construir a hidrelétrica. Sem sentido. O que é que ele ia fazer com a hidrelétrica? Levar para os Estados Unidos? Não tem sentido um negócio desse. E ele ficou tão chateado que ele abandonou o projeto, tinham bilhões de dólares investidos lá. Simplesmente, ele abandonou, foi embora. O que ele investiu, que ficasse aí. Agora, recentemente, está sendo concluída a hidrelétrica que ele queria fazer, de 100MW, o quê? Quarenta anos depois.

Esse projeto, Senadora Ana Amélia, foi depois entregue a um grupo brasileiro por R\$1 – por R\$1 – e até hoje ele enfrenta as dificuldades, mas está gerando emprego, a fábrica parou, estão modernizando.

Então, eu acredito que, em todas as áreas, nós não devemos temer o capital estrangeiro. Ele tem que ser regulado e fiscalizado. Eu próprio fiz um projeto para permitir o capital estrangeiro na área da saúde, que não era permitido. O projeto não tramitava. De uma hora para outra, fui surpreendido por uma Medida Provisória, em que vinha, lá, a cópia do meu projeto, permitindo o capital estrangeiro na saúde.

Está tramitando agora um outro projeto meu que permite o capital estrangeiro na aviação. Às vezes, a gente quer se enganar. Por exemplo, a Azul. A Azul é capital brasileiro – é capital brasileiro. O majoritário da Azul é brasileiro, porque nasceu no Brasil, mas a vida dele e formação toda dele é nos Estados Unidos.

Então, qual é o problema de você ter o capital estrangeiro vindo para cá, para investir? Eu acho que a gente deve liberar, o Governo Federal tem que regular e tem que fiscalizar, para evitar os excessos, mas não proibir a vinda para produzir aqui no Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço. É uma boa história para revelar os aspectos reais da situação.

Antes de passar a palavra aos nossos Deputados que nos dão o prazer da visita, eu queria informar aos colegas Senadores que, na semana passada, a Comissão recebeu aqui a visita do representante do Governo da Nova Zelândia para Assuntos de Comércio em Agricultura, Sr. Mike Petersen, que informou que a Nova Zelândia é uma nação com 4,6 milhões de habitantes – 4,6 milhões de habitantes –, dos quais grande parte trabalha no setor agropecuário, desses 4,6 milhões, toda a população da Nova Zelândia.

Hoje, o país exporta 95% da sua produção de leite. Mais de 70% dos seus US\$12,5 bilhões de exportação provêm dos lácteos, da lã, da madeira, carnes e peles. Seus principais parceiros comerciais são os Estados Unidos, a China, a Austrália, Japão e países da União Europeia. A Nova Zelândia é um exemplo de como desenvolver agropecuária de sucesso sem praticamente nenhum subsídio do governo.

Segundo o Sr. Mike Petersen, até 1985, existiam vários tipos de subsídios à produção e exportação para os agricultores e a retirada dos subsídios significou um aumento significativo da competitividade da Nova Zelândia. E nós mostramos também, através de dois Consultores do Senado Federal, o Henrique Sales e o Eduardo de Souza, toda a participação, aliás, os nossos Consultores estão sempre aqui, conosco, ali, presentes, e eu agradeço. Os dois Consultores Legislativos, o Fernando Lagares e o Marcos Peixoto, fizeram uma exposição sobre o Brasil e ele ficou bastante impressionado, e ele quer, claro, ampliar a relação com o nosso...

Falei da semana passada. A reunião aconteceu segunda-feira, dia 10, aqui na Comissão de Agricultura. Agradeço o Sr. Marcelo e queria saudar agora, em nome dos colegas Senadores, o Sr. Roberto Rodrigues. Temos a presença de dois Deputados, o Deputado Valdir Colatto, do PMDB de Santa Catarina, e o Deputado Evair, que é lá do Espírito Santo, do Partido Verde. Então, nós estamos dando as boas vindas. O senhor está aqui com um requerimento do Senador Waldemir Moka, que já no início da sessão de hoje explicou as razões do convite para o senhor. Nós ficamos muito honrados com a sua presença aqui.

O senhor tem a palavra.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Já, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Já. Aqui é assim. Os meus colegas Senadores, especialmente dois, Blairo Maggi e Waldemir Moka, dizem que eu continuo sendo uma moderadora de debates da área da comunicação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – O termo, na verdade, é “âncora”.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É melhor! Âncora. (Risos.)

Aqui a gente tem um clima... Quero lhe dizer que estou muito orgulhosa desta minha Comissão. Na semana passada...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – E nós, muito mais da nossa Presidência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Na semana passada, na quinta-feira, 8h da manhã, os Senadores estavam aqui e nós votamos matérias terminativas para as quais é necessário um quórum de dez Senadores para votar. Todos estavam. Não há nenhuma matéria na pauta, guardada na gaveta, nesta Comissão, graças ao apoio deles. É assim que eu apresento ao senhor esta Comissão, para o senhor usar a palavra agora.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Eu trouxe um *pen drive* para a apresentação. Posso? (Pausa.)

Senadora, Srs. Senadores, Srs. Deputados, em primeiro lugar muito obrigado pela oportunidade que me é concedida por esta Comissão, da qual também o setor rural se orgulha, Senador Moka, muito, pela sua consistência, pela sua permanente atuação em defesa do setor, que tem sustentado a economia e a própria sociedade brasileira de maneira geral, e se orgulha muito também da presença da Presidente, que eu sempre tratei de “Ana Garibaldi da agricultura brasileira”, sempre nos defendendo. É uma honra muito grande estar aqui com os senhores e com a senhora nesta oportunidade.

O que me traz aqui é uma discussão sobre o Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono). Eu tenho uma pequena apresentação que vai tratar dos antecedentes do plano. O Plano ABC, como todos sabem, foi criado em 2009 como consequência de um compromisso assumido pelo Brasil na reunião de Copenhague em relação às mudanças climáticas, de mitigar as emissões de gases de efeito estufa, notadamente do CO₂. O Brasil assumiu uma posição voluntária para reduzir as emissões. Isso deu origem, então, à criação de uma política nacional sobre mudanças climáticas, na Lei nº 12.137, de 2009; e, fruto dessa lei, surgiu, então, por autoria do Ministério da Agricultura, com apoio forte da base parlamentar ligada à agricultura, um Plano ABC, que é um plano de Agricultura de Baixo Carbono, cujo nome verdadeiro é Plano Setorial de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas visando à Consolidação de uma Economia de Baixo Carbono. Mas o apelido é ABC, e o que ficou é o apelido, até hoje.

Qual é o problema? Anunciado o plano, em 2009, automaticamente surgiram programas voltados ao ABC. São seis programas específicos: o primeiro é o plantio direto da palha; o segundo é a recuperação de áreas degradadas; o terceiro é a integração da lavoura e da pecuária à floresta; o quarto é a fixação biológica de hidrogênio; o quinto é recuperar florestas plantadas; e o sexto é tratamento de resíduos animais. Cada um desses planos tem uma condição específica de redução das emissões. O problema é que o plano foi criado e não foi anunciado, não foi publicado. Então, existiu um plano que não foi publicado, em 2009. E os programas surgiram sem uma orientação ampla das ações a serem desenvolvidas. Acho que agora estamos avançando. Até aqui já falei.

Então, o que o Brasil assumiu de compromisso na COP 15, lá em Copenhague, era reduzir as emissões em quatro temas: no uso da terra, a questão central era reduzir o desmatamento; na agropecuária; na energia e na siderurgia. Desses quatro temas, o único que avançou de fato aqui no Brasil, com ações concretas, foi o segundo, o da agropecuária. E a definição em relação à redução das emissões na agropecuária foi feita com base na agricultura ABC, no plano ABC. Então, o plano ABC surgiu com o objetivo de reduzir as emissões de CO₂ equivalentes em milhões de toneladas. A ideia era que, mantido o ritmo que havia em 2009, chegaríamos, em 2020, com um volume de emissões insustentável para sanidade humana no Planeta. Então, a ideia era reduzir as emissões de tal forma que chegássemos, até 2020, na agropecuária, como redução entre 133 e 166 milhões de toneladas equivalentes de CO₂. Esse era o objetivo do plano ABC.

O próximo, por favor. Como eu tinha dito, até 2009, como o plano foi criado, mas não foi publicado, um ano e meio depois, o Ministério da Agricultura criou no plano de safra os programas ABC aos quais me referi.

O próximo, por favor. São estes seis programas que aí estão. O plano tinha o objetivo de reduzir em 16 a 20 milhões de toneladas de CO₂, recuperação de áreas degradadas reduzir em até 104 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes, integração da pecuária, 18 a 22 milhões. Biológica, 10 milhões, florestas plantadas até nove milhões de hectares serão produzidos e os resíduos animais, sobretudo no Sul do País, onde há um esforço muito grande no Estado de Santa Catarina e muito positivo, onde também haveria uma forte redução da ordem de sete milhões de toneladas de CO₂.

Só o programa ABC teria condições de resolver praticamente sozinho a demanda que a agricultura havia assumido na reunião de Copenhagen naquele importante evento de 2009.

Reitero, foi uma decisão voluntária do Governo brasileiro. Ninguém pediu e ninguém impôs nada, nós é quem tomamos a decisão de fazer isso de forma bastante articulada.

Vamos ao próximo, por favor. Integração agropecuária, os senhores todos conhece, tem sido hoje trabalhado com muita eficiência em várias regiões do País, este slide o que é isto, terras em que não chove durante uma parte do ano, sobretudo no Nordeste e em uma parte do Centro-Oeste do País, em que não dá para fazer duas safras de grãos, estamos fazendo duas safras, uma de grãos e uma de carne. Produz-se o grão na época normal de verão e quando está terminando o ciclo do grão, seja soja, milho, algodão, qualquer que seja ele, semeia-se o capim, quando o grão é colhido, o capim já está formado e a pastagem também. Então, colhemos duas rendas por ano, grãos e carne, com um sucesso extraordinário e está levando uma importante redução na demanda por desmatamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Estas fotos são da onde?

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Estas fotos são de Goiás, de um lugar chamado Ipameri.

Isso é um plano lançado quando eu estava ainda no Ministério da Agricultura, com apoio dos Parlamentares da Base. O Senador Moka, na época, era Deputado Federal. Era uma suscitação importante o nosso trabalho lá.

Lançamos, naquele tempo, esse programa de integração da pecuária, e a Embrapa evoluiu para fazer a integração da agropecuária na floresta também. Numa área, em distâncias que dependam do tipo de solo, das condições de clima, podem-se plantar linhas de árvores. Então, você tem o sombreamento, tem a floresta e tem ainda a agricultura e a pecuária.

Esse é um tema sobre o qual eu, pessoalmente, tenho ainda algumas dúvidas se vale a pena. E uma coisa, Senador Moka, para pensarmos é se essa área florestada não poderia ser considerada como parte da reserva legal, porque você ganha uma dimensão adicional na questão do Código Florestal. Não está tratado, como tal, no Código Florestal, mas pode ser uma ideia a ser trabalhada pela frente. Então, isso é uma coisa extraordinária, com resultados espetaculares.

Próximo, por favor.

De novo está aí a integração da pecuária.

Próximo.

O outro esquema é plantio direto, que já é uma tecnologia conhecida no Brasil. O Brasil é hoje o segundo maior país do mundo em área, em extensão de plantio direto, com extraordinários resultados.

Próximo, por favor.

Recuperação de pastagem é o terceiro plano. Está avançando positivamente, sobretudo no Centro-Oeste, hoje está em Mato Grosso do Sul, particularmente, e em Goiás e Tocantins, mas há um grande esforço na recuperação de pastagens degradadas, inclusive através da integração da agropecuária.

Próximo, por favor.

Dado o fato de que o plano não existia, mas havia uma série de programas funcionando não adequadamente, porque os recursos eram disponibilizados, inclusive no plano de safra, e não eram utilizados, nós na Getúlio Vargas...

Próximo, por favor.

Na Getúlio Vargas, começamos a discutir muito, Senadora, o que vai acontecer neste ano, no final do ano, em Paris, que é a COP 21. Eu acho que a questão do ABC poderia ser um extraordinário trunfo brasileiro para levar à COP 21, em Paris, como um processo efetivo de redução das emissões e tenho a crença de que, se nós conseguíssemos implantar integralmente os objetivos dos programas ABC, só isso resolveria a demanda colocada pelo País em termos de redução na área da agricultura.

Então, começamos a questionar por que não havia a aplicação do recurso. E, para responder a essas questões, nós nos associamos a uma instituição chamada Aliança pelo Clima e Uso da Terra, que é uma instituição cuja sede está na Inglaterra, mas que conta com recursos de quatro fundações: Ford, Moore, Packard e Climate Works. E montamos o Observatório do ABC, na Getúlio Vargas, procurando entender as razões pelas quais não

havia um avanço tão significativo como deveria haver na aplicação dos recursos do Plano ABC. Isso foi feito em conjunto com Centro de Sustentabilidade da Getúlio Vargas, que também é uma equipe voltada a essa área.

Colocado em ação o observatório, a primeira coisa que nós quisemos fazer... Isso foi feito em 2012, só foi instalado em 2012, três anos depois, portanto, do compromisso brasileiro em Copenhague e foi instalado porque a coisa não avançava. A primeira coisa que nós conseguimos fazer foi publicar o plano. Então, o plano virou um plano oficial. Não era. Embora tenha sido criado em 2009, nunca tinha sido publicado, Então, foi publicado em... Como as coisas acontecem, nós nos perdemos um pouco nos escaninhos da democracia.

E aí começamos a observar que havia algumas razões pelas quais as coisas não funcionavam. E as razões eram: primeiro, ninguém conhecia o plano. Os produtores rurais não sabiam o que era o plano. Senador, não havia informação adequada. Embora houvesse o plano, houvesse recurso do plano de safra, os produtores não sabiam bem o que era aquilo. Então, não havia adequada adesão ao plano.

A senhora pode observar inclusive ali, olha. Nos primeiros anos – 2010/2011 –, os recursos disponibilizados foram dois bilhões, só 400 milhões foram utilizados; 2012, de três e meio, um e seiscentos; 2013, já com o Observatório funcionando, nós começamos a ampliar a liberação dos recursos – o Governo começou a liberar –, graças a uma integração muito grande, com Observatório, do BNDES, que é o grande repassador de recursos. Quem financia, em geral, é o Banco do Brasil, mas o BNDES é o grande repassador. E as coisas não andavam porque a burocracia no BNDES era uma coisa impressionante. Depois o BNDES, Senador Moka, passou a participar das nossas reuniões em São Paulo, do Plano ABC, junto com o Ministério da Agricultura – o Secretário Clóvis passou a ir a todas as reuniões com gente. O Banco do Brasil também, o nosso amigo vice-presidente de Agronegócios do Banco do Brasil nos enviava, permanentemente, representantes – ele mesmo esteve em algumas conversas com a gente. E as coisas começaram a andar, mas faltava informação. O Ministério da Agricultura treinou funcionários e as coisas começaram a andar mais positivamente.

Hoje o Observatório tem uma a uma série de trabalhos – eu trouxe aqui, Senadora, exemplares dos trabalhos todos que foram feitos em vários eventos e reuniões que nós organizamos, publicamos vários documentos sobre a Agricultura de Baixo Carbono. Esses documentos foram ganhando disseminação, foram avançando com a ação, sobretudo, do Ministério da Agricultura, mas com uma grande participação do BNDES e do Banco do Brasil. E o Observatório acabou se transformando em uma referência nacional. O Ministério Público, o Ministério da Agricultura, o MDA, o BNDES, o Banco do Brasil, ONGs, a Embrapa, todos se aproximaram do Observatório e as coisas começaram a avançar de maneira muito positiva. Aí estão exemplos dos eventos que nós estivemos, dando, portanto, à luz oito relatórios – que são esses que eu trouxe aqui para a Comissão, para ficarem aqui arquivados, estão aqui todos eles com suas capas referidas – e as coisas avançaram.

A informação passou a ser muito mais disseminada. Fizemos uma cartilha que levamos ao Ministério da Agricultura, que tocou para frente o processo. Fizemos *Workshops* em Brasília, em Belém do Pará, em São Paulo, treinando gente, preparando gente, sempre com o apoio muito importante da Secretaria da Agricultura dos Estados, que se somaram a esse processo todo, sistematizando as informações, dando acesso às informações e permitindo que as coisas avançassem da melhor maneira possível. E hoje o Observatório conseguiu, realmente, motivar fortemente os órgãos de governo que estão empenhados no processo do Plano ABC.

Acontece uma questão central: como o Plano foi publicado em 2013 – embora tenha sido lançado, anunciado em 2009, mas só publicado em 2013 –, a cada dois anos tem que ser revisado, por lei. Então este ano tem que ser revisado. E a revisão do Plano é muito oportuna neste momento, tendo em vista a COP21 em dezembro, em Paris. Então nós preparamos no Observatório um conjunto de documentos, ou melhor, um documento com um conjunto de propostas que é um plano de renovação, de revisão da ABC. Esse plano – do qual eu tenho aqui vários exemplares para que os Senadores possam conhecê-lo – foi entregue a seis Ministros de Estado. Mas esse Plano, essa proposta de revisão, foi feito com consulta pública. E a senhora pode ver, Senadora, que são signatários do Plano quase todas as principais entidades da representação do órgão brasileiro do agronegócio brasileiro: Abag, CNA, OCB, Rural Brasileira, Imaflora, algumas ONGs – como a TNC, a única instituição que representa o Sistema... a Fiesp, que tem o Deagro.

Então, vinte e uma instituições de peso são signatárias desse documento que foi entregue, portanto, a seis Ministros de Estado. Entregamos ao Ministro da Agricultura, Ministério este que é o responsável pela implementação do plano, ao MDA, que é corresponsável, mas que havia deixado esse programa meio de lado, considerando que era um problema de interesse maior dos grandes produtores, quando, na verdade, é um programa também de pequenos e médios produtores.

Então, estive pessoalmente com a Ministra Kátia Abreu, com o Ministro Patrus Ananias, ambos com suas equipes, integralmente participando do processo e assumindo compromisso dessa questão da revisão do plano. Estive com a Ministra do Meio Ambiente, que, tendo marcado audiência comigo, convidou para participar da audiência o Ministro de Minas e Energia e a assessora especial do Ministro Levy para assuntos ambientais.

Fizemos uma grande reunião com esse grupo todo e com as equipes dos três Ministérios. Estive também com o Ministro Mangabeira Unger e com a Ministra interina da Ciência e Tecnologia, porque o Ministro Aldo Rebelo estava em visita à Rússia, quando estive com ele. Num dia, visitei seis Ministérios, e todos eles ficaram francamente encantados com a ideia e se dispuseram a trabalhar.

Tanto é verdade, que a equipe técnica do Ministério da Agricultura está desenvolvendo esforços na direção do ajuste que tem de ser feito no Plano ABC, para que tenhamos uma condição mais efetiva de participar da COP21.

Aí, tomei a liberdade, Senadora, de vir ao Senado pedir à Comissão de Agricultura que também olhassem os documentos. Tive a felicidade de encontrar o Senador Moka, aqui fora, numa reunião, que me disse que pediria para eu vir conversar sobre esse nesta Comissão. É por isso que estou aqui. Também entreguei ao Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, Deputado Marcos Montes, que vai oportunamente realizar uma conversa na Frente Parlamentar sobre o mesmo tema.

Então, estamos agora empenhados, Senadora, nessa revisão do Plano, porque quero reiterar aqui. Não tenho a menor de que, se o Brasil levasse esse tema, com a revisão já feita, para a COP21, em Paris, em dezembro, seria o primeiro e único País do mundo a apresentar um documento consistente, e com ações práticas e não românticas, porque já está funcionando, na direção da mitigação das emissões de gás do efeito estufa.

O que esse documento tem, Senadora? A questão do crédito, sugerindo uma série de ações para a mudança do mesmo, inclusive desburocratização. Conheço um fazendeiro de Rondônia, muito meu amigo, que procurou fazer um investimento lá, mas, na sua pessoa jurídica, estava escrito lá: “Há produção pecuária”. E o BNDES não aceitou, porque deveria ser “agropecuária”.

Então, foi necessário que se fizesse toda uma revisão, registrar de novo no Cartório de Notas o objetivo da propriedade. Isso atrasou seis meses do processo, perdendo-se um ano de safra.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O Senador de Rondônia está aqui, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Pois é. Por isso, estou falando com ele. Conheço o Senador há muito tempo e vou a Rondônia na segunda quinzena de agosto, no dia 19 ou 20, ter uma conversa lá, com relação a crédito. Estarei lá com alegria.

Bem, depois o tema da divulgação e capacitação de técnicos. Essa questão da governança, que depende fundamentalmente do Ministério da Agricultura e não pode prescindir da atuação do MDA, ambos os Ministérios estão empenhados nisso, e as questões seguintes: monitoramento e transparência.

Monitoramento é o grande problema, porque, hoje, já existem centenas de produtores, utilizando recursos do Plano ABC nas suas propriedades.

Mas não existe ou não existia, até a nossa vinda a Brasília, nenhuma informação sobre onde estava essa fazenda. O que nós precisávamos fazer? Nós precisamos ir lá e ver o que foi feito e medir com clareza, com um monitoramento muito claro, quanto deixou de ser emitido. O que a transformação da agricultura e da pecuária, da integração da pecuária, ou do reflorestamento, ou da recuperação de pastagens degradadas permitiram de sequestro de carbono, e, portanto, redução das emissões. E sem a latitude e longitude da produção, nunca saberia jamais disso. Você tinha só o resultado do dinheiro que foi aplicado, da atividade que foi feita, mas onde foi feito nós não sabíamos, e os bancos não queriam dar essa informação. Tem lá suas razões, as razões óbvias de questões de financiamento, tem toda essa questão da transparência, mas sem ser a informação de onde foi aplicado o dinheiro e no que foi aplicado o dinheiro, você poderia perder todo o efeito do trabalho. Como resultado da nossa viagem aqui desse entendimento, na semana seguinte, os bancos decidiram informar onde está sendo aplicado o recurso. Então, agora a Embrapa, o Ministério da Agricultura e lá nós do Observatório temos condições de medir, pelo menos por amostragem, se não for possível ir a todas as fazendas, mas pelo menos uma amostragem por região, aquilo que, de fato, aconteceu para, aí sim, levar à COP 21 o resultado concreto da atividade desenvolvida.

E a transparência, se não houver transparência das informações, a gente fica sempre achando que o cara pegou dinheiro para comprar apartamento em Salvador e não para aplicar na atividade. Então, é preciso ter transparência nas informações. E agora está resolvido, com franca participação do Vice-Presidente, Osmar Dias, que tem sido um colaborador extraordinário nisso e do Ministério da Agricultura, em que a Senadora Kátia Abreu também tem-se dedicado bastante e esse trabalho.

De modo que as coisas estão avançando nessa direção. E a minha visão é de que como não se conversa entre os Ministérios, os ministros conversam, mas como as equipes técnicas, que são quem resolvem, não estavam conversando, as coisas estavam demorando para acontecer. Mas agora está tudo andando, o Ministério da Agricultura está fazendo a parte dele, o Ministério do Meio Ambiente, a Ministra Izabella tem comentado em

eventos nacionais e internacionais que o Observatório ABC deu um empurrão no processo para que as coisas avançassem da melhor maneira possível.

Então, estamos hoje muito convencidos de que o Observatório cumpriu o seu papel e continuará cumprindo, estamos agora renovando o convênio com a CLUA por mais dois anos, mas a minha missão aqui, Senadora, Srs. Senadores, era trazer aos senhores essa informação e um pedido. Esse evento de dezembro, em Paris, é um evento crucial para a história contemporânea. Nós não evoluímos nada na energia, não evoluímos nada na siderurgia, a única coisa que avançou foi a agricultura. Então, mais uma vez a agricultura está à frente dos processos. Claro que o desmatamento também diminuiu, há um controle maior, tem-se altos e baixos, mas está melhorando, mas o resultado positivo é o do Plano ABC. E se nós conseguíssemos, até 2020, atingir as metas do Plano ABC, nós contribuiríamos mais do que os demais setores juntos, e só o Plano ABC poderia resolver a questão da redução das emissões em todo o Brasil, nesse cenário que nós estamos desenhando.

Então, várias entidades, lideradas pela Abag, estão trabalhando hoje com planos e propostas para levar a Paris, em dezembro, porque, além do encontro entre governos, que será o grande encontro, o setor privado tem eventos paralelos, nos quais mostrará o que tem sido feito. E o Brasil, sem dúvida, vai ser a grande estrela na atividade agrícola nesse assunto.

Já somos hoje reconhecidos, respeitados e muito bem considerados pela atividade produtiva sustentável que desenvolvemos. Os números falam por si. Nos últimos 25 anos, a área de grãos cresceu 50% no Brasil, e a produção de grãos cresceu 240%.

A tecnologia é sustentável, avançamos de maneira muito consistente, e o mundo respeita isso. Agora, quando apresentarmos esse programa então, nós ganharemos um adicional de respeitabilidade.

Por outro lado, alguns governos que até muito recentemente eram refratários à questão das mudanças climáticas, como o governo americano, passaram a mudar de posição e estão assumindo uma postura ainda...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ... tímida.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – ... E teórica...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Retórica.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – ... apenas de boa vontade, mas nós já temos coisas para mostrar. Então, o Governo brasileiro tem o que mostrar de verdade.

Eu, enfaticamente, sugiro, Senadora, que o Senado, sobretudo pelo comando desta Comissão, empodere-se de todas as informações que já estão disponíveis hoje nos órgãos de classe, liderados pela Abag, OCB e CNA, para que tenhamos todos uma posição muito clara do esforço que a gente está desenvolvendo.

Era isso o que eu tinha a apresentar.

Mais uma vez, muito obrigado, coloco-me à disposição para questões, se for o caso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Ministro Roberto Rodrigues. Parabéns pela clareza dessa exposição!

Antes de passar a palavra aos Senadores pela ordem de chegada e também pela preferência do requerente, quero dizer que o senhor, na sua exposição, falou de duas coisas, é uma observação apenas: sobre a burocracia do BNDES, que foi mitigada: essa é uma praga que não há nenhum defensivo que consiga mitigar.

O SR. ROBERTO RODRIGUES (*Fora do microfone.*) – Não conseguimos mitigar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Bom, o senhor falou, mas ela está espalhada em outras lavouras do setor público.

E outra questão que o senhor levantou aqui é que o senhor entende que a possibilidade de usar o plantio de florestas, digamos, a silvicultura, para considerar como área de reserva legal. Eu achei interessante essa colocação de V. Exª, mas esse plantio é um plantio permanente ou é um plantio de manejo para abate e corte dessas árvores, quer dizer, para ter a consideração de reserva legal? Essa é uma dúvida que suscito.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – É para abate, é para corte, para exploração madeireira. Mas a reserva legal hoje permite o manejo sustentável; então, é possível. Claro, é um tema que tem que ser tecnicamente avaliado, mas entraria como reserva legal a ser explorada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu passo, então, a palavra, pela ordem, ao Senador Waldemir Moka, depois Senador Donizeti, Senador Blairo, Senador Acir, Senador Flexa e Senador Wellington Fagundes.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Srª Presidente, eu queria muito agradecer a presença do ex-Ministro Roberto Rodrigues aqui na nossa Comissão.

Eu tive a felicidade de presidir a Comissão de Agricultura lá na Câmara dos Deputados na época em que o Ministro Roberto também ocupou o Ministério da Agricultura. Então, foi uma parceria muito feliz na época, porque nós pudemos avançar em inúmeras questões na agricultura.

E sem querer desmerecer, absolutamente, nós temos na agricultura vários que já contribuíram, senão a agricultura não seria a potência que é, desde o nosso ex-Ministro Paulinelli, que foi um baluarte também, mas eu considero que o Ministro Roberto Rodrigues, em termos de conhecimento, de experiência tanto no País quanto internacional, deu uma grande contribuição. Tenho o maior respeito por ele, aprendi muito; aprendi e aprendi muito com o Ministro Roberto Rodrigues durante essa parceria.

E o Plano ABC, ele disse bem, lá no meu Estado, por exemplo, o pessoal levou algum tempo para acessar o financiamento, até por falta de informação. E eu dizia, Ministro, que nós temos, só no Mato Grosso do Sul, qualquer coisa em torno de oito milhões de hectares de terras degradadas, pastagens degradadas, e que é o principal objetivo desse Plano. Quer dizer, através do financiamento de crédito, você recupera essas terras, sem precisar desmatar.

Imagine o que é incorporar oito milhões de hectares, que hoje é uma cabeça por hectare, em função da área já bastante degradada, e conseguir, desde o novo conceito hoje, que é agricultura, floresta e pecuária, sem dúvida nenhuma, o melhor sistema, poder avançar. A ideia de levar o documento para esse encontro internacional me parece fantástica. Se chegar com uma grande delegação: “Olha, no Brasil, nós já fazemos isso”, mostrando os números, com todo esse pessoal envolvido, entidades de classe, apoio do Governo, acho que merecia até, por parte da nossa Comissão, que a Presidente fosse, acompanhada de sua assessoria, no sentido de reforçar a apresentação do documentos e dar apoio do Congresso Nacional, sobretudo, do Senado – tenho a certeza de que a Câmara, estão aqui o Colatto e o Evair, poderiam também designar dois ou três Parlamentares para a gente fazer presença, no sentido de apoiar, força política. Quer dizer, o Congresso apoia fortemente isso, no sentido de ideia de contribuição, no sentido de fazer avançar.

Mas, depois que responder, não combinei isso com o Roberto, para ser sincero, acho que conversei muito pouco sobre isso, mas eu disse que faria uma provocação a V. Ex^a. Eu queria também ouvir a opinião do Ministro a respeito de venda de terra para estrangeiros, que é um assunto que, sobretudo num momento difícil... Não, depois de esgotar o tema para o qual o Ministro foi chamado. Tive o cuidado, enquanto esperava, de dizer e pedir licença para os colegas, para que eu pudesse fazer essa provocação. Não é uma provocação, eu queria saber realmente o que pensa o Ministro a respeito disso.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Consulto o plenário se vamos fazer pergunta e resposta ou um bloco dos Senadores, para dar agilidade. Todos os Senadores vão fazer perguntas, então, também consulto o requerente, porque ele tem preferência nesta audiência.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu havia pedido também que a gente pudesse abrir a palavra, democraticamente, aos Deputados.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Sim, faremos isso. Por isso, agora passo a palavra...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, pela ordem, por favor.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Só para justificar, tenho um compromisso fora agora, às 10 horas, e, como sou bastante pontual, gosto de sair 20 minutos antes. Então, antes de sair, eu gostaria de cumprimentar o nosso querido e eterno Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, dizer da importância que V. Ex^a tem no mundo do agronegócio, da agricultura, da pecuária, sempre em atividade no Governo ou em atividade privada, ou dando aula, ou dando palestra, como agricultor, V. Ex^a tem sido sempre uma pessoa ouvida e respeitada. Quero aqui deixar registrado o respeito que temos por V. Ex^a e pela história que V. Ex^a construiu dentro desse negócio. Além de reconhecer, agradecer do fundo do meu coração, do fundo de todos os corações de todos os agricultores brasileiros, tudo que Roberto Rodrigues fez em prol da agricultura, da pecuária, do agronegócio brasileiro.

Muito obrigado, Ministro.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – A Comissão endossa e subscreve a manifestação do Senador Blairo Maggi.

Passo a palavra ao Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Ministro Roberto Rodrigues, o senhor foi o segundo Ministro com quem conversei na vida. Quando o senhor veio para o governo Lula, fui ao Ministério discutir com o senhor a questão da Superintendência, que, à época, era Delegacia da Agricultura do meu Estado, o Estado do Tocantins.

Nós, nesta Comissão, hoje, recebemos uma contribuição muito grande com a sua vinda aqui.

Este tem sido um tema também recorrente nesta Comissão. Fizemos um audiência pública, que é um ciclo de palestras feito pela Comissão, em que viajamos aos Estados e, lá no Tocantins, discutimos a agricultura

de baixo carbono e piscicultura. E foi muito participativo. A Senadora Ana Amélia esteve lá presidindo a audiência. Estivemos lá com o Senador Dário Berger, enfim, foi um grande debate.

E eu também estou acompanhando o que a Embrapa está fazendo lá no Estado. A Embrapa, creio, tem aproximadamente 20 unidades técnicas de referência do Plano ABC, que é algo extraordinário que está acontecendo.

Como eu venho do meio agrícola desde menino, fui ao norte do Estado de Goiás, ao Tocantins, para a abertura da fronteira agrícola no Cerrado, eu vinha com uma preocupação muito grande no último período sobre essa questão das terras degradadas, da baixa produtividade. E ouvia falar em Plano ABC, mas nunca tinha me atido a discutir e a estudar.

Mas estou muito surpreso com a capacidade que nós estamos tendo de resolver essa questão e de uma forma muito produtiva. Fui ao Município de Almas, em um dia de campo, numa unidade técnica de referência da Embrapa e da Ruraltins, e pude perceber que aquele proprietário lá estava tornando uma área totalmente degradada e alta produtividade. Essa integração lavoura-pecuária-floresta que ele fez lá, fez com que ele quintuplicasse a receita na área. Interessante que lá, além do gado, ele está produzindo feno. São pacotes de feno, um negócio extraordinário. E só aquilo já cobria o seu custo investido.

Então, eu acho que o caminho para nós é esse. O nosso Estado que tinha, até há pouco tempo, cinco milhões de hectares de áreas degradadas ou de baixa produtividade, nos últimos anos deu uma mudada, porque a gente retomou a questão da soja, está entrando muito a questão da floresta, então é extraordinário esse momento que estamos vivendo. Eu não tenho dúvida de que o senhor está certo. Em Paris, isso vai ser um *show* que o Brasil vai dar nesta situação.

Amanhã, também, a gente tem uma audiência, dentro desse ciclo de palestras, com o Governo e outros setores, ONGs, que participaram da elaboração do Planaveg, que é esse meio pelo qual o Governo quer ajudar a resolver o passivo dos cerca de doze milhões de hectares do Código Florestal.

Então, amanhã, à tarde, às 14 horas, estaremos aqui também debatendo temática similar sobre essa questão do aproveitamento da terra para colocar lá a serviço da humanidade sem, contudo, colocar em risco a sobrevivência do Planeta.

Meus parabéns pela sua exposição. Estou muito satisfeito de estar aqui nesta manhã.

Assim como o Senador Blairo Maggi, vou ter que sair daqui a pouco porque participo de uma CPI, tenho que trabalhar lá também.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador Donizeti, pela colaboração.

Senador Acir Gurgacz, nosso Vice-Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Quero cumprimentar o nosso Ministro Roberto Rodrigues, que, por diversas vezes, tem atendido aos convites desta Comissão para nos ajudar, principalmente na questão do nosso Código Florestal. V. Exª deu uma contribuição muito grande para que a gente pudesse ajustar as coisas aqui no Senado para aprovarmos o Código Florestal brasileiro.

Aproveito para dizer que apoiamos integralmente a questão de transformar as áreas de projetos do ABC como reserva legal. Entendo que isso é muito importante. Até sugiro, Presidente, que esta Comissão possa pedir para a Consultoria fazer um projeto da Comissão, para que possamos fazer essa transformação. Entendo que isso é importantíssimo. Dizia-me aqui o Colatto que isso já é feito em outros países, principalmente nos Estados Unidos, onde toda a área de plantio já é considerada área de reserva. Então, podemos aproveitar esta oportunidade, a opinião do nosso Ministro, colher essa sugestão e transformar isso em projeto da Comissão. Então, fica aqui a nossa emenda.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu a acolho. Aqui, estão dois consultores legislativos, que já a anotaram. Solicitei ao Secretário Marcello Varella que adotasse as providências e que, o mais rapidamente possível, fizesse esse texto, que será assinado por todos os Senadores da Comissão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Está certo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço a bela iniciativa do Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem! Essa é uma iniciativa do nosso sempre Ministro Roberto Rodrigues.

Ministro, sabemos que esse Projeto ABC é da maior importância para o meio ambiente e também para a renda dos nossos agricultores, principalmente os das pequenas propriedades. Mas o fato é que nossos agricultores – falo um pouquinho da nossa Rondônia – não têm acesso ao projeto, não têm conhecimento para implantar o projeto como um todo nas suas propriedades. Eles não têm esse conhecimento.

A minha pergunta é a seguinte: nós temos um quadro qualificado no Brasil para dar esse atendimento aos nossos agricultores? Se não o temos, como fazer para que nossos agricultores tenham acesso a esses projetos?

De fato, as pessoas vivem no campo e não têm o conhecimento que deveriam ter, e é uma obrigação do Governo, é evidente, fazer com que chegue até o nosso agricultor o conhecimento necessário. Agora, precisamos de um corpo técnico para isso. Não sei se o temos. Essa é nossa única colocação.

Agradecemos, mais uma vez, sua presença aqui e sua contribuição para tudo que está acontecendo de bom no agronegócio brasileiro.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador Acir.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

Em seguida, falará o Senador Wellington.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senadora Ana Amélia e Srs. Senadores, cumprimento o nosso Ministro Roberto Rodrigues, que nos brinda hoje com sua presença nesta audiência.

V. Exª é uma referência no agronegócio.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Pela idade só, Senador. Pela antiguidade só.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não! Pela competência!

Represento no Senado o Estado do Pará. O Estado do Pará, tenho certeza absoluta, no futuro, em médio ou longo prazo, será um dos Estados mais importantes da Federação brasileira. Temos 24 milhões de hectares de áreas alteradas. O Governador Simão Jatene lançou o Programa Municípios Verdes, que começou em Paragominas.

Senadora Ana Amélia, Paragominas, há 20 anos, era conhecida como “Paragobala”, porque diziam que lá se matava um hoje e que já se deixava outro amarrado para amanhã, para não ter de correr atrás. Era um faroeste! Mas o ex-Deputado Sidney Rosa, do PSDB, durante cinco gestões de quatro anos – ele já está na sexta gestão –, transformou o Município em referência até nacional, criando esse programa que nasceu lá, o dos Municípios Verdes.

Então, há um pacto no Pará de que não há necessidade de se derrubar mais uma única árvore. Agora, precisamos utilizar, com tecnologia e com inteligência, as áreas já alteradas. Essas áreas alteradas representam mais ou menos 18% da extensão territorial do Pará, ou seja, estão dentro da proporção exigida pelo Ministério do Meio Ambiente 80% a 20%.

Só que estão espalhadas. Até há pouco tempo, antes do Código, havia, eu diria, um sentimento do Governo completamente diferenciado da realidade necessária. O Estado ia ser um tabuleiro de xadrez. A reserva legal era por propriedade. Então, uma área que já estava aberta, você tinha que reflorestar. Hoje, o Código já permite que você possa compensar essa área de reflorestamento numa reserva florestal, seja ela federal, estadual ou privada, dando renda para aqueles que não desmataram. Eles pensavam: “Fui burro, porque eu deveria ter derrubado quando eu vim para cá.” À época em que houve chamamento dos brasileiros sem terra para terras sem brasileiros, uma das condições do Incra para dar o título da terra, Senador Moka, era o corte raso, 50% da floresta. Se não cortasse 50% da floresta, o Incra não dava o título. Sem o título, o permissionário não tinha condições de ter financiamento. Depois, não. Não era mais 50%, era 80%, e tinha que recompor os 30%. “Mas ele cortou porque o governo mandou”.

V. Exª tem todos os aplausos e o nosso reconhecimento pelo trabalho que faz para que o Brasil se destaque no encontro que vai haver em Paris, em dezembro. Nós vamos colaborar, lá, no Pará.

O pecuarista já reconheceu que o reflorestamento é mais rentável que a pecuária. Então, eles estão utilizando áreas abertas de pecuária, até porque a relação de cabeça por hectare era de um animal por hectare. Isso não existe mais. A tecnologia hoje já produz 4, 5. Então, se já temos 24 milhões de hectares abertos, não vamos nem colocar 4, 5; vamos colocar 3 animais por hectare. Nós vamos precisar de apenas 8 milhões de hectares para ter o rebanho que nós temos. Os outros 16 milhões, nós podemos colocar no agronegócio, na produção de soja, que já avança no Pará, na produção de milho, ou seja, na cultura de grãos.

Nós temos dois problemas que não entendo. Eu gostaria de ouvir V. Exª, que foi Ministro da Agricultura. Quando, no governo Lula, foi solicitado à Embrapa que fizesse o zoneamento econômico ecológico da cana-de-açúcar, foi excluída a Amazônia. O Presidente Lula, Senadora Ana Amélia, não deu à Amazônia nem o direito de ser estudada no zoneamento. “Exclua a Amazônia, fica fora, não faz parte do Brasil”. E proibiram o plantio de cana na Amazônia. “Não proibimos. Pode plantar cana, só que não há financiamento”. Ou seja, se não há financiamento é porque está proibido. Não há como plantar.

Eu perguntaria, fora do tema, mas até como uma provocação que o Senador Moka me fez sobre a venda de terra para estrangeiros, qual a sua opinião sobre essa proibição de plantar cana na Amazônia? Eu tenho um

projeto que volta a permitir isso. Esse projeto roda aqui, há uns seis, sete anos. Estava pronto para o plenário. Fizemos uma emenda e voltou. Está circulando de novo nas comissões.

Eu não vejo nenhum motivo para você usar em terras alteradas. Não é em terra de floresta. Nós não queremos derrubar. Nas áreas alteradas, em que se pode plantar soja, pode plantar milho, por que não se pode plantar cana? É a pergunta que eu faria a V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador Flexa.

Até o retorno do Senador Wellington, passo a palavra para manifestações.

Eu gostaria de pedir o apoio dos Deputados para fazermos as indagações com a maior brevidade possível, porque há uma sessão especial de homenagem a Eduardo Cunha – aliás, a Eduardo Campos – no Senado Federal – esse nome está tão forte, Deputado Evair, que acabamos falando...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Exatamente, esse nome está batendo na cabeça de todo mundo, especialmente na da Presidente da República.

Eu passo a palavra ao Deputado Valdir Colatto para uma breve manifestação. Em seguida, para o Deputado Evair – atendendo a sugestão do Senador Moka.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB - SC) – Obrigado, Senadora. Parabéns: esta Comissão é madrugadora, leiteira, agricultora. Faz sentido a Comissão de Agricultura do Senado estar aqui. Às 8 horas da manhã fui convidado pelo Senador Moka. Ontem eu estava... Eu queria até testar para saber se realmente às 8 horas estariam aqui. Estão aqui os Senadores, por isso queria parabenizá-los.

Cumprimento o nosso sempre Ministro Roberto Rodrigues. Tive muita convivência com o Ministro, não só no Ministério como na questão das cooperativas.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Muito antes, Deputado.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB - SC) – Muito antes das cooperativas. Parabéns pelo seu trabalho. É sempre uma alegria vê-lo, mais uma vez agora, quando traz aqui esclarecimentos para o Senado Federal – isso é de uma importância muito grande.

Serei rápido, Presidente. Eu só queria colocar aqui uma questão sobre a qual o Ministro falou, a questão do ABC.

Claro que é um programa que está aí. Hoje vejo que a grande dificuldade é o desconhecimento dos funcionários e dos bancos para implementar esse projeto. Há dificuldade de ter crédito, porque, quando o banco desconhece, ele não quer adotar novos programas. Em Santa Catarina, ao menos, tenho informação de que não há recurso para o ABC. O pessoal está procurando, mas não há recurso.

Um dos programas do ABC é o plantio direto. E nós estamos convivendo hoje, Ministro, com um problema muito sério, que é o banimento do herbicida glifosato. Há todo um processo de propaganda antiglifosato, que é o herbicida que usamos para fazer o plantio direto. Sem ele, não há como fazer. Então, como é que vamos administrar essa questão para que possamos mostrar que realmente o plantio direto precisa ser feito? Caso contrário, teremos problemas muito sérios para trabalhar esse processo, que é uma prática ambiental que antes era condenada. Mas agora nós temos aí um problema sério: se deixarmos de usar – e a Anvisa está dizendo que vai tirar do mercado –, vamos ter muitos problemas.

Há outra questão que o Moka levantou aqui em relação à qual eu gostaria de saber a opinião do Ministro: é a questão das terras para estrangeiros. Lá na Câmara nós temos uma comissão especial que está tratando disso. O que é a função social da terra? Acho que esse é o grande problema, nós temos um problema de segurança jurídica aí.

É claro, como se falou aqui, que a terra não vai embora, vai ficar aqui. São 2,5 mil hectares, Moka, permitidos para o estrangeiro comprar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Dois mil e quinhentos?

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB - SC) – Dois mil e quinhentos é o máximo. Então, nós plantamos 7% do Brasil, plantio; 23%, pecuária; 60%, florestas; o restante, 10%, cidades etc., o que dá 100%. Essa insegurança jurídica diz respeito à questão da função social. É preciso estar legalmente na área trabalhista, ambiental, social e previdenciária, e há a questão da produtividade.

Então, nós, na verdade, não temos a segurança, o direito de propriedade no Brasil. Nesse contexto, como é que nós vamos buscar essa questão da ocupação fundiária no Brasil para dar a legalidade a esse processo, ter segurança jurídica para os empreendedores? Principalmente quando se trata das florestas, vemos que hoje estão fugindo do Brasil bilhões de dólares, dinheiro que não é investido aqui pela falta dessa segurança jurídica na questão de terras para estrangeiros – e brasileiros também.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Deputado Valdir Colatto.

Deputado Evair de Melo, que é do Espírito Santo, do Partido Verde.

O SR. EVAIR DE MELO (PV - ES) – Presidente, Senadora Ana Amélia.

Vou chamar o Roberto de professor. Digo isso, Ana Amélia, porque quando conheci o cooperativismo eu era aluno de uma escola agrícola. E quero confessar um crime para o Roberto para que ele me perdoe em público: eu copiava os seus artigos e os publicava no jornal da escola e fiz o maior sucesso. Fui promovido até a presidente da cooperativa, porque achavam que eu era o cara mais entendido do mundo. Como um aluno poderia escrever tão bem? Eu plagiava os seus artigos, e isso me fez apaixonar pelo cooperativismo. Foi a estratégia usada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Olhe a pirataria! (*Risos.*)

O SR. EVAIR DE MELO (PV - ES) – Crime confessado. Espero ser perdoado por isso.

Roberto, a sua reflexão sobre o ABC vai muito em cima daquilo que a gente trabalha muito na Câmara e no nosso dia a dia. Nós precisamos mudar a matriz de inteligência do rural brasileiro. Dada a sua importância e por ser um segmento com capacidade de inovar e se adaptar. Vou usar até umas palavras que o Colatto às vezes cita: nós quase que precisamos de uma Constituição à parte para o rural brasileiro. Essa premissa de um regimento jurídico único em um país continental como este não consegue nos atender, dada a nossa capacidade, dada a nossa diversidade e até dada a nossa responsabilidade, além da economia para as questões sociais.

Quando você pauta no ABC, nós estamos vivendo isso. Eu trabalho lá – você conhece o grupo Heringer, por exemplo –, e nós estamos em um trabalho de recuperação de pastagens. O que um trabalho benfeito de recuperação de pastagens está contribuindo para terra degradada, para recuperação de leitos de rio é algo impressionante. Você sai de um animal para quase quatro. E estou falando de região montanhosa; nem estou falando aqui no nosso Tocantins, Goiás e Mato Grosso, porque seria até maldade comparar com o meu Espírito Santo. Nós estamos na montanha, com recuperação de pastagens, em regiões não mecanizáveis, indo para quase quatro animais, saindo de menos de meio. Então, a contribuição social é fundamental para o Brasil.

Isso vai ter uma agenda, porque sou Relator, na Câmara, dos dois projetos de PSA (Pagamento por Serviços Ambientais), nºs 792 e 312, e também estamos trabalhando para poder entregar junto para o encontro em Paris. Já fechando isso, ou seja, trabalhamos na Câmara também para que o orçamento da pesquisa agropecuária brasileira seja impositivo. É um crime, às vezes, um projeto de pesquisa agropecuário ser paralisado simplesmente por decisões orçamentárias de ajuste, o que impede isso que o Senador falou, de fortalecer também essa rede de extensão rural passando pelas cooperativas. De forma que o rural brasileiro precisa, realmente, ter a sua vida própria, a sua emancipação jurídica própria, o seu regimento jurídico próprio.

Eu sempre digo que a melhor reforma agrária deste País ocorrerá quando aqueles já detentores de terra tiverem capacidade plena de produzir e contribuir para a economia e para a alimentação do País.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Deputado Evair, pela colaboração.

O último Parlamentar a indagar é o Senador Wellington Fagundes, do Mato Grosso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Srª Presidente, Ministro Roberto Rodrigues, primeiramente, acho importante destacar que estamos aqui com um catedrático, uma pessoa que estuda, que tem experiência e foi Ministro. Portanto, tem a experiência da teoria, como também a experiência da prática.

Eu gostaria de abordar, porque, principalmente com essa experiência, a gente fica muito preocupado com a questão do custo Brasil. Hoje, qualquer projeto no Brasil para ser desenvolvido, mesmo na área ambiental, um projeto como esse, os custos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Pois não. O nosso Vice-Presidente tem toda a preferência, inclusive de cumprimento.

Os custos, para se desenvolver, para se aprovar um projeto, têm sido algo não só demorado como extremamente caro. E a gente tem detectado, em alguns Estados e em alguns casos, que existe praticamente uma máfia dentro das empresas de projeto. Você vai lá, contrata uma empresa para fazer um projeto, uma empresa nova, e ela não consegue aprovar os projetos na área ambiental. Aí, você tem que buscar uma empresa que tem relação dentro do órgão ambiental para conseguir aprovar. E isso, claro, com os custos extremamente absurdos.

Tenho um exemplo de Mato Grosso, em que, em um projeto para a restauração de uma estrada federal, asfaltada há mais de 40 anos, o próprio Ministério dos Transportes está com extrema dificuldade de conseguir aprovar um projeto de licença ambiental dentro do órgão público. Ou seja, o Governo brigando com o Governo.

Então, dentro da sua experiência, eu gostaria de ouvir a abordagem do que podemos fazer também para enfrentar essa dificuldade em que nós vivemos.

O senhor colocou aí os projetos, não só a falta de conhecimento para se chegar lá, mas também um exemplo que o senhor colocou: vai nessa vertente, a pessoa gasta um dinheiro danado, tempo e, de repente, inventam uma vírgula, um questionamento e se tem que mudar tudo. E isso tem sido, a meu ver, a prática de aprovação de projetos ambientais de um modo geral.

Além desse aspecto, o Brasil tem procurado ser um exemplo na área ambiental, com uma legislação extremamente moderna, extremamente exigente. Mas o Brasil tem condições de custear isso?

E, por isso, pergunto também: que possibilidades de parcerias de recursos externos, de forma inteligente, nós podemos buscar em países desenvolvidos que possam nos ajudar a fazer essa preservação que tanto é necessária para o Brasil, mas também extremamente necessária para a sobrevivência do mundo? O aquecimento global hoje não diz respeito ao Brasil; é aquecimento global.

Então, são essas as minhas indagações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço-lhe.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Srª Presidente, poderíamos falar tanto dessa área, porque isso é angustiante para nós, Senador Moka. É muito angustiante, quando vamos para fora do País, vemos, em outros países, que eles vão fazendo e depois dão satisfação. Aqui não; se precisamos construir uma estrada, se precisamos melhorar as áreas degradadas, se precisamos fazer isso ou aquilo, mas aquele que quer fazer a coisa correta ainda tem muita dificuldade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço muito, Senador Wellington Fagundes.

Queria saudar o Dr. Célio Porto, que foi Chefe de Gabinete do Ministro, na época em que eu era jornalista e fazia cobertura lá. Então, desde aquela época... É um prazer tê-lo aqui conosco!

Eu só queria fazer uma observação do noticiário que acabamos comentando aqui.

Na região do Matopiba, que é Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, onde há áreas degradadas ou áreas com, digamos, baixa produtividade, foi criado um programa – imagino que com participação do ABC –, e a produção, em 5 anos, saltou de 12 milhões para 20 milhões de toneladas de grãos – de 12 milhões para 20 milhões de toneladas de grãos em 5 anos, com um aumento de 9,7% de um ano para outro, da safra anterior à atual.

Então, eu acho que esse exemplo de uma região ainda pouco integrada à fronteira agrícola brasileira parece ser um bom exemplo também dentro do programa bem exposto aqui pelo Ministro Roberto Rodrigues, que agora está com a palavra para responder os questionamentos.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Senadora, muito obrigado.

Srs. Senadores, quero começar agradecendo as referências gentis que me foram feitas por todos os senhores, com uma específica referência ao que falou o Senador Moka.

Foi um tempo interessante aquele em que estivemos trabalhando juntos, porque a Bancada da Agricultura não era governista; era de oposição ao governo, mas era a meu favor, que era do governo. Então, era uma coisa meio kafkiana...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Continua sendo, Ministro.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Mas isso foi uma coisa notável, porque o que foi possível fazer naquele tempo foi graças a esse apoio integral, claro. Inclusive, a Lei do Seguro Rural, os documentos que criamos, a Lei dos Transgênicos, tudo isso foi feito graças àquela parceria. Então, eu sou muito grato, Senador Moka, a V. Exª e aos seus companheiros daquele tempo e de hoje, por tudo que foi feito.

Eu tenho, inclusive, hoje a OCB quer escrever uma biografia minha de qualquer jeito, e eu sou obrigado a ajudar. A minha referência no capítulo Ministério é à parceria que o senhor e os seus companheiros me deram àquela época, sem o que teria sido inútil o meu trabalho.

Mas, Senadora, para responder as questões, eu preciso fazer um pequeno nariz de cera aqui. O Senador Wellington Fagundes deu alguns números, e a senhora acabou de dar outros em relação à Matopiba.

Eu faço, neste ano, 50 anos de formado na Escola de Piracicaba, na Luiz de Queiroz, 50 anos de Agronomia.

Então, estou escrevendo um livro sobre a minha turma, uma memória da minha turma. E, para escrever esse livro, fui pesquisar a história da agricultura brasileira nesses 50 anos.

Há coisas, Senadora, que são assombrosas. Há 50 anos, havia no Brasil 350 mil hectares de soja no Rio Grande Sul e 400 mil hectares no Brasil inteiro – só no Rio Grande do Sul.

Hoje, há 31 milhões de hectares de soja! Naquela época, a produtividade era de 1.200kg; hoje, são 3.000kg. Café, produziam-se sete sacas por hectare; hoje, são 23 sacas por hectare. Produziam-se 58 toneladas de cana-de-açúcar; hoje, são 98 toneladas por hectare. Nós importávamos leite naquele período. As exportações do agronegócio brasileiro nesses 50 anos, descontada a inflação do dólar, cresceram 10.000%.

Então, o que este País fez da agricultura é um negócio absolutamente fantástico! Fantástico! E o que podemos fazer é muito mais do que isso.

Estudos mais recentes da FAO e da OCDE mostram que, até 2020 – 2050 é longe demais, e acho que vai acontecer tanta coisa que todos os números são um pouco fantasiosos –, mas 2020 é depois de amanhã, é preciso aumentar a produção de alimentos no mundo em 20%. Para que o mundo cresça 20%, diz a FAO, o Brasil tem de crescer 40%.

Então, nós já fizemos um esforço extraordinário, mas podemos fazer muito mais se tivermos uma estratégia, como foi aqui colocado agora pelo Senador Wellington e também pelo que já disse o Colatto.

Então, queria fazer esse nariz de cera para mostrar que o que há pela frente é muito mais desafiante do que o que já foi feito. O que já foi feito é fantástico! Mas há muito mais por fazer, inclusive na questão ambiental.

Para a questão ambiental, há um dado que refoge às observações. Todo mundo sabe que, nos últimos 25 anos, a área plantada com grãos cresceu 50% e que a produção cresceu 240%. O que ninguém fala é que hoje temos 57 milhões de hectares com grãos no Brasil. Se tivéssemos hoje a produtividade de 25 anos atrás, seriam necessários mais 68 milhões de hectares para colher a safra deste ano. Nós preservamos isso. Não é um compromisso romântico ou sonhador. Nós já o fizemos. Quero saber qual é o país que fez isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Com tecnologia.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – O Deputado Colatto falou que nós temos 61% de área florestada no Brasil, original, do tempo de Adão e Eva. A Europa tem 1%!

Quem valoriza isso? E vêm dizer que nós estamos desmatando no Brasil.

Então, nós temos, na verdade, um trabalho já produzido, extraordinário, mas há muito por fazer.

E as questões aqui colocadas, praticamente todas elas, têm a ver com esse horizonte pela frente.

Vamos começar, então, com as questões do Senador Moka.

Quanto ao Plano ABC, Senador, eu acho que a essência do trabalho a ser desenvolvido agora é conseguir a revisão do Plano, para que ele seja levado a Paris como um documento... Eu acho que vai ser o florão da delegação brasileira o Plano ABC. É um negócio inédito. Nenhum país do mundo fez isso com a competência que o Brasil fez, e está funcionando. Então, acho que realmente esse é o grande trabalho a ser desenvolvido.

Quanto à questão que o senhor levantou, de terra para estrangeiro, eu tenho trabalhado nisso e, de certa forma, insere-se também na questão colocada pelo Senador Wellington Fagundes quanto a investimentos do Brasil.

Por que a OCDE acha que podemos aumentar em 40% a produção de grãos e alimentos em 10 anos, para que o mundo cresça 20%?

Então, é uma demanda fantástica. Isso nunca aconteceu antes. Hoje, o mundo pede para a gente crescer 40% em 10 anos, para que ele, mundo, cresça 20%, porque a União Europeia cresce só 4%; Estados Unidos, 10 a 12%; Canadá, 15%; Oceania, 17%; China, Índia, Rússia, Ucrânia, entre 25% e 26%; Brasil, 40%.

Por quê? Porque temos terra disponível, porque temos gente competente e porque temos tecnologia tropical fantástica, que permite esses saltos extraordinários com sustentabilidade.

O que nos falta? Capital.

O que o investidor estrangeiro quer fazer no Brasil? Quer investir aqui, quer produzir aqui. Por quê? Porque nós somos bonitinhos? Não! Porque temos terra, tecnologia e gente. Vir para cá é certeza de resultado e do sucesso positivo.

Então, a proibição de compra de terras por estrangeiros é uma restrição aos investimentos.

Aliás, estive agora, sábado, em Buenos Aires, em uma reunião privada de agricultores dos países ligados ao Mercosul, e os investimentos indo para lá: para a Argentina, para o Paraguai, para o Uruguai. A terra está subindo de valor, e aqui está caindo de valor, porque não há acolhida dos investidores estrangeiros.

Então, acredito que seja uma questão a ser revisitada.

Há uma tese, Senador Moka, que faz sentido, a tese de que não deveria ser permitido que fundos soberanos comprassem terra no Brasil, com que estou de acordo, porque é o Estado estrangeiro dentro do Estado Nacional, e aí, realmente, isso não faz sentido. Então, não acho que a gente deve fazer um corte raso nessa tese. Se não quer permitir fundos estrangeiros, fundos soberanos no Brasil, escreva lá que fundos soberanos não podem fazê-lo, e ponto final! O resto vamos trabalhar.

Inclusive, consultei argentinos, uruguaios e paraguaios em Buenos Aires, nesse fim de semana, no sábado e no domingo, na reunião: “Pode?” “Pode. Há restrições.” Mas nós também temos restrições. Há uma restrição quanto ao volume total do Município. Já existe isso, isso já está previsto. Tem de se cumprir a questão ambiental, a questão trabalhista. Todas as regras têm de ser cumpridas.

Não vejo por que criar um fantasma. Há muita gente querendo vir para cá. E já perdemos, de acordo com André Pessoa, mais de US\$25 bilhões de investimento em quatro anos por causa desse processo, porque eles foram para outros países, inclusive para a África. Aliás, várias empresas privadas hoje estão olhando para

a África como alternativa melhor do que nós, porque lá as regras de segurança jurídica, às quais se referiu o Deputado Colatto, são mais...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – São mais claras.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – ... evidentes, mais claras e mais flexíveis.

Então, minha tese, Senador, quanto a esse tema é a seguinte: proíbe-se fundo soberano, e vamos para frente, com as restrições já conhecidas, com regras muito claras de limitações na área ambiental. Elas já existem! É só cumpri-las! Se o brasileiro as cumpre, por que o estrangeiro não pode cumpri-las? Então, acho que o tema está colocado nessa direção.

O Senador Acir Gurgacz falou sobre a questão de qualificação de gente para o Plano ABC especificamente. Não há gente preparada. Não há gente preparada. Nem o Governo Federal vai poder fazer isso. Então, está previsto, no Plano ABC, Senadora, parceria com os governos estaduais. Respondendo ao Senador Acir, competiria às Secretarias de Agricultura dos Estados, integradas com o esforço do Governo Federal e do setor privado, investir na capacitação e na formação de recursos humanos, para que isso avançasse. É mais ou menos como uma coisa ligada à defesa sanitária: o Ministério da Agricultura não vai tomar conta de todos os frigoríficos do Brasil, e os Estados fazem isso até por convênios com o Governo Federal. No ABC, teria de haver mais ou menos a mesma coisa: é preciso formar gente nos Estados, a partir de ações conjugadas entre o Governo Federal e os governos estaduais.

O Senador Flexa Ribeiro tratou de alguns temas relevantes quanto ao Estado do Pará. Eu queria informar, inclusive, à Srª Senadora e aos Srs. Senadores que acabo de criar na Getúlio Vargas um *think tank* sobre o agronegócio, que é um “chapéu pensador”, digamos assim, não para fazer consultoria nem para fazer projetos, mas para fazer estudos técnicos e científicos, sem nenhuma influência ideológica, sem nenhum interesse financeiro. São estudos técnicos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Com números.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – ...com números claros sobre assuntos que são relevantes. E o primeiro tema que estou desenvolvendo lá é esse, um tema ligado à Amazônia.

O Senador Flexa Ribeiro disse que, no Pará, há 24 milhões de hectares de terras degradadas, de terras desmatadas e degradadas. Na Amazônia, são quase 60 milhões de hectares. Estamos desenvolvendo um estudo lá, Senador Moka, sobre a região da Amazônia Legal, em que vamos examinar 715 Municípios, um por um, para ver o estado da arte do desmatamento e da área degradada de cada um deles e a vocação natural, se é para pecuária, para agricultura, para floresta, para o que quer que seja. E vamos mostrar o que pode ser feito nesse sentido.

Deputado Colatto, são 60 milhões de hectares. No Brasil, hoje, há 80 milhões de hectares considerados com todas as plantas cultivadas, com todas as plantas cultivadas. Imagine se conseguirmos pegar 30 milhões de hectares, desses 60 milhões de hectares, e transformá-los em área produtiva para a agricultura e para a pecuária!

Então, nós podemos aumentar em 50% a produção brasileira de alimentos sem derrubar uma única árvore, apenas usando a área degradada.

Estamos fazendo esse estudo muito rigorosamente, inclusive com financiamento de algumas fundações internacionais, que têm interesse legítimo na identificação real da questão, sem rompante, sem sonhos e sem ideologia. Uma coisa concreta. Desse estudo – eu queria que o Senador Flexa Ribeiro soubesse disto –, poderá surgir uma grande ação e projetos para aquela região, Estado por Estado, Município por Município. Vamos fazer Município por Município. É um estudo de grande envergadura. Deve ficar pronto ao longo dos dezoito meses. Até o final do ano que vem estará pronto. Uma análise que costumo dizer que vai ser uma enciclopédia da Amazônia, que está sendo feita em conjunto com a Embrapa, com o reforço técnico da Embrapa.

Ainda o Senador Flexa Ribeiro colocou a ideia dos Municípios verdes, que o Governador Jatene está desenvolvendo, e de Paragominas, que, realmente, é uma região violentíssima. E me deu aqui uma saudade! Não vale a pena falar dessas coisas agora, mas, em 1966, portanto, há quase 50 anos, eu era um juscelinista convicto. Eu achava que Juscelino tinha transformado o Brasil. Peguei um fusquinha e, para provar para mim mesmo que eu estava certo, fui a Belém do Pará. De Brasília a Belém do Pará. Foram dois mil quilômetros de estrada de terra, costela de vaca. Passei por Paragominas. Era um negócio, realmente, assustador. Parecia uma cidade do velho oeste americano.

Então, me deu uma saudade daquela viagem, que já faz 50 anos que eu fiz!

O Senador Flexa Ribeiro disse aqui uma frase muito interessante, que floresta em pé pode valer mais do que floresta derrubada. E aqui, Deputado, penso que há um tema central, que é o tema do PSA, que está sendo discutido na Câmara dos Deputados e que pode se transformar também num trunfo extraordinário, porque o que nós desenvolvemos no Brasil, infelizmente, foi a cultura do castigo. Você faz errado e vai para o inferno,

mas não há a cultura do prêmio. E o PSA é a cultura do prêmio. O sujeito que faz certo ganha, vai para o céu. E ganha dinheiro, inclusive.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Pois é!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO RODRIGUES – O PSA acho que muda o paradigma da questão ambiental no Brasil de maneira bastante consistente.

O Senador Flexa Ribeiro fez uma pergunta específica quanto ao tema do plantio de cana no Estado do Pará. Esse estudo vamos desenvolver agora, sobre a Amazônia, com a Embrapa, no nosso *think tank*. Vai dar uma orientação real do zoneamento agroecológico sobre a possibilidade ou não do plantio de cana. Se é viável ou não economicamente.

Com isso, atendi também o Senador Flexa Ribeiro.

O Deputado Colatto coloca uma série de temas, e quase todos eles estão ligados ao terceiro tema colocado, que é o da segurança jurídica, inclusive a própria questão terra para estrangeiros, banimento de glifosato. Qual é a alternativa, então? Vamos registrar novas moléculas. Já demorou sete anos para se registrarem moléculas no Brasil. Quando se aceita a molécula aqui, ela já ficou condenada no país de origem. Quer dizer, isso é de uma infelicidade técnica que não pode ser mantida.

Deputado Colatto, como o senhor sabe, eu criei a Agrishow, há 23 anos. Todo ano eu vou à Agrishow, porque acho que lá é um termômetro do agro brasileiro. Este ano, como todos sabem, a venda de máquinas caiu quase 35% em relação ao ano passado.

Claro, o produtor sabe que os custos subiram demais este ano – houve a questão cambial e há outras razões, como a inflação etc. – e que as margens tendem a ser menores para 2016. Então, tirou o pé do acelerador e fez menos investimentos.

Mas, Senadora Ana Amélia, converso com gente do Brasil inteiro, eu ando muito pelo Brasil defendendo a agricultura e tentando criar esse entusiasmo pelo futuro que está reservado para nós. Não é a OCDE ou a FAO que acha que nós precisamos abastecer o mundo com alimentos: o mundo inteiro sabe disso. Claro que os países que concorrem conosco na produção agrícola têm medo do Brasil. Então, ficam criando dificuldades lá na OMC e em outros organismos multilaterais. Todo mundo sabe que o nosso papel de grande supridor de alimentos para o mundo é irrecorrível. E mais do que isso: todo mundo sabe que segurança alimentar não é uma questão semântica, é a única forma de garantir a paz no mundo. Um homem com fome é um homem bravo, um homem cujo filho tem fome é um revolucionário. Então, a fome leva à guerra. Temos exemplos recentes, como a Primavera Árabe. A segurança alimentar é um tema central para a paz universal, e o Brasil tem um papel relevante na garantia da paz lá na frente.

Então, o que eu tenho entendido hoje é a mudança de paradigma, Senador Moka, na agricultura, que é muito interessante. Vou tentar explicitar isso.

Há dez ou quinze anos, quando um produtor rural queria plantar uma área de 100 e queria usar a tecnologia 100, a melhor tecnologia, precisava de um crédito de 100 – 100 unidades –, 100 de área, 100 de crédito, 100 tecnologia. Se o crédito baixasse para apenas 80, ele plantava a área de 100 com 80 de tecnologia. Hoje, se o crédito vem para 80, ele planta a área de 80 com tecnologia 100. Esse é um *changing mind*, uma mudança de mentalidade notável. O produtor rural se deu conta de que ou ele tem tecnologia e produtividade ou não compete. Com a economia globalizada, as margens por unidade tendem a ser cada vez menores. Então, é na escala e na gestão da tecnologia que é possível resolver o problema da renda da agricultura. Então, essa é uma mudança, Deputado Colatto, que é notável. E para que essa mudança seja implementada, segurança jurídica e insumos modernos são essenciais. Então, é preciso varrer essa resistência ideológica a avanços da tecnologia moderna.

Senador Moka, lembra da luta que foi pela Lei de Biossegurança? Seria possível produzir o que estamos produzindo hoje sem a biossegurança? Hoje 90% da soja brasileira é transgênica, 80% do milho é transgênico. Seria possível fazer isso sem aquela lei? Demoramos 18 meses para fazer a lei por causa das resistências que havia. Hoje a lei brasileira é elogiada e copiada no mundo inteiro pela modernidade que tem e pela segurança que gerou. Então, nós temos que banir, Deputado Colatto, não é o glifosato, mas banir a ideologia em torno dessa questão toda, para que a segurança jurídica avance e o Brasil tenha as condições institucionais que lhe permitam ser o campeão mundial da paz muito em breve. Então, a sua preocupação realmente é essencial.

Meu colega Evair, é aluno? Sabe de uma coisa interessante? Eu ando muito por aí afora e eu dei aula 42 anos na Universidade Estadual Paulista. Então, eu encontro ex-alunos... Quarenta e dois anos vezes cem alunos

por ano: são 4 mil alunos, não é? “Lembra de mim, professor?” Desculpe, não consigo lembrar de você, é muita gente! Mas encontro gente do Brasil inteiro, e é um prazer tê-lo aqui na Câmara dos Deputados. Conheço seu trabalho, seu esforço. É uma alegria tê-lo aqui como agrônomo – agrônomo é o Colatto aqui, nós temos uma parceria grande nessa área.

A sua tese de que é possível ter um regimento jurídico específico para o agro – tratou inclusive do PSA na sua fala – é uma tese que vem sendo discutida há muito tempo. Eu tenho não uma divergência, mas uma visão um pouco diferente da sua. Eu acho que o que falta ao País é uma visão adequada do que seja o...

Nós tivemos algumas influências negativas, em termos de imagem; a primeira delas provocada por Pero Vaz de Caminha, que mentiu para o rei de Portugal dizendo que “nesta terra, em se plantando, tudo dá”. Isto é uma mentira! O Brasil é um país de terra pobre. O Cerrado é pobre. O Brasil é o que é por causa de tecnologia, que corrigiu o Cerrado e mudou o cenário mundial de produção de alimentos. Sabe qual a primeira coisa que se aprende no grupo escolar? Que aqui qualquer tonto planta. É fácil plantar! Aqui, em se plantando, tudo dá. Isto ficou no imaginário popular brasileiro: agricultura é fácil.

Peguei um táxi, recentemente, para ir ao aeroporto de São Paulo, e o taxista perguntou “o que você faz?” Falei “sou agricultor”. Aí ele falou “ô, trem bão no mundo: prantou, coieiu”. Está na cabeça. Não pensa que colheu dívida ou colheu problemas trabalhistas ou ambientais, etc.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Pois é. Plantou, colheu! É uma coisa meio bucólica que foi imposta à imagem popular pela carta do Pero Vaz de Caminha.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Quem planta colhe, né?

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Depois, o Monteiro Lobato, que era um cronista da realidade brasileira, criou a figura do Jeca Tatu. De fato, naquele tempo, o Brasil era um país agrícola, um país rural. Como não havia televisão na roça, o cara tinha um monte, 10, 12, 15 filhos numa fazenda. O que o pai fazia?

Vamos fazer uma pequena imagem aqui. Eu tenho, lá na fazenda, uma porção de Fox Paulistinhas, um cachorrinho esperto, alegre e tal...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Tricolor?

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Tricolor! Vermelho, preto e branco, *por supuesto*. (Risos.)

Então, nascem 50, 100 filhotinhos por ano. E tenho no escritório uma lista de gente que é candidata. Vai nascendo, vai entregando. Mas, às vezes, um amigo me pede um cachorrinho. Quando um amigo me pede um cachorrinho, eu vou lá, pessoalmente, ver uma ninhada. E quem já viu ninhada de cachorro sabe que há sempre um mais esperto, que abre o olho primeiro, que mama mais que os outros, espanta, morde e tal, late... Sempre há um mais esperto. Aquele eu dou para o meu amigo, porque é o melhor cachorro da ninhada.

O que o pai fazia na roça há 60 ou 70 anos? Olhava os filhos dele e ao mais esperto dizia “meu filho, você vai ser advogado”. Aí mandava o cara para a cidade. O segundo ia ser médico, engenheiro, padre... E ao mais burro ele falava “você vai ficar aqui comigo, na roça, para os seus irmãos estudarem”. Então, ele não estudava, ficava analfabeto. Era o Jeca Tatu. E ficou essa imagem também...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – No imaginário.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – ... no imaginário popular.

Então, o que a sociedade urbana pensa? Que é fácil plantar. E o Jeca Tatu é o que fica na roça: sapato furado, camisa rasgada, palheta estragada... Não existe mais isso, mas o imaginário ficou assim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas, Ministro, a reforma agrária no Brasil tem transformado principalmente o pequeno agricultor em um jeca tatu, porque, sem pesquisa, sem condições, sem apoio, é isso que continua acontecendo.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Isso se soma a um tema, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Abandonado, sem a infraestrutura...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Esse é outro tema. Bem, naturalmente, é outra discussão. Mas eu acabei de falar aqui, na sua ausência, que a economia globalizada tem reduzido à margem unitária o produto agrícola, de modo que a renda só se faz na escala e só se faz com tecnologia. O pequeno produtor, por definição, não tem escala. E, sem renda na escala, ele não pode comprar tecnologia. Então, é um círculo vicioso terrível. Se você tem uma baixa produtividade, você tem uma baixa renda e não pode comprar tecnologia e continua sem ter uma baixa produtividade. Fica esse negócio que não sai nunca do lugar. Então, para resolver isso, o cooperativismo é um caminho, porque a escala se faz no coletivo, não no individual. Mas nem a tecnologia resolverá o problema do pequeno produtor se não houver a escala.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Aliás, Roberto, no final da semana, sexta-feira, eu fui a um assentamento em Sidrolândia, e eles se uniram...

Para dar uma ideia, a nossa capital, Campo Grande, há algum tempo, era totalmente abastecida por hortaliças vindas de São Paulo. Hoje, 90% das hortaliças lá no atacado são produzidas nesses assentamentos. Só que são assentamentos que se tornaram verdadeiras cooperativas.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – É o caminho.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Há um alemão lá que, quando chegava à cidade, era discriminado porque dizia que era do assentamento. Hoje, ele lidera 250 famílias – estou dando um exemplo – que produzem cinco caminhões de hortaliça por dia, e a propriedade dele é de nove hectares

Ele dizia, no início, que um hectare era muita terra. Pois eles estão produzindo, em nove hectares, leite, frutas e hortaliças, com apoio técnico.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Mas é cooperativa. A escala se deu na cooperativa e o *trading* se deu na cooperativa.

No Espírito Santo, recentemente, eu fui visitar um Município produtor de ovos. Rapaz, todos os dias daquele negócio lá saem três caminhões de ovos para o Brasil inteiro! É um negócio impressionante! E são todos pequenos produtores que produzem em um hectare, um hectare e meio. Mas é cooperativa. É a cooperativa que garante a renda na escala na tecnologia que ela desenvolve. Mas esse é outro tema.

Continuando a resposta ao Evair, eu penso, Deputado, que nós tínhamos que trabalhar muito a questão da imagem. Eu acho que este é um tema central.

Ainda existe, numa parcela da opinião pública brasileira, uma visão negativa que considera o produtor rural um cidadão de segunda classe. Isso, no mundo, já acabou. Hoje, nos Estados Unidos, na França, na Europa, o produtor rural é respeitado como um herói. Aqui, nós ainda somos tratados de uma forma meio depreciativa. Está mudando! Essa depreciação está mudando.

Eu soube do seu discurso lá, contaram-me sobre ele. Você foi lá na sexta-feira, não foi? Contaram-me sobre o seu discurso. Eu o estou acompanhando, cara. Eu sei de tudo que você faz lá em Mato Grosso do Sul.

Enfim, não sei se um regramento jurídico específico... Por exemplo, na área trabalhista, sem dúvida, porque o trabalho rural é determinado pelas ações climáticas, pelas estações e por períodos. Então, temos que ter uma outra visão da área trabalhista. Mas, se a gente conseguisse mostrar para a sociedade urbana que o campo e a cidade são gêmeos siameses, que um não vive sem o outro, e o respeito fosse recíproco, sem dúvida, nós teríamos um novo tratamento na área jurídica brasileira.

Agora, reitero, Deputado Evair, a importância do PSA como elemento fundamental para mudar a visão negativista e do castigo no Brasil, para se ter uma visão mais pró-desenvolvimento.

Bem, Senador Wellington Fagundes, na sua rápida saída daqui, eu fiz uma referência ao seu tema, quanto ao custo Brasil, quanto às questões de lentidão de registro na área ambiental, que são, de fato, temas que perturbam o nosso avanço, e respondi a sua questão junto com a questão do Senador Moka com relação a investimentos estrangeiros aqui, no Brasil.

O Brasil é, hoje, olhado pelo mundo como um país interessante para se investir. Somos um mercado de 200 milhões de consumidores cuja renda cresceu. Hoje, estamos sofrendo um certo percalço por questões que todos conhecemos, mas o mundo quer vir para o Brasil. Até porque, se não vier para cá, ir para onde? Então, o investidor quer vir para o Brasil, e a liquidez do mercado mundial quer vir para o Brasil. Mas é um pouco o que o Colatto disse da sua visão: não é só o custo Brasil, mas é a segurança jurídica. Eu acho que este é o grande tema sobre o qual nós temos que nos debruçar daqui para frente. Como estabelecer regras que deem segurança ao investidor, inclusive ao brasileiro também?

Hoje mesmo fala-se muito na crise econômica, que é umbilicalmente ligada a uma crise política. A falta de confiança acaba reduzindo o interesse em investir ou a coragem para investir. Isso provoca um efeito dominó para trás, com desemprego, e a crise econômica cresce. Temos que resolver isso com segurança jurídica, interna e externamente. Então, eu não tenho dúvida de que, se nós conseguirmos mudar esse regramento todo, o Brasil se transformará, novamente, num grande eldorado para os investidores estrangeiros, que virão aqui gerar empregos, riqueza e renda, como terra para estrangeiro. O japonês vai comprar uma fazenda aqui, mas não vai levar a terra para o Japão. Ele vai levar a produção para o Japão, mas vai gerar emprego aqui, vai comprar equipamento e insumo aqui, no Brasil. Então, é preciso olhar essa questão com mais grandeza.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidenta, designado pela Presidente, eu fui ao Japão e à Rússia agora com o Ministro da Agricultura e quero registrar que seu nome foi muito citado no Japão, principalmente pelo Grupo de Notáveis. Então, acho que é mais um destaque o Ministro da Agricultura sendo reconhecido internacionalmente como figura extremamente importante para o processo de desenvolvimento socioeconômico mundial. Eu acho muito importante registrar isso.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – É um grupo de velhos, Senador. É um grupo de velhos. (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Não, é o Grupo de Notáveis mundiais. E o nosso ex-Ministro é destaque nesse grupo.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Obrigado, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu estive com ele na China. Os chineses chegavam a bater continência para ele.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu acredito porque, quando estávamos fazendo essas referências, Ministro, eu me lembrava de que, quando eu ainda era jornalista, o senhor, na Abag, se não me falha a memória, lançou a meta dos 100 milhões de toneladas.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – A senhora lembra?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Lembro disso.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Foi em 1993.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Lá na sede do Banco do Brasil, naquele auditório do...

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Isso mesmo! Puxa, que memória, Senadora!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Lembro disso. Eu pensei: “Mas 100 milhões de toneladas... Esse Dr. Roberto Rodrigues está...”

O SR. ROBERTO RODRIGUES – “É um louco, um visionário...”

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu me lembrei disso hoje quando falei dos 200 milhões de toneladas. E há quanto tempo isso? Esse seu livro é um livro extremamente rico.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Mas, Senadora, nessa linha, se a gente conseguir... Porque nós temos um crescimento horizontal na área de cultivos. O Brasil é significativo nisso. É de em torno de R\$60 milhões. É claro que a legislação não permite isso porque está reservado para terras e outros usos. Mas, se nós conseguirmos avançar e conquistar mais essa área da Amazônia, nós poderemos chegar, em 2050, a 600 milhões de toneladas de grãos, triplicando o que é hoje.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu sou Senadora pelo Rio Grande, onde começou toda a questão da transgenia da soja. A guerra começou lá. O senhor falou dos 300 mil hectares lá e dos 400 mil em todo o território.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – São 350 mil lá e 400 mil no Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Hoje, claro, o Rio Grande perdeu, digamos, a posição de celeiro para Mato Grosso e para o Paraná, que tem uma atividade... Mas quem está fazendo isso são os gaúchos que saíram de lá. Eles saíram e foram buscar as oportunidades. Então, uma coisa que a agricultura propiciou foi a união do Brasil. Os brasileiros do Sul e do Sudeste vão para o Norte, vão para o centro, vão para o Nordeste... Piauí é Nordeste, mas o sul do Piauí tem muita água, então os gaúchos foram em busca de água...

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Maranhão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Maranhão, desculpe-me, não é Piauí... E os gaúchos fazendo safras extraordinárias, porque dá para fazer duas ou três safras no mesmo ano.

Então, eu queria, como Presidente desta Comissão, agradecer, primeiro, ao Senador Moka, que teve a feliz ideia de requerer a sua presença aqui, de convidá-lo, um convite que encantou a todos, pelo seu compromisso com o Brasil, que é maior do que todos eles, e o seu compromisso com um setor que é a máquina, a locomotiva que conduz o Brasil. Hoje, a agricultura é o único setor que tem boas notícias, apesar de todos os problemas cambiais, da alta de custo, da logística deficiente, da burocracia que emperra tudo, muitos setores, da dificuldade de financiamento, de vários problemas, de assistência rural, de assistência técnica. Ainda assim, ela é o único setor que responde positivamente. E o senhor é um líder, digamos, reconhecido, como o Senador Moka falou, na China, no Japão... Em todo lugar a que o senhor vá, seu nome é uma referência. Então, isto, para nós, é um grande orgulho. Nós até gostaríamos que ele viesse aqui ser Senador como nós, não é, Moka? Ele tem todas as condições e daria um grande brilho ao Senado Federal. Acho que é tempo, Ministro Roberto Rodrigues. (*Risos.*)

É tempo, sim. O senhor é um jovem ainda, pelo seu entusiasmo. O senhor acredita nessa sua... O senhor tem convicção sobre esses valores da nossa agricultura. E a figura do Jeca terminou.

Eu também quero ponderar... Ele falou da Agrishow, em Ribeirão Preto, mas quero dizer que a feira de Não-Me-Toque, que V. Exª conhece, que é, digamos, inspirada na Agrishow, se transformou numa das mais importantes do País em agricultura de alta precisão. É uma cidade pequena onde fizemos várias audiências públicas. E agora vamos ter a Expointer, que o senhor também conhece. No dia 4 de setembro, a Comissão estará realizando uma audiência pública lá. Quero ver se levo o Senador Moka, que é neto de gaúchos. Quero ver se ele vai dessa vez, porque ele é resistente a sair do seu Mato Grosso do Sul. Ele ama tanto Mato Grosso do Sul...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu já fui umas duas ou três vezes e reconheço a grandeza da Expointer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Então, nós vamos estar lá no dia 4 e eu gostaria que o Senador...

Mas encerro esta reunião, Senador Moka, agradecendo ao senhor e agradecendo, em nome de todos os Senadores, a sua presença aqui, Ministro Roberto Rodrigues, dando essa valiosa contribuição. Tenho certeza de que as pessoas que ficaram nos ouvindo estão aplaudindo a iniciativa da Comissão pelo brilho da sua presença.

Muito obrigada.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 28 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 20 DE AGOSTO DE 2015.

Às oito horas do dia vinte de agosto de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Donizeti Nogueira, Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Dário Berger, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Wellington Fagundes, Blairo Maggi, Benedito de Lira e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, informa sobre o comparecimento da Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para fazer uma espécie de relatório, dar transparência às ações que vem desenvolvendo no Ministério, mostrando desde planejamento, as ações no mercado internacional e o espaço que o Brasil tem. Após a breve informação, dá-se início à Audiência Pública aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 29, de 2015, de autoria do Senador Dário Berger, consoante o Requerimento (RRA) nº 14, de 2015, que trata da avaliação da Política Pública de Defesa Agropecuária desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, com a finalidade de analisar o panorama da defesa agropecuária brasileira e internacional (histórico e desafios atuais), os diagnósticos e perspectivas da estrutura federal de defesa agropecuária, a evolução e execução orçamentária e achados de auditorias, recomendações e determinações dos órgãos de controle, com a participação do Sr. Tiago Modesto - Diretor da Secretaria de Controle Externo da Agricultura e Meio Ambiente do Tribunal de Contas da União - TCU; Sr. Cláudio Antônio de Almeida Py - Diretor de Auditoria da Área de Produção e Tecnologia da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União - CGU; Sr. Maurício Rodrigues Porto - Presidente do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários - ANFFA Sindical; Sr. Luis Eduardo Rangel - Secretário Substituto de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Os Senhores Senadores Waldemir Moka, Donizeti Nogueira, Dário Berger, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, Ana Amélia e José Medeiros e o Senhor Deputado Evair de Melo (PV-ES) fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezenove minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Eu requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que com a anuência do Plenário é dada como aprovada.

Comunico à Comissão que ontem, dia 19 de agosto de 2015, esta Comissão teve a honra de receber a delegação da República Federal da Alemanha, com o objetivo de analisar a política agrícola brasileira, a pesquisa agrícola e a cultura da soja no nosso País.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 29, de 2015, de autoria do Senador Dário Berger, do PMDB-SC, que tem por finalidade analisar o panorama da defesa agropecuária brasileira e internacional, histórico e desafios atuais, os diagnósticos e perspectivas da estrutura federal de defesa agropecuária, a evolução e execução orçamentária e achados de auditorias, recomendações e determinações dos órgãos de controle.

Comunico que esta audiência pública é parte do processo de avaliação da política de defesa agropecuária desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, aprovada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2015.

Eu gostaria de convidá-los e agradecer, em nome da Comissão, aos nossos convidados a presença. Dr. Tiago Modesto, Diretor da Secretaria de Controle Externo da Agricultura e Meio Ambiente do Tribunal de Contas da União – com muito prazer, convido-o para sentar-se à mesa –; Dr. Cláudio Py, Diretor de Auditoria da Área de Produção e Tecnologia da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União; também tenho a honra de convidar o Dr. Luis Eduardo Rangel, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da

Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Dr. Maurício Rodrigues Porto, Presidente do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (ANFFA Sindical).

Queria agradecer muito e dar um bom dia a todos por estarem presentes nesta audiência pública, especialmente o nosso sempre presente e sempre pontual Senador Waldemir Moka. O Mato Grosso do Sul deve orgulhar-se desse Senador. O Senador Donizeti Nogueira, também Senador do Tocantins, do Partido dos Trabalhadores.

Nós vamos começar esta audiência lembrando também que ontem, a Ministra da Agricultura, Kátia Abreu, compareceu à CMA para fazer uma espécie de relatório, dar transparência às ações que vem desenvolvendo no Ministério, mostrando desde planejamento, as ações no mercado internacional e o espaço que o Brasil tem.

Há um dado muito relevante, Senador Moka, que chamou a atenção, apresentado, ontem, pela área internacional do Ministério. No conjunto total da participação do Brasil no comércio internacional, a presença brasileira não chega a 2%! Olha, é a oitava economia do mundo, e a nossa presença no conjunto das exportações não chega a 2%. Em compensação, a participação dos produtos de origem agropecuária chega a quase 8%. Enquanto tivemos, no ano passado, um déficit comercial de um ponto alguma coisa, tivemos, no comércio de produtos agropecuários, um superávit de US\$80 bilhões. Então, realmente, é um setor dinâmico da economia, e esta Comissão tem a honra e o compromisso de continuar trabalhando por isso.

Esta audiência de hoje é muito importante porque é exatamente em defesa da agropecuária, caros colegas Senadores, que temos que trabalhar intensamente, para qualificar a sanidade dos produtos de origem animal e vegetal de nosso País, que é um enorme protagonista.

Não sei se o Senador Donizeti queria fazer uma manifestação.

Com muito prazer.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom dia, Presidenta. Bom dia aos nossos convidados. Oi, Maurício.

Senador Moka, só para justificar que, daqui a pouco, tenho que sair, Senadora Presidenta, porque tenho um compromisso lá no Estado, com um representante do Governo de Taiwan. Mas eu não poderia deixar de vir aqui, neste início, enquanto não chega a hora de ir para o aeroporto, porque, para mim, o trabalho desta Comissão tem sido muito importante. E este debate que vai ser realizado aqui, hoje, esta audiência pública também tem um significado muito grande para o País e para o nosso Estado.

Então, desde já, muito obrigado pela presença de vocês e desculpem porque vou ter que sair mais cedo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador Donizeti, pela presença aqui. O Senador Donizeti Nogueira é o Relator, nesta Comissão, das questões relacionadas à área fundiária e também à reforma agrária.

Então, a responsabilidade é dele pela Comissão, para apresentar o relatório dos programas globais de desenvolvimento no setor, e o Senador Dário Berger – esta audiência é motivo disso – cuida da questão da defesa sanitária.

Agradeço, também, aos nossos consultores do Senado Federal, que estão sempre presentes para este grande trabalho.

Então, vamos começar a nossa...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Dia 3 de setembro, já temos audiência aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Exatamente. Já está marcada.

Extensão rural e assistência técnica, as duas áreas. Aqui tem extensão rural nesse aspecto.

Eu queria, então, convidar o Dr. Tiago Modesto para fazer a sua exposição. Costumamos dar dez minutos, porque como os Senadores estão aqui, então fazemos uma interlocução mais dinâmica.

Com a palavra o Dr. Tiago, por dez minutos.

O SR. TIAGO MODESTO – Bom dia a todos.

É sempre um prazer o Tribunal de Contas da União estar aqui para apresentar nossos trabalhos. Vou apresentar aqui, como representante da Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente, alguns trabalhos que fizemos na área de defesa fitozoossanitária nos últimos anos, área que o Tribunal tem como estratégica e que considera fundamental no controle externo.

Bom, a primeira auditoria que vamos apresentar aqui foi uma auditoria que se iniciou em 2005.

Pode passar, por favor.

Uma auditoria que começou em 2005, um assunto de fundamental importância para o País, que é o combate e erradicação da febre aftosa. Então, analisamos aí a parte de imunização, educação sanitária, estruturação do serviço de vigilância sanitária, principalmente o trânsito de animais, cadastro e inventário de animais e propriedades.

Os principais problemas que encontramos foram, primeiro, uma coisa boa, e, na época, avanços consideráveis na cobertura vacinal e também na erradicação.

Dados atuais mostram que apenas três Estados aí não estão livres da aftosa no País, na Região Norte. Já 99% do rebanho bovino está livre da doença. Esses aí são dados mais atuais, de depois da auditoria. Porém, a gente via ainda, à época e hoje, um baixo desempenho, estados de zona infectada, que, na época, majoritariamente, eram Norte e Nordeste, que recentemente saíram da zona de aftosa.

Informações insuficientes sobre as providências dos produtores. Então, sobre a gerência da vacinação e do combate dentro das propriedades rurais, o conhecimento do Ministério ainda era baixo.

Deficiência na estrutura das barreiras internacionais e a zona tampão.

Ausência de barreiras móveis periódicas, para evitar a entrada da doença no País.

A inexistência do sistema nacional de gerenciamento de guias de trânsito animal. Então, o gerenciamento de guia de trânsito animal continuava sendo a cargo dos Estados, o Ministério tinha pouca influência, pouco acesso a esses dados sobre trânsito animal no País.

A conclusão do cadastramento e informatização dos estabelecimentos criadores ainda continua pendente.

Dificuldade de apuração de indicadores de cobertura vacinal e falhas na identificação de propriedades que têm um alto risco, principalmente nas regiões de fronteira seca, onde o gado pode passar de um país a outro.

Pouca simulação de procedimentos de emergência sanitária, então, quando acontece uma emergência sanitária, em geral, não está todo mundo treinado e os procedimentos bem azeitados.

Dificuldades na operacionalização de fundos de emergência.

Bom, diante disso, o Tribunal deliberou a adequação de metodologia de apuração de dados; fomento de ações junto a Estados pecuários, Norte e Nordeste, as áreas do País que tinham maior risco à época; estabelecimento de um Plano Nacional de Emergência Sanitária; realização de barreiras volantes nas áreas de fronteira internacional; supervisão técnica permanente em postos fixos e móveis de vigilância sanitária nos Estados.

Essas foram as deliberações do Tribunal, e aí com diversos benefícios, como minimizar a área, melhorar aí a atuação em Estados de maior risco, principalmente, Norte e Nordeste, de entrada de doenças, mecanismos de participação social, monitoramento e avaliação dos resultados das ações, já que o setor agropecuário é muito atuante também em sociedade civil, e disseminação de boas práticas de gestão.

Bom, foram feitos alguns monitoramentos, em 2007, em 2010, nós percebemos que 50% das ações tinham sido implementadas na integralidade, 31% ainda estavam em implementação e 19% delas ainda não estavam implementadas. Dentre as que não estavam implementadas, foram a parte orçamentária, de levar em conta a distribuição orçamentária de acordo com estágio e desenvolvimento de cada Estado, e a supervisão de cada Estado, considerando o seu risco de entrada de doenças.

Nós fizemos também aí uma auditoria operacional no Programa de Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, é um serviço que se chama Vigiagro, no Ministério, que visa a proteger o País como um todo, principalmente nas suas áreas de fronteira, e não só a área de fronteira seca, mas também portos e aeroportos, da entrada de doenças, tanto de animal quanto de vegetal.

Bom, a gente viu falhas na parte de minimização de gerenciamento de riscos, de entrada de pragas e doenças no País, de infraestrutura e recursos humanos nos postos de vigilância sanitária internacional, articulação internacional entre Governo Federal, Estaduais e Município, e a parte de supervisão, controle e monitoramento de execução do Vigiagro.

Algumas deliberações foram a adequação da infraestrutura das unidades de vigilância agropecuária internacional, que se resumiu basicamente em ter um fiscal em portos, aeroportos e na entrada das fronteiras, faltando muita coisa, inclusive infraestrutura laboratorial; política de capacitação dos servidores ainda estava longe do ideal; a parte de lotação dos servidores não estava baseada em risco, então, algumas regiões de mais difícil acesso, no Norte, por exemplo, áreas de fronteira têm dificuldades em manter servidores do Ministério; relatórios de controle de rendimento mesmo dos trabalhos, também, não estavam padronizados e atualizados.

Mecanismos automatizados, para evitar que um usuário tente entrar com produtos agropecuários em vários pontos de fronteira. A pessoa tentava entrar na fronteira do Uruguai. Não conseguia. Tentava passar pela Argentina e ia subindo. Não havia nenhum controle automatizado sobre isso.

Meios de divulgação de informações para passageiros. Também fizemos algumas deliberações quanto a isso. E mapeamento de produtos e impactos do programa. Indicadores do desempenho, das ações do Ministério também estavam deficientes. Demos algumas determinações para que fossem desenvolvidos indicadores de desempenho.

Benefícios esperados de redução de ingresso de propagação de doenças; qualificação dos próprios fiscais; identificação de deficiências no desempenho, principalmente pelo controle de indicadores de desempenho; integração entre as unidades do Vigiagro, também do Estado e do Município, já que qualquer entrada de

doença pode causar um prejuízo, e o maior prejudicado é o Município, já de cara, e o Estado; também sanções para comportamentos de risco, no que se refere à entrada de doenças no País e do prejuízo que possa causar; e a destruição de material orgânico proveniente de áreas primárias. O que é isso? Quando entra algum produto ilegal, ele deve ser incinerado ali mesmo, antes de entrar no País. Era uma coisa que não estava acontecendo. Acabava indo para lixão ou ficava armazenado muito tempo, o que colocava as ações em xeque.

Bom, no monitoramento de 2008, tínhamos ainda 12% em implementação e 20% parcialmente implementados. Foram feitas novas deliberações para melhoria do serviço, e o escalte final foi de 17% não atendidos ainda, principalmente nas partes que se referem à estruturação do Vigiagro, da adequação da escala de jornada de trabalho dos fiscais. A dificuldade de alocação em regiões mais remotas continua, apesar de o risco de entrada de doenças ser o mais alto nessa parte. E também quanto à parte de estruturação dos próprios postos, estrutura de incineração.

(Soa a campanha.)

O SR. TIAGO MODESTO – Também houve auditoria na parte da fronteira brasileira. Foi coordenada pela Secretaria no Estado do Mato Grosso do Sul. Foi só na parte de fronteira seca. Então, deficiências nos processos de importação, fiscalização de bagagens de passageiros em portos, aduanas; fiscalização ostensiva nas vias alternativas e ilegais do País. As pessoas usam estradas secundárias, estradas de terra para entrar, quando há algum produto ilegal. Isso não é combatido de maneira ostensiva pela polícia.

Insuficiência de pressão no mapa. Também, mais uma vez, na parte mais difícil de colocar pessoal, que é na fronteira seca.

Algumas deliberações, principalmente quanto à adequação do sistema de informações, o SIGVIG, manuais de procedimentos técnicos. Muitos técnicos relataram que ficavam perdidos na hora de aplicar os procedimentos de fiscalização. E a parte de entrosamento com órgãos estaduais.

Bom, o benefício seria fortalecer mesmo a Defesa do País, que pode ser muito prejudicado na entrada de qualquer doença.

A última auditoria foi no Pama, que é um programa do Mercosul. O Pama visar a melhorar a situação nos outros países do Mercosul. Então, quando entra a doença, a febre aftosa – quem se lembra do caso que houve no Mato Grosso do Sul –, ela é proveniente de outros países. Pode causar prejuízos. Então, programa para estruturação de vacinação em países como Bolívia, Paraguai, que têm ações mais deficientes na febre aftosa?

As falhas encontradas foram principalmente no tratamento de questões regionais, no planejamento. A própria estruturação do programa para obtenção de resultados e até a execução físico-financeira. Apesar de o programa ter pouco recurso investido, esse recurso ainda não é bem alocado.

Algumas deliberações foram muito mais na área de planejamento. Fazer diagnóstico conjunto entre esses países fronteiriços para que a Defesa seja conjunta; um planejamento plurianual das ações, para dar uma visão de longo prazo; um plano de aquisição de equipamentos, principalmente nos países de mais riscos – Bolívia, Paraguai – para o Brasil; e a inserção nos relatórios de gestão do próprio Ministério da Agricultura das ações do Pama.

Bom, esse monitoramento ainda está para ser realizado este ano.

Em resumo, são essas as auditorias que a gente fez nos últimos anos nesse tema.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Tiago Modesto, porque revelou nesta auditoria uma radiografia completa das nossas deficiências.

O Senador Dário Berger é o autor desse requerimento. Essa é uma matéria sobre a qual Santa Catarina fez o dever de casa. É um Estado livre de febre aftosa sem vacinação. É o único do território brasileiro nessa condição sanitária, mas isso se deve a tudo aquilo que o Dr. Tiago falou. Em Santa Catarina, nenhum problema existe nessa área pelo controle rigoroso, porque senão não chegaria a esse *status* sanitário, mas há ainda muito por fazer. Por exemplo, na fronteira com a Argentina ou com o Paraguai, naquele pedacinho, ainda há algumas deficiências, ali depende de Polícia Federal e da própria defesa federal da agropecuária. Mas vamos continuar.

Não sei se o Senador Dário Berger quer se manifestar, já que é autor do requerimento.

Convido o Dr. Cláudio Py, que é Diretor de Auditoria da Área de Produção e Tecnologia da Secretaria Federal de Controle Interno da CGU (Controladoria-Geral da União).

Agradeço a sua presença aqui, assim como agradeço a do Dr. Tiago, e pela valiosa contribuição que nos dá nessa matéria tão relevante.

Tem a palavra também pelo tempo de dez minutos.

O SR. CLÁUDIO ANTÔNIO DE ALMEIDA PY – Bom dia a todos.

Gostaria de saudar todos os membros presentes da Mesa, Senadores e demais representantes, senhores e senhoras.

Sobre a política de defesa agropecuária, venho trazendo aqui alguns resultados também dos últimos anos. Ou seja, é basicamente dos últimos três anos, de alguns trabalhos que a gente tem desenvolvido nessa área de defesa agropecuária.

Só uma breve apresentação da Controladoria: quatro funções: Corregedoria, Ouvidoria e a Secretaria de Transparência e Previdência e a Secretaria Federal de Controle, responsável pelas auditorias, onde há seis diretorias, e faço parte de uma delas.

A minha área cuida de sete pastas. E a agricultura está dentro dessa área.

Os principais eixos de nossa atuação, só para dar um alinhamento rápido: avaliação da execução de programa de Governo, onde a gente seleciona os principais programas e tenta fazer uma avaliação específica, uma auditoria operacional focada no programa; uma avaliação de gestão dos administradores públicos federais, que é auditoria de conta, justamente em parceria com o Tribunal de Contas na definição do escopo; as auditorias investigativas, que envolvem operações especiais, solicitações do Ministério Público, solicitações da própria Câmara, do Senado, em determinados temas.

E a parte de orientação preventiva, gestores, está focada muito na capacitação dos gestores e também nas cartilhas elaboradas e relacionadas a diversos temas.

Em relação à política de defesa agropecuária, só apresentando os principais programas que abordam esse tema: ações de Governo, fiscalização de atividade agropecuária, promoção de defesa agropecuária, onde está o grosso do dinheiro, e um programa novo, que é reforma, ampliação e modernização dos laboratórios nacionais e agropecuários. Um programa importante para a gente solucionar uma das questões problemáticas que tínhamos, que era a infraestrutura dos nossos laboratórios.

Trouxe aqui os últimos orçamentos de 2013, 2014 e 2015 relacionados a esses diversos programas.

Em 2013, foram previstos R\$258 milhões e executados R\$220 bilhões. Em 2014, foram previstos R\$267 milhões e foram executados R\$195 milhões. E, para 2015, há uma previsão de R\$269 milhões.

Esse é o comportamento dos últimos anos relacionado ao tema.

Brevemente, abordei sobre como a Secretaria de Defesa Agropecuária está estruturada, ou seja, a quantidade, os órgãos, unidade e a quantidade de auditorias que fizemos e alguns temas relacionados à matéria.

No tocante à atuação do TCU em temas relacionadas à defesa agropecuária, eu fui separando pelos macroprocessos. Pegamos os estabelecimentos e estamos fazendo esse trabalho, utilizando uma metodologia específica de tema, inspeção de produtos de origem animal em frigoríficos – esses três Estados aí –, e estamos trazendo um breve resultado, já que esses trabalhos ainda estão em andamento, de alguns achados preliminares ainda que foram encontrados. Esse resultado não diverge muito do que foi apresentado pelo tribunal, da necessidade de melhoria.

Temos algumas coisas importantes a afirmar. Os programas de autocontrole estão sendo executados, conforme está previsto. Isso é importante, pelo menos locais onde estamos atuando.

As medidas corretivas de relatórios de não conformidade, na maioria das situações, estão sendo analisadas, estão sendo atendidas de forma tempestiva. Esse também é um ponto positivo.

E aquilo que o tribunal também já colocou: a necessidade de sistemas de informação para guardar esse registro de não conformidade. Na verdade, para um estudo e para se identificar um identificador, seja de controle, seja de avaliação, seja de direcionamento das próprias auditorias, isso é de suma importância, e nós identificamos essa ausência também.

Então, fizemos algumas recomendações preliminares, que estamos desenvolvendo, para criar a guarda desses dados de forma estruturada e de forma a permitir a utilização tanto na questão de prevenção, quanto na correção dos rumos.

Noutro macroprocesso, na questão das fiscalizações e inspeções, avaliar a atuação das superintendências federais de agricultura, pecuária e abastecimento da cadeia produtiva do leite, houve um trabalho específico lá no Rio Grande do Sul, e foram noticiados os problemas lá. Foram detectados problemas de inconsistências nos processos relativos aos autos de infração; dificuldade de atuação da SFA no processo de inspeção; e intempestividade da atuação da SFA no processo de fiscalização e inspeção em estabelecimentos e participantes da cadeia do leite. Então, geramos algumas recomendações, ou seja, as principais recomendações aqui; eu não trouxe todos os achados desse trabalho, que já está inclusive publicado num *site* da CGU, com todos esses resultados aí.

Outro trabalho relacionado a outro macroprocesso de regulamentação: Registro de Produtos de Uso Veterinário, de 2013/2014: analisar o fluxo de processos de solicitação de registro e alteração de produtos de uso veterinário no âmbito do departamento. Os principais achados que identificamos foi a não realização de

atribuição prevista no Regimento Interno referente à emissão de pareceres do registro de produto de uso veterinário; pareceres técnicos sem uma devida padronização, ou seja, conflitante em alguns casos; e carência de mecanismo suficiente para ordenamento cronológico dos pedidos de registro e alteração dos produtos veterinários. Esse também foi um dos problemas identificados da área da regulamentação e registro. Continuando, emissão de licença para uso de produtos veterinários sem completo atendimento, pelas empresas, de exigências necessárias; ausência de norma ou documento equivalente que contenha fluxo de registros e alteração para produtos de uso veterinário.

Então, há recomendações, e esses trabalhos estão tendo, digamos, uma interlocução grande com o Ministério para tentar resolver todas essas questões.

O impacto disso aí. Atraso na disponibilização no mercado de produtos veterinários, podendo ocasionar prejuízo ao detentor do produto, bem como aos compradores em razão da perda de produtividade, e o risco de tramitação desigual dos processos, privilegiando alguns e prejudicando interesses empresariais também. Nós identificamos esses possíveis impactos.

Outro macroprocesso, continuando, regulamentação e registro, focado nos registros agrotóxicos também. O objetivo da ação de controle é...

(Soa a campanha.)

O SR. CLÁUDIO ANTÔNIO DE ALMEIDA PY – ...avaliar os processos de pleito e de registro agrotóxico no âmbito do Departamento de Fiscalização. E as principais deficiências são a deficiência de estrutura da coordenação geral especificamente, falha na formalização de processos e na concessão de registros agrotóxicos e descumprimento dos prazos legais de avaliação dos pleitos.

Recentemente, como é do nosso conhecimento, foi lançado o Plano de Ação da Defesa Agropecuária e um dos temas colocados é justamente essa sinalização da necessidade de melhoria nesse aspecto.

Só mais dois temas rápidos.

Também normativo em relação à inspeção de produto de origem animal. Nós identificamos deficiência no fluxo de expedição dos normativos, fragilidade de atuação na elaboração desses atos normativos, falha na formalização dos processos administrativos relacionados à legalidade dos atos normativos e impropriedade do conteúdo técnico dos atos normativos também. Há várias recomendações para corrigirmos essa questão e o principal impacto disso é uma atuação equivocada dos agentes de defesa por conta dessa inconsistência e o cancelamento das próprias fiscalizações.

Por último, quero destacar a questão dos Lanagros, que são os nossos laboratórios específicos.

Essa auditoria está em curso, mas pelo resultado ficou clara a questão da carência de pessoal e também a contratação de terceirizados para substituir a atividade de serviço público.

Nós não entramos na parte da infraestrutura, porque esse novo programa é para dar condições – como está destacado logo aí embaixo – para melhorar uma das questões que eram crônicas no nosso laboratório, que é a infraestrutura, ou seja, dos equipamentos, das condições técnicas de lá.

Também está em curso a auditoria de contas, uma avaliação da fragilidade da ação de combate à mosca de carambola e à febre aftosa também. Nós temos identificado problemas e a necessidade de reforçarmos essa questão aí. Trabalho também em andamento. Preliminarmente, isso foi apontado em 2013 e estamos monitorando agora, neste exercício.

Concluindo o total de recomendações, eu não trouxe todas as recomendações, mas de cada um desses macrotrabalhos são 77 recomendações, sendo 22 totalmente atendidas. Há 40 recomendações em monitoramento, porque algumas delas são estruturantes, então o prazo de atendimento é demorado mesmo.

Há outros destaques que eu queria fazer para finalizar, como a necessidade de investirmos na questão da transparência principalmente dos sistemas, modernizar o seu sistema e dar transparência para a sociedade. Nós identificamos isso como crônico e importante. E também os instrumentos de fiscalização, já que dentro do Plano Nacional de Defesa Agropecuária anunciado recentemente há uma sinalização clara da necessidade de flexibilizar algumas ações de fiscalização, mas temos que, com isso, intensificar o uso de inteligência artificial para contribuir no processo de fiscalização, porque eu acho que isso é importante e vai trazer alguns frutos no futuro.

Obrigado a todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Cláudio de Almeida PY, que é Diretor de Auditoria da Área de Produção e Tecnologia da Secretaria Federal de Controle Interno da CGU (Controladoria-Geral da União).

Muito obrigada pela exposição.

De imediato, não sei se algum Senador quer falar, Senador Dário, Senador Blairo, Senador Moka...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente, vamos ouvir, primeiro, os palestrantes; depois, acho que seria interessante a nossa manifestação. De minha parte, essa é a minha sugestão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora, ainda não falou a representante do Mapa, não é? Mas uma coisa que fica clara para a gente é essa questão orçamentária, a execução. Eu gostaria que, na abordagem, vocês tratassem disso, não é? Porque, se não consegue alocar R\$300 milhões num Sistema Nacional de Fiscalização e Controle, vai querer o quê?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador Moka.

Passo agora a palavra ao Presidente do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários, Maurício Rodrigues Porto.

Também por dez minutos.

O SR. MAURÍCIO RODRIGUES PORTO – Bom dia a todos. Cumprimento a Senadora Ana Amélia, os demais componentes da Mesa, Srs. Senadores, colegas de Ministério da Agricultura, senhoras e senhores.

Inicialmente, Senadora, agradecemos o convite, essa oportunidade de debater um tema de suma importância.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer, aqui, o seguinte: o Ministério da Agricultura experimentou, ao longo desses anos, sucessivas trocas de ministros. Isso traz problemas sérios de gestão. Temos enfrentado isso já há coisa de dez anos para cá. Então, isso é um ponto altamente negativo.

O segundo ponto, Senadora, até na nossa posse, V. Exª se referiu à questão do contingenciamento de recursos para uma área estratégica, como o Senador Moka, aqui mesmo, levanta.

Outro ponto que levantaríamos é a questão interna do Ministério com relação à atualização da legislação. Nós temos algumas áreas com legislação de 60 anos. Não que elas estejam totalmente ultrapassadas, mas têm de haver uma atualização, e temos cobrado isso junto ao Ministério da Agricultura. Temos contribuído, inclusive, para o andamento da atualização dessa legislação técnica.

Eu citaria aqui: a defesa sanitária vegetal; a classificação vegetal; a vigilância agropecuária (Vigiagro), que já foi até objeto de fala aqui do nosso antecessor; a defesa sanitária animal; e o Riispoa, que é o que está em mais evidência no debate do dia de hoje, que é exatamente o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, que data de 1952, com algumas correções.

Internamente, já foi dita aqui a questão de pessoal no Ministério da Agricultura. Nós estamos numa situação um tanto quanto periclitante com relação a servidores públicos. Nós temos um quadro um pouco diminuído nesses últimos anos. Nós tivemos, de 2012, de janeiro de 2013 para cá, quase mil aposentadorias, nesse período, e só tivemos a reposição de 232 fiscais. Temos um concurso em vigor ainda, cujo prazo de validade foi prorrogado até julho do próximo ano, em que nós temos em torno de 800 colegas habilitados e que poderiam ser convocados para essas ações.

Nós tínhamos um quadro de 3.700; hoje, nós temos em torno de dois mil oitocentos e pouco, com a agravante ainda de que mais de 50% desse pessoal já tem tempo de aposentadoria.

Então, já foi até levantada aqui pelo Dr. Tiago essa questão da falta de fiscais, não só de fiscais, mas do pessoal também da área técnica, de apoio, e da área meio, administrativa.

Nós também temos pleitos junto ao Ministério da Agricultura com relação à questão da regulamentação do Decreto nº 7.127, que é de 2010, que é exatamente a questão da meritocracia, que é a forma de acesso aos cargos técnicos dentro do Ministério da Agricultura. Isso caminhou num certo momento; depois, parou exatamente por conta dessas sucessivas modificações, trocas de comando no Ministério da Agricultura.

Também foi falada aqui a questão do Vigiagro, a questão das nossas fronteiras. Nós temos um instrumento interessante de fixação de colegas nossos nessas áreas, que é exatamente a Lei nº 12.855, de 2013, que completa dois anos agora, dia 3 de setembro, e não foi regulamentada, não só para o Ministério da Agricultura mas também para o pessoal da Polícia Federal, da Receita Federal, Auditores do Trabalho, Polícia Rodoviária Federal, que é uma maneira, um incentivo de fixação desse pessoal nessas áreas de difícil provimento. É uma gratificação de locais de difícil provimento.

Por fim, para a gente já passar a palavra a outro colega, a gente também tem a questão do treinamento e capacitação do corpo técnico do Ministério. Anteontem, a Ministra da Agricultura já fez o lançamento, inclusive com a presença da Srª Presidenta da República, Dilma Rousseff, da Escola Nacional de Gestão Agropecuária que, para nós, é um passo importante já nesse aspecto de capacitação, treinamento, atualização dos técnicos.

E o último ponto que a gente levantaria aqui é a questão da execução das ações através de convênios. E agora se fala um pouco na terceirização e que a gente tem debatido muito esse tema através de seminários e outros fóruns. E só levantando aqui a questão dos alimentos, é um direito do cidadão e um dever do Estado garantir esses produtos.

E aí, Senadora, eu gostaria de finalizar dizendo que nós não defendemos o que está aí, a gente defende que a coisa... Nós temos que debater o assunto e procurar modernizar, atualizar todas essas ações do Ministério da Agricultura para que a gente possa ter um Ministério forte, capaz de dar cabo a tudo aquilo que é da sua atribuição regimental.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Maurício. Não só o Ministério forte, mas uma defesa agropecuária fortalecida, valorizada, prestigiada e executando o seu trabalho para preencher todos os vazios levantados tanto pela Controladoria-Geral da União quanto pelo próprio TCU.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Presidente, desculpe. Maurício, traga a contribuição, através da organização de vocês, para melhorar, aperfeiçoar a legislação aqui. Traga. Não precisa ser o texto legal, mas, por escrito, para a gente, para contribuir com isso.

O SR. MAURÍCIO RODRIGUES PORTO – Senador, talvez o nosso representante do Ministério vá dizer que todos esses pontos já estão trabalhados no Ministério da Agricultura. Alguns vieram, outros não. Alguns estão parados na Consultoria Jurídica. A gente não entende.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas não manda para o Ministério, porque às vezes o Ministério fica dependendo também de controle de Governo, e é natural que o Ministro faça isso. Mas manda diretamente aqui para a Comissão de Agricultura as sugestões de vocês. Se a gente tiver iniciativa, muitas não teremos, mas as que a gente tiver competência, aquelas que não forem privativas do Executivo, nós já faremos, conversando com vocês que estão na ponta, que conhecem o problema.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Doutor e meu caro Senador Moka.

E agora, propositalmente, eu deixei por último o Dr. Luis Eduardo Rangel, que é Secretário Substituto da Defesa Agropecuária do MAPA, porque vimos aqui os lados de auditoria, resultados, a posição dos fiscais, então, agora queremos ouvir o representante do MAPA, já antecipando agradecimentos à sua presença aqui e também à Ministra Kátia Abreu.

O SR. LUIS EDUARDO RANGEL – Eu que agradeço, Senadora. Eu peço desculpas pelo fato de o Dr. Décio não ter podido estar presente. Ele está acompanhando a Ministra na reunião com a Chanceler Merkel.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS. *Fora do microfone.*) – A Ministra da Agricultura da Alemanha.

O SR. LUIS EDUARDO RANGEL – Isso. Então, ele me pediu para representá-lo e eu estou muito honrado de estar aqui.

Eu queria agradecer a iniciativa, Presidente e Senadora, Senadores, e principalmente Senador Moka, por ter levantado a bola e a deixado quicando, para a gente ir exatamente ao ponto, imaginando que os senhores queiram mais esclarecimentos.

Eu acho que todos os meus colegas de Mesa antecederam uma série de pontos aqui que vão induzir um pouco da apresentação. E tudo isso já vou resumir para vocês. Há vários eslaides aqui e a Senadora, até com mais propriedade do que eu, antecipou a questão do posicionamento da nossa agropecuária no cenário internacional. Então, não vai ser necessário dissertar sobre esse assunto.

Vamos direto ao ponto que é o Plano de Defesa Agropecuária. Tanto os achados do TCU quanto os da CGU e os clamores das associações, sindicatos etc., durante todo este período, fizeram com que o Ministério da Agricultura agisse de maneira difusa, de maneira pontual, na tentativa de soluções dessas questões. E, agora, em 2015, com a iniciativa da Ministra Kátia Abreu, foi lançado o primeiro PDA, que é o Plano de Defesa Agropecuária, cuja visão, basicamente, é tentar congrega, num único plano, a tentativa de organização de todas essas iniciativas.

Então, vou tentar, rapidamente, passar para os senhores alguns desses conceitos.

O panorama, vou passar. Os senhores sabem que agricultura temos, alimenta o mundo inteiro, é reconhecida como uma agricultura segura, exatamente por causa da defesa agropecuária, este é um ponto que eu queria ressaltar. Diferentemente de alguns outros setores da agropecuária, que também são de excelência, a defesa agropecuária acaba agindo de maneira silenciosa, e, obviamente, como a defesa militar, por exemplo, a gente precisa da defesa agropecuária como uma questão de soberania nacional. E esta Casa sempre tem apoiado o Ministério da Agricultura para tentar fortalecer esse eixo da defesa agropecuária como uma questão importante.

Então, mostrando aqui a evolução da balança comercial. Isso é óbvio, são dados, a gente vê aqui, 2015, são preliminares, vocês vão ver isso aqui crescer muito mais, mesmo em época de crise. A gente já tem mapeamentos, através de processos de inteligência corporativa, dizendo que o nosso foco de comercialização tem que ser a Ásia, exatamente pelo crescimento que aquela região vai ter no mundo, e a expectativa que a gente

tem de exportações. Esse desafio, obviamente, é ter essas redes estruturadas, mas isso aqui são conceitos gerais. Este mapa me preocupa, tenho colocado em muitas apresentações, são os riscos associados às pragas e doenças no mundo e vinculados aos fluxos comerciais que temos com esses outros países.

Então, as ameaças sanitárias e fitossanitárias estão por todos os lados, e a defesa sanitária e fitossanitária no Brasil tem, como missão, estabelecer, então, essas barreiras na entrada e gerenciar, através de políticas públicas, as práticas que estão, hoje, instaladas no Brasil, porque não bastam as políticas de estabelecer uma barreira forte na entrada e negligenciar, por exemplo, pragas importantes que estão acontecendo no Brasil, como foi relatado pelo colega do TCU, a questão da febre aftosa, que estamos logrando êxito na erradicação total do Brasil, mas, por exemplo, pragas que estão negligenciadas ou que estão precisando de uma atenção pública, como o bicudo do algodoeiro, que é uma alimentação forte para a agricultura nacional.

Este mapa também nos preocupa. Através desse processo de inteligência que estamos gerando, é demonstrado que a gente tem uma área de fronteira e de risco de fronteira, através do mapeamento da Embrapa, maior do que a possibilidade que temos hoje, instalada, de tentar fazer esse monitoramento formal.

Então, são dois gráficos que gosto de colocar na sequência, um mapeamento recente da Embrapa dos pontos de risco e o mapeamento dos pontos instalados oficiais da vigilância agropecuária internacional.

Eu só queria dar um destaque de que, obviamente, a vigilância agropecuária internacional, este serviço que foi destacado pelos colegas do TCU e da CGU, não reflete somente a questão da vigilância como um todo, lato do Ministério da Agricultura. Vigilância agropecuária é um serviço feito por todos, pela União, através do seu sistema federal nas fronteiras em parceria com outras instituições transversais do Governo Federal, Polícia Federal, Receita etc., mas também pelos Estados e Municípios fronteiriços, que têm uma responsabilidade maior, nessa questão da vigilância agropecuária, do que os Estados do interior do Brasil.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Mas a responsabilidade é da União, o que vocês fazem é só um convênio.

O SR. LUIS EDUARDO RANGEL – Exatamente. Vou falar do dinheiro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Vocês fazem o repasse do dinheiro.

O SR. LUIS EDUARDO RANGEL – Vamos chegar ao dinheiro, Senador.

Então, temos uma série de iniciativas e investimentos com relação à quarentena, a questão das marcas e da certificação oficial e da atividade inequívoca do Estado nesse processo de certificação, na inspeção e na fiscalização. É fundamental que as marcas oficiais reconhecidas por todos sejam preservadas e incentivadas, fortalecidas nesse processo, e esse crescimento todo... Como foi demonstrado, não existe, na verdade, uma correlação entre o investimento que está sendo feito na defesa agropecuária e a proporção que a gente beneficia o Brasil nas exportações, e, por vários motivos, não só por dotação orçamentária, Senador, como V. Ex^a colocou, mas por eficiência na alocação de recursos. Vamos falar um pouquinho sobre isso.

O Plano de Defesa Agropecuária visa a exatamente isso: promover e implementar uma série de ações de defesa agropecuária, congregando todos esses pontos e achados de auditoria que foram feitos pelos colegas do TCU e da CGU, ao longo destes últimos dez, quinze anos, tentando criar um programa sustentável e monitorável, para que a gente possa implementar, num determinado universo de tempo, casado com o PPA, essas ações que temos obrigação de fazer.

Então, comentado aqui pelo Maurício, a questão da modernização e desburocratização. Foi tocado pelo TCU. Não temos uma base de dados unificada para poder gerenciar a gestão agropecuária.

A iniciativa foi feita em parceria público-privada com a CNA e lançada uma primeira plataforma que se chama PGA (Plataforma de Gestão Agropecuária), que está sendo modernizada agora para incluir não só a questão animal na guia de trânsito animal, como também a área vegetal. Esse é um processo que não preciso dizer que é lento, porque é um processo de informatização, que vai congrega 27 Estados em níveis heterogêneos de desenvolvimento, que precisam ser congregados, mas que está em fase avançada. Na área animal já está superada e esperamos que, até o final do ano que vem, 2016, estar com toda a base, animal e vegetal, ali dentro.

Qual é a diferenciação dessa questão? Vou ter informação. Informação é poder para fazer uma tomada de decisão correta nesse processo. Então, essa questão é fundamental. Além das iniciativas da Ministra Kátia Abreu, e ela é uma perseverante gestora nessa questão, do que ela chama de mapa sem papel, da informatização dos processos, porque infelizmente hoje trabalhamos com processo em papel, que é lento. A defesa agropecuária não pode ser lenta. Você tem que tomar uma decisão quase que imediata quando você detecta uma ameaça.

O marco regulatório, o Dr. Maurício colocou muito bem para gente e vou tentar explicar. Queria agradecer, Senador Moka, essa possibilidade que V. Ex^a dá de interagirmos melhor com esta Casa. Temos o marco legal... O Presidente foi até um pouco humilde falando que tem 60 anos, mas só o marco de defesa vegetal tem 80 anos. Não quer dizer que seja ruim, mas estamos tendo uma legislação que regula a defesa vegetal e animal

numa realidade que não é a realidade atual, com tecnologias transgênicas, com produtos de alta tecnologia etc. Então, é necessário avançar.

O que estabelecemos no plano de defesa é uma possibilidade de organizar essas iniciativas pulverizadas, tanto do decreto como da modernização da classificação vegetal, num projeto... talvez não num texto só, Senador, num projeto que tenha a excelência e a fortaleza dos dados técnicos, que foram produzidos pelos técnicos do Ministério, para que o Legislativo nos auxilie a estabelecer um texto, com a boa prática regulatória, que atenda à defesa agropecuária.

Quero só lembrar uma coisa. A defesa agropecuária foi negligenciada na lei agrícola, depois por esta Casa foram colocados dois artigos de defesa agropecuária, e pulverizadamente, tem alguns artigos colocados em algumas leis. A nossa intenção é colocar isso dentro de um texto legal, que fortaleça a defesa agropecuária.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – E criar através do pessoal, do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais, protocolos. Eu sou médico, e não é diferente do médico veterinário. Temos que estabelecer protocolos para agir dessa e daquela forma. É isso que organiza serviço.

Se cada fiscal tiver uma conduta para determinada coisa...

O SR. LUIS EDUARDO RANGEL – Queria lembrar, Senador, que esse foi um dos achados do TCU e da CGU, a falta de manualização do processo. Não quero dizer que seja uma questão crônica. Existem áreas mais críticas na questão da manualização e o processo desse marco regulatório, da boa prática regulatória no Ministério, prevê a manualização padronizada dessas questões.

Então, com conhecimento e suporte estratégico, áreas de inteligência. Já usamos o conceito de inteligência, mas infelizmente, não de maneira organizada. Precisamos organizar o conceito de inteligência, porque hoje fazemos parte do Sisbin, mas dentro da defesa agropecuária, identificando se ameaças que acontecem em países que conhecemos podem ter maior risco de entrada no Brasil e quais são as soluções que eles deram nessas situações. Mais do que isso, a questão do desenvolvimento regional, Senador, porque se olharmos para a fronteira como uma ameaça...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIS EDUARDO RANGEL – ...e queremos construir muros contra os nossos vizinhos, é mais fácil o Brasil, com a potência que tem, influenciar o desenvolvimento regional, tanto na questão da saúde animal quanto da sanidade vegetal. Os conselhos de que hoje o Ministério participa e que preside, que é o caso do Cosave e da CVP, têm esse mérito de tentar desenvolver em âmbito regional, para evitar que tenhamos que criar um muro na fronteira com relação a boi em pé e outras questões.

Então, o suporte estratégico fala dos laboratórios, do investimento nessa questão. Queria destacar, já que estamos falando de dinheiro, um volume realmente significativo. Para manter laboratórios do alto nível que temos e de reconhecimento internacional é uma questão de recursos pesados. Conseguimos agora o não contingenciamento, pelo menos nesse orçamento deste ano, através da Ministra Kátia Abreu, de recursos para defesa. Com todos os contratempos, a defesa teve 100% do orçamento garantido para poder executar suas atividades. Esse é um grande mérito para defesa, já que as outras áreas do Ministério não tiveram essa sorte. Essa sustentabilidade da defesa que precisamos, Senadores, já que estamos falando de recursos, necessita de previsibilidade. Depender só do Orçamento da União pode ser uma coisa difícil de gerenciar por conta dos contingenciamentos, preferências que existem nesse processo.

Então, ferramentas que já existem e precisam ser regulamentadas nós precisamos definir, como a questão do Fundo Federal Agropecuário. Através de cobrança de taxas e algumas outras atribuições, isso reverte diretamente para o processo de defesa agropecuária, sem a dependência direta do Tesouro, o que facilitaria a execução das questões.

Então, falando da questão da fronteira como outro achado, estamos lançando um programa específico de fronteiras que prevê exatamente o que a gente comentou, Senador, não só a execução direta do Ministério da Agricultura nas áreas do Vigiagro, mas a colaboração, através de repasses de recursos prioritários para esses Municípios que são fronteiriços, porque eles são parte do processo de defesa.

Essa responsabilidade é da União, como um todo, mas o Estado está colaborando. Então, ele precisa receber recursos para esse tipo de atividade. Nós definimos que, preferencialmente, Estados fronteiriços e aqueles Municípios vão ter uma atenção especial, porque eles fazem parte de um sistema de alta vigilância em fronteiras.

Há os programas técnicos, como por exemplo o do combate à mosca das frutas, que, na área vegetal, talvez seja uma das maiores limitações às nossas exportações. Então, a gente tem previsto que ao atingir esse problema na fruticultura brasileira, a gente possibilite um aumento de investimentos na exportação de frutas do Brasil. A gente tem excelência em grãos, mas grãos dependem muito pouco da certificação fitossanitária e

do controle de pragas para garantir a certificação de exportação. Já para a fruticultura, a gente tem um potencial imenso, mas tem as limitações sanitárias, vamos tentar superá-las.

Tem a questão do fortalecimento dos laboratórios, ações de trânsito internacional, outros itens que precisamos, além da febre aftosa, para a parte de pecuária. Senadora, só para que a Senhora entenda, a questão da tuberculose, da peste suína clássica. Todos esses são projetos técnicos que serão perseguidos nessa questão.

Nós temos, por exemplo, uma questão *sui generis*, o Brasil tem dimensões continentais e a gente tem um bom sistema, eficiente, no trânsito internacional, para poder garantir nosso *status* sanitário. Agora, existe peste suína na Região Nordeste do Brasil, mas não existe em Santa Catarina. Então, precisamos também garantir o trânsito interno para preservar as áreas livres garantidas.

Um fator que vai atender exatamente a esse anseio da eficiência na gestão é o monitoramento do plano. Eu preciso de ferramentas eficientes para monitorar tudo o que estou propondo aqui dentro, principalmente a questão dos investimentos e o atingimento de metas, porque senão a gente vai continuar com o problema, que não é específico, é geral, que tanto o TCU quanto a CGU identificaram, que é a falta de uma padronização e de metas para você garantir o atingimento daqueles objetivos de gestão do Ministério da Agricultura. Isso faz parte do plano.

Senador, vamos tentar abordar a questão dos recursos. Tradicionalmente, a média dos recursos orçamentários que a Secretaria de Defesa Agropecuária recebe por ano é por volta de R\$ 200 a R\$ 250 milhões, tradicionalmente, de 1996 até agora. A média de execução é por volta de 70%. Eu queria deixar uma coisa clara para os Senhores, que essa média – o TCU e a CGU podem detalhar um pouco mais – não é uma média muito diferente de outras áreas da Administração Pública que têm de operar com a máquina do Governo.

É natural que a gente tenha, por exemplo, gargalos à eficiência do processo de alocação de recursos, como a questão administrativa, a descentralização da execução desses recursos através das Superintendências, a heterogeneidade administrativa que eu tenho entre Superintendências. Então, a Região Norte tem mais dificuldades em fazer licitações, pregões, etc., do que a Região Sul do Brasil; a questão da adimplência e da inadimplência dos Estados para receber recursos através dos convênios, para poder executar a defesa agropecuária.

Todas essas questões acabam limitando a eficiência na execução dos recursos, o que é o nosso pior problema, porque acabo tendo, no final do exercício, uma sobra de recursos que terminam voltando para os cofres do Governo porque não foram eficientemente gastos. Foram eficientemente detalhados, descritos e disponibilizados, mas nem sempre eficientemente gastos.

Para tentar solucionar esse problema, o Ministério tem tentado perseguir, junto ao Ministério da Fazenda, novas ferramentas de contrato de gestão, principalmente com os Estados, que são os executores da defesa, para que a gente possa dar agilidade sem perder qualidade nas ferramentas de convênio que temos com os Estados. Lembrando que, se somos 2.800 fiscais federais agropecuários, somos mais de 60 mil fiscais estaduais, que montam um sistema unificado de defesa agropecuária. Então, nós temos uma competência, um compromisso federal intransferível, mas temos de contar com esse exército de fiscais que potencializam a nossa execução através desse repasse de recursos, considerando o nosso sistema federativo. A conclusão é que essa modernização institucional do sistema de defesa tem os seus aspectos para poder atender a essa questão da infraestrutura. Desenvolver um planejamento de médio prazo é fundamental para isso. O plano de defesa visa a enfrentar todas as questões abordadas aqui.

Eu queria deixar uma mensagem, Sr^a Presidente, para que a Senhora entenda o quão importante foi essa questão do Plano de Defesa Agropecuária.

Nós estamos identificando, dentro do Ministério, dois grandes momentos de revolução na parte do serviço público no Ministério da Agricultura: um em 1974, quando foi lançada a Embrapa; outro em 2015, quando, pela primeira vez, a defesa agropecuária está sendo olhada com essa atenção especial pelo Governo Federal. Então, a gente espera retribuir isso através de um plano organizado e eficiente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Luis Eduardo Rangel, que foi bastante claro na exposição que fez aqui, mostrando aí esse plano. Lembrando aqui que, ontem, no dado que apresentou, e o Senador Moka também argumentou aqui, o valor total orçado para os convênios com os Estados, onde está, digamos, a base maior também desse processo de fiscalização sanitária, é de R\$80 milhões para convênios com os Estados. Parece pouco, mas agora nós vamos começar...

Queria agradecer a presença do Senador Blairo Maggi, do Senador Moka, do Senador Benedito de Lira, que foi nosso Presidente na Legislatura passada, e do Senador requerente, Dário Berger. Eu queria fazer uma saudação especial também ao Deputado Evair de Melo, que é do PV, do Espírito Santo. Já é a segunda vez que participa da nossa Comissão, desta audiência pública. Nós estamos muito contentes com isso. Até chamo a atenção do Secretário Marcello Varella, pela alegria de termos aqui o Deputado Evair. Muito obrigada pela sua presença!

E, pela ordem, porque a preferência nos questionamentos é do requerente, Senador Dário Berger. Em seguida, Senador Moka, Senador Blairo, Senador Benedito.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Bem, eu quero saudar a nossa Presidente, Senadora Ana Amélia. Quero aproveitar para saudar também os nossos palestrantes. Saúdo aqui os nossos colegas Senadores, o Deputado Evair de Melo.

Quero só acrescentar que uma audiência pública, Srª Presidente, é sempre uma aula, ou melhor, uma palestra. Aliás, foram várias palestras. Então, eu quero agradecer a presença de todos os senhores nesta nossa audiência pública.

Bem, a presente audiência pública é a primeira de uma série de audiências programadas para que possamos levar a bom termo a avaliação da Política de Defesa Agropecuária do País.

A escolha da Política de Defesa Agropecuária deu-se em decorrência da aprovação do Requerimento nº 14, de 2015, nesta Comissão, o qual tive a honra de subscrever juntamente com a Senadora Ana Amélia, Presidente desta Comissão, ficando incumbido da importante e desafiadora missão de relatar a avaliação da política pública de Defesa Agropecuária ao final desta Sessão Legislativa.

O momento para essa avaliação, acreditamos, não poderia ser mais oportuno. Ou seja, razão não nos falta. Desafios, além dos desafios tradicionais que nós encontramos, como a carência de fiscais, as dificuldades para a plena implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, ou também a morosidade do registro de agroquímicos, seja em razão dos desafios trazidos pela conjuntura econômica atual, que exigem empenho do setor público e do setor produtivo para que as barreiras sanitárias e fitossanitárias não sejam entrave na comercialização da produção nacional.

Além disso, é importante destacar que, no primeiro semestre deste ano, o Governo Federal lançou o Plano de Defesa Agropecuária, que, entre outros objetivos, buscou reduzir a burocracia para tomada de decisões e atualizar o marco regulatório vigente, simplificando normas e procedimentos.

Em face do exposto, Srª Presidente, senhores palestrantes, eu passo, então, a fazer alguns comentários e, ao final, algumas perguntas para os palestrantes, que nos honram com a sua presença.

A avaliação da Política de Defesa Agropecuária se reveste de significativa importância, tendo em vista o seu papel estratégico para o desenvolvimento e a sustentabilidade do agronegócio, responsável, Senador Moka e Senador Blairo, por nada mais, nada menos do que aproximadamente 23% do Produto Interno Bruto brasileiro e por cerca de 40% das exportações nacionais.

Então, o agronegócio é um vetor econômico dos mais expressivos. E se o Brasil ainda está rodando economicamente, vamos agradecer fundamentalmente ao agronegócio.

Além disso, o Brasil é um país de dimensões continentais, como todos sabemos. Possui mais de 15 mil quilômetros de fronteiras terrestres, o que aumenta substancialmente a dificuldade dos órgãos de defesa agropecuária em proteger nossos territórios da introdução de vetores de pragas e doenças.

Especificamente quanto ao caso da febre aftosa, há um significativo espaço para avanços, uma vez que, no Brasil, apenas o Estado de Santa Catarina, diga-se de passagem, meu Estado, é considerado área livre de febre aftosa sem vacinação pela Organização de Saúde Animal.

Com relação a esse assunto, a Ministra Kátia Abreu tem enfatizado a necessidade de atuação em conjunto com os demais países da América do Sul, para uma completa erradicação dessa doença em nosso Território.

Então, vai a primeira pergunta, e acho que deve ser dirigida a V. Sª, Dr. Luis Eduardo Rangel, como representante do MAPA, e que me causa curiosidade sobretudo no estágio atual de desenvolvimento das ações da defesa agropecuária e sobretudo nos países limítrofes e permite-nos ter, aí vem a pergunta, uma expectativa realista de erradicação da febre aftosa no continente sul-americano, seja a curto, a médio ou a longo prazo. Queria que o senhor fizesse uma avaliação disso. Qual seria a expectativa do Ministério com relação a este que reputo ser um dos objetivos essenciais do Ministério e evidentemente do Brasil?

Na segunda indagação que faço, e antes faço uma pequena introdução, reporto-me à auditoria operacional realizada pelo TCU, no âmbito das ações de defesa sanitária animal e vegetal na fronteira brasileira, que foi objeto do Acórdão nº 2.961, de 2012, do Plenário do Tribunal e identificou, como bem exposto aqui, a existência de fragilidades nessas ações, como deficiências físicas nas instalações do MAPA, nos postos de fronteiras e portos secos, que dificultam a liberação de cargas ou expõem a riscos fito e zoossanitários, controles internos deficientes, não realização de fiscalização de bagagens e passageiros, inexistência de equipamentos necessários à fiscalização e ao tratamento de mercadorias rejeitadas em portos, aduanas, postos e travessias oficiais de fronteiras e ausência de fiscalização ostensiva pelo MAPA em estradas secundárias, rios e demais vias informais de acesso a outros países, entre outras fragilidades apontadas. Pergunto, e acho que esta pergunta vai para o Dr. Tiago Modesto, que representa aqui o Tribunal de Contas da União: quais foram as principais repercussões que o senhor pode tirar do trabalho realizado pelo TCU quanto à melhoria das ações já implementadas na de-

fesa agropecuária, sobretudo nas regiões de fronteira? Quais deveriam ser as ações prioritárias emergenciais para que pudéssemos efetivamente avançar nesta área?

Terceiro, conforme levantamento feito pela Senadora Ana Amélia, em audiência pública com a Ministra Kátia Abreu nesta Comissão, em 19 de março do ano corrente, conforme dados da Controladoria-Geral da União, somente na Superintendência do Rio Grande do Sul, foi estimada uma defasagem de 66 fiscais agropecuários, e, acreditem, de 1.715 agentes de inspeção sanitária industrial de produtos de origem animal. Isso é especialmente preocupante, ainda que a informação constante do relatório da auditoria operacional realizada pelo TCU, em 2011, seja de que, entre os 3.302 fiscais federais agropecuários do MAPA, apenas 149 estariam lotados nas cidades de fronteira.

Pergunto então aos representantes da AGU, do TCU e também do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento se existe estimativa quanto a uma lotação ideal para os quadros de fiscais agropecuários e agentes de inspeção no quadro das superintendências federais de agricultura nos Estados e na SDA, bem como se há consenso acerca de soluções para que se viabilize maior efetividade das atividades de defesa agropecuária nas regiões de fronteira.

Quarto e último, Srª Presidente, para não exagerar aqui no meu espaço: o Governo Federal lançou no mês de maio o Plano Nacional de Defesa Agropecuária. Entre os pontos sobre os quais está alicerçado o plano, destaca-se a sustentabilidade econômica da Defesa Agropecuária, que inclui o objeto de disponibilizar recursos para a realização de convênio para os 27 Estados ou Unidades da Federação. E um dos apontamentos do relatório da auditoria realizada pelo TCU no âmbito das ações de defesa sanitária animal e vegetal na fronteira brasileira, em 2011, é justamente o fato de que o bloqueio dos repasses dos recursos federais nos Estados, motivado por contingenciamento de despesa ou por casos de inadimplência dos entes beneficiados, constitui uma das mais agravantes limitações operacionais dos Estados quanto às ações de defesa sanitária na linha de fronteira. Com relação a esse assunto, o TCU recomendou no acórdão que já mencionei aqui que a SDA promovesse estudos com vistas a obter soluções possíveis para garantir repasses automáticos e regulares de recursos aos Estados e Municípios, independentemente de convênio ou instrumento congênere, para o financiamento de projetos e programas de defesa fito e zoossanitária. As atividades de defesa agropecuária possuem importância estratégica de médio e de longo prazo no âmbito nacional, não sendo razoável que fiquem sujeitas a paralisações, seja por contingenciamento orçamentário no âmbito da União, seja por inadimplência do ente beneficiado no serviço auxiliar de informações para transferências voluntárias do Cauc. Pergunto, também acho que devo perguntar para o Dr. Luis Eduardo Rangel: o Ministério vislumbra alternativa para que estes repasses não fiquem sujeitos a contingenciamento ou à retenção dos recursos em função de eventual inadimplência do ente?

Bem, feitas essas observações, acrescento aqui que o agronegócio e a defesa sanitária se constituem, imagino eu, numa das mais importantes prioridades do Governo Federal com relação ao agronegócio propriamente dito. Como expus no início do meu comentário, fico até impressionado e orgulhoso de participar da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sabedor hoje de que esse vetor econômico é extremamente representativo e merece de nossa parte uma atenção toda especial para que possamos continuar avançando.

Nesse sentido, o nosso objetivo, como Relator dessa matéria, não é outro senão buscar os subsídios necessários e propor – vamos dizer assim – métodos, encaminhamentos, simplificações de procedimentos para que possamos avançar de maneira mais objetiva, mais rápida, para que possamos fazer mais com menos, porque essa é a regra atual da economia, que se faz necessária.

Portanto, eram essas, Srª Presidente, as indagações que gostaria de fazer, agradecendo, mais uma vez, a presença de todos os nossos palestrantes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador Dário Berger, que é o requerente desta audiência e também o Relator desta Comissão para tratar da relevância da defesa agropecuária.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Srª Presidente, acho que foi uma inquirição o que o Dário fez. É importante que os palestrantes saibam que esta Comissão, no final do ano, vai apresentar um relatório e um dos temas escolhidos por nós sobre a eficiência de políticas públicas é essa questão de vigilância sanitária. O nosso Relator é exatamente o Senador Dário Berger. Daí, então, a audiência, a origem da audiência: é que, no final do ano, ele vai apresentar um relatório.

Acho que temos que colocar nesse relatório peso político, Srª Presidente, e consistência. Digo que vivemos um ciclo vicioso. Depois quero perguntar uma coisa para o Tiago Modesto, do TCU. O TCU eu quero elogiar, porque todas as auditorias faz muito benfeitas. Claro que eles devem ter uma metodologia, um pessoal, imagino eu, altamente técnico e capacitado, porque tiveram o cuidado de mandar para nós, imprimiram aqui, o resultado da auditoria e percebe-se, lendo aquilo, que você se identifica com a deficiência que você tem no seu Estado.

Digo o seguinte, Luis, ontem, a Senadora Kátia Abreu fez uma prestação de contas na CNA. Confesso, embora amigo da Senadora desde Deputado Federal, confesso e digo publicamente – e sou suspeito, porque sou muito amigo – que é impressionante a capacidade da Ministra de estabelecer metas, normas, padronizar. Ela disse que está saindo o concurso para chamar 600 fiscais. Ela já disse aqui nesta Comissão que vai acabar com essa história de que é o Ministério da Agricultura que tem que colocar um fiscal numa coisa que é comercial, um frigorífico. Ora, esse pessoal tem que ter a preocupação de ter gente para cuidar do controle do produto deles, da qualidade do produto deles. Esses fiscais nossos têm que se transformar em auditores, ir lá e fiscalizar o que está acontecendo. Está errado? Caneta no cara. Não vamos dar conta de ter um fiscal agropecuário para cada empreendimento que este País tiver nessa área. Não tem como ter! Lógico que ela está correta nisso.

Criou-se um ciclo vicioso. Nós não conseguimos... O Governo fala assim: 200 milhões, e ainda tem sobra nos Estados ou não conseguem repassar pela inadimplência. É um ciclo vicioso, porque os Estados bancam esse sistema há muito tempo. Pode pegar e fazer uma estatística, Dr. Tiago, que o senhor verá que a fonte de financiamento, na maioria das vezes, a maior parte sai dos Estados. Os Estados têm medo, Senadora Presidente, de aumentar a estrutura e não ver o recurso ou ver muito pouco e ficar com uma estrutura grande demais. A estrutura é tão pequena que não consegue rodar.

O pior de tudo: na hora em que vamos pedir, na lei orçamentária, todo ano – desde quando era Deputado, brigo e penso que alguém deve ter interesse nisso; não tenho nenhum interesse, só acho um absurdo não temos recurso para um setor que é fundamental para economia –, para gastar R\$200 milhões, vou dar um dado desatualizado, só de carne, considerando suíno, ave e o boi, nós exportamos algo em torno de US\$8 bilhões, e não conseguimos alocar, no Orçamento da União, para a Vigilância Sanitária, R\$300 milhões para bancar os 27 Estados, porque, embora tenha de haver a participação do Município, do Estado e da União, a responsabilidade da fiscalização é da União, que faz o convênio e transfere. Então, eu acho que tem de ficar claro isso e bater em cima. É claro que não é só recurso, eu concordo. Há a questão da eficiência, da gestão. Mas isso eu acho – e posso estar enganado – que nós teremos no Ministério da Agricultura.

Eu ouvi a exposição da Senadora Kátia e, Blairo, me impressionou, porque, por exemplo, quanto à febre aftosa, apenas três Estados ainda estão com problemas, em termos de exportação, com vacinação. São três Estados. E ela acha que só no Amapá não ficará pronto. O objetivo dela é que até fevereiro ou no início de 2016, ela pretendia que o País inteiro fosse declarado livre de febre aftosa com vacinação para exportação. Então, isso demonstra gestão, eficiência. Tudo bem, mas eu acho que...

Dr. Maurício, os fiscais com os quais eu me relaciono há muito tempo – e eu fui um dos que brigaram, pois era um absurdo –, mas os fiscais da agricultura e da pecuária eram os únicos que eram fiscais e eram pagos de forma diferente. Era ridículo aquilo, uma diferença absurda, algo que não tinha pé nem cabeça. E sempre faço uma crítica ao movimento deles, porque deixaram de fora os administrativos e o pessoal do nível médio. Eu acho que isso está errado e vocês tinham de se juntar para ter força e ajudar todo mundo. Mas, eu acho que isso foi fundamental, porque temos gente qualificada, concursada.

Agora, Presidente, nós vamos novamente para o Orçamento. Vou fazer questão de pegar a lei orçamentária, quando chegar aqui, e verificar quanto veio. Não vieram 200 milhões. Duzentos e sessenta milhões só com briga nossa aqui. Não vem. Do Ministério do Planejamento, não vem.

E a Senadora disse ontem: “Quem corta, quem faz contingenciamento não é o Ministério do Planejamento”. O Ministério do Planejamento fala assim: “Cada Ministério tem que cortar tanto”. Ela priorizou, ela não tirou um real do orçamento da Vigilância Sanitária. É o Ministro quem define onde corta, onde contingencia.

Agora, à LDO, eu tenho uma emenda, nunca conseguimos colocar... Eu acho que deveria ser proibido contingenciar recursos como esses da Vigilância Sanitária, porque isso é preventivo. Se você não tiver os recursos à hora, não adiantará depois que houver febre aftosa. Eu sei, porque o prejuízo que deu em meu Estado a febre aftosa em duas situações foi monstruoso.

Então, eu não tenho perguntas, Maurício.

Mas, Dr. Tiago, eu gostaria de saber, a título de curiosidade, qual é a sua formação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Como é muito singela a pergunta...

O SR. TIAGO MODESTO – Eu sou Engenheiro Agrônomo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Estão vendo? Eu tinha quase certeza disso, e olha que eu sou médico! É o que eu digo: pessoas certas nos lugares certos. Este País tem que dar certo com eficiência, com seriedade. Parar com essa roubalheira desenfreada e colocar isso nos eixos. Não é possível, é algo que a mim, que sou de um Estado produtor como Mato Grosso do Sul... Temos de pedir recurso a pau e corda, como costumamos dizer lá, e conseguimos R\$5,6 milhões para um convênio com Mato Grosso do Sul.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O total, Senador Moka, do orçamento do Ministério da Agricultura para os convênios com os Estados, veja só, é de 80 milhões. Não é suficiente.

Então eu agradeço.

O assunto foi muito bem levantado pelo Senador Moka.

Passo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Não, não. Não, eu pensei que... Porque o senhor perguntou... Desculpe, Senador Moka, por favor. Senador Blairo, com licença, é o Senador Moka. *(Risos.)*

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Vai, termina.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agora todos ficaram...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não, é porque...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Ele deu o ponto final. Perguntou para o Dr. Tiago qual era a formação...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não, eu estava me dirigindo a ele para fazer um parêntese.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O senhor disse que não ia fazer perguntas.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – A senhora cassou a minha palavra. *(Risos.)*

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora, é porque esse é um assunto em que, eu acho, tudo é importante. Gente, essa é a parte da economia que está dando certo, é o que move este País! Imagine, Deus me livre, se ficarmos impedidos de exportar! E aí? Será que não tem ninguém que fale no Planejamento: “Vamos acudir, vamos colocar recursos, vamos ver onde, vamos estruturar bem isso, para não acontecer”?

Eu só queria concluir assim: na hora, quem planeja, quem destina recursos, coloque recursos. Agora, é claro que também, com essa inadimplência, com sobra de recursos, eles têm até argumento: “Não vamos colocar mais recursos, porque o que a gente coloca vocês não conseguem gastar”. Aí fica extremamente difícil até para quem vai argumentar pedindo mais recursos.

Muito obrigado, Srª Presidente. Desculpe.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Tem certeza, Senador? *(Risos.)*

Tem certeza?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Tenho certeza. É que eu temo ser interrompido agora de uma forma mais... V. Exª tem uma autoridade natural.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Não.

Senador Blairo, a palavra é de V. Exª. Desculpe-me por ter interrompido o início da sua manifestação.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente. Desculpe a brincadeira também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Não, não. Já sei, já conheço.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Nós brincamos aqui que a Senadora não perdeu ainda o hábito de ser âncora, ser repórter. Vai interrompendo as pessoas e vai cutucando...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O hábito do cachimbo entorta a boca Senador. O senhor sabe disso, diz o velho ditado. *(Risos.)*

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – É, eu sei.

Eu quero cumprimentar a todos os expositores, meus colegas Deputados aqui conosco, e fazer uma referência ao serviço da CGU e do TCU, à importância que vocês têm nesse processo.

A parte de campo, que o Senador Moka colocou aqui com muita propriedade, é uma preocupação enorme que nós temos. O País realmente está sempre pendurado em um fusível com amperagem muito pequena, qualquer coisinha ele rompe. Se o Brasil perder o *status* de exportador por alguma doença que vier a ocorrer, alguma praga que se estabelecer e a gente não conseguir fazer com que isso seja isolado, como devem ser os procedimentos, as consequências para o País são muito graves. Para o País, para a população, para a economia do País, é muito grave. Então precisamos sempre estar atentos.

As reclamações por mais recursos são válidas.

Quanto às questões dos Estados, realmente eles trabalham assim – eu já tive a oportunidade de ser gestor, governador de meu Estado –, as coisas são assim: quando chega mais dinheiro da União, o Estado tira o dinheiro dele. Aí, quando falta o dinheiro da União, o Estado tem muito pouco para colocar e não consegue montar uma equipe realmente de frente e que seja persistente, continuamente persista nessas questões. Mas eu diria que, apesar de todos os problemas, nós vamos.

Quero voltar à questão dos dois órgãos de controle. Vocês precisam apertar esses controles. Vocês precisam dar a contribuição, por parte de vocês, das controladorias, de saber se o que está sendo feito, ainda que com poucos recursos, ainda com deficiências, mas aquilo que estão se propondo a fazer, deve ser checado.

Eu quero cumprimentar as duas instituições que estão fazendo isso, porque, aparentemente, vocês, como técnicos, às vezes falam assim: “Não, mas isso aqui é só um serviço burocrático”. De fato ele é burocrático, mas, se não houver o controle, o Ministério da Agricultura, aqueles que estão nos termos de fiscalização não perceberem que tem alguém por trás que está checando o que está sendo feito, haverá sempre um relaxamento. Isso é natural também de todo ser humano.

Então eu quero cumprimentar as duas instituições pelo trabalho que vêm fazendo e fazer um apelo: apertem mais! Está certo? Quanto mais vocês cobrarem, quanto mais vocês forem incisivos, quanto mais relatórios apresentarem, apontarem os problemas – o bom é que se fiscalize e não encontrem problemas –, se encontrarem, devem ser apontados para que possam ser corrigidos, para que o Brasil não tenha uma interrupção na sua economia, da forma como nós temos hoje em boa parte do superávit do nosso País. É só isso.

Muito obrigado e parabéns a todos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Permita-me. Eu achei fundamental o que o Dr. Cláudio Py colocou, que é a questão do que eu insisto em dizer, do protocolo, quer dizer, de uma padronização de como tratar. Médicos e veterinários produzem isto: “Determinada doença nós vamos tratar assim, assim e assim; isso é assim, assim, assim”. Saiu fora do padrão, é protocolo, isso vira rotina.

E aquela questão, que eu achei fundamental, de treinar o pessoal com simulação para urgências e emergências em determinadas situações, isso eu acho brilhante o pessoal detectar, quer dizer, esse pessoal tem que estar treinado; é como quem treina gente quando há um incêndio. Ou seja, o pessoal já estar programado para saber como agir diante do quadro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador Moka.

Consulto o Senador Wellington Fagundes se quer fazer manifestação a respeito do tema que estamos tratando, da defesa agropecuária para as respostas.

E esta Presidência também teria alguns questionamentos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidenta, eu não acompanhei, estava agora em outras reuniões, vi alguma coisa pela televisão, mas eu acho que o que a gente pede, na verdade, é para fazerem com que esse Ministério tão importante para o Brasil, já que na nossa economia hoje o agronegócio tem tido índices de produção e produtividade recordes no mundo, e, claro, é um responsável muito forte pela balança comercial, então, se temos um bom negócio, a gente tem que cuidar bem dele em toda a sua cadeia.

O nosso objetivo aqui e, eu acho, na maioria das nossas reuniões, quando a gente convida as pessoas aqui, é exatamente poder dar a oportunidade a essas pessoas, inclusive, de mostrar as dificuldades que vivem do dia a dia. Com certeza, a nossa Comissão é parceira, pronta para ajudar, inclusive nas articulações políticas necessárias para fazer com que esse Ministério possa ter uma maior celeridade.

Srª Presidente, não tem muito a ver com o assunto, mas, como aqui nesta Comissão nós já discutimos a questão das agências, principalmente da Anvisa, e eu já pude fazer uma reclamação sobre as dificuldades para conseguir uma audiência, conseguir dialogar com aquela agência, e eu acho que é uma das únicas com essa dificuldade – penso que já registrei isso aqui duas ou três vezes, e fui procurado pela assessoria parlamentar da Anvisa, que disse que, depois, vai atender –, as dificuldades sempre são colocadas e muito presentes.

Ontem, nós realizamos um *workshop* aqui no Interlegis sobre a questão da logística do transporte e do armazenamento. Lá, inclusive, estiveram presentes o Ministro do Transporte, a Ministra Kátia Abreu, que fez uma brilhante fala, uma palestra, e um dos convidados também era a Anvisa, o que foi confirmado – nem necessariamente era o diretor-geral, mas um técnico –, e, por incrível que pareça, o único órgão que lá não apareceu foi a Anvisa.

Então, quero aqui, mais uma vez, registrar essa dificuldade que, pelo menos eu, tenho tido com a Anvisa. Fica mais uma vez aqui a minha insatisfação. Visto que era um evento grande, um evento público, eu gostaria, se possível, inclusive, de manifestar isso através da própria Comissão.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Wellington, eu estou surpresa, estou surpresa com essa queixa de V. Exª, que, claro, é procedente.

Tomarei a liberdade de contatar a assessoria parlamentar da Anvisa, que é muito eficiente. O Marcos, o titular, o próprio presidente atual, Jarbas Barbosa, vou-lhe dizer, é um servidor público de grande qualidade. Está aqui, como testemunha, o Senador...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – O Senador Moka esteve no evento, ele viu a envergadura do evento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O Senador Moka, inclusive, presidiu a Comissão de Assuntos Sociais. Todas as vezes em que a CAS precisou da presença da Anvisa, ela esteve presente. Agora, estamos aí. A Anvisa está examinando um tema muito, muito relevante, que é a questão dos glifosatos,

da análise desse defensivo. É uma matéria muito relevante. A Anvisa está concentrada nisso. Então, nós temos que ter essas preocupações. E eu farei pessoalmente, Senador Wellington, contato com a presidência da Anvisa. Talvez tenha havido um erro de comunicação, porque não acredito que haja qualquer tipo de desatenção. E o Presidente fará a correção disso em contato com o senhor.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu só quero... Não... Porque a gente se sente na obrigação. Durante dois anos eu presidi Comissão de Assuntos Sociais, e a Anvisa, ao contrário, eles sempre foram extremamente atenciosos para com a Comissão e para com os Senadores. Eu acho que houve aqui realmente... O tema de que ele tratou, cabotagem, foi altamente prestigiado. A Anvisa perdeu a oportunidade de ir para um espaço importante.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado! E quem era o convidado, e foi confirmada a presença, tanto é que está aqui um convite, por parte da Anvisa, nesse painel, era a fiscalização, onde esteve presente a Receita Federal. Nesse painel, a Ministra fez uma abertura, o Ministério da Agricultura esteve lá presente, o Sr. Marcos Eielson Pinheiro de Sá, e, por parte da Anvisa, quem estava confirmada era Lúcia Regina Duarte de Sá Simon, Superintendente de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Aduaneiros.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É bom identificar, porque aí recomendamos. O senhor deixe a informação para a Secretaria, que faremos o contato.

Aliás, eu estava aqui, Senador Wellington, para cumprimentar V. Exª, que coordena a Frenlog, que é a Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenagem do Senado Federal. Parabéns pela iniciativa. Lamentei muito, mas pedi ao Marcello Varella, da Secretaria, que estivesse lá para acompanhar o evento e trazer o material, como ele fez zelosamente.

Antes de passar, faço apenas dois questionamentos aqui ao TCU e à Controladoria-Geral da União. No dia 4 de setembro, último dia da Expoiner, em Esteio, no Rio Grande do Sul, nós faremos uma audiência pública, na sexta-feira, às 14 horas, com transmissão para todo o País, como faz esta audiência, exatamente sobre o tema. Vamos prosseguir no tema “defesa sanitária agropecuária” porque a questão é extremamente relevante.

E eu passo de imediato a um questionamento que me ocorreu. Nós temos duas instituições públicas aqui, caros colegas Senadores: são o TCU, que tem um papel fiscalizador, e que, ao fiscalizar e constatar irregularidades, faz recomendações ou autuações das práticas que não estão adequadas ao procedimento de funcionamento, e a Controladoria-Geral da União, que também faz isso. Eu indago: isso não é retrabalho? Deveríamos concentrar o esforço em outra? Ou é essa a natureza de cada um desses órgãos? Eu preciso entender a razão por que a CGU faz a mesma coisa que o TCU, porque os dois fiscalizam.

Essa pergunta eu faço por que, na superintendência do MAPA, no Rio Grande do Sul, a Polícia Federal constatou irregularidades que remontam há pelos menos 20 anos. Como é que nenhum órgão fiscalizador identificou irregularidades, se foram tantos anos de irregularidades praticadas, o que levou a própria Ministra a substituir, por conta da identificação desses problemas, o superintendente que foi indiciado pela Polícia Federal?

Então, é essa a questão que eu levanto para os dois nossos representantes aqui, para eu entender também a natureza. Sei, posso entender... Talvez as pessoas que estejam nos acompanhando façam o mesmo questionamento, e acho que o nosso papel é exatamente este: compartilhar as dúvidas, porque o esclarecimento é a melhor forma de nós entendermos e respeitarmos o papel de cada instituição.

Eu queria, por fim, dar a palavra ao Deputado Evair, até em homenagem a ele por estar aqui presente, é a segunda vez que vem à Comissão. Não é regimental, mas, com muito prazer, concedo a palavra ao Deputado Evair de Melo, que é do PV, do Espírito Santo, e muito ligado ao cooperativismo.

O SR. EVAIR DE MELO (PV - ES) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Obrigado pelo carinho e pela distinção. Aos Senadores, obrigado pela oportunidade.

Na verdade, só fortalecendo, Senadora, eu presidi por muitos anos o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, o Incaper, e fomos nós os responsáveis por construir, em parceria com o MAPA, naturalmente, e com a Embrapa, toda a metodologia de exportação de mamão papaia, principalmente para o mercado europeu e para os Estados Unidos. O MAPA conhece muito bem isso, os fiscais agropecuários conhecem.

O Espírito Santo, apesar de ser só meio por cento do Território nacional, às vezes fica fora do MAPA na visão do agronegócio, mas nós somos o segundo maior exportador de café deste País, nós somos o maior exportador de pimenta, o maior exportador de gengibre, o maior exportador de mamão papaia e também um importante exportador de abacate, ou seja, o Espírito Santo quebra se a defesa não funcionar. É um Estado exportador para o mercado externo e para o mercado interno.

Então, o meu encaminhamento, e acho que os relatórios estão bem pautados, a pauta é muito atual, eu quero repetir o que eu disse aqui ao Roberto Rodrigues, embora a concepção não seja essa, ou seja, o rural brasileiro, Moka, precisa de uma regimentação à parte. Não dá para você trabalhar na agropecuária brasileira

com essa instrumentação legal única para todos os segmentos. Nós temos particularidades que precisam ser tratadas tanto do ponto de vista constitucional quanto do ponto de vista regimental e técnico, realmente em uma estrutura muito separada. E aqui a gente precisa, além da defesa, Moka, ou seja, a construção da inteligência da defesa vem da pesquisa agropecuária, está no mesmo patamar. Eu volto a dizer, a construção da inteligência da defesa agropecuária tem um suporte na pesquisa agropecuária. Não dá para trabalhar com a hipótese, é irracional imaginar que este País trabalhe com contingenciamento em defesa agropecuária e pesquisa agropecuária. Isso tem impedido os nossos avanços importantes.

Então, quero agradecer ao Senado e dizer: essa é uma agenda que pode parar o Brasil, ela pode fazer com que pessoas no mundo passem fome, que brasileiros morram de fome por não se estar tratando disso, às vezes, com a segurança que é preciso e que merece, ou seja, assistência técnica, pesquisa agropecuária e vigilância. E não só para exportação.

Só para finalizar, Senadora, recentemente nós tivemos a possibilidade de importação de café verde para o Brasil. Quer dizer, a Camex não é clara nisso, o art. 74 do Código Florestal diz que podemos exigir equidade em questão de defesa, a modelagem brasileira para a autorização de importação de produtos vegetais para o Brasil é aberta, ela não é transparente, ela não traz segurança nenhuma a todos nós. No café, não havia problema, mas não podemos estar importando café do Peru, por exemplo. A monilíase do cacau é uma cultura que nós estamos trabalhando muito fortemente para recuperar, e a importação de café verde pode trazer isso, porque o cacau é isso. Eu acho que a modelagem de auditoria para importação para o Brasil deve ampliar não só a cultura, mas o espaço territorial, porque ali militam outras culturas, que podem impedir a brasileira.

Então, quero agradecer a esta Casa que me recebe, fazer esse registro, mas, como Presidente de uma empresa de pesquisa agropecuária, reforçar esse alinhamento entre defesa e pesquisa para construir uma inteligência técnica de forma a construir quase que a constituição de inteligência agropecuária para dar segurança aos brasileiros e também para as pessoas do mundo que esperam produtos do Brasil.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Deputado Evair.

Eu queria agora, como começou com o Dr. Tiago, começar com o Secretário Substituto, Dr. Luis Eduardo Rangel, para responder aos questionamentos.

O SR. LUIS EDUARDO RANGEL – Obrigado, Excelência.

Bom, eu queria só agradecer os questionamentos de todos os Senadores e Deputados. São muito apropriados e alinhados com o que a gente está colocando. Acho que não há divergência nenhuma entre a pauta do Ministério da Agricultura e a desta Casa e da Câmara dos Deputados. E agradeço todo o empenho que têm dado à gente com relação, principalmente, à parte orçamentária, Senador Moka, que eu acho que é fundamental.

Eu concordo totalmente com o senhor: aumentar recursos, mas não conseguir gastá-los nos coloca em uma situação complicada. E, reitero, essa percepção que o senhor tem, apesar de a Ministra Kátia Abreu ser sua amiga, é uma percepção que nós temos também no Ministério da Agricultura: ela, em sete meses de gestão no Ministério da Agricultura, conseguiu implementar coisas que a gente em 15 anos não conseguiu, por questões de vontade política.

Tecnicamente, todas elas estavam alinhadas dentro dos quadros do Ministério da Agricultura. Uma delas, o Presidente colocou, que foi o lançamento, na terça-feira, da Escola Nacional de Gestão Agropecuária, alinhado com o que a gente está precisando. Então, é uma iniciativa fantástica. Ela é, realmente, uma gestora e vai atingir esses objetivos.

Tentando responder, Senadora, a questão dos pontos levantados, acredito, sinceramente, que é possível atingir a questão da febre aftosa, deixar o País livre da febre aftosa. Por que digo isso? Porque a febre aftosa é, talvez, um dos projetos sanitários do Brasil de maior sucesso, seja de investimento, de conseguir dinheiro nacional e internacional, seja de envergadura. Estamos há vinte anos trabalhando com isso, conseguimos hoje quase 100% do País livre de aftosa, não fizemos só esse trabalho internamente, através de fundos internacionais, como o Focem, conseguimos financiar essa discussão também nos vizinhos, porque isso é fundamental.

Respondendo pontualmente à sua pergunta, que é muito sensível: “Será que podemos confiar, por exemplo, nos vizinhos, no *status* fitossanitário?”, temos ambiente para poder gerenciar isso, principalmente, porque temos a nossa soberania e a nossa confiabilidade internacional, temos que também tratar isso com os países vizinhos. Os países mais preocupantes, que seriam Bolívia e Paraguai, num primeiro momento, nessa questão do trânsito, são áreas livres com vacinação, estão se declarando livres com vacinação. A questão é se tem credibilidade essa informação. A gente pode responder isso através de sistemas, como a CVP, que é o conselho veterinário da América do Sul, que pode fazer sistemas de auditoria, para poder verificar a confiabilidade disso. Sempre prego que é muito importante fortalecer as fronteiras e os postos de vigilância, mas, mais importante, para poder resolver o problema do comércio ilegal, é fortalecer o vizinho. Ser um país rico ao lado de um país

não desenvolvido é o pior dos cenários, temos que desenvolver todos juntos esse processo. Então, respondendo pontualmente, é possível, sim, talvez no médio prazo, na América do Sul, verificar essa questão de área livre, mas isso é uma obstinação do continente americano. Os Estados Unidos estão conosco nesse processo, eles querem declarar o continente americano livre de febre aftosa.

Temos certeza de que isso é possível atingir. O que nós conseguimos no Brasil é possível reverberar para a América do Sul e para toda a América, talvez não no curto prazo. Como foi dito aqui, a questão do Amapá pode ser um gargalo. Vamos tentar atingir isso numa relação muito mais detalhada do Ministério da Agricultura com o Estado do Amapá, para poder resolver um problema, que não é só, como colocaram os colegas do TCU, da febre aftosa, mas da mosca da carambola. Eu queria deixar claro que, se a mosca da carambola é uma praga tão agressiva, se a gente já exporta pouca fruta, se a mosca da carambola atingir as áreas de produção, a gente não vai exportar nenhuma fruta. Então, aquele risco, que o Deputado colocou aqui muito claramente, é muito importante. É preciso fortalecer isso, existem ferramentas internacionais.

Muitos reclamam com o Ministério da Agricultura quando nós falhamos, como, por exemplo, no caso da *helicoverpa armigera*; mas poucos elogiam quando temos sucesso, como no caso da *bactrocera*, que mantemos no caso do Amapá. Precisamos fortalecer isso, divulgar para a sociedade, para usar um termo que a Ministra tem usado muito, que é a universalização da defesa agropecuária. A defesa agropecuária não é uma atividade somente do fiscal federal agropecuário ou dos fiscais estaduais, é uma atividade da sociedade brasileira. A sociedade tem que se apropriar dessa atividade de defesa agropecuária, nós temos que divulgar mais e fazer isso acontecer.

Sobre a questão dos convênios, novidade que o Senador Moka...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Presidente, só uma observação: por que, às vezes, o Paraguai e a Bolívia? Temos que olhar também a questão comercial. O rebanho nacional, todo o rebanho do Paraguai é menor que o rebanho do Mato Grosso do Sul. Então, comercialmente, eles não incomodam ninguém. É diferente do Brasil, que tem um rebanho enorme. Estou falando da questão da aftosa. Até exportar isso, sempre tem uma briga comercial. O Brasil sempre será visto com uma lupa de aumento. Por quê? Porque nós incomodamos comercialmente. Vão sempre nos impor barreira sanitária ou ambiental, que é a forma de competir, porque eles não conseguem competir com o produtor brasileiro. Então, sempre temos que ter essa preocupação, porque, por trás de tudo isso, há sempre um interesse comercial muito grande.

O SR. LUIS EDUARDO RANGEL – Obrigado, Senador.

Concluindo, Presidente, toco também num assunto que o Senador Moka colocou, a questão da padronização. Por isso, digo que o plano é muito interessante, porque o Plano de Defesa Agropecuária prevê uma padronização, no âmbito do Ministério da Agricultura e da Secretaria de Defesa Agropecuária, com relação às emergências. A área vegetal, por exemplo, já tem os planos de contingência, de emergência, definidos.

O Deputado colocou claramente a questão da monilíase, que é um caso de sucesso absoluto. Nós temos um plano de contingência, nós treinamos as pessoas periodicamente para podermos estar preparados para quando essa praga entrar, eventualmente, no Território nacional. E assim nós precisamos reproduzir isso para outros cenários de risco que nós temos mapeados. Então, o plano prevê esse tipo de coisa.

Quería agradecer, Senador, porque essa visão de padronização, de protocolos, está em algumas áreas e precisa ser democratizada dentro de toda a defesa agropecuária.

Sobre os convênios, Senador, o senhor perguntou, isso tem sido uma luta travada pelo Secretário Décio e por mim nos últimos dias junto com o Ministério da Fazenda e com a Casa Civil, porque nós estamos tentando identificar ferramentas inovadoras de parcerias com os Estados que não sejam naquela questão formal dos convênios, para que a gente possa ter os Estados como entes participativos, como é uma superintendência, ou seja, tê-los vinculados, a partir de critérios mínimos de adesão no processo, para que eles possam fazer parte do quadro orçamentário do Ministério da Agricultura. E aí você diminui. Claro, a gente precisa ter sistema de controle, de auditoria. Isso tudo tem que seguir a lei. Então, nós temos conversado com o Ministério da Fazenda e com a Casa Civil para verificar quais as ferramentas que podem servir para o que a gente está chamando de novo contrato de gestão. Isso é fundamental, isso precisa ser revisto. Não que o sistema de convênio não seja eficiente, mas o formato tem demonstrado uma série de dificuldades na implementação do processo.

Outra questão, eu só queria resolver um problema que o Senador colocou aqui, que tem dado uma dor de cabeça grande dentro do Ministério da Agricultura e com o sindicato, é como lidar com a questão da iniciativa privada dentro do sistema de defesa. Vou deixar muito claro para vocês qual é a visão da Secretaria de Defesa Agropecuária. A atividade privada, o setor privado tem responsabilidade na defesa agropecuária. Isso não há dúvida. Agora, precisamos separar o que é atividade intransferível de Estado e o que é atividade que pode ser feita pelo setor privado. Hoje, no Brasil, a gente tem essa discussão, e a coisa foi popularizada de maneira perversa, da questão da terceirização. Esta Casa discutiu aqui esse assunto sob outras óticas. E a gente

tem que identificar o seguinte: a visão do Ministério da Agricultura é fortalecer e dar responsabilidades a quem produz, porque isso é fundamental, e manter o sistema oficial de defesa agropecuária fortalecido, como vocês estão colocando aqui no sistema. Isso é fundamental para a credibilidade internacional. Todos os países do mundo, principalmente os signatários das convenções internacionais de que o Brasil faz parte, como a 182 da FAO, determinam que é preciso ter um sistema oficial de supervisão do processo. Então, não adianta simplesmente, por intenções políticas, fazer uma quebra desse paradigma. Agora, é necessário dar responsabilidade a quem produz, porque o Estado não pode ser responsável pelas questões de quem produz no setor privado.

Então, era só para deixar uma coisa clara, porque fica parecendo que a gente está querendo mudar drasticamente o processo e posicionar a questão do setor privado de uma maneira diferente do que a realidade determina. Era só para colocar isso claro, Senador, e aí encerro as minhas colocações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Um esclarecimento importante é a forma como o Dr. Luis Eduardo aborda esse tema que realmente está sendo muito sensível, especialmente entre os fiscais.

Passo a palavra agora ao Maurício, Presidente da categoria dos fiscais federais.

O SR. MAURÍCIO RODRIGUES PORTO – Bom, eu quero fazer apenas duas considerações. Uma, ao Senador Moka.

Senador Moka, repetindo, a garantia dos produtos é da empresa. Isso é ponto pacífico. O Ministério não tem condições de garantir o produto.

Estamos na linha, já há alguns dias, da transformação da nossa carreira em auditores. Estamos debatendo isso com o Ministério do Planejamento há mais de três anos efetivamente. Esses dias agora estamos tratando especificamente desse assunto, para exatamente caminhar nesse rumo, que todos desejam. O Ministério da Agricultura realmente não tem condições de colocar dez mil fiscais, é impossível. Então, tem que trabalhar com inteligência, com a capacidade e com a parte de auditoria. Só para se ter uma ideia, o Ministério da Agricultura, Senador, nos solicitou que fizéssemos um levantamento do quantitativo necessário de fiscais. Eles não têm esse dado. O Ministério da Agricultura não tem esse dado. E nós estamos terminando esse levantamento para passar para a Secretária Executiva, Drª Mila Jaber.

Com relação à questão dos demais colegas de nível médio, administrativo, etc., isso é política do Governo. O Governo é que coloca essa situação. E para nós, essa administração...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Desculpe, mas não é. Está aqui presente uma das grandes lideranças de vocês. Eu era presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, e eu dizia isso já, mas não é o assunto nosso aqui.

O SR. MAURÍCIO RODRIGUES PORTO – É só para esclarecer o seguinte: nós e essa nova administração do sindicato já estamos em discussão, trabalhando juntos. Não há como a gente trabalhar... Nós somos todos funcionários do Ministério. Era só para fazer essa colocação.

Com relação ao Senador Berger...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem.

Maurício...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Só para fazer um parêntese.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O Senador José Medeiros, do PPS, do Mato Grosso, quer fazer um...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Isso é uma preocupação muito grande para o Mato grosso, por exemplo, que é um Estado que tem uma pecuária muito forte. Para a minha cidade, há poucos dias, eu tive que ir ao Ministério falar com a Ministra, para conseguir um fiscal de Santarém, de Roraima, não sei de onde. E uma preocupação maior, Srª Presidente: foi feita e votada uma lei por esta Casa para fazer a fixação da chamada indenização de fronteira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Ele fez referência.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Ah! Já fez. Pois é. A nossa preocupação é que essa lei está para ser regulamentada há mais de ano. E onde está a nossa principal dificuldade? Na fronteira.

Muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO RODRIGUES PORTO – São quase dois anos, Senador. Dia 3 de setembro completa dois anos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Maurício, para o ouvinte e o telespectador que estão nos acompanhando, informo que nós estamos falando da lei, mas nós não dissemos o que diz essa lei. Essa lei, na verdade – porque o fiscal vai a uma região de difícil acesso –, dispõe que, para chegar a um lugar de difícil acesso, então, há uma espécie de taxa de insalubridade, um adicional por estar nesse lugar do

País. Como o Maurício lembrou bem quando falou sobre esse tema, isso não vale apenas para os fiscais federais da defesa, mas para a Receita Federal, para a Polícia Rodoviária Federal, para a Polícia Federal, para esses órgãos de Estado que atuam nessas regiões. É apenas para que o nosso telespectador entenda do que trata esta famosa lei.

O SR. MAURÍCIO RODRIGUES PORTO – É exatamente um adicional para localidades de difícil provimento – é esse o nome adequado.

Com relação ao Senador Berger, eu queria só fazer a seguinte colocação, parabenizando-o pelo requerimento do tema: enquanto a área econômica do Governo entender que contratação através de concurso público é despesa e não investimento, nós vamos viver nessa situação. Então, é isto que nós estamos debatendo com o Planejamento: é preciso contratar fiscais concursados – isso é da Constituição. Mas, às vezes, eles fazem o levantamento e dizem: “Mas isso custa tanto”. E não veem como uma forma de investimento.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Maurício, pelos esclarecimentos.

Passo a palavra ao Dr. Cláudio, da Controladoria-Geral da União.

O SR. CLÁUDIO ANTÔNIO DE ALMEIDA PY – Eu queria só falar um pouco da questão dos controles, assunto que foi abordado, de chegar às providências de melhorias e das medidas anunciadas, ou seja, na verdade, do nosso sistema, como foi colocado, que é importante, e também dessa questão das cidades, de lotação ideal dos quadros. Na verdade, o nosso trabalho vem demonstrando e apontando essa fragilidade e essa deficiência nos quadros. Não deu para a gente explorar na apresentação, devido ao tema. Mas a gente entende que isso é a nossa cobrança. Na verdade, essa questão da lotação ideal é aquilo que a gente vem perseguindo. Esse problema já vem apontado em vários relatórios nossos com relação a essa questão.

Mas a gente entende também que não é só. Porque recentemente houve um concurso público, a entrada de servidores, mas a gente não está conseguindo manter esses concursados. Ou seja, está havendo uma grande migração ainda por diversas questões, além também da questão de aposentadoria, que o colega colocou. Recentemente, eu tinha feito um estudo, vimos que não é só privilégio da área da agricultura, mas boa parte dos órgãos vão estar com mais de 60% ou 70% do seu quadro já apto para exercer o direito de aposentadoria. Esse é o cenário total, tamanho o envelhecimento dos nossos servidores públicos – inclusive, a própria CGU também vem passando por essas situações e essas questões.

Outra questão: não é só ter a lotação ideal, é aquilo que a gente foi colocando aqui da necessidade de ter outros instrumentos para auxiliar o trabalho da Defesa Agropecuária, que é a necessidade de nós aperfeiçoarmos os sistemas, ou seja, aperfeiçoarmos a questão dos indicadores, a capacitação dos servidores etc. Existem várias causas estruturantes que fazem com que, apesar dos resultados – graças a Deus – da área da agropecuária, a gente possa melhorar a questão da eficiência e da efetividade dessa política, que é tão importante para o País. Então, é uma conjugação desses dois elementos que a gente vai melhorar.

Também foram colocados aqui os papéis, Senadora, só para deixar claro que são dois sistemas: a Controladoria-Geral da União faz parte do sistema de controle interno e o Tribunal de Contas é o sistema de controle externo. Ambos estão amparados na Constituição. Inclusive, existe a possibilidade, dentro das nossas atribuições, inclusive, de apoiar o Tribunal em suas atividades.

Então, temos várias parcerias, em várias áreas, e, às vezes, se confundem muito os papéis, mas é bem definido o papel de ambos. Inclusive, por coincidência, conversando com o Tiago, antes de começar a audiência, nós estávamos justamente tratando sobre isso, ou seja, intensificar mais a parceria para evitar a sobreposição de algumas atividades. Como eu sei que o Tribunal não tem esses recursos humanos em abundância, e a Controladoria muito menos, então, a gente precisa focar, discutir melhor para podermos aumentar essa amplitude, sem haver essa sobreposição de trabalhos.

E, por último, como foi colocado pela Senadora Ana Amélia, o caso do Rio Grande do Sul. Como eu coloquei na apresentação – o Tiago pode até complementar depois –, na verdade, o trabalho de auditoria tem um escopo, um objeto definido por diversos critérios de “volumidade”, ou por não ter sido verificado. Então, às vezes acontece de determinado assunto não ser detectado.

No caso específico do Rio Grande do Sul, eu trouxe o trabalho que nós fizemos lá, que é justamente o problema do Rio Grande do Sul, em que, quando há esse tipo de situação, a auditoria, as técnicas de auditoria não alcançam esse tipo de situação. A gente trabalha já na parte de investigação, tanto é que a CGU faz parte e fez parte dessa operação e está analisando todo o material apreendido, ou seja, está dando sua contribuição, como em n operações.

Às vezes, quem detecta esse tipo de coisa somos nós em trabalho, porque a gente afasta a técnica de auditoria e vai para uma outra forma de investigação, em que a auditoria não vai alcançar aquilo que tem que

ser alcançado para dar o tratamento mais adequado, que é o caso específico. E a gente vem apontando as fragilidades. Agora, nesse caso, é denúncia, ou seja, há outras formas de detectar e, às vezes, no nosso trabalho não se consegue isso.

E também, só para reforçar bem o nosso trabalho, existem um planejamento e um escopo definido e, às vezes não há essa amplitude de problemas, porque lá parece que o problema está na questão de eventos e na questão da fiscalização, que foram os dois problemas apontados.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Dr. Cláudio, eu lhe agradeço muito e, de fato, eu entendo que talvez esse problema...

A CGU não é um órgão policial, não é um órgão da investigação policial, mas de auditoria, de auditoria, de controle. E fico muito feliz, porque acho que não fiz uma pergunta sem propósito quando falei do retrabalho, de V. Exª ter mostrado exatamente uma preocupação já na – digamos – antecipação de concentrar na eficiência. Isso se chama otimização no serviço público. Então, parabéns à iniciativa dessa relação com o TCU.

Como exemplo, vou citar o caso de novo do Rio Grande do Sul. A auditoria olha, mas, do ponto de vista contábil, não sei. O Senador Moka perguntou ao Dr. Tiago qual era a formação dele, quando é só formação pode ser um economista ou um engenheiro, enfim, um advogado mesmo. De qualquer modo, alguma irregularidade de excessivo gasto, por exemplo, ela identifica essa irregularidade, e, a partir desse rastro deixado ali é que se vai buscar o órgão competente.

Não cabe ao senhor denunciar; é a polícia que tem que fazê-lo ao Ministério Público para providência. É nesse sentido que penso que os controles têm que fazer essa identificação na checagem de dados, e, aí, a auditoria.

Mas agradeço muito a valiosa colaboração da CGU e os esclarecimentos que o senhor prestou.

Para encerrar, passo a palavra ao representante do TCU, Diretor da Secretaria de Controle Externo da Agricultura e Meio Ambiente, Dr. Tiago Modesto.

O SR. TIAGO MODESTO – Obrigado.

Vou passar aqui por cinco pontos que pude coletar da manifestação dos Senadores. Bom, a primeira coisa é sobre as repercussões do nosso trabalho na área de fronteira seca, que, inclusive, foi coordenado pelo Estado do Mato Grosso do Sul, do qual participamos aqui, de Brasília. Eu, pessoalmente, tive oportunidade de participar deste trabalho. Acho que o representante do Ministério da Agricultura passou bem aqui sobre algumas repercussões.

A primeira coisa que pudemos perceber foi uma falta de padronização mesmo do trabalho e dos fiscais. Isso tem muito a ver com a questão do funcionalismo, com a questão da locação de servidores e da lotação ideal. É muito difícil definir uma lotação ideal, se não tenho um mapeamento adequado de processos, protocolos de atendimento, sequenciamento do atendimento, diagnósticos iniciais, para os quais a política pública tende a interferir – o Governo tende a interferir para mudar uma situação. Quando não há esses elementos, fica muito difícil saber quantas pessoas preciso ter em determinado posto de fronteira, quantas pessoas preciso ter em determinado Estado.

Então, esse trabalho é base para tudo isso. Não tenho como dizer quantas pessoas tenho que ter no Acre, se não tenho um mapeamento de risco do Acre, se não tenho ideia da demanda do Acre, se não tenho ideia de quanto tempo um fiscal demora para fazer determinado serviço, quanto ele precisa de apoio para fazer esse determinado serviço. A partir do momento em que não tenho esses elementos, fica muito empírico definir um número de servidores.

Além do mais, há também o problema das lotações excessivas. Então, Estados como Rio, São Paulo, cidades de praia, no Nordeste, costumam ter maior demanda mesmo pela qualidade de vida que oferecem e, muitas vezes, os Ministérios – isso não é do Ministério da Agricultura – tendem a ter servidores em excesso. Quando digo em excesso, é acima da lotação que está determinada para aquele local. E outros, que podem oferecer menos opções de lazer, até para a vida fiscal, acabam tendo menos servidores do que a lotação que está desenhada.

Então, a gente tem isso. Faltam servidores ou como está a locação? Faltam servidores ou o trabalho não está suficientemente automatizado, suficientemente padronizado. Então, essa é uma questão fundamental. O plano que foi anunciado será fundamental nisso, acho que essa é uma das grandes repercussões que a gente já pode ter.

Então, vou citar alguns casos que aconteceram na auditoria, só para ilustrar.

Por exemplo, chegávamos a um posto próximo de 5h da tarde, porque já vínhamos de algumas cidades, e o posto iria fechar às 6h. Fizemos a pergunta: “E se vier um caminhão de cebola?” Por exemplo, no Norte, existe

uma exportação de cebola. “Se o caminhão passar às 8h da noite, tem fiscal para parar?” “Não, às 8h da noite, não tem.” “Então, se eu quiser entrar com uma carga, eu posso só esperar passar de 6h da tarde.”

São coisas assim: até que ponto a alocação de mais servidores ali vai funcionar, se não houver um rodízio, por exemplo, de trabalhar 24 horas, 7 dias por semana.

Essas questões fundamentais precisam ser tratadas primeiro. Acho que a grande repercussão que o Dr. Rangel passou é a sistematização desses processos de trabalho.

Quanto à questão do bloqueio de recursos para os Estados, não foi a primeira vez que isso foi apontado. Como poderíamos explicar se por acaso houvesse um foco de aftosa e, coincidentemente, naquele Estado do foco de aftosa, não tivesse sido passado recurso, se tivesse sido contingenciado?

A atividade de Defesa, no entendimento já exarado nos acórdãos do tribunal, é uma atividade contínua. Qualquer interrupção pode ser naquele momento em que o País pode sofrer o grande prejuízo. O prejuízo ocorrido no Mato Grosso do Sul foi imenso. Muitos países esperam apenas a desculpa de ter qualquer probleminha sanitário para fechar as portas, já que nós temos uma carne barata, nós temos uma soja barata, nós temos milho barato para exportar. A qualquer sinal de qualquer doença, mesmo que não seja tão importante, haverá o fechamento das exportações. Vai ser uma desculpa para poder haver o fechamento na Organização Mundial do Comércio.

Por isso, nós fizemos essa recomendação para que se estudasse, e o Ministério também, como bem apontado, já está com ações nesse sentido. Não estão implementadas, mas nós consideramos em implementação, pelo fato de termos pelo menos o plano.

Quanto à parte que também tem a ver com a alocação de servidores, a lei exige, na parte dos frigoríficos, que haja um fiscal federal agropecuário. Os colegas do Ministério podem me corrigir, se houver alguma imprecisão aqui. Em cada evento de abate, o fiscal deve estar lá presente – mesmo. Essa é uma coisa que a lei coloca. Então, se fôssemos seguir a lei... Muitos fiscais e o pessoal do próprio Ministério dizem: “Não sigam. Não há servidores para estar um em cada evento.” Até porque há frigoríficos que funcionam 24 horas por dia, como os de aves, por exemplo.

Por isso, em 2014, fizemos uma recomendação para que o Ministério redesenhasse esse modelo. Acho que a linha de auditores vai bem nesse sentido, para que as empresas assumissem a responsabilidade, já que um problema no seu produto vai ser desastroso comercialmente. Muitos frigoríficos de exportação já fazem isso. Não há necessidade real de haver um fiscal federal agropecuário. Agora, o Ministério tem as suas atribuições. Ele deve perseverar para que garanta que esse sistema seja seguro. Foi por isso que fizemos essa recomendação. Isso pode resolver uma boa parte dos problemas de alocação de servidores e fortalecer a Defesa por tabela.

Quanto à parte de apertar os controles, o TCU tem um planejamento plurianual. O nosso planejamento estratégico é para 2021. Então, nossas auditorias são também até 2021. Nós temos um levantamento de risco. Nós trabalhamos com tudo: na área de financiamento agropecuário, na área de seguro agrícola, e a fase de Defesa está dentro dessa locação. Portanto, apertar os controles, para nós, significa um trabalho de longo prazo, respondendo ao Senador Blairo Maggi.

Por último, quanto às atribuições da CGU e do TCU, nossas atribuições são claramente diferentes, tanto na Constituição quanto nos demais normativos. Nós somos uma casa que nasceu para auxiliar o Legislativo. Então, nós estamos muito mais ligados ao Legislativo do que ao Executivo, ao contrário da CGU, cuja vocação é auxiliar o Executivo no controle interno.

Quanto à ocorrência de diferentes achados, pelo fato de nós não sermos um órgão policial, nós não temos acesso a uma série de técnicas, dentre elas a escuta telefônica. Qual é o nosso papel diante disso? E aí a CGU também está incluída nisso. Nós apontamos as falhas e as fragilidades que podem ser portas. “A ocasião faz o ladrão” é um ditado famoso e, nesse caso especificamente, apontamos em vários relatórios que as portas estavam abertas.

A partir do momento em que eu não tenho um sistema de protocolo para sequenciar as ações de análise do Ministério, eu abro para que o agente que esteja lá possa passar processos na frente. Para isso pode haver uma remuneração, já que os agentes privados precisam de resposta do Poder Público. Então, se eu não tenho um protocolo, um controle adequado, isso pode abrir. Eu vou achar isso apenas em ações policiais.

Outra: a fiscalização é extremamente sensível. Quanto menos padronizado, mais se abrem portas para as consultorias. “Olha, eu consigo resolver o problema da sua empresa” é o que dizem os despachantes. Nós apontamos isso num relatório, em 2009, que está na Internet, que despachantes tinham livre acesso às dependências do Ministério e, muitas vezes, não tinham uma padronização visual.

O fiscal federal agropecuário não tinha uma padronização da sua vestimenta, da maneira como ele se apresentava. Quando vou a um banco, percebo que todos os bancos têm um leiaute. Por quê? Para que ne-

nhum funcionário, para que nenhuma pessoa se passe por agente daquele banco, enganando um cliente. A mesma coisa é com o Ministério.

Um fiscal federal agropecuário tem muita força. Então, alguém, podendo se passar por um fiscal federal agropecuário. O próprio fiscal, quando não tem a padronização do seu trabalho, pode levar para um lado não interessante para a sociedade. Tudo isso foi apontado pelo TCU e está sendo fruto de ações corretivas pelo Ministério.

Acho que com isso eu encerro a minha fala.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Parabéns ao Dr. Tiago, pelo trabalho exemplar do TCU; à Controladoria-Geral da União da mesma forma, com o Dr. Cláudio Py; às explicações e ao posicionamento do Sindicato dos Fiscais Federais Agropecuários, na pessoa do Maurício, que aqui também se posicionou – eles estão dialogando com o Ministério do Planejamento e com o próprio Ministério da Agricultura, que é a casa de vocês, dada a relevância que temos –; e também à participação do Secretário substituto, do Dr. Luis Eduardo Rangel, que está muito sintonizado com essa revolução que precisamos fazer, inadiável, no setor de defesa agropecuária.

Foi explicado aqui em várias manifestações especialmente esse vazio que o Dr. Tiago identificou, a partir das 18 ou 20 horas, quando não tem mais fiscal – é a hora da passagem –, porque não há o senso de responsabilidade, muitas vezes, de quem está transportando maçã, laranja ou qualquer produto de origem vegetal ou animal, criando, inclusive, um risco para o próprio consumidor, como o abate clandestino de carne, por exemplo. Então, é aquela famosa visão do queijo suíço na fronteira.

O Senador Dário Berger, com esta audiência de hoje, teve uma visão clara, com o apoio da Consultoria Legislativa. Nós temos certeza de que sairá um belíssimo trabalho, devendo agradecer a todas as autoridades e especialistas que aqui compareceram.

Eu queria também agradecer aos Senadores Dário Berger, requerente desta audiência; ao Senador Moka, que é sempre o primeiro a chegar – acho que ele dorme aqui no Senado, tem uma caminha em seu gabinete, pois não sai daqui, ficou até o final da votação ontem, às 22 horas –; ao Senador Blairo Maggi, também sempre presente; ao Senador Benedito de Lira; ao Senador Wellington Fagundes; ao Senador Flexa Ribeiro, que chegou aqui e explicou que, por ele presidir o Parlatino, está recebendo uma representação dos países que integram o Parlatino; ao Senador Donizeti Nogueira; ao Senador José Medeiros; e ao Senador Ronaldo Caiado.

Então, eu estou muito feliz com o comparecimento e com o apoio de todos os Senadores para o bom funcionamento da nossa Casa.

Informo que a Senadora Gleisi Hoffmann, que também é da nossa Comissão, representará a Comissão em um debate que haverá no Paraná sobre mandioca. É um tema que leva também, para o Estado do Paraná, muito importante. Haverá um encontro internacional sobre o tema mandioca lá em Foz do Iguaçu, e a Senadora Gleisi será a representante.

O Marcello vai informar a V. Exª quando vai acontecer esse encontro internacional. E pretendemos também fazer, Senador Moka – já sugeri à Senadora Gleisi –, um ciclo de debates lá no Paraná sobre esse tema, pela Comissão, em uma sexta-feira à tarde.

Renovo o agradecimento sincero, em nome dos Senadores, a todos os nossos convidados e informo ao Senador Moka, por favor. Queria agradecer novamente ao Dr. Cláudio de Almeida Py, diretor de auditoria da área de produção e tecnologia da Secretaria Federal de Controle Interno da CGU; ao Dr. Tiago Modesto, diretor da Secretaria de Controle Externo da Agricultura e Meio Ambiente do Tribunal de Contas da União; o Dr. Luis Eduardo Rangel, secretário substituto de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), representando aqui a Ministra Kátia Abreu; e o presidente do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (ANFFA Sindical), Maurício Rodrigues Porto.

A todos, muito obrigada. Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.)

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 1º DE SETEMBRO DE 2015, ÀS 09 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13

Às nove horas do dia primeiro de setembro do ano de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Wellington Fagundes, reuniu-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Maria do Carmo Alves, José Medeiros, Lídice da Mata e Blairo Maggi. Registraram presença, também, os Senadores Donizeti Nogueira e Vicentinho Alves, não membros. Deixaram de comparecer os Senadores Gladson Cameli, Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Gleisi Hoffmann, Lúcia Vânia, Sérgio Petecão, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Edison Lobão e Wilder Moraes. O Presidente, Senador Wellington Fagundes, declarou aberta a reunião, e fez uso da palavra para proferir discurso. Em seguida, o Presidente submeteu a apreciação da comissão Anteprojeto de Resolução do Senado Federal, de sua iniciativa, que “Regulamenta o Programa e-Cidadania”. RESULTADO: A comissão decidiu pela apresentação do Projeto de Resolução do Senado, nos termos do art. 245 do Regimento Interno do Senado Federal. Passou-se então à Audiência Pública. O Presidente concedeu a palavra ao senhor JESSÉ JOSÉ FREIRE DE SOUZA, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Fizeram uso da palavra a Senadora Fátima Bezerra, o Senador Donizeti Nogueira, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Blairo Maggi e o Senador José Medeiros. Em seguida, o Presidente concedeu a palavra aos demais convidados que acompanhavam a Audiência Pública para que fizessem questionamentos ao convidado. O Presidente concedeu a palavra ao senhor JESSÉ JOSÉ FREIRE DE SOUZA para que respondesse aos questionamentos dos senhores Senadores e dos convidados. O Presidente concedeu a palavra ao senhor ALESSANDRO CANDEIAS, Coordenador-Geral de Projetos do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais/MRE. Fez uso da palavra o Senador Donizeti Nogueira. O Presidente concedeu a palavra aos demais convidados que acompanhavam a Audiência Pública para que fizessem questionamentos ao convidado. O Presidente concedeu a palavra ao senhor ALESSANDRO CANDEIAS para que respondesse aos questionamentos dos senhores Senadores e dos convidados. Antes de encerrar a reunião, o Presidente propôs a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 2ª Reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Waldir Bezerra Miranda, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador WELLINGTON FAGUNDES

Presidente da Comissão Senado do Futuro

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

A Comissão Senado do Futuro, criada pela Resolução do Senado Federal nº 14, de 2013, por proposta do Senador Cristovam Buarque, atual Vice-Presidente desta Comissão, inspirou-se em comissão semelhante do Senado do Chile, a Comisión Desafíos del Futuro.

Enquanto aguardamos a chegada de mais Parlamentares, nós vamos fazer uma fala, contando um pouco a história de Mato Grosso, da ocupação inicial ao atual estágio de desenvolvimento econômico propiciado pelo trabalho de gerações de brasileiros e pelo agronegócio. Constitui uma bela síntese dos impasses e perspectivas da sociedade brasileira, que é o tema que vamos estar aqui hoje abordando.

Comentando sobre Mato Grosso, temos uma janela para o Brasil, janela de experiências muito bem-sucedidas a abrir perspectivas promissoras para o futuro da nossa sociedade.

Tal como o Brasil, Mato Grosso foi, desde os primórdios, interpretado como terra de oportunidades, imerso, da mesma forma, em projeções imaginárias do paraíso perdido, nas quais se acumulariam, na visão dos colonizadores, riqueza e fartura.

A colonização, no formato em que se desenvolveu no Brasil, sempre ostentou a natureza de grandes unidades de produção, capital e trabalho, girando em torno de uma atividade econômica voltada para o mercado externo, convivendo com uma infinidade de pequenos e médios empreendimentos, com fortes perspectivas de acumulação no mercado interno, e rápida.

As áreas de mineração descobertas e exploradas nos séculos XVIII e XIX – Mato Grosso, entre elas – cedo desenvolveram um padrão de cultura empreendedora voltada para adaptação para o modelo original de desenvolvimento de tecnologias que atendessem às especificidades da região. Veremos como elas estão em sintonia com as práticas dos empreendedores mato-grossenses modernos do agronegócio.

Para o historiador Sérgio Buarque de Holanda, essa disposição para adaptação à realidade áspera está associada à maior resistência dos bandeirantes no ambiente dos sertões e define o seu sucesso na rota de mais de 3.000km que ligava o planalto paulista aos territórios de exploração aurífera do Estado de Mato Grosso.

No enfrentamento dessas realidades ásperas dos sertões, a mobilidade dos bandeirantes aparece contrastada com a tradição mais constante da colonização portuguesa: a fixação no litoral. Vejam como o mundo da estabilidade e da tradição está assentado na produção de produtos tropicais em latifúndios de monoculturas para o mercado externo! Ora, o que realizou o Mato Grosso moderno? Trouxe o movimento para dentro das grandes unidades de produção com agricultura de precisão, métodos modernos de produção, de relações de capital e trabalho, de produtividade, de logística, de especialização de funções e uso intenso de tecnologia de produção.

Mobilidade e adaptação. As mesmas características da cultura empreendedora dos bandeirantes fixadas na busca das grandezas de Cuiabá, por isso, estão muito presentes, contudo, nos empreendedores modernos mato-grossenses. Os mesmos desafios apresentam-se: vencer a realidade dura da exploração produtiva dos sertões; domar a cultura material local, pesquisando e avaliando as suas virtudes originais, adaptar a tecnologia lá no sertão.

Assim foi possível transformar a produção da soja, que se imaginava extremamente bem adaptada nas regiões sulinas, nos milhares de produtividade do Estado de Mato Grosso e também do Centro-Oeste. Isso significa intenso investimento em pesquisa e tecnologia adaptadas à região, a exemplo do desenvolvimento de novas sementes e produtos químicos para adubação e controle de pragas.

Mato Grosso constitui um modelo exitoso e exemplar da economia do agronegócio, uma história de sucesso mundialmente consagrada, estabelecida em âncora de produção de alta produtividade e inovação tecnológica. Mostra-se um dos caminhos bem-sucedidos que o Brasil percorre e está percorrendo em várias outras áreas, a exemplo da mineração, da metalurgia, do petróleo e também do gás.

Não precisamos importar histórias de sucesso. Reconhecemos no povo brasileiro uma cultura de superação em condições adversas, da valorização do trabalho e da especialização do emprego da tecnologia moderna, no rompimento dos grilhões que prendiam a produção nacional a padrões de produção atrasados e não sustentáveis.

O Brasil que dá certo não é um Brasil que se abala com crises passageiras, pois está organizado para continuar trabalhando, crescendo e se desenvolvendo. Está acostumado a situações difíceis, pois certa margem de imprevisibilidade é da arte da produção econômica, mas está muito longe de reconhecer prontamente, no contato com as realizações do mundo civilizado, qualquer atitude de autodepreciação.

O futuro reserva um lugar especial para os brasileiros. Não podemos perder a oportunidade.

Senhoras e senhores, a Comissão Senado do Futuro convida o Sr. Jessé Souza, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), para compor a mesa. *(Pausa.)*

Como já disse, a Comissão Senado do Futuro foi criada pela Resolução do Senado Federal nº 14, de 2013, por proposta do Senador Cristovam Buarque, Vice-Presidente desta Comissão, que se inspirou em comissão semelhante no senado do Chile: Comisión Desafíos del Futuro.

A comissão permanente para tratar dos desafios do futuro do Chile, composta por sete senadores e presidida pelo Senador Guido Girardi, foi criada em 2011 com o objetivo de trabalhar o futuro da ciência, com a participação de renomados cientistas e reitores de universidades. Essa comissão organiza, anualmente, o evento Congresso do Futuro, que se encontra em sua 4ª edição, tendo a participação de ganhadores de Prêmios Nobel.

Com essa inspiração, a Comissão Senado do Futuro do Brasil foi instalada em 1º de outubro de 2013, tendo como Presidente o Senador Luiz Henrique – a quem presto uma honrosa homenagem póstuma –, e como Relator o Senador Cristovam Buarque, que propôs, em 2013, debater o futuro em uma ótica brasileira.

Desde sua criação, a Comissão já debateu os temas: o Pacto Federativo para diminuir as desigualdades sociais; participação popular e o futuro da democracia; o Brasil que queremos e o ensino superior; e cenários do futuro nos próximos 50 anos, com a participação do sociólogo Domenico de Masi.

Neste ano, com o propósito de promover discussões sobre grandes temas e o futuro do País (art. 104-D do Regimento Interno), realizaremos nossa primeira audiência pública interativa com presença do Sr. Jessé Souza, Presidente do Ipea, para debater os impasses e perspectivas da sociedade brasileira, bem como do Sr. Alessandro Candeias, Coordenador-Geral de Projetos do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do MRE.

O Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), fundado em 1987, é um órgão da Fundação Alexandre Gusmão (Funag), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores.

S. Sª já está presente?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Gostaríamos de convidá-lo, então, para estar aqui conosco. *(Pausa.)*

Ainda neste mês de setembro, iremos realizar nossa segunda audiência, para tratar do tema “Senado do Futuro e o Senado para o Futuro”.

Pretendemos realizar em outubro a terceira audiência, para tratar do tema “Crescimento Econômico e Desenvolvimento Sustentável”.

Em novembro, faremos a quarta audiência, com o tema “Futuro das Cidades e as Cidades Sustentáveis”.

Por fim, em dezembro realizaremos nossa quinta audiência, para tratar do tema “Democracia, Instituições e a Representação Popular”.

Inclusive, quero convidar todos os internautas, todos aqueles que assistem à reunião a fazer sugestões acerca de temas que a Comissão possa desenvolver.

Senhores membros, submeto à apreciação desta Comissão minuta de projeto de resolução para regulamentar o programa e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3 de 2011, na gestão do Presidente Sarney e aprimorado sob a direção do Presidente Renan, com o objetivo de estimular e possibilitar maior participação dos cidadãos nas atividades legislativas, orçamentárias, de fiscalização e de representação da Casa.

No ar desde maio de 2012, o Portal e-Cidadania tem despertado imenso interesse junto à sociedade. Cito, por exemplo, os 9,3 milhões de acessos nos últimos 12 meses, um crescimento de 423% em relação ao ano anterior.

No portal, esses visitantes encontram ferramentas de participação e interatividade que os aproximam dos trabalhos parlamentares, além de permitir a nós Senadores colher opiniões e contribuições da sociedade. Isso, inclusive, já está sendo bastante utilizado aqui nas Comissões

Na esfera das opiniões, por exemplo, o Portal e-Cidadania disponibiliza o mecanismo que permite aos cidadãos opinar sobre todas as proposições que tramitam aqui no Senado. Trezentas mil pessoas já fizeram isso, manifestando-se sobre mais de 1.500 projetos diferentes! Esse mecanismo, vale ressaltar, foi desenvolvido para atender resolução proposta pelo Senador Luiz Henrique da Silveira, em resposta aos movimentos de junho de 2013.

Do lado das contribuições, destaco as audiências públicas interativas, incluindo as sabatinas. Nesses eventos, os cidadãos assistem à reunião pelo portal e podem participar nos enviando perguntas, comentários e outras informações que enriquecem os debates. Só em 2015, nas 211 audiências realizadas em caráter interativo, mais de duas mil pessoas participaram, encaminhando mais de seis mil manifestações.

Outro importante instrumento é o das Ideias Legislativas. Nele, o cidadão sugere uma abordagem a um problema, cuja solução passaria pela aplicação de uma nova lei. Quando recebe 20 mil apoios, no prazo de quatro meses, a ideia é encaminhada à Comissão de Direitos Humanos, que acumula também as funções relacionadas à legislação participativa.

Essa ideia, então, será relatada e poderá virar um projeto de autoria da Comissão. Ou seja, é uma efetiva contribuição da sociedade para a produção legislativa, mostrando a vanguarda do Senado Federal nessa abertura à participação popular. Já recebemos mais de três mil ideias, cinco das quais foram encaminhadas à CDH, das quais três ainda estão tramitando.

O nosso Senador Cristovam Buarque, Vice-Presidente desta Comissão, é o Relator de uma dessas ideias na CDH. Como Parlamentar democrático que é, promoveu diversas audiências pública, todas interativas e com um impressionante número de participações.

Apesar disso tudo, mesmo com os resultados que acabo de compartilhar com os senhores, entendo que há muito por fazer. Isso será trabalhado no ciclo de debates que aprovamos para tratar do relacionamento do Senado Federal com os cidadãos.

Por ora, como primeira medida concreta nesse sentido, esse projeto de resolução que trago aos senhores dispõe sobre os requisitos mínimos e os recursos tecnológicos relativos ao cadastro de usuários desse portal. Isso permitirá que eles sejam identificados sem prejuízo da integração com outras ferramentas disponíveis na rede mundial de computadores.

Além disso, o presente projeto de resolução estabelece critérios claros, proporcionando legitimidade e segurança jurídica ao encaminhamento e apreciação das propostas recebidas pela Casa por meio do portal. Essa é uma lacuna a ser sanada.

Por fim, informo ainda que, conforme dispõe do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão, além de promover discussões sobre os grandes temas do País, aprimorar a atuação do Senado nessas questões. Desse modo, pensando no futuro do Senado Federal e em seu aprimoramento, apresento a presente minuta de projeto de resolução, que contribui para a construção de um Senado Federal participativo, aberto e próximo aos cidadãos.

A nossa audiência pública tem como finalidade debater o tema Impasses e Perspectivas da Sociedade Brasileira.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo por meio do portal e-Cidadania e do Alô Senado.

Segundo requerimento de autoria desta Presidência, convidamos agora, para fazer uso da palavra, o Sr. Jessé de Souza, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Conforme divulgado na pauta e redes sociais, informo que esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, endereço www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do nº 0800612211.

Como os convidados já se encontram aqui, à mesa, de acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará sua exposição pelo tempo necessário. Em seguida, abriremos a fase de interpelação por três minutos, pelos Senadores e Senadoras inscritos bem como pelos professores presentes, consultores legislativos e cidadãos que se inscreverem;

A palavra será concedida de forma intercalada entre Senadores e demais participantes. Quero dizer que, como esta não é uma comissão deliberativa, vamos, a exemplo desta e de outras comissões, dar toda a liberdade para que se possa promover inclusive o debate.

É intenção nossa, no futuro, realizar essa reunião sob um modelo que não seja este plenário, em que estamos dispostos tal como a banca de professores e, aí, os espectadores ou alunos. Queremos talvez uma mesa redonda, queremos criar um modelo mais próprio para esse tipo de comissão, ou seja, já que não é uma comissão deliberativa, para promover mais, enfim, o debate, inclusive dos Senadores com a sociedade de um modo geral.

Então, vamos, inicialmente, conceder a palavra aqui ao Dr. Jessé Souza, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O SR. JESSÉ JOSÉ FREIRE DE SOUZA – Bom dia!

Senador, eu gostaria, antes de tudo, de agradecer a oportunidade de poder fazer esse debate com os senhores.

Eu gostaria de começar tocando em um tema que eu acho fundamental para o futuro do Brasil, não o futuro longínquo, mas o futuro próximo. E eu acho que essa questão tem a ver... Quer dizer, nós estamos, agora, construindo, entre vários projetos que nós temos no Ipea, que é uma instituição que já tem 50 anos de serviços prestados ao Estado brasileiro, um conjunto de ações de uma agenda estratégica que tem a ver com a difícil situação econômica e política que o Brasil está vivendo agora, mas nós temos também projetos que são de curto e médio prazos e que são importantes, a meu ver, para que possamos repensar o Brasil a partir de agora. E é sobre esses projetos que eu gostaria de conversar com os senhores aqui.

É o que nós estamos chamando de Radiografia do Brasil Contemporâneo, que tem a ver com a questão de como compreender quem é o brasileiro de hoje. Nós estamos usando o tema das classes sociais a partir de uma perspectiva muito particular, no sentido de que as classes aqui não são divididas nem são conhecidas a partir de um aporte de renda. Eu acho que, no decorrer da nossa discussão, isso ficará esclarecido, isto é, o porquê de nós escolhermos esse aporte e não o aporte meramente econômico.

Essa questão é tão mais importante quanto eu acho que nós estamos envolvidos aqui em uma escolha histórica do Brasil. Quer dizer, o Brasil já teve essa escolha histórica em 64, quando o Brasil havia deixado, pelas mãos de Getúlio Vargas, antes de tudo, de ser uma pequena fazenda de café que tinha ousado o sonho de se tornar uma nação moderna, industrial e pujante. E isso começou a ser construído nas décadas de 50 e 60.

No alvorecer, houve, ali, um instante histórico em que o Brasil estava se decidindo sobre se nós iríamos ter uma democracia industrial pujante, de massas, ou se nós iríamos construir uma nação para 20% da nossa população. Infelizmente, a opção histórica foi a segunda, ou seja, nós decidimos construir uma nação para 20%, uma pequena classe média de privilegiados.

O que nós vimos acontecer nos últimos 10 ou 15 anos foi uma reversão parcial desse processo, ou seja, nós vimos algumas dezenas de milhões de pessoas deixarem o estado de exclusão social e passarem a participar de um processo significativo de ascensão.

Eu acho que o que está em jogo, agora, é a continuação ou o aprofundamento desse projeto, inclusive com a volta à sociedade desses 20%. E eu acho que a ciência aplicada – e o Ipea é a instituição brasileira melhor aparelhada para oferecer esse serviço... Quer dizer, eu venho da universidade, e a universidade, apesar de ter vários estudos importantes em áreas que são chaves, normalmente, os estudos feitos na universidade são quase sempre feitos por pesquisadores individuais, quase sempre têm a ver com temas fragmentados, que são importantes enquanto tal, mas não têm a visão do todo.

O Ipea é a instituição brasileira mais bem aparelhada para pensar o Brasil em sua totalidade. É isso que estamos tentando fazer lá. E nós estamos tentando pensar o Brasil na sua totalidade nesses dois níveis que são extremamente importantes, ou seja, o nível dos agentes, das pessoas, que são hoje brasileiros – porque a gente não sabe disso. E por que a gente não sabe disso? Porque, quando a gente tenta imaginar a classe através da renda, o que a gente tem é uma disposição arbitrária dos setores sociais, uma divisão arbitrária por classe porque o fato de as pessoas ganharem a mesma coisa não significa que elas se comportam do mesmo modo. E o que a gente quer saber, quando a gente divide as pessoas por classe é de que modo elas se comportam, de que modo elas reagem, qual é o seu estilo de vida, o seu padrão de consumo, a sua concepção de mundo, etc.

A renda não nos esclarece acerca de nada disso. Um exemplo prático torna isso compreensível. Se pegarmos um professor universitário em início de carreira e um trabalhador da Fiat em Betim, eles vão ganhar entre R\$8 mil e R\$9 mil. Essas duas pessoas vão ter uma concepção de mundo, com toda probabilidade, extremamente diferente uma da outra. O seu parceiro amoroso vai ser muito distinto. A forma como ele vai criar os filhos; como ele vai usar o lazer; como ele vai montar a sua pauta de consumo; como ele vai compreender a política. Em praticamente, todas as áreas da vida, a não ser sobre futebol, eles vão ter muito pouco o que conversar entre si.

Dizer que essas pessoas fazem parte da mesma classe não adianta nada para o nosso conhecimento.

O conceito de classe que eu gostaria de discutir aqui foge, tanto do ponto de vista marxista, que tem a ver com a ocupação mas é econômico, como do ponto de vista liberal, que tem a ver com a renda, ou seja, como se todas as pessoas pensassem do mesmo modo e apenas o tamanho do bolso delas diferenciase o seu comportamento – o que é completamente absurdo, como vimos por esse exemplo e ele pode ser multiplicado várias vezes –, a gente consegue compreender, ao contrário, o comportamento das pessoas a partir da socialização familiar. O que isso significa? Isso significa que o seres humanos são, em grande medida, montados e construídos no seu comportamento entre 0 e 5 anos. São os estímulos que se recebem – estímulos quase sempre invisíveis, quase sempre que não têm a ver com o que é dito, mas por exemplos, com comportamento –, nós, seres humanos, imitamos quem amamos, pai e mãe ou quem ocupe esse lugar.

E essa apropriação, incorporação de pai e mãe tem a ver com coisas como, por exemplo, capacidade de concentração. A gente imagina que todas as classes tenham. Isso não é verdade. A gente imagina que a capacidade de se concentrar nos estudos ou numa leitura ou num quadro-negro é tão natural como o fato de termos duas orelhas e dois ouvidos, etc.

Toda essa ideia de que as pessoas se comportam a partir de estímulos apenas econômicos – embora os estímulos econômicos sejam extremamente importantes –, a ideia de que as pessoas se comportam apenas por estímulos econômicos, isso é extremamente errado e faz com que a gente não veja uma série de questões que são extremamente importantes, especialmente para os 70% de brasileiros que não são de classe privilegiadas, não são da classe média e que enfrentam problemas de socialização familiar, que vão tornar a vida deles mais difíceis em todas as outras instituições como escolas, mercado de trabalho, etc.

Pegemos esse exemplo da capacidade de concentração, que foi o exemplo que eu e a minha equipe pegamos, nos últimos dez a doze anos de pesquisa empírica que vimos fazendo no Brasil, e que ficou muito claro para gente.

Quanto à capacidade de se concentrar, por exemplo, a gente entrevistava pessoas dos excluídos brasileiros – e eu vou explicitar essa noção em breve –, o excluído adulto lembrava-se do seu tempo da escola e dizia: “Eu ficava fitando a lousa, três a quatro horas, sem conseguir aprender nada!”

A gente ouviu 70 a 80 entrevistas com esse tipo de conteúdo. E, depois, caiu a ficha, ou seja, quem fica fitando a lousa, horas e horas, sem nunca aprender nada é por que falta capacidade de concentração. Isso, porque a capacidade de concentração é o pressuposto de qualquer processo de aprendizado.

A isso se associam estímulos ao pensamento abstrato, à prática da mãe e do pai de lerem com o filho, lerem histórias cheias de fantasia etc. E esses mesmos estímulos, que são invisíveis e são privilégio de classe, não são reproduzidos nas classes desprivilegiadas. Quer dizer, o que a gente tem aí são classes com capacidade de concentração e classes sem capacidade de concentração.

Por exemplo, temos aí, então, crianças de cinco anos chegando sistematicamente na escola sem capacidade de se concentrar. E isso não corresponde ao fato de a escola ser boa ou ruim. É claro que a escola, sendo boa, pode reverter esse processo em uma medida significativa, mas o que a classe social faz é produzir seres humanos diferentes, com capacidades, habilidades e talentos muito distintos entre si, que vão desde a tenra idade já “pré-decidir” as chances que essas pessoas têm na vida.

Essa é a questão que acho que o Brasil ainda compreende muito pouco. E eu não consigo ver nenhuma questão mais importante do que essa, até porque, mesmo mecanismos de transferência de renda etc., que são extremamente importantes – e mostraram a sua importância agora –, têm um limite, se não se enfrentam es-

sas outras questões. E é exatamente esse tipo de questão que acho que está na ordem do dia para que o Brasil tenha uma nova escolha civilizacional, para dizer que tipo de sociedade quer ser: uma sociedade em que as pessoas nascem e podem ter chances na competição por recursos escassos – e esses recursos serão sempre escassos... Alguns terão sempre um pouco mais do que outros, mas a nossa realidade não é a de que uns terão um pouco mais do que outros; é a de que poucos têm quase tudo, e muitos não têm quase nada. Apesar de todo o esforço que foi feito, nós diminuimos um pouco essa distância, mas ela continua sendo a questão social mais importante do Brasil moderno.

Antes de tudo, o que temos de fazer, eu acho, é conhecer esse povo, ou seja, a política e o conhecimento têm uma relação que me parece muito próxima: sem conhecimento da realidade como ela é – e aí é sem fantasias... Porque não adianta vir com: “Ah, não! Cada pessoa tem a sua forma diferente de ver o mundo etc.” Existe isso, mas a competição é por bens que são muito próximos; alguns têm acesso, outros não.

E a política adequada nessa questão é fazer com que essas condições estejam ao alcance do maior número de pessoas. E, para que isso aconteça, a gente tem que enfrentar, de frente, de fato, a real dificuldade que essas famílias e que essas classes desprivilegiadas enfrentam até hoje. E isso tem a ver com conhecê-las.

Por exemplo, o que nós estamos chamando aqui de classe dos excluídos – e eu fiz um livro com o título provocativo de *A Ralé brasileira: quem é e como vive*. E obviamente que não foi para insultar essas pessoas, mas para chamar atenção ao fato histórico de que o Brasil vem, secularmente, condenando essas pessoas ao abandono, a sociedade brasileira antes de tudo. E essas pessoas são excluídas por quê? Porque têm uma relação familiar extremamente complicada, não existe...

O que a gente achou, nessa pesquisa que realizamos entre 2004 e 2008, tem a ver com muitos dos achados que também Florestan Fernandes tinha observado em São Paulo, na Grande São Paulo na década de 50, ou seja, não houve grande avanço nisso.

Essas famílias têm dificuldades na reprodução dos papéis de pais, de filhos. Normalmente, os mais fortes abusam dos mais fracos, inclusive, o abuso sexual é frequente. Obviamente, destroem-se pessoas a partir disso, não se estimula filhos, não se cria condições para que essas pessoas cheguem à escola com alguma chance de sucesso escolar e, depois, de sucesso ao mercado de trabalho.

A sociedade moderna, o capitalismo moderno exige que haja incorporação, antes de tudo, de conhecimento para que se tenha produtores úteis. Não existe produtor útil no capitalismo moderno sem que se incorpore conhecimento.

E nós temos toda uma classe de pessoas que foram incapazes de incorporação de conhecimento em qualquer forma significativa e, por conta disso, elas têm que vender a sua energia muscular, assim como o cavalo vende a sua; quer dizer, são exploradas na sua energia muscular. Por exemplo, empregadas domésticas, faxineiras etc. Pouquíssimo capital cultural e muito de trabalho corporal, músculo etc.

Essas pessoas, portanto, não podem entrar no mercado competitivo, elas são exploradas em seu corpo, trabalho pesado, duro, perigoso etc. Nós temos ainda grande parte da nossa população dentro desse nível de exclusão.

Acima dessa classe, nós temos também o que a gente poderia chamar de uma nova classe trabalhadora, que é uma classe trabalhadora que não é só brasileira, que foi chamada de classe C etc. e está longe de ser um jabuticaba. Ou seja, não é apenas uma classe brasileira, é uma classe que o capitalismo financeiro tem criado em várias partes do mundo.

Eu tive ocasião, em viagens, de perceber fenômeno muito semelhante aos brasileiro em países como Índia, Tailândia, China, Turquia, ou seja, onde haja grandes massas de seres humanos dispostos a fazerem praticamente qualquer tipo de trabalho. Pessoas que são, em várias ocasiões também superexploradas.

Nós fizemos também uma pesquisa acerca dessa classe. Várias delas trabalhavam 14 a 15 horas. Algumas delas são autônomas, imaginam que não têm chefe quando, no fundo, seu chefe é o banco, é um chefe invisível. Várias delas têm vários empregos, trabalham até 14 horas ao dia, ou seja, são batalhadoras, como intitulamos no livro. São batalhadores que têm extraordinária vontade.

Para que a gente entenda bem, houve uma confluência na ascensão dessa classe não só em projetos de transferência do Governo, que foram decisivos, o crédito farto à época foi também decisivo, quer dizer, o contexto econômico foi extremamente importante em termos de emprego etc., mas houve também, não podemos esquecer, um aporte muito importante em autoconfiança e autoestima dado especialmente pelas igrejas pentecostais e neopentecostais especialmente a esse público.

O que a gente tem que ver aqui, senhores, é que essas pessoas enfrentaram dificuldades na vida, dentre elas, ter que trabalhar com 11, 12 anos de idade. Por isso essas pessoas nunca foram classe média. Esse termo não é adequado, porque a classe média é uma classe com privilégios. O grande privilégio da classe média é o fato de os filhos da classe média terem tempo livre, tempo livre para estudar. Esse é um extraordinário privi-

légio, porque aí você pode se apropriar de outro grande capital de toda a sociedade moderna, que é não só o capital econômico, mas o capital cultural. Não existe nenhuma função no mercado nem no Estado que possa ser exercida sem conhecimento. E a classe que se apropria desses empregos, desses salários, desse prestígio e desse reconhecimento é o que nós chamamos de classe média efetiva, real.

Ou seja, a classe média é uma classe privilegiada, ela tem acesso a um tipo de capital que é extremamente concorrido, que é necessário. O que nós chamamos de nova classe trabalhadora não têm acesso a nenhum desses privilégios de nascimento; ela tem que trabalhar já, por exemplo, desde os 11, 12 anos de idade. É isso que nós vimos nas entrevistas que a gente fez no Brasil inteiro. E é uma classe, portanto, que padece não só de carências materiais, mas também de carências espirituais, emocionais, ou seja, pessoas que estão acostumada à humilhação. A gente tem que compreender pessoas que são habituadas a receberem olhares de cima para baixo, pessoas que você muda de calçada quando as encontra etc., etc.

Quer dizer, essa combinação entre carência material e carência simbólica é que está em jogo, e que, então, a gente entende, sob vários aspectos, a influência e entende por que vários milhões de brasileiros, a cada ano, adentram as igrejas pentecostais, porque o que essas igrejas vão dizer, ao contrário da experiência cotidiana dessas pessoas, a experiência de humilhação dessas pessoas, o que essas igrejas vão dizer é “Você existe, você é gente. Jesus está com você. Ninguém está com você, mas Jesus está com você”. Ou seja, não é qualquer um. E o que nós vimos é que quase 70% dessa classe é pentecostal ou neopentecostal, porque exatamente os seres humanos precisam não apenas de condições materiais, mas precisam de condições simbólicas, precisam de reconhecimento, estímulo etc., etc., que é o outro capital que a classe média privilegiada tem. A classe média cria seus filhos sabendo que a vida é difícil, que você vai cair e se reerguer várias vezes, quando o destino nas classes desprivilegiadas é você cair uma vez e ficar no chão, no alcoolismo, no consumo do *crack* etc., etc.

Então, é esse horizonte que a gente precisa conhecer melhor, porque ele não é conhecido; ele não pode ser conhecido apenas a partir da sua renda. E essa é uma classe extremamente heterogênea; ela vai desde toda a forma de trabalho precarizado até pequenos empreendedores, que a gente não conhece. Na realidade, quando a gente diz, provocativamente, que o Brasil não conhece o Brasil é porque o Brasil não conhece. Quer dizer, porque você não conhece, especialmente esses 70% que são desprivilegiados e que não são da classe média, apenas sabendo qual é o seu nível de renda. Ou seja, isso adentra muito pouco de qualquer conhecimento sobre quais são as deficiências de socialização familiar que existiram e de que modo instituições estatais, o aparato institucional estatal da escola, da Justiça etc. vai lidar com esse público.

A gente considera que é absolutamente necessário conhecer melhor esse público na sua heterogeneidade. Isso vai ser extremamente importante para qualquer esforço de revolução escolar no Brasil. Porque, sem conhecer esse público, que chega com deficiências muito específicas, você não pode montar uma escola como se ele fosse de classe média, porque as suas necessidade socioemocionais são completamente distintas; e esse esforço vai estar condenado ao fracasso, por mais dinheiro que se aplique nisso. Quer dizer, dinheiro não resolve tudo! Você tem que conhecer, você tem que criar políticas específicas para isso.

E isso é importante não só nesse tema escolar, isso é importante também em temas tópicos. Eu posso citar um exemplo, que nós fizemos uma pesquisa sobre isso também, dos usuários de *crack*. O usuário de *crack* é exatamente essa ralé no seu último estágio, que já desistiu da vida. É uma forma de suicídio tamanha a humilhação. Esquece-se do mundo, da vida etc., etc. E nós fizemos um estudo tentando mostrar como a construção de pequenos futuros para essas pessoas, porque a noção de tempo, a noção de como você maneja o tempo é diferente de classe a classe.

Literalmente, existem classes com futuro. O que é uma classe com o futuro? Uma classe com o futuro é aquela que pode planejar o seu futuro, fazer o cálculo prospectivo, ou seja, põe o futuro como mais importante do que o seu presente – a classe média, age assim. É mais importante a fruição futura do que o agora. Por conta disso, eu vou renunciar a certos prazeres, a certas necessidades que eu tenho agora em nome de um futuro melhor. A classe média é toda montada nisso. Aliás, a noção racional de ser humano é montada nisso. Ou seja, você planeja. E, como o futuro é difícil para todos – mesmo com planejamento, o futuro pode ser desagradável para alguns de nós –, sem planejamento não há futuro algum.

Então, classes e pessoas são condenadas a ficar no presente, pensar apenas no seu tempo presente. Elas literalmente, sem nenhuma figura de retórica, não têm futuro. Então, nós temos classes que são condenadas ao presente, e esse presente é extremamente, só para citar um exemplo, no caso dos usuários de *crack*, radicalizando, só se pensa naquele instante, o instante do uso da droga etc., etc. E nós descobrimos que uma forma de você tentar reabilitá-lo é trilhar uma estratégia de pequenos futuros, ou seja, alguns dias sem a droga, e, aí, pôr alguns prêmios para isso e tal. Quer dizer, é algo que foi importante para a estratégia e que agora o Ministério da Justiça está utilizando de forma massiva.

Isso mostra o quê? Sem conhecer e sem assumir a dificuldade da vida desses 70% de brasileiros, a gente não vai construir instituições que possam acolhê-los melhor.

Era essa mensagem que eu queria deixar aos senhores nesta manhã.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Nós queremos agradecer ao Dr. Jessé Souza.

Como eu já disse aqui antes, esta Comissão não é uma comissão deliberativa. O modelo que queremos adotar no futuro, inclusive, seria o de um plenário diferenciado, com uma mesa-redonda em que cada um pudesse participar do debate.

Eu quero convidar o Senador Cristovam Buarque, que é o Vice-Presidente da Comissão Senado do Futuro, inclusive, foi também o precursor desta Comissão, como já tive oportunidade de aqui falar isso, para que ele possa também falar aqui do trabalho nosso, da Comissão e, especificamente, do tema.

Quero agradecer aqui a presença dos Senadores que estão conosco: Senadora Fátima Bezerra, Senador Blairo Maggi, Senador José Medeiros, também do Senador Donizeti, da Senadora Lídice da Mata, que passou a integrar também a nossa Comissão, e de todos os que aqui estão presentes nesta audiência.

Agora, com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

Como eu disse, não temos ainda a lista de inscrição, mas, se quiserem fazê-la, Senador Donizeti...

Também quero deixar bem claro que podemos fazer o debate. A reunião não tem esse engessamento normal das nossas comissões deliberativas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Pois não, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, é só para dar o meu bom-dia, saudar aqui o Professor Jessé, Presidente do Ipea, pela importante reflexão que acaba de fazer; saudar o Dr. Alessandro, que também vai fazer uso da palavra; e o nosso companheiro, Senador Cristovam, que também vai fazer uso da palavra.

A minha questão de ordem, neste momento, é para solicitar a V. Exª se há como disponibilizar a fala do Dr. Jessé, cópias delas, para nós.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Com certeza será providenciada, Senadora.

Também quero anunciar aqui a presença do Sr. Vinícius Lobo, que é representante do Secretário de Políticas Públicas de Emprego, Giovanni Queiroz; também do Professor Denis Forte, assessor da Presidência do Instituto Presbiteriano Mackenzie; da Srª Maria Elenita Nascimento, Coordenadora do Núcleo de Estudos Estratégicos da UnB; também da Srª Vanessa Meireles Barreto, Gestora Pública da Presidência da República; e ainda do Sr. Leonardo Freire de Aguiar Cavalcanti, Servidor do Ministério da Cultura e aluno de graduação de Relações Internacionais do UniCEUB.

Com a palavra o Senador Cristovam, e peço que ele fique aqui na Presidência enquanto eu...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, pela ordem, só para uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Pois não.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O Sr. Alessandro já falou também? Pergunto porque eu cheguei atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Não. Ele vai falar em seguida.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Vai falar ainda. Obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um.

Presidente Wellington Fagundes, eu quero apenas dizer da minha satisfação de ver esta Comissão renascendo, depois de um semestre sem trabalho, e do ano passado ter sido um ano atípico por causa das eleições, em que o nosso trabalho foi muito limitado.

Peço desculpas por não estar aqui desde o começo, porque eu estou presidindo a Comissão de Ciência e Tecnologia, que está discutindo os cortes na área de ciência e tecnologia durante 2014. E, apesar da importância desta, lá é muito importante, porque a comunidade acadêmica hoje está assustadíssima, achando que, ao vir para cá um orçamento deficitário, nós vamos começar cortando verbas por aquilo que aparece menos, que é a área da ciência e tecnologia. Estão assustadíssimos com esse e risco de nós, Parlamentares, sermos os responsáveis pelos cortes que alguém terá que fazer para ajustar-se ao orçamento realista que chegou ontem aqui.

Então, eu vim aqui apenas para manifestar satisfação ao tempo em que fiquei triste de ver aqui tantos Senadores, enquanto lá eu só tenho um. (*Risos.*)

Quero dizer, ainda, que, do pouco que eu assisti da palestra do Professor Jessé, a quem admiro há muitos anos, sou seu leitor, fiquei muito satisfeito. E retorço a solicitação da Senadora Fátima, porque eu também vou ler. E saúdo o Alessandro, que é um velho amigo também de encontros no passado – e, se ele quiser, ele comenta –, que, com certeza, tem muito o que falar.

Obrigado, Senador Fagundes, e é um prazer saber que esta Comissão está nas suas mãos. E conte comigo aqui como seu auxiliar.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Bom; o meu assessor me corrige aqui, porque eu disse “José”, mas é Jessé. Então, que fique bem claro: é Dr. Jessé.

Como o Dr. Jessé também tem outro compromisso, vamos primeiro, então, abrir aqui a palavra para algum questionamento diretamente ao Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Dr. Jessé, para, assim, permitirmos que ele possa sair. Em seguida, então, a gente passa para o Dr. Alexandre,

O Senador Donizete havia pedido a palavra; e, na sequência, o Senador Blairo Maggi.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Professor Jessé, é um privilégio estar aqui ouvindo a sua exposição.

Eu não sou membro desta Comissão, mas estou presente aqui algumas vezes, porque essa questão do futuro, do planejamento, para mim, tem sido muito importante, tanto assim que nós apresentamos uma emenda ao art. 165 da Constituição para que o Executivo seja obrigado a fazer planejamento estratégico, com visão de 20, 30 anos. A PEC está em tramitação, e espero aprová-la nessa questão do Pacto Federativo.

Ouvindo o senhor, eu me recordei de uma fala, em 1989, do saudoso Plínio de Arruda Sampaio, que disse, àquela época, que nós tínhamos perdido a eleição porque nós conhecíamos a realidade concreta, objetiva do cidadão, mas nós não conhecíamos a visão, a ótica dele a respeito da felicidade, do amor, do bem-estar; a gente só conhecia o que vivia, mas não conhecia como ele enxergava, como ele lia o mundo. E. Aqui, ouvindo o senhor, eu recordei dessa questão.

E, se entendi bem, do pouco que ouvi, porque não pude ouvir tudo, essa questão da nova classe média, que a Marilena Chauí tem chamado de uma nova classe trabalhadora e não de uma nova classe média, o senhor também está destacando que ela não é classe média; ela não tem os privilégios – e nem vou chamar de privilégio –, mas os direitos que já conquistou a classe média.

Quanto à questão dos 70%, a questão da religião, que o senhor colocou, eu gostaria que o senhor desse uma pequena recapitulada nisso para mim, apesar de que a gente vai ter acesso ao texto, mas eu quero dialogar com isso, que essa questão da visão de futuro é que nós não conhecemos, pelo que eu entendi do que o senhor nos disse. E, se nós não conhecemos a visão de futuro dessa nova classe, nós não vamos planejar o País para incluí-la. Ela ainda não está incluída, embora tenha melhorado de renda.

Eram essas as minhas colocações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu vou aproveitar, se o senhor me permitir, porque é na mesma linha do Senador Donizeti. Não é questionamento.

Eu também gostaria, Dr. Jessé, primeiramente, de cumprimentar V. S^a pela colocação. Eu quero dizer que fiquei surpreso. Eu ouvi coisas aqui, muito rapidamente, sobre as quais eu não havia ainda parado para refletir, como a questão da diferença da noção de tempo entre as classes. Quer dizer, eu sempre me perguntei: por que o cara não vê? É tão simples, não é? Ele não consegue enxergar que o futuro é atrás dessa barreira. E agora vem o Dr. Jessé aqui e coloca que, estatisticamente, é comprovado que são estanques as coisas.

Então, nesse sentido, acompanhando aqui o Senador Donizeti, eu gostaria de uma pequena recapitulada, para eu poder entender melhor esse processo e passar a ler um pouco mais, estudar um pouco mais sobre isso, porque eu acho que vai clarear muitas coisas para mim também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Medeiros e, depois, a Senadora Fátima.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, Dr. Alessandro, Dr. Jessé, eu também, na mesma linha, achei muito interessante o que o senhor trouxe aqui e faz muito sentido.

O senhor fala sobre essa pessoa, para a qual, de repente, não se apresenta um futuro, e da correlação com o alto percentual de presença dessas pessoas nessas igrejas, vamos dizer assim. E, realmente, ela vai ali e ouve: “Bom, você tem futuro, sim. Você vai andar com Jesus e você é filho de Deus”. Eu ouvi algo similar, nessa linha – eu não me lembro se era uma professora da Unicamp ou da USP –, há algum tempo, quando houve aquela primeira guerra entre a Globo e o Edir Macedo. Naquele momento, todo mundo esperava: “Bom; agora a Universal acabou”. E ela não acabou. Na verdade, aumentou. E a professora fazia um estudo mais ou menos

semelhante, dizendo o seguinte: “Olha, na verdade, o sujeito, na segunda-feira, vai enfrentar a colher de pedreiro, vai enfrentar um traço de massa, mas, no dia anterior, na igreja, o pastor lhe disse que ele era único, que era uma pessoa importante. Com isso, ele saiu dali energizado e ele vai bater massa a semana inteira. Quando está terminando as energias dele, ele vai à igreja de novo e recebe essa dose de energia”. Ou seja, ela dizia justamente isso. E, na época, as igrejas eram as únicas que subiam o morro, num momento em que não havia UPP, não havia nada.

E eu achei interessante, porque o senhor traz, com mais clareza, o porquê disso, como é que isso também acontece por falta, justamente, dessas perspectivas. E é um pensamento muito profundo – embora possa não parecer – e interessante de se colocar, porque, na verdade, às vezes, a solução não está em grandes saltos, num duplo *twist* carpado; às vezes a solução está em, simplesmente, a pessoa ter uma perspectiva, ter um horizonte. Não é verdade?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Senadora Fátima, conforme havíamos combinado, eu gostaria que a senhora permitisse que uma das pessoas que aqui estão, que não seja um Senador, pudesse fazer a sua pergunta e, logo em seguida, daria a palavra à senhora.

Concorda?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não há problema não.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Então eu quero passar a palavra ao Professor Denis Forte, assessor da Presidência do Instituto Presbiteriano Mackenzie; e, logo em seguida, à Senadora Fátima.

O SR. DENIS FORTE – Primeiramente, quero agradecer. Achei bem interessante a exposição.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Se possível, um pouquinho mais próximo ao microfone.

O SR. DENIS FORTE – O.k. Quero agradecer.

Eu sempre tenho um ponto de vista. Sou professor já há 16 anos, fui executivo e sempre procuro mais o que aproxima do que o que afasta. Então, acho que esse é o enfoque.

Um ponto que achei muito interessante é sua visão em relação – na realidade, eu sou professor de finanças – de que não se pode ficar só na visão de distribuição econômica, e, sim, pensar também em psicossocial.

Não querendo ser muito acadêmico e teórico, mas obviamente Bourdieu já falava da reprodução social, e eu acho que não é nem essa sua intenção de cortar o que já existe e o que é bom, evidentemente.

Agora, a parte da inclusão – por isso que eu falei das diferenças – é muito interessante. Também sou professor de finanças comportamentais, e o que aprendemos nisso? Que não adianta colocarmos conhecimento só de finanças se não há, ao final, comportamento e atitudes. Aí, eu junto ao seu pensamento o problema que você coloca de haver falta de valores. A instituição que represento aqui evidentemente é confessional e ela tem uma linha valores, e são esses valores que norteiam atitudes. Então, o que eu quero colocar é a função de universidades comprometidas, escolas e universidades que tenham esse conceito de valores e que trabalhem atitudes, para, depois, inserir isso de uma maneira produtiva na colocação de recursos, porque, como você disse, não adianta você jogar dinheiro fora. E o que temos visto é que muitas tentativas são feitas meio isoladamente.

Eu acho que universidades e escolas têm que ser chamadas, sim, num papel de contribuição, porque são elas que levam esse lado atitudinal, que vai fazer a mudança comportamental, porque, senão, não adianta nada esse conhecimento, não adianta um aumento de renda, se o tipo de comportamento não vai mudar.

Então, é mais essa reflexão que eu queria levar a todos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – ... transmitida, desde o seu início, pela TV Senado e pelos meios de comunicação social da Casa.

Aqui já temos uma pergunta, que é bastante genérica, não específica: qual o projeto, se temos, para mudar a cultura milenar da desonestidade dos políticos, Parlamentares e homens da lei, que dirigem este País, para que o povo deixe de pagar a conta todas as vezes em que se descobre um rombo nos cofres públicos.

Agora, com a palavra, a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, primeiramente, eu quero aqui, mais uma vez, saudar o fato de estarmos aqui, através da Comissão Senado do Futuro, fazendo um debate dessa natureza, dessa envergadura.

Esse debate, Prof. Jessé e Prof. Alessandro, é importante que se dê exatamente nesse formato. Qual o formato a que eu me refiro? É ao fato de que essa comissão não está atrelada ao cotidiano parlamentar das

discussões vinculadas obrigatoriamente, por exemplo, aos projetos e proposições legislativas que tramitam nesta Casa.

Esta Comissão é exatamente para fazer o debate de uma maneira bem livre e bem espontânea. É por isso, inclusive, a ousadia do nome: Comissão Senado do Futuro. Quer dizer, é muito bom que tenhamos a oportunidade de trazer pessoas aqui, como o Prof. Jessé, como o Prof. Alessandro, cuja trajetória profissional é respeitada, sabemos, como estudiosos, como pesquisadores.

O Prof. Jessé, inclusive, para minha alegria, é meu conterrâneo, é lá do Rio Grande do Norte, gaúcho do Norte.

Quero agradecer também o Prof. Alessandro, que atendeu o convite do nosso mandato para vir a colaborar e enriquecer com o debate aqui hoje.

Quero saudar esse debate e saudar essas iniciativas da Comissão do Senado.

Fazer uma reflexão aprofundada, inclusive, em determinados momentos, fugindo desse padrão, Senador Wellington, que são os debates acalorados, açodados em determinado momento, até porque isso faz parte do próprio perfil do Legislativo, é muito bom. É bom fugir, em determinado momento, dessa configuração e aqui mergulhar em uma reflexão profunda, buscando dados que nos façam pensar esse Brasil para além dos 10, 20, 30, 50 ou mais.

Quero só terminar referindo-me à reflexão que V. Ex^a traz aqui desse debate da nova classe média. De um lado, há o empoderamento dela via consumo, mas, de outro lado, qual é o empoderamento dessa nova realidade que está aí, do ponto de vista do acesso aos bens culturais etc, etc?

Dentro desse debate, Prof. Jessé, faço um destaque com relação à educação. Estou cada dia mais convencida, mais convencida mesmo, de que o País tem que se voltar muito para o tema da educação, muito, muito. Não é razoável, de maneira nenhuma, um País como o Brasil, a despeito do quanto avançamos, conviver com o déficit de escolarização, de educação, existente no nosso País. Claro que todos sabemos que isso é fruto de séculos de exclusão, de falta de responsabilização do Estado brasileiro, para com o direito de educação do nosso povo.

O direito de educação do povo brasileiro foi negado durante muito tempo e só muito recentemente é que começamos, na verdade, a definir políticas de caráter universalizante para que o Estado cumpra seu papel, cumpra o seu dever, inclusive de acordo com a Constituição, que é garantir o direito de educação da creche até a pós-graduação, passando pelo ensino médio etc, etc.

Quero deixar um tema aqui para suas reflexões, Prof. Jessé: entre essas mudanças pelas quais passou a educação brasileira nesses últimos doze anos, uma das mudanças que me parece muito relevante foi o advento do Fundeb, que é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, que, aliás, está para terminar, em 2020. Por isso, já estamos fazendo o debate aqui na Comissão de Educação da nossa Casa, no sentido de apresentar proposição não só para manter o Fundeb, por tudo que ele significa em termos da política de inclusão social no campo da educação básica, mas também para reformular o Fundeb do ponto de vista de ampliar a participação da União, do ponto de vista inclusive financeiro junto aos Estados e Municípios.

Citei o Fundeb para deixar isso para reflexão também de suas pesquisas, repito, pelo caráter que ele teve. Qual foi o caráter do Fundeb? Foi, de repente, olhar que a educação não pode ser tratada de maneira fragmentada, como era o Fundef, que teve seus méritos, mas teve suas limitações. Foram exatamente o quê? Era uma política que olhava só para a criança de primeira até a oitava série. E o Fundeb vem para dizer: não, temos que olhar para a educação desde a creche, depois a pré-escola, o ensino fundamental, a educação básica com as suas mais variadas modalidades.

Volto a dizer que houve avanços, houve conquistas importantes durante esses últimos anos. Temos um novo Plano Nacional de Educação a nos desafiar do ponto de vista não só de dar continuidade a essa luta em defesa da educação, mas ousar mais ainda e ousar, inclusive, realizando as metas no novo Plano Nacional da Educação, porque eu, sinceramente, não acredito que possamos avançar do ponto de vista da nação com que todos sonhamos, essa nação inclusiva, em que as pessoas sejam empoderadas não só pela via do consumo, mas por terem consciência de que são portadores de direitos, de terem consciência de que têm direito à cidadania plena. É isso. Acho que a educação é imprescindível, é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – ... que é o chefe de gabinete do Ipea, a Elaine Coutinho Maciel, que é assessora da Presidência do Ipea, e o Antônio Cardoso de Souza, visitante. Eu gostaria de passar a palavra ao Paulo Springer, que é consultor legislativo aqui da Casa.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, eu gostaria de pedir que, se o Presidente Jessé pudesse nos responder, porque tenho outras comissões para estar presente e acho que todos nós estamos ansiosos...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Quanto tempo é a participação do Paulo? É rápido?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Eu gostaria de aproveitar, então, na linha do que foi colocado pelo internauta, Dr. Jessé, e sobre o que o senhor discorreu, o que o senhor diria para a classe política?

Percebemos hoje que está muito difícil para a classe política fazer o discurso e se aproximar principalmente da classe média, que, como V. S^a citou, conseguiu galgar uma posição muito melhor. Claro que as exigências dessa classe média, principalmente de permanecer ou melhorar, são sempre muito maiores. Ninguém quer retroceder. E agora nós estamos num momento de economia em retração, dificuldades no País, depois de um *boom* de vários anos.

Como V. S^a analisa a participação para nós, da classe política, de um modo geral, não só o Legislativo, mas também o próprio Executivo, para tentar chegar mais próximo da classe média, que é a grande massa?

O SR. JESSÉ JOSÉ FREIRE DE SOUZA – Obrigado, Presidente.

Eu agradeço as questões e acho que há dois aspectos que poderíamos tentar aprofundar, ainda que rapidamente. Um é exatamente essa questão que o senhor pôs agora e que eu acho que é a importância de o Brasil ter um instituto como o Ipea. Ou seja, são poucas nações no mundo que têm um instituto dessa envergadura. Isso não existe na América Latina. Mesmo em países como a Alemanha, existem estudos só de política econômica, e o Brasil tem dessas coisas que são boas notícias e as construções históricas institucionais que aconteceram entre nós, um estudo que une economia e ciências sociais, o que é extremamente importante para a política.

Eu estou me referindo aqui à minha vida como pesquisador, e várias dessas pesquisas têm os limites inerentes a pesquisas pequenas, a pequenos orçamentos, e caminha no sentido de definir como o Ipea pode ajudar o Brasil a se compreender. Questões como esta que acho extremamente importante: quem são essas classes? Por exemplo: nós fizemos o primeiro estudo empírico, criticando essa nação de classe média, como se fosse uma classe privilegiada, e tivemos uma série de pessoas, especialistas, que nos acompanharam nisso, mas existe uma transformação se operando agora e não se sabe o que está acontecendo.

Cabe a institutos como o Ipea analisar, porque ninguém vai fazer. Não se constrói um instituto com esse tipo de embocadura, com esse tipo de ambição, com esse tipo de ousadia do dia para a noite. Quer dizer, não fica apenas no aspecto econômico das análises, que é extremamente importante – obviamente é extremamente importante, repito – mas que é uma parte apenas do problema se não entrarmos nessa construção de seres humanos. Na verdade, os seres humanos são muito mais do que agentes econômicos, são pessoas que têm necessidade de autoestima, de autoconfiança, que são formados de uma maneira que não tem a ver apenas com ideias refletidas. E podemos usar, Senador, uma questão muito interessante o senhor põe, de que os seres humanos são muito mais montados por ideias, atitudes, capacidades e disposições que eles não sabem que têm. Um exemplo disso é quando, por exemplo, atravessamos a rua. Vamos pensar duas vezes. Os cálculos sofisticados que fazemos da velocidade do carro que vem da esquerda, do carro que vem da direita, a nossa própria velocidade; não dizemos: “eu vou calcular agora”. Simplesmente calculamos, é algo que temos, ou seja, alguns de nós temos e outros não.

Esse tipo de conhecimento é montado em tenra idade, ou seja, coisas que temos e que não sabemos que temos. Por exemplo, a questão do tempo. O senhor tocou nesse ponto que acho um tema extremamente importante. Por quê? Ele é extremamente importante para a noção de sujeito econômico. Não o *homo economicus*, que imaginamos que tem as mesmas capacidades e habilidades. Isso é uma ficção, é uma abstração e fazer política baseada nele, especialmente política para esses 70% que não compartilham desse mesmo aprendizado que a classe média teve é fazer má política. E essa noção de tempo tem a ver com, por exemplo, se você vai conseguir poupar, se você vai conseguir ter o seu negócio, se você vai pensar o seu negócio em uma semana, um dia ou dois, ou em um ano etc. Esses são temas que não conhecemos e que é extremamente importante conhecer para qualquer política de incorporação produtiva, econômica de largos setores.

Nós, no fundo, somos um País basicamente que continua sendo exportador de matéria-prima e temos 70% da nossa população que é trabalhadora precária. Esse é o ponto. Temos que, antes de tudo, assumir a verdade, assumir o mundo como ele, os fatos. E, se temos 70% da nossa população em graus variados de precariedade como trabalhador, como queremos ter futuro nesse mundo competitivo?

A união da vontade política esclarecida com o conhecimento que só podemos ter se nos debruçarmos sobre esses fatos e se fizermos uma análise porque essa classe não é uma só, Presidente, ela é extremamente heterogênea. O Brasil é um País continental sob formas regionais muito distintas. Essa classe é ela é cambiante

etc. E tudo de que estamos falando aqui são aspectos não econômicos que vão influenciar inclusive os aspectos econômicos porque, por exemplo, você pode calcular a sua vida, e isso é extremamente importante não só para a ação do Estado. Isso é extremamente importante para a conscientização da sociedade brasileira.

No caso, existe muito ressentimento com os pobres do Brasil – vamos assumir, essa é outra verdade – e isso dificulta a ação do Estado, isso torna difícil o progresso social mesmo com um Estado que tenha boas intenções. Se você tem uma sociedade muito conservadora que vai ter raiva do pobre achando que o pobre é preguiçoso, burro etc. Não é isso? Quero dizer, isso acontece quando temos a formação muito distinta de pessoas que não podem ser culpadas porque nasceram numa família pobre.

E aí eles não tiveram os estímulos que tivemos. Isso não é mérito, ou seja, como tudo isso é tornado invisível, se constrói uma ideologia do mérito, quer dizer, quando todo esse mérito individual é socialmente construído. Pessoas que vão ter coisas, ter acesso a coisas na vida, tiveram pais ou pessoas importantes significativos que os ajudaram nisso, seja de um modo pré-reflexivo, passando o exemplo, quer até sobre exemplos explícitos. Há gente que nasceu, teve o azar de nascer em condições e em famílias que nunca receberam isso, uma reprodução da miséria, uma reprodução da incapacidade, e que toca em uma questão – que eu acho extremamente importante essa que o senhor coloca –, que é a responsabilidade social do Brasil. Ou seja, somos responsáveis por essas pessoas porque elas não têm culpa de serem o que são, ou seja, elas não têm culpa de não poderem ter as habilidades, capacidades e atitudes que pessoas privilegiadas têm.

Então, temos que, como brasileiros, fazer coisas que outras nações tiveram de fazer com sangue, com guerra.

Essas conquistas que têm a ver com a universalização e a uniformização desse tipo de capacidade para a maior parte da população, em países europeus, aconteceram com guerra – depois da 2ª Guerra Mundial e não só –, com sangue nas ruas, trabalhadores morrendo.

O nosso desafio é chegar a uma consciência disso, porque isso tem a ver com consequências que são extremamente deletérias para o País como um todo, em segurança, gargalo de mão de obra, ausência de produtividade. Não há futuro para o Brasil sem o resgate dessas classes desprivilegiadas, que não têm culpa de serem o que são e de estarem na situação em que estão.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Professor, a sociedade evoluiu, constituiu o aparelho de Estado para disciplinar suas relações, para prover suas necessidades. Essa parcela estaria inconsciente ou conscientemente se sentindo traída pelo processo de o Estado não ter criado para ela essas oportunidades? Isso interfere na relação hoje de, por exemplo... A tendência desses que foram incluídos – e até pelo o que o senhor falou em relação às religiões – é mais ou menos de pensar assim: “foi pelos meus méritos e não porque há um conjunto de políticas que promoveu isso”.

Ao não ter consciência de que um conjunto de políticas desenvolvidas promoveu essa nova situação na vida dele, e ele não tendo alcançado os privilégios, como o senhor disse, da outra camada da sociedade, ele se sente mais uma vez traído, e aí a solução é Deus? A solução é procurar em Deus esse conforto que ele não consegue ter, mesmo tendo melhorado parte de sua vida?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Para aproveitar, como já tinha anunciado Paulo Springer, há aqui algumas perguntas também feitas pelos internautas.

O Bruno Coelho pergunta: “Dr. Jessé, o senhor acha que o imposto sobre grandes fortunas seria um começo para remediar a desigualdade brasileira?”

A Tatiana Timburiba pergunta: “Para falar em perspectiva do futuro, temos que pensar em planejamento para longo prazo. Como conciliar os prazos entre os mandatários que sempre querem fazer algo para agora e as reais necessidades da sociedade brasileira que exigem ações contínuas muito mais longas?”

O Bruno Coelho comenta: “A desigualdade começa com a cultura da “carteirada”, atitude desprezível e histórica. Enquanto não houver igualdade entre todos perante a lei (juizes, membros do MP, Deputados e Senadores), não podemos esperar nada.”

O Roberto Silva da Penha: “Quero reforçar que o protestantismo não se restringe apenas a dizer que o indivíduo é algo importante; o Evangelho, na verdade, traz uma série de preceitos importantes para o convívio social, os quais são praticados pelos seguidores, independentemente das classes sociais.”

Acho que eu disse aqui o nome: Roberto Silva da Penha.

E ainda a pergunta da Bruna Vasconcelos: “Como se posicionará o Congresso diante de projetos que reforcem e aprofundam essas desigualdades?” A Bruna pergunta também: “Como construir um país melhor, com menos desigualdades, se o Governo, na situação atual de extrema dificuldade econômica, concederá novo aumento no teto do funcionalismo público?”

Veja que é contraditório também: uns querem muito e outros dizem que já estão tendo demais.

Vamos ao Dr. Paulo Springer, para que ele possa responder, como já havia sido anunciado. Depois que V. Sa encerrar a sua participação, vou passar para o Alexandre. É claro que gostaríamos de ficar aqui muito mais tempo.

O SR. PAULO SPRINGER DE FREITAS – Bom dia, Senador.

Bom dia, Professor Jessé Souza e Dr. Alessandro Candeas, Senadores presentes, demais pessoas.

Eu queria só fazer alguns comentários. Primeiro, eu achei muito instrutiva a palestra. Apesar de já ter lido alguma coisa do que o senhor escreveu, essa forma de colocar... A desigualdade econômica não significa, na verdade, uma maior igualdade social em termos de perspectivas e tudo.

Eu gostaria que o senhor comentasse um pouco como vê, no futuro, duas coisas. Em primeiro lugar, essa diferença que o senhor colocou, bastante interessante, do professor universitário e do funcionário da Fiat acho que não é privilégio, não é característica só do Brasil. Nos Estados Unidos, o professor universitário vai ter também uma visão de mundo totalmente diferente, assim como na Suécia, na Dinamarca, em qualquer lugar. Então, em que medida essa diferença de percepção pode realmente prejudicar? Se pensarmos em longo prazo, se o Brasil um dia chegar lá, em que essa diferença de percepção pode ou não prejudicar a sociedade futura?

Em segundo lugar, o senhor começou a exposição falando que nós tivemos uma encruzilhada, em 1964, quando optamos por um modelo exclusivista, digamos. Agora, eu entendo perfeitamente que, nos últimos anos, nós passamos por um processo de gradual melhora da distribuição de renda. Começamos com a universalização do acesso à educação nos anos 90 – aliás, a própria Constituição de 1988 previu várias coisas – e, depois, com a intensificação de programas, durante os governos petistas, como Bolsa Família, etc. Estamos agora, talvez, em um processo para reverter muitos desses ganhos, mas, em relação ao ponto que o senhor colocou e que eu achei muito interessante, que é essa questão de perspectiva, de visão de mundo e tudo o mais, de fato houve alguma mudança nos últimos anos ou não? Se houve, estamos novamente numa encruzilhada? Ou é uma coisa que já foi dada, e não estamos nos desviando do caminho tomado, talvez, desde a Colônia, desde o Brasil Colônia?

Por fim, gostaria também que o senhor colocasse um pouco mais suas opiniões sobre em que medida essas igrejas seriam mais importantes até do que os programas de transferência de renda para criar uma perspectiva para essa classe.

Só quero colocar um ponto de vista, já que tenho formação em Economia. Entendo que não é contraditória a questão da igualdade de renda e da igualdade de oportunidades – elas não são contraditórias. Mas eu não desprezo... Acho a questão do crescimento econômico muito importante por duas coisas. Mesmo que se preservem essas diferenças... Primeiro, a questão do privilégio, o privilégio do tempo, que o senhor abordou. Acho que essa melhoria de renda é fundamental para colocar as crianças na escola, e não no trabalho. Depois, o crescimento econômico, por si, pode dar uma perspectiva para todo mundo. Essa ideia de só enxergar o hoje... Quando se vê uma economia crescendo, normalmente isso está associado à mobilidade social, como aconteceu no Brasil – quer dizer, quando saiu do país urbano para o rural. Muitas pessoas que eram pobres... muitas pessoas que hoje são da classe média tiveram pais ou avós que eram lavradores ou pessoas muito pobres. Eu acho que esse tipo de mobilidade também cria uma expectativa muito grande. Então, essa questão do crescimento continua... Embora eu não ache contraditória, como o professor colocou, essa questão da educação, que acho importantíssima e dá uma perspectiva para as pessoas, o crescimento ajuda muito também.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Como conclusão – eu quero também depois repassar essas perguntas –, gostaria que elas fossem respondidas pelo Ipea, até para motivar ainda mais a participação popular nessas nossas audiências.

E aqui tem a última, do Altair Lima. Ele diz: “Enquanto o objetivo dos políticos e do Governo for apenas tentar se reeleger para a próxima eleição, não podemos vislumbrar projetos de longo prazo que realmente alterem a situação atual das classes desprivilegiadas.” Isso é apenas um comentário que ele faz.

Aqui, como estava inscrito também o Dário de Andrade, que é consultor... Dário ou Dario?

O SR. DARIO ALBERTO DE ANDRADE FILHO – Dario.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Dario de Andrade, Consultor Legislativo. Penso que ele poderia também falar, fazer as suas indagações e o senhor encerraria para depois a gente passar, então, ao Alexandre Candeias.

O SR. JESSÉ SOUZA – Eu peço desculpas ao senhor. Agradeço as questões, comprometo-me a mandar as respostas para a Previdência, mas estou atrasado. Nós estamos lançando um novo índice de vulnerabilidade hoje no IPEA, já estou atrasado. Peço a compreensão dos senhores e me comprometo a mandar as respostas também.

Se o senhor puder me dar...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – A Secretaria já vai entregar. A Secretaria vai fazê-lo à sua Secretaria.

Então, quero passar a palavra ao Dr. Alessandro Candeias, Coordenador Geral de Projetos do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais/MRE.

O Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, fundado em 1987, é um órgão da Fundação Alexandre Gusmão (Funag), vinculado ao Ministério das Relações Exteriores.

Ele é diplomata de carreira, doutor em Socioeconomia do Desenvolvimento pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2002.

O SR. ALESSANDRO CANDEAS – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Wellington Fagundes, senhoras e senhores, Sr. Senador.

Muito obrigado pela honra do convite para participar desta audiência pública sobre o tema Impasses e Perspectivas da Sociedade Brasileira.

Eu gostaria de começar com uma provocação com o gancho do título da sessão: impasses. Qual é a melhor forma de se sair de um labirinto? O labirinto tem duas dimensões; a melhor forma de sair do labirinto é agregar a terceira dimensão e sair por cima do labirinto. Acho que essa é exatamente a visão desta Comissão, a Comissão Senado do Futuro. Ou seja, dentro dos impasses em que nós vivemos, a saída para o impasse, a melhor saída, é vislumbrar o futuro – onde queremos chegar –, senão nos perdemos no labirinto do presente, das dificuldades.

Em respeito ao horário e às diversas comissões de que eu sei que os Srs. Senadores participam, eu gostaria de começar com a conclusão. E a conclusão é uma proposta, uma sugestão de pauta de ação para esta Comissão. Proposta de lançamento de uma ação sistemática de governança estratégica de longo prazo, no formato de conferências nacionais de pensamento estratégico.

Nós temos no Brasil conferências nacionais sobre educação, sobre segurança alimentar, sobre saúde; conferências em formato muito livre, muito amplo, com grande representatividade dos participantes. E dessas conferências nacionais surgem políticas públicas, iniciativas de legislação.

Nunca foi feita no Brasil uma conferência nacional de pensamento estratégico que procurasse justamente construir um consenso nacional, por cima de partidos, de diferenças ideológicas, de classes. Acho, portanto, que sim, haveria muito espaço e muito potencial e, sem dúvida, uma resposta muito positiva da sociedade – sociedade civil, sociedade política, empresarial – a uma iniciativa que se voltasse para pensar o Brasil no longo prazo, construindo consensos por cima de todas as divergências que possamos ter.

Esta é uma pergunta fundamental para se iniciar uma reflexão sobre o futuro: “existe ou não um pensamento estratégico para o Brasil?” Como eu disse, eu começaria com a conclusão: entendo que sim, desde os anos 40, pelo menos, uma série de programas nacionais de desenvolvimento, de planejamento consolidou-se, sedimentou na cultura brasileira institucional, acadêmica e mesmo na população, com uma visão mais ou menos convergente de futuro para o Brasil.

Apesar de diferenças políticas, sociais, é possível dizer que há, no Brasil, uma certa visão muito convergente de futuro: que Brasil queremos ser daqui a 50 anos? O que há são diferenças, talvez, de métodos, de caminhos, mas temos muita convergência em relação ao futuro. E é com base nessa convergência que está sedimentada através de décadas e décadas de pensamento estratégico que, creio, a Comissão Senado do Futuro poderia lançar, no formato de conferências nacionais, um projeto visando ancorar justamente a nossa visão de longo prazo.

Portanto, eu queria um pouco detalhar o que seria essa proposta de governança estratégica – conferência ou conferências, no plural – nacional de pensamento estratégico. A ideia seria que a Comissão Senado do Futuro, com a legitimidade que tem, pudesse assumir a liderança e lançar essa conferência nacional, reunindo representantes do Governo e da sociedade civil: Legislativo, Executivo, Judiciário e também empresários, sindicatos etc.

A ideia seria trabalhar no conceito moderno de rede, muito dinâmica, muito flexível, muito leve e muito barata, sobretudo. Então, seria criar uma rede de governança estratégica dedicada a estudar e propor, de maneira sistemática, uma série de políticas públicas, legislações, ações governamentais, soluções institucionais que viessem, como estamos no Parlamento, e que também assumissem o formato de leis para o desenvolvimento do Brasil, mas sempre com base no longo prazo, onde queremos chegar.

A ideia seria, portanto, construir consensos nacionais em torno de três pontos: primeiro, visão de futuro para o País. Que projeto de nação temos? Quais são os cenários prospectivos do Brasil e do mundo, ou seja, como imaginamos que o mundo vai estar daqui a 20, 30, 40, 50 anos na segunda metade do Século XXI? E, dentro desses cenários prospectivos, qual o cenário ou quais os cenários interessantes para o Brasil, ou seja, vendo as curvas das tendências atuais para onde o mundo está caminhando e para onde o Brasil está caminhando? Será que isso interessa? Sim ou não? Podemos mudar o curso dos acontecimentos fazendo investimentos in-

ternos? Esta é a segunda pergunta. E terceiro, claro, quais são as prioridades? Quais são as metas? Quais são as metas? Quais são as estratégias de longo prazo de balizamento para programas de planejamento e gestão que passam aqui pelo Congresso?

Por exemplo, estamos começando a discutir o PPA 2016/2019. Como podemos pensar quatro anos, sem pensar 30, 40, 50 anos? Não ter a âncora no longo prazo gera uma série de improvisações, de perdas e de má utilização de recursos, de erros estratégicos, que podem ser evitados, quando se tem uma ideia clara de qual é o final do caminho, PPA, os PACs, as LDOs.

Então, a proposta da Comissão seria uma articulação em torno de dois círculos concêntricos. Primeiro, um círculo núcleo de governo; segundo, núcleo da sociedade civil. Núcleo do Governo: três Poderes e o pacto federativo. A iniciativa – sugestão, portanto – seria que essa conferência fosse lançada a partir do Congresso, a partir do Legislativo, com a liderança desta Comissão, Comissão Senado do Futuro, e que pudesse, eventualmente, envolver outras instâncias aqui do próprio Congresso. Conheço, por exemplo, da Câmara dos Deputados, o Centro de Estudos e Debates Estratégicos. Certamente, haverá outros que poderiam se envolver nesse núcleo legislativo da União. O Legislativo se articularia com o Executivo, enfim, várias instâncias do Executivo, a própria Casa Civil. Existe o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Ministério do Planejamento, evidentemente, onde se passa do pensamento, do planejamento de mais longo prazo para um nível mais operacional, ou seja, planejamento e investimento estratégico e a própria gestão e o orçamento que deriva da gestão.

Seria uma rede que envolveria, também, além da Casa Civil e o Ministério do Planejamento, as unidades de planejamento dos principais ministérios. Muitos ministérios, praticamente todos, têm uma unidade de pensamento e de planejamento de longo prazo, energia, enfim, e o próprio Itamaraty, eu pertencço ao Itamaraty. A ideia seria, portanto, constituir uma rede composta também por essas unidades de planejamento. O Ipea, com Dr. Jessé. A Secretaria de Assuntos Estratégicos, não sei qual o futuro da SAE, mas de qualquer maneira o Ipea certamente participaria, seria um ator fundamental dessa articulação. O Ipea é parte da SAE.

Haveria articulação evidentemente com o Judiciário, Conselho Nacional de Justiça, Centro de Estudos Judiciários, e evidentemente um pacto federativo é fundamental. O futuro do Brasil passa pelo local, passa pelo Município, passa pela Federação. Então, que sejam também convidadas a participar representações dos governos estaduais, municipais, os fóruns, por exemplo o Conseplan. Esse seria, portanto, o primeiro núcleo, o núcleo central de execução de pensamento, mas também de execução que tem o controle do orçamento, enfim. E o segundo núcleo, não menos importante, é o núcleo de articulação com a sociedade civil, envolvendo universidades – aqui temos vários professores – instituições de pesquisa, mais uma vez o Ipea, a FGV, IUPERJ, a própria ESG, OAB e tantos outros, ou seja, instituições representativas do pensamento da sociedade civil, que possam enriquecer, e até mesmo corrigir algumas visões de governo.

Deve participar também o empresariado, naturalmente, instituições representativas do empresariado, Fiesp, CNI, CNA, sindicatos, associações de sindicatos setoriais. ONGs, lideranças religiosas - foi muito falado aqui – fundações ligadas a partidos políticos, Mais uma vez, o exemplo da Alemanha: as fundações ligadas a partidos políticos têm um papel fundamental no pensamento estratégico da Alemanha. Aqui, no Brasil, seria muito importante que as fundações ligadas a partidos políticos também participassem dessa reflexão de longo prazo.

Qual a missão dessas conferências nacionais de planejamento econômico? A ideia seria realmente tentar não de maneira normativa, não impositiva, mas de maneira um pouco mais propositiva, realmente de inspirar um projeto nacional de desenvolvimento.

A ideia de pensar, em longo prazo, projetos nacionais parece um pouco fora de moda, mas as empresas têm isso. Nenhuma empresa faz o seu investimento de longo prazo sem uma visão de longo prazo. É importante que o Governo assuma de maneira sistemática essa cultura do pensamento de longo prazo, para evitar mais uma vez improvisações, erros estratégicos que custam muito caro a todos nós tanto do ponto de vista orçamentário, quanto do ponto de vista político e institucional.

Tratar-se-ia de construir, então, um modelo de desenvolvimento legitimamente constituído por um pacto. A ideia aí realmente é um pouco mais ambiciosa, tentar estabelecer pactos em torno de consensos nacionais de educação, saúde, transporte, energia, entre atores nacionais, públicos e privados.

A ideia é não focalizar nas divergências que conhecemos, mas sim tentar fazer sedimentar as convergências que realmente são muito grandes. Basta estudar a história para ver que é possível identificar as grandes convergências que temos em relação ao futuro do Brasil. Portanto, seria, acima de divergências políticas, ideológicas, partidárias, de classe, tentar construir uma dinâmica estrutural de longo prazo e não conjuntural.

Muitas vezes, o urgente, o momento, atropela o importante e o de longo prazo. A ideia é tentar resgatar a relevância do que é efetivamente importante para que não seja sufocado pelo urgente.

A iniciativa, portanto, seria de Estado e não de governo. Estado de longo prazo é um pouco a cultura da minha instituição, que é o Itamaraty. Somos uma instituição de Estado. Nós pensamos o Brasil desde o Brasil

Colônia até o Brasil futuro. Há uma continuidade, há interesses permanentes. Quais são os interesses permanentes da sociedade brasileira? E qualquer que seja o governo, qualquer que seja o partido, qualquer que seja a ideologia que esteja no poder é importante ter essa visão de longo prazo do Estado brasileiro. Há um caráter, portanto, permanente. Decisões, conclusões, a produção de documentos teria um caráter indicativo, ou seja, pensamento, não normativo o planejamento nem operacional ou gestão. Aqui temos três níveis: pensamento, planejamento e gestão.

A sugestão que eu daria é do primeiro nível, mais amplo, mais abstrato, a longo prazo, o pensamento, não planejamento e nem gestão.

Muitas vezes – perdão, só retornando aqui – a gestão de curto prazo termina determinando o pensamento. Isso é uma inversão da lógica. Normalmente você tem que partir do geral, do longo prazo, do grande para o mais específico.

Então, para concluir, propostas de ação. A ideia, portanto, seria institucionalizar o pensamento estratégico de longo prazo por meio da constituição de conferências nacionais de pensamento estratégico – talvez por um decreto legislativo. Lançar, já este ano, a primeira conferência nacional de pensamento estratégico em paralelo com a discussão do PPA, um pouco até para tentar balizar e orientar algumas decisões do PPA. E, se for possível, realizar anualmente, ou em biênios, as conferências nacionais de planejamento estratégico.

A ideia seria criar uma dinâmica e uma cultura institucional dentro do Governo e dentro da própria sociedade civil. E lançar publicações periódicas com forte impacto na imprensa, com impacto de comunicação social.

Então, apenas só mesmo para concluir.

Nesse quadro, temos, um pouco, na coluna da esquerda, os principais temas e, em cima, os grandes planos de desenvolvimento do Brasil, desde o Plano Salte, nos anos 40, as metas de JK, o período militar, o plano trienal, o PAEG, os PEDs, primeiro e segundo PEDs, os PNDs, também do período militar, e a partir dos anos 80, enfim, 90 e depois da Constituição, os PPAs.

Então, é interessante ver que estes são os temas frequentes: saúde, agricultura, alimentação, transporte, energia. E nos PPAs todos eles estão previstos, mas, desde os anos 40, os mais importantes, os mais frequentes são saúde, agricultura, alimentação, transporte, energia. Basta fazer um estudo desta documentação para ver que há muito pouco de novo. Nós, desde os anos 40, pelo menos, já sabemos o que precisamos fazer no Brasil. Por que isso não tem sido feito? Alguns temas, portanto, os quase unânimes, são transporte e energia. Os mais constantes, saúde, educação, agricultura e alimentação, desequilíbrios regionais – isso começa muito na época do JK, anos 50 – e os mais recentes, sobretudo desde os anos 80 e 90, estabilização econômica, saneamento, ciência e tecnologia, competitividade, exportação, erradicação da pobreza e miséria, meio ambiente, etc.

O mais tradicional, historicamente, ou melhor planejado tem sido o tema da energia. Em segundo lugar, dos transportes e outros temas mais recentes que apresentam mais dificuldades, continuidade de investimentos e descoordenação.

Então, aí sim, para concluir, só mostrar esse gráfico. Esse gráfico, mais ou menos, compara a curva, os índices de crescimento no período do Brasil. Na linha horizontal, temos os planos, e a curva vai mostrar como o Brasil cresceu, quantos por cento, o percentual de crescimento, no período do plano. Então, no Plano Salte, nos anos 40, o Brasil estava quase 7%; meta JK, o Brasil cresceu bastante, 9%; depois Plano Trienal e PAEG, período militar, uma queda. O PED, os PNDs do período militar, anos 70, houve mais uma vez um crescimento, uma queda, desde o final dos anos 80 e começo dos PPAs. Os PPAs só se recuperam em 2004 e 2007. Uma ligeira queda em 2008 e 2011.

Enfim, o que é que se pode concluir dessa curva comparativa entre os índices de crescimento e os programas de planejamento econômico?

Os picos, os pontos mais altos, históricos, de crescimento comparados com os períodos de planejamento têm essas três coisas em comum. Primeiro, naqueles períodos em que se pode combinar uma visão estratégica de longo prazo. Segundo, um compromisso político permanente. Terceiro, uma institucionalidade sólida.

Quando se combinaram essas três características dentro dos programas de planejamento, o Brasil produziu um crescimento econômico muito acentuado. Na falta de qualquer um deles, o crescimento é bem mais baixo, mesmo que você tenha um bom planejamento econômico. Se falta visão estratégica – e essa é a ideia da Nação, a visão construída pela Nação –; se falta o compromisso político permanente (de Estado, do Governo, acima dos partidos políticos) e se a institucionalidade é deficiente, por melhor que seja o seu planejamento de longo prazo, ele vai ser apenas uma peça de prateleira, uma referência história.

Então, eu gostaria de concluir com isso. Mais uma vez, é uma proposta de trabalho.

Obrigado pela honra de participar e, enfim, tanto como profissional, como representante das instituições de que faço parte: o Itamaraty, também fui Chefe de Gabinete da SAE (Secretaria Assuntos Estratégicos

da Presidência). Mas, enfim acho que essa seria uma forma muito estimulante, que poderia dar nova dinâmica à Comissão Senado do Futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Eu quero aqui agradecer ao Dr. Alessandro porque, na verdade, ele já nos trouxe pronto um plano de trabalho da nossa Comissão. E eu já conversei com a consultoria, acho que não teríamos aqui a necessidade de fazer o decreto legislativo porque tudo isso está no âmbito da Comissão. Então, é perfeitamente possível a Comissão assumir esse planejamento e tocarmos dentro dessa proposta. Claro, cada um aqui depois poderia sugerir mas, de qualquer forma, entendendo que esse é um plano de trabalho que a Comissão perfeitamente pode assumir.

Senador Donizeti. Depois nós vamos passar ainda aos inscritos.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Dr. Alessandro, há um grupo na Unicamp que debate a questão das políticas públicas e discute a questão do Estado que temos e o Estado necessário. E o senhor trouxe para nós aqui algo muito importante, como disse muito sabiamente o Presidente do Wellington: um plano de ação para essa Comissão.

Eu considero necessário institucionalizar não essa questão, mas a questão de, além do PPA... Em uma audiência pública com a Prof. Tânia Bacelar, discutimos isso, apresentei a ideia da emenda que eu tinha apresentado, ela disse que isso era muito importante. O legislador, o Constituinte pensou naquele momento o possível, que era planejamento de quatro anos. O senhor mostra muito claramente para nós que planejamento de quatro anos não consegue desenvolver política de Estado. Por isso, essa convergência que existe, sob meu ponto de vista, uma opinião própria aqui, não se materializa.

Temos, e quatro em quatro anos, um novo PPA. Os atores que determinam a força no PPA em um determinado momento, depois de quatro anos, não são os mesmos. Não são as mesmas agendas que têm força política para emplacar a sua agenda. E aí vem a necessidade, muito bem colocada... No encontro que o Senador Renan, nosso Presidente, promoveu com os governadores, eu disse, e o senhor reafirmou aqui, que nós temos feito o muito urgente. Quer dizer, não fazemos o importante. Fazemos o urgente, é aquele negócio de remediar. Nós não temos planejado suficientemente bem e não temos planejado ao longo prazo, então estamos remediando essa questão do Pacto Federativo, arrumando uma pontinha aqui e outra ali.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – E às vezes de forma muito mais midiática do que objetiva.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – E nós estamos discutindo distribuir o bolo que temos e não estamos discutindo como fazer esse bolo crescer.

Aí é muito importante, penso, que precisamos perguntar e responder às seguintes perguntas: Que Brasil queremos para daqui a 50 anos? Quanto ele custa? E quem vai pagar a conta? Porque passa por isso, de nós termos um Pacto Federativo, na verdade, um Pacto de Nação, como o senhor muito bem colocou, em que se pergunta: que país queremos para daqui 50 anos?

Vamos pegar para 2050, menos de 50 anos. Como vamos fazer isso? Quanto custa fazer isso? E quem vai pagar a conta? Porque, se não definirmos quem vai pagar a conta, objetivamente, não conseguiremos efetivar esse planejamento. Não é definir o apoio, mas temos que ver as fontes. E aí é possível que, neste momento em que a sociedade planeja e vai executar esse planejamento, tenhamos que abrir mão de algumas coisas, pagar caro. A Alemanha paga mais imposto do que nós; os Estados Unidos pagam muito menos do que nós. Não é a quantidade do imposto, mas é por que estamos pagando essa taxa de contribuição de impostos. Para fazer o quê? E isso não parece claro.

Eu, que sou defensor deste Governo, todo mundo aqui no Senado sabe, o único partido de que participei até hoje é o Partido dos Trabalhadores, discuto o desenvolvimento brasileiro desde 1989, a partir do PT, e penso que, mesmo no nosso Governo... E fica claro que no momento em que tivemos mais força política, o momento que o senhor mostrou, no momento da ditadura, em que havia um comando centralizado, houve um grande crescimento econômico. Embora não tenha havido um desenvolvimento econômico, houve um grande crescimento econômico. Se formos lá ao Getúlio, que era um comando forte, centralizado, também tivemos. Mas como fazer isso no exercício da democracia plena?

E aí o senhor traz para nós a ideia das conferências.

Senador Wellington, estou à disposição naquilo que estiver dentro das minhas possibilidades. Vou batalhar agora com os Senadores Fernando Bezerra e Walter Pinheiro, para ver se aprovamos essa emenda, porque ela é, acho, importante, é a obrigação do planejamento estratégico de longo prazo. Senão, vamos ficar restritos ao PPA. E quero me colocar à disposição. Acho que essas conferências são muito bem-vindas, e faltava isso neste momento. E aí eu acho que deve haver esforço do Legislativo com o Executivo e a sociedade civil organizada, desde a força de trabalho, como os donos dos bens de capital, para pensar o Brasil.

Nós estamos precisando muito disso agora, agora. A oportunidade é agora. Eu disse, um dia no Senado, que não sei se estamos preparados para fazer isso, Senador Wellington. Nós temos uma grande oportunidade agora, e não sei se vamos dar conta, se estamos preparados. Mas eu penso que estamos. É questão da orientação. O Sr. Alessandro vem com esse planejamento, eu acredito que vamos avançar muito. Estou muito feliz de estar aqui.

Eu tenho que ir para a Comissão de Educação, porque tenho um projeto de lei que vai ser discutido lá hoje, mas ainda vou ficar por aqui mais uns dez minutos, enquanto não começa lá.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Eu gostaria inclusive de convidá-lo para assumir aqui, enquanto eu vou ao banheiro.

Mas também, Senador Donizeti, penso que estamos, sim, preparados, porque aqui já tivemos dois palestrantes, que mostraram a competência e a experiência de como é possível. Eu acho que estamos mal acostumados. Nós temos capital humano preparado, com institutos, como é o caso do próprio Ipea e tantos outros, os partidos políticos, que são um instrumento inclusive com recurso à mão, através de seus institutos, e que às vezes têm muito mais vocação partidária do que de pensar o Brasil. E isso talvez seja o que está faltando para que inclusive nós, os políticos, tenhamos não só o discurso, a prática para ir ao encontro dessa nova realidade do Brasil e essa necessidade.

Eu quero aqui só ler a participação do internauta Altair Lima: “Sr. Alessandro, qual o seu posicionamento sobre a participação do setor privado na prestação de serviços públicos? Nessa seara, qual seria o modelo mais indicado: as concessões ou as parcerias público-privadas?” Eu acredito que a concessão não deixa de ser também uma parceria público-privada.

E aí então, aqui na sequência, nós temos o Dario de Andrade, que é o consultor legislativo, e a Profª Maria Helena Nascimento, que é coordenadora do Núcleo de Estudos Estratégicos da UnB. Então, o Dario com a palavra, e o nosso companheiro, Senador, assume aqui um pouquinho.

O SR. DARIO ALBERTO DE ANDRADE FILHO – Dr. Alessandro, eu achei muito instigantes as suas ideias. Eu achei muito interessante a ideia de um pensamento estratégico no Brasil, mas eu fico sempre pensando na questão da construção de consensos. É uma questão muito difícil que haja consensos que estejam acima dos conflitos ideológicos.

A gente, dando-se uma olhada na história brasileira mais recente, os últimos 40 anos, 50 anos, talvez os consensos que tenham sido criados foram em paralelo até o planejamento estratégico. A gente pode pensar, por exemplo, no consenso em torno da ideia de democracia no final da ditadura militar, nos anos 70 e anos 80; na questão da estabilidade econômica, depois de um longo período de crise nos anos 80 – hiperinflação, estagnação econômica –; e, no começo deste século, na década passada, no consenso em torno da ideia de combate à desigualdade.

Então, a dúvida com que eu fico é a seguinte: de que modo o planejamento estratégico será capaz de construir consensos, na medida em que a história brasileira sugere esses consensos, pelo menos nas últimas décadas, vêm muito mais em um momento de grande crise? Seria essa a indagação que eu faço ao senhor. *(Fora do microfone.)*

Democracia, estabilidade econômica e combate à desigualdade.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Professora, por favor, diga seu nome.

A SRª MARIA ELENITA M. NASCIMENTO – Bom dia, meu nome é Elenita. Sou da Universidade de Brasília e, atualmente, coordeno o Núcleo de Estudos Estratégicos Prospectivos. É, de fato, uma grande satisfação estar aqui nesta manhã, vendo concretizarem-se nossas ideias iniciais de que daríamos continuidade, Senador, aos trabalhos tão bem conduzidos na primeira etapa desta Comissão e que, agora, se vislumbram bastante – digamos assim – promissores.

Queria parabenizar e saudar o trabalho que Senador Fagundes vem conduzindo muito bem nesta primeira reunião de abertura em que o tema é bastante apropriado em função do momento de dificuldades por que estamos passando no País.

Considero que a reunião de hoje está sendo bastante produtiva. Na primeira parte, foi tratada a questão em que a visão de futuro deverá incluir, com muita força, essa nova classe social e que, sem ela, não há como a gente pensar em futuro. Na segunda parte, conduzida e muito bem apresentada por Dr. Alessandro, há uma questão propositiva desse fórum.

Eu, antes de entrar em uma reflexão maior sobre isso, queria dizer que nosso País é pródigo de estudos, tanto que aqui foram citadas várias instituições que tratam desses assuntos há anos, e a gente tem de entender onde está o gargalo e por que esses estudos não são levados a sério e por que não são, de fato, conduzidos para a sua real necessidade de execução.

Isso eu coloco em função dessa proposta do Dr. Alessandro, que é bastante pertinente, eu diria até que é urgente em função de ser um fórum permanente. Eu acho isso da mais alta relevância e todo o elenco de segmentos que ele coloca na proposta são verdadeiramente os segmentos que deveriam estar participando desta discussão.

Dr. Alessandro sabe, pois no ano passado estivemos em uma atividade bastante – digamos assim – exaustiva, em torno de pensar e de ter uma visão estratégica para o País, momento em que realizamos o 3º Encontro da Rede Brasileira de Prospectiva.

Como sói acontecer no nosso País, muitas das nossas iniciativas terminam, às vezes, não por exaustão – eu não sei dizer –, mas nós, às vezes, não damos continuidade. Não queremos que isso morra, Dr. Alessandro. Seu papel na condução daquele trabalho com a nossa equipe foi da mais alta relevância e muito motivador. Eu acho que a sua proposta está muito condizente e muito alinhada a tudo aquilo que discutimos e tratamos naquele ano todo, praticamente, e que redundou no encontro no auditório do Interlegis.

Queria, neste momento, congratulá-lo, mais uma vez, pelas suas brilhantes ideias e propostas. Essa sua proposta é excelente. Ela é alinhada com esse nosso pensamento. E aqui me coloco, mais uma vez, como já disse ao Senador Fagundes, para trabalhar com esta Comissão.

Faria uma única observação: a proposta de se trabalhar esse fórum permanente utilizando a modalidade de redes é muito boa, porque, realmente, não dá para se trabalhar, sobretudo, com esse elenco todo de envolvimento de várias instituições. Então, essa é uma forma. Ela deverá ser pensada na sua arquitetura e na forma de como ser conduzida para, inclusive, Senador, que ela não seja mais uma iniciativa que vai começar, mas não vai ter continuidade. Precisamos exatamente trabalhar na condução permanente e não desarticulada. Precisamos demais disso, porque começamos as iniciativas no nosso País, e, depois, elas são desarticuladas e vão morrendo.

Para isso, a proposta de trabalhar esse fórum em rede é muito pertinente, mas acredito que devamos ter, pelo menos um local – a proposta muito adequada foi a comissão –, conduzir isso de forma não mais eficiente, mas mais efetiva, e trabalhar – vejo isto de toda a minha experiência – com temas bem definidos e simplificar o processo, porque, às vezes, desarticulamos toda uma ideia, todo um trabalho por conta da complexidade que criamos, às vezes, nas coisas. E aí envolve toda uma questão burocrática que facilita.

A proposição do Senador de que essas reuniões fossem abertas já na última plenária é excelente. Tira um pouco dessa burocracia para que aqui possamos nos expressar. Isso tem sido visto pela grande participação dos internautas.

Então, Dr. Alessandro, a sua proposta está excelente, mas como conduzir mesmo em rede a partir da Comissão do Senado do Futuro?

E aqui me coloco à disposição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Mesmo tendo uma irmã que se chama Elenita, acabei lendo aqui Maria Helena, mas está registrada Maria Elenita Nascimento.

Com a palavra, o Dr. Alessandro.

O SR. ALESSANDRO CANDEAS – Sr. Presidente, muito obrigado. Muito obrigado, Sr. Senador. Muito obrigado a todos os que reagiram a essa proposta.

Gostaria de começar me referindo aos comentários do Senador Donizeti, às perguntas sobre que Brasil queremos; quanto custa esse Brasil; e quem paga a conta. Acho que é importante, além dessas três perguntas, fazer as duas últimas perguntas no formato inverso: quando custa se não fizermos, e quem paga a conta se o planejamento não for bem feito?

Então, muitas vezes, um investimento precipitado, malfeito, mal planejado, custa muitíssimo mais do que uma conta prevista pelo orçamento. Acho que é importante ter em mente que, de fato, as contas têm que fechar, a contabilidade tem que bater. Mas o pensamento estratégico também coloca essa outra questão: se não fizermos, qual o tamanho do estrago que vai ser?

Eu agradeço muito a reação positiva do senhor a essa ideia. Eu acho que somente a Comissão Senado do Futuro é capaz de pensar dessa forma.

Com relação à pergunta do colega internauta sobre parcerias, concessões, PPAs, setor público, setor privado, na prestação de serviços públicos, eu acho que a experiência recente do Brasil mostrou que é possível, sim, combinar as duas coisas. Há alguns serviços que só podem ser públicos por sua visão – de novo – de Estado e outros serviços que podem ser subsidiariamente, em alguns casos muitos específicos, talvez primariamente, prestados por empresas privadas. Eu acho que isso é difícil responder, de maneira geral, vendo caso a caso, com a experiência recente do Brasil, que eu acho que já aponta no sentido de que é possível compatibilizar público e privado.

Com relação à pergunta do consenso, é verdade, consenso, de fato, é muito difícil. E a coisa mais difícil do consenso é achar que ele não é possível. Eu digo isso até também por questão profissional. Como diplomata, nós trabalhamos sempre na construção de consensos. Se você já vai para uma reunião, para uma negociação, convencido de que o consenso não é possível, já é um fracasso a negociação. E o papel, digamos, até mesmo da diplomacia, no sentido popular, mesmo, é tentar construir as pontes e identificar as possíveis convergências, e é disso que se trata aqui.

É muito correta a sua observação de que muitos consensos foram gerados em períodos de crise. E se são hoje consensos, foi porque houve luta política algumas décadas atrás. Temas como justiça social, acesso à educação, acesso à saúde, no Brasil de 100 anos atrás, não eram absolutamente consenso. E graças, muitas vezes, a pessoas que sacrificaram até mesmo suas vidas para que hoje nós pudéssemos ter acesso a alguns direitos. E a cultura política, o imaginário social e político do Brasil já tem isso como forma consensual graças ao sacrifício de muitos grupos, muitas pessoas que lutaram por isso. Estou totalmente de acordo, portanto, com isto: o consenso é algo construído, ele não é dado.

Mas talvez mencionando alguns pontos da agenda pública, por exemplo, educação, acesso à educação de qualidade, democracia, justiça social, combate à desigualdade de renda, segurança, desenvolvimento sustentável, diversidade cultural, assimetrias regionais, mobilidade urbana. E a lista vai. É possível ler, por exemplo, qualquer programa de partido político no Brasil e ver esses pontos aqui. O consenso e o potencial de consenso são maiores do que a imprensa às vezes mostra nas manchetes, não é? Sim, é possível ter esse consenso. E acho que aí é o desafio maior da comissão do Senado, de fato, essa ideia das conferências nacionais de planejamento estratégico. Este é o desafio desta comissão, tentar ver se há consenso. E eu tenho a impressão, intuitivamente eu acredito que nós vamos ter muito boas surpresas.

De novo, eu me refiro à imprensa. A imprensa sempre está preocupada com o *timing*, o dia de amanhã, qual é a manchete que eu vou colocar no jornal amanhã. Muitas vezes, é uma manchete que gera muito pessimismo. Mas se você olha para o longo prazo... Inclusive, estatisticamente, o Ipea fez alguns levantamentos. Há empresas de opinião pública internacional que fazem esses levantamentos. O brasileiro é muito otimista no longo prazo. Qualquer um pode entrar no Google e ver pesquisas de opinião de grandes empresas internacionais de opinião. A população brasileira é certamente uma das cinco mais otimistas com relação ao futuro. Mesmo que no presente ela veja: "Olha, a coisa está complicada. Mas eu sei que, no futuro, a coisa vai melhorar". Nós somos assim.

Isso é um capital político e mesmo de ânimo, de psicologia coletiva, social, que precisa ser levado em conta no planejamento.

Bom, por último, as observações da Professora Elenita, a quem eu agradeço muito, assim como a Elaine Marcial, minha professora e colega da Secretaria de Assuntos Estratégicos, e a Vanessa, que estava aqui. Trabalhamos juntos em muitas das ideias que foram colocadas aqui.

Talvez uma última sugestão seria constituir um pequeno grupo de trabalho com pessoas que se voluntariam, desde já, para se tentar detalhar isso aqui. Já que estamos fazendo um planejamento, vamos planejar o nosso planejamento. Ou seja, talvez, se me permite o Sr. Presidente, deixar um pouco aberta a lista, para que voluntários se apresentem, sentem-se, façam um grupo de trabalho e comecem um pouco a fazer, realmente, uma proposta de ação.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Pois não, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu penso que é importante a gente discutir com a Comissão de Assuntos Estratégicos da Câmara Federal essa ideia da agenda. A gente deve aproveitar o que foi trazido pelo Dr. Alessandro, formatar isso e chamar a Comissão da Câmara para se fazer uma conversa sobre isso, debater e, quem sabe, em uma ação conjunta, a gente pudesse estartar isso com mais consenso, sobre essa ideia que eu considero extraordinária.

Então, penso que seria importante que o senhor, como nosso Presidente, procurasse a Comissão da Câmara e se reunisse com o grupo, conversasse com os nossos Senadores da Comissão e tomasse essa iniciativa, porque a hora é agora. Como disse Geraldo Vandré: "Quem sabe faz a hora, não espera acontecer". Eu acho que a hora é agora.

Obrigado.

Professor, parabéns! Eu estou muito feliz de ter matado a Comissão de Meio Ambiente – que estava discutindo o preço das passagens de avião, que, lá para o meu Estado, estão muito caras – e de ter vindo para cá, nesta manhã, porque eu penso que eu ganhei mais do que economizar alguns reais.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Esta Presidência gostaria também de agradecer muito ao Dr. Alessandro Candeias, pela sua contribuição. Ele veio muito mais – eu acho – contribuir com a Comissão, trazendo uma sugestão objetiva de um planejamento de trabalho.

A nossa grande angústia com a Comissão do Senado do Futuro é que ela possa produzir algo de dentro para fora, com a sociedade, mas também de fora para dentro. Nós temos aqui, dentro da instituição do Senado da República, consultores legislativos, enfim, cabeças pensantes preparadas que podem muito bem nos ajudar na execução desse serviço. Eu penso até que para valorizar a própria Casa também, porque muitos perguntam aí fora: “Quanto custa o Parlamento?”; “Qual o benefício que esse Parlamento traz para a sociedade?”; “Lá existe gente que trabalha ou o pessoal está ali apenas no cabide de emprego?” E a gente sabe que não é verdade. Aqui se trabalha muito, aqui se produz muito, mas, às vezes, a sociedade não percebe esse trabalho que é feito, principalmente o nosso processo legislativo, que – eu diria – é exageradamente dinâmico na feitura de leis, e a sociedade está lá na ponta – como aqui foi dito pelo Dr. Alessandro –, de repente, querendo respostas simples de condução, de rumos.

Ontem mesmo, nós estivemos, à noite, com a Presidente da República, com o Ministro do Planejamento, alguns outros Senadores e o Ministro Mercadante, para se discutir, justamente, o PLOA que foi lançado e o PPA. Enfim, discutiu-se aquilo que foi lançado ontem. Pela primeira vez, o Governo apresentou – a meu ver –, até com coragem, um planejamento de déficit no superávit primário. Como a sociedade vai encarar isso? Qual é a resposta, qual a melhor forma de se conduzir isso? Então, eu penso que o que a gente precisa, realmente, é buscar, ir ao encontro da sociedade.

Ir ao encontro e ouvir a sociedade. No Brasil nos deparamos muito com famosas obras, que são os elefantes brancos.

Vejo que, ainda no Brasil, um dos grandes problemas é a questão do desperdício do dinheiro, ministérios fazendo as mesmas ações, não coordenadas. Com isso, acaba faltado onde mais se necessita, que é o problema da segurança, da saúde, levando à reclamação da sociedade com a baixa qualidade do serviço público prestado.

Penso que seja isso que temos que buscar, até para justificar, no nosso caso, a presença deste Parlamento, com custo, seja ele qual for, mas o importante é que a sociedade sinta que há um custo-benefício realmente plausível para ela própria.

Quero aqui dizer que, com essa reunião, discutiremos com a nossa assessoria para encontrarmos, inclusive, as condições para organizar tudo o que foi falado e que é necessário, a nosso ver.

Gostaria, aqui, ao encerrar, de fazer os nossos agradecimentos, desta Presidência, ao Diretor da Secretaria de Editorações e Publicações da Gráfica do Senado, Florian Augusto Coutinho Madruga; também ao José Farias Maranhão, Coordenação Industrial da Gráfica; à Virginia Malheiros Galvez, Diretora da Secretaria de Comunicação Social; à Junia Claudia Gondim Melo, Diretora da TV Senado; e também Isabela Rodrigues Dutra, Diretora Adjunta da TV Senado; Andrea Valente, Diretora da Secretaria de Relações Públicas; ao Paulo Fernando Mohn e Souza, Consultor-Geral e, sem a permissão dele, quero aqui agradecer também ao meu companheiro mato-grossense cuiabano, Dirceu Vieira Machado Filho, Diretor da Secretaria de Comissões, e à Secretaria-Geral, aqui, a todos os que estiveram conosco desempenhando o trabalho.

E também quero colocar em deliberação o Anteprojeto de Resolução do Senado que regulamenta o programa e-Cidadania.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Projeto de Resolução, de autoria desta Comissão, nos termos do art. 245, do Regimento Interno, do Senado Federal, será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa. Já disse aqui, esse é um programa que já está funcionando com sucesso. Creio que, ao institucionalizarmos mais ainda, regulamentarmos, vamos dar muito mais condições para que esse programa tenha ainda melhor funcionamento, mais interatividade, mais participação efetiva da sociedade nos nossos trabalhos aqui.

Antes de encerrarmos a presente reunião, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da segunda reunião.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar – não sei se é o caso de vocês, mas o estômago está começando a dar uma resposta, porque está chegando o meio-dia –, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 24 minutos.)

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

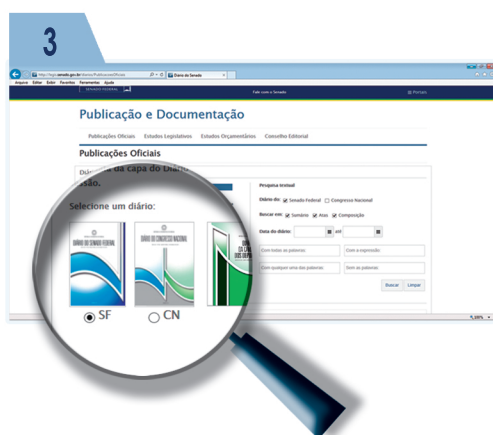
Siga o passo a passo!



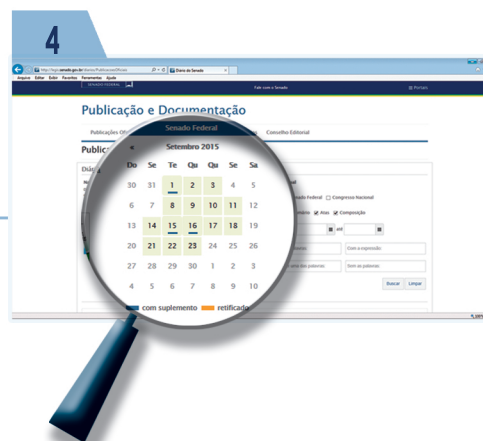
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

